

THOMAZ ANTÔNIO DA SILVA MEIRELLES NETTO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Garcia Meirelles e Togo Meirelles

Data e local de nascimento: 1/7/1937, Parintins (AM)

Atuação profissional: jornalista e sociólogo

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN)

Data e local de desaparecimento: 7/5/1974, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido em Parintins, no Amazonas, Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto mudou-se para o Rio de Janeiro em 1958, onde iniciou sua militância política. Atuou na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e, posteriormente, na União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1961, envolveu-se na campanha em defesa da legalidade constitucional, em favor da posse do vice-presidente João Goulart diante da renúncia do presidente Jânio Quadros. Também participou de manifestações no campo político-cultural, por meio do Centro Popular de Cultura da UNE. Ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, posteriormente, na Ação Libertadora Nacional (ALN). Era conhecido pelos codinomes “Luiz” e “Gilberto”. Depois de obter bolsa de estudos na União Soviética, país com o qual o Brasil mantinha relações diplomáticas, entre 1962 e 1969 cursou Filosofia na Universidade de Moscou Lomonosov. Em 13 de novembro de 1969, retornou ao Brasil. Poucos meses depois, passou a viver na clandestinidade. Foi preso no dia 18 de dezembro de 1970, na rua da Alfândega, no Rio de Janeiro, e levado para o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, onde foi interrogado e torturado.

Em 1972, a 2ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª Circunscrição Judiciária Militar condenou-o a três anos e meio de reclusão. No Superior Tribunal Militar (STM) a pena foi reduzida para 1 ano de detenção. Em 17 de novembro de 1972, foi liberado pela 2ª Auditoria da Aeronáutica do presídio de Ilha Grande, no Rio de Janeiroⁱ, onde cumpriu pena por suas atividades na ALN e por ter estado na União Soviética.

Pouco tempo depois de solto, voltou a viver na clandestinidade. Foi preso aos 36 anos de idade, no dia 7 de maio de 1974, no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro. Dessa data em diante nunca mais foi visto. Mesmo depois de desaparecido, foi julgado à revelia pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo, que o condenou a dois anos de prisão.

Thomaz Antônio foi casado com a jornalista Miriam Marreiro Meirelles, com quem teve dois filhos: Larissa, nascida em 1963, e Togo, em 1967.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto é um dos desaparecidos listados no anexo I da Lei 9.140/95, sendo reconhecido pelo Estado brasileiro como um desaparecido político. Seu nome figura no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, a cidade do Rio de Janeiro deu seu nome a uma rua. Em 2000, foi homenageado com a Medalha Chico Mendes de Resistência, conferida pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro.

O caso foi deferido pela Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro por meio do processo nº E-32/1092/0009/2004.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto foi preso por agentes do DOI do I Exército, no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro (RJ), no dia 7 de maio de 1974.

Pouco depois de ter sido posto em liberdade, em 17 de novembro de 1972, Thomaz Antônio teve que voltar a viver na clandestinidade em razão das perseguições sofridas. Conforme relato da jornalista Míriam Marreiro Meirelles, com quem foi casado:

Livre em 1973, dois meses foi o tempo que teve para tentar reestruturar-se. Mais uma vez, era obrigado, pela caça empreendida pelo aparelho repressivo, a entrar na clandestinidade. Ele pressentia a redução de sua pena como uma armadilha.

Como consequência, eu e meus amigos fomos sequestrados e torturados: queriam-no outra vez, mas as investigações policiais foram infrutíferas quanto a qualquer outra incriminação política, apesar de o chamarem de guerrilheiro.ⁱⁱ

Corroborando a declaração de Míriam Marreiro Meirelles, a documentação disponível dos órgãos de segurança e informações da Ditadura Militar confirma o monitoramento e perseguição de Thomaz em meados de 1973. Documento confidencial do Centro de Informações da Aeronáutica – CISA, de julho daquele ano, registra uma série de diligências empreendidas pelo DOI do I Exército, Rio de Janeiro, no intuito de obter a “localização do paradeiro do nominado”. O documento registra a libertação de seis pessoas, “por ter sido comprovado não estarem atuando em nenhuma Organização Subversiva”. Menciona ainda que: “permanecem detidos, em processo de apuração de implicações: Míriam da Silva Marreiro, Manoel Maurício de Albuquerque, Clair Montenegro dos Santos, Leda Montenegro Raimundo e Wilton Montenegro Santos”.ⁱⁱⁱ

Em relação a Wilton Montenegro Santos, documento também confidencial do CISA, de 12 de setembro de 1977, informa que, em julho de 1973, Wilton havia indicado, em interrogatório, a possibilidade de Jamil Reston ter contatos com Thomaz Antônio, “face a ambos serem amazonenses”.^{iv}

Nessa mesma época, mais precisamente em agosto de 1973, o ator Carlos Alberto Vereza de Almeida, amigo de Thomaz, foi detido pelo DOI/CODI do I Exército, “juntamente com Lúcio da Silva Marreiros, face às suas ligações com Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto”.^v

Na manhã de 7 de maio de 1974, Thomaz foi preso e, depois disso, nunca mais foi visto. Em frases telegráficas, o relatório da Marinha remetido ao ministro da Justiça em 1993 consignou apenas: “DEZ/72, preso anteriormente e liberado na primeira semana de dez/72, preso novamente no dia 07/mai/74, entre o Rio de Janeiro para São Paulo”.^{vi}

O mesmo dado sobre a prisão entre o Rio de Janeiro e São Paulo consta em documento localizado nos arquivos do DOPS/SP, conforme informações do processo de Thomaz perante a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

Em declaração escrita encaminhada à CEMDP, Maria do Amparo Almeida Araújo afirma que Thomaz Antônio desapareceu no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, entre 10h45 e 11h15 do dia 7 de maio de 1974.

Na ocasião, ele ia encontrar-se com Beth e Flávio Leão Sales, militantes da ALN que intentavam sair do país. Ela contesta a versão de que a prisão teria se dado entre o Rio de Janeiro e São Paulo pois essas viagens teriam deixado de acontecer desde a morte de outros dirigentes da ALN em São Paulo, em novembro de 1973.

Em 28 de janeiro de 1979, o jornal *Folha de São Paulo* publicou entrevista do general de Brigada Adyr Fiúza de Castro concedida ao jornalista Antônio Henrique Lago. Na reportagem, Adyr Fiúza de Castro reconheceu a morte de Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto e de mais onze desaparecidos políticos.

De acordo com as folhas de alterações de Adyr Fiúza de Castro, documento de pessoal que registra carreira e lotações de militares, o então coronel exercia à época a função de subchefia do Estado-Maior do I Exército, sob o qual se subordinavam hierarquicamente tanto a 2ª Seção (Informações) como o DOI/CODI.

Notícia do jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 3 de agosto de 1979, informou que 14 desaparecidos políticos, inclusive Thomaz, teriam sido executados pelos órgãos de segurança e informação do regime militar.

A revista *IstoÉ*, em 15 de abril de 1987, em matéria intitulada “Longo do Ponto Final”, revelou que o ex-médico militar Amílcar Lobo afirmou ter visto Thomaz no DOI-CODI do I Exército, embora não pudesse indicar com precisão a data.

O depoimento de João Henrique de Carvalho, o Jota, agente infiltrado na Ação Libertadora Nacional, prestado à Comissão Nacional da Verdade em 1º de março de 2013, não trouxe novos elementos sobre o desaparecimento de Thomaz.

Em 23 de julho de 2014, a Comissão Nacional da Verdade realizou audiência pública em Brasília (DF) para ouvir as declarações de Cláudio Antônio Guerra, ex-delegado do DOPS/ES. A Comissão já colhera anteriormente outros dois depoimentos de Cláudio Guerra, mas fez uma terceira oitiva com foco nos casos de desaparecidos políticos que o ex-delegado alegou publicamente ter levado, depois de mortos, para incineração em usina de açúcar em Campos dos Goytacazes (RJ), a usina Cambahyba.

Perguntado sobre o caso de Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, Guerra, apesar de admitir que pode ter conduzido o corpo de Thomaz à usina, não demonstrou convicção em seu reconhecimento facial por meio de fotografias apresentadas.

Nas buscas empreendidas pela CNV em livros de registro dos cemitérios de Petrópolis (RJ), para onde Thomaz Antônio Meirelles poderia ter sido levado após sua prisão, não foram encontrados registros indicativos.

Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto permanece desaparecido, após sua prisão dos agentes do DOI/CODI do I Exército, no Rio de Janeiro (RJ), em 7 de maio de 1974.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Leblon, Rio de Janeiro (RJ).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI do I Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho

Comandante do I Exército: general de Exército Reinaldo Melo de Almeida

Chefe do Estado-Maior e do CODI do I Exército: general de Brigada Leônidas Pires Gonçalves

Sub-chefe do Estado-Maior do I Exército: coronel Adyr Fiúza de Castro

Chefia da 2ª seção (Informações) – BM/2: coronel Sérgio Mário Pasquali

Chefe do DOI do I Exército: tenente-coronel Luiz Pereira Bruce

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0077_0001, p. 111-114	“Thomaz Antônio Meirelles: a armadilha da liberdade”, sem data.	Miriam Marreiro Meirelles.	Relata as perseguições sofridas por Thomaz Antônio, que o obrigaram a viver na clandestinidade.
Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_112_0187, p. 1-2	Informação nº 0382/CISA – ESC RCD, 16/07/1973.	CISA.	Registra diligências (especialmente, detenções) realizadas com vistas à localização de Thomaz Antônio.

Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0077_0001 , p. 91-93	Depoimento escrito de Maria do Amparo Almeida Araújo, encaminhado à CEMDP, 2/2/1996.	CEMDP.	Registra os últimos contatos que teve com Thomaz Antônio, no dia do desaparecimento do militante.
Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_112_0149, p. 1; Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_105103_77, p. 3; Arquivo Nacional, DSI/MRE: BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_0763, p. 99	Resposta Pedido de Busca nº 0566/CISA-RJ, 12/9/1977.	Centro de Informações da Aeronáutica.	Registro, com base em declaração de militante da ALN feita em julho de 1973, de que Jamil Reston poderia ter contatos com Thomaz Antônio, pelo fato de ambos serem amazonenses.
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_60778_73, p. 2-26	Informação nº 491/CISA-ESC RCD, agosto de 1973.	Centro de Informações da Aeronáutica	Declarações de Carlos Alberto Vereza de Almeida, detido em agosto de 1973, junto com Lúcio da Silva Marreiros, por manter ligações com Thomaz Antônio.
Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_112_0187, pp. 1-2.	Informação nº 382/CISA-ESC RCD, 16/7/1973.	Centro de Informações da Aeronáutica.	Registra diligências (especialmente, detenções) realizadas com vistas à localização de Thomaz Antônio.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0077_0001 , pp. 10-16.	Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto, sem data.	CEMDP.	Informações em periódicos referentes ao desaparecimento de Thomaz reunidas pela família em relatório enviado à CEMDP.
Arquivo CNV, 00092_000830_2012_05, p. 24.	Relatório da Marinha entregue ao ministro da Justiça, de 1993.	Ministério da Marinha.	Registros oficiais sobre Thomaz Antônio nos órgãos de segurança e informações.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
João Henrique Ferreira de Carvalho, codinome "Jota.	Depoimento à CNV, de 1º de março de 2013. Arquivo CNV: 00092.001520/2013-81.	Revela a delação de militantes da ALN, organização de Thomaz, em São Paulo.

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do Depoente	Fonte	Informações relevantes
Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS/ES.	Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade em audiência pública. Brasília, 23 de julho de 2014. Arquivo CNV 00092.001686/2014-88.	Afirma ter reconhecido Thomaz em uma foto, identificando-o como um dos presos políticos que teria levado à Usina de Cambahyba, em Campos dos Goytacazes (RJ).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto foi morto e desapareceu por ação de agentes do Estado brasileiro, contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Resposta a Pedido de Busca SP/SAS nº 240, s/d, da Divisão de Informações do Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara – DOPS/GB. Ver: Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_81213_75, p. 5.

ⁱⁱ Cf. a seção “Thomaz segundo Miriam” no artigo “Thomaz Antônio Meirelles: a armadilha da liberdade”. Não foi possível obter as referências completas desse artigo. Ele consta no processo de Thomaz Antônio na CEMDP. Ver: Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0077_0001, p. 111-114. O excerto citado foi retirado da p. 114.

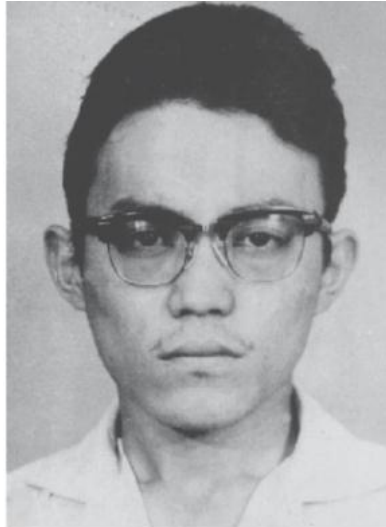
ⁱⁱⁱ Informação nº 0382/CISA – ESC RCD, de 16/07/1973. Ver: Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_112_0187, p. 1-2.

^{iv} Resposta Pedido de Busca nº 0566/CISA-RJ, de 12/09/1977. Ver: Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_105103_77, p. 3; Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_112_0149, p. 1; Arquivo Nacional, DSI/MRE: BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_0763, p. 99.

^v Cf. Informação nº 0491/CISA – ESC RCD, de ??/08/1973. Ver: Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_60778_73, p. 2-26.

^{vi} Arquivo CNV, 00092_000830_2012_05, p. 24.

ISSAMI NAKAMURA OKANO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Sadae Nakamura Okano e Hideo Okano

Data e local de nascimento: 25/11/1945, Cravinhos (SP)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN)

Data e local de desaparecimento: 14/5/1974, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Issami iniciou sua militância política em 1968, quando aluno da Faculdade de Química da Universidade de São Paulo (USP), onde também se tornou assistente de laboratório no Departamento de Engenharia Química e no Instituto de Física.

Um documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), originário do Centro de Informações do Exército (CIE), apresenta um breve histórico sobre Issami, no qual é identificado como integrante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), usando o codinome “Sérgio”.¹ Já um documento encontrado no Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), cujo título leva seu codinome “Sérgio”, afirma que Issami foi identificado em 29 de outubro de 1969, quando foi preso pela primeira vez, após o decreto do Ato Institucional nº 5.² De acordo com o documento do SNI, foi liberado em 26 de outubro de 1971, com alvará de soltura da 2ª Auditoria da Segunda Região Militar (São Paulo).³

Em 24 de março de 1971, Issami foi condenado a dois anos de reclusão pela 2ª Auditoria de Guerra da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) de São Paulo, pena

cumprida no presídio Tiradentes até outubro de 1972. Posteriormente, Issami foi julgado em outro processo, do qual foi absolvido em 11 de fevereiro de 1974.⁴

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Issami consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I da Lei nº 9.140/1995. Seu caso foi registrado na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), protocolado sob o nº 155/96. Por semelhante modo, o nome de Issami integra o *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, publicação organizada pela Comissão de Familiares e Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, foi dado o seu nome a rua situada no Jardim Nova América, em São Paulo (SP).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Em 14 de maio de 1974, Issami foi preso por agentes do Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) no trajeto para sua casa, no bairro de Pinheiros, em São Paulo (SP), em decorrência de sua militância política.⁵

De acordo com documento do SNI, datado de 27 de fevereiro de 1975, com origem no CIE, Issami “pertencia a um grupo que estava se estruturando, não tendo chegado a realizar nenhuma ação”.⁶

Em resposta à interpelação apresentada na faculdade de direito da USP, quando, conforme depoimento do advogado Idibal Piveta prestado à Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, no dia 10 de abril de 2013, “pela primeira vez foi denunciada uma relação de vinte cinco pessoas torturadas, lista encaminhada ao ministro da justiça, ao presidente da república e distribuído por meio de papeis mimeografados”,⁷ o então ministro da justiça Armando Falcão, afirmou, por meio de anúncio à imprensa, datado de 7 de fevereiro de 1975, que Issami havia sido preso, teria sido processado e estava foragido. Tal declaração foi contestada por Piveta, que alegou que Issami jamais esteve foragido, uma vez que, após o cumprimento de sua pena, foi solto e retornou às suas atividades laborais e acadêmicas.⁸

Corroborando com o argumentado por Piveta, relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, indica que Issami havia “desaparecido em 14/5/74 quando se dirigia de casa para o trabalho”. Nesse contexto, o

ex-agente Marival Chaves Dias do Canto, em depoimento prestado à CNV no dia 21 de novembro de 2012, afirma que tal expediente somente foi possível em razão da infiltração na Ação Libertadora Nacional (ALN) a partir de 1973, de João Henrique Ferreira de Carvalho, hoje médico pediatra, que vive em Brasília, então conhecido no DOI-CODI de São Paulo como “Jota”.⁹

Ainda, conforme depoimento de Marival Chaves ratificado por Idibal Piveta,¹⁰ Issami, após sequestro e prisão capitaneada pelos agentes do DOI-CODI de São Paulo, foi levado para o estado do Rio de Janeiro, mais especificamente para a Casa da Morte de Petrópolis, onde teria sido torturado e morto.¹¹

Ao ser confrontado com a fotografia de Issami Nakamura Okano durante depoimento prestado à CNV em 25 de março de 2014, o agente do CIE coronel Paulo Malhões deixou transparecer conhecimento sobre o caso:

José Carlos Dias (Comissão Nacional da Verdade) – Certo. Posso fazer umas perguntas de algumas pessoas que passaram pela casa de Petrópolis? Para ver se o senhor se lembra? (...) Issami Nakamura Okano?

O Sr. Paulo Malhões – Um momento, por favor. Como é o nome de japonês? Eu estou aqui pensando que já escutei o nome japonês, certo? Se é Otami ou se é Sujiki. Mas existe um nome japonês isso eu me lembro. (...)

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Bairro de Pinheiros, em São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI do II Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho

Comandante do II Exército: general de Exército Ednardo D’Ávila Mello

Chefe do Estado-Maior do II Exército: general de Brigada Gentil Marcondes Filho

Comandante do DOI-CODI do II Exército: major Carlos Alberto Brilhante Ustra

1.2. Centro de Informações do Exército (CIE)/Casa da Morte de Petrópolis

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho

Chefe do CIE: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Chefe da seção de contrainformações do CIE: coronel Cyro Guedes Etchegoyen

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_80082_75, p. 10.	“Síntese dos dossiês”, 27/2/1975.	CIE.	Documento contendo o dossiê de Issami Nakamura Okano com seu histórico de militância e atividades monitoradas.
Arquivo da CNV: 00092.002980/2014-15.	Entrevista de Marival Dias Chaves do Canto à revista <i>Veja</i> , 18/11/1992.	Revista <i>Veja</i> .	A matéria identifica infiltrado que foi responsável pelo sequestro seguido de desaparecimento forçado de Issami Nakamura Okano, além de outros militantes da ALN.
Arquivo da CNV: 00092.002980/2014-15.	13/2/75.	Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).	Lista com militantes identificados, a qual inclui Issami Nakamura Okano pelo codinome “Sergio”.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Idibal Piveta.	Depoimento prestado à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, em 10 de abril de 2013: 00092.002980/2014-15.	Relata o desaparecimento de Issami Nakamura Okano.
Marival Chaves Dias do Canto.	Depoimento prestado à CNV, em 21 de novembro de 2012: 00092.000929/2012-07.	Relata a infiltração na ALN, a partir de 1973, de João Henrique Ferreira de Carvalho, o Jota, o que engendrou o sequestro e desaparecimento de Issami Nakamura Okano.
Paulo Malhães.	Depoimento prestado à CNV em 25 de março de 2014.	Ao ser confrontado com fotografia de Issami Nakamura Okano, o depoente deixou transparecer ter conhecimento sobre sua passagem pela Casa da Morte de Petrópolis.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Issami Nakamura Okano desapareceu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a localização de seus restos mortais, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

¹ Arquivo Nacional, SNI, AC_ACE_80082_75, p. 10.

² Arquivo da CNV: 00092.002980/2014-15.

³ Arquivo Nacional, SNI, AC_ACE_80082_75, p. 10.

⁴ Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo: IEVE, 2009.

⁵ Arquivo da CNV: 00092.002980/2014-15.

⁶ Arquivo Nacional, SNI, AC_ACE_80082_75, p. 10.

⁷ Arquivo da CNV: 00092.002980/2014-15.

⁸ *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: IEVE, 2009.

⁹ Arquivo da CNV: 00092.000929/2012-07

¹⁰ Arquivo da CNV: 00092.002980/2014-15.

¹¹ Arquivo da CNV: 00092.002980/2014-15.

RUY FRASÃO SOARES



DADOS PESSOAIS

Filiação: Alice Frasão Soares e Mário da Silva Soares

Data e local de nascimento: 4/10/1941, São Luís (MA)

Atuação profissional: funcionário público

Organização política: Partido Comunista do Brasil – PCdoB

Data e local de desaparecimento: 27/5/1974, Petrolina (PE)

BIOGRAFIA

Ruy Frasão Soares nasceu em 4 de outubro de 1941, em São Luís do Maranhão. Filho de Alice Frasão Soares e Mário da Silva Soares, tinha seis irmãos. Viveu no Rio de Janeiro até os cinco anos de idade, voltando com sua mãe e irmã para a sua terra natal após a morte de seu pai. Estudou no Colégio de Aplicação Gilberto Costa e no Liceu Maranhense. Ainda como estudante secundarista, publicou em jornais de São Luís artigos sobre a condição de trabalho dos professores estaduais e percorreu o interior maranhense com uma banda da qual participava. Em 1961, iniciou o curso de Engenharia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nesse período começou a militar na Juventude Universitária Católica (JUC), posteriormente entrando na Ação Popular (AP), na ocasião de sua criação. Foi preso, mantido incomunicável e torturado em 1965, por ter liderado a resistência dos estudantes de Engenharia da UFPE quando da mudança de local da Faculdade para o Engenho do Meio – local de difícil acesso. Na ocasião, Ruy ocupava o posto de representante estudantil na Congregação da universidade.

Em 1965, como bolsista na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, Ruy Frasão participou de um seminário sobre Economia do Desenvolvimento, apresentando um trabalho expressivo e digno de menção honrosa. Neste mesmo ano denunciou as torturas no Brasil na ocasião da Assembleia das Nações Unidas em Nova York, em julho de 1965. Ao retornar ao Brasil desistiu de concluir o curso de Engenharia, no quinto ano, por conta da situação política. Em novembro de 1966, foi condenado a dois anos de reclusão pela Justiça Militar, acusado de “agitação na classe universitária”. Em 1967, assumiu, por meio de concurso, o cargo público de fiscal de renda do Tesouro Nacional, na época chamado de Exator Federal. Em 1968, casou-se com Felícia Moraes, com quem teve um filho chamado Henrique, nascido em 1972. Com a escalada da repressão, Ruy passou à clandestinidade, com o nome falso de Luis António Silva Soares. Após o nascimento de seu filho, foi com a esposa morar em Juazeiro (BA) e trabalhar negociando artigos de artesanato do Ceará na feira de Petrolina (PE). Como tantos outros militantes da AP, optou por alinhar-se ao PCdoB. Desapareceu aos 32 anos quando trabalhava na feira, sendo a sua captura testemunhada por outros vendedores.

CONSIDERAÇÕES SOBRE CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome Ruy Frasão Soares consta no Anexo I da Lei nº 9.140/1995. Posteriormente, em 4 de dezembro de 1995, foi deferido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos o processo apresentado por sua viúva, Felícia de Moraes Soares. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sentença do dia 26/3/1991, o juiz Roberto Wanderley Nogueira, da 1ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco, responsabilizou a União pela prisão, morte e ocultação do cadáver de Ruy Frasão Soares, sendo a decisão confirmada em outubro de 2002 com a condenação da União ao pagamento de indenização. Na cidade do Rio de Janeiro, de Recife e de São Paulo existem ruas e avenidas que levam seu nome.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

No dia 27 de maio de 1974, pela manhã, Ruy Frasão foi preso na feira de Petrolina por três policiais armados que o espancaram, o ameaçaram de morte, o algemaram e o jogaram no porta-malas de uma caminhonete preta. Ruy ainda disse para uma colega feirante, antes de

ser levado: “Avisa Licinha!” (Felícia, sua esposa). Em seguida, os policiais voltaram para recolher suas mercadorias. A feirante perguntou para onde o tinham levado, tendo como resposta uma ameaça. A família procurou seu paradeiro, buscando os comandos militares e encaminhamentos jurídicos, todos sem êxito. O Ministro da Justiça Armando Falcão fez um pronunciamento em 6 de fevereiro de 1975 abordando a situação de vários militantes políticos e considerou-o “desaparecido com destino ignorado”.

Alanir Cardoso, militante do PCdoB, quando estava preso em Pernambuco, em setembro de 1974, disse que policiais teriam lhe apresentado uma foto de Ruy, feita na prisão, e afirmaram que “O comprido já virou presunto”.

Ainda que haja evidências para creditar sua morte à ação das forças de segurança, Ruy Frasão continua sendo considerado desaparecido político, uma vez que foi capturado em Petrolina/PE e seus restos mortais nunca foram entregues à família.

Na década de 1990, o Relatório enviado pelas Forças Armadas ao então Ministro da Justiça Maurício Corrêa informou que “o Juiz da Vara da Justiça Federal [...] Roberto Wanderley Nogueira, responsabilizou a União pelo desaparecimento e a morte do militante da Ação Popular (AP) e do PCB, Ruy Frasão Soares, sequestrado por agentes da Polícia Federal em Mai 74, numa feira livre em Petrolina”. No processo nº 10.980-0, de 1991, movido pela viúva e pelo filho de Ruy no âmbito da Justiça Federal, o Juiz Roberto Wanderley Nogueira condenou a União pela morte de Ruy e determinou o ressarcimento à família, reiterando que a “União Federal tem um dever legal e moral de reparar – para além do ressarcimento de todo o impossível – o desaparecimento, presumida morte e conseqüente ocultação de cadáver do cidadão brasileiro Rui (*sic*) Frasão Soares, e a dor incomensurável de seus familiares”.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Petrolina (PE).

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte	Título e data	Órgão produtor	Informações relevantes

documental	do documento	do documento	
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0074_0003, p. 55.	Certidão de óbito (2/6/2003).	Quinta Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais da Capital do Estado do Rio de Janeiro.	Certidão de óbito lavrada nos termos da Lei nº 9.140/95.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0074_0003, p. 7.	Certidão de ausência (16/11/1983).	Vara de Órfãos e Sucessões.	Certidão declarando, para fins de sucessão, a ausência de Ruy Frasão.
Arquivo da CNV: 00092_000830_2012_05.	Relatório das Forças Armadas enviado ao Ministro da Justiça, Maurício Corrêa (2/12/1993).	Ministérios Militares (Exército, Marinha e Aeronáutica).	Em nome de Ruy Frasão consta: “Mai/74, preso em 27/05/1974, em Petrolina/PE. Morto e dado como desaparecido, segundo documento Memorial de Presos Políticos.” Também aparece a informação: “Militante da AP na década de 60. Segundo o JB de 03 abr 91, “com sentença de 36 páginas, o Juiz da Vara da Justiça Federal em Pernambuco, Roberto Wanderley Nogueira, responsabilizou a União pelo desaparecimento e a morte do militante da Ação Popular (AP) e do PCB, Rui (sic) Frazão Soares, sequestrado por agentes da Polícia

			Federal em Mai 74, numa feira livre em Petrolina.” Neste órgão não há dados que comprovem essa versão.”
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0074_0003, pp. 10-43.	Sentença judicial no processo nº 10.980-0 (26/3/1991).	Poder Judiciário Justiça Federal.	Sentença proferida pelo Juiz Roberto Wanderley Nogueira responsabilizando a União pelo desaparecimento e morte de Ruy.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Ruy Frasão Soares foi morto e desapareceu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964, sendo considerado desaparecido político, uma vez que seus restos mortais não foram plenamente localizados identificados até os dias de hoje.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização e identificação de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

AUREA ELIZA PEREIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Odila Mendes Pereira e José Pereira

Data e local de nascimento: 6/4/1950, Monte Belo (MG)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Data e local de desaparecimento: 13/6/1974, Cemitério de Xambioá (TO) ou 23° Batalhão de Infantaria da Selva, Marabá (PA) ou Base militar de Xambioá (TO)

BIOGRAFIAⁱ

Aurea Eliza Pereira nasceu na cidade de Monte Belo, interior de Minas Gerais. Morava com a família na Fazenda da Lagoa, na qual seu pai atuava como administrador. Coursou o primário e o ensino fundamental no Colégio Nossa Senhora das Graças, em Areado. No ano de 1964, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde concluiu o segundo grau no Colégio Brasileiro, localizado no bairro de São Cristóvão. Com 17 anos, Aurea passou no vestibular do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na Universidade, participou ativamente do movimento estudantil por meio do diretório acadêmico de seu curso. Neste período, conheceu Antônio de Pádua Costa e Arildo Valadão. Em fevereiro de 1970, casou-se com Arildo. Em meados do mesmo ano, os três, já militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), mudaram-se para a região de Caianos, Sudeste do Pará, onde Aurea passou a trabalhar como professora. Integrava o Destacamento C da guerrilha.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNVⁱⁱ

Foi reconhecida como desaparecida política pelo anexo I da Lei nº 9.140/95 e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 10 de junho de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparecimento de 62 pessoas na região do Araguaia no caso *Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) VS. Brasil*, dentre elas está Aurea. A sentença obriga o Estado Brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas. Por meio da Lei nº 9497 de 20 de novembro de 1997, foi nomeada uma rua em sua homenagem na cidade de Campinas. Aurea também foi homenageada nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde ruas foram registradas com seu nome.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTEⁱⁱⁱ

Os últimos registros sobre Aurea no *Relatório Arroyo* remontam ao dia 25 de dezembro de 1973, aproximadamente a um quilômetro do acampamento onde ocorreu o “Chafurdo de Natal”. Na ocasião, ela estava acompanhada do guerrilheiro Pedro Alexandrino de Oliveira Filho quando encontrou outros companheiros e relatou ter ouvido um tiroteio e helicópteros na direção do acampamento. O grupo decidiu, então, afastar-se do local.

No relatório do Centro de Informações do Exército (CIE), do Ministério do Exército consta que Aurea teria sido presa em 30 de abril de 1974^{iv} e depoimentos de moradores da região indicam a passagem de Áurea por órgãos da repressão, sem haver, contudo, uma versão conclusiva sobre seu paradeiro.

Segundo depoimento do ex-militante do PCdoB Amaro Lins, elencado pelo livro “Dossiê Ditadura”, Aurea teria sido vista com vida no 23º Batalhão de Infantaria da Selva, em Marabá (PA), no início de 1974. Amaro, que estava preso no local, relata ter ouvido um policial dizer à guerrilheira que ela iria “viajar” – o que significaria ser executada. Já uma moradora de Xambioá, mencionada pelo Relatório da CEMDP, alegou que Aurea teria sido vista, morta, na delegacia da cidade e seu que corpo teria sido enterrado no cemitério de Xambioá. O ex-guia do Exército Pedro Ribeiro Alves, também declarou tê-la visto na

cidade de Xambioá, mas, em seu depoimento ao MPF, citado pelo *Dossiê Ditadura*, afirmou que a viu chegar viva e de helicóptero no acampamento do Exército nesta cidade.

De acordo com o livro da CEMDP, o Relatório do Ministério Público Federal de 2002 concluiu que Aurea teria sido “presa, junto com Batista”, camponês que se juntou à guerrilha, “na casa de uma moradora da região, onde iam comer diariamente” e levada à base de Xambioá. Em consonância com esta versão, o “Dossiê Ditadura” menciona o depoimento do ex-guia do Exército Sinézio Martins Ribeiro ao MPF e o relato de Raimunda Pereira Gomes publicado na obra *Vestígios do Araguaia*. Sinézio afirmou que soube, por outros guias, que eles teriam prendido Aurea e Batista na casa de Petronilha Ferreira dos Santos, após a camponesa tê-los denunciado. Os guias teriam os conduzido à casa de Arlindo e os entregado aos militares, que os levaram a Xambioá. Sinézio alegou não ter visto Aurea com vida neste local. Neste sentido, Raimunda Gomes – filha de Petrolina – confirmou que os dois guerrilheiros iam rotineiramente à sua casa para se alimentar e que sua mãe os entregou por medo aos militares. Raimunda corroborou que Aurea e Batista teriam sido presos em sua casa.

Por fim, o relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, assenta que a guerrilheira teria sido morta em 13 de junho de 1974^v.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

O depoimento de Amaro Lins aponta para uma passagem de Aurea com vida pelo 23º Batalhão de Infantaria da Selva. Já uma moradora de Xambioá (TO) alega que Aurea teria sido vista morta, na delegacia da cidade e seu que corpo teria sido enterrado no cemitério local. Outros relatos, como o de Sinézio Martins Ribeiro e Raimunda Pereira Gomes indicam que a guerrilheira foi conduzida à Base militar de Xambioá (TO).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

OPERAÇÃO MARAJOARA

Aurea foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 7 de outubro de 1973, como uma

operação “descharacterizada, repressiva e antiguerrilha”, ou seja, com uso de trajés civís e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua “rede de apoio”, os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato^{vi}.

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Orlando Geisel

Ministério do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho

Centro de Informações do Exército: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Comandante da 8ª. Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha

Comandante Posto Marabá: capitão Sebastião Rodrigues de Moura, “Curió”

Subcoordenador Região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
ARROYO, Ângelo. <i>Relatório Arroyo: Relatório sobre a luta no Araguaia (1974)</i> . São Paulo: Fundação Maurício Graboís, 2009. Arquivo CNV, 00092.003188/2014-70.	<i>Relatório Arroyo</i> , 1974.		Registra a última aparição de Aurea Eliza Pereira em 26/12/1973.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0019_0006.	Processo de Reparação.	CEMDP.	Coleciona documentos oficiais e biográficos sobre Aurea Eliza Pereira.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0019_0007.	Processo de Reparação.	CEMDP.	Coleciona documentos oficiais e biográficos sobre Aurea Eliza Pereira.
Arquivo CNV, 00092_000830_2012_05, p. 5.	Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Mauricio Corrêa, em dezembro de 1993.	Ministério da Marinha.	Afirma que Aurea Eliza Pereira teria sido morta em 13/6/1974.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002 p. 34.	Relatório do CIE.	Ministério do Exército.	Afirma que Aurea Eliza Pereira foi presa em 30/4/1974.

Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.	Relatório Especial de informações – CIE, Nº 1/74.	Ministério do Exército/Gabinete do Ministro - Centro de Informações do Exército.	Descrição da Cadeia de comando da Operação Marajoara.
--	---	--	---

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES^{vii}

Aurea Eliza Pereira é considerada desaparecida política por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na Sentença da Corte Interamericana no *caso Gomes Lund e outros*, “o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade”, sendo que o Estado “tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis”.

Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Aurea, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos e responsabilização dos agentes da repressão envolvidos no caso, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado brasileiro “a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas”.

ⁱ BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à memória e à verdade*: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. P. 255-256; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009. p. 578.

ⁱⁱ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009; CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C nº 219.

ⁱⁱⁱ ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo: Relatório sobre a luta no Araguaia (1974)*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=873>; BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Op. cit., p. 255-256; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. Op. cit., p. 578-579; Arquivo CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Mauricio Corrêa, em

dezembro de 1993: 00092_000830_2012_05 p. 5; Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002, p. 34.

^{iv} Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002, p. 34

^v Arquivo CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Mauricio Corrêa, em dezembro de 1993, 00092_000830_2012_05, p. 5

^{vi} Arquivo Nacional, Tafs Moraes: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.

^{vii} CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Op. cit., p. 38, p. 41.

DANIEL RIBEIRO CALLADO



DADOS PESSOAIS

Filiação: América Ribeiro Callado e Consueto Ribeiro Callado

Data e local de nascimento: 16/10/1940, São Gonçalo (RJ)

Atuação profissional: metalúrgico

Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Data e local de desaparecimento: 28/6/1974, Xambioá (TO)

BIOGRAFIA ⁱ

Nascido na cidade de São Gonçalo (RJ), Daniel Ribeiro Callado se tornou metalúrgico depois de ter feito curso profissionalizante, de ajustador, no SENAI. Depois de formado, aos 16 anos de idade, passou a trabalhar na empresa Hime, como operário metalúrgico. Aos 18 anos cumpriu o alistamento obrigatório e foi convocado pelo Exército. Deu baixa das Forças Armadas na condição de 3º sargento e voltou a trabalhar como operário metalúrgico no estaleiro Cacrem. Em 1962, aos 22 anos de idade, ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e acentuou sua militância política. Com o golpe de 1964 se afastou do trabalho no estaleiro, por temer represálias do então novo regime à sua militância partidária, e passou a viver na clandestinidade. Em seguida, foi para a China, onde realizou cursos teórico e prático de preparação para guerra de guerrilhas, nas cidades de Nanquim e Pequim. Ao retornar, mudou-se para o sudeste do Pará, onde passou a se apresentar pelo codinome de Doca. Na região, trabalhou como comerciante e compartilhava um barco com outro companheiro, o gaúcho Paulo Mendes Rodrigues, no qual levavam mercadorias para as diversas cidades ribeirinhas ao Araguaia. Segundo o Diário de Maurício Grabois, integrou o Destacamento C da guerrilha.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Foi reconhecido como desaparecido político pelo anexo I da Lei nº 9.140/1995 e pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos em 1º de julho de 1996. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparecimento de 62 pessoas na região do Araguaia no caso *Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) VS. Brasil*, entre elas está Daniel. A sentença obriga o Estado Brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas. Por meio da Lei nº 9.497 de 20 de novembro de 1997, foi nomeada uma rua em sua homenagem na cidade de Campinas. Também dá nome a outra rua, no bairro de Bangu, na cidade do Rio de Janeiro, segundo o Decreto nº 31.804, de 26 de junho de 1992.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE ⁱⁱ

Segundo o “Relatório Arroyo”, Daniel Ribeiro Callado era uma das quinze pessoas que se encontravam no acampamento da Comissão Militar na hora do tiroteio do dia 25 de dezembro de 1973. Depois dessa data, não existem mais registros de companheiros sobre o paradeiro de Daniel.

O relatório da CEMDP menciona os depoimentos de Amaro Lins e de Joaquina Ferreira da Silva, que afirmam terem visto Daniel Ribeiro Callado detido pelo Exército em Xambioá (TO). Segundo Lins, um soldado lhe disse que Daniel faria uma viagem de avião, sem informar o destino.

Nos Relatórios das Forças Armadas de 1993, entregues ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, consta que Daniel teria sido preso em Araguiana e, posteriormente, morto em 28 de junho de 1974. ⁱⁱⁱ

Em depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade (CNV), o sargento Santa Cruz afirma ter visto “Doca” como prisioneiro, confirmando em seguida se tratar de Daniel Ribeiro Callado. Sobre as pessoas que reconheceu como vivas e presas sob custódia do Exército brasileiro, Santa Cruz afirmou o seguinte:

Eles [CIE] eram quem comandavam. Depois que entregávamos, nós não sabíamos o que eles faziam. Repito novamente, quando se perguntava: e o fulano? ‘Não, mandaram para

Brasília'. E eu várias vezes perguntava, como perguntei pela Dina, perguntei pelo Piauí, entendeu? Eu sempre perguntava: e o fulano? 'Não, mandaram para Brasília'.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Não existem fontes que indiquem com precisão o local da morte de Daniel Ribeiro Callado. Segundo os relatos mencionados, ele teria ficado sob custódia na base do Exército em Xambioá (TO), mas não existem elementos suficientes para determinar o local de sua morte.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

OPERAÇÃO MARAJOARA

Daniel Ribeiro Callado foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 7 de outubro de 1973, como uma operação “descaracterizada, repressiva e antiguerrilha”, ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua “rede de apoio”, os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato^{iv}.

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Orlando Geisel

Ministério do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho

Centro de Informações do Exército: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Comandante da 8ª. Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha

Comandante Posto Marabá: capitão Sebastião Rodrigues de Moura, “Curió”

Subcoordenador Região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
ARROYO, Ângelo. Relatório Arroyo:			Registra o tiroteio na direção da Comissão

Relatório sobre a luta no Araguaia (1974). São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009. Disponível em: < http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=873 >.			Militar, onde se encontrava Daniel Ribeiro Callado no dia 25/12/1973.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0028_0002.	Processo de Reparação.	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.	Coleciona documentos oficiais e biográficos sobre Daniel Ribeiro Callado.
Arquivo da CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Mauricio Corrêa, em dezembro de 1993, 00092_000830_2012_05.	Relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça Mauricio Corrêa em 1993.	Ministério da Marinha.	Afirma que Daniel Ribeiro Callado teria sido preso e morrido em 28/6/1974.
Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.	Relatório Especial de Informações nº 1/74.	Ministério do Exército/Gabinete do Ministro – Centro de Informações do Exército.	Descrição da Cadeia de comando da Operação Marajoara.
GRABOIS, Maurício. Diário (1972-3). São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014. Disponível em: http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=31&id_noticia=12846 *			Contém a descrição de tarefas desempenhadas por Daniel Ribeiro Callado e afirma que ele integrava o Destacamento C da guerrilha.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002 p. 36.	Relatório do CIE.	Ministério do Exército.	Afirma que Daniel Ribeiro Callado teria sido morto em 29/5/1974.

2. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do Depoente	Fonte	Informações relevantes
João Santa Cruz Sacramento, Sargento do Exército.	Arquivo da CNV, Depoimento de João Santa Cruz Sacramento, 19 de novembro de 2013, 00092.002249/2013-09.	Afirma ter visto Daniel Ribeiro Callado preso.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES ^v

Daniel Ribeiro Callado é considerado desaparecido político por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na Sentença da Corte Interamericana no caso *Gomes Lund e outros*, “o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade”, sendo que o Estado “tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis”.

Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Daniel Ribeiro Callado, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos no caso, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado Brasileiro “a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas”.

ⁱ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 256; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS; DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009, pp. 579-581; Arquivo da CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Maurício Corrêa, em dezembro de 1993, 00092_000830_2012_05; GRABOIS, Maurício. *Diário (1972-3)*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014. Disponível em: http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=31&id_noticia=12846.

ⁱⁱ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS; DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009; CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso *Gomes Lund e outros* (“Guerrilha do Araguaia”).

vs. *Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C nº 219.

ⁱⁱⁱ ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo: Relatório sobre a luta no Araguaia (1974)*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=873>; BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 256; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS; DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRAZIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009, pp. 580-581; Arquivo da CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Mauricio Corrêa, em dezembro de 1993, 00092_000830_2012_05; Arquivo da CNV, Depoimento de João Santa Cruz Sacramento, 19 de novembro de 2013, 00092.002249/2013-09.

^{iv} Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.

^v CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. op. cit., p. 38, p. 41.

*O Diário de Maurício Grabois foi publicado pela revista *Carta Capital* no dia 21 de abril de 2011 e reconhecido posteriormente pela Fundação Maurício Grabois, ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). No entanto, os originais deste documento, apreendidos pelos militares em 25 de dezembro de 1973, não estão disponíveis para consulta pública.

DINALVA OLIVEIRA TEIXEIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Elza da Conceição Bastos e Viriato Augusto de Oliveira

Data e local de nascimento: 16/5/1945, Castro Alves (BA)

Atuação profissional: geóloga

Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Data e local de desaparecimento: 25/12/1973 ou 16/7/1974 ou 24/7/1974 ou outubro de 1974, entre São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia (PA)/ Xambioá (TO)/ Serra das Andorinhas ou no igarapé Taurizinho, bem próximo de Marabá (PA), Casa Azul, em Marabá (PA)

BIOGRAFIA¹

Cursou o primário na Escola Rural de Argoin (BA), ginásio no Instituto de Educação Isaiás Alves e, posteriormente, estudou no Colégio Estadual da Bahia, estes dois últimos em Salvador. Cursou Geologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e residiu, naquele período, na Casa do Estudante Universitário. Participou ativamente do movimento estudantil nos anos de 1967/68, sendo, por isto, presa. Em 1969 casou-se com Antônio Monteiro Teixeira (Antonio), transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhavam no Ministério das Minas e Energia. Pertencia, também, à Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC). Em maio de 1970, ela e o marido foram para o Araguaia, onde passou a utilizar o codinome Dina e a compor o Destacamento C e, chegando a ser vice-comandante. Exerceu várias atividades, sendo a mais conhecida a de parteira. Foi uma das guerrilheiras mais respeitadas e admiradas pela comunidade da região do Araguaia, e sobre ela e Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão) existem muitas lendas e mitos. Foi a única mulher a ter o cargo de vice comandante na guerrilha.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNVⁱⁱ

Foi reconhecida como desaparecida política pelo anexo I da Lei nº 9.140/1995 e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 16/04/1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desapareção de 62 pessoas na região do Araguaia no caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil, dentre elas está Dinalva Oliveira Teixeira. A sentença obriga o Estado Brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas. Por meio da Lei nº 9497, de 20 de novembro de 1997, foi nomeada uma rua em sua homenagem na cidade de Campinas. Também dá nome a rua na cidade de São Paulo (SP), segundo o Decreto nº 31.804, de junho de 1992.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTEⁱⁱⁱ

O último registro referente a Dinalva no *Relatório Arroyo* remonta a 25 de dezembro de 1973, no episódio que ficou conhecido como O Chafurdo de Natal. Segundo o relato, a guerrilheira estaria com febre quando o acampamento da Comissão Militar da guerrilha foi atacado.

Entretanto, outras informações indicam que ela foi morta em um momento posterior, no ano de 1974. O relatório do CIE, Ministério do Exército, elenca Dinalva em uma lista de participantes da Guerrilha do Araguaia e afirma que ela morreu em 16 de julho de 1974.^{iv} Neste sentido, o Relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, registra sua morte em julho de 1974, em Xambioá (TO).^v

Já o segundo-tenente João Alves de Souza, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 20 de março de 2014, afirma que comandou o ataque à guerrilheira, logo após ela ter matado homens do seu contingente. O militar afirmou que Dinalva morreu metralhada e que estava grávida na ocasião.

O livro “Dossiê Ditadura” e o relatório da CEMDP aludem, também, a depoimentos de moradores da região e ao do Coronel-Aviador Pedro Corrêa Cabral para confirmar a gravidez da guerrilheira no momento da prisão. Estas narrativas divergem, porém, sobre

ela ter sido detida na Serra das Andorinhas ou no igarapé Taurizinho, próximo à Marabá e quanto a esta estar na companhia de Telma Regina Cordeiro Corrêa e Luiza Augusta Garlippe no episódio.

Em depoimento ao jornalista Leonencio Nossa, o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió, afirmou que as guerrilheiras Tuca (Luisa Augusta Garlippe) e Dina (Dinalva Oliveira Teixeira) foram presas pelos militares e entregues com vida aos cuidados do tenente-coronel Leo Frederico Cinelli. O mesmo livro afirma que o coronel José Brant Teixeira, o doutor César, foi o responsável por levar Dina num voo de Marabá para o ponto na selva onde teria sido fuzilada, lembrando que o agente a perseguia desde sua atuação no movimento estudantil de Salvador (BA).

Curió afirmou também, em entrevista ao jornal o Estado de São Paulo, do dia 4/3/2004, que a reunião que definiu a estratégia para a captura e execução dos guerrilheiros Oswaldo Orlando da Costa e Dinalva Oliveira Teixeira teria sido realizada com a presença do então presidente Emílio Garrastazu Médici, além da alta cúpula militar do país. Nessa entrevista, ele afirma que Dina teria sido morta em 24 de julho de 1974, num combate, após ter sido emboscada.

Por fim, Sinésio Martins Ribeiro em depoimento ao Ministério Público Federal (MPF), conforme registra o livro *Dossiê Ditadura*, indica que Dinalva teria pedido a um camponês que lhe comprasse roupas. A informação teria sido repassada ao Exército, que efetuou a prisão da guerrilheira. Sobre esta versão, o militar Raimundo Antônio Pereira de Melo também contou ao MPF que os eventos teriam sucedido em outubro de 1974 e que o referido camponês seria um funcionário da fazenda de Miguel Pernambuco, no Taurizinho. O camponês teria ido ao 52º Batalhão de Infantaria da Selva e, à noite, acompanhado de paraquedistas, presenciou a prisão de Dinalva e sua condução ao DNER. A passagem de Dinalva pela Casa Azul teria sido testemunhada, também, pelo Sargento do Exército João Santa Cruz Sacramento, que, em oitiva realizada pela CNV, em 19/11/2013, alega tê-la visto presa naquele local e que o Curió participou da sua prisão.

Também em depoimento ao MPF, no dia 5 de março de 2004, Raimundo Antônio Pereira de Melo afirma que em outubro de 1974, um vaqueiro da fazenda do Sr. Miguel Pernambuco denunciou o paradeiro de Dina ao Exército, que a teria prendido numa

emboscada e levado para Marabá (PA) com vida e sem ferimentos. Dina teria passado pelo quartel do 52 BIS e, em seguida, levada para a Casa Azul, centro clandestino de detenção e tortura de guerrilheiros, em Marabá (PA).

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

O Relatório Arroyo indica que o acampamento que ocorreu o “Chafurdo de Natal” estaria aproximadamente a cinco ou seis quilômetros da Base do Mano Ferreira, próximo à Palestina (PA). Entretanto, as demais fontes disponíveis confirmam que Dina sobreviveu a este evento, como aponta o Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, que registra sua morte em Xambioá (TO). Já relatos de moradores se referem à prisão de Dinalva na Serra das Andorinhas ou no igarapé Taurizinho, próximo a Marabá (PA). Existem, ainda, relatos sobre sua detenção na Casa Azul, em Marabá (PA).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

OPERAÇÃO MARAJOARA

Dinalva foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 7 de outubro de 1973, como uma operação “descaracterizada, repressiva e antiguerrilha”, ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua “rede de apoio”, os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato^{vi}.

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Orlando Geisel

Ministério do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho

Centro de Informações do Exército: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Comandante da 8ª. Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha

Comandante Posto Marabá: capitão Sebastião Rodrigues de Moura, “Curió”

Subcoordenador Região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo	Local da grave	Fonte documental/testemunhal
-------------	--------------	---------------	-------------------------------	-----------------------	-------------------------------------

			agente	violação	sobre a autoria
Sebastião Rodrigues de Moura (Curió).	Exército.	Capitão.	Participou da prisão de Dinalva, conduzindo-a à Casa Azul.	Casa Azul	Depoimento de João Santa Cruz Sacramento à CNV em 19/11/2013, em Belém (PA). NOSSA, Leonencio. <i>Mata! O Major Curió e as Guerrilhas do Araguaia</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 21-22, 210 e 387. Arquivo CNV, 00092.002056/2014-21. Arquivo CNV, 00092.003264/2014-47
João Alves de Souza.	Polícia Militar (GO).	Segundo-tenente.	Afirma ter comandado a execução de Dinalva e desferiu tiros de metralhadora contra a guerrilheira.	Não Consta.	Depoimento de João Alves de Souza Oitiva à CNV em 20/3/2014, em Goiânia (GO).
Leo Frederico Cinelli	Exército (CIE)	Tenente-coronel	Responsável pelo centro clandestino de detenção e tortura conhecido como “Casa Azul”.	Casa Azul	Arquivo CNV, 00092.002057/2014-75.
José Brant Teixeira	Exército	Tenente-coronel	Deslocou-se de Brasília para Marabá (PA) com a finalidade de executar a guerrilheira.	Casa Azul	NOSSA, Leonencio. <i>Mata! O Major Curió e as Guerrilhas do Araguaia</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 210. Arquivo CNV, 00092.00205712014-75.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
--	-----------------------------------	------------------------------------	-------------------------------

ARROYO, Ângelo. <i>Relatório Arroyo</i> : Relatório sobre a luta no Araguaia (1974). São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009. Disponível em: < http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=873 >.			Indica o último registro de Dinalva Oliveira Teixeira, 25/12/1973.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0010.	Processo de Reparação.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	Coleciona documentos oficiais e biográficos sobre Dinalva Oliveira Teixeira.
Arquivo CNV, 00092_000830_2012_05, p. 7.	Relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993.	Ministério da Marinha.	Afirma que Dinalva Oliveira Teixeira morreu em julho de 1974, em Xambioá.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002, p. 36.	Relatório do CIE.	Ministério do Exército.	Afirma que Dinalva Oliveira Teixeira teria sido morta em 16/7/1974.
Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.	Relatório Especial de informações – CIE, nº 1/74.	Ministério do Exército/Gabinete do Ministro – Centro de Informações do Exército.	Descrição da cadeia de comando da Operação Marajoara.
Arquivo CNV, 00092.002057/2014-75.	Folha de alteração de Leo Frederico Cinelli.	Exército.	Trabalhou entre os anos de 1971 e 1974 no Centro de Informações do Exército (CIE). Entre os dias 17 e 23 de novembro de 1973 totalizou aproximadamente 26 horas de voo entre os estados do Pará, Goiás e Maranhão, em regiões onde se desenrolava a Guerrilha do Araguaia. Nos meses de fevereiro, março e abril de 1974, também se deslocou

			com frequência entre cidades da região.
Arquivo CNV, 00092.002056/2014-21	Folha de Alteração de Sebastião Rodrigues de Moura (Curió).	Exército	Indica a presença de Sebastião Rodrigues de Moura (Curió) no sudeste do Pará e norte do Tocantins no período em que ocorreu a morte e desaparecimento de Dinalva Oliveira Teixeira.
NOSSA, Leonencio. <i>Mata! O Major Curió e as Guerrilhas do Araguaia</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 21-22, 210 e 387.			Sebastião Curió, em entrevista a Leonencio Nossa afirma que prendeu e entregou as guerrilheiras Dinalva Oliveira Teixeira e Luisa Augusta Garlippe a Leo Frederico Cinelli. Relata o deslocamento de José Teixeira Brant de Brasília para Marabá com o objetivo de executar Dinalva Oliveira Teixeira.
Arquivo CNV, 00092.003264/2014-47	Reportagem “Curió rompe o silêncio e fala sobre mortes no Araguaia”.	Jornal O Estado de São Paulo, 4/3/2004.	Declarações de Sebastião Rodrigues de Moura (Curió) sobre as mortes de Dinalva Oliveira Teixeira e Oswaldo Orlando da Costa.

2. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
João Santa Cruz Sacramento, Sargento do Exército.	Oitiva realizada pela CNV em 19/11/2013, em Belém (PA). (Arquivo CNV, 00092.002249/2013-09).	O depoente afirmou ter visto Dinalva Oliveira Teixeira presa na Casa Azul e que o Curió participou da sua prisão.
João Alves de Souza, Segundo-tenente da Polícia Militar de Goiás.	Depoimento de João Alves de Souza, 20/3/2014, Arquivo CNV, 00092.000480/2014-31.	O depoente afirma ter comandado o episódio que resultou na morte de Dinalva Oliveira Teixeira e que a vítima estava grávida quando morreu.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES^{vii}

Dinalva Oliveira Teixeira é considerada desaparecida política por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na Sentença da Corte Interamericana no caso Gomes Lund e outros, “o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade”, sendo que o Estado “tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis”.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Dinalva Oliveira Teixeira, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos no caso, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado brasileiro “a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas”.

ⁱ BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS; COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à memória e à verdade*: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, pp. 257-258; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO (IEVE). Org. Crimeia Schmidt et al. *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp. 582-583.

ⁱⁱ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO (IEVE). Org. Crimeia Schmidt et al. *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2a ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 582-583. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso *Gomes Lund e outros* (“*Guerrilha do Araguaia*”) vs. *Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C n° 219.

ⁱⁱⁱ ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo: Relatório sobre a luta no Araguaia (1974)*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=873>; BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Op. cit.*, p. 257-258; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS; DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRAZIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Op. cit.*, p. 582-583; Arquivo CNV: 00092_000830_2012_05, p. 7; Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002, p. 36; Jornal O Estado de São Paulo, 4/3/2004, disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20040304-40315-spo-7-pol-a7-not/busca/Curi%C3%B3>.

^{iv} Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002, p. 36.

^v Arquivo CNV: NUP 00092_000830_2012_05, p. 7.

^{vi} Arquivo Nacional, Tafs Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.

^{vii} CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Op. cit.*, pp. 38-41.

DANIEL JOSÉ DE CARVALHO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Esther Campos de Carvalho e Ely José de Carvalho

Data e local de nascimento: 13/10/1945, Muriaé (MG)

Atuação profissional: motorista, torneiro mecânico

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 13/7/1974, Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR)

BIOGRAFIA

Daniel José de Carvalho nasceu em 13 de outubro de 1945, em Muriaé (MG). Na década de 1950, mudou-se com a família de Minas Gerais para São Paulo, em busca de melhores condições de vida. Em São Paulo trabalhou como motorista e torneiro mecânico em indústrias de São Bernardo e Diadema, no ABC paulista.

Começou sua trajetória política com os irmãos Joel, Devanir, Jairo e Derli. Militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), de onde saiu para organizar a Ala Vermelha. Em outubro de 1970, foi preso e torturado no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) do II Exército, em São Paulo. Ele e Joel José de Carvalho, seu irmão, são desaparecidos políticos, e Devanir de Carvalho, outro irmão, foi morto no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) em 7 de abril de 1971. Daniel foi banido do Brasil em troca da libertação do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, quando se exilou no Chile. Deixou o Chile após a deposição de Allende com o golpe de Estado de Pinochet, quando foi para a Argentina. Daniel passou a militar na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) quando já se encontrava no exílio e ligou-se ao grupo de Onofre Pinto, dirigente daquela organização.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Daniel José de Carvalho foi reconhecido como desaparecido constante do anexo I da Lei nº 9.140/1995, que presumiu como mortas pessoas desaparecidas pela participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Seu nome consta do *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem foram nomeadas várias ruas: em São Paulo (SP), no Jardim Ganhembu; no Rio de Janeiro (RJ), em Bangu; em Belo Horizonte (MG), no bairro Novo das Indústrias (Barreiro); além da avenida na cidade de Diadema (SP) que recebeu o nome de Daniel José de Carvalho.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Os militantes da VPR foram intensamente monitorados e perseguidos pelos agentes de informação e segurança do Estado. Em 1973, seis militantes da organização foram presos e mortos em Pernambuco. O episódio, que ficou conhecido como “chacina da chácara São Bento”, evidencia a forma de atuação articulada dos órgãos de informações, militares e agentes infiltrados nos movimentos políticos. O papel de “Cabo” Anselmo, na operação de execução dos integrantes da VPR em Pernambuco foi reproduzido na “Operação Juriti”, em Foz do Iguaçu, na figura do ex-militante infiltrado Alberi Vieira dos Santos. Ligado ao grupo de Leonel Brizola e liderança na Guerrilha de Três Passos, Alberi trabalhou para o Centro de Informações do Exército (CIE) com a função de atrair militantes da VPR que se encontravam na Argentina para uma emboscada no sul do Brasil.

Documentos produzidos pelos órgãos da Ditadura Militar comprovam a atuação de Alberi como agente a serviço da repressão, como o Informe 22-165/74, do Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, de 1º de agosto de 1974. O documento revela a coordenação de atividades de Alberi na fronteira brasileira, cuja principal missão era a de “infiltrar-se entre ex-companheiros para espioná-los e posteriormente entregá-los para o Exército.”ⁱ A relação de Alberi com o ex-sargento Onofre Pinto, então dirigente da VPR, facilitou a articulação da “Operação Juriti”, em que Alberi organizou a volta do grupo de exilados que haviam saído do Chile em função do golpe militar, em 1973, e estavam na

Argentina. Os irmãos Joel José de Carvalho e Daniel José de Carvalho; José Lavecchia, Vítor Carlos Ramos, Onofre Pinto, militantes da VPR, e o argentino Enrique Ernesto Ruggia foram convencidos a retornar ao Brasil.

Para o retorno dos militantes já havia uma rota estabelecida pelos contatos de Alberi no Chile, Argentina e Brasil. Onofre Pinto foi monitorado por agentes da repressão e de informações brasileiros, chilenos e argentinos. Alberi, apesar do papel central na operação, teve o apoio local do agente do CIE em Foz do Iguaçu, Otávio Rainolfo da Silva, que atuava como Otávio Camargo e foi apresentado ao grupo como apoio da VPR no Paraná. A operação contou também com uma rede de militares, como Paulo Malhães, que declarou ser controlador de Alberi no CIE; além do sargento do CIE Rubens Gomes Carneiro (codinome “Laecato Boa Morte”); major do CIE, Rubens Paim Sampaio; os soldados do CIE, Antonio Waneir Pinheiro Lima (codinome “Camarão”) e o agente ainda não identificado, conhecido como “Presuntinho”. Entre os militares envolvidos, Otávio e Malhães acrescentaram informações importantes sobre o caso em depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Em 11 de julho de 1974, o grupo saiu de Buenos Aires acompanhando Alberi em direção à fronteira com Brasil, no Paraná, onde Otávio os aguardava. Seguiram em uma Rural Willys para o sítio de Niquinho Leite, primo de Alberi, distrito de Boa Vista do Capanema, em Santo Antônio do Sudoeste (PR). Apenas no dia 13 de julho, os exilados chegaram ao sítio, onde passaram a planejar e articular as ações que fariam em solo brasileiro. A primeira atividade seria ir ao Parque Nacional do Iguaçu, onde haveria um acampamento-base e armas escondidas e, no segundo dia, partiriam para Medianeira (PR) para expropriar uma agência bancária. Os militantes se dividiram e apenas Onofre Pinto permaneceu no sítio, enquanto Joel José de Carvalho, Daniel José de Carvalho, José Lavecchia, Vítor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia acompanharam Alberi e Otávio, que rumaram para o Parque Nacional do Iguaçu. A emboscada já estava montada e, após percorrerem cerca de seis quilômetros na estrada do Colono, dentro do parque, o grupo estacionou e seguiu um pequeno trecho caminhando, até chegaram ao ponto combinado entre os agentes do CIE. Em depoimento à CNV, em 28 de junho de 2013, o agente do CIE à época, Otávio Rainolfo da Silva, descreveu que o local “era uma trilha, que dava para passar carro. (...) Quando parei o carro, não andamos 30, 40 metros, e aconteceu.”ⁱⁱ

Os cinco militantes da VPR, emboscados, foram fuzilados pelo grupo de militares postados em cunha, enquanto os agentes infiltrados do CIE, Alberi e Otávio, procuraram abrigar-se dos tiros. Esse era o combinado para a operação, Alberi e Otávio saíam da linha de tiro, uma abundante rajada de balas de grosso calibre desferida contra as vítimas, ainda surpresas pelo clarão dos faróis que foram acesos na floresta para iluminar os alvos.

Além dos militares já citados como pertencentes à operação, participaram da execução do grupo os tenentes do Batalhão de Foz do Iguaçu, Aramis Ramos Pedrosa e Jamil Jomar de Paula. Onofre Pinto, que não acompanhara o grupo, foi levado para o mesmo caminho algumas horas após a morte de seus companheiros. Conduzido pela dupla Alberi e Otávio, o dirigente da VPR percebeu algo de errado na operação e tentou correr, mas foi detido. Preso e levado vivo para Foz do Iguaçu, foi morto após interrogatório sob tortura. O caso é tratado com mais detalhes no capítulo 13 deste Relatório.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. CIE:

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do CIE: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Chefe da Seção de Operações do CIE: tenente-coronel Carlos Sérgio Torres

Chefe da Seção de Contrainformações do CIE: tenente-coronel Cyro Guedes Etchegoyen

1.2. III Exército:

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do III Exército: general de Exército Oscar Luiz da Silva

Comandante do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu: tenente-coronel José Pessoa Guedes

Chefe da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu: capitão Areski de Assis Pinto Abarca

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada	Local da grave	Fonte documental/
-------------	--------------	---------------	--------------------------	-----------------------	--------------------------

			pelo agente	violação	testemunhal sobre a autoria
Paulo Malhães.	CIE.	Major do Exército.	Comandante da operação.	Parque Nacional do Iguaçu.	Arquivo da CNV: 00092.000583/201, pp. 4-9.
José Brant Teixeira.	CIE.	Major do Exército.	Participação na operação, em função de comando.	Parque Nacional do Iguaçu.	Arquivo da CNV: 00092.000283/201, pp. 4-11.
Alberio Vieira dos Santos.	CIE.	Agente do CIE infiltrado.	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu.	Arquivo da CNV: 00092.000283/201, pp. 4-11.
Otávio Rainolfo da Silva.	CIE.	Soldado do Exército.	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu.	Arquivo da CNV: 00092.000706/201, pp. 3-12.
Rubens Gomes Carneiro, codinome Laecato Boa-Morte.	CIE.	Sargento do Exército.	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu.	Arquivo da CNV: 00092.000283/201, pp. 4-11.
Antônio Waneir Pinheiro Lima, codinome Camarão.	CIE.	Soldado do Exército.	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu.	Arquivo da CNV: 00092.000583/201, pp. 4-9.
Areski de Assis	2ª Seção do 1º	Capitão Chefe da 2ª Seção	Responsável local pela	Parque Nacional do	Arquivo da CNV: 00092.000283/201

Pinto Abarca.	Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.	do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.	operação.	Iguaçu.	, pp. 4-11.
Aramis Ramos Pedroza.	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.	Tenente da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira.	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu.	Arquivo da CNV: 00092.000706/201, pp. 3-12.
Jamil Jomar de Paula.	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.	Tenente da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira.	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu.	Arquivo da CNV: 00092.000706/201, pp. 3-12.

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de desaparecimento e morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_A PA_ACE_7896_84	Informe nº 22.165/74, 1/8/1974.	Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.	Registra atividades do agente infiltrado Alberi Vieira dos Santos.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_A C_ACE_73736_74.	Informação nº 160/16/APA/74, 28/6/1974	Agência de Porto Alegre do SNI.	Monitoramento das atividades de Onofre Pinto, destaca a colaboração dos órgãos de informação argentinos e chilenos.
Arquivo Nacional,	Processo aberto	CEMDP.	Documentos recolhidos para o

CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0 028_0001.	sobre o caso da vítima na CEMDP.		processo.
Acervo da CNV: 00092.000211/2012-11.	Dossiê “Revelações sobre as execuções de Onofre Pinto, Joel José de Carvalho, Daniel de Carvalho, José Lavéchia, Victor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia”, 5/9/2012.	Dossiê elaborado pelo jornalista e ex- preso político, Aluizio Palmar.	Documentos organizados sobre o caso da chacina do Parque Nacional do Iguaçu.
Acervo da CNV: 00092.001405/2014-97.	<i>Víctimas del Terrorismo de Estado,</i> 6/2014.	<i>Comisión Provincial por la Memoria de la Provincia de Buenos Aires.</i>	Documentos do <i>Servicio de Inteligencia de la Policía de la provincia de Buenos Aires,</i> que remetem às vítimas da chacina do Parque Nacional do Iguaçu.

2. Testemunhos sobre o caso à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Adão Almeida (policial federal que participou das primeiras buscas dos corpos das vítimas).	Arquivo da CNV, testemunho prestado perante a CNV, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18	Relata as tentativas de buscas dos corpos das vítimas da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu.
Aluizio Palmar (ex- preso político da VPR, jornalista e autor do livro <i>Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?</i> , pesquisa o caso da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu).	Arquivo da CNV, testemunho prestado perante a CNV, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18.	Relata as buscas dos corpos das vítimas, como na cidade de Nova Aurora (PR), pesquisa dos arquivos de Foz do Iguaçu e a descoberta do envolvimento do militar Otávio Rainolfo da Silva na Chacina do Parque Nacional do Iguaçu.
Gilberto Giovannetti (ex-	Arquivo da CNV, testemunho prestado perante a CNV,	Depoimento em que afirma ter feito um acordo

<p>militante da VPR).</p>	<p>Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18.</p>	<p>com a repressão, mas alega que as informações que prestou não foram relevantes.</p>
---------------------------	--	--

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do Depoente	Fonte	Informações relevantes
<p>Otávio Rainolfo da Silva, ex-agente do CIE.</p>	<p>Arquivo da CNV: depoimento prestado à CNV em Foz do Iguaçu, 28 de junho de 2013: 00092.000706/2013-12.</p>	<p>Detalhes da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, que resultou no desaparecimento das vítimas.</p>
<p>Otávio Rainolfo da Silva, ex-agente do CIE.</p>	<p>Arquivo da CNV: depoimento prestado à CNV em Foz do Iguaçu, 4 de dezembro de 2013: 00092.003266/2014-36</p>	<p>Detalhes da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, que resultou no desaparecimento das vítimas.</p>
<p>Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento DOI-CODI/SP.</p>	<p>Arquivo da CNV: depoimento prestado à CNV em Brasília, 30 de outubro de 2012: 00092.000929/2012-07.</p>	<p>Aponta a participação de alguns militares na chacina: Areski de Assis Pinto Abarca.</p>
<p>Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento DOI-CODI/SP.</p>	<p>Arquivo da CNV, depoimento prestado à CNV em Brasília, 7 de fevereiro de 2014: 00092.000283/2014-11.</p>	<p>Primeiras informações conhecidas sobre o caso. Aponta a participação de alguns militares na chacina: Brant Teixeira, Paulo Malhões, Rubens Gomes Carneiro “Laecato”.</p>
<p>Paulo Malhões, ex-major do CIE.</p>	<p>Arquivo da CNV, depoimento prestado à CNV em Brasília, 25 de março de 2014: 00092.000732/2014-21.</p>	<p>Chefe da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, Malhões revela a relação com o agente infiltrado Alberi, a participação dos militares “Laecato” e “Camarão”, além da atuação da Diretora de Inteligência Nacional (DINA) no monitoramento das</p>

		vítimas.
--	--	----------

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Daniel José de Carvalho é desaparecido e morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a localização e reconhecimento de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_APA_ACE_7896_84.

ⁱⁱ Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.

ENRIQUE ERNESTO RUGGIA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Ana Violeta Bambula e Atílio Carlos Ruggia

Data e local de nascimento: 25/7/1955, Corrientes (Argentina)

Atuação profissional: estudante universitário

Organização política: não se aplica

Data e local de desaparecimento: 13/7/1974, Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR).

BIOGRAFIA

Enrique nasceu em Corrientes, na Argentina, em 25 de julho de 1955. Estudou Medicina Veterinária na Faculdade de Agronomia de Buenos Aires, onde conheceu o exilado brasileiro Joel José de Carvalho, integrante da organização brasileira de esquerda Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No ano seguinte, o jovem estudante – que não pertencia a nenhum partido político ou organização de esquerda – se interessou pela possibilidade de se engajar na luta guerrilheira latino-americana. Enrique viajou então para o Brasil, provavelmente a convite de Joel José de Carvalho, integrando-se ao grupo liderado por Onofre Pinto.

Enrique morreu junto com outros quatro companheiros -Joel José de Carvalho, Daniel José de Carvalho, José Lavecchia e Vitor Carlos Ramos- em emboscada preparada por agentes do CIE, no Parque Nacional do Iguçu, em 13 de julho de 1974, montada com a colaboração de Alberi Vieira dos Santos, agente infiltrado no grupo da VPR.

Antes de partir para o Brasil, Enrique disse à irmã, a psicóloga Lilian Ruggia, que iria ao Brasil realizar uma ação revolucionária e que retornaria em sete ou dez dias. Passado esse tempo, não retornou a Buenos Aires e Lilian passou a acreditar que o irmão tivesse sido preso. A partir daí iniciou uma intensa busca pelo irmão. O primeiro local onde buscou informações sobre o paradeiro de Enrique foi o Hotel Cecil, onde se hospedavam perseguidos políticos, muitos deles brasileiros, protegidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Ali, ninguém soube informar sobre o paradeiro do irmão. Após procurá-lo em outros hotéis, Lilian Ruggia iniciou a busca também em hospitais e necrotérios. Como não obteve notícias, viu-se na situação de ter um irmão desaparecido político. Apenas anos depois, com a ajuda de brasileiros que também investigaram o caso, entre eles o jornalista e ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e da VPR Aluizio Ferreira Palmar, Lilian conseguiu confirmar que o irmão havia realmente acompanhado o grupo de brasileiros e desaparecido em Foz do Iguçu. Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, publicada no dia 30 de janeiro de 2011, Lilian afirmou:

Mais do que uma esperança (...) é uma oportunidade de encontrar os restos do meu irmão. (...) Uma oportunidade de saber o que aconteceu em Foz do Iguçu, punir os responsáveis e enquadrá-los como criminosos de lesa-humanidade. Não é possível anistiar esses crimes. Esses militares estão morrendo, fica cada vez mais difícil chegar à verdade. E, claro, quero achar os restos do meu irmão. Repito: os seres humanos precisam sepultar os seus mortos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Enrique Ernesto Ruggia foi reconhecido como desaparecido pelo anexo I da Lei nº 9.140/1995, que presumiu como mortas pessoas desaparecidas pela participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Seu nome consta do *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Na Argentina, foi pintado em sua homenagem um mural com seu rosto, em San Pedro, município onde Ruggia passou a infância e parte da adolescência. O mural está situado na esquina entre as ruas Mitre e Frei Cayetano Rodriguez. Em Buenos Aires, o nome de Enrique Ernesto Ruggia figura nos murais do Parque da Memória, localizado às margens do Rio da Prata.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE E DESAPARECIMENTO

Os militantes da VPR foram intensamente monitorados e perseguidos pelos agentes de informação e segurança do Estado. Em 1973, 6 militantes da organização foram presos e mortos em Pernambuco. O episódio que ficou conhecido como chacina da chácara São Bento evidencia a forma de atuação articulada dos órgãos de informações, militares e agentes infiltrados nos movimentos políticos. O papel de “Cabo” Anselmo, na operação de execução dos integrantes da VPR em Pernambuco, foi reproduzido na “Operação Juriti”, em Foz do Iguaçu, na figura do ex-militante infiltrado Alberi Vieira dos Santos. Ligado ao grupo de Leonel Brizola e liderança na Guerrilha de Três Passos, Alberi trabalhou para o CIE, Centro de Informações do Exército, com a função de atrair militantes da VPR que se encontravam na Argentina para uma emboscada no sul do Brasil.

Documentos produzidos pelos órgãos da ditadura militar comprovam a atuação de Alberi como agente a serviço da repressão, como o Informe 22-165/74, do Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, de 1º de agosto de 1974. O documento revela a coordenação de atividades de Alberi na fronteira brasileira, cuja principal missão era a de “infiltrar-se entre ex-companheiros para espioná-los e posteriormente entregá-los para o Exército.”¹ A relação de Alberi com o ex-sargento Onofre Pinto, então dirigente da VPR, facilitou a articulação da Operação Juriti, em que Alberi organizou a volta do grupo de exilados que haviam saído do Chile em função do golpe militar, em 1973, e estavam na Argentina. Os irmãos Joel José de Carvalho e Daniel José de Carvalho; José Lavecchia, Vítor Carlos Ramos, Onofre Pinto, militantes da VPR, e o argentino Enrique Ernesto Ruggia foram convencidos a retornar ao Brasil.

Para o retorno dos militantes já havia uma rota estabelecida pelos contatos de Alberi no Chile, Argentina e Brasil. Onofre Pinto foi monitorado por agentes da repressão e de informações brasileiros, chilenos e argentinos. Alberi, apesar do papel central na

operação, teve o apoio local do agente do CIE em Foz do Iguaçu, Otávio Rainolfo da Silva, que atuava como Otávio Camargo e foi apresentado ao grupo como apoio da VPR no Paraná. A operação contou também com uma rede de militares, como Paulo Malhães, que declarou ser controlador de Alberi no CIE; além do sargento do CIE Rubens Gomes Carneiro (codinome “Laecato Boa Morte”); major do CIE, Rubens Paim Sampaio; os soldados do CIE, Antonio Waneir Pinheiro Lima (codinome “Camarão”) e o agente ainda não identificado, conhecido como “Presuntinho”. Entre os militares envolvidos, Otávio e Malhães acrescentaram informações importantes sobre o caso em depoimentos prestados à CNV.

Em 11 de julho de 1974, o grupo saiu de Buenos Aires acompanhando Alberi em direção à fronteira com Brasil, no Paraná, onde Otávio os aguardava. Seguiram em uma Rural Willys para o sítio de Niquinho Leite, primo de Alberi, distrito de Boa Vista do Capanema, em Santo Antônio do Sudoeste (PR). Apenas no dia 13 de julho, os exilados chegaram ao sítio, onde passaram a planejar e articular as ações que fariam em solo brasileiro. A primeira atividade seria ir ao Parque Nacional do Iguaçu, onde haveria um acampamento-base e armas escondidas e, no segundo dia, partiriam para Medianeira (PR) para expropriar uma agência bancária. Os militantes se dividiram e apenas Onofre Pinto permaneceu no sítio, enquanto Joel José de Carvalho, Daniel José de Carvalho, José Lavecchia, Vitor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia acompanharam Alberi e Otávio, que rumaram para o Parque Nacional do Iguaçu. A emboscada já estava montada e, após percorrerem cerca de seis quilômetros na estrada do Colono, dentro do Parque, o grupo estacionou e seguiu um pequeno trecho caminhando, até chegaram ao ponto combinado entre os agentes do CIE. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 28 de junho de 2013, o agente do CIE à época, Otávio Rainolfo da Silva descreveu que o local *“era uma trilha, que dava para passar carro. (...) Quando parei o carro, não andamos 30, 40 metros, e aconteceu.”*²

Os cinco militantes da VPR, emboscados, foram fuzilados pelo grupo de militares postados em cunha, enquanto os agentes infiltrados do CIE, Alberi e Otávio, procuraram abrigar-se dos tiros. Esse era o combinado para a operação, Alberi e Otávio sairiam da linha de tiro, uma abundante rajada de balas de grosso calibre desferida contra as vítimas, ainda surpresas pelo clarão dos faróis que foram acesos na floresta para iluminar os alvos. Enrique Ruggia, mesmo depois de alvejado, ainda teria resistido,

mas um dos soldados fez novos disparos, com ele caído ao chão, para terminar de executá-lo.

Além dos militares já citados como pertencentes à operação, participaram da execução do grupo os tenentes do Batalhão de Foz do Iguaçu, Aramis Ramos Pedrosa e Jamil Jomar de Paula. Onofre Pinto, que não acompanhara o grupo, foi levado para o mesmo caminho algumas horas após a morte de seus companheiros. Conduzido pela dupla Alberi e Otávio, o dirigente da VPR percebeu algo de errado na operação e tentou correr, mas foi detido. Preso e levado vivo para Foz do Iguaçu, foi morto após interrogatório sob tortura. O caso é tratado com mais detalhes no capítulo 13 deste relatório.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Centro de Informações do Exército (CIE):

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do CIE: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Chefe da Seção de Operações do CIE: tenente-coronel Carlos Sérgio Torres

Chefe da Seção de Contrainformações do CIE: tenente-coronel Cyro Guedes Etchegoyen

1.2. III Exército:

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do III Exército: general de Exército Oscar Luiz da Silva

Comandante do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu: tenente-coronel José Pessoa Guedes

Chefe da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu: capitão Areski de Assis Pinto Abarca

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada	Local da grave	Fonte documental/
-------------	--------------	---------------	--------------------------	-----------------------	--------------------------

			pele agente	violação	testemunhal sobre a autoria
Paulo Malhães	CIE	major do Exército	Comandante da operação	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo CNV, 00092.000583/2014-09.
José Brant Teixeira	CIE	major do Exército	Participação na operação, em função de comando	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo CNV, 00092.000283/2014-11.
Alberi Vieira dos Santos	CIE	agente do CIE infiltrado	Execução da operação	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo CNV, 00092.000283/2014-11.
Otávio Rainolfo da Silva	CIE	soldado do Exército	Execução da operação	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo CNV, 00092.000706/2013-12.
Rubens Gomes Carneiro, codinome Laecato Boa-Morte	CIE	sargento do Exército	Execução da operação	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo CNV, 00092.000283/2014-11.
Antônio Waneir Pinheiro Lima, codinome Camarão	CIE	soldado do Exército	Execução da operação	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo CNV, 00092.000583/2014-09.
Areski de Assis Pinto Abarca	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.	capitão Chefe da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu	Responsável local pela operação	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo CNV, 00092.000283/2014-11.
Aramis Ramos	2ª Seção do 1º Batalhão	tenente da 2ª Seção do	Execução da operação	Parque Nacional do Iguaçu, em	Arquivo CNV, 00092.000706/20

Pedrosa	de Fronteira de Foz do Iguaçu.	1º Batalhão de Fronteira		Foz do Iguaçu (PR).	13-12.
Jamil Jomar de Paula	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.	tenente da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira	Execução da operação	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo CNV, 00092.000706/20 13-12.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de desaparecimento e morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_APA_ACE_7896_84.	Informe nº 22.165/74, 1/8/1974.	Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.	Registra atividades do agente infiltrado, Alberi Vieira dos Santos.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_73736_74.	Informação nº 160/16/APA/74 de 28/6/1974.	Agência de Porto Alegre do SNI.	Monitoramento das atividades de Onofre Pinto e destaca a colaboração dos órgãos de informação argentinos e chilenos.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0032_0002.	Processo aberto sobre o caso da vítima na CEMDP.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	Documentos recolhidos para o processo.
Arquivo da CNV: 00092.000211/2012-11.	Dossiê “Revelações sobre as execuções de Onofre Pinto, Joel José de Carvalho, Daniel de	Dossiê elaborado pelo jornalista e ex-presos político, Aluizio Palmar.	Documentos organizados sobre o caso da chacina do Parque Nacional do Iguaçu.

	Carvalho, José Lavéchia, Victor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia”, 5/9/2012.		
Arquivo da CNV: 00092.001405/2014-97.	Víctimas del Terrorismo de Estado, 6/2014.	Comisión Provincial por la Memoria de la Provincia de Buenos Aires.	Documentos do Servicio de Inteligencia de la Policía de la provincia de Buenos Aires, que remetem às vítimas da chacina do Parque Nacional do Iguaçu.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Adão Almeida (policial federal que participou das primeiras buscas dos corpos das vítimas).	Arquivo da CNV, testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18.	Relata as tentativas de buscas dos corpos das vítimas da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu.
Aluizio Palmar. (ex-preso político da VPR, jornalista e autor do livro "Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?", pesquisa o caso da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu).	Arquivo CNV, testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18.	Relata as buscas dos corpos das vítimas, como na cidade de Nova Aurora (PR), pesquisa dos arquivos de Foz do Iguaçu e a descoberta do envolvimento do militar Otávio na Chacina do Parque Nacional do Iguaçu.
Gilberto Giovannetti (ex-militante da VPR).	Arquivo CNV, testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em	Depoimento em que afirma ter feito um acordo com a repressão, mas alega que as informações que prestou não foram relevantes.

	audiência pública. Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18.	
Lilian Ruggia. (irmã de Enrique Ernesto Ruggia, vítima da chacina do Parque Nacional do Iguaçu).	Arquivo da CNV, testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18.	Presta informações sobre Enrique Ruggia.

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Otávio Rainolfo da Silva, ex-agente do CIE.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu, 28 de junho de 2013: 00092.000706/2013-12.	Detalhes da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, que resultou no desaparecimento das vítimas.
Otávio Rainolfo da Silva, ex-agente do CIE.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu, 4 de dezembro de 2013: 00092.003266/2014-36.	Detalhes da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, que resultou no desaparecimento das vítimas.
Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento DOI-CODI/SP.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 30 de outubro de 2012: 00092.000929/2012-07.	Aponta a participação de alguns militares na chacina: Areski de Assis Pinto Abarca.
Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento DOI-CODI/SP.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 7 de	Primeiras informações conhecidas sobre o caso. Aponta a participação de alguns militares na chacina:

	fevereiro de 2014: 00092.000283/2014-11.	Brant Teixeira, Paulo Malhães, Rubens Gomes Carneiro “Laecato”.
Paulo Malhães, ex- major do CIE.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 25 de março de 2014: 00092.000732/2014-21.	Chefe da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, Malhães revela a relação com o agente infiltrado Alberi, a participação dos militares “Laecato” e “Camarão”, além da atuação da DINÁ no monitoramento das vítimas.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Enrique Ernesto Ruggia foi executado e desapareceu pela ação de agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

¹ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_APA_ACE_7896_84.

² Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.

JOEL JOSÉ DE CARVALHO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Esther Campos de Carvalho e Ely José de Carvalho

Data e local de nascimento: 13/7/1948, Muriaé (MG)

Atuação profissional: operário gráfico

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 13/7/1974, Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR)

BIOGRAFIA

Joel José de Carvalho nasceu em 13/de setembro de 1948 em Muriaé (MG) e na década de 1950, mudou-se com a família de Minas Gerais para São Paulo, em busca de melhores condições de vida. Em São Paulo, exerceu a profissão de operário gráfico. Casou-se com Maria das Graças de Souza, com quem teve um filho, Jocimar Souza Carvalho.

Começou sua trajetória política com os irmãos Daniel, Devanir, Jairo e Derli. Militou no PCB e no PCdoB, de onde saiu para organizar a Ala Vermelha. Em outubro de 1970, foi preso e torturado no DOI/CODI do II Exército, em São Paulo. Ele e Daniel José de Carvalho, seu irmão, são desaparecidos políticos, e Devanir de Carvalho, outro irmão, foi morto no DOPS/SP em 7 de abril de 1971. Joel foi banido do Brasil, em janeiro de 1971, em troca da libertação do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, e se exilou no Chile. Deixou o Chile após a deposição de Allende com o golpe de Estado de Pinochet, quando foi para a Argentina. Já no exílio, passou a militar na VPR, no grupo do dirigente Onofre Pinto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Joel José de Carvalho foi reconhecido como desaparecido constante do anexo I da Lei nº 9.140/1995, de 4/12/1995, que presumiu como mortas pessoas desaparecidas pela participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Seu nome consta do *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Seu caso foi reconhecido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Em sua homenagem foram nomeadas várias ruas, como em São Paulo (SP), no Jardim Raposo Tavares; em Bangu, Rio de Janeiro e no bairro Novo das Indústrias (Barreiro) em Belo Horizonte.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Os militantes da VPR foram intensamente monitorados e executados pelos agentes de informação e segurança do Estado. Em 1973, 6 militantes da organização foram presos e mortos em Pernambuco. O episódio que ficou conhecido como a chacina da chácara São Bento evidencia a forma de atuação articulada dos órgãos de informações, militares e agentes infiltrados nos movimentos políticos. O papel de “Cabo” Anselmo, na operação de execução dos integrantes da VPR em Pernambuco, foi reproduzido na “Operação Juriti”, em Foz do Iguaçu, na figura do ex-militante infiltrado Alberi Vieira dos Santos. Ligado ao grupo de Leonel Brizola e de liderança na Guerrilha de Três Passos, Alberi trabalhou para o CIE, principal centro de informações do Exército, com a função de atrair militantes da VPR que se encontravam na Argentina para uma emboscada no sul do Brasil.

Documentos produzidos pelos órgãos da ditadura militar comprovam atuação de Alberi como agente a serviço da repressão, como o Informe 22-165/74, do Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, datado de 1º de agosto de 1974, que revela a coordenação de atividades de Alberi na fronteira brasileira e que sua principal missão era “infiltrar-se entre ex-companheiros para espioná-los e posteriormente entregá-los para o Exército.”¹ A relação de Alberi com ex-sargento Onofre Pinto, então dirigente da VPR, facilitou a articulação da Operação Juriti, em que Alberi organizou a volta do grupo de exilados que haviam saído do Chile em função do golpe militar contra Salvador Allende, ocorrido em 1973, e estavam na Argentina. Os irmãos Joel José de Carvalho e Daniel José de Carvalho; José Lavecchia, Vítor Carlos Ramos, Onofre Pinto, militantes da VPR, e o argentino Enrique Ernesto Ruggia foram convencidos a retornarem para o Brasil.

O retorno dos militantes já havia uma rota estabelecida pelos contatos de Alberi no Chile, Argentina e Brasil. Onofre Pinto foi monitorado por agentes da repressão e de informação brasileiros, chilenos e até argentinos. Alberi, apesar do papel central na operação do Iguazu teve o apoio do agente do CIE em Foz do Iguazu, Otávio Rainolfo da Silva, que atuava como Otávio Camargo e foi apresentado ao grupo como apoio da VPR no Paraná. A operação contou também com uma rede de militares, como Paulo Malhães, que era controlador de Alberi no CIE; além do sargento do CIE Rubens Gomes Carneiro (codinome “Laecato Boa Morte”); o major do CIE, Rubens Paim Sampaio; os soldados do CIE, Antonio Waneir Pinheiro Lima (codinome “Camarão”) e o agente ainda não identificado, conhecido como “Presuntinho”. Entre os militares envolvidos, Otávio e Malhães relataram algumas informações sobre o caso em depoimentos prestados à CNV.

O grupo saiu de Buenos Aires acompanhando Alberi, em 11 de julho de 1974, em direção à fronteira com Brasil, pelo Paraná, onde Otávio os aguardava. Seguiram em um veículo Rural Willys para o sítio de Niquinho Leite, primo de Alberi, no distrito de Boa Vista do Capanema. Apenas no dia 13 de julho, os exilados chegaram ao sítio, onde passaram a planejar e articular as ações que fariam em solo brasileiro. A primeira atividade seria ir ao Parque Nacional do Iguazu, onde haveria um acampamento e armas escondidas e no segundo dia, partiriam para Medianeira (PR) para expropriar uma agência bancária. Os militantes se dividiram e apenas Onofre Pinto permaneceu no sítio, enquanto Joel José de Carvalho, Daniel José de Carvalho, José Lavecchia, Vitor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia acompanharam Alberi e Otávio, que rumavam para o Parque Nacional do Iguazu. A emboscada já estava montada, e após percorrerem cerca de seis quilômetros na estrada do Colono, o grupo estacionou o carro e seguiram o resto do percurso caminhando, até que chegaram ao ponto combinado entre os agentes do CIE. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 28 de junho de 2013, o agente do CIE à época, Otávio Rainolfo da Silva descreveu que o local “era uma trilha, que dava para passar carro, que acho que era da Polícia Florestal. Quando parei o carro, não andamos 30, 40 metros, e aconteceu.”²

Os cinco militantes da VPR foram fuzilados pelo grupo de militares, enquanto os agentes infiltrados do CIE, Alberi e Otávio, agacharam-se quando viram o clarão, conforme combinado com os outros agentes, que dispararam rajadas de balas de grosso calibre contra as vítimas. Além dos militares já citados como pertencentes à operação,

participaram da execução do grupo os tenentes do Batalhão de Foz do Iguaçu, Aramis Ramos Pedrosa e Jamil Jomar de Paula. Onofre Pinto, que não acompanhara o grupo, foi levado para o mesmo caminho algumas horas após a morte de seus companheiros. Conduzido pela dupla Alberi e Otávio, o dirigente da VPR percebeu algo de errado e tentou correr, mas foi detido. Preso e levado vivo para Foz do Iguaçu, foi morto após vários interrogatórios sob tortura. O caso é trabalhado em detalhes no capítulo 13 deste relatório.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do CIE: general Confúcio Danton de Paula Avelino

Chefe da Seção de Operações do CIE: tenente-coronel Carlos Sérgio Torres

Chefe da Seção de Contrainformações do CIE: tenente-coronel Cyro Guedes Etchegoyen

1.2. III Exército

Presidente da República: general Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do III Exército: general Oscar Luiz da Silva

Comandante do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu: tenente-coronel José Pessoa Guedes

Chefe da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu: capitão Areski de Assis Pinto Abarca

2. A autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Paulo Malhães.	CIE.	Major do Exército.	Comandante da operação.	Parque Nacional do Iguaçu.	Arquivo da CNV: 00092.000583/2014-09.
José Brant Teixeira.	CIE.	Major do Exército.	Participação na operação, em função de comando.	Parque Nacional do Iguaçu.	Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.

Alberi Vieira dos Santos.	CIE.	Agente do CIE infiltrado.	Execução da operação.	Parque Nacional Iguazu.	do Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.
Otávio Rainolfo da Silva.	CIE.	Soldado do Exército.	Execução da operação.	Parque Nacional Iguazu.	do Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.
Rubens Gomes Carneiro, codinome Laecato Boa-Morte.	CIE.	Sargento do Exército.	Execução da operação.	Parque Nacional Iguazu.	do Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.
Antônio Waneir Pinheiro Lima, codinome Camarão.	CIE.	Soldado do Exército.	Execução da operação.	Parque Nacional Iguazu.	do Arquivo da CNV: 00092.000583/2014-09.
Areski de Assis Pinto Abarca.	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguazu.	Capitão Chefe da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguazu.	Responsável local pela operação.	Parque Nacional Iguazu.	do Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.
Aramis Ramos Pedrosa.	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguazu.	Tenente da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira.	Execução da operação.	Parque Nacional Iguazu.	do Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.
Jamil Jomar de Paula.	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguazu.	Tenente da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira.	Execução da operação.	Parque Nacional Iguazu.	do Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_APA_ACE_7896_84.	Informe no 22.165/74, 1/8/1974.	Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do	Registra atividades do agente infiltrado, Alberi Vieira dos Santos.

		Rio Grande do Sul.	
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_73736_74.	Informação nº 160/16/APA/74, 28/6/1974.	Agência de Porto Alegre do SNI.	Monitoramento das atividades de Onofre Pinto e destaca a colaboração dos órgãos de informação argentinos e chilenos.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0010.	Processo aberto sobre o caso da vítima na CEMDP.	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos.	Documentos recolhidos para o processo.
Acervo da CNV: 00092.000211/2012-11.	Dossiê “Revelações sobre as execuções de Onofre Pinto, Joel José de Carvalho, Daniel de Carvalho, José Lavéchia, Victor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia”, 5/9/2012.	Dossiê elaborado pelo jornalista e ex-presos político, Alúzio Palmar.	Documentos organizados sobre o caso da chacina do Parque Nacional do Iguaçu.
Acervo da CNV: 00092.001405/2014-97.	Víctimas del Terrorismo de Estado, 6/2014.	Comisión Provincial por la Memoria de la Provincia de Buenos Aires.	Documentos do Servicio de Inteligencia de la Policía de la provincia de Buenos Aires, que remetem às vítimas da chacina do Parque Nacional do Iguaçu.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Adão Almeida (policial federal que participou das primeiras buscas dos corpos das vítimas).	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2013. Arquivo da CNV: 00092.000962/2013-18.	Relata as tentativas de buscas dos corpos das vítimas da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu.

<p>Aluizio Palmar (ex-presos político da VPR, jornalista e autor do livro "Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?", pesquisa o caso da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu).</p>	<p>BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2013.</p> <p>Arquivo da CNV: 00092.000962/2013-18.</p>	<p>Relata as buscas dos corpos das vítimas, como na cidade de Nova Aurora (PR), pesquisa dos arquivos de Foz do Iguaçu e a descoberta do envolvimento do militar Otávio Rainolfo da Silva na Chacina do Parque Nacional do Iguaçu.</p>
<p>Gilberto Giovannetti (ex-militante da VPR).</p>	<p>BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2013.</p> <p>Arquivo da CNV: 00092.000962/2013-18.</p>	<p>Depoimento em que afirma ter feito um acordo com a repressão, mas alega que as informações que prestou não foram relevantes: "queria deixar claro que ninguém sofreu qualquer prejuízo por nossa ação".</p>

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
<p>Otávio Rainolfo da Silva, ex-agente do CIE.</p>	<p>Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu, 28 de junho de 2013.</p> <p>Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.</p>	<p>Detalhes da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, que resultou no desaparecimento das vítimas.</p>
<p>Otávio Rainolfo da Silva, ex-agente do CIE.</p>	<p>Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu, 4 de dezembro de 2013.</p> <p>Arquivo da CNV: 00092.003266/2014-36.</p>	<p>Detalhes da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, que resultou no desaparecimento das vítimas.</p>
<p>Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento DOI-CODI/SP.</p>	<p>Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 30 de outubro de 2012.</p> <p>Arquivo da CNV: 00092.000929/2012-07.</p>	<p>Aponta a participação de alguns militares na chacina: Areski de Assis Pinto Abarca.</p>
<p>Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento DOI-CODI/SP.</p>	<p>Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 7 de fevereiro de 2014.</p>	<p>Primeiras informações conhecidas sobre o caso. Aponta a participação de alguns militares na</p>

	Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.	chacina: Brant Teixeira, Paulo Malhães, Rubens Gomes Carneiro “Laecato”.
Paulo Malhães, ex- major do CIE.	Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 25 de março de 2014. Arquivo da CNV: 00092.000732/2014-21.	Chefe da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, Malhães revela a relação com o agente infiltrado Alberi, a participação dos militares “Laecato” e “Camarão”, além da atuação da DINA (no monitoramento das vítimas.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

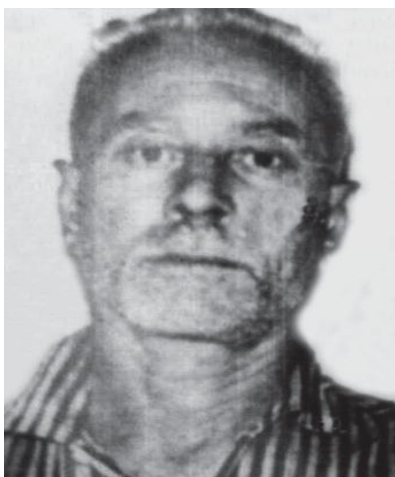
Diante das investigações realizadas, conclui-se que Joel José de Carvalho foi sumariamente executado por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos no caso.

¹ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_APA_ACE_7896_84.

² Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.

JOSÉ LAVECCHIA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Felícia Matheu e Leo Lavecchia

Data e local de nascimento: 25/5/1919, São Paulo (SP)

Atuação profissional: sapateiro

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 13/07/1974, Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR)

BIOGRAFIA

José Lavecchia militou no PCB até ingressar na VPR, por discordância em relação à posição do partido quanto à luta armada. Foi preso em 7 de maio de 1970, em um sítio no Vale da Ribeira que funcionava como área de treinamento da VPR. Foi solto em junho de 1970, com outros 39 presos políticos, em troca da liberdade do embaixador alemão. Seguiu para Argélia e, em seguida, para Cuba, local em que recebeu treinamento militar. Mais tarde seguiu para o Chile, de onde fugiu por ocasião do golpe de Estado de Pinochet, refugiando-se na Argentina. Neste país ligou-se ao grupo de Onofre Pinto, dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de José Lavecchia consta da lista do anexo I da Lei nº 9.140/1995, de 4 de dezembro de 1995, sendo reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido político. Seu nome consta do *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Seu caso foi deferido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), em 17 de junho de 1996.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE E DESAPARECIMENTO

Os militantes da VPR foram intensamente monitorados e perseguidos pelos agentes de informação e segurança do Estado. Em 1973, 6 militantes da organização foram presos e mortos em Pernambuco. O episódio que ficou conhecido como chacina da chácara São Bento evidencia a forma de atuação articulada dos órgãos de informações, militares e agentes infiltrados nos movimentos políticos. O papel de “Cabo” Anselmo, na operação de execução dos integrantes da VPR em Pernambuco, foi reproduzido na “Operação Juriti”, em Foz do Iguaçu, na figura do ex-militante infiltrado Alberi Vieira dos Santos. Ligado ao grupo de Leonel Brizola e liderança na Guerrilha de Três Passos, Alberi trabalhou para o CIE, Centro de Informações do Exército, com a função de atrair militantes da VPR que se encontravam na Argentina para uma emboscada no sul do Brasil.

Documentos produzidos pelos órgãos da ditadura militar comprovam a atuação de Alberi como agente a serviço da repressão, como o Informe 22-165/74, do Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, de 1º de agosto de 1974. O documento revela a coordenação de atividades de Alberi na fronteira brasileira, cuja principal missão era a de “infiltrar-se entre ex-companheiros para espioná-los e posteriormente entregá-los para o Exército.”ⁱ A relação de Alberi com o ex-sargento Onofre Pinto, então dirigente da VPR, facilitou a articulação da Operação Juriti, em que Alberi organizou a volta do grupo de exilados que haviam saído do Chile em função do golpe militar, em 1973, e estavam na Argentina. José Lavecchia, os irmãos Joel José de Carvalho e Daniel José de Carvalho, Vítor Carlos Ramos, Onofre Pinto -militantes da VPR- e o argentino Enrique Ernesto Ruggia foram convencidos a retornar ao Brasil.

Para o retorno dos militantes já havia uma rota estabelecida pelos contatos de Alberi no Chile, Argentina e Brasil. Onofre Pinto foi monitorado por agentes da repressão e de informações brasileiros, chilenos e argentinos. Alberi, apesar do papel central na operação, teve o apoio local do agente do CIE em Foz do Iguaçu, Otávio Rainolfo da Silva, que atuava como Otávio Camargo e foi apresentado ao grupo como apoio da VPR no Paraná. A operação contou também com uma rede de militares, como Paulo Malhães, que declarou ser controlador de Alberi no CIE; além do sargento do CIE Rubens Gomes Carneiro (codinome “Laecato Boa Morte”); major do CIE, Rubens Paim Sampaio; os soldados do CIE, Antonio Waneir Pinheiro Lima (codinome “Camarão”) e o agente

ainda não identificado, conhecido como “Presuntinho”. Entre os militares envolvidos, Otávio e Malhões acrescentaram informações importantes sobre o caso em depoimentos prestados à CNV.

Em 11 de julho de 1974, o grupo saiu de Buenos Aires acompanhando Alberi em direção à fronteira com Brasil, no Paraná, onde Otávio os aguardava. Seguiram em uma Rural Willys para o sítio de Niquinho Leite, primo de Alberi, distrito de Boa Vista do Capanema, em Santo Antônio do Sudoeste (PR). Apenas no dia 13 de julho, os exilados chegaram ao sítio, onde passaram a planejar e articular as ações que fariam em solo brasileiro. A primeira atividade seria ir ao Parque Nacional do Iguaçu, onde haveria um acampamento-base e armas escondidas e, no segundo dia, partiriam para Medianeira (PR) para expropriar uma agência bancária. Os militantes se dividiram e apenas Onofre Pinto permaneceu no sítio, enquanto José Lavecchia, Joel José de Carvalho, Daniel José de Carvalho, Vitor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia acompanharam Alberi e Otávio, que rumaram para o Parque Nacional do Iguaçu.

José Lavecchia ainda teria dito aos companheiros que não prosseguiria desarmado, quando Otávio, agente do CIE e único armado do grupo, teria entregado sua arma, um revólver 38 para Lavecchia.

Ao entregar sua arma, o agente do CIE confiou na emboscada que já estava montada. Após percorrerem cerca de seis quilômetros na estrada do Colono, dentro do Parque, o grupo estacionou e seguiu um pequeno trecho caminhando, até chegaram ao ponto combinado entre os agentes do CIE. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 28 de junho de 2013, o agente do CIE à época, Otávio Rainolfo da Silva descreveu que o local *“era uma trilha, que dava para passar carro. (...) Quando parei o carro, não andamos 30, 40 metros, e aconteceu.”*ⁱⁱ

Os cinco militantes da VPR, emboscados, foram fuzilados pelo grupo de militares postados em cunha, enquanto os agentes infiltrados do CIE, Alberi e Otávio, procuraram abrigar-se dos tiros. Esse era o combinado para a operação, Alberi e Otávio saíam da linha de tiro, uma abundante rajada de balas de grosso calibre desferida contra as vítimas, ainda surpresas pelo clarão dos faróis que foram acesos na floresta para iluminar os alvos. Mesmo armado, José Lavecchia não pode defender-se ou ao grupo.

Além dos militares já citados como pertencentes à operação, participaram da execução do grupo os tenentes do Batalhão de Foz do Iguaçu, Aramis Ramos Pedrosa e Jamil Jomar de Paula. Onofre Pinto, que não acompanhara o grupo, foi levado para o mesmo

caminho algumas horas após a morte de seus companheiros. Conduzido pela dupla Alberi e Otávio, o dirigente da VPR percebeu algo de errado na operação e tentou correr, mas foi detido. Preso e levado vivo para Foz do Iguaçu, foi morto após interrogatório sob tortura. O caso é tratado com mais detalhes no capítulo 13 deste relatório. José Lavecchia permanece desaparecido até hoje.

LOCAL DE MORTE E DESAPARECIMENTO

Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do CIE: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Chefe da Seção de Operações do CIE: tenente-coronel Carlos Sérgio Torres

Chefe da Seção de Contrainformações do CIE: tenente-coronel Cyro Guedes Etchegoyen

1.2. III Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do III Exército: general de Exército Oscar Luiz da Silva

Comandante do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu: tenente-coronel José Pessoa Guedes

Chefe da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu: capitão Areski de Assis Pinto Abarca

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Paulo Malhães	CIE	Major do Exército.	Comandante da operação.	Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000583/2014-09.
José Brant	CIE	Major do	Participação na operação,	Parque Nacional do	Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-

Teixeira		Exército.	em função de comando.	Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR)	11.
Alberi Vieira dos Santos	CIE	Agente do CIE infiltrado.	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11
Otávio Rainolfo da Silva	CIE	Soldado do Exército.	Execução da operação	Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12
Rubens Gomes Carneiro, codinome Laecato Boa-Morte	CIE	Sargento do Exército.	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.
Antônio Waneir Pinheiro Lima, codinome Camarão	CIE	Soldado do Exército.	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000583/2014-09.
Areski de Assis Pinto Abarca	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.	Capitão Chefe da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.	Responsável local pela operação.	Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.
Aramis Ramos Pedrosa	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu	Tenente da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira.	Execução da operação	Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.
Jamil Jomar de Paula	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do	Tenente da 2ª Seção do 1º Batalhão de	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.

	Iguaçu	Fronteira.			
--	--------	------------	--	--	--

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_APA_ACE_7896_84	Informe nº 22.165/74, 1/8/1974.	Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.	Registra atividades do agente infiltrado, Alberi Vieira dos Santos.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_73736_74.	Informação nº 160/16/APA/74, 28/6/1974.	Agência de Porto Alegre do SNI.	Monitoramento das atividades de Onofre Pinto e destaca a colaboração dos órgãos de informação argentinos e chilenos.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0051_0006	Processo aberto sobre o caso da vítima na CEMDP.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos.	Documentos recolhidos para o processo.
Acervo da CNV: 00092.000211/2012-11	Dossiê “Revelações sobre as execuções de Onofre Pinto, Joel José de Carvalho, Daniel de Carvalho, José Lavéchia, Victor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia”, 5/9/2012.	Dossiê elaborado pelo jornalista e ex-presos político, Aluizio Palmar	Documentos organizados sobre o caso da chacina do Parque Nacional do Iguaçu.
Acervo da CNV: 00092.001405/2014-97.	Víctimas del Terrorismo de Estado, 6/2014.	<i>Comisión Provincial por la Memoria de la Provincia de Buenos Aires.</i>	Documentos do Servicio de Inteligencia de la Policía de la provincia de Buenos Aires, que remetem às vítimas da chacina do Parque Nacional do Iguaçu.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da	Fonte	Informações relevantes
------------------	-------	------------------------

testemunha		
Adão Almeida (policial federal que participou das primeiras buscas dos corpos das vítimas)	Arquivo da CNV, testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18	Relata as tentativas de buscas dos corpos das vítimas da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu.
Aluizio Palmar (ex-preso político da VPR, jornalista e autor do livro "Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?", sobre o caso da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu).	Arquivo da CNV, testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18.	Relata as buscas dos corpos das vítimas, como na cidade de Nova Aurora (PR), pesquisa dos arquivos de Foz do Iguaçu e a descoberta do envolvimento do militar Otávio na Chacina do Parque Nacional do Iguaçu.
Gilberto Giovannetti (ex-militante da VPR).	Arquivo da CNV, testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18.	Depoimento em que afirma ter feito um acordo com a repressão, mas alega que as informações que prestou não foram relevantes.

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do Depoente	Fonte	Informações relevantes
Otávio Rainolfo da Silva, ex-agente do CIE.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu, 28 de junho de 2013: 00092.000706/2013-12.	Detalhes da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, que resultou no desaparecimento das vítimas.
Otávio Rainolfo da Silva, ex-agente do CIE.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu, 4 de dezembro de 2013: 00092.003266/2014-36	Detalhes da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, que resultou no desaparecimento das vítimas.
Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento DOI-CODI/SP.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 30 de outubro de 2012: 00092.000929/2012-07.	Aponta a participação de alguns militares na chacina: Areski de Assis Pinto Abarca.

Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento DOI-CODI/SP.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 7 de fevereiro de 2014: 00092.000283/2014-11.	Primeiras informações conhecidas sobre o caso. Aponta a participação de alguns militares na chacina: Brant Teixeira, Paulo Malhães, Rubens Gomes Carneiro “Laecato”,
Paulo Malhães, ex-major do CIE.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 25 de março de 2014: 00092.000732/2014-21.	Chefe da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, Malhães revela a relação com o agente infiltrado Alberi, a participação dos militares “Laecato” e “Camarão”, além da atuação da DINA (no monitoramento das vítimas).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que José Lavecchia foi executado e desapareceu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de José Lavecchia, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias de sua morte e desaparecimento, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_APA_ACE_7896_84.

ⁱⁱ Arquivo CNV: 00092.000706/2013-12.

ONOFRE PINTO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Pinto do Rosário e Júlio do Rosário

Data e local de nascimento: 26/1/1937, Jucupiranga (SP)

Atuação profissional: ex-sargento do Exército

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 13/7/1974, Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR)

BIOGRAFIA

Onofre Pinto foi casado com Idalina Maria Pinto, com quem teve uma filha, Kátia Elisa. Além de ter estudado contabilidade, foi sargento do Exército. Em São Paulo (SP), liderou mobilizações do Clube de Subtenentes e Sargentos do Exército, ainda antes do golpe militar de abril de 1964. Por essa razão teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1 e a prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria de Guerra de São Paulo, em 8 de outubro de 1964.

Dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização da qual foi um dos fundadores, Onofre foi preso em 2 de março de 1969, por agentes do DOPS e da 2ª Companhia de Polícia do Exército, acusado de participar de ações armadas. Foi um dos 15 presos políticos libertados em troca do embaixador americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, sequestrado por membros das organizações MR-8 e ALN, em setembro de 1969. Foi banido do país e se instalou no México. Do México, seguiu para Cuba, onde atuou no recrutamento de membros da VPR entre os exilados.

Onofre ainda morou no Chile e, em seguida, mudou-se para a Argentina. Neste país, criou um grupo entre militantes da VPR, a fim de voltar ao Brasil e organizar uma guerrilha no campo, na região sul do país.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Onofre Pinto consta do anexo I da Lei nº 9.140/1995, sendo reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido político. Seu nome consta do *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Seu caso foi reconhecido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Seu nome foi atribuído a uma rua em São Paulo (SP), no bairro Jardim Lajeado.

CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE E DESAPARECIMENTO

Os militantes da VPR foram intensamente monitorados e perseguidos pelos agentes de informação e segurança do Estado. Em 1973, 6 militantes da organização foram presos e mortos em Pernambuco. O episódio que ficou conhecido como chacina da chácara São Bento evidencia a forma de atuação articulada dos órgãos de informações, militares e agentes infiltrados nos movimentos políticos. O papel de “Cabo” Anselmo, na operação de execução dos integrantes da VPR em Pernambuco, foi reproduzido na “Operação Juriti”, em Foz do Iguaçu, na figura do ex-militante infiltrado Alberi Vieira dos Santos. Ligado ao grupo de Leonel Brizola e liderança na Guerrilha de Três Passos, Alberi trabalhou para o CIE, Centro de Informações do Exército, com a função de atrair militantes da VPR que se encontravam na Argentina para uma emboscada no sul do Brasil.

Documentos produzidos pelos órgãos da ditadura militar comprovam a atuação de Alberi como agente a serviço da repressão, como o Informe 22-165/74, do Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, de 1º de agosto de 1974. O documento revela a coordenação de atividades de Alberi na fronteira brasileira, cuja principal missão era a de “infiltrar-se entre ex-companheiros para espioná-los e posteriormente entregá-los para o Exército.”¹ A relação de Alberi com o ex-sargento Onofre Pinto, então dirigente da VPR, facilitou a articulação da Operação Juriti, em que Alberi organizou a volta do grupo de exilados que haviam saído do Chile em função do golpe militar, em 1973, e estavam na Argentina. Onofre Pinto, os irmãos Joel José de Carvalho e Daniel José de Carvalho, José Lavecchia, Vítor Carlos Ramos -militantes da VPR- e o argentino Enrique Ernesto Ruggia foram convencidos a retornar ao Brasil.

Para o retorno dos militantes já havia uma rota estabelecida pelos contatos de Alberi no Chile, Argentina e Brasil. Onofre Pinto foi monitorado por agentes da repressão e de informações brasileiros, chilenos e argentinos. Alberi, apesar do papel central na operação, teve o apoio local do agente do CIE em Foz do Iguaçu, Otávio Rainolfo da Silva, que atuava como Otávio Camargo e foi apresentado ao grupo como apoio da VPR no Paraná. A operação contou também

com a coordenação do CIE e de militares experientes, como Paulo Malhães, que declarou ser controlador de Alberi no CIE; além do sargento do CIE Rubens Gomes Carneiro (codinome “Laecato Boa Morte”); major do CIE, Rubens Paim Sampaio; os soldados do CIE, Antonio Waneir Pinheiro Lima (codinome “Camarão”) e o agente ainda não identificado, conhecido como “Presuntinho”. Entre os militares envolvidos, Otávio e Malhães acrescentaram informações importantes sobre o caso em depoimentos prestados à CNV.

Em 11 de julho de 1974, o grupo saiu de Buenos Aires acompanhando Alberi em direção à fronteira com Brasil, no Paraná, onde Otávio os aguardava. Seguiram em uma Rural Willys para o sítio de Niquinho Leite, primo de Alberi, distrito de Boa Vista do Capanema, em Santo Antônio do Sudoeste (PR). Apenas no dia 13 de julho, os exilados chegaram ao sítio, onde passaram a planejar e articular as ações que fariam em solo brasileiro. A primeira atividade seria adentrar o Parque Nacional do Iguaçu, onde haveria um acampamento-base e armas escondidas e, no segundo dia, partiriam para Medianeira (PR) para expropriar uma agência bancária. Os militantes se dividiram e apenas Onofre Pinto permaneceu no sítio, enquanto Joel José de Carvalho, Daniel José de Carvalho, José Lavecchia, Vitor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia acompanharam Alberi e Otávio, que rumaram para o Parque Nacional do Iguaçu. A emboscada já estava montada e, após percorrerem cerca de seis quilômetros na estrada do Colono, dentro do Parque, o grupo estacionou e seguiu um pequeno trecho caminhando, até chegaram ao ponto combinado entre os agentes do CIE.

Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 28 de junho de 2013, o agente do CIE à época, Otávio Rainolfo da Silva descreveu que o local *“era uma trilha, que dava para passar carro. (...) Quando parei o carro, não andamos 30, 40 metros, e aconteceu.”*ⁱⁱⁱ

Os cinco militantes da VPR, emboscados, foram fuzilados pelo grupo de militares postados em cunha, enquanto os agentes infiltrados do CIE, Alberi e Otávio, procuraram abrigar-se dos tiros. Esse era o combinado para a operação, Alberi e Otávio saíam da linha de tiro, uma abundante rajada de balas de grosso calibre desferida contra as vítimas, ainda surpresas pelo clarão dos faróis que foram acesos na floresta para iluminar os alvos.

Além dos militares já citados como pertencentes à operação, participaram da execução do grupo os tenentes do Batalhão de Foz do Iguaçu, Aramis Ramos Pedrosa e Jamil Jomar de Paula. Onofre Pinto, que não acompanhara o grupo, foi levado para o mesmo caminho algumas horas após a morte de seus companheiros. Conduzido pela dupla Alberi e Otávio, o dirigente da VPR percebeu algo de errado na operação e tentou correr, mas foi detido. Preso e levado vivo para Foz do Iguaçu, foi morto após interrogatório sob tortura.

O dirigente da VPR já era monitorado há algum tempo, como descrevem documentos dos órgãos de informações brasileiros. A Divisão de Informações de Segurança do Comando da 4ª Zona Aérea, em 1º de agosto de 1973, elaborou registro intitulado “Subversivos brasileiros no Chile”, em que consta informações de Onofre, até mesmo seu endereço quando residiu na capital chilena.ⁱⁱⁱ O caso é tratado com mais detalhes no capítulo 13 deste relatório.

LOCAL DO DESAPARECIMENTO E DA MORTE

Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e morte

1.1. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do CIE: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Chefe da Seção de Operações do CIE: tenente-coronel Carlos Sérgio Torres

Chefe da Seção de Contrainformações do CIE: tenente-coronel Cyro Guedes Etchegoyen

1.2. III Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do III Exército: general de Exército Oscar Luiz da Silva

Comandante do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu: tenente-coronel José Pessoa Guedes

Chefe da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu: capitão Areski de Assis Pinto Abarca

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Paulo Malhães	CIE	major do Exército	Comandante da operação	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000583/2014-09.
José Brant Teixeira	CIE	major do Exército	Participação na operação, em função de	Parque Nacional do Iguaçu,	Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-

			comando	em Foz do Iguaçu (PR)	11.
Alberi Vieira dos Santos	CIE	agente do CIE infiltrado	Execução da operação	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.
Otávio Rainolfo da Silva	CIE	doldado do Exército	Execução da operação	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.
Rubens Gomes Carneiro, codinome Laecato Boa-Morte	CIE	sargento do Exército	Execução da operação	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.
Antônio Waneir Pinheiro Lima, codinome Camarão	CIE	soldado do Exército	Execução da operação	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000583/2014-09.
Areski de Assis Pinto Abarca	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu	capitão Chefe da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu	Responsável local pela operação	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.
Aramis Ramos Pedrosa	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu	tenente da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira	Execução da operação	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR)	Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.
Jamil Jomar de Paula	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do	tenente da 2ª Seção do 1º Batalhão de	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu	Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.

	Iguaçu	Fronteira		(PR)	
--	--------	-----------	--	------	--

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_APA_ACE_7896_84.	Informe nº 22.165/74, 1º/8/1974.	Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.	Registra atividades do agente infiltrado, Alberi Vieira dos Santos.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_73736_74.	Informação nº 160/16/APA/74, 28/6/1974.	Agência de Porto Alegre do SNI.	Monitoramento das atividades de Onofre Pinto e destaca a colaboração dos órgãos de informação argentinos e chilenos.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT_0_0068_0006.	Processo aberto sobre o caso da vítima na CEMDP.	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos	Documentos recolhidos para o processo.
Acervo da CNV: 00092.000211./2012-11.	Dossiê “Revelações sobre as execuções de Onofre Pinto, Joel José de Carvalho, Daniel de Carvalho, José Lavéchia, Victor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia”, 5/9/2012.	Dossiê elaborado pelo jornalista e ex-presos político Aluizio Palmar.	Documentos organizados sobre o caso da chacina do Parque Nacional do Iguaçu.

Arquivo da CNV: 00092.001405/2014-97.	<i>Víctimas del Terrorismo de Estado</i> , 6/2014.	Comisión Provincial por la Memoria de la Provincia de Buenos Aires.	Documentos do Servicio de Inteligencia de la Policía de la provincia de Buenos Aires, que remetem às vítimas da chacina do Parque Nacional do Iguazu.
Arquivo Nacional, CISA: BR_DFANBSB_VA Z_037A_0241.	Subversivos brasileiros no Chile.	Divisão de Informações de Segurança do Comando da 4ª Zona Aérea.	Monitoramento de Onofre Pinto no exílio.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Adão Almeida, policial federal que participou das primeiras buscas dos corpos das vítimas.	Arquivo da CNV, testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguazu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18.	Relata as tentativas de buscas dos corpos das vítimas da Chacina do Parque Nacional do Iguazu.
Aluizio Palmar, ex-presos político da VPR, jornalista e autor do livro <i>Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?</i> sobre o caso da Chacina do Parque Nacional do Iguazu.	Arquivo da CNV, testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguazu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18.	Relata as buscas dos corpos das vítimas, como na cidade de Nova Aurora (PR), pesquisa dos arquivos de Foz do Iguazu e a descoberta do envolvimento do militar Otávio na Chacina do Parque Nacional do Iguazu.
Gilberto Giovannetti, ex-militante da VPR.	Arquivo CNV, testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual	Depoimento em que afirma ter feito um acordo com a repressão, mas alega que as informações que prestou não foram relevantes.

	da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguaçu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18.	
--	---	--

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Otávio Rainolfo da Silva, ex-agente do CIE.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu, 28 de junho de 2013: 00092.000706/2013-12.	Detalhes da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, que resultou no desaparecimento das vítimas.
Otávio Rainolfo da Silva, ex-agente do CIE.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu, 4 de dezembro de 2013: 00092.003266/2014-36.	Detalhes da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, que resultou no desaparecimento das vítimas.
Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento DOI-CODI/SP.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 30 de outubro de 2012: 00092.000929/2012-07.	Aponta a participação de alguns militares na chacina, como Areski de Assis Pinto Abarca
Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento DOI-CODI/SP.	Arquivo da CNV: Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 7 de fevereiro de 2014: 00092.000283/2014-11.	Primeiras informações conhecidas sobre o caso. Aponta a participação de alguns militares na chacina: Brant Teixeira, Paulo Malhões, Rubens Gomes Carneiro “Laecato”.
Paulo Malhões, ex-major do CIE.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 25 de março de 2014: 00092.000732/2014-21.	Chefe da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, Malhões revela a relação com o agente infiltrado Alberi, a participação dos militares “Laecato” e “Camarão”, além da atuação da DINA no monitoramento das vítimas.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Onofre Pinto foi preso, torturado, executado e desaparecido pela ação de agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias de prisão, tortura, morte e desaparecimento de Onofre Pinto, para a localização de seus restos mortais e a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_APA_ACE_7896_84.

ⁱⁱ Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.

ⁱⁱⁱ Arquivo Nacional, CISA: BR_DFANBSB_VAZ_037A_0241.

VITOR CARLOS RAMOS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Santina Silva Ramos e Feliciano Ramos

Data e local de nascimento: 18/1/1944, Santos (SP)

Atuação profissional: escultor

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento e morte: 13/7/1974, Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR)

BIOGRAFIA

Nascido em Santos (SP), em 18 de janeiro de 1944, Vitor exercia a profissão de escultor. Iniciou sua militância política em 1964 e, ao ter sua prisão decretada em 1969, entrou clandestinamente no Uruguai. Em seguida, seguiu para o Chile, onde viveu até a deposição de Salvador Allende pelo golpe de Estado de setembro de 1973. Nessa ocasião mudou-se para a Argentina, em companhia de outros exilados brasileiros, onde conheceu a militante da Juventude Peronista Suzana Machado, com quem passou a viver. Pouco antes do casamento dos dois, Suzana morreu grávida em um suspeito acidente automobilístico. Dois meses depois, Vitor ligou-se ao grupo de Onofre Pinto, dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Vitor Carlos Ramos consta do *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Seu caso foi reconhecido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 30 de maio de 1996, como um novo caso

desaparecido político, diferentemente de outras vítimas do mesmo episódio do Parque Nacional do Iguaçu (PR), que foram incluídas na lista do anexo I.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE E DESAPARECIMENTO

Os militantes da VPR foram intensamente monitorados e perseguidos pelos agentes de informação e segurança do Estado. Em 1973, 6 militantes da organização foram presos e mortos em Pernambuco. O episódio que ficou conhecido como chacina da chácara São Bento evidencia a forma de atuação articulada dos órgãos de informações, militares e agentes infiltrados nos movimentos políticos. O papel de “Cabo” Anselmo, na operação de execução dos integrantes da VPR em Pernambuco, foi reproduzido na “Operação Juriti”, em Foz do Iguaçu, na figura do ex-militante infiltrado Alberi Vieira dos Santos. Ligado ao grupo de Leonel Brizola e liderança na Guerrilha de Três Passos, Alberi trabalhou para o CIE, Centro de Informações do Exército, com a função de atrair militantes da VPR que se encontravam na Argentina para uma emboscada no sul do Brasil.

Documentos produzidos pelos órgãos da ditadura militar comprovam a atuação de Alberi como agente a serviço da repressão, como o Informe 22-165/74, do Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, de 1º de agosto de 1974. O documento revela a coordenação de atividades de Alberi na fronteira brasileira, cuja principal missão era a de “infiltrar-se entre ex-companheiros para espioná-los e posteriormente entregá-los para o Exército.”¹ A relação de Alberi com o ex-sargento Onofre Pinto, então dirigente da VPR, facilitou a articulação da Operação Juriti, em que Alberi organizou a volta do grupo de exilados que haviam saído do Chile em função do golpe militar, em 1973, e estavam na Argentina. Os irmãos Joel José de Carvalho e Daniel José de Carvalho; José Lavecchia, Vítor Carlos Ramos, Onofre Pinto, militantes da VPR, e o argentino Enrique Ernesto Ruggia foram convencidos a retornar ao Brasil.

Para o retorno dos militantes já havia uma rota estabelecida pelos contatos de Alberi no Chile, Argentina e Brasil. Onofre Pinto foi monitorado por agentes da repressão e de informações brasileiros, chilenos e argentinos. Alberi, apesar do papel central na operação, teve o apoio local do agente do CIE em Foz do Iguaçu, Otávio Rainolfo da Silva, que atuava como Otávio Camargo e foi apresentado ao grupo como apoio da VPR

no Paraná. A operação contou também com uma rede de militares, como Paulo Malhães, que declarou ser controlador de Alberi no CIE; além do sargento do CIE Rubens Gomes Carneiro (codinome “Laecato Boa Morte”); major do CIE, Rubens Paim Sampaio; os soldados do CIE, Antonio Waneir Pinheiro Lima (codinome “Camarão”) e o agente ainda não identificado, conhecido como “Presuntinho”. Entre os militares envolvidos, Otávio e Malhães acrescentaram informações importantes sobre o caso em depoimentos prestados à CNV.

Em 11 de julho de 1974, o grupo saiu de Buenos Aires acompanhando Alberi em direção à fronteira com Brasil, no Paraná, onde Otávio os aguardava. Seguiram em uma Rural Willys para o sítio de Niquinho Leite, primo de Alberi, distrito de Boa Vista do Capanema, em Santo Antônio do Sudoeste (PR). Apenas no dia 13 de julho, os exilados chegaram ao sítio, onde passaram a planejar e articular as ações que fariam em solo brasileiro. A primeira atividade seria ir ao Parque Nacional do Iguaçu, onde haveria um acampamento-base e armas escondidas e, no segundo dia, partiriam para Medianeira (PR) para expropriar uma agência bancária. Os militantes se dividiram e apenas Onofre Pinto permaneceu no sítio, enquanto Vitor Carlos Ramos, Joel José de Carvalho, Daniel José de Carvalho, José Lavecchia e Enrique Ernesto Ruggia acompanharam Alberi e Otávio, que rumaram para o Parque Nacional do Iguaçu. A emboscada já estava montada e, após percorrerem cerca de seis quilômetros na estrada do Colono, dentro do Parque, o grupo estacionou e seguiu um pequeno trecho caminhando, até chegaram ao ponto combinado entre os agentes do CIE. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 28 de junho de 2013, o agente do CIE à época, Otávio Rainolfo da Silva descreveu que o local *“era uma trilha, que dava para passar carro. (...) Quando parei o carro, não andamos 30, 40 metros, e aconteceu.”*ⁱⁱ

Os cinco militantes da VPR, emboscados, foram fuzilados pelo grupo de militares postados em cunha, enquanto os agentes infiltrados do CIE, Alberi e Otávio, procuraram abrigar-se dos tiros. Esse era o combinado para a operação, Alberi e Otávio saíam da linha de tiro, uma abundante rajada de balas de grosso calibre desferida contra as vítimas, ainda surpresas pelo clarão dos faróis que foram acesos na floresta para iluminar os alvos.

Além dos militares já citados como pertencentes à operação, participaram da execução do grupo os tenentes do Batalhão de Foz do Iguaçu, Aramis Ramos Pedrosa e Jamil Jomar de Paula. Onofre Pinto, que não acompanhara o grupo, foi levado para o mesmo

caminho algumas horas após a morte de seus companheiros. Conduzido pela dupla Alberi e Otávio, o dirigente da VPR percebeu algo de errado na operação e tentou correr, mas foi detido. Preso e levado vivo para Foz do Iguaçu, foi morto após interrogatório sob tortura. O caso é tratado com mais detalhes no capítulo 13 deste relatório. Vitor Carlos Ramos permanece desaparecido até hoje.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu (PR).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte e no desaparecimento

1.1. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do CIE: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Chefe da Seção de Operações do CIE: tenente-coronel Carlos Sérgio Torres

Chefe da Seção de Contrainformações do CIE: tenente-coronel Cyro Guedes Etchegoyen

1.2. III Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do III Exército: general de Exército Oscar Luiz da Silva

Comandante do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu: tenente-coronel José Pessoa Guedes

Chefe da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu: capitão Areski de Assis Pinto Abarca

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Paulo Malhães.	CIE	major do Exército.	Comandante da operação.	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu	Arquivo da CNV: 00092.000583/2014-09.

				(PR).	
José Brant Teixeira.	CIE	major do Exército.	Participação na operação, em função de comando.	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.
Alberi Vieira dos Santos.	CIE	agente do CIE infiltrado.	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.
Otávio Rainolfo da Silva.	CIE	soldado do Exército.	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.
Rubens Gomes Carneiro, codinome Laecato Boa-Morte.	CIE	sargento do Exército.	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.
Antônio Waneir Pinheiro Lima, codinome Camarão.	CIE	soldado do Exército.	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo da CNV: 00092.000583/2014-09.
Areski de Assis Pinto Abarca.	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.	capitão Chefe da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.	Responsável local pela operação.	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.
Aramis Ramos Pedrosa.	2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.	tenente da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteira.	Execução da operação.	Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	Arquivo da CNV: 00092.000706/2013-12.
Jamil Jomar	2ª Seção	tenente da 2ª	Execução da	Parque	Arquivo da CNV:

de Paula.	do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.	Seção do 1º Batalhão de Fronteira.	operação.	Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR).	00092.000706/2013-12.
-----------	---	------------------------------------	-----------	--	-----------------------

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_APA_ACE_7896_84.	Informe nº 22.165/74 1º/8/1974.	Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.	Registra atividades do agente infiltrado, Alberi Vieira dos Santos.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_73736_74.	Informação nº 160/16/APA/7, de 28/6/1974.	Agência de Porto Alegre do SNI.	Monitoramento das atividades de Onofre Pinto e destaca a colaboração dos órgãos de informação argentinos e chilenos.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0077_0010.	Processo aberto sobre o caso da vítima na CEMDP.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos.	Documentos recolhidos para o processo.
Arquivo da CNV: 00092.000211./2012-11.	Dossiê “Revelações sobre as execuções de Onofre Pinto, Joel José de Carvalho, Daniel de Carvalho, José Lavéchia, Victor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia”, 5/9/2012.	Dossiê elaborado pelo jornalista e ex-prespo político, Aluizio Palmar.	Documentos organizados sobre o caso da chacina do Parque Nacional do Iguaçu.
Arquivo da CNV:	Víctimas del	Comisión	Documentos do Servicio de

00092.001405/2014-97.	Terrorismo de Estado, 6/2014.	Provincial por la Memoria de la Provincia de Buenos Aires.	Inteligencia de la Policía de la provincia de Buenos Aires, que remetem às vítimas da chacina do Parque Nacional do Iguazu.
-----------------------	-------------------------------	--	---

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Adão Almeida (policia federal que participou das primeiras buscas dos corpos das vítimas).	Arquivo da CNV, testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguazu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18.	Relata as tentativas de buscas dos corpos das vítimas da Chacina do Parque Nacional do Iguazu.
Aluizio Palmar (ex-presos político da VPR, jornalista e autor do livro “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?”, pesquisa o caso da Chacina do Parque Nacional do Iguazu).	Arquivo CNV, testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguazu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18.	Relata as buscas dos corpos das vítimas, como na cidade de Nova Aurora (PR), pesquisa dos arquivos de Foz do Iguazu e a descoberta do envolvimento do militar Otávio Chacina do Parque Nacional do Iguazu.
Gilberto Giovannetti (ex-militante da VPR).	Arquivo CNV, testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Paraná e Comissão Estadual da Verdade de São Paulo em audiência pública. Foz do Iguazu, 29 de fevereiro de 2013: 00092.000962/2013-18.	Depoimento em que afirma ter feito um acordo com a repressão, mas alega que as informações que prestou não foram relevantes.

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Otávio Rainolfo da Silva, ex-agente do CIE.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguazu, 28 de junho de 2013: 00092.000706/2013-12.	Detalhes da operação militar no Parque Nacional do Iguazu, que resultou no desaparecimento das vítimas.

Otávio Rainolfo da Silva, ex-agente do CIE.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu, 4 de dezembro de 2013: 00092.003266/2014-36.	Detalhes da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, que resultou no desaparecimento das vítimas.
Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento DOI-CODI/SP.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 30 de outubro de 2012: 00092.000929/2012-07.	Aponta a participação de alguns militares na chacina: Areski de Assis Pinto Abarca.
Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento DOI-CODI/SP.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 7 de fevereiro de 2014: 00092.000283/2014-11.	Primeiras informações conhecidas sobre o caso. Aponta a participação de alguns militares na chacina: Brant Teixeira, Paulo Malhães, Rubens Gomes Carneiro “Laecato”.
Paulo Malhães, ex-major do CIE.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, 25 de março de 2014: 00092.000732/2014-21.	Chefe da operação militar no Parque Nacional do Iguaçu, Malhães revela a relação com o agente infiltrado Alberi, a participação dos militares “Laecato” e “Camarão”, além da atuação da DINA (no monitoramento das vítimas).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Vitor Carlos Ramos foi executado e desapareceu em ação de agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias da morte e desaparecimento de Vitor Carlos Ramos, para a localização e o reconhecimento de seus restos mortais e a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_APA_ACE_7896_84.

ⁱⁱ Arquivo CNV: 00092.000706/2013-12.

TITO DE ALENCAR LIMA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Laura de Alencar Lima e Ildfonso Rodrigues Lima

Data e local de nascimento: 14/9/1945, Fortaleza (CE)

Atuação profissional: frei da Igreja Católica

Organização política:

Data e local de morte: 10/8/1974, Convento Sainte-Marie de La Tourette, França

BIOGRAFIA

Natural de Fortaleza (CE), Tito de Alencar Lima era o caçula de uma família de 11 irmãos. Estudou na Escola General Tibúrcio, no Grupo Escolar Clóvis Beviláqua e no Liceu do Ceará, antes de mudar-se para Recife, onde cursou o terceiro ano científico no Colégio Estadual de Pernambuco. Frequentou a Congregação Mariana do Cristo Rei, ainda em Fortaleza, onde os padres jesuítas contribuíram para a consolidação de sua formação religiosa. Engajado desde cedo, militou na Juventude Estudantil Católica (JEC), envolvida com movimentos de cultura e educação popular, além de ter sido vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Após o golpe de 1964, mudou-se para Belo Horizonte (MG), onde fez o noviciado na Ordem dos Frades Dominicanos. Ordenado em 1967, e já morando em São Paulo, cursou Filosofia na Universidade de São Paulo (USP).

Sua militância no movimento estudantil o levou à prisão, pela primeira vez, em 1968, quando foi acusado de alugar o sítio onde foi realizado o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP). Liberado, foi detido novamente em

1969, juntamente com outros jovens dominicanos, como Frei Betto, Frei Fernando, Frei Giorgio e Frei Ivo, todos acusados de colaboração com a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella. Após sua prisão, foi acusado por reportagem do jornal *O Globo* de traição da sua fé: “Eles traíram sua fé passando para o comunismo, e depois traíram o comunismo entregando Marighella: são os novos Judas”. Permaneceu preso até 13 de janeiro de 1971, quando foi banido do país com outros 69 presos políticos, trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucker. Depois de alguns meses no Chile, passou pela Itália até chegar à França, onde viveria até o fim de seus dias. Passou uma temporada em Paris, vivendo no Convento S. Jacques, quando retomou seus estudos na Universidade de Sorbonne. Nesse período, foi condenado, à revelia, pela 2ª Auditoria de São Paulo, a um ano e meio de reclusão, enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Apesar do acompanhamento psicológico constante, Frei Tito teve dificuldades de superar as sequelas psicológicas da tortura a que foi submetido no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e na Operação Bandeirante (Oban). Em junho de 1973, mudou-se para o convento dominicano de *Sainte Marie de la Tourette*, em Eveux, próximo a Lyon. Permaneceu na região até agosto de 1974, em busca de um ambiente tranquilo para a retomada de seus estudos e atividades religiosas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Foi reconhecido como vítima de perseguição política pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 10 de agosto de 2004, 30 anos após a sua morte, Seu nome consta do *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, foram nomeadas ruas nas cidades de Recife (PE), Ribeirão Preto (SP) e Campinas (SP). Também em sua homenagem, foram nomeados uma Agência de Informação para a América Latina (Adital), um memorial no Museu do Ceará, onde uma sala se dedica a contar sua trajetória de luta pela liberdade e dignidade humanas, e o Centro Acadêmico de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). O Escritório de Direitos Humanos e a Assessoria Jurídica Popular da Assembleia Legislativa do Ceará também levam o nome de Frei Tito de Alencar. No filme *Batismo de Sangue* (2006), do diretor Helvécio Ratton, a trajetória de Frei Tito é contada em conjunto com a de outros religiosos perseguidos politicamente.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

As circunstâncias da morte de Tito de Alencar Lima se confundem com as próprias circunstâncias da restrição às liberdades de pensamento e associação política que marcaram o Brasil de 1964 a 1985. O caso de Frei Tito é exemplar de um esforço sistemático de eliminação física e, principalmente, subjetiva daqueles que eram considerados inimigos do país pelos militares.

Preso em 4 de novembro de 1969, em uma operação realizada pela polícia de São Paulo contra os religiosos dominicanos acusados de apoiarem Carlos Marighella, Tito foi levado para o DOPS-SP, onde permaneceria por aproximadamente 40 dias. Torturado pessoalmente pelo delegado Sérgio Fleury, foi enviado ao presídio Tiradentes na primeira quinzena de dezembro.

Em seguida, no dia 17 de fevereiro de 1970, foi levado para a sede da Oban, embrião dos Destacamentos de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), onde enfrentou o período mais duro de torturas sob comando do capitão Maurício Lopes Lima. Em carta-denúncia escrita de dentro da prisão, Tito expôs em detalhes as bárbaras torturas físicas a que foi submetido, desde espancamentos até choques, “telefones” e pau-de-arara. Mais que os seguidos dias de interrogatórios violentos, Tito denunciou o processo de desconstrução de sua subjetividade, evidenciado por meio da fala de seu principal torturador:

Quiseram-me deixar dependurado toda a noite no "pau-de-arara". Mas o Capitão Albernaz objetou: "não é preciso, vamos ficar com ele aqui mais dias. Se não falar será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver, jamais esquecerá o preço de sua valentia.

Seus torturadores gritavam contra a Igreja Católica e acusavam-no de ter abandonado os ensinamentos do evangelho. Diziam que a culpa de Tito era confirmada por sua resistência em entregar qualquer informação aos torturadores. Afirmavam que Tito seria expulso da Igreja por ser “terrorista”:

A certa altura o Capitão Albernaz mandou que eu abrisse a boca "para receber a hóstia sagrada". Introduziu um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada, sem poder falar direito. Gritavam difamações contra a Igreja, berravam que os padres são homossexuais porque não se casam.

Em outro testemunho, Tito afirmou que, nesse momento, os seus torturadores estavam revestidos de ornamentos litúrgicos.

Após três dias seguidos de interrogatórios e torturas, Tito acordou na sexta-feira, dia 20 de fevereiro de 1970, atormentado pela perspectiva de que seus irmãos pudessem sofrer o mesmo destino que ele:

O preso ao lado pressentiu minha decisão e pediu que eu me acalmasse. Havia sofrido mais do que eu (teve os testículos esmagados) e não chegara ao desespero. Mas no meu caso, tratava-se de impedir que outros viessem a ser torturados e de denunciar à opinião pública e à Igreja o que se passa nos cárceres brasileiros. Só com o sacrifício de minha vida isto seria possível, pensei. Como havia um Novo Testamento na cela, li a Paixão Segundo São Mateus. O Pai havia exigido o sacrifício do Filho como prova de amor aos homens. Desmaiei envolto em dor e febre.

Quando acordou, Tito valeu-se de uma lâmina de barbear para levar adiante o ato de coragem. Inconsciente, depois de muito sangue perdido, foi levado ao Hospital das Clínicas de São Paulo e, em seguida, ao Hospital Central do Exército. Lá, ouviu o desespero do capitão Maurício, que gritava com os médicos que Tito não poderia morrer de jeito nenhum. Ficou sob a guarda de seis soldados da Oban e, desde que acordou, enfrentou severa pressão psicológica de seus torturadores, que passaram a chamá-lo de “padre terrorista e suicida”. Teve a sensação de que os militares buscavam enlouquecê-lo, como uma estratégia para fugir da responsabilidade por sua eventual morte. No hospital, recebeu a visita do juiz auditor Nelson da Silva Machado Guimarães, acompanhado de um padre e do bispo auxiliar de São Paulo, quando obteve a promessa de que haveria investigação para suas torturas e que não retornaria mais à Oban, conforme explicita o extrato do depoimento prestado no dia 31 de julho de 2014, por Nelson da Silva Machado Guimarães, à Comissão Nacional da Verdade (CNV):

CNV: Eu tenho a notícia [...] de que o senhor foi visitar Frei Tito quando ele estava em um hospital quando tentou suicídio no DOI-CODI pelas torturas sofridas. O senhor foi acompanhado por um representante da igreja [...] esse fato aconteceu?

Nelson Guimarães: Há algumas nuances não claras e que eu vou esclarecer. O Frei Tito já era preso da Justiça Militar e eu recebi um ofício do Comando do Exército solicitando que ele fosse apresentado no DOI-CODI. Naquela época as coisas não estavam muito claras, o que estava muito claro eram os atentados, as explosões, a guerra revolucionária, a fuga de Lamarca do Quarto RI com armamento pesado [...] Então eu recebi ofício do Comando do Exército pedindo que Frei Tito fosse apresentado, embora já fosse preso da Justiça, ao DOI-CODI para ser ouvido a respeito de uma outra investigação que estava em curso. Obviamente eu autorizei dentro das condições legais. [...] Penso que no mesmo dia em que ele foi levado eu sou surpreendido, [...] e me davam a notícia de que Frei Tito tinha sido levado do DOI ao Hospital Militar porque tinha tentado contra a vida. Aliás, esse moço já tinha tido esse precedente e acabou atentando contra a vida em Paris, para onde ele foi depois de solto e etc. Eu imediatamente me dirigi ao Hospital Militar, já era quase noite. [...] Lá entrando surpreendi o médico de plantão e disse: Há um preso meu aqui. Eu quero vê-lo!”. E o

médico - era um jovem, um jovem oficial - me levou num lugar onde estava Frei Tito deitado, despido, com evidentes marcas do pau de arara nos pulsos e nos tornozelos. Causou um espanto enorme! Eu me dirigi ao médico: “O que houve?” [...] o rapaz nos falou que havia sido torturado e frei Domingos ficara mais a sós com ele. Aproximou-se mais. Ele queria, parece, que se confessar e eu me afastei um pouco com dom Lucas e com o médico e ficamos conversando. Eu me lembro que disse ao frei Lucas “Isso é um (sic) estupidez! Isso é um absurdo!”. E era mesmo. Disse que tomaria as providências que estivessem ao meu alcance e fiz a ele um apelo. Eu entendia, como continuo a entender, que de nada valia conflito de valores, fazer um escândalo a respeito daquilo e sugeri que o cardeal arcebispo de São Paulo, que na época era Dom [...] Agnelo Rossi, que se comunicasse diretamente com o presidente da República, que desse notícia daqueles fatos. No dia seguinte pela manhã procurei contato com o general Canavarro [José Canavarro Pereira] que era o comandante do Segundo Exército. Ele já tinha sido avisado de que eu tinha cometido uma ilegalidade porque tinha ido fazer perícia no Hospital Militar que contraria o Código da Justiça Militar que manda que eu me dirija primeiro à autoridade militar e marque o dia e a hora para organizar uma perícia.”

No dia 27 de fevereiro de 1970, ainda foi levado, mais uma vez, à Oban. Na sequência, retornou ao presídio Tiradentes, quando Tito escreveu carta de denúncia. Permaneceu ali preso até ser trocado pelo embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucker, tendo rumado para o Chile e, posteriormente, Itália e França.

O frade dominicano Xavier Plassat, que conviveu com Tito na França, lembra as frequentes acusações de traição a que foram submetidos os religiosos que se engajaram na defesa dos direitos humanos e na resistência ao autoritarismo. De acordo com Plassat,

por ocasião do processo dos frades em outubro de 1970, o inquérito do ministério público os acusa de ser duplamente culpados: contra sua Igreja a quem eles desobedeceram passando para o comunismo, contra a lei brasileira, de Segurança Nacional, porque apoiam a ALN, órgão da subversão. Os frades desmentiram pertencer a esta organização e reconheceram apenas ter ajudado algumas pessoas a fugir da polícia ‘em nome do Evangelho e em nome dos direitos do homem, direitos esquecidos no Brasil ditatorial’ (Fernando e Ivo). Tito é brutalmente submetido a uma tortura que imprime em seu corpo e coração estas acusações, esta dupla recusa dos compromissos fundamentais de sua existência: o Evangelho para o homem. Depois das dores, ele teme ter falado demais e entregue novas vítimas aos torturadores.

Durante toda sua vida na França, Tito teve assistência psiquiátrica, iniciada em Paris. Interrompeu o tratamento e, em junho de 1973, decidiu mudar-se para Lyon, em busca de um ambiente mais tranquilo. Fez planos para retomar sua vida, integrando-se às atividades da comunidade religiosa onde residia, mas teve dificuldades em fazê-lo. O golpe de Estado chileno, em setembro de 1973, desencadeia-lhe uma série de surtos, nos quais Tito ouvia a voz de Fleury com determinações de que não entrasse mais no convento, obedecidas em um primeiro momento. Internado no hospital psiquiátrico

Grange Blanche, começou tratamento com os doutores Jean-Claude Rolland e Michel Gillet. Depois de três semanas, retornou ao convento, sem delírios, mas ainda muito angustiado e isolado. Na passagem de 1973 para 1974, durante o inverno, retorna duas vezes ao hospital, onde parecia encontrar conforto na figura de seus médicos. Sua irmã o visitou nesse período e, após um breve momento em que tentou manter a aparência de homem forte e culto, Tito se abriu com ela e expôs sua fragilidade momentânea. Novamente no convento, tentou integrar-se à vida comunitária, desempenhando pequenas tarefas. No entanto, sempre buscava as tarefas mais simples e se isolava dos seus irmãos, como se não fosse digno da convivência no mesmo patamar dos demais. Progressivamente, rompeu os laços com a ordem a qual pertencia, abandonando comportamentos místicos que antes prezava. Tentou uma nova inserção no mundo, em empregos que pouco duraram. Trabalhou numa colheita de cerejas e na adega cooperativa de St Bel, como entregador.

Em agosto de 1974, não resistiu às rupturas espirituais e psiquiátricas que a tortura havia lhe causado. Segundo Plassat,

Expatriado, recusado em sua mais profunda solidariedade desde o dia em que foi torturado, ferido na carne, aniquilado diante de si mesmo no delírio que mantém, Tito porá fim ao sobressalto que lhe inflingiram seus torturadores: ‘Melhor morrer que perder a vida’. Na última semana, Roland Ducret vem por duas vezes vê-lo; ninguém responde. Tito morreu entre o céu e a terra, seu corpo foi descoberto no sábado, dez de agosto de 1974. Com a ajuda de uma psiquiatria de choque, Tito teria podido continuar a viver, mas qual animal rechaçado. Dia 12 de agosto, numa prece revoltada acompanhamos um homem e um irmão, Tito, aquele que não se matou enquanto devia falar. Durante a Eucaristia presidida por Migel Pervis, Provincial do Brasil, em presença de muitos amigos brasileiros e franceses, irmãs e irmãos, reconhecemos com Isaías o servidor de Javé, e com os discípulos de Emaús, o Cristo vivo. Como dizer? Nós o conhecemos há mais de 20 séculos.

De acordo com seu psiquiatra, o suicídio de Tito não pode ser considerado comum, tratando-se de algo que suplanta um gesto de impotência:

mas nesta área aberta pela tortura, pela barbárie, pela violência cega que os homens praticam uns contra os outros, até contra si mesmos, nada nunca é dito definitivamente; talvez seja melhor dizer: nada nunca é dito, tão irrisório se parece o “dizer”, sempre atrasado em relação ao fato que enuncia, tão fútil a palavra face à violência do gesto assassino. Confrontados com o implacável sentimento de impotência ao qual nos expôs o suicídio de Tito – esse enforcamento cujo poderoso peso simbólico é manifestado no filme e que não teve lugar na bela floresta contígua ao convento, mas sim no ambiente sórdido de um álamo adjacente ao lixão de uma zona industrial deserta e miserável – frente a essa impotência, portanto, já que pela morte Tito havia-se furtado a nós exatamente como não conseguiu fazer frente aos seus algozes, me soa agora estranho que temos recorrido a esses discursos cuja impotência agora parece tão

óbvia e, de pronto, nos constrange. Talvez nos tenha ajudado a enfrentar este desafio a ideia de que a impotência do discurso não significa, ipso facto, um discurso da impotência, que se há um lugar onde o destino pode ser contrariado, onde o curso das coisas pode ser revertido, esse lugar é o da palavra. Pois quando a palavra é denegada, outras vias se abrem para a expressão da verdade e da dor. Nos cadernos de Tito, foi encontrada essa sentença destinada a denegar o segredo onde seus algozes o mantinham preso: ‘Então as pedras gritarão!’.

LOCAL DE MORTE

O último dia do frei Tito de Alencar Lima foi vivido no Convento Sainte-Marie de La Tourette, na França.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1 OBAN

Presidente da República: general do Exército Emílio Garrastazú Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do II Exército: general de Exército José Canavarro Pereira

Chefe do Estado Maior: general de Brigada Ernani Ayrosa da Silva

Comandante executivo da Oban: major Waldir Coelho

1.2 DOPS/SP

Governador do estado de São Paulo: Roberto Costa de Abreu Sodré

Secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo: general de Divisão Olavo Vianna Moog

Diretor Geral de Polícia do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS-SP): n/i

Primeiro Delegado Assistente do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS-SP): n/i

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Sérgio Fernando Paranhos Fleury.	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP).	delegado.	Tortura.	Sede DEOPS-SP.	1. Carta de Frei Tito disponível no processo movido perante a CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0035_0005.
Capitão			Tortura.	Sede da	1. Carta de Frei Tito

Benoni Arruda Albernaz.				Oban, Rua Tutoia, São Paulo.	disponível no processo movido perante a CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0035_0005.
Maurício Lopes Lima.	Exército.	capitão.	Tortura.	Sede da Oban, Rua Tutoia, São Paulo.	1. Carta de Frei Tito disponível no processo movido perante a CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0035_0005.
Homero Cesar Machado.		Capitão.	Tortura.	Sede da Oban, Rua Tutoia, São Paulo.	1. Carta de Frei Tito disponível no processo movido perante a CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0035_0005.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_2560_79.	Informe nº2085/31/AC/79. “Repressão Na Igreja No Brasil” – 28/9/1979.	Serviço Nacional de Informações (SNI)- Agência Central.	Contém cópia do documento Repressão na Igreja no Brasil (1968/1978), difundido pela Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados da Arquidiocese de São Paulo. Traz informações sobre o banimento e a morte de Frei Tito.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP_ACE_5767_81	Informação nº 363/SNI/ASP/1970 “Frei Tito” – 29/6/1970	SNI- Agência Regional São Paulo.	Contém informações de Frei Tito levantadas nos arquivos dos órgãos de inteligência e ainda uma cópia da carta enviada por Frei Tito ao Pastor Karl Gottschald, presidente da Confederação Evangélica do Brasil, em abril de 1970, relatando as torturas que sofreu, assim como seus torturadores.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_035_0005;	Processo de Reparação	CEMDP.	Coleciona documentos oficiais e biográficos sobre Frei Tito.

BR_DFANBSB_AT0_0035_0006.			
Arquivo Nacional, DSI/MRE: BR_DFANBSB_Z4_DPN_BRA_BEE_0007.	Informe 22, 1º/3/71.	Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores.	Contém cópia do Diário Oficial de 13 de janeiro de 1971, que traz uma lista de nomes de cidadãos banidos do país, dentre os quais consta Frei Tito. Assim como documentação e fotos dos banidos pelo sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucker.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Nelson da Silva Machado Guimarães.	Arquivo CNV: 00092.001698/2014-11	Depoimento prestado à CNV, em 31 de julho de 2014, no qual relata sua visita a Frei Tito de Alencar, quando o mesmo se encontrava no Hospital do Exército (SP), em decorrência de tentativa de suicídio provocada pela tortura física e psicológica a que foi submetido no DOPS e na Oban.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Tito de Alencar Lima morreu em decorrência de ações perpetradas por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e a responsabilização dos demais agentes envolvidos.

WALKÍRIA AFONSO COSTA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Odete Afonso Costa e Edwin Costa

Data e local de nascimento: 2/8/1947, Uberaba (MG)

Atuação profissional: professora e estudante

Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Data e local de desaparecimento: entre 30/9 e 25/10/1974, Xambioá (TO)

BIOGRAFIA ⁱ

Nascida em Uberaba (MG), Walkíria Afonso Costa estudou em Patos de Minas (MG) e em Bom Jesus de Itabapoana (RJ) durante o primário e o ginásio, tendo terminado o último na cidade de Pirapora (MG). Entre 1963 e 1965, concluiu o curso normal no Colégio São João Batista, o que a habilitou a trabalhar como professora. Passou a lecionar na cidade e, no ano de 1966, foi aprovada em um concurso público para professora em Belo Horizonte (MG). Foi aprovada na segunda colocação no vestibular para o curso de Pedagogia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, desde então, se destacou na militância estudantil, chegando a ser vice-presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação, em 1968.

Juntamente com seu companheiro, Idalísio Soares Aranha Filho (Aparício), iniciou sua militância no Comitê Estudantil do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Também presidiu o Centro de Estudos Pedagógicos (Cepe) da faculdade, órgão de representação dos estudantes de Pedagogia. Teve a casa invadida por agentes do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), mas não chegou a ser presa. Apaixonada por violão e canto, Walk se tornou uma figura de destaque no movimento estudantil, sendo muito respeitada por sua inteligência aguçada. Abandonou o curso universitário em 1971, quando foi residir na região do rio Gameleira, junto com Idalísio.

Pertencia ao Destacamento B da Guerrilha do Araguaia e foi a última guerrilheira a ser vítima de desaparecimento.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV ⁱⁱ

Walkíria Afonso Costa foi reconhecida como desaparecida política pelo anexo I da lei nº 9.140/1995 e pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 5 de junho de 1997. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparecimento de 62 pessoas na região do Araguaia no caso *Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) VS. Brasil*, dentre elas está Walkíria. A sentença obriga o Estado brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas. Por meio do Decreto nº 6392, de 16 de setembro de 1993, foi nomeada uma rua em sua homenagem na cidade de Belo Horizonte (MG). Também dá nome a uma rua na cidade de Campinas (SP), segundo a Lei nº 9497, de 20 de novembro de 1997. Além disso, Walkíria também foi homenageada com o nome do Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação e Artes da UFMG.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE ⁱⁱⁱ

De acordo com o *Relatório Arroyo*, Walkíria Afonso Costa foi vista por seus companheiros pela última vez no episódio conhecido como o “Chafurdo de Natal”, um ataque à Comissão Militar dos guerrilheiros ocorrido no dia 25 de dezembro de 1973. Segundo a versão do relatório, Walkíria havia sido enviada junto com Amauri para um local próximo de onde estavam os 15 acampados para procurar João e Mariadina e encontrar Zezim, Raul e Lourival. Eles deveriam chegar em 28 de dezembro, mas não foram mais vistos. Segundo o relatório do Ministério da Marinha, de 1993, Walkíria consta como morta em 25 de outubro de 1974. ^{iv} A mesma data de morte é referida no “Relatório do CIE”, que a relaciona como um dos participantes da Guerrilha do Araguaia. ^v No relatório do Ministério do Exército, consta que foi morta em confronto com as forças de segurança no ano de 1972, versão desmentida pelas demais fontes disponíveis. ^{vi}

Em depoimento prestado ao Ministério Público Federal (MPF), em 19 de julho de 2001, Sinésio Martins Ribeiro, morador local que na época da guerrilha exerceu as funções de

guia e colaborador do Exército, afirmou que havia visto Walkíria viva na base de Xambioá, conversando com o dr. Augusto. Afirmou ainda que a guerrilheira contou aos militares que estava junto com Oswaldão quando ele foi morto. Segundo o depoente, a guerrilheira tinha sido levada por um soldado do Exército para outro lugar (rumo do jatobá) e que, após alguns dias, perguntou sobre a guerrilheira aos soldados, que afirmaram que ela poderia ter sido morta.^{vii}

Em declaração à CEMDP, em 30 de agosto de 2004, Adailton Vieira Bezerra, que na época trabalhava na base do Exército de Xambioá, afirmou ter atendido a guerrilheira na base em outubro de 1974 e que ela estava bastante machucada. Segundo sua versão, Walkíria não foi submetida a um tratamento médico e ele soube da morte da guerrilheira de forma antecipada, porém não estava na base de Xambioá no dia de sua execução. Contou ainda, que segundo o relato de pessoas que assistiram a execução, a guerrilheira foi colocada em pé em um pátio (ou covas) – entre um hospital e uma casa – e que os oficiais do Exército fizeram um círculo ao seu redor e que quem deu o primeiro tiro foi uma espécie de carrasco, alguém não oficial ou um militar jovem, que usava um tipo de espingarda “surda”, de pequeno porte e que não causava barulhos. Após isso, houve ainda mais dois tiros. Essa execução foi por volta das 17 horas na segunda quinzena de outubro. Afirmou também que ela foi jogada em uma cova próxima de onde estaria enterrado Oswaldão. O depoente informou ainda que o comandante da Base, Hugo Abreu, assistiu a execução, que se tornou uma espécie de solenidade com a presença de oficiais de outras bases.^{viii}

Em oitiva da Comissão Nacional da Verdade (CNV), realizada em 19 de novembro de 2013, em Belém (PA), o sargento do Exército João Santa Cruz Sacramento revelou que o Exército acreditava que a Guerrilha havia sido derrotada em 1974 e que a última pessoa a ser capturada havia sido Walkíria, entregue viva na Casa Azul. Também confirmou que nessa fase final foram mortas duas mulheres – que segundo a versão do depoente eram Walkíria Afonso Costa e Suely Yumiko Kanayama (“Japonesa”) – por injeções letais, e afirmou ainda, que “elas não foram só mortas, como foram estranguladas. Até para ser sincero, para dizer a verdade, antes do assassinato eles estupraram elas”. Interrogado sobre a justificativa das mortes, afirmou que as duas guerrilheiras presas haviam se tornado “perigosas para revolucionar. Elas tinham uma habilidade de movimentar os elementos subversivos, elas eram umas das comandantes”.

Em reportagem da revista *Época*, de março de 2004, os ex-soldados Raimundo Pereira, Josean Soares, Antônio Fonseca e Elias Oliveira relataram que Walkíria teria sido executada na Base Militar de Xambioá (TO). Segundo os militares, no dia em que Walkíria foi levada à base, de helicóptero, os oficiais celebraram com vinho e uísque. Ela teria ficado presa na base, amarrada a uma cama de campanha, com um pedaço de corda de paraquedas. Segundo a reportagem,

poucos dias depois, Josean e um colega já falecido foram encarregados de cavar uma cova atrás do refeitório da base. Abriram um buraco de pouco mais de 1 metro de profundidade, em terreno pedregoso. Às 18 horas, após a cerimônia da bandeira, ele e todos os colegas foram dispensados para farrear em Xambioá. O comandante mandou a gente ir para a cidade e voltar só depois da 1 hora da madrugada, lembra Soares. Era o dia da execução. No meio da noite, Walkíria foi levada para perto do buraco. Com uma espingarda de cano longo, um sargento pára-quedista conhecido na base como Tadeu deu o primeiro tiro, no pescoço. Walkíria caiu e ameaçou se levantar. Recebeu o segundo tiro. Mexeu-se de novo e levou o terceiro. Tudo mostra que ela foi a última guerrilheira a ser morta no Araguaia.

Em depoimento ao MPF, em 6 de março de 2004, o mesmo soldado Josian José Soares afirmou que Walkíria teria sido presa em junho ou julho de 1974 e que ele teria feito a guarda da prisioneira por quatro dias. Além disso, relatou também que

foi ordenado a cavar uma sepultura às 4 horas da tarde, juntamente com o soldado Mário Mazin, em um local atrás da casa de comando, próximo da enfermaria; que o ato de cavar a cova era castigo por ter o depoente bebido e frequentado o ZBM (zona do baixo meretrício), um cabaré chamado de Vietnã; que outro castigo dado ao depoente foi o de roubar pintos em uma fazenda ao lado da Base para dar como comida para uma cobra jibóia de propriedade do Comandante da Base; que ao terminar a cova, depois do descerramento da bandeira, houve uma ordem para todos os detetives (soldados como o depoente) saírem da Base e só retornarem a 1 hora da manhã; que ao retornar à Base, o depoente foi ao local onde estava presa Valquíria, não a encontrando; que com uma lanterna na mão, foi até o local em que cavou a sepultura, encontrando esta fechada com marcas de sangue sobre uma das pedras ao lado da cova; que o cozinheiro da Base, chamado Cucuí, lhe contou que colocaram Valquíria ao lado da cova em pé e lhe deram três tiros; que o primeiro tiro atingiu a cabeça; que ainda assim, Valquíria tentou levantar, momento em que recebeu o segundo tiro, também na cabeça; que mesmo caída no chão, sem levantar, Valquíria levou o terceiro tiro.

De acordo com o livro *Dossiê Ditadura*, um bilhete de 1974 encontrado pelo MPF e entregue ao presidente da CEMDP, Miguel Reale Jr., esclarece as circunstâncias da prisão de Walkíria. No bilhete constaria o seguinte:

Sr Francisco Alves dos Santos conhecido como Chico Vitorino [...] informou que: por volta das dez horas do dia 10 Out. 74 estando na fazenda do Sr. Carlos Holanda, descansando em uma barraca apareceu uma mulher trajando bermudas, camisa de homem meio amarelada, descalça, cabelo amarrado e com um revólver na mão. A mulher perguntou que lugar era aquele, que foi

respondido. Perguntou se a grota Seca era uma que indicava e também se a estrada era a OP-2. Obteve respostas positivas, perguntando que direção estava São Raimundo. Tudo respondido pediu uma caixa de fósforo. Depois o Chico Pantera (que estava com o informante) pediu a mulher que o deixasse ver o revólver. Tentando apanhá-lo a mulher levantou o revólver dizendo que não e saiu correndo na direção da OP-3. Após isso o informante e seu acompanhante reconheceram nela a Valquíria, que já tinha sido vista por Chico Vitorino em agosto de 73. Nesse dia ela estava com todo o grupo. O informante declara que tudo isso durou 15 minutos. Chico Vitorino pediu a Chico Pantera que avisasse a Jacó. Por sua vez este avisou Liomar, filho do Raimundo Galego. Chegando Jacó e Liomar estes foram caçar rastro. Não conseguiram muita coisa. Perguntando sobre a aparência de Valquíria, disse que está mancando, amarela e bastante magra. Embora manca, saiu em “carreira”. Não a reconheceu nas fotografias e disse que era dentuça, característica de Valquíria.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Segundo as fontes disponíveis, Walkíria Afonso Costa teria sido vítima de desaparecimento na Base Militar de Xambioá, então no estado de Goiás, atualmente em Tocantins.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

OPERAÇÃO MARAJOARA

Walkíria Afonso Costa foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 7 de outubro de 1973, como uma operação “descaracterizada, repressiva e antiguerrilha”, ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua “rede de apoio”, os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato^{ix}.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Orlando Geisel

Ministério do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho

Centro de Informações do Exército: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Comandante da 8ª. Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha

Comandante Posto Marabá: capitão Sebastião Rodrigues de Moura, “Curió”

Subcoordenador Região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo CNV: ARROYO, Ângelo. <i>Relatório Arroyo</i> : Relatório sobre a luta no Araguaia. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 1974, 00092.003188/2014-70.			Informação sobre a data em que teria sido vista pela última vez pelos companheiros.
Arquivo Nacional, Tais Morais: BR_DFANBSB_VAY_0083_d.	Inquérito Civil Público MPF/SP nº 03/2001. Inquérito Civil Público MPF/PA nº 01/2001. Inquérito Civil Público MPF/DF nº 05/2001.	MPF.	Depoimento de Sinésio Martins Ribeiro.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0079_0001.	Processo nº 0181/96, 4/2/1997.	CEMDP.	Processo dos Familiares levado à CEMDP – depoimento de Adailton Vieira Bezerra sobre as circunstâncias da morte de Walkíria Afonso Costa.
Arquivo Nacional, Assessoria de Segurança e Informações da UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0006_0016_d.	Afixação de cartazes – atuação de Comissão de Inquérito, 24/11/1969.	Assessoria de Segurança e Informações da UFMG.	Informações sobre a militância política de Walkíria Afonso Costa quando estudante na UFMG.
Arquivo CNV: 00092_000830_2012_05.	Relatório do Ministério do Exército entregue ao ministro da Justiça Mauricio Corrêa em dezembro de 1993.	Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica.	Suposta data da morte de Walkíria Afonso Costa.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_54730_86_002.	Relatório do CIE – Ministério do Exército.	Ministério do Exército.	Afirma que Walkíria Afonso Costa foi morta em 25/10/1974.
Revista <i>Época</i> , edição nº 302, 1º/3/2004, disponível em: Arquivo CNV: 00092.003265/2014-91.	“Fantasmas do Araguaia”. Revista <i>Época</i> , edição nº 302, 1º/3/2004.	Revista <i>Época</i> .	Indica as circunstâncias da prisão e morte de Walkíria Afonso Costa.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
João Santa Cruz Sacramento, sargento do Exército.	CNV, João Santa Cruz Sacramento, sargento do Exército, oitiva realizada em 19/11/2013, em Belém (PA). (Arquivo CNV, depoimento do João Santa Cruz Sacramento: 00092.002249/2013-09.	Apresenta as circunstâncias do desaparecimento seguido de morte de Walkíria na base de Xambioá.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES ^x

Walkíria Afonso Costa é considerada desaparecida política por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na Sentença da Corte Interamericana no caso *Gomes Lund e outros*, “o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade”, sendo que o Estado “tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis”.

Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Walkíria Afonso Costa, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos no caso, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado Brasileiro “a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas”.

ⁱ ARQUIVO NACIONAL. *Documentos do SNI: Os mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à memória e à verdade*: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, pp. 263-264; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL). INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009, pp. 594-596.

ⁱⁱ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009, pp. 594-596. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C n^o 219.

ⁱⁱⁱ BRASIL. *Op.Cit.*, pp. 263-264. COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Op. Cit.*,

pp. 594-596. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C nº 219.

^{iv} Arquivo CNV: 00092_000830_2012_05.

^v Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002, p. 40.

^{vi} Arquivo CNV: 00092_000830_2012_05.

^{vii} Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0083_d.

^{viii} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0079_0001.

^{ix} Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.

^x CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *op. cit.*, pp. 38, 41.

JOSÉ MAURÍLIO PATRÍCIO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Izaura de Souza Patrício e Joaquim Patrício

Data e local de nascimento: 13/9/1944, Santa Tereza (ES)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Data e local de desaparecimento: outubro de 1974, Região do Saranzal, Brejo Grande do Araguaia (PA)

BIOGRAFIAⁱ

Nascido no município de Santa Teresa, no Espírito Santo, José Maurílio Patrício estudou, nos seus primeiros anos, nos colégios Singular, em São João de Petrópolis, e Agrícola, em Santa Tereza. No ano de 1966 concluiu o Curso de Técnico Agrícola, mudando-se para o Rio de Janeiro no ano seguinte, onde cursaria Educação Técnica na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nesse período, se envolveu com a militância política estudantil, chegando a constar na lista de participantes do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em 1968. Preso na ocasião, José Maurílio foi investigado por um inquérito policial no DOPS/SP. Depois de solto, com a edição do AI-5, passou a viver na clandestinidade. Militante do PCdoB, José Maurílio mudou-se para a região do Rio Gameleira, onde se integrou ao Destacamento B da guerrilha e adotou o codinome “Manoel”, segundo o livro *Dossiê ditadura*, ou “Mané”, segundo o Relatório Arroyo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNVⁱⁱ

José Maurílio Patrício foi reconhecido como desaparecido político pelo anexo I da Lei nº 9.140/1995. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos

Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparecimento de 62 pessoas na região do Araguaia no caso *Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”)* vs. *Brasil*, dentre elas está José Maurílio Patrício. A sentença obriga o Estado Brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas. Por meio da Lei nº 9.497, de 20/11/1997, José Maurílio Patrício tornou-se nome de rua na cidade de Campinas (SP).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTEⁱⁱⁱ

De acordo com o *Relatório Arroyo*, José Maurílio foi visto pela última vez por seus companheiros no dia 30 de dezembro de 1973:

No dia 27, observava-se crescente pressão do inimigo. Na manhã do dia seguinte, decidiu-se enviar Mané e Chica para apanhar Simão e Ivo (talvez também Jaime e Ferreira) numa referência na área do B, dia 30. Eles não deviam retornar à área do A, mas permanecer com os demais numa área do B. Aí poderiam juntar-se a outros companheiros, os que procurassem na referência conhecida. Ficou combinado que Mané viria a 1º e 15 de fevereiro a um encontro na área do A (com J.), mas isso somente se a barra estivesse limpa. Foi dito que poderiam ficar desligados muitos meses.

O Relatório da Marinha entregue ao ministro da Justiça Maurício Corrêa afirma que José Maurílio morreu em outubro de 1974, na localidade de Saranzal. No entanto, o documento não esclarece as circunstâncias nas quais se deram sua morte. Da mesma maneira, sem esclarecimento das circunstâncias da morte ou do desaparecimento, o Relatório do Centro de Informações do Exército (CIE), do Ministério do Exército, de 1975, aponta José Maurílio como morto em setembro de 1974, após ter integrado a Guerrilha do Araguaia.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Segundo o Relatório do Ministério da Marinha, José Maurílio Patrício foi vítima de desaparecimento forçado na região conhecida como Saranzal, no sudeste do Pará.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

OPERAÇÃO MARAJOARA

José Maurílio Patrício foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 7 de

outubro de 1973, como uma operação “descaracterizada, repressiva e antiguerrilha”, ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua “rede de apoio”, os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato^{iv}.

Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Orlando Geisel

Ministério do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho

Centro de Informações do Exército: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Comandante da 8ª. Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha

Comandante Posto Marabá: capitão Sebastião Rodrigues de Moura, “Curió”

Subcoordenador Região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos: BR_DFANBSB_AT 0_0084_0007.	Ato nº 52.4 21/2/2005.	Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos.	Informações sobre as circunstâncias de desaparecimento.
Arquivo Nacional, Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos: BR_DFANBSB_AT 0_0052_0004.	Ato nº 52.4 3/2/1997.	Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos.	Processo dos familiares de José Maurílio junto a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, informações do processo de indenização e pagamento à família.
Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações: BR_DFANBSB_V8 _AC_ACE_54730_ 86_002.	Relatório do CIE.	Ministério do Exército.	Afirma que José Maurílio teria sido morto em setembro de 1974.
Arquivo CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica,	Relatório do Ministério da	Ministério da	Afirma que José Maurílio teria morrido em outubro de 1974.

entregues ao ministro da Justiça Mauricio Corrêa, em dezembro de 1993, NUP: 00092_000830_2012_05.	Marinha, 2/12/1993.		
Arquivo da CNV ARROYO, Ângelo. <i>Relatório Arroyo: Relatório sobre a luta no Araguaia (1974)</i> . São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009: 00092.003188/2014-70.			Registra a última vez em que José Maurílio teria sido visto com vida.
Arquivo CNV, 4.1relatCIE15nov.73: 00092.002428/2014-19.	Relatório Especial de Informações.	Agência de Informações de Marabá.	Relata acontecimentos ocorridos durante a Operação Marajoara, no período entre 5 de outubro a 15 de novembro de 1973.
Arquivo Nacional, Tais Morais: BR_DFANBSB_VAY_0058_d	Relatório da Operação de informações/CIE no Sudeste do Pará – Operação Sucuri. Brasília, 24/5/1974.	Gabinete do Ministro – CIE (Brasília).	Relata a cadeia de comando, estruturação em campo e os nomes de vários agentes envolvidos na Operação Sucuri.
Arquivo Nacional, Tais Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.	Relatório Especial de Informações Nº1/74 – sem data.	Gabinete do Ministro – CIE (Brasília).	Relata os acontecimentos ocorridos na Operação Marajoara entre 7/10/1973 a 15/11/1973.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES ^v

José Maurílio Patrício é considerado desaparecido político por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na Sentença da Corte Interamericana no caso *Gomes Lund*

e outros, “o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade”, sendo que o Estado “tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis”.

Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de José Maurílio Patrício, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos agentes envolvidos no caso, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado Brasileiro “a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas”.

ⁱ ARQUIVO NACIONAL. Documentos do SNI: Os mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012; ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo: Relatório sobre a luta no Araguaia* (1974). São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009. Disponível em: http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=873; BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 263; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009, p. 596.

ⁱⁱ BRASIL. op. cit., p. 263. COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Op. Cit.*, p. 596. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C n° 219, pp. 38-41.

ⁱⁱⁱ Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, Relatório CIE de 1975: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002; ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo: Relatório sobre a luta no Araguaia* (1974). São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009. Disponível em: http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=873; BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 263; CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C n° 219, pp. 38-41; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009, p. 596.

^{iv} Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.

^v CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Op. cit.*, pp. 38-41.

JANE VANINI



DADOS PESSOAIS

Filiação: José Vanini Filho e Antônia Maciel Vanini

Data e local de nascimento: 8/9/1945, Cáceres (MT)

Atuação profissional: jornalista

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento de Libertação Popular (Molipo) e *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR) do Chile

Data e local de desaparecimento: 6-7/12/1974, Concepción, Chile

BIOGRAFIA

Jane nasceu e cresceu em Cáceres, no Mato Grosso. Era a caçula de uma família de oito filhos. Estudou no Colégio Imaculada Conceição, em Cáceres. Em 1966, mudou-se para São Paulo, onde cursou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). Desde cedo, interessou-se por política e participava de grêmios estudantis, primeiro no grêmio secundarista em Cáceres, depois no da Faculdade de Filosofia da USP. Na capital paulista, trabalhou na Editora Abril, onde conheceu Sérgio Capozzi, com quem se casou. Em 1969, Jane e Sérgio se aproximam da Ação Libertadora Nacional (ALN), inicialmente desempenhando atividades de apoio. Identificados pelos órgãos de segurança, que passaram a procurá-los, em meados de 1970 conseguem sair do país com destino ao Uruguai. Passam lá alguns meses, mais alguns em Buenos Aires, e seguem para Cuba, via Roma e Praga.

Em Cuba, onde Jane trabalhou como locutora do programa diário para o Brasil da Radio Havana, o casal se vincula ao grupo de 28 militantes que fundam o Movimento de Libertação Popular (Molipo), dissidência da ALN e retornam clandestinamente ao Brasil. Jane, à época, já estava indiciada como participante da ALN – em maio de 1972, viria a ser condenada à revelia, pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo, a cinco anos de reclusão e perda dos direitos políticos por dez

anos. O casal instala-se em um sítio no norte de Goiás (hoje Tocantins) com a intenção de lá estabelecer uma base, mas em pouco tempo o Molipo começa a ser severamente atingido pela repressão, vários de seus dirigentes são mortos, e nesse contexto Jane e Sérgio deixam mais uma vez o país, desta vez para o Chile de Salvador Allende, onde passam a viver a partir do início de 1972.

No Chile, Jane milita no *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR) e trabalha como secretária da revista da organização, *Punto Final*. Separa-se de Sérgio e passa a viver com o jornalista José “Pepe” Carrasco, dirigente do MIR. O golpe de estado de setembro de 1973, dando início à ditadura do general Pinochet, obriga Jane a, mais uma vez, entrar para a clandestinidade. Em meados de 1974, Jane e Pepe mudam-se para a cidade de Concepción. É lá que, em dezembro daquele ano, Jane morre em um enfrentamento com as forças da repressão chilena.

Ao longo desses anos de militância e clandestinidade, Jane usou vários codinomes, entre os quais: Adélia, Ana, Carmen e Gabriela, nome pelo qual era conhecida por seus companheiros no Chile quando morreu.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

No Chile: Em 1993, a “Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación”, que funcionou no Chile entre 1992 e 1993, dando seguimento aos trabalhos da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, reconheceu oficialmente Jane Vanini como vítima de violência política na ditadura, concedendo à sua mãe uma pensão reparatória. Seu nome consta da relação dos desaparecidos homenageados no Museu da Memória e Direitos Humanos do Chile. As circunstâncias e a responsabilidade por seu desaparecimento continuam a ser investigadas no âmbito de um processo judicial na justiça criminal daquele país. Jane é reconhecida no MIR chileno como heroína da luta contra a ditadura de Pinochet. Na cidade de Concepción, onde morreu, há uma praça que a homenageia. No Roseiral em homenagem às mulheres desaparecidas, executadas e vítimas da violência política na ditadura militar no Parque por la Paz Villa Grimaldi em Santiago (erigido no local que sediou um dos mais terríveis campos de concentração) – há uma roseira amarela que leva o nome de Jane Vanini.

No Brasil: As investigações levadas a efeito pela Comissão Externa sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados, em 1993, levaram à denúncia do caso perante a Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação no Chile. Entidades de direitos

humanos como o Movimento Nacional de Direitos Humanos e, em especial, o Centro Diocesano de Direitos Humanos “Dom Máximo Biennes” de Cáceres, trabalharam pelo resgate da história e da memória de Jane e para que fosse esclarecido o seu desaparecimento. O caso de Jane Vanini foi apreciado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos criada pela Lei nº 9.140/1995 e indeferido por unanimidade, por tratar-se de morte ocorrida no exterior, sem comprovação de envolvimento de agentes brasileiros. O nome de Jane Vanini consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, há uma rua com seu nome no Rio de Janeiro, e outra em Campinas/SP. Em 2001, o *campus* de Cáceres da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) foi nomeado, por decreto do governador do Estado, como “Campus Universitário Jane Vanini”.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

À tarde do dia 6 de dezembro de 1974, José Carrasco Tapia foi detido em Concepción e conduzido à Base Naval de Talcahuano. Torturado, resistiu até à noite – quando, pelas regras de segurança que haviam acertado entre si, estava certo de que Jane já não se encontraria na casa em que moravam – antes de revelar seu endereço. Mas Jane lá estava e os agentes do CIRE (Centro de Inteligência Regional, órgão da repressão chilena que congregava pessoal da Marinha, do Exército e das polícias militar e civil) que pretendiam invadir o apartamento foram recebidos com descargas de fuzil. A casa foi cercada e foi chamado, em reforço, um destacamento de Infantaria da Marinha. Jane resistiu sozinha por várias horas, enquanto destruía documentos comprometedores, disparando até o fim de sua munição, quando então os militares entraram no apartamento onde a encontraram caída, inconsciente, com uma metralhadora a seu lado. Neste ponto, as informações divergem, e ainda não foi possível estabelecer com certeza o ocorrido. A versão divulgada por um comunicado do Comando da II Zona Naval de Talcahuano, reproduzido à época pelos jornais chilenos, era a de que Jane havia cometido suicídio e havia sido encontrada já morta. Investigações posteriores indicam que ela possivelmente teria sido trasladada ferida, porém viva a um centro clandestino de prisioneiros na Base Naval de Talcahuano, sendo que, no dia 10 à tarde (quatro dias depois), um funcionário do Serviço de Bem-Estar Social da Marinha foi incumbido de retirar no necrotério do Hospital Naval o cadáver de “uma executada” e providenciar seu enterro como NN (“não identificado”) no Cemitério de Talcahuano.

A família de Jane recebeu a notícia de sua morte por uma carta de Pepe Carrasco, enviada da prisão – depois de dois meses em que foi mantido incomunicável. Os esforços de familiares de

Pepe Carrasco e amigos, na época, para localizar os restos de Jane foram infrutíferos: não havia registro do óbito ou sepultamento, nem conseguiram qualquer indicação de para onde o corpo havia sido levado. Nenhum tribunal abriu processo para investigação do caso.

Quase vinte anos depois, quando se iniciaram, no Chile, as investigações sobre mortes e desaparecimentos da ditadura, o caso de Jane Vanini foi denunciado à Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação (CNRR) – que deu seguimento, naquele país, aos trabalhos da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação (conhecida como Comissão Rettig). A Comissão Externa sobre Mortos e Desaparecidos da Câmara dos Deputados do Brasil, presidida pelo deputado Nilmário Miranda, esforçou-se por reunir informações e obter depoimentos de familiares e pessoas próximas a Jane para subsidiar a apreciação do caso pela CNRR. Colaboraram, para isso, entidades brasileiras de direitos humanos, em especial o Centro Diocesano de Direitos Humanos “Dom Máximo Biennes” de Cáceres, que reuniu um importante dossiê de documentos sobre Jane coletados de sua irmã, Dulce Ana Vanini. Foi possível, então, estabelecer que a companheira de José Carrasco (que, por sua vez, havia sido assassinado em 1986 pela polícia política chilena em represália a um atentado perpetrado contra o general Pinochet), conhecida como Gabriela e que usava a identidade de uma irmã falecida de Carrasco, Carmen Carrasco Tapia, era na verdade Jane Vanini. No dia 1º de dezembro de 1993, a CNRR, com base nesses documentos e nas investigações levadas a efeito no Chile, declarou oficialmente Jane como vítima da violência política, registrando que até então não havia sido possível esclarecer as circunstâncias da sua morte nem encontrar os seus restos.

Em 1996, por iniciativa da CNRR, foi aberta no 3º Juzgado del Crimen de Concepción investigação judicial sobre o caso. Posteriormente, em 2006, o “Programa de Continuação da Lei nº 19.123” do Ministério do Interior do Chile – unidade especializada em processos relativos aos mortos e desaparecidos políticos – ingressa como parte no processo. No mesmo ano, o advogado chileno Nelson Gonzalez Bustos, que investigou o caso, interpõe, no âmbito do mesmo processo, denúncia criminal pelo sequestro e homicídio qualificado de Jane Vanini e formação de bando ou quadrilha genocida quanto aos integrantes do CIRE.

A CNV teve acesso aos autos desse processo, que no momento se encontra temporariamente sobrestado à espera de elementos novos. Ao longo do processo, foram ouvidas dezenas de envolvidos ou testemunhas e realizadas inúmeras diligências, entre as quais as reconstituições, no dia 11 de outubro de 2005, do sepultamento da mulher “NN” (que pode ser Jane) no cemitério nº 2 de Talcahuano e, no dia 17 de outubro de 2007, do assalto ao apartamento de Jane e Pepe.

Essa última reconstituição contou com a presença de vários agentes que participaram da operação: os integrantes do CIRE Osvaldo Harnisch e Arturo Garay González, da polícia civil, Conrado Sesnic, oficial de Carabineros (polícia militar), José Cáceres González, da Infantaria da Marinha, Juan Manuel Fuentealba Ríos, suboficial, o cabo Heraldo Maldonado e o soldado Marco Matamala, bem como os oficiais que comandaram a tropa de fuzileiros navais que procedeu ao ataque, capitão Luis Kohler Herrera e tenente Luis Orlando Escalada, além do Chefe do Estado Maior da Segunda Zona Naval na época, Aníbal Aravena, que conduziu a ação. Ao cabo dessa diligência e à luz dos depoimentos prestados no processo por esses e outros envolvidos, e mesmo após as devidas acareações entre eles, subsistem importantes contradições na narração do que aconteceu naquela noite (inclusive quanto à posição e a condição em que teria sido encontrado o corpo de Jane e à maneira como foi retirado da casa) que criam dúvidas razoáveis sobre as circunstâncias e implicações da morte de Jane Vanini.

Também no que respeita à localização dos restos mortais de Jane, a investigação continua. Em 2005, chegou a ser divulgado que haviam sido encontrados, mas o teste de DNA realizado nos irmãos de Jane descartou o parentesco biológico com a ossada analisada. Em 2008, foi determinada nova perícia por comparação antropomórfica, mas o precário estado de conservação dos fragmentos ósseos não permitiu a realização de uma análise conclusiva.

A CNV transmitiu cópia dos autos judiciais ao Ministério Público Federal, para facilitar o acompanhamento e o assessoramento cabível aos responsáveis pelo processo relativo a Jane Vanini no Chile.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO

Concepción, Chile.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Participaram da operação que resultou na morte de Jane efetivos de várias forças chilenas congregadas no Centro de Inteligência Regional de Talcahuano, que foram identificados no processo criminal em curso no Chile. A investigação sobre as circunstâncias e a autoria da morte e do desaparecimento de Jane Vanini prossegue no âmbito desse processo.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

Documentos que elucidam circunstâncias de desaparecimento e morte

A. Dossiês

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Dossiê sobre Jane Vanini	Diversos.	Diversos.	Antecedentes sobre o caso recolhidos

– Programa de Direitos Humanos do Ministério do Interior do Chile. Arquivo CNV: 00092.003234/2014-31.			pelo “Programa Continuación Ley nº 19.123” do Ministério do Interior do Chile.
Autos do Processo Judicial, 3º Juzgado del Crimen, Concepción (Chile), Rol 28.333 Arquivo CNV: 00092.003234/2014-31.	Diversos.	Diversos.	Investigações no âmbito do processo judicial relativo ao desaparecimento de Jane Vanini.
Dossiê da Comissão Externa sobre Mortos e Desaparecidos da Câmara dos Deputados. Pasta: 58 Arquivo CNV: 00092.000259/2014-82.	Diversos.	Diversos.	Documentos da Comissão Externa sobre Mortos e Desaparecidos da Câmara dos Deputados. Inclui Dossiê sobre Jane Vanini formado por documentos coletados pelo Centro Diocesano de Direitos Humanos “Dom Máximo Biennes”, de Cáceres.

B. Documentos

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: A0641157-1973.	Informação nº 727, 23/3/1972.	Centro de Informações do Exército (CIE).	Jane Vanini consta em lista dos “terroristas foragidos de maior importância, integrantes da ALN e Molipo”.
Arquivo Nacional, SNI: P0039482-1982.	Encaminhamento nº 13616/72/ ASV/SNI, 12/5/1972.	Serviço Nacional de Informações, Agência de Salvador.	Documentos do Exército sobre integrantes da ALN, com informações sobre Jane Vanini e seu retorno ao Brasil após treinamento em Cuba.
Arquivo Nacional, SNI: A0440740-1972.	Informação nº 602/72.	CIE, Ministério do Exército.	Relatório sobre o “Grupo da Ilha” e o retorno de seus integrantes ao Brasil, instalando-se uma parte em São Paulo, e a outra (entre os quais Jane Vanini) no interior de Minas Gerais, Bahia e Goiás.
Fundo da Comissão Externa sobre Mortos e Desaparecidos da Câmara dos Deputados. Arq. CNV: 00092.000259/2014-82.	Carta, 21/3/1992.	Sérgio Capozzi.	O primeiro marido de Jane relata sua militância até entrar na clandestinidade no Chile.
Processo Judicial nº 28.333 (Chile), Arq. CNV: 00092.003234/2014-31	Informe Técnico nº 309, 5/11/1993.	Laboratório de Criminalística, Polícia de Investigações do Chile.	Comparações de impressões digitais permitiram estabelecer oficialmente que a portadora da identidade de Carmen Graciela Carrasco Tapia era na verdade Jane Vanini.
Processo Judicial 28.333	Informe	Corporação Nacional	Informações sobre o caso compiladas

(Chile), Arq. CNV: 00092.003234/2014-31.	Individual para Resolución del Consejo, de 1º/12/1993.	de Reparación e Reconciliação do Chile.	pela CNRR que subsidiaram o reconhecimento oficial de Jane Vanini como vítima da violência política no Chile.
Fundo da Comissão Externa sobre Mortos e Desaparecidos da Câmara dos Deputados. Arq. CNV: 00092.000259/2014-82	Fax nº 2, de 6/1/1994 ao presidente da Comissão Externa da Câmara Federal.	Consulado-Geral do Brasil em Santiago/MRE.	Informa que a Corporação Nacional de Reparación e Reconciliação do Chile reconheceu Jane Vanini como vítima de violação dos Direitos Humanos com a participação de agentes de Estado chilenos.
Dossiê PDH/MI – Chile Arquivo CNV: 00092.003234/2014-31.	Ofício CNRR nº 23/95.	Corporação Nacional de Reparación e Reconciliação do Chile.	Comunica ao Cônsul-Geral do Brasil em Santiago informação sobre o pagamento de reparação financeira à mãe de Jane Vanini.
Processo Judicial nº 28.333 (Chile), Arq. CNV: 00092.003234/2014-31.	Petição inicial 12/11/1996.	Corporação Nacional de Reparación e Reconciliação.	Petição para abertura de investigação judicial sobre a morte de Jane Vanini, por iniciativa da CNRR.
Processo Judicial 28.333 (Chile), Arq. CNV: 00092.003234/2014-31.	Fax nº157 de 26/5/2004.	Embaixada do Chile no Brasil.	Informação relativa ao exame de DNA sobre fragmentos ósseos que poderiam ser de Jane Vanini.
Processo Judicial 28.333 (Chile), Arq. CNV: 00092.003234/2014-31.	Petição 2/5/2006.	Programa de Direitos Humanos “Continuación Ley nº 19.123”. Ministério do Interior do Chile.	O Programa “Continuación Ley nº 19.123” do Ministério do Interior do Chile ingressa como parte no processo relativo à morte de Jane Vanini.
Processo Judicial 28.333 (Chile), Arq. CNV: 00092.003234/2014-31.	Petição, 22/8/2006.	Advogado Nelson González Bustos.	Petição inicial de ação criminal ("querella") pelo seqüestro e homicídio qualificados de Jane Vanini.
Processo Judicial 28.333 (Chile), Arq. CNV: 00092.003234/2014-31.	“Acta de diligencia de Reconstitución de Escena”, 17/10/2007.	Polícia de Investigações do Chile.	Ata da diligência de reconstituição do assalto à casa de Jane Vanini.
Processo Judicial 28.333 (Chile), Arq. CNV: 00092.003234/2014-31.	Protocolo 2654/98, Dictamen, 28/5/2008.	Universidad de Concepción Laboratorio de Antropología física.	Laudo de estudo bio-antropológico sobre fragmentos ósseos que poderia ser de Jane Vanini.
Notícias de Imprensa. Arq. CNV: 00092.003234/2014-31.	Blog de notícias, 15/2/2011.	Revista <i>Carta o Berro!</i> .	“Para não esquecer jamais. História de Jane Vanini”: compilação de matérias sobre o caso de Jane Vanini
Notícias de Imprensa. Arq. CNV: 00092.003234/2014-31	Matéria de jornal, 11/10/2009.	<i>Gazeta Digital</i> .	“Ossada não é de Jane”: narra o caso de Jane Vanini e os desdobramentos da investigação.
Notícias de Imprensa. Arq. CNV: 00092.003234/2014-31.	Matéria de revista, 9/11/2007.	Punto Final	“Luz y muerte de Jane Vanini”: Revista do MIR narra o caso de Jane Vanini.
Notícias de Imprensa. Arq. CNV:	Dissertação de Mestrado.	Universidade Federal do Mato	Dissertação de Maria do Socorro de Souza Araújo: Paixões políticas em

00092.003234/2014-31.		Grosso.	tempos revolucionários: nos caminhos da militância, o percurso de Jane Vanini. (1964-1974).
-----------------------	--	---------	--

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O Governo chileno assumiu suas responsabilidades no caso de Jane Vanini e declarou-a vítima da violência política daquela ditadura. Ainda não foram esclarecidas as circunstâncias exatas de sua morte, nem encontrados os seus restos.

Recomenda-se prestar a assistência cabível aos trabalhos de investigação levados a efeito no Chile para o esclarecimento das circunstâncias da morte de Jane Vanini, a localização de seus restos mortais e a punição dos culpados.

AFONSO HENRIQUE MARTINS SALDANHA

[SEM FOTO]

DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria da Conceição de Barros Saldanha e João Baptista Martins Saldanha

Data e local de nascimento: 22/9/1918, Olinda (PE)

Atuação profissional: professor e funcionário público

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de morte: 8/12/1974, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIAⁱ

Nascido em Pernambuco, Afonso Henrique Martins Saldanha era natural de Olinda e professor de história, geografia e ciências sociais. Lecionou em diversos colégios do Rio de Janeiro, como nos colégios Rui Barbosa, Mello e Souza e o Instituto de Educação Brasil-América, e exerceu a função de direção do Colégio Helvécio Xavier Lopes. Escreveu verbetes sobre a temática de educação para a edição brasileira da Enciclopédia Britânica, atendo ao convite de Antônio Houaiss. Atuou como presidente do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro de 1967 a 1969, tendo sido impedido de exercer o mandato seguinte. Foi inspetor federal do Ministério da Educação e Cultura (MEC), até que o órgão o aposentou compulsoriamente com base no Ato Institucional nº 5, em 1972. Casou-se com Idalina Saldanha com quem teve cinco filhos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O caso não foi apresentado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTEⁱⁱ

Afonso Henrique Martins Saldanha foi levado em setembro de 1970 para o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) no Rio de Janeiro e torturado durante 42 dias. No DOI-CODI/RJ, Afonso foi torturado com choques elétricos em uma verruga que possuía na cabeça. Cecília Coimbra, que também esteve presa no DOI-CODI naquele momento, presenciou as torturas às quais Afonso foi

submetido. De acordo com o *Dossiê ditadura*, um diagnóstico médico afirmou que as torturas contribuíram para desencadear o processo de metástase que o levou ao óbito.

Em 2012, o Ministério Público Federal instaurou o auto nº 1.30.001.003796/2012-08 para investigar a morte de Afonso.

LOCAL DE MORTE

A documentação disponível sobre o caso não permite identificar com precisão o local da morte.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Comando do I Exército: general de Exército Syzeno Ramos Sarmiento

Chefe de Estado Maior do I Exército: general de Brigada Carlos Alberto Cabral Ribeiro

Comandante do CODI do I Exército: n/i

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Afonso Henrique Martins Saldanha morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Crimeia Schmidt et al (Orgs.). *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 600.

ⁱⁱ Idem.

BATISTA

[SEM FOTO]

DADOS PESSOAIS

Filiação: não consta

Data e local de nascimento: não consta

Atuação profissional: não consta

Organização política: não se aplica

Data e local de desaparecimento: 30/4/1974, Base Militar de Xambioá (TO)

BIOGRAFIAⁱ

As poucas informações disponíveis sobre a vida de Batista indicam que ele foi um dos moradores locais que aderiu à Guerrilha do Araguaia. As primeiras informações sobre Batista surgiram do *Relatório Arroyo*, de depoimentos de ex-soldados prestados à revista *Época*, e de depoimentos de moradores da região colhidos pelo Ministério Público Federal em julho de 2001. Em documento militar existe, ainda, menção à Manoel Neres Santana, como nome atribuído pelo Exército à Batista.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNVⁱⁱ

Seu nome aparece no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparecimento de 62 pessoas na região do Araguaia no caso *Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil*. Batista foi considerado pela Corte Interamericana como uma possível vítima de desaparecimento forçado, ficando estabelecido um prazo de 24 meses, a partir da notificação da sentença, para que fosse apresentada documentação que pudesse comprovar essa condição nos termos da Lei nº 9.140/1995.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTEⁱⁱⁱ

O *Relatório Arroyo* registra que Batista estaria junto a Oswaldo Orlando da Costa nas proximidades do acampamento de guerrilheiros atacado em 25 de dezembro de 1973 – episódio conhecido como “Chafurdo de Natal”. De acordo com o documento, na hora

do tiroteio, ele estaria realizando a camuflagem da região, junto a Oswaldo Orlando da Costa, não havendo informações posteriores sobre o seu paradeiro.

Segundo depoimento dos moradores da região prestados ao MPF em 2001, Batista teria sido preso junto com a guerrilheira Áurea Eliza Pereira na casa de uma moradora de região onde faziam visitas frequentes. Sinézio Martins e Pedro Ribeiro Alves (Pedro Galego) afirmam terem visto Batista com vida na base de Xambioá (TO). Em consonância com esta versão, o relatório do CIE afirma que Áurea foi presa em 30 de abril de 1974 e, nessa mesma data, assenta a prisão de “Batista”, codinome atribuído a “Manoel Neres Santana”^{iv}.

Em reportagem da revista *Época*, de março de 2004, os ex-soldados Raimundo Pereira, Josean Soares, Antônio Fonseca e Elias Oliveira relataram que Batista foi enterrado na base militar de Xambioá (TO). De acordo com a reportagem:

Dois corpos cravados de balas foram despejados na pista. Sem camisa, vestiam bermudas jeans desfiadas, presas com cintos de couro. Um deles estava descalço, o outro usava tênis Topa Tudo. Foram chutados pelos militares. Um soldado pegou o facão e abriu um buraco no peito de um dos mortos. “Tem gordura aí”, zombou. O cadáver com o peito aberto a facão era do guerrilheiro Peri, de 27 anos, disfarce do bancário Pedro Alexandrino de Oliveira Filho. O outro era de Batista, um dos poucos camponeses que os membros do PCdoB conseguiram cooptar para a luta. Os dois não foram mortos juntos. Batista, conforme relatos de agricultores da região, foi preso com a guerrilheira Áurea perto da casa de uma camponesa amiga. O soldado Antônio Fonseca e um colega foram escalados para sepultar os corpos numa cova dentro da base. “Eles já estavam duros”, conta. Fonseca pegou Peri pelos cabelos, levantou-o e jogou-o nas costas. O colega fez o mesmo com Batista. Ambos foram largados no mesmo buraco, um por cima do outro. Para cobrir os corpos foi usado um pano com listras vermelhas e brancas. Um camponês que estava preso na base encheu a cova de terra.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Em reportagem da revista *Época* de 2004, soldados que serviram no combate à guerrilha afirmam que Batista teria sido enterrado na Base militar de Xambioá (TO), então no estado de Goiás, atualmente Tocantins. Essa informação é corroborada pelos ex-guias do Exército Sinézio Martins e Pedro Ribeiro Alves (Pedro Galego) em depoimento ao MPF, citado pelo livro *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

OPERAÇÃO MARAJOARA

Batista foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 7 de outubro de 1973, como uma operação “descaracterizada, repressiva e antiguerrilha”, ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua “rede de apoio”, os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato.^v

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Orlando Geisel

Ministério do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho

Centro de Informações do Exército: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Comandante da 8ª Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha

Comandante do Posto Marabá: capitão Sebastião Rodrigues de Moura, “Curió”

Subcoordenador da Região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0 083_d, p. 104.	Inquérito Civil Público MPF/SP nº 03/2001. Inquérito Civil Público MPF/PA nº 01/2001. Inquérito Civil Público MPF/DF nº 05/2001.	Ministério Público Federal.	Circunstâncias da prisão de Batista.
Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0 083_d, p. 108.	Pedro Ribeiro Alves - Depoimento prestado ao Ministério Público Federal em 2001.		Afirma ter visto Batista com vida, detido na Base de Xambioá.
Revista <i>Época</i> , edição nº 302, 1º/3/2004. Arquivo CNV, 00092.003265/2014-91.	“Fantasmas do Araguaia”. Revista <i>Época</i> , edição nº 302, 1º/3/2004.	Revista <i>Época</i> .	Indica as circunstâncias do desaparecimento forçado de Batista.

Arquivo Nacional, Fundo Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.	Relatório Especial de informações – CIE, nº 1/74.	Ministério do Exército/Gabinete do Ministro - Centro de Informações do Exército.	Descrição da Cadeia de comando da Operação Marajoara.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002, p. 40.	Relatório do CIE.	Ministério do Exército.	Registra o nome Manoel Neres Santana como referente à Batista.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Batista é considerado desaparecido político por não terem sido localizados seus restos mortais, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na Sentença da Corte Interamericana no caso *Gomes Lund e outros*, “o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade”, sendo que o Estado “tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis”.

Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Batista, sua devida identificação, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado brasileiro “a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas”.

ⁱ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO (IEVE). Org. Crimeia Schmidt *et al.* *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 600; BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS; COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à memória e à verdade*: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 270.

ⁱⁱ *Idem*.

ⁱⁱⁱ Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0083_d, p. 104; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO (IEVE). Org. Crimeia Schmidt *et al.* *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 364.

^{iv} Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002, p. 34.

^v Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.

ELSON COSTA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria de Novaes Costa e João Soares da Costa

Data e local de nascimento: 26/8/1913, Prata (MG)

Atuação profissional: jornalista

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de desaparecimento: 15/1/1975, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Elson Costa foi militante histórico do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Jornalista de profissão, iniciou suas atividades políticas em Uberlândia (MG), onde liderou uma greve de caminhoneiros. Integrou o comitê central do partido, com a responsabilidade de produção e divulgação do jornal *Voz Operária*. Em função da militância no PCB, atuou em várias regiões do Brasil, além de ter participado de atividades em países do leste europeu. Elson foi monitorado, enquanto membro do PCB, desde o Estado Novo; com o golpe militar de 1964, teve os direitos políticos cassados e, dois anos depois, em junho de 1966, foi preso em decorrência da apreensão de cadernetas pertencentes a Luís Carlos Prestes, que revelavam nomes e áreas de atuação do partido na clandestinidade.

Após cumprir pena em Curitiba (PR), adotou o nome de Manoel de Sousa Gomes e se transferiu para São Paulo (SP) em companhia da esposa, Aglaé de Souza Costa. Viveu na clandestinidade até ser vitimado pela “Operação Radar”, que resultou em sua prisão e desaparecimento em 15 de janeiro de 1975.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Elson Costa integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95 e consta do *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Elson recebeu diversas homenagens em virtude de sua militância política: duas ruas foram renomeadas com seu nome, uma no bairro Jardim Toca, em São Paulo (SP), e outra no bairro Novo das Indústrias, em Belo Horizonte (MG). Nesta cidade foi também homenageado pela Câmara Municipal, em 2004, com a Medalha Tributo à Utopia, atribuída em memória das vítimas da ditadura.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Elson Costa desapareceu no dia 15 de janeiro de 1975, após ser detido em um bar na rua Timbiras, no bairro de Santo Amaro, São Paulo, próximo de onde residia, o que permitiu que sua prisão fosse testemunhada pela vizinhança. A maior parte das pessoas que viram “Manoel de Sousa Gomes” ser levado pelos agentes da repressão não imaginavam se tratar do militante do PCB de nome Elson Costa. A família de Elson buscou informações do seu paradeiro no II Exército, além das várias correspondências a ministros e até ao presidente do regime ditatorial, Ernesto Geisel, todas sem sucesso.

Elson foi uma das vítimas da “Operação Radar”, ofensiva do Exército dedicada ao monitoramento e desestruturação do PCB. Ao menos 11 militantes do PCB foram vítimas dessa investida sistemática e direcionada entre 1974 e 1976, tendo sido mortos e desaparecidos pela operação, como são os casos de Elson Costa; David Capistrano da Costa; José Roman; Walter de Souza Ribeiro; João Massena Melo; Luís Ignácio Maranhão Filho; Hiran de Lima Pereira; Jayme Amorim de Miranda; Nestor Vera; Itair José Veloso; Alberto Aleixo; José Ferreira de Almeida; José Maximino de Andrade Netto; Pedro Jerônimo de Souza; José Montenegro de Lima, o Magrão; Orlando da Silva Rosa Bomfim Júnior; Vladimir Herzog; Neide Alves dos Santos; e Manoel Fiel Filho.

Documento produzido em março de 1975 pela 2ª Seção do II Exército revela as ações dos órgãos de informação e repressão para “Neutralização do PCB”, como foi intitulada a informação. Com o objetivo de desarticular o partido, foram elaborados estudos e monitoramentos de dirigentes cujas prisões eram fundamentais para eliminação do PCB:

O DOI/CODI do II Exército, analisando a estrutura e funcionamento do PCB, organizou uma relação de membros do Comitê Central que, pela atuação e

posição no partido, se presos, causariam com suas “quedas” danos irreparáveis a curtos e médios prazos, a essa organização de esquerda.

[...] Considerando-se os fatores acima, independentemente de se dar maior importância a qualquer deles, chegou-se ao seguinte:

Giocondo Gerbasi Alves Dias [...]. Hércules Correia dos Reis [...]. Orlando da Silva Rosa Bonfim Junior [...]. Jaime Amorim de Miranda [...]. Aristeu Nogueira Campos [...]. Renato de Oliveira Mota [...]. Elson Costa [...]. Hiram de Lima Pereira [...].¹

O ex-sargento do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, Marival Chaves, em depoimento para a Comissão Nacional da Verdade (CNV) afirmou que o órgão militar manteve em curso uma operação, chamada Radar, que objetivou localizar e desarticular a estrutura do PCB, como as gráficas do jornal *Voz Operária* e locais que serviam de sede do partido por todo o país. A operação somente foi retomada ao final de 1973, depois que a maioria das organizações políticas opositoras da ditadura militar já haviam sido eliminadas. A “Operação Radar” retomou suas atividades sob a orientação direta do DOI de São Paulo, com a colaboração de outros DOIs e do Centro de Informações do Exército (CIE). Contudo, as ações focaram em prisões e perseguições em inúmeros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, de dirigentes do PCB, levados a centros clandestinos para interrogatórios, onde desapareceram.

A Casa de Itapevi, localizada na estrada da Granja, nº 20, que liga Barueri a Itapevi, na região metropolitana de São Paulo, é apontada como principal centro clandestino utilizado pelo DOI-CODI do II Exército, e o CIE para tortura e execução dos presos da “Operação Radar”. O centro clandestino de Itapevi foi operado pelo DOI-CODI do II Exército no período entre 1974 e 1975, sob o comando do tenente-coronel de artilharia Audir Santos Maciel, o “Doutor Silva”. O local foi providenciado pelo major André Pereira Leite Filho, o “Doutor Edgar”, e foi utilizado para tortura e execução dos militantes do PCB. O ex-sargento Marival Chaves, em depoimento de novembro de 2012 para a CNV, relatou algumas informações sobre as atividades ocorridas e alguns agentes responsáveis que atuavam na Casa de Itapevi. Além dos já mencionados Audir Maciel e André Filho, é apontada a participação de Ênio Pimentel da Silveira, o “Dr. Ney”. Marival Chaves, em outro depoimento à CNV, em maio de 2013, refere-se ainda aos nomes das vítimas que haviam sido torturadas e executadas no centro clandestino, como Hiran de Lima Pereira, Luiz Inácio Maranhão Filho, Orlando Bonfim, João

Massena Melo, Itair José Veloso, Jayme Amorim Miranda, José Montenegro de Lima e Elson Costa.

No transcorrer dos anos, outras informações sobre o desaparecimento de Elson Costa foram conhecidas. Entrevista de Marival Chaves à revista *Veja*, em 1992, narra algumas circunstâncias de torturas e mortes de diversos dirigentes do PCB durante a “Operação Radar”. Sobre Elson, ele afirmou:

Outro que está no rio [na cidade de Avaré (SP)] é Elson Costa, assassinado em 1975. [...] Na casa de Itapevi, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo. Depois, Elson ainda recebeu a injeção para matar cavalo.ⁱⁱ

Em 2004, matéria da *IstoÉ* divulgou outras informações declaradas pelo ex-sargento Marival Chaves, responsável por vários casos ocorridos no DOI-CODI de São Paulo, sobre a “Operação Radar”. Entre elas, destacou-se a referência ao nome do coronel Audir dos Santos Maciel, “doutor Silva”, como responsável pelas ações de desaparecimento dos dirigentes do PCB, além de declarar que as vítimas foram executadas em chácaras clandestinas utilizadas para a tortura, assassinato e ocultação de cadáver pelos agentes.

No dia 28 de fevereiro de 2013, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo realizou a 15ª audiência pública com intuito de colher depoimentos de vários casos investigados pela comissão, entre os quais foi ouvido José Miguel, sobrinho de Elson Costa. O familiar declarou que

no mesmo ano de 1975, eu, que trabalhava como editor assistente de cultura do Jornal Movimento, recebeu-se na redação do jornal informações, que nunca foram publicadas, era um jornal censurado, evidentemente, informações que coincidem totalmente com essas do depoimento do ex-sargento Marival muitos anos depois. Nos mesmos termos de tortura bárbara, corpo queimado em álcool, injeção para matar cavalo e o corpo atirado ao rio. Portanto, este também eu considero um indício, digamos, confirmatório dessa história tal como está sendo contada, e que esperamos que justamente se possa avançar no entendimento desse processo ou dessa etapa terminal desse processo de luta armada que se deu aqui, no caso, como eu disse, com organizações que não propriamente tinham aderido à luta armada.ⁱⁱⁱ

As circunstâncias do desaparecimento e do paradeiro do corpo de Elson Costa não estão devidamente esclarecidas, apesar dos avanços das informações prestadas por agentes da repressão, testemunhas e documentos dos órgãos de informações elaborados a época sobre Elson. Contudo, a “Operação Radar” e as informações levantadas pela CNV estão descritas com maiores detalhes no Capítulo 13 deste relatório.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI/SP:

Presidente da República: general Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do II Exército: general Ednardo D'Ávila Mello

Comandante do DOI-CODI do II Exército: tenente-coronel de Artilharia Audir Santos Maciel

1.2. CIE:

Presidente da República: general Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do CIE: general Confúcio Danton de Paula Avelino

2. Autoria de graves violações de direitos humanos:

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Ênio Pimentel da Silveira, codinome: "Dr. Ney".	DOI-CODI do II Exército.	coronel.	Comando da Operação Radar.	Não identificado, possivelmente e Casa de Itapevi.	Depoimento de Marival Dias Chaves do Canto à CNV. Arquivo CNV, 00092.000664/2013-10.
Audir Santos Maciel, codinome: "Dr. Silva".	DOI-CODI do II Exército.	tenente-coronel.	Comando da Operação Radar.	Não identificado, possivelmente e Casa de Itapevi.	Entrevista de Marival Dias Chaves do Canto à revista <i>Veja</i> , "Autópsia da sombra", 18/11/1992.
André Pereira Leite Filho, codinome: "Dr. Edgar".	DOI-CODI do II Exército.	capitão.	Participação na Operação Radar.	Não identificado, possivelmente e Casa de Itapevi.	Depoimento de Marival Dias Chaves do Canto à CNV. Arquivo CNV, 00092.000283/2014-11.
Paulo Malhões, codinome: "Dr. Pablo".	CIE.	major do Exército.	Participação na Operação Radar.	Não identificado	Depoimento de Marival Dias Chaves do Canto à CNV. Arquivo CNV, 00092.000283/2014-11.

José Brant Teixeira, codinome: “Dr. César”.	CIE.	major do Exército.	Participação na Operação Radar.	Não identificado	Depoimento de Marival Dias Chaves do Canto à CNV. Arquivo CNV, 00092.000283/2014-11.
Félix Freire Dias, codinome: “Dr. Magro”.	CIE.	cabo.	Participação na Operação Radar.	Não identificado	Depoimento de Marival Dias Chaves do Canto à CNV. Arquivo CNV, 00092.000283/2014-11.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0006, p. 17.	Entrevista de Marival Dias Chaves à revista <i>Veja</i> , “Autópsia da sombra”, 18/11/1992.	Revista <i>Veja</i> .	Relata supostas circunstâncias do assassinato e da ocultação do cadáver de Elson Costa.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0006, p. 35.	Certidão de Óbito, 30/1/1996.	Cartório de Registro Civil de Goiânia – 4ª circunscrição.	Reconhece o desaparecimento de Elson Costa.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0006, pp. 12-13.	Carta de Aglaé de Souza Costa a Ernesto Geisel, 18/2/1975.	Documento Pessoal	Pedido de esclarecimento do paradeiro de Elson Costa ao regime.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0006, p. 46.	Pedido de busca, 7/4/1975.	Secretaria de Segurança Pública do Paraná.	Registro da versão oficial de morte.
Revista <i>IstoÉ</i> , edição nº 1798, de 24 de março de 2004.	Reportagem da revista <i>IstoÉ</i> , “Como morreu Baumgarten”, 24/3/2004.	Revista <i>IstoÉ</i> .	Relata o envolvimento dos agentes Aldir Santos Maciel e André Pereira Leite Filho na Operação Radar.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
-----------------------------	-------	------------------------

Familiars de Elson Costa.	Testemunho prestado em audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. São Paulo, 28 de fevereiro de 2013. Arquivo CNV: 00092.003384/2014-44	Os familiares narram as dificuldades que enfrentam para descobrir o paradeiro do corpo e fazem referência a notícia de jornal censurada que forneceria informações sobre a morte de Elson Costa.
---------------------------	---	--

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Marival Dias Chaves do Canto, ex-sargento do DOI do II Exército.	Acervo da CNV. Depoimento prestado à CNV, no dia 7 de fevereiro de 2014, transcrito com anuência do depoente. Arquivo CNV, 00092.000283/2014-11.	Informações sobre a Operação Radar.
Marival Dias Chaves do Canto, ex-sargento do DOI do II Exército.	Acervo da CNV. Depoimento prestado à CNV, no dia 30 de outubro de 2012, transcrito com anuência do depoente. Arquivo CNV, 00092.000929/2012-07.	Informações sobre a Operação Radar.
Marival Dias Chaves do Canto, ex-sargento do DOI do II Exército.	Acervo da CNV. Depoimento prestado à CNV, no dia 21 de novembro de 2012, transcrito com anuência do depoente. Arquivo CNV, 00092.000664/2013-10.	Informações sobre a Operação Radar.
Marival Dias Chaves do Canto, ex-sargento do DOI do II Exército.	Acervo da CNV. Depoimento prestado à CNV, no dia 10 de maio de 2013, transcrito com anuência do depoente. Arquivo CNV, 00092.000686/2013-80.	Informações sobre a Operação Radar.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Elson Costa foi vítima de desaparecimento, morte e ocultação de cadáver em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a localização e reconhecimento de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_81057_75.

ⁱⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0006, p. 17.

ⁱⁱⁱ Depoimento prestado à 15ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, em 28 de fevereiro de 2013. Arquivo CNV: 00092.003384/2014-44

HIRAN DE LIMA PEREIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Marieta de Lima Pereira e Hilário Amâncio Pereira

Data e local de nascimento: 3/10/1913, Caicó (RN)

Atuação profissional: jornalista, ator e administrador público

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de desaparecimento: 15/1/1975, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido no Rio Grande do Norte, Hiran de Lima Pereira foi preso pela primeira vez em 1935, no Rio de Janeiro (RJ), após o levante comunista liderado por Luis Carlos Prestes. Em 1946, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) e teve seu mandato cassado em 1948, quando o PCB foi declarado ilegal e teve seu registro cassado. Em 1949, mudou-se para Recife (PE), onde foi redator do jornal *Folha do Povo*, organizado pelo PCB.

Entre 1959 e 1964, foi secretário de Administração da prefeitura de Recife. Em agosto de 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, Hiran de Lima foi sequestrado por agentes do IV Exército, junto com David Capistrano e outros dirigentes comunistas. Desapareceu por dez dias até ser levado para a ilha de Fernando de Noronha. Após ter saído da prisão, retornou às funções de secretário do Executivo Municipal de Recife e atuou como ator do grupo profissional Teatro Popular do Nordeste, na peça *A Pena e a Lei*, de Ariano Suassuna.

Após o golpe militar de abril de 1964, Hiran passou a viver clandestinamente em Recife com sua família. Durante esse período, sua esposa, Célia Pereira, e sua filha, Sacha Lídice Pereira, foram detidas na casa onde moravam e feitas reféns por agentes do IV

Exército, junto aos noivos de suas filhas, Ardigan e Nathanias, detidos na mesma ocasião. Em 1966, Hiran mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ) e posteriormente mudou-se para São Paulo (SP).

Na passagem do ano de 1974 para 1975, esteve na residência da filha Sacha em São Paulo (SP), no bairro de Campo Belo. Até o ano de 1975, Hiran participou das atividades políticas promovidas pelo PCB como jornalista. Desapareceu em 15 de janeiro de 1975, em São Paulo, e, desde então, nunca mais foi visto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em 4 de dezembro de 1995, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelo desaparecimento de Hiran de Lima Pereira, quando foi publicado no *Diário Oficial da União*. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a ruas nas cidades de Recife e São Paulo.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Hiran de Lima Pereira manteve contato com sua esposa até o dia 9 de janeiro de 1975, quando marcou encontros para três datas: 13, 15 e 17 de janeiro. Hiran não compareceu ao primeiro encontro. Célia, por sua vez, foi presa em sua residência no dia 15 de janeiro, por agentes do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-CODI/SP), onde permaneceu durante três dias sob interrogatório e torturas. Por esse motivo, não pôde comparecer aos outros dois encontros marcados. Célia afirma que viu diversas pessoas encapuzadas sendo torturadas no DOI-CODI, sendo um deles com características físicas semelhantes às de Hiran. Um mês depois foi presa novamente junto com sua filha Sacha, quando foram interrogadas e mantidas encapuzadas.

Após as prisões, Célia procurou o II Exército, e lá foi informada de que Hiran estava detido no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). No DOPS, contudo, disseram-lhe que ele não estava lá. Célia retornou ao II Exército, onde o mesmo coronel com quem havia falado da primeira vez lhe disse: “Se eu disse que

estava lá, é porque estava”. Ela procurou pelo marido também na sede do I Exército e no DOPS do Rio de Janeiro, mas lá também negaram a sua prisão.

Nesse ínterim, Célia dirigiu uma carta à Comissão Justiça e Paz (CJP) narrando o sequestro e a ameaça de prisão de Hiran por parte dos agentes do Estado. Em 12 de março de 1975, enviou uma segunda carta nos seguintes termos:

Apelo para que ajudem a encontrá-lo. Trata-se de um homem de 62 anos, cujo estado de saúde nos inspirava cuidados mesmo antes disso, uma vez que sofre problemas circulatórios e cardíacos, é herniado e está quase cego por conta de catarata e glaucoma. Precisamos encontrá-lo urgentemente, pois, conhecendo os métodos desumanos usados pelos coatores, receamos não chegar a tempo de proporcionar-lhe a assistência médica de que tanto necessita.

Em resposta ao pedido de localização impetrado pelos advogados Maria Luiz Bierrebach e José Carlos Dias, no dia 26 de março de 1975, o Centro de Informações do Exército (CIE) fez um pedido de busca de Hiran de Lima Pereira à Polícia Federal.

De acordo com um relatório elaborado pelos ministérios militares e encaminhado ao deputado federal Nilmário Miranda em 1993, Hiran de Lima teria sido “preso por agentes de segurança” em abril de 1975.

De acordo com o depoimento do sargento Marival Dias Chaves do Canto à Comissão Nacional da Verdade, Hiran de Lima teria sido levado a um centro clandestino da repressão, onde o torturaram e o mataram. Em seguida, os agentes teriam jogado seu corpo no Rio Novo, em um cemitério subaquático sob uma ponte da estrada SP 255, nas imediações de Avaré (SP).

Na documentação do arquivo do DOPS/PR, Hiran consta entre os casos reunidos em uma gaveta intitulada “falecidos”.

Entre março de 1974 e janeiro de 1976, foram mortos pela operação *Radar* David Capistrano da Costa; José Roman; Walter de Souza Ribeiro; João Massena Melo; Luís Ignácio Maranhão Filho; Elson Costa; Hiran de Lima Pereira; Jayme Amorim de Miranda; Nestor Vera; Itair José Veloso; Alberto Aleixo; José Ferreira de Almeida; José Maximino de Andrade Netto; Pedro Jerônimo de Souza; José Montenegro de Lima, o Magrão; Orlando da Silva Rosa Bomfim Júnior; Vladimir Herzog; Neide Alves dos Santos; e Manoel Fiel Filho. Destas vítimas, onze são desaparecidos políticos, cujos restos mortais não foram entregues às famílias até hoje, como é o caso de Hiran.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo dedicou a sua 15ª Audiência Pública, realizada em 28 de março de 2013, aos casos de militantes do PCB, mortos e

desaparecidos na década de 1970. A audiência contribuiu para corroborar a verossimilhança das declarações dadas pelo ex-sargento do Exército, Marival Dias Chaves, frente às práticas de violações de direitos humanos cometidas pelos agentes de Estado nos casos de militantes que se encontram em situação análoga à de Hiran. Além disso, os depoimentos prestados na audiência fortalecem as evidências de que o corpo de Hiran foi atirado em um rio, em Avaré.

Até a presente data, Hiran de Lima Pereira permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

A documentação disponível sobre o caso não permite identificar com precisão o local do desaparecimento.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI do II Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Frota

Comandante do II Exército: general de Exército Ednardo D'Ávilla Mello

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Ernani Ayrosa da Silva

Comandante do DOI-CODI do II Exército: tenente-coronel Audir Santos Maciel

1. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Audir Santos Maciel.	DOI-CODI - II Exército/SP.	Comandante.	Sequestro, tortura e assassinato.		O militar comandou o DOI-CODI/SP de 1974-1976.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_	Certidão de óbito,	Registro Civil das Pessoas	Certifica o óbito de acordo com a Lei nº 9.140/95.

0040_0001, p. 6.	29/1/1996.	Naturais.	
Arquivo Público do Estado de São Paulo: Prontuário DEOPS Santos, Hiran de Lima Pereira.	Pedido de busca nº 162, 26/3/1975.	Divisão de Polícia Federal em Santos.	Pedido de busca de Hiran de Lima Pereira, encaminhado pelo CIE a diversos órgãos da repressão, incluindo a Divisão de Polícia Federal em Santos.
Arquivo Público do Estado de São Paulo: Declaração Zodja ComJusPaz.	Termo de declarações, 9/11/1900.	Zodja Pereira.	Informa as circunstâncias do desaparecimento de Hiran e da prisão de Célia.
<i>Veja.</i>	18/11/1992.	<i>Veja.</i>	Marival Chaves afirma que Hiran foi interrogado em um centro clandestino da repressão, morto e seu corpo jogado em um rio.
Arquivo CNV, 00092_000914_2013_1 1/114-1-27, p. 82.	Relatório dos ministérios militares, 1993.	Ministérios Militares.	Informa a prisão de Hiran em abril de 1975.
Arquivo CNV, 00092_00067_2014_11 , pp. 15-20.	Desaparecidos do PCB, 30/10/2012.	Marival Chaves.	Informa sobre a morte de Hiran.

2. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Marival Dias Chaves do Canto.	Arquivo CNV, 00092_00067_2014_11, pp. 15-20.	Informa sobre a morte de Hiran de Lima Pereira.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Hiran de Lima Pereira desapareceu após ter sido preso por forças de segurança do Estado no dia 9 de janeiro de 1975, em São Paulo, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Hiran de Lima Pereira, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

JAYME AMORIM DE MIRANDA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Hermé Amorim de Miranda e Manoel Simplício de Miranda

Data e local de nascimento: 18/7/1926, Maceió (AL)

Atuação profissional: jornalista e advogado

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de desaparecimento: 4/2/1975

BIOGRAFIA

Nascido em Maceió (AL), Jayme Amorim de Miranda militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde a juventude. Iniciou o curso de Direito e o abandonou, por algum tempo, para ingressar na Escola de Sargento das Armas, orientado pelo PCB. Três anos mais tarde, retomaria a faculdade e concluiria a graduação. Na década de 1950, foi preso duas vezes, no Pará e em Pernambuco, por atuar na organização dos movimentos sociais. Posteriormente, foi novamente detido, em Maceió, por seu trabalho junto aos sindicatos. Nesse período, destacou-se pelo auxílio que prestava como advogado para a libertação de outros presos. Jayme foi membro do Comitê Central do PCB, onde exerceu o cargo de secretário-geral, colaborou com o jornal *Novos Rumos*, veículo oficial do partido, e dirigiu o jornal *A voz do povo*, de orientação comunista. No final de março de 1964, coordenou um comício em defesa da legalidade constitucional. Logo após o golpe militar foi preso e permaneceu detido por um ano, quando foi posto em liberdade condicional. Não cumpriu as exigências do livramento condicional e passou a viver na clandestinidade. Mudou-se com a família para o Rio de Janeiro para fazer um tratamento de saúde e, nessa cidade, passou a trabalhar como tradutor. Era casado com Elza Calheiros da Rocha com quem teve quatro filhos. Em fevereiro de 1975, foi preso novamente e morreu, aos 48 anos, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da Lei nº 9.140/1995. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu Jayme Amorim de Miranda como desaparecido político. Seu nome consta do *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos. As cidades do Rio de Janeiro (RJ) e Maceió (AL) nomearam ruas em sua homenagem. Em 23 de agosto de 2007, Jayme Amorim de Miranda foi reconhecido como anistiado político pela Comissão de Anistia.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Militante histórico do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o jornalista e advogado Jayme Amorim de Miranda foi morto por agentes do Estado brasileiro em uma ação conjunta das forças de repressão, conhecida como “Operação Radar”, cujo objetivo era aniquilar os principais dirigentes do PCB.

Com suspeita de que estivesse com câncer na garganta, em meados de 1973, Jayme foi enviado pelo PCB à União Soviética, para receber tratamento de saúde. De volta ao Brasil, encontrou o partido já fragilizado, em decorrência das inúmeras prisões de dirigentes. Neste cenário, o Comitê Central decidiu que Jayme deveria sair do país. Mas a decisão nunca foi efetivada. Em uma terça-feira, dia 4 de fevereiro de 1975, ele saiu de casa, no bairro do Catumbi, Rio de Janeiro (RJ) e desde então nunca mais foi visto.

Documentos produzidos pelos órgãos de repressão sugerem que a prisão de Jayme seria um importante passo para a desarticulação do Partido Comunista. Informe produzido pelo DOI-CODI do II Exército apresenta uma lista dos membros do Comitê Central do Partido que “pela sua atuação e posição no partido, se presos, causariam, com suas 'quedas', danos irreparáveis a curto e médio prazo, a essa organização de esquerda”. Jayme Amorim, de acordo com o documento, ocupava a posição de “4º homem no Partido”.

Em setembro de 1978, Jayme foi julgado à revelia na 2ª Auditoria da Marinha, juntamente com outros desaparecidos, acusadas de reorganizar o PCB: Orlando Bonfim, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Hiran de Lima Pereira e Élon Costa.

Em entrevista concedida à revista *Veja*, no dia 18 de novembro de 1992, o ex-agente do DOI-CODI-SP, Marival Chaves, afirmou que Jayme Amorim de Miranda foi

preso na Operação Radar, numa das incursões do DOI de São Paulo ao Rio de Janeiro. Foi transferido para Itapevi. Seu irmão, Nilson Miranda, que era Secretário-Geral do PCB de Porto Alegre, estava preso no Ipiranga. Um não sabia do outro. O Nilson sobreviveu.

O paradeiro dos restos mortais de Jayme Amorim de Miranda permanece desconhecido até a presente data.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Bairro do Catumbi, Rio de Janeiro (RJ). Não foi possível, até o momento, identificar com precisão o local para onde foi levado e de onde desapareceu definitivamente.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI do II Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Geisel

Ministro do Exército: general Sylvio Frota

Comandante do II Exército: general Ednardo D'Ávilla Mello

Chefe do Estado-Maior do II Exército: Antonio Ferreira Marques

Comandante do DOI-CODI II Exército: major Audir Santos Maciel

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0044_0004, p. 5.	Certidão de óbito de Jayme Amorim de Miranda, 7/2/1996.	Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Maceió (AL).	O documento teve registro efetivado por despacho do Desembargador Corregedor Geral de Justiça de Alagoas. Registra o óbito por desaparecimento entre 2/9/1961 e 15/8/1979. Além disso, o local de sepultamento é indicado como “desconhecido”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0088_0014, p. 5.	Extrato de prontuário, sem data.	Serviço Nacional de Informações .	O documento afirma que Jayme Amorim de Miranda era integrante do PCB, teve os seus direitos políticos cassados em 1967 e, em 18 de fevereiro de 1971, teve a prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria da Marinha.

Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0088_0014, p. 7.	Informação, 13/3/1975.	DOI-CODI do II Exército.	O documento afirma que o codinome de Jayme Amorim de Miranda seria “João” e o apontou como sendo o quarto homem do PCB.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0088_0014, pp. 32-33.	Informação 22/3/1977.	Serviço Nacional de Informações, Agência de Recife.	O documento relata as atividades dos militantes atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5. Afirma que, até 1974, Jayme Amorim de Miranda se encontraria “foragido” na URSS e teria viajado sob o nome falso de “Juarez Amorim da Rocha”.
Comissão de Anistia: BR_DFMJCA_200 3.01.28379, p. 8.	Prontuário, sem data.	Delegacia de Ordem Política e Social da Guanabara.	O documento traz uma descrição detalhada das atividades políticas de Jayme Amorim de Miranda ao longo de toda a sua trajetória.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Jayme Amorim de Miranda morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964, sendo considerado desaparecido pela CNV uma vez que seus restos mortais não foram localizados e identificados até os dias de hoje.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Jayme Amorim de Miranda, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

NESTOR VERA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Pilar Velasques e Manoel Vera

Data e local de nascimento: 19/7/1915, Ribeirão Preto (SP)

Atuação profissional: camponês, dirigente sindical, jornalista

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de desaparecimento: 1^o/4/1975, Belo Horizonte (MG)

BIOGRAFIA

Nascido em Ribeirão Preto (SP), o trabalhador rural, líder sindical e jornalista Nestor Vera (também grafado como Nestor Veras) atuou na organização dos camponeses por várias décadas. Em meados da década de 1940, foi eleito vereador na cidade de Santo Anastácio (SP). Concorreu a uma vaga de deputado estadual pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) nas eleições de 1947. Posteriormente, quando o partido foi declarado ilegal, teve seu mandato cassado. Foi membro da direção da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em 1963. Era responsável pelo jornal *Terra Livre*, criado pelo PCB, em 1949, para tratar dos temas agrários brasileiros. Foi um dos organizadores do Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte (MG), em 1961, com Francisco Julião, Armênio Guedes, Dinarco Reis e Alberto Passos Guimarães. Dessa comissão saiu o texto Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, sobre o caráter da reforma agrária no Brasil. Em 1962, a Revista *Brasiliense*, editada por Caio Prado Júnior, publicou, em sua edição de número 39, o texto “O Congresso Camponês em Belo Horizonte”, de autoria de Nestor Vera. Foi membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o principal

responsável pelo setor camponês. Esteve na Bulgária, em 1962, e em Moscou, em 1964, participando de cursos de formação política. Era casado com Maria Miguel Dias Vera, com quem teve cinco filhos.

Nestor Vera teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos em 13 de junho de 1964, em consequência do Ato Institucional (AI-1) editado pelo regime militar. Posteriormente, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN) e condenado a cinco anos de prisão no processo conhecido como “Cadernetas de Prestes”. Sem alternativa, passou a viver na clandestinidade e adotou nomes falsos para si e para toda a sua família. Suas atividades continuaram sendo fortemente monitoradas pelas forças da repressão, sendo inclusive indiciado, em 1971, em inquérito conduzido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, que versava sobre a atuação da Ação Libertadora Nacional (ALN). Em abril de 1975, aos 59 anos, Nestor Vera desapareceu depois de ter sido sequestrado por agente do Estado brasileiro na “Operação Radar”, uma grande ofensiva do Exército com o objetivo de dizimar a direção do PCB.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 4 de dezembro de 1995, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu Nestor Vera como desaparecido político. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em homenagem a ele, as cidades de Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Itaquaquecetuba (SP) deram seu nome a logradouros dos respectivos municípios.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

O líder camponês e jornalista Nestor Vera foi capturado em abril de 1975, aos 59 anos, em frente a uma drogaria na cidade de Belo Horizonte (MG), conforme denúncia apresentada pelo dirigente comunista Luís Carlos Prestes. As circunstâncias de seu desaparecimento indicam que Nestor Vera foi sequestrado na “Operação Radar”, uma grande ofensiva do Exército iniciada em 1973 para dizimar a direção do PCB. Entre março de 1974 e janeiro de 1976, foram mortos pela operação Radar, David Capistrano da Costa; José Roman; Walter de Souza Ribeiro; João Massena Melo; Luís Ignácio Maranhão Filho; Elson Costa; Hiran de Lima Pereira; Jayme Amorim de Miranda; Nestor Vera; Itair José Veloso; Alberto Aleixo; José Ferreira de Almeida; José

Maximino de Andrade Netto; Pedro Jerônimo de Souza; José Montenegro de Lima, o Magrão; Orlando da Silva Rosa Bomfim Júnior; Vladimir Herzog; Neide Alves dos Santos; e Manoel Fiel Filho.

Desaparecido desde 1975, não foram localizadas informações substantivas sobre seu paradeiro até 2012, quando o ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, Cláudio Guerra, admitiu, em seu livro *Memórias de uma guerra suja*, ter assassinado e ocultado o cadáver de Nestor Vera em abril de 1975, numa operação em que participaram mais dois agentes da repressão. Segundo o ex-delegado, Nestor Vera foi sequestrado na avenida Olegário Maciel em 1º de abril de 1975 e levado à Delegacia de Furtos e Roubo de Belo Horizonte (MG), localizada à rua Uberaba, nº 175, e torturado por Haydn Prates Saraiva e Joãozinho Metropol. De acordo com Cláudio Guerra:

Foi em Belo Horizonte. Nestor Veras tinha sido muito torturado e estava agonizando. Eu lhe dei o tiro de misericórdia, na verdade, dois, um no peito e outro na cabeça. Quem mais participou da execução? Bem, os detetives investigadores Joãozinho Metropol e Saraiva estavam comigo. Nestor Veras já estava preso na Delegacia de Furtos em Belo Horizonte. Ele estava bem machucado. Após tirá-lo de lá, o levamos para uma mata e demos os tiros de misericórdia. Foi enterrado por nós.

Em maio de 2012, Guerra indicou aos agentes da Polícia Federal o provável local da execução e do enterro de Nestor Vera. As buscas no local, no entanto, ainda não se revelaram conclusivas.

Em depoimento, o ex-delegado afirmou que o responsável pela ordem para matar Nestor Vera foi o coronel Freddie Perdigão Pereira que, de acordo com as informações fornecidas pelo Exército, servia na Agência do SNI no Rio de Janeiro. À época da execução de Nestor Vera, Freddie Perdigão atuava no gabinete da Presidência da República. Cláudio Guerra, por sua vez, era delegado do DOPS. Guerra revelou que era responsável pela execução de pessoas perseguidas pelos órgãos de segurança, informação e repressão.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Belo Horizonte (MG).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1 DOI-CODI do II Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Geisel

Chefe do Serviço Nacional de Informações: general de Brigada João Baptista de Oliveira Figueiredo

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Frota

Comandante do II Exército: general de Exército Ednardo D'Ávilla Mello

Comandante do DOI-CODI do II Exército: tenente-coronel Audir Santos Maciel

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelos agentes	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Freddie Perdigão Pereira.	Agência do SNI no Rio de Janeiro	Coronel.	Ordem para execução.		Depoimento de Cláudio Guerra.
Cláudio Guerra.	DOPS/ES.	Delegado.	Assassinato e ocultação de cadáver.	Belo Horizonte (MG).	GUERRA, Cláudio. <i>Memórias de uma guerra suja</i> . Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
João Metropol.	DOPS/ES.	Detetive Investigador.	Tortura e ocultação de cadáver.	Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte (MG).	GUERRA, Cláudio. <i>Memórias de uma guerra suja</i> . Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
Haydn Prates Saraiva.	DOPS/ES.	Detetive Investigador.	Tortura e ocultação de cadáver.	Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte (MG).	GUERRA, Cláudio. <i>Memórias de uma guerra suja</i> . Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo da CNV: 00092.003033/2014-33.	Ficha DOPS/SP.	DOPS-SP.	Fichas de Nestor Vera(s) no DOPS/SP.
Arquivo da CNV: 00092_000441_2012_71 .	Resumo de crimes cometidos pela ditadura e por grupos da extrema direita, 30/7/2012.	CNV.	Informa o depoimento de Cláudio Guerra sobre a execução de Nestor Vera.
Arquivo da CNV: 00092.003229/2014-28.	Vídeo: Cláudio Guerra responde ao sobrinho de Nestor Vera.	CNV.	No vídeo, Cláudio Guerra aponta a responsabilidade do coronel Freddie Perdigão como mandante do crime e se diz capaz de

			identificar o local onde o corpo de Nestor Vera foi enterrado.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0067_00004, p. 6.	Certidão de óbito (29/1/1996).	de Cartório da Conceição.	Certidão de óbito lavrada em decorrência da Lei nº 9.140/95.

2. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Cláudio Guerra, delegado do DOPS/ES.	Arquivo da CNV, vídeo Cláudio Guerra responde ao sobrinho de Nestor Vera: 00092.003229/2014-28 ou disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-XVFEHz5hDg	Admite ter executado Nestor Vera, indica as condições da morte, aponta quem deu a ordem para a execução e o local de ocultação do cadáver.
Cláudio Guerra, delegado do DOPS/ES.	Arquivo da CNV, vídeo Cláudio Guerra revela como Nestor Vera foi morto: 00092.003315/2014-31 ou disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JfMwFZLTYwM .	Admite ter executado Nestor Vera, indica as condições da morte e o local de ocultação do cadáver.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Nestor Vera morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro em contexto de sistemáticas violações de Direitos Humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Nestor Vera, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

FLÁVIO FERREIRA DA SILVA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Fernandes da Silva e Romão Ferreira da Silva

Data e local de nascimento: 07/12/1934, Pirapora (MG)

Atuação profissional: jornalista

Organização política: Não se aplica

Data e local da morte: 14/04/1975, Belo Horizonte (MG)

BIOGRAFIA

Nascido em Minas Gerais, Flávio Ferreira da Silva era natural de Pirapora. Jornalista, era filiado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, admitido em 26 de junho de 1959. Trabalhou nos jornais *Diário de Minas*, *O Diário*, *Diário da Tarde*, *Estado de Minas*, *Rádio Itatiaia* e foi proprietário dos jornais *Porta Voz dos Municípios* e *Polícia e Ação*. Em 1962, foi agraciado com o Prêmio Esso de Jornalismo, devido às reportagens que realizou sobre problemas sociais e econômicos. Recebeu convites para trabalhar na Argentina e na capital do Estado do Rio de Janeiro, porém preferiu voltar para o sertão mineiro e lutar pelo desenvolvimento de sua região. Foi o primeiro prefeito eleito de Três Marias (MG), cidade emancipada em 1º de março de 1963, mas teve seu mandato cassado pelo primeiro Ato Institucional, decretado após o golpe militar de abril de 1964. Foi preso e recolhido ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde permaneceu por algum tempo incomunicável “em uma cela escura, fétida e úmida, praticamente nu”, até que seu sogro, com a ajuda de um deputado, pudesse localizá-lo.

Após a saída da prisão, adotou uma postura introspectiva e pouco falava sobre o assunto. Continuou sendo monitorado até o momento de sua morte. Era casado com Doracy Aranha Ferreira e tinha três filhos: Glaucy, Flávia e Farley. Morreu aos 40 anos de idade, junto à sua esposa, atingido por disparo de arma de fogo, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 10 de maio de 2013, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Flávio Ferreira da Silva. Em 2 de abril de 2008, foi reconhecido como anistiado político *post mortem* pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais o agraciou, em 1976, com a Comenda Jornalista Geraldo Teixeira da Costa, maior distinção concedida pelo jornalismo mineiro.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Flávio Ferreira da Silva morreu no dia 14 de abril de 1975, em Belo Horizonte. De acordo com o depoimento da filha de Flávio, Glaucy, que à época contava com nove anos de idade, ao acordar, no dia 14 de abril de 1975 foi ao quarto de seus pais na casa onde moravam, no bairro Serra, em Belo Horizonte (MG), e os encontrou mortos. O atestado de óbito registra como causa das mortes hemorragia interna causada por um disparo contra o crânio de Flávio e de Doracy, sua esposa. Glaucy afirma ainda que a arma encontrada com o pai estava em sua mão esquerda, mas o mesmo não era canhoto e que “ao serem retirados do nosso apartamento pelos policiais, o seu corpo foi arrastado pelas escadas (3º andar), sua cabeça batia nos degraus”.

De acordo com a versão oficial, Flávio teria atirado na esposa e, em seguida, contra a própria cabeça. O laudo de necropsia informou que havia vestígios de pólvora na mão esquerda de Flávio. No entanto, o Inquérito Policial Militar afirma que os policiais, ao entrarem no quarto onde o casal estava, encontraram a arma na mão direita de Flávio.

No mesmo IPM constam fotografias dos corpos de Flávio e Doracy. A primeira fotografia mostra ambos deitados na cama, cobertos por uma colcha, e apresenta a informação de

que foi daquela maneira que o casal foi encontrado. A seguir, há a foto de ambos sem a colcha, retirada pelos policiais. Uma foto mais próxima de Flávio mostra que ele estava deitado de lado, com a mão próxima ao rosto, segurando um revólver na mão direita, onde, ressalta-se, não foram encontrados vestígios de pólvora pelos médicos legistas. Doracy aparece em diferentes posições, mudadas pelos policiais para que pudessem fotografá-la. Além disso, são retiradas diversas fotografias pela casa. Em uma delas, a polícia registra a presença de um ansiolítico, usado para transtornos de ansiedade e estresse, no entanto, no laudo da necropsia, nos exames de urina e sangue, não consta a utilização de qualquer remédio. A cena do crime não se manteve preservada até a chegada de um perito, sendo modificada pelos policiais. No relatório final, a polícia sustenta a ocorrência de um crime passional.

As mencionadas fotografias, no entanto, são contestadas pela testemunha do caso, Glaucy, que afirma ter acordado naquela manhã e ido ao quarto de seus pais, quando os encontrou mortos. Não estavam cobertos por colchas, como mostram as fotografias, mas seu pai estava deitado de barriga para cima, com as pernas e braços estendidos. Sua mãe, por sua vez, estava deitada contra a cama, com o travesseiro em cima de sua cabeça. A ausência de um relato de barulho pode ser explicada pela existência de um aparelho que “prolongava o cano” da arma, o qual Glaucy, anos mais tarde, entendeu tratar-se de um silenciador. Glaucy, ao entrar no quarto dos pais, ficou paralisada até que Yris Ferreira Martins, que trabalhava na casa da família, a encontrasse e a retirasse da cena do crime.

Os corpos de Flávio Ferreira da Silva e de Doracy Aranha Ferreira foram sepultados no cemitério de Várzea da Palma (MG).

LOCAL DE MORTE

Rua Itapemirim, nº 190, apartamento 301, Serra, Belo Horizonte, MG.

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CSN: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_AAI_0003_d10001de0001	Of. nº 1274/64/FG, de 01/06/1964.	Conselho de Segurança Nacional	Informa sobre a cassação do mandato de prefeito de Flávio.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0034_0001, p. 26	Certidão de Óbito, de 28/08/2002.	Terceiro Subdistrito de Registro Civil de Belo Horizonte (MG)	Informa a causa da morte de Flávio.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0034_0001, p. 27	Certidão de Óbito, de 28/08/2002.	Terceiro Subdistrito de Registro Civil de Belo Horizonte (MG)	Informa a causa da morte de Doracy.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0034_0001, p. 51-54	Depoimento à Comissão de Anistia, de 25/08/2002.	Glauicy Marise Aranha de Moraes	Filha de Flávio relata como encontrou os pais na ocasião da morte de ambos.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0034_0001, p. 72	Declaração, de 13/06/2001.	Glauicy Marise Aranha de Moraes	Filha de Flávio relata como encontrou os pais na ocasião da morte de ambos.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0034_0001, p. 239	Necrópsia, de 14/04/1975.	Instituto Médico Legal (IML)	Indica a existência de pólvora na mão esquerda de Flávio.
Arquivo Nacional,	Investigações	Secretaria de	Informa a versão oficial

CEMDP: BR_DFANBSB_AT0 _0034_0001, p. 346- 347	Policiais, de 14/04/1975.	Estado da Segurança Pública	para a morte de Flávio e Doracy. Afirma que os policiais encontraram a arma na mão direita de Flávio.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0 _0034_0001, p. 383- 390	Anexo fotográfico, de 21/04/1975.	Secretaria de Estado da Segurança Pública	Fotografias dos cadáveres.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que Flávio Ferreira da Silva e, por conseguinte, sua esposa Doracy Aranha Ferreira, morreram em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela Ditadura Militar implantada.

Recomenda-se a continuidade da investigação e esclarecimento das reais circunstâncias de sua morte para a identificação dos agentes envolvidos e suas responsabilizações.

ITAIR JOSÉ VELOSO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Zulmira Maria Teodora e Sebastião Veloso

Data e local de nascimento: 10/6/1930, Faria Lemos (MG)

Atuação profissional: operário

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de desaparecimento: 25/5/1975, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA ⁱ

Nascido em Minas Gerais, Itair José Veloso era natural de Faria Lemos. Casado com Ivanilda da Silva Veloso, teve quatro filhas. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) ⁱⁱ quando tinha 22 anos. Exerceu a profissão de montador de calçados e apontador de obras, tornando-se importante sindicalista. Em 1953, integrou a Juventude do Partido Comunista. Em 1957, entrou para o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados do Rio de Janeiro. Em 1961, foi eleito para a direção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Niterói e Nova Iguaçu. A seguir, foi secretário-geral da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil. Durante o governo de João Goulart, foi líder de delegações de sindicalistas brasileiras em encontros internacionais na União Soviética e na China. Após o golpe de 1964, Itair José Veloso foi perseguido pela repressão e sua residência foi invadida por agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Niterói (RJ). Foi processado pela Justiça Militar e passou à clandestinidade. Desapareceu em 25 de maio 1975, no Rio de Janeiro (RJ), após sair de casa para encontrar companheiros do PCB.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 4 de dezembro de 1995, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Itair José Veloso. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma avenida no bairro das Indústrias, em Belo Horizonte (MG); em São Paulo, no bairro Cidade Nova América e no Rio de Janeiro, no bairro Paciência. Em 1998, recebeu a medalha Chico Mendes de Resistência do grupo Tortura Nunca Mais (RJ). Em 2004, foi homenageado com a medalha “Tributo à Utopia”, concedida pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. Em 5 de dezembro de 2007, foi reconhecido como anistiado político pela Comissão de Anistia.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Itair José Veloso desapareceu no dia 25 de maio de 1975, a partir de uma operação conjunta das forças de repressão denominada Operação Radar, cujo objetivo era eliminar a militância do PCB. Desde essa data, apesar dos inúmeros esforços empreendidos por seus familiares e amigos, não foi possível elucidar as circunstâncias do seu desaparecimento.

No dia de seu desaparecimento, de acordo com testemunho de sua esposa, Itair saiu de casa por volta das 7h30 para se encontrar com companheiros do PCB. Apesar dos pedidos de informação e dos recursos legais, as autoridades militares e judiciais não forneceram nenhuma informação à família a respeito da localização de Itair José Veloso.

Em 1993, o Ministério da Marinha apresentou ao então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, relatório que informa apenas que Itair foi preso em setembro de 1975 e estava sendo processado por atividades subversivas do PCB.

Desde meados da década de 1970, novas versões sobre a localização de Itair foram divulgadas. Nenhuma, entretanto, elucidou as circunstâncias de seu desaparecimento. Nos últimos meses de 1992, em entrevista à revista *Veja*, o ex-agente do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, Marival Chaves Dias do Canto, apresentou novas informações sobre o caso. De acordo com o ex-sargento do Exército, Itair José Veloso teria sido preso no Rio de Janeiro por agentes do DOI-CODI de São Paulo, na operação Radar. Nessa mesma entrevista, o ex-sargento Marival afirmou que Itair teria morrido de choque térmico, sob

tortura, “imerso em água gelada, numa casa de Itapevi, na Grande São Paulo”. Seu corpo teria sido jogado nas imediações de Avaré a 260 quilômetros de São Paulo (SP).

Até a presente data Itair José Veloso permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

A documentação disponível sobre o caso não permite identificar com precisão o local do desaparecimento.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1 DOI-CODI/II Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho

Comando do II Exército: general de Exército Ednardo D´Avila Mello

Chefia do DOI-CODI do II Exército: coronel do Exército Audir Santos Maciel

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0042_0001, p. 6.	Certidão de óbito de Itair José Veloso, 1/2/1996.	11. ^a . Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais.	Registra a <i>causa mortis</i> : “ignorado”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0042_0001, p. 19.	Aviso nº 21, 5/2/1993.	Ministério da Marinha.	Informa que Itair José Veloso, em setembro de 1995, “estava preso e sendo processado por atividades subversivas do PCB”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0042_0001, p. 19.	Mandado de prisão, 20/9/1971.	1. ^a Circunscrição Judiciária Militar, 2. ^a . Auditoria da Marinha.	Decreta prisão preventiva requerida pelo Procurador Militar.

Arquivo Nacional, SNIG: AC_ ACE_31700_70, p. 4.	Informação nº 0481, 7/8/1970.	Centro de Informações da Marinha (Cenimar).	Itair José Veloso aparece em relação de membros do Comando Central do PCB.
Arquivo Nacional, SNIG:ASV_ ACE_4865_82, p. 12.	Informação nº 0049, 3/3/1971.	Comando do 2º Distrito Naval.	O nome de Itair consta na lista de indiciados do Inquérito Policial Militar pelo Distrito Naval para apurar atividades do PCB.
Acervo digital revista <i>Veja</i> . Disponível em: < http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx >.	Entrevista com Marival Chaves, edição nº 1262, 18/11/1992.	Revista <i>Veja</i>	Nessa entrevista, o torturador relata que Itair José Veloso teria sido morto na Operação Radar, no estado de São Paulo.
Comissão de Anistia, CA: BR_ DFMJCA_2003.01.24182, p. 21.	Prontuário nº 48.876.	DOPS do estado da Guanabara.	Descrição cronológica das atividades políticas de Itair José Veloso.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Itair José Veloso desapareceu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais, assim como a identificação dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Brasil. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, pp. 398-399; *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE- Instituto de Estudos sobre a violência do Estado: São Paulo, 2009, pp. 237- 239; GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 613-614.

ⁱⁱ Fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil (PCB), a alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro ocorreu durante a conferência nacional realizada em agosto de 1961, e teve como finalidade facilitar o registro eleitoral do partido e sua legalização.

ALBERTO ALEIXO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Úrsula Maria Aleixo e José Caetano Aleixo

Data e local de nascimento: 18/2/1903, Belo Horizonte (MG)

Atuação profissional: gráfico e jornalista

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de morte: 7/8/1975, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido em Belo Horizonte (MG), Alberto Aleixo iniciou seus estudos no Colégio Salesiano. Por volta de 1921, quando começou a exercer atividades profissionais, Alberto abandonou os estudos. Em 1929, mudou-se para o Rio de Janeiro e começou a trabalhar nos *Diários Associados*. Nesse período, passou a exercer diversos ofícios, até o ano de 1957, quando se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1958, Alberto Aleixo começou a trabalhar em gráficas de outros órgãos de divulgação do PCB, dentre os quais o jornal carioca *Novos Rumos* e a *Voz Operária*.

Em dezembro de 1974, a polícia invadiu as gráficas clandestinas do PCB, localizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Como resultado do Inquérito Policial Militar (IPM) que foi instaurado, Alberto Aleixo foi preso em sua residência, no dia 29 de janeiro de 1975, e conduzido para as dependências da Delegacia de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS/GB).

Antes de ser preso, Alberto Aleixo vivia com Anésia Ferreira de Oliveira, com quem teve uma filha, Estalina Aleixo da Silva. Era irmão de Pedro Aleixo, político mineiro que foi vice-presidente da República durante o mandato do presidente Costa e Silva.

Em razão de sua idade avançada, 71 anos, e do seu precário estado de saúde, Alberto Aleixo solicitou ao Ministério Público que fosse liberado de sua custódia, mas teve seu pedido negado. O Ministério Público alegou que Alberto Aleixo encontrava-se em “plena atividade subversiva”.

Em 24 de março de 1975, após dois meses de prisão, foi internado sob escolta policial no Hospital Souza Aguiar, onde morreu aos 72 anos de idade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em 21 de março de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Alberto Aleixo, deferindo o seu caso, que foi publicado no Diário Oficial da União em 21 de março de 1996. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Alberto Aleixo morreu no dia 7 de agosto de 1975, nas dependências do Hospital Souza Aguiar, onde se encontrava internado sob escolta policial desde março daquele ano.

Em 1996, o sobrinho de Alberto Aleixo, José Carlos Brandi Aleixo, encaminhou requerimento à CEMDP solicitando que a Comissão reconhecesse a morte de seu tio por motivações políticas. O autor do requerimento destacou que as circunstâncias da prisão, os maus tratos, as torturas e as pressões psicológicas aceleraram o agravamento do seu estado de saúde. Ao processo junto à CEMDP foi anexado o prontuário médico referente ao dia da internação de Alberto Aleixo, que registra as más condições físicas em que se encontrava na ocasião: “Paciente magro, desidratado, sem exonerar intestino há quatro dias, com sangramento hemorroidário. O paciente emagreceu mais ou menos 15 quilos em dois meses”.

Atendendo ao pedido da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Legal, Anelino José de Resende, elaborou um laudo médico que compõe o processo junto à CEMDP. De acordo com Resende, Aleixo foi “submetido a condições que o levaram a ser internado com desnutrição proteico-calórica (emagrecimento acentuado), extremamente anêmico e desidratado (...). Durante o período de internação fez uso diariamente de vitaminas e

complementos proteicos o que por si só indica a carência daqueles elementos. Teve também que ser submetido a dois tratamentos cirúrgicos em um curto espaço de tempo”. Por fim, o laudo médico afirma: “Frente a tudo isso não há que duvidar de que a causa da morte não tenha sido natural”.

Sentenças e ofícios da Justiça Militar, disponíveis no acervo Brasil Nunca Mais, revelam que Alberto Aleixo foi interrogado por agentes do Estado nas dependências do Hospital Souza Aguiar, durante o período em que esteve internado.

Marival Chaves, ex-agente do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do II Exército, em São Paulo, declarou que, em colaboração com outros DOIs e com o Centro de Informações do Exército (CIE), retomou, no final de 1973, uma operação denominada “Radar”, que objetivava localizar e desarticular a infraestrutura do jornal *Voz Operária*, do PCB, em todo o território nacional. Entre março de 1974 e janeiro de 1976, foram mortos pela Operação Radar: David Capistrano da Costa, José Roman, Walter de Souza Ribeiro, João Massena Melo, Luís Ignácio Maranhão Filho, Elson Costa, Hiran de Lima Pereira, Jayme Amorim de Miranda, Nestor Vera, Itair José Veloso, Alberto Aleixo, José Ferreira de Almeida, José Maximino de Andrade Netto, Pedro Jerônimo de Souza, José Montenegro de Lima (o Magrão), Orlando da Silva Rosa Bomfim Júnior, Vladimir Herzog, Neide Alves dos Santos e Manoel Fiel Filho. Dessas vítimas, onze são desaparecidos políticos, cujos restos mortais não foram entregues às famílias até hoje. Dezenas de outros dirigentes e militantes integrantes do Comitê Central do PCB também foram presos e torturados, embora não tenham sido assassinados.

Os restos mortais de Alberto Aleixo foram enterrados no cemitério de Inhaúma, no Rio de Janeiro.

LOCAL DE MORTE

Hospital Souza Aguiar, Praça da República, nº 11, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército

Presidente da República: general Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota
Comandante do I Exército: general do Exército Reinaldo Melo de Almeida
Chefe do Estado-Maior do I Exército e Chefe do CODI: general de Brigada Leônidas Pires Gonçalves
Chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército: coronel Sérgio Mário Pasquali
Chefe do DOI do I Exército: n/i

1.2. DOI-CODI do II Exército

Presidente da República: general Ernesto Beckmann Geisel
Ministro do Exército: general do Exército Sylvio Couto Coelho da Frota
Comandante do II Exército: general do Exército Ednardo D'Ávila Mello
Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Antônio Ferreira Marques
Comandante do DOI do II Exército: major Audir Santos Maciel

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT0_00 03_0003.	Prontuário médico.	Hospital Souza Aguiar.	Prontuário médico referente ao dia da internação de Alberto Aleixo no Souza Aguiar, que registra as más condições físicas em que o paciente se encontrava na ocasião.
Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT0_00 03_0003.	Laudo assinado pelo presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Legal, Dr. Anelino José de Resende.	Sociedade Brasileira de Medicina Legal.	Laudo médico assinado pelo presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Legal, Dr. Anelino José de Resende.
Arquivo Brasil Nunca Mais Digital – BNM – 035, pp. 991/1249.	Ofício nº 657.	11ª Circunscrição Judiciária Militar.	Atesta que Alberto Aleixo foi interrogado nas dependências do Hospital Souza Aguiar, durante o período em que esteve internado.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Alberto Aleixo morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

JOSÉ FERREIRA DE ALMEIDA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Olympia Ferreira de Almeida e Joaquim Josimo Ferreira

Data e local de nascimento: 16/12/1911, Piracaia (SP)

Atuação profissional: tenente da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de morte: 8/8/1975, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido na cidade interiorana de Piracaia (SP), José Ferreira de Almeida serviu a maior parte de sua vida como policial militar do Estado de São Paulo, chegando à patente de tenente. Desde a década de 1940, esteve empenhado na montagem de um núcleo comunista no interior da polícia paulista. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Almeida estivera envolvido desde 1946 com o trabalho do partido dentro da polícia. O funcionamento desta célula se dava sob estritas normas de segurança, controladas diretamente por um homem de confiança do secretário-geral do partido. Tal preocupação garantiu sua operação por mais de vinte anos. Apenas no contexto da “Operação Radar”, montada com o objetivo de eliminar as estruturas do PCB antes do processo de abertura, foram descobertas as atividades comunistas na polícia de São Paulo. Na ocasião, 63 policiais foram presos, entre eles José Ferreira de Almeida. Sua detenção se deu no dia 7/7/1975. Casado com Maria Sierra de Almeida, não deixou filhos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em processo movido por seus sobrinhos junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), sua morte foi reconhecida como responsabilidade de agentes do Estado, embora a reparação tenha sido indeferida em razão da Lei nº 9.140 impedir o pleito de parentes indiretos. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem foi batizada com seu nome uma rua na cidade de São Paulo (SP).

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE ⁱ

José Ferreira de Almeida foi preso no dia 7 de julho de 1975, no contexto da chamada Operação Radar, um esforço dos órgãos de informação e segurança para eliminar figuras importantes do PCB antes do processo de abertura política. Na ocasião, 63 policiais foram detidos, acusados de colaboração com os comunistas. Entre março de 1974 e janeiro de 1976, foram mortos pela operação Radar: David Capistrano da Costa, José Roman, Walter de Souza Ribeiro, João Massena Melo, Luís Ignácio Maranhão Filho, Elson Costa, Hiran de Lima Pereira, Jayme Amorim de Miranda, Nestor Vera, Itair José Veloso, Alberto Aleixo, José Ferreira de Almeida, José Maximino de Andrade Netto, Pedro Jerônimo de Souza, José Montenegro de Lima, o Magrão, Orlando da Silva Rosa Bomfim Júnior, Vladimir Herzog, Neide Alves dos Santos e Manoel Fiel Filho.

Durante um mês, foi mantido incomunicável de sua família e representantes legais. No dia 7 de agosto de 1975, teve um encontro com seu advogado na sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP), quando disse temer por sua vida. De acordo com o relato de seu advogado, José Ferreira apresentava marcas de tortura, escoriações e choques elétricos. Depois do encontro com seu representante legal no DOPS, foi levado novamente à sede do DOI-CODI, onde tinha permanecido a maior parte do tempo em que estivera preso, para novos interrogatórios. No dia seguinte, em 8 de agosto de 1975, sua família foi informada de que José cometera suicídio, versão que foi confirmada por uma nota oficial do comando do II Exército. De acordo com os militares, José Ferreira de Almeida se suicidara amarrando o cinto de pano do macacão que os presos utilizavam a uma barra das grades da cela. Tal versão foi confirmada pelo laudo

necroscópico, assinado pelo médico-legista Harry Shibata, o mesmo que foi responsável pela falsificação do laudo de Vladmir Herzog.

José Ferreira de Almeida foi velado no necrotério do Hospital Cruz Azul, da Polícia Militar de São Paulo, quando sua família pôde constatar inúmeras marcas de tortura em seu corpo. Os demais policiais militares presos junto com José Ferreira de Almeida denunciaram as torturas a que ele foi submetido, quando responderam ao processo-crime nº 60/75-1, na 2ª auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM). Frente ao auditor militar Dr. Nelson da Silva Machado Guimarães, o major Carlos Gomes Machado, o capitão Manoel Lopes e o tenente Atílio Geromin, presos junto com José Ferreira de Almeida, denunciaram os maus-tratos sofridos por eles e por seus companheiros nas dependências do DOI-CODI do II Exército. Segundo o major Machado, “tenente José Ferreira de Almeida [...], apesar de seus 63 anos de idade, foi levado à morte em virtude das torturas que lhe foram aplicadas, tais como “pau-de-arara”, choques elétricos, palmatória, etc., que se repetiam diariamente.”

De acordo com o relatório do Ministério da Marinha, entregue ao ministro da Justiça Mauricio Corrêa, em 1993, José Ferreira de Almeida “foi morto, em ação de segurança, no dia 07 ago 75”ⁱⁱ. Com base no atestado de óbito assinado pelo Dr. Harry Shibatta, consta como causa da morte na certidão de óbito: “asfixia por constrição do pescoço - enforcamento”. O corpo de José Ferreira de Almeida foi sepultado no Cemitério Congonhas, na cidade de São Paulo.

LOCAL DE MORTE

Segundo as fontes citadas, José Ferreira de Almeida foi morto na sede do CODI-DOI do II Exército, localizado na rua Thomás Carvalhal, 1030, Paraíso, São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI-CODI/SP

Presidente da República: general-de-exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general-de-exército Sylvio Couto Coelho Frota

Comandante do II Exército: general-de-exército Ednardo D’Ávila Mello

Chefe do Estado-Maior do II Exército: Antônio Ferreira Marques

Comandante do DOI do II Exército: major Audir Santos Maciel

1.2. DOPS/SP

Governador do Estado de São Paulo: Paulo Egydio Martins

Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo: coronel Antônio Erasmo Dias

Delegado do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo: n/i

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Ednardo D'Ávila Mello.	II Exército/DOI - CODI/SP.	General comandante do II Exército.	Comando da unidade na qual José Ferreira foi morto e as circunstâncias de sua morte falsificadas.	DOI-CODI II Exército (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0005.
Harry Shibata.	Instituto Médico-Legal de São Paulo (IML-SP).	Médico-legista.	Falsificação do atestado de óbito.	IML-SP.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0005.
Marcos de Almeida.	Instituto Médico-Legal de São Paulo (IML-SP).	Médico-legista.	Falsificação do atestado de óbito.	IML-SP.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0005.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0005.	Processo de Reparação nº 269/96.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	Consta que José Ferreira de Almeida era 2º Tenente da Reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Foi preso em 7/7/1975 pelo DOI-CODI II Exército junto com outros integrantes da PM, acusados de militância subversiva e como integrantes do PCB. Apresentava sinais de tortura, escoriações e marcas generalizadas de choques elétricos. Foi novamente levado ao DOI-CODI do II Exército e faleceu em 08/08/1975. Em sua certidão de óbito consta que se suicidou. A família contesta a versão.
Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_002_0007.	Panfletagem na PMRJ, 30/9/1997.	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.	Informa que José Ferreira de Almeida se suicidou na prisão.
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_86382_75.	Informação Nº 303/16/AC/75, de 24/10/1975.	Serviço Nacional de Informações.	Informações sobre interrogatório de policiais militares, entre eles, José Ferreira de Almeida, sobre a ligação com atividades do PCB.
Arquivo Nacional, DSI/MRE: BR_DFANBSB_Z4_DP_N_PES_0892.	Lista de desaparecidos publicada pela Comissão Brasileira de	Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores.	Consta o nome de José Ferreira de Almeida como um dos desaparecidos.

	Anistia, de 10/1/1979		
Arquivo Nacional, SNI; AC_ACE_16090_81.	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 18/3/1981.	Serviço Nacional de Informações.	Relação de militares mortos e desaparecidos.
Arquivo CNV, NUP: 00092_000830_2012_0 5.	Relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993.	Ministério da Marinha.	Afirma que José Ferreira teria morrido em decorrência de ação das forças de segurança em 7/8/1975.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que José Ferreira de Almeida morreu em decorrência das ações perpetradas por agentes do Estado brasileiro em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de José Ferreira de Almeida, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos na prisão e torturas que desencadearam a sua morte.

ⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0005.

ⁱⁱ Arquivo CNV: 00092_000830_2012_05.

JOSÉ MAXIMINO DE ANDRADE NETTO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Odila de Andrade Netto e José Maximiano Netto

Data e local de nascimento: 2/9/1913, Três Corações (MG)

Atuação profissional: coronel da Força Pública do Estado de São Paulo

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de morte: 18/8/1975, Campinas (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em Minas Gerais, José Maximino de Andrade Netto vivia em Campinas (SP) e era casado com Odacy Foekel. Membro da extinta Força Pública do estado de São Paulo, José Maximino fora expurgado da corporação em 1964 por não aderir ao golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart. José foi militante do Partido Nacionalista Brasileiro (PNB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com a retomada da Operação Radar no final de 1973, pelo Destacamento de Operações de Informações (DOI) de São Paulo, visando a eliminação de líderes do PCB, José Maximino passou a ser perseguido por agentes públicos do regime militar. Foi preso em 11 de agosto de 1975, onde sofreu torturas. Morreu aos 62 anos de idade, de um infarto no miocárdio, no Hospital Clinicor em Campinas, logo após ser liberado da prisão, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 1^o de agosto de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de José Maximino de Andrade Netto. Seu nome consta ainda do *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de

Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi reconhecido como anistiado político *post mortem* pela Comissão de Anistia em 13 de outubro de 2013. A Câmara Municipal de Campinas realizou homenagem póstuma a José Maximino de Andrade Netto. No dia 12 de maio de 2008 o Ministério Público Federal (MPF) apresentou denúncia contra a União Federal, Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel, este último sendo apontado como comandante da morte de José Maximino de Andrade Netto. Ustra e Maciel são identificados como os únicos réus pessoas físicas, não sendo os exclusivos responsáveis pelas prisões, torturas, homicídios e desaparecimentos no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército entre 1971 e 1976. Por estarem no topo da cadeia hierárquica, seus nomes foram identificados imediatamente. Os procuradores da República que assinam o documento pedem ainda que os acusados percam cargos públicos que ocupam atualmente e o impedimento de virem a exercer qualquer outra função pública.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

José Maximino de Andrade Netto morreu no dia 18 de agosto de 1975, após ser libertado da prisão, em péssimas condições de saúde, no Hospital Clinikor em Campinas (SP). Por volta das 22 horas do dia 11 de agosto de 1975, José Maximino de Andrade Netto foi abordado e preso em sua residência por agentes vestidos em trajes civis que se identificaram como membros do Exército brasileiro. Depois de uma semana desaparecido, no dia 18 de agosto, o coronel Maximino foi encontrado caído, em grave estado de saúde, na calçada em frente a sua casa. A certidão de óbito de José Maximino de Andrade Netto do dia 21 de agosto de 1975 relata que sua morte se deu em função de infarto do miocárdio, cardiopatia isquêmica.

Em 1996, o caso foi encaminhado para à CEMDP, e o relato responsável pelo mesmo Luís Francisco Carvalho Filho referenciou os depoimentos relativos ao caso colhidos pela autoridade judicial. Tais relatos ajudam a esclarecer as reais circunstâncias da morte, complementando a versão divulgada na certidão de óbito. Em depoimento de Irma Salles, amiga do coronel desde a juventude, consta que, quando chegou da prisão, José estava com escoriações por todo o corpo, tinha os pés machucados e disse que havia “apanhado muito” e levado “choques pelo corpo, inclusive nos órgãos genitais”. Irma Salles também afirmou que desconhecia qualquer problema de saúde do coronel Maximino antes de sua prisão.

Alberto de Castro Fernandes, sargento da Polícia Militar encarregado de acompanhar o enterro de José Maximino de Andrade Netto para posterior avaliação do comando do Exército, relata, em seu depoimento, que José Andrade Netto teria sido preso, conduzido para o DOI-CODI em São Paulo e torturado. Segundo conversas do sargento com seu comandante, José teria sido “colocado na porta de sua casa, pelos agentes da repressão, quando souberam que ele iria morrer”.

Por sua vez, Bráulio Mendes Nogueira, funcionário público aposentado e amigo de José Andrade Netto, relata que assim que foi libertado da prisão, o coronel se encontrava ferido e sem condições de conversar. Contou também que, quando solto, as ameaças permaneciam ao perceber que o telefone da casa do coronel tocava insistentemente e, ao ser atendido, ninguém se manifestava do outro lado da linha.

No voto final do processo na CEMDP, o relator, Luiz Francisco da Silva Carvalho, concluiu que havia provas da perseguição política – a suposta militância no PCB – da prisão e da tortura. Nele afirma que as evidências apontam causalidade entre a morte e a tortura sofrida no período de prisão ilegal. À beira da morte, por não ter resistido aos maus tratos sofridos, o coronel reformado da Polícia Militar, foi retirado do cárcere e abandonado à porta de sua casa por agentes do Exército brasileiro.

Em informe de uma agência de São Paulo do Sistema Nacional de informações (SNI) do dia 21 de agosto de 1975, consta que o DOI-CODI do II Exército

divulgou, com as devidas reservas, o encerramento das investigações que resultaram no desmantelamento do 'setor militar do Partido Comunista Brasileiro' que atuava na Polícia Militar do Estado de São Paulo, e propiciou, àquele órgão de segurança, a identificação e prisão, dentre oficiais e praças, de 49 POLÍCIA MILITARs da ativa e 16 da reserva.

Na edição da *Folha da Tarde* de São Paulo do dia 4 de outubro de 1975, anexada ao informe do SNI, aparece o nome de José Maximino [*sic*] como tendo sido morto em consequência de enfarte do miocárdio no hospital. Na mesma época que Maximino teria morrido o segundo-tenente da Polícia Militar José Ferreira de Almeida, “que se suicidou na prisão”. A análise do documento permite-nos inferir que a morte de José Andrade Netto foi parte de uma ação coordenada pelo DOI-CODI do II Exército, que visava a eliminação de militares filiados do PCB que atuava na Polícia Militar de São Paulo.

A edição de 31 de março de 2004, da revista *IstoÉ*, informa que o coronel Audir dos Santos Maciel, codinome Dr. Silva, foi um dos responsáveis pelas mortes e torturas ocorridas em chácaras clandestinas, justamente para facilitar a ocultação de cadáveres.

Aqueles que sobreviviam às torturas eram remetidos ao Comando do II Exército, sob a chefia dos delegados do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), dentre eles estão os nomes de José Francisco Setta e Alcides Singillo. A ação civil pública, proposta pelo Ministério Público Federal (MPF), em 12 de maio de 2008, requer a condenação ao então chefe do DOI-CODI II Exército, Audir dos Santos Maciel, e de Carlos Alberto Brilhante Ustra, pela morte de José Maximino de Andrade Netto, bem como de outros militantes políticos.

Passados quatro anos da publicação da reportagem no periódico *IstoÉ*, o MPF propôs ação civil pública em face da União Federal, de Carlos Alberto Brilhante Ustra e de Audir Santos Maciel. A União Federal foi acusada de omissão na promoção das medidas necessárias à reparação regressiva dos danos que suportou no pagamento das indenizações previstas na Lei nº 9.140. Ustra e Maciel foram responsabilizados pela violação de direitos humanos, especialmente prisão ilegal, tortura, homicídio e desaparecimento forçado de cidadãos, além de perderem suas funções públicas.

A morte de José Maximino de Andrade Netto deve ser entendida no contexto de ações da *Operação Radar*, que ao buscar eliminar os dirigentes do PCB que não tinham relação com a luta armada, procuraram forjar novas formas de eliminação de pessoas que não passassem pelas tradicionais versões oficiais divulgadas pela imprensa no dia seguinte às execuções. De acordo com as pesquisas realizadas pela equipe da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em vez de noticiar as mortes de supostos guerrilheiros e terroristas como resultado de tiroteio com agentes policiais, o Estado optou pelo desaparecimento forçado dos corpos, depois de torturas e execuções sumárias. A *Operação Radar* foi comandada pelo chefe do DOI do II Exército, o tenente Audir dos Santos Maciel, em colaboração com oficiais do Centro de Informações do Exército (CIE), como os majores Paulo Malhães e José Brant Teixeira. Entre março de 1974 e janeiro de 1976, foram presos pela Operação Radar 679 militantes, dentre os quais Vladimir Herzog e Luís Ignácio Maranhão Filho. Muitos se encontram desaparecidos até os dias de hoje, outros foram mortos, como é o caso de José Maximino.

Em depoimento prestado no dia 22 de novembro de 2013, na 96ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, sobre a resistência de militares à Ditadura Militar, o tenente-coronel aposentado Osni Geraldo Santa Rosa mencionou a presença de José Maximino no DOI/CODI II Exército, na semana que antecedeu sua morte. Presos na mesma cela, Osni pôde testemunhar as marcas da tortura deixadas no

corpo de Maximino, já com mais de sessenta anos de idade. Emocionado, Osni lembrou o diálogo em que José dizia ter consciência de que seria solto, mas que não resistiria aos ferimentos provocados na tortura.

O corpo de José Maximino de Andrade Netto foi enterrado no cemitério de Parque Flamboyant, na cidade de Campinas (SP).

LOCAL DE MORTE

Hospital Clinicor, em Campinas (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de Comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do II Exército: general de Exército: Ednardo D'Ávila Mello

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Antonio Ferreira Marques

Chefia do DOI do Centro de Operação de Defesa Interna do I Exército: Audir dos Santos Maciel

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Audir dos Santos Maciel.	DOI-CODI II Exército.	Coronel, comandante DOI-CODI.	Responsável pela organização da "Operação Radar" em São Paulo.	DOI-CODI/SP.	Arquivo da CNV: 00092.002999/2014-53.
André Pereira Leite Filho.	DOI-CODI II Exército.	Major.	Um dos agentes envolvidos na repressão aos militantes do PCB no âmbito da "Operação	DOI-CODI/SP.	Arquivo da CNV: 00092.002999/2014-53.

			o Radar”		
Félix Freire Dias.	DOI-CODI II Exército.	Cabo.	Um dos agentes envolvidos na repressão aos militantes do PCB no âmbito da “Operação Radar”	DOI-CODI/SP.	Arquivo da CNV: 00092.002999/2014-53.
José Brant Teixeira.	CIE.	Coronel.	Um dos chefes da “Operação Radar”	Chácara clandestina.	Arquivo da CNV: 00092.002999/2014-53.
Paulo Malhães.	CIE.	Coronel.	Um dos agentes envolvidos na repressão aos militantes do PCB no âmbito da “Operação Radar”	II Exército/DO PS - chácara clandestina.	Arquivo da CNV: 00092.002999/2014-53.
José Bonifácio Carvalho.	DOI-CODI II Exército.	Cabo.	Um dos agentes envolvidos na repressão aos militantes do PCB no âmbito da “Operação Radar”	II Exército/DO PS - chácara clandestina.	Arquivo da CNV: 00092.002999/2014-53.
Confúcio de Paula.	CIE.	General.	Agente responsável pela organização da “Operação	II Exército/DO PS - chácara clandestina.	Arquivo da CNV: 00092.002999/2014-53.

			o Radar”		
Sylvio Frota.	Ministério do Exército.	Ministro .	Ordena a execução de operações que resultariam na morte e desaparecimento de dirigentes do PCB entre 1973 e 1976	II Exército/DO PS - chácara clandestina.	Arquivo da CNV: 00092.002999/2014-53.
Ernesto Beckmann Geisel.	Presidência da República.	Presidente da República.	Ordena a execução de operações que resultariam na morte e desaparecimento de dirigentes do PCB entre 1973 e 1976	II Exército/DO PS - chácara clandestina.	Arquivo da CNV: 00092.002999/2014-53.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0052_0005 p.10.	Certidão de óbito de José Maximino Andrade Netto, 21/8/1975	Cartório de Registro Civil. 2º Subdistrito de Santa Cruz, Campinas/SP.	Certidão de óbito assinada por Alberto F. Picolloto Macaratto indicando como causa da morte “infarto do miocárdio – cardiopatia isquêmica”.
Arquivo Nacional, SNI:	Informação nº	SNI, agência	Identifica líderes e

BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_85499_75 pp.2; 91-92.	3476/16/asp/75, 21/8/1975.	de São Paulo.	militantes do PCB vinculados ao setor militar, informando o encerramento das investigações que resultaram no desmantelamento do referido setor. Apresenta cópia de reportagem da <i>Folha da Tarde</i> de 4/10/1975, informando sobre a morte de José Maximino de Andrade Netto e José Ferreira de Almeida.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0052_0005, p.12.	“O Desabafo de Oscar Niemeyer”, 4/7/1991.	Jornal <i>O Diário do Povo</i> .	Relata a militância política de José Maximino de Andrade Netto.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0052_0005, pp.52-59.	Mandado de intimação de testemunhas, 15/4/1996.	CEMDP.	Apresenta os depoimentos das testemunhas: Salomão Galdino da Rocha Júnior, Bráulio Mendes Nogueira, Irma Salles e Alberto de Castro Fernandes.
Arquivo da CNV: 00092.003347/2014-36.	Traição e Extermínio”, 31/3/2004.	Revista <i>IstoÉ</i> .	Esclarece métodos e agentes envolvidos na “Operação Radar” – desencadeada pela repressão para dizimar células do PCB, resultando na morte e desaparecimento de pelo menos 11 membros do comitê central do partido.
Arquivo da CNV: 00092.003348/2014-81.	Proposta de Ação Civil Pública, 12/5/2008.	Ministério Público Federal.	Propõe ação civil pública, condenação ao chefe do DOI/CODI II Exército, Audir dos Santos Maciel, pela morte de José Maximino de Andrade Netto.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Osni Geraldo Santa Rosa, tenente-coronel aposentado.	Arquivo da CNV, audiência Pública “Militares de resistência à ditadura” realizada em parceria entre a CNV e a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo	Preso na mesma cela de José Maximino, o tenente-coronel relata o seguinte: “[Após longas sessões de tortura] ele me mostrou

	“Rubens Paiva” (CEV-SP), em 22 de novembro de 2013: 00092.0000470/2014-03.	que o músculo da perna não retornava, indicando diabete elevada e me disse: - Vão me soltar, mas não vou chegar vivo em casa”.
--	--	--

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que José Maximino de Andrade Netto morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro depois de ser submetido à tortura por agentes do DOI-CODI do II Exército de São Paulo, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de José Maximino de Andrade Netto, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ARMANDO TEIXEIRA FRUCTUOSO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria da Glória Fructuoso e Aníbal Teixeira Fructuoso

Data e local de nascimento: 20/5/1923, Rio de Janeiro (RJ)

Atuação profissional: operário

Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Data e local de desaparecimento: setembro de 1975, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido no Rio de Janeiro, Armando Teixeira Fructuoso era casado com Virgínia Ricardi Viana, com quem teve uma filha. Concluiu o 2º grau e fez vários cursos de formação política. Tornou-se sindicalista após o fim do Estado Novo. Participou e liderou mobilizações de trabalhadores da Light, empresa responsável naquele período pelos serviços de eletricidade e bondes no Rio de Janeiro. Posteriormente, tornou-se delegado sindical, dirigente e presidente da Associação Unificadora dos Trabalhadores da Light. Em 1947, assinou documento intitulado “Apelo de Estocolmo”, contra a bomba atômica e a favor da defesa pela paz mundial. No início dos anos de 1950, representou os trabalhadores do Rio de Janeiro no Congresso Sindical Mundial pela Paz, na Coreia. Entre 1945 e 1964, Armando foi preso cerca de 14 vezes em função de sua atuação como sindicalista. Após o golpe militar de 1964, perdeu seu mandato sindical e teve seus direitos políticos cassados por uma década. Passou a atuar na clandestinidade. Armando também foi filiado e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) até 1968. Em 1969, ajudou a fundar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), permanecendo por pouco tempo. A seguir, integrou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em 1971, integrou o Comitê Central do partido. Desapareceu em setembro 1975, dias depois de ser acareado com Gildásio Westin

Cosenza e Delzir Antônio Mathias, no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Armando Teixeira Fructuoso foi reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido político. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I da Lei nº 9.140/95 e também no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTEⁱ

Armando Teixeira Fructuoso foi capturado durante a execução da Operação Radar, por agentes do DOI-CODI no bairro de Madureira, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1975, no momento em que se dirigia para um encontro com outro membro do PCdoB, por volta das 19h. Ele foi capturado e levado para as instalações do DOI-CODI, no Quartel do I Exército, no bairro da Tijuca. De acordo com depoimentos de pessoas que também estiveram presas naquela unidade militar, Armando foi submetido a sessões de tortura durante dias seguidos. Os presos políticos Gildásio Westin Cosenza e Delzir Antônio Mathias foram acareados com Armando entre os dias 4 e 7 de setembro daquele ano. Esses militantes, processados pela Justiça Militar, denunciaram as torturas sofridas por Armando Teixeira Fructuoso em seus depoimentos na Auditoria Militar, bem como em cartas encaminhadas ao presidente do Superior Tribunal Militar (STM).

Tanto Gildásio quanto Delzir afirmaram que o dirigente do PCdoB foi torturado e que sua saúde se debilitou bastante em função da violência sofrida. Segundo apontaram, Armando mal podia se levantar e seu rosto apresentava hematomas e manchas de sangue. Além disso, os agentes de segurança que o torturaram interromperam seu acesso a água e alimentação. De acordo com Gildásio, Armando gritava constantemente por água e comida, ao que os agentes respondiam que não valia a pena alimentar quem estava próximo da morte. Delzir, em carta à Justiça Militar, confirma ter ouvido gritos emitidos por vários dias e que, de maneira repentina, foram interrompidos. Segundo Delzir, os gritos eram mesmo de Armando pois ouvira, naquela ocasião, o comentário entre dois militares, tendo um deles dito “esse lixo humano é o Juca ou Armando Fructuoso”. Em adição aos depoimentos, durante a diligência realizada pela CNV à

antiga sede do DOI-CODI, Gildásio identificou os locais onde teriam ocorrido as torturas de Frutuoso.

Em março de 1978, o Comando do I Exército decidiu abrir sindicância para investigar as denúncias de que Armando teria sido morto sob torturas em uma unidade militar. Contudo, não chegaram a elucidar o caso em função da alegação de que ele era um foragido.

Até a presente data Armando Teixeira Frutuoso permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), localizado na rua Barão de Mesquita, bairro da Tijuca, Rio de Janeiro.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1 Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do I Exército: general de brigada Reynaldo Mello de Almeida

Chefe de Estado-Maior do I Exército: general de brigada Leônidas Pires Gonçalves

Comandante do Destacamento de Operações de Informação: general de brigada Leônidas Pires Gonçalves

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0018_0009, p. 4.	Certidão de óbito, 2/2/1996.	Registro Civil das Pessoas Naturais da 1ª Circunscrição.	Registro feito em cumprimento a Lei nº 9.140/95.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0018_0009, p. 38-41.	Histórico de Armando Teixeira Frutuoso, sem data	Divisão de Informações do Departamento de Ordem	Aponta como Armando era vigiado e perseguido pelos aparatos de segurança desde 1946. Ressalta a versão oficial de que, em 1975, na

	específica.	Política e Social (DOPS-GB).	ocasião em que fora visto pela última vez, estava foragido.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0018_0009, p. 48.	Matéria de jornal: “Polícia encaminha à Auditoria de Guerra inquérito do PCdoB”, 16/2/1977.	<i>O Globo</i>	Apresenta a versão oficial de que Armando estava foragido.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0018_0009, p. 80.	Matéria de jornal: “Condenados doze do PCdoB em São Paulo”, 30/6/1977.	<i>O Globo</i>	Notícia a condenação de Armando à prisão e a perda de seus direitos políticos por 10 anos.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0018_0009, p.91-99.	Auto de qualificação e interrogatório, 9/3/1976.	1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar.	Depoimento de Gildásio Westin Cosenza. Aponta que este esteve presente na mesma unidade militar que Armando e que o viu nesta ocasião.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0018_0009, p. 88-90.	Carta, 5/3/1978.	Gildásio Westin Cosenza.	Carta encaminhada ao presidente do STM, na qual denuncia as torturas e desaparecimento de Armando.
Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_128_0174, p. 1.	Informe nº 0352, 19/11/1979.	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA).	Indica que os órgãos de repressão vigiavam Armando até uma data próxima de seu desaparecimento, em maio de 1975, quando é identificado como integrando o cargo de 1º Secretário do Comitê Regional-Leste do PCdoB.

2. Testemunhos sobre o caso prestados à CNV e às Comissões estaduais, municipais e setoriais:

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes para o caso
------------------------------------	--------------	---

Gildásio Westin Cosenza NUP 00092.002631/20 14-95	Diligência da CNV no HCE e no DOI-CODI do Rio	A testemunha reconheceu os lugares onde a vítima fora torturada, fornecendo detalhes do evento.
---	--	---

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Armando Teixeira Frutuoso desapareceu em setembro de 1975 em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964. É considerado desaparecido pela CNV, uma vez que seus restos mortais não foram identificados até os dias de hoje.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

PEDRO JERÔNIMO DE SOUSA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Catarina Evangelista de Sousa e José Jerônimo de Sousa

Data e local de nascimento: 30/6/1912, Aracati (CE).

Atuação profissional: comerciante

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Data e local da morte: 17/9/1975, Fortaleza (CE).

BIOGRAFIA

Nascido no Ceará, Pedro Jerônimo de Souza era natural de Aracati (CE). Mudou-se para Fortaleza e, na década de 1940, iniciou suas atividades políticas no processo de reestruturação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Desde cedo, trabalhou como comerciante e demonstrou muita habilidade para a tarefa dos registros contábeis, o que lhe valeria, anos mais tarde, o posto de tesoureiro do PCB no Ceará. Em sua longa trajetória política, integrou a direção municipal do Partido Comunista de Fortaleza, o Comitê Estadual desse mesmo partido e, a partir do golpe de 1964, atuando na clandestinidade, participou do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em Fortaleza (CE). Pedro Jerônimo de Sousa foi casado com Sarah Pinheiro de Souza, com quem teve dois filhos. Morreu aos 63 anos de idade, sob torturas, em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 8/2/1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Pedro Jerônimo de Sousa. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. No dia 30/4/2014, Pedro Jerônimo foi homenageado *in memoriam* pela Ordem dos Advogados do Brasil do Ceará (OAB-CE), em razão do dia da Memória e da Verdade, no Plenário da Câmara Municipal de Fortaleza. Ainda, em sua homenagem, uma rua e uma praça no bairro da Paciência, no Rio de Janeiro (RJ), foram designadas com seu nome.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTEⁱ

Pedro Jerônimo de Sousa morreu no dia 17/9/1975, no Quartel de Guardas, sede do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do Ceará (DOI-CODI/CE), após ter sido submetido a brutais sessões de torturas. Sua morte se insere na “Operação Radar”, ação do aparato repressivo militar para dizimar militantes do PCB.

De acordo com Sarah Pinheiro de Souza, na manhã do dia 11/9/1975, seu marido saiu de casa por volta das 7 horas da manhã e tomou um ônibus em direção ao centro da cidade. Em seu relato, ela informa que um amigo da família, identificado como Célio, presenciou o momento em que dois policiais entraram no veículo, algemaram Pedro Jerônimo e o retiraram do ônibus. No dia seguinte, após receber informações sobre o paradeiro de seu marido, Sarah, acompanhada por seus filhos, foi até a sede da Polícia Federal e solicitou uma visita. Os policiais presentes não lhe franquearam a solicitação e diante da impossibilidade, ela retornou para casa.

No dia subsequente, munida de nova estratégia, Sarah se apresentou à sede da polícia dizendo que só sairia dali após conversar com o marido. Surpreendidos pela atitude resoluta, os policiais conduziram-lhe a uma pequena sala, onde pôde falar com o marido por 15 minutos. No dia seguinte, aproximadamente, às 8h da manhã, voltou ao mesmo lugar e encontrou Pedro Jerônimo muito abatido e rouco, sendo conduzido por dois policiais para fora do prédio. Sem poder lhe entregar os objetos pessoais que trouxera, retornou para casa, sem nenhuma informação acerca do local para onde seu marido estava sendo transferido.

No mesmo dia, por volta das 23 horas, Sarah afirmou que recebeu a visita de dois policiais, um deles identificado apenas como Armando, os quais disseram que seu marido estava muito doente, e, em seguida, afirmaram que ele havia cometido suicídio, por enforcamento, utilizando uma toalha de rosto, que fora amarrada à trave de um pequeno quarto sanitário, ao qual Pedro Jerônimo teria tido acesso. Segundo os mesmos policiais, o corpo de Pedro Jerônimo estaria no Instituto Médico Legal (IML). A partir desse momento, uma série de investigações foi realizada com o intuito de descobrir o que efetivamente havia acontecido.

Em laudo de exame cadavérico, datado de 18/9/1975, os médicos José Carlos da Costa Ribeiro e Antônio Fernandes de Oliveira registraram que o corpo da vítima apresentava inúmeros hematomas. De acordo com o documento, Pedro Jerônimo tinha lesões nos membros inferiores e na região glútea, além de laceração linear na face anterior do punho esquerdo e hematoma sob o couro cabeludo na região temporal. Na época da divulgação do laudo, apesar das evidências de violência, os peritos descartaram a possibilidade de a vítima ter sofrido algum tipo de tortura física. As autoridades policiais, por sua vez, afirmaram que os hematomas teriam sido provocados pela

própria vítima. De acordo com essa versão, construída sem nenhuma evidência factual, morreu “por ter se enforcado com uma toalha de rosto amarrada em lugar de pouca altura, foi forçado a debater-se contra as paredes e o chão da cela para conseguir o seu intento”.

O enterro de Pedro Jerônimo foi realizado com a presença ostensiva de membros das forças policiais, o que representou um mecanismo de coerção utilizado pelo Estado, para impedir que a família desse prosseguimento às investigações. De fato, em depoimento prestado duas décadas após a execução de seu marido, Sarah Pinheiro de Souza reconheceu, perante os membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE), que não solicitou a exumação do corpo de Pedro Jerônimo, por medo de retaliações contra os demais membros da família.

A despeito disso, o advogado Antônio de Pádua Barroso declarou em depoimento que acompanhou pessoalmente a exumação, requerida graças à outorga de poderes que lhe fora concedida pela irmã de Pedro Jerônimo, realizada sobre intenso monitoramento policial. O resultado obtido na exumação, ocorrida, aproximadamente, após 20 dias do sepultamento, não conseguiu desconstruir com precisão a versão apresentada em 1975, entretanto, foi possível registrar a presença de fraturas ósseas no corpo de Pedro Jerônimo. Importante, ainda, destacar que à época foi instaurado um inquérito policial no 2º distrito policial, o qual não identificou o resultado do IPM.

Em 1995, passados vinte anos da prisão e morte de Pedro Jerônimo, uma série de depoimentos prestados à Comissão de Direitos Humanos da OAB do Ceará, lançou luz sobre o ocorrido, ajudando a desconstruir a explicação dos órgãos de segurança. Os depoimentos de Antônio de Pádua Barroso, Tarcísio Leitão de Carvalho e Alfredo de Abreu Pereira Marques apresentaram dados muito relevantes para o entendimento do caso. Especificamente, em relação ao depoimento do advogado Pádua Barroso, merece ressaltar o fato dele indicar a cadeia de comando do DOI-CODI no Ceará, assim como por explicitar o reconhecimento da responsabilidade dos órgãos de repressão, quando da autorização da exumação de Pedro Jerônimo pela Auditoria 10ª Circunscrição Judiciária Militar.

A partir dos dados levantados, é possível afirmar que Pedro Jerônimo de Sousa foi preso, submetido a torturas e morto em uma ação coordenada entre diversos órgãos de repressão que atuavam na perseguição dos membros do PCB no estado do Ceará.

Os restos mortais de Pedro Jerônimo de Sousa foram enterrados no Cemitério Parque da Paz, em Fortaleza, no Ceará.

LOCAL DE MORTE

Nas dependências da Polícia Federal, em Fortaleza (CE).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1 DOI-CODI/CE

Presidente da República: general Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do IV Exército: general Moacyr Barcellos Potyguara

Chefe do Estado Maior IV Exército: general Mário de Mello Mattos

Comando Militar da 10ª Região Militar: general Florimar Campello

Chefe da 2ª Seção do QG da 10ª RM: tenente-coronel Francisco Valdir Gomes

Chefe de Operações do DOI-CODI (CE): major do Exército Luís Marques de Barros

Chefe do Destacamento: major do Exército Aldo Medardone

1.2 Departamento de Polícia Federal

Ministro da Justiça: Armando Falcão

Diretor-Geral da Polícia Federal: coronel Moacyr Coelho

Superintendente Regional da Polícia Federal: Laudelino Coelho

1.3 DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

Governador do Estado do Ceará: José Adauto Bezerra

Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará: Edilson Moreira da Rocha

Diretor do Departamento de Polícia Civil: Luis Coelho de Carvalho

Delegado Titular: N/I

2. Autoria das graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Horácio Marques Gondim.	DOI-CODI/CE.	Tenente.	Responsável direto pela execução.	Casa de Hóspedes.	<i>Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985).</i>
José Carlos da Costa Ribeiro.	IML/Fortaleza.	Médico.	Atestar falso exame cadavérico.	IML.	Laudo de Exame Cadavérico, de 18/9/1975 Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0071_004, pp. 27-28.
Antonio Fernandes de Oliveira.	IML/Fortaleza.	Médico.	Atestar falso exame cadavérico.	IML.	Laudo de Exame Cadavérico, de 18/9/1975 Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0071_004, pp. 27-28.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0071_004, p.72.	Certidão de óbito de Pedro Jerônimo de Sousa, de 18/9/1975.	Cartório Cysne – Registro Civil da 3ª Zona de Fortaleza.	Certidão de óbito de Pedro Jerônimo, atestando como <i>causa mortis</i> “asfixia mecânica por enforcamento”
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO071_004, pp. 27-28.	Laudo de Exame Cadavérico, de 18/9/1975.	IML.	O documento registra o laudo apresentado pelos Dr. José Carlos da Costa Ribeiro e Dr. Antonio Fernandes de Oliveira. O laudo assinala morte por asfixia mecânica (suicídio). Registra a existência de hematomas nos membros inferiores e na região glútea, laceração linear na face anterior do punho esquerdo e pequeno hematoma sob o couro cabeludo na região temporal.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0071_004, p .29.	Laudo de levantamento Cadavérico referente ao Registro nº 12.153, de 19/9/1975.	IML.	O documento registra o laudo apresentado pelo Dr. José Carlos da Costa Ribeiro, Diretor do IML. O laudo aponta que o corpo foi encontrado “pendurado pelo pescoço por uma toalha numa trave existente em um quartinho sanitário anexo” (...), “membros inferiores em semi-flexão apoiavam-se no solo”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0071_004, pp. 61-64.	Termo de declaração de Sarah Pinheiro de Souza, incluído na ata da Comissão de Direitos Humanos da ordem dos Advogados do Brasil, de 23/11/1995.	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)	Sarah Pinheiro relata as circunstâncias da prisão de seu marido. Informa que recebeu a notícia de sua morte por dois agentes policiais. Relata, ainda, que, durante o enterro, notou que o pescoço do marido estava quebrado e que o osso da coluna estava visível.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0071_004, pp. 43-49.	Termo de declaração de Antônio de Pádua Barroso, incluído na ata da Comissão de Direitos Humanos da	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)	Apresenta o relato da testemunha narrando fatos em torno da prisão e morte de Pedro Jerônimo. O depoimento discorre sobre a estrutura do DOI-CODI em Fortaleza, apresentando os nomes dos agentes envolvidos na ação e

	Ordem dos Advogados do Brasil, de 23/11/1995.		descreve os acontecimentos que levaram à morte, apontando o conluio entre o Departamento de Polícia Federal e o DOPS, para encobrir o verdadeiro ocorrido.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0071_004, p. 53-56.	Termo de declaração do advogado Tarcísio Leitão de Carvalho incluído na ata da Comissão de Direitos Humanos da ordem dos Advogados do Brasil, de 23/11/1995.	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE).	Apresenta o relato da testemunha sobre os fatos em torno da prisão e morte de Pedro Jerônimo. O depoimento afirma que, de acordo com informações colhidas pelo PCB-CE, e, por intermédio das denúncias apresentadas pelo então deputado Alfredo Marques, na Assembleia Legislativa, chegou-se ao nome do Tenente do Exército Horácio Marques Gondim, como autor material da morte de Pedro Jerônimo. O depoimento apresenta vários aspectos sobre a personalidade e o caráter da vítima.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0071_004, pp. 57-59.	Termo de Alfredo de Abreu Pereira Marques incluído na ata da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, de 23/11/1995.	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE).	O depoimento destaca a versão de que Pedro Jerônimo fora morto dentro do QG do Comando da 10ª Região Militar e, posteriormente, seu corpo foi levado para o DOPS.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0071_004, p. 15.	“Chega à polícia laudo médico sobre a morte de preso político”, 25/9/1975.	Jornal <i>O Povo</i>	Informa que foi instaurado um inquérito policial no 2º Distrito Policial para apurar a morte de Pedro Jerônimo.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_VAX_0_0_0013_d150001de0001, p.25.	Relação de pessoas assassinadas pela repressão policial militar brasileira entre 1964-1980, de 2/1981.	Comitê Brasileiro pela Anistia - RJ	Apresenta o nome de Pedro Jerônimo como assassinado pela repressão policial militar no ano de 1975.
Arquivo Nacional, SNI: 017.ASI-TB.1975, p.8.	Protocolo TELEBRAS, Assessoria de Segurança e Informações – ASI, de 9/10/1975.	Divisão de Segurança de Informações do Ministério das Comunicações	Apresenta o nome de Pedro Jerônimo como envolvido em atividades do PCB, de rearticulação do partido, na TELEBRAS.
<i>Brasil Nunca Mais</i> Digital:BNM_03, pasta	Inquérito Policial Militar, IPM,	DOPS, Fortaleza (CE).	Apresenta a organização geral do PCB no Ceará: divisão em

279, pp.7.144-7.146.	27/11/1964.	cargos, número de militantes e nomes dos integrantes dos órgãos dirigentes do Partido, entre os quais se encontra o nome Pedro Jerônimo de Souza na condição de “foragido”.
----------------------	-------------	---

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que Pedro Jerônimo de Sousa morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Pedro Jerônimo de Sousa, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ *Ibid.*

JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria dos Santos Montenegro e Francisco Montenegro de Andrade

Data e local de nascimento: 27/10/1943, Itapipoca (CE)

Atuação profissional: estudante do curso de técnico em edificações

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de desaparecimento: 29/9/1975, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em Itapipoca, Ceará, José Montenegro de Lima mudou-se para Fortaleza com o objetivo de fazer o curso de técnico em edificações, na então Escola Técnica Federal do Ceará. A partir desse momento, ingressou no movimento estudantil secundarista. Em 1963, foi eleito para a diretoria da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais (UNETI), quando já tinha ligações com o PCB. Mudou-se para o Rio de Janeiro, abrigoando-se na sede da entidade na rua Paissandu. No pós-golpe militar, foi condenado em Inquérito Policial Militar instaurado contra a União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras entidades estudantis. Tornou-se membro do Comitê Central do PCB, responsável pela juventude do partido. Em 1970, mudou-se para São Paulo, no intuito de, mais uma vez, fugir da repressão. Desapareceu em 29 de setembro de 1975, aos 27 anos, quando foi preso em São Paulo, por quatro agentes policiais. Alguns vizinhos foram testemunhas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Por determinação da Lei 9.140/95, conforme consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I da referida lei, José Montenegro de Lima foi reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido político em 5 de dezembro de 1996. Seu nome consta no

Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985), organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

José Montenegro de Lima desapareceu no dia 29 de setembro de 1975, na cidade de São Paulo. Foi preso no bairro da Bela Vista por quatro agentes policiais, o que foi testemunhado por vizinhos. Posteriormente, o jornalista Genivaldo Matias da Silva, que dividiu apartamento com Montenegro e foi sequestrado e torturado no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-CODI/SP), assegurou em seu interrogatório perante a Justiça Militar tê-lo visto detido naquela dependência policial-militar.

Em depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade (CNV) entre os anos de 2012 a 2014, Marival Chaves do Canto afirmou que José Montenegro foi preso por uma equipe do DOI-CODI de São Paulo e encaminhado para o centro de tortura clandestino situado na estrada de Itapevi, casa em que havia funcionado a Boate Querosene. Marival conta que José Montenegro de Lima, depois de ser morto com uma injeção para cavalos, foi transportado por Audir Santos Maciel até o local onde os presos políticos eram eliminados no rio Avaré, conhecido como um cemitério subaquático, sob uma ponte da estrada SP 255, nas imediações do município de Avaré, em São Paulo. De acordo com o relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, José teria sido preso em 30 de setembro de 1975.

No dia 28 de fevereiro de 2013, em depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade de São Paulo (CEV-SP), Genival Matias da Silva informou que não viu Montenegro no DOI-CODI, como havia relatado em seu interrogatório à Justiça Militar, mas usou aquilo como uma estratégia, a pedido do advogado, para que pudesse localizá-lo em alguma dependência do Estado. De fato, no dia 10 de outubro, quando foi preso, “na primeira sessão de tortura, os torturadores me garantiam que o Magrinho já estava morto e que, se eu não colaborasse, comigo ia acontecer a mesma coisa”. Ainda, o depoente afirmou ser pouco provável que José tenha desaparecido no bairro de Bela Vista, em São Paulo, próximo a sua residência,

porque nesse dia da prisão, no dia do desaparecimento do Montenegro, nós passamos a noite juntos no apartamento e de manhã cedo ele tinha uma série de compromissos, de pontos, ligações do partido, e eu também tinha outros compromissos. Nos despedimos de manhã e marcamos às cinco horas da tarde em um ponto qualquer da cidade, que eu não me lembro, deve ter sido próximo

à [praça] Dom José Gaspar, à biblioteca [municipal de São Paulo], que ali a gente entrava um pouco na biblioteca e era fácil conversar. Ele não apareceu, então esse é o dia do desaparecimento dele¹.

Genivaldo relatou que isso ocorreu no dia 29 de setembro de 1975. Albertina Duarte, presa em outubro de 1975, afirmou em depoimento à Comissão Estadual da Verdade de São Paulo que tinha um encontro marcado com José Montenegro no dia 6 de outubro, ao qual ele não compareceu. A partir desse momento, soube que ele tinha desaparecido. Marival Chaves Dias do Canto confirmou em depoimento à CNV, no dia 10 de maio de 2013, que José Montenegro nunca passou pelas dependências do DOI-CODI/II Exército e, depois de preso foi transportado diretamente para o centro de tortura clandestino na estrada de Itapevi. No dia 7 de fevereiro de 2014, Canto prestou novo depoimento à CNV, quando ratificou que Montenegro foi um dos últimos presos políticos levado para o centro clandestino à margem direita da estrada de Itapevi e, posteriormente, conduzido para a ponte de Avaré.

Até a presente data, José Montenegro de Lima permanece desaparecido. Contudo, sua morte foi reconhecida pelo Estado brasileiro em 12 de março de 1996. Seu sequestro/desaparecimento foi objeto do Procedimento Investigatório Criminal nº 1.34.001.007774/2011-89, de autoria do Ministério Público Federal.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do II Exército: general Ednardo D'Ávilla Mello

Comandante do DOI-CODI de São Paulo: tenente-coronel Audir Santos Maciel

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Audir Santos Maciel.	DOI-CODI do II Exército/SP.	Comandante.	Sequestro, tortura, execução e ocultação de cadáver.	O militar comandou o DOI-CODI/SP de 1974 a 1976.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0052_0008, pp. 19-21.	<i>Dossiê</i> , s/d.	CEMDP.	Afirma que José foi levado para um centro clandestino da repressão no interior de São Paulo.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0052_0008, p. 43.	Relatório do Ministério da Marinha, 1993.	CEMDP.	Afirma que José foi preso no dia 30 de setembro de 1975.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0052_0008, pp. 45-51.	“Eles matavam e esquartejavam”, 18/11/1992.	Revista <i>Veja</i> .	Informa a prisão, morte e circunstâncias da ocultação do cadáver de José.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0052_0008, p. 55.	Certidão de Óbito, 12/3/1996.	CEMDP.	Informa a morte de José em local ignorado, de acordo com a Lei nº 9.140/95.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Genivaldo Matias da Silva.	Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, 28/2/2013.	Informa as circunstâncias do desaparecimento de José e que ele não teria passado pelo DOI-CODI/SP.
Albertina Duarte.	Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, 28/2/2013.	Informa as circunstâncias do desaparecimento de José.

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Marival do Canto Chaves.	Arquivo CNV, 00092.000307/2013-51; 00092.000686/2013-80.	Afirma que José Montenegro Lima foi preso por agentes do DOI-CODI/SP e encaminhado para o centro de tortura clandestino na estrada de Itapevi, local em que foi torturado e executado com uma injeção para cavalos. Menciona que o corpo de José

		Montenegro de Lima foi transportado por Audir Santos Maciel para ser jogado no Rio Avaré. Conta sobre a morte de José Montenegro Lima e sobre o roubo do dinheiro que estava em sua casa por agentes do DOI-CODI/SP.
--	--	---

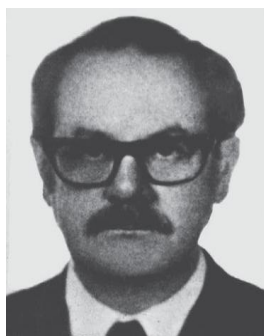
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que José Montenegro de Lima desapareceu entre os dias 29 e 30 de setembro de 1975, em São Paulo (SP), em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, 28/2/2013.

ORLANDO DA SILVA ROSA BONFIM JÚNIOR



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Gasparini Bonfim e Orlando da Silva Rosa Bonfim

Data e local de nascimento: 14/1/1915, Santa Tereza (ES)

Atuação profissional: jornalista e advogado

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de desaparecimento: 8/10/1975, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nasceu no município de Santa Teresa (ES). Ainda na infância mudou-se para Vitória (ES), onde deu início aos seus estudos primários. Foi aluno do curso de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atuou como jornalista, tendo exercido o cargo de secretário de redação do jornal *Estado de Minas*. Na juventude, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, posteriormente, tornou-se membro do Comitê Central do partido.

Em meados da década de 1940, assinou o “Manifesto dos Mineiros”, documento que contribuiu para a queda do Estado Novo. Em 1946, elegeu-se vereador em Belo Horizonte e foi líder do PCB na Câmara. Em 1958, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro (RJ). Ali, era responsável pela edição de duas publicações comunistas, *Imprensa Popular* e *Novos Rumos*. Esta última foi fechada logo após o golpe de 1964. Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior era casado com Sinésia de Carvalho Bonfim, com quem teve seis filhos. Desapareceu em outubro de 1975, aos 59 anos, no Rio de Janeiro, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão datada de 4 de dezembro de 1995, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelo desaparecimento de Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior. Seu nome consta no

Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. Foi homenageado nos municípios de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, onde uma rua e uma praça, respectivamente, receberam o seu nome. Em 1988, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo criou o prêmio Orlando Bonfim Júnior de Direitos Humanos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior desapareceu no dia 8 de outubro de 1975, em uma operação conjunta das forças de repressão, denominada Operação Radar, cujo objetivo era aniquilar a militância do PCB. Desde essa data, apesar dos inúmeros esforços envidados por familiares e amigos de Orlando, não foi possível elucidar a trama que envolve o desaparecimento desse militante histórico do PCB.

Depois de receber um telefonema anônimo informando da prisão de Orlando, sua família iniciou extensa mobilização para localizá-lo. Com a ajuda de amigos e de membros do PCB, foram contatadas instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Nesse momento, a principal suspeita era de que Orlando havia sido preso ilegalmente, na tarde do dia 8 de outubro, perto de Vila Isabel, no Rio de Janeiro.

Por meio da ABI, foi contratado o advogado Humberto Jansen Machado, quem impetrou *habeas corpus* junto ao Superior Tribunal Militar (STM) e apresentou petição na 2ª Auditoria da Marinha, onde já havia um mandado de prisão preventiva contra Bonfim. Somados aos recursos jurídicos disponíveis, foram enviadas cartas para diversos organismos como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, a Comissão Justiça e Paz do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre outros. Apesar dos pedidos de informação e dos recursos legais, as autoridades militares e judiciais não forneceram qualquer informação sobre a localização de Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior.

Com a morte de Vladimir Herzog, no dia 25 de outubro de 1975, nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, a família de Orlando recebeu novas pistas sobre sua localização. Uma série de novas cartas foi enviada a diversas entidades. A ABI, acreditando enxergar nova oportunidade para localizar Orlando, encaminhou pedido de informação para o general Reinaldo Mello de Almeida, comandante do I Exército

recém-empossado. Em menos de duas semanas, o I Exército informou que Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior não estava, nem estivera, sob sua tutela. Outras instâncias militares apresentaram a mesma resposta. O general Almeida divulgou a nota oficial: “O Exército brasileiro conhece perfeitamente sua destinação constitucional e jamais se afastaria das normas legais vigentes, principalmente na salvaguarda e preservação dos legítimos direitos dos cidadãos e da própria Pátria”.

Outras pistas e versões sobre a localização de Orlando foram divulgadas nos anos seguintes, mas, até o momento, não foram elucidadas as circunstâncias do seu desaparecimento. No final de 1992, em entrevista à revista *Veja*, o ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto, agente do DOI-CODI de São Paulo à época dos fatos, apresentou novas informações sobre o caso. Segundo ele, Orlando foi preso no Rio de Janeiro e conduzido para um cárcere na rodovia Castelo Branco. Nesse local, teria sido torturado e assassinado com uma “injeção para matar cavalos”. Tal declaração foi complementada por Marival Canto em depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade (CNV), no dia 21 de novembro de 2012, nos termos seguintes:

Por exemplo, eu sei que Orlando da Costa Bonfim Júnior, por que eu sei desses nomes? Porque os interrogatórios fluíam de lá para cá e outro que não me vem o nome que morreu junto com Orlando Bonfim lá no sítio da margem do delegado (...), então eu sei que esses dois foram os últimos que morreram nessa circunstância.

Em novo depoimento prestado à CNV, no dia 7 de fevereiro de 2014, Canto ratificou a informação:

Eles morreram na mesma época, Orlando da Rosa Bonfim Júnior e o (...). Foram os últimos presos e levados para a casa de (...). Para aquele local da margem direita da estrada de Itapevi, foram os últimos. Quando eles foram conduzidos para a ponte de Avaré, o André Leite Pereira Filho estava junto, não tinha só o comandante do DOI, que injetou a injeção não, que inoculou o líquido lá não (...)

Passadas quase quatro décadas do desaparecimento de Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior, a localização de seus restos mortais ainda permanece desconhecida.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

DOI-CODI, que funcionava no 1º Batalhão da Polícia do Exército, localizado na rua Barão de Mesquita, Tijuca, Rio de Janeiro (RJ).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. CIE

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do CIE: n/i

1.2. DOI-CODI do I Exército

Comandante do I Exército: general de Exército Reinaldo Melo de Almeida

Chefe do Estado Maior do I Exército: general de Exército Leônidas Pires Gonçalves

Chefe do DOI do I Exército: n/i

1.3. DOI-CODI do II Exército

Comandante do II Exército: general de Exército Ednardo D'Ávila Melo

Chefe do Estado-Maior do II Exército: general de Divisão Antônio Ferreira Marques

Chefe do DOI do II Exército: major Audir Santos Maciel

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNIG: ASP_ACE_9138_81 p. 6.	Informação nº 14, de 19/2/1971.	II Exército, 2ª Seção.	Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior aparece em uma lista como condenado pela 2ª Comarca de Justiça Militar e estaria foragido.
Arquivo Nacional, Ciex: BR_AN_BSB_IE_010_001, p. 56.	Informação nº 041, de 30/1/1973.	Ciex.	O órgão solicita ao Cenimar fotos de Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior, entre outros, para serem distribuídas no exterior.
Acervo digital revista <i>Veja</i> . Disponível em: < http://veja.abril.com.br/acervo/digital/home.aspx >.	Entrevista com Marival Chaves, edição nº 1262 de 18/11/1992.	Revista <i>Veja</i> .	Na entrevista, o torturador relata que Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior teria sido assassinado com uma injeção para matar cavalos e, em seguida, seu corpo teria sido jogado no rio Avaré, no estado de São Paulo.

2. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e municipais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Marival Chaves Dias do Canto.	Depoimento prestado à CNV no dia 21 de novembro de 2012: 00092.000664/2013-10.	Descreve o local de morte de Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior.

Marival Chaves Dias do Canto.	Depoimento prestado à CNV no dia 7 de fevereiro de 2014. Arquivo CNV, 00092.000283/2014-11.	Descreve local de morte de Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior.
-------------------------------	---	---

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior morreu de causas não naturais, depois de ter sido preso ilegalmente, torturado e morto em dependências policiais do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

VLADIMIR HERZOG



DADOS PESSOAIS

Filiação: Zora Herzog e Zigmund Herzog

Data e local de nascimento: 27/6/1937, Osijek, Iugoslávia

Atuação profissional: jornalista

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de morte: 25/10/1975, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Vladimir Herzog nasceu no dia 27 de junho de 1937, na cidade de Osijek. Aos nove anos de idade mudou-se com a família para o Brasil. No final da década de 1950, Vladimir formou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Logo depois, iniciou sua carreira profissional de jornalista como repórter de *O Estado de S. Paulo*, integrando o grupo responsável pela instalação da sucursal do jornal em Brasília. Atuou também como redator e chefe de reportagem do Estadão. Em 1963, passou a trabalhar na televisão, como redator de um telejornal. No ano seguinte, casou-se com Clarice Herzog. A experiência e a conduta de Vladimir proporcionaram sua contratação pela BBC, em 1965. Sua estadia em Londres foi repleta de conquistas pessoais e profissionais. Nasceram seus filhos Ivo e André e Vladimir teve a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos de televisão e cinema. Voltou ao Brasil em 1968, e passou a atuar como editor cultural da revista *Visão*. A partir de 1972, Vladimir passou a fazer parte do quadro da TV Cultura, onde efetivou seu conceito de “responsabilidade social do jornalismo”. Vladimir começou a ser vigiado pelos agentes de repressão sob a suspeita de que estaria envolvido

com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi convocado a comparecer ao Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI/SP), ao qual se encaminhou voluntariamente na manhã do dia 25 de outubro de 1975. Nesse mesmo dia, aos 38 anos, Vladimir foi morto nas dependências do órgão de repressão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

A esposa de Vladimir, Clarice Herzog, foi a requerente do seu processo junto à Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, deferido em abril de 1996. Em Relatório do Centro de Investigações do Exército (CIE), de 1975, Vladimir é elencado em lista de “subversivos mortos”, com data de morte no dia 25 de outubro de 1975, em São Paulo. O Relatório do Ministério da Aeronáutica, de 1993, confirma a versão da época de sua morte, afirmando que ele suicidou-se por enforcamento em uma das celas do DOI do II Exército. As homenagens a Vladimir são muitas. Seu nome foi dado a ruas dos estados de São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e ainda a uma praça no Rio de Janeiro. No ano de 1979, foi estabelecido, pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Em 2009, foi criado o Instituto Vladimir Herzog, com o objetivo de conhecer e executar propostas que fortaleçam a democracia. Em outubro de 2013, uma praça e um memorial foram inaugurados em São Paulo, para homenagear Herzog.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTEⁱ

Vladimir foi morto no dia 25 de outubro de 1975, no DOI-CODI do II Exército. Nessa data havia comparecido voluntariamente ao órgão para prestar esclarecimentos sobre seu envolvimento com o PCB. Em nota, o Comando do II Exército declarou que, quando acareado com Rodolfo Oswaldo Konder e George Benigno Jatahy Duque Estrada, Vladimir teria admitido seu vínculo com o PCB, desde 1971 ou 1972. A comunicação sustenta ainda que às 16 horas, quando foi novamente procurado, Vladimir foi encontrado morto, enforcado com uma tira de pano e portando um pedaço de papel rasgado, no qual teria descrevido sua participação no partido. Dessa forma, era montada a falsa versão de suicídio.

A reação da sociedade foi imediata. Diversos setores promoveram expressivas manifestações, dentre elas a paralisação de redações pelos companheiros de profissão, vigília permanente do Sindicato dos Jornalistas e uma missa em sua homenagem na Catedral da Sé, com a participação de milhares de pessoas. Em consequência das implicações da notícia na opinião pública, em portaria do dia 30 de outubro, foi instaurado um Inquérito Policial Militar para investigar as circunstâncias da morte de Vladimir, ficando como encarregado o General de Brigada Fernando Guimarães de Cerqueira Lima. O relatório criminalístico, realizado no dia 25 de outubro por Motoho Chiota, concluía que o cenário em que foi encontrado o cadáver referia-se a um “quadro típico de suicídio por enforcamento”. Da mesma forma foi elaborado o laudo necroscópico, assinado pelos legistas Arildo Viana e Harry Shibata. A famosa e controversa foto que Vladimir aparece pendurado por um pedaço de pano na janela da cela em que estava e com os joelhos dobrados também aparecia anexada ao IPM, como forma de comprovar a versão de auto-estrangulamento.

Com o objetivo de impossibilitar quaisquer críticas sobre a dissimulação do próprio IPM, o general Fernando Cerqueira solicitou aos médicos legistas um laudo de corpo de delito complementar, com respostas a perguntas pontuais, que não deixariam dúvidas quanto a existência de suicídio. Dentre elas, levantava-se a hipótese se Vladimir poderia ter sido colocado naquela posição depois de morto, o que já era recorrentemente levantado como suspeita por várias camadas da sociedade. A posição dos médicos legitimava a versão oficial, ao declararem que por meio do exame: “não evidenciou a presença de lesões mortais de qualquer natureza, capazes de qualificar a morte de violenta ou natural patológica, que não a de asfixia por enforcamento”, realizado ainda em vida. Outra forma utilizada para corroborar o suicídio amparou-se na relação de vários depoimentos que possuíam o mesmo caráter e os mesmos posicionamentos. Relatavam sobre os problemas psicológicos de Vladimir e que, curiosamente, não tinham ouvido em nenhum momento contestações sobre a possibilidade que ele teria suicidado. Enquanto isso, fora do quartel do II Exército vários setores da sociedade protestavam sobre as circunstâncias misteriosas da morte do jornalista. No final do inquérito, em dezembro de 1975, pautado em diversas evidências selecionadas minuciosamente, a versão de suicídio voluntário foi corroborada.

No ano seguinte, Clarice entrou com uma ação declaratória requerendo a condenação da União pela morte de Vladimir e consequente indenização à família, devido aos danos morais e materiais sofridos.

Nesta ação foram arrolados depoimentos que tornariam inquestionáveis as evidências das torturas sofridas pelo jornalista. Dentre eles, estava o novo depoimento prestado, em 1975, por Rodolfo Oswaldo Konder, que estivera preso no DOI na mesma época. Nas declarações de Rodolfo ficam explícitas as circunstâncias que Vladimir foi submetido:

podíamos ouvir nitidamente os gritos; primeiro do interrogador e depois de Vladimir e ouvimos quando o interrogador pediu que lhe trouxessem a "pimentinha" e solicitou ajuda de uma equipe de torturadores. Alguém ligou o rádio, e os gritos de Vladimir se confundiam com o som do rádio. (...) A partir de um determinado momento, a voz de Vladimir se modificou, como se tivessem introduzido alguma coisa em sua boca; sua voz ficou abafada, como se lhe tivessem posto uma mordaca. Mais tarde os ruídos cessaram.

Membros da Congregação israelita Paulista, responsáveis pelo comitê funerário judaico, também foram ouvidos e atestaram evidências concretas da existência de torturas no corpo de Vladimir. A versão de suicídio pôde ser desmantelada pelos depoimentos contraditórios dos médicos legistas Harry Shibata, Arildo de Toledo Viana e Armando Canger Rodrigues, prestados no decorrer da ação judicial movida pela família. Em outubro de 1978, a União foi condenada pela prisão arbitrária, tortura e morte de Vladimir.

No ano de 1992, em entrevista à revista *Istoé Senhor*, Pedro Antônio Mira Grancieri, conhecido como "Capitão Ramiro", confessou sua participação no interrogatório do jornalista: "fui o único policial que interrogou Wladimir Herzog no DOI-Codi, o único a conversar com ele naquele dia. Ninguém está mais forte e diretamente envolvido na morte de Herzog do que eu". Grancieri, policial civil do DOPS cedido ao DOI/CODI de 1970 a 1979, relata ainda detalhes do interrogatório, porém reafirma que sua morte foi em decorrência de suicídio.

Em novembro de 2012, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) admitiu petição sobre o caso Vladimir Herzog, com o objetivo de investigar a responsabilidade internacional do Estado brasileiro por sua detenção arbitrária, tortura e morte.

Como resultado do encaminhamento pela CNV de requerimento da família Herzog ao poder judiciário de São Paulo, a família de Vladimir Herzog recebeu, no ano de 2013, uma nova certidão de óbito, que estabeleceu que a morte do jornalista se deu em função de “lesões e maus tratos sofridos durante os interrogatórios em dependência do II Exército (DOI-CODI)”.

Em setembro de 2014, a equipe de peritos da Comissão concluiu laudo pericial indireto acerca da morte de Vladimir. Os peritos identificaram a existência de dois sulcos, ambos com reações vitais, no pescoço do jornalista. Um deles é típico de estrangulamento, enquanto o outro era característico em locais de enforcamento (ou locais preparados para simular enforcamento). A evidência de duas marcas distintas na região cervical foi determinante para os peritos criminais afirmarem que:

Vladimir Herzog foi inicialmente estrangulado, provavelmente com a cinta citada pelo perito criminal, e, em ato contínuo, foi montado um sistema de forca, onde uma das extremidades foi fixada a grade metálica de proteção da janela e, a outra, envolvida ao redor do pescoço de Vladimir Herzog, por meio de uma laçada móvel. Após, o corpo foi colocado em suspensão incompleta de forma a simular um enforcamento.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) entende não existir mais qualquer dúvida acerca das circunstâncias da morte de Vladimir Herzog, detido ilegalmente, torturado e assassinado por agentes do Estado nas dependências do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, em outubro de 1975.

LOCAL DE MORTE

Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, Rua Tomás Carvalhal, nº 1030, em São Paulo. Seu corpo foi sepultado no Cemitério Israelita, no Butantã, também em São Paulo.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI-CODI do II Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do CIE: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

Comandante do II Exército: general de Exército Ednardo D’Avila Mello

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Divisão Antônio Ferreira Marques

Comandante da 2ª Seção do Estado-Maior do II Exército: José Barros Paes
Comandante da 2ª Região Militar: general de Divisão Ariel Pacca da Fonseca
Comandante do DOI/CODI: tenente-coronel Audir Santos Maciel

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Audir Santos Maciel.	DOI/CO DI do II Exército.	Comandante do DOI/CODI do II Exército.	Emissão de documento fraudulento.	DOI-CODI/SP.	Despacho assinado por Audir que o identifica como comandante do DOI/CODI-SP, quando Vladimir foi morto. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0078_0003, p. 11.
Aparecido Laertes Calandra (Capitão Ubirajara).	DOI/CO DI do II Exército.	Capitão do DOI/CODI.	Emissão de documento fraudulento.	DOI-CODI/SP.	Perícia do encontro do cadáver. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0078_0003, pp. 38-42.
Pedro Antônio Mira Grancieri (Capitão Ramiro).	DOI/CO DI do II Exército.	Investigador de Polícia.	Tortura e morte.	DOI-CODI/SP	Arquivo CNV, 00092.000122/2013-47.
Fernando Guimarães de Cerqueira Lima.	Comando do II Exército.	General de Brigada	Encarregado do IPM.	II Exército.	Relatório do Inquérito Policial Militar. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0078_0003, pp. 188-218.
Arildo de Toledo Viana.	Instituto Médico-Legal de São Paulo (IML/SP).	Médico-legista.	Emissão de laudo fraudulento.	IML/SP.	Relatório do Inquérito Policial Militar. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0078_0003, pp. 188-218
Harry Shibata.	Diretor do IML/SP.	Médico-legista.	Emissão de laudo fraudulento.	IML/SP.	Relatório do Inquérito Policial Militar. Arquivo Nacional, Processo CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0078_0003, pp. 188-218.

Armando Canger Rodrigues.	IML/SP.	Médico-legista.	Emissão de laudo fraudulento.	IML/SP.	Laudo Necroscópico n° 54.620. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0078_0003, pp. 73-75.
---------------------------	---------	-----------------	-------------------------------	---------	--

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_54730_86_002.	Relatório do CIE, 1975, p. 24.	CIE.	Lista nominal de militantes mortos, constando data e local da morte de Vladimir.
Arquivo CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Maurício Côrrea, em dezembro de 1993, 00092_000830_2012_05.	Relatório do Ministério da Aeronáutica, 1993, p. 93.	Ministério da Aeronáutica.	Reafirma a falsa versão de suicídio.
Arquivo Nacional, CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0078_0003.	Certidão de óbito, 27/10/1975, p. 10.	Cartório de Registro Civil – 7° Subdistrito – Consolação.	Certidão de óbito atestando a data, local e causa da morte.
Arquivo Nacional, CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0078_0003.	Despacho, Parte n9 342/75-DOI, 25/10/1975, p. 11.	Comando do II Exército.	Documento assinado pelo Comandante do DOI/CODI, Audir Santos Maciel, informando sobre a morte de Vladimir e despacho do Comandante do II Exército, Ednardo D'Avila Mello, sobre a abertura do IPM.
Arquivo Nacional, CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0078_0003.	Nota Oficial do Comando do II Exército, pp. 12-13.	Comando do II Exército.	Nota do comando do II Exército informando sobre a morte de Vladimir.
Arquivo Nacional, CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0_0_0078_0003.	Perícia do encontro do cadáver, 25/10/1975 pp. 38-42.	Secretaria de Segurança Pública – Divisão de Criminalística.	Perícia realizada no local em que Vladimir foi encontrado morto, atestando a versão de suicídio.

Arquivo CNV, Laudo pericial indireto produzido em decorrência da morte de Vladimir Herzog, 00092.002314/2014-79.	Laudo de exame de corpo de delito, 25/10/1975, pp. 11-24.	IML/SP.	Exame necroscópico no qual não constam quaisquer evidências de violências ou torturas no corpo de Vladimir.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0 _0078_0003.	Relatório do Inquérito Policial Militar, 16/12/1975 pp. 188-218.	Quartel General do II Exército.	Resolução final do IPM, corroborando a falsa versão de suicídio para o caso de Vladimir.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0 _0078_0003.	Ação declaratória, 19/4/1976 – 27/10/1978 pp. 219-353.	Justiça Federal – Seção de São Paulo.	Ação movida por Clarice Herzog que resulta na condenação da União pela prisão arbitrária, torturas e morte de Vladimir.
Arquivo CNV, 00092.000122/2013-47.	“Eu, Capitão Ramiro, interroguei Herzog”, 25/2/1992.	Revista <i>Istoé Senhor</i> .	Matéria exibida em 1992, na qual Pedro Antônio Mira Grancieri afirma ter interrogado Vladimir no DOI/CODI-SP.
Arquivo CNV, Laudo pericial indireto produzido em decorrência da morte de Vladimir Herzog, 00092.002314/2014-79.	Laudo pericial indireto produzido em decorrência da morte de Vladimir Herzog, 29/9/2014.	CNV.	Perícia indireta sobre as circunstâncias da morte de Vladimir revelando a existência de evidências irrefutáveis para eliminar a falsa versão de suicídio e, consequentemente, atestar o assassinato de Vladimir por agentes do Estado brasileiro.

2. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Aparecido Laertes Calandra.	Arquivo CNV, depoimento à CNV: 00092.000133/2014-16. 12/12/2013	Negou sua responsabilidade no acobertamento do assassinato de Vladimir Herzog.
Harry Shibata.	Arquivo CNV, depoimento à CNV: 00092.001215/2012-16. 12/6/2012	Negou responsabilidade na falsificação do laudo de necropsia de Vladimir Herzog, alegando ter atuado como segundo perito no caso.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Vladimir Herzog morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964, restando desconstruída a versão oficial de suicídio divulgada à época dos fatos. As iniciativas da CNV, tanto em entregar à família a certidão de óbito retificada, quanto em concluir análise pericial que evidencia o homicídio de Vladimir Herzog, foram passos concretos na luta pela elucidação dos graves direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Brasil. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, pp. 407-409; Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. [Org. Crimeia Schmidt et al.]. *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. 2a ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. pp. 625-627, Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0078_0003; Arquivo CNV, Laudo pericial indireto produzido em decorrência da morte de Vladimir Herzog, 00092.002314/2014-79; Arquivo CNV, 00092.000122/2013-47.

JOÃO LEONARDO DA SILVA ROCHA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Nathália da Silva Rocha e Mário Rocha

Data e local de nascimento: 4/8/1939, Salvador (BA)

Atuação profissional: bancário e professor

Organização política: Movimento de Libertação Popular (Molipo)

Data e local do desaparecimento: 4/11/1975, Palmas de Monte Alto (BA)

BIOGRAFIA

João Leonardo fez seus primeiros estudos na cidade de Amargosa (BA) e o curso secundário em Salvador (BA), sua cidade natal, no colégio dos Irmãos Maristas. Entre 1952 e 1957 estudou no Seminário de Aracaju (SE). Mudou-se para Alagoinhas (BA), onde trabalhava como funcionário do Banco do Brasil e também dava aulas de português e latim no colégio Santíssimo Sacramento e na Escola Normal. Mudou-se para São Paulo em 1962, ainda trabalhando no Banco do Brasil, e começou também a dar aulas em escolas do ABC paulista. Estudou Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, onde foi colega de Arno Preis (morto pela ditadura militar em 15 de fevereiro de 1972). Dirigiu a Casa do Estudante, moradia de baixo custo para os alunos da faculdade.

Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi preso em 1969 sob acusação de participar do Grupo Tático Armado, indiciado inclusive no inquérito que investigou a morte do oficial americano Charles Chandler. Com o sequestro do embaixador norte-americano em 1969, João Leonardo foi um dos 15 prisioneiros políticos libertados em troca do diplomata. Seguiu para o México e foi banido do país através do Ato Complementar nº 64:

Art. 1º São banidos do Território Nacional os seguintes brasileiros: Argonauta Pacheco da Silva; Flávio Aristides de Freitas Tavares; Gregório Bezerra; Ivens Marchetti de Monte Lima; João Leonardo da Silva Rocha; José Dirceu de Oliveira e Silva; José Ibraim; Luiz Travassos; Maria Augusta Ribeiro Carneiro; Mário Roberto Galgardo Zanconato; Onofre Pinto; Ricardo Villas Boas Sá Rego; Ricardo Zarattini; Rolando Prattes; e Wladimir Gracindo Palmeira.

Do México mudou-se para Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha, momento em que passou a integrar a dissidência da ALN denominada Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Ao retornar ao Brasil ilegalmente, em 1971, se estabeleceu em São Vicente, distrito de Itapetim, em Pernambuco, no Sertão do Pajeú, divisa com a Paraíba. Lá passou a ser conhecido como Zé Careca por ter raspado totalmente a cabeça. Comprou na cidade um sítio e se tornou lavrador. Nessa época, entre 1971 e 1972, tentava construir as bases rurais do Molipo. Sentindo que estava sendo perseguido e sob risco de ser identificado na região, João Leonardo se mudou para o interior da Bahia.

Foi um dos poucos sobreviventes do Molipo depois de intensa perseguição ao grupo no norte de Goiás e oeste da Bahia.

Em um episódio ainda não completamente esclarecido, João Leonardo foi executado por agentes da Polícia Militar da Bahia em Palmas de Monte Alto (BA), em 4 de novembro de 1975.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

João Leonardo da Silva Rocha é reconhecido como desaparecido político e teve sua morte presumida a partir da inclusão de seu nome no rol do anexo I da Lei nº 9.140/1995. Seu nome figura no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Consta em documentação do Arquivo Nacional denúncia feita por Jair Oliveira de Faria, comerciário e proprietário de uma fazenda na região de Palmas de Monte Alto, na Bahia. Jair afirma que quando foi comprar sua fazenda na região, teria procurado Milton Faria Dias Laranjeiras, fazendeiro local, por indicação de um amigo. Não ficou interessado pelo negócio oferecido por Milton e comprou outra propriedade na região, e desde a recusa via-se ameaçado e perseguido. Jair declarou que as perseguições que

ocorreram na região de Palmas de Monte Alto (BA) contaram com o envolvimento da polícia e do poder público municipal. De acordo com as afirmações da denúncia, muitas foram as investidas contra Jair e seus funcionários sob o mando de Milton Faria Dias Laranjeiras.

Segundo ele, entre outubro e novembro de 1975, quando se encontrava em Brasília, esteve em Palmas de Monte Alto, a mando de Milton Faria Dias Laranjeiras, o capitão Delcker Rodrigues de Melo, como delegado especial, acompanhado do delegado de polícia de Palmas de Monte Alto, Francisco José da Silva, do segundo-tenente Oscar Pereira da Silva, de um tenente reformado e mais três pessoas com o pretexto de prender os empregados de Jair, argumentando que seriam todos pistoleiros.

Invadiram a casa da fazenda e iniciaram um tiroteio no qual saíram mortos o segundo-tenente Oscar Pereira da Silva e um dos empregados de Jair que se chamava José Eduardo da Costa Lourenço. Além de José Eduardo, estavam na fazenda Jerônimo Francisco de Lima e Severino Batista de Lima, pai e filho que foram torturados e presos. Nos termos literais do depoimento de Jair Oliveira de Faria:

[...] que, estas pessoas invadiram a casa do declarante, provocando um tiroteio que resultou na morte de um oficial reformado que acompanhava a diligência, de um empregado da fazenda e ferimentos em um soldado, além de ferimentos em outros dois que ficaram presos; [...] que, mesmo depois de morto, o empregado da fazenda de nome Eduardo, foi alvo de tiros por parte do Capital Delco (Arquivo Nacional, SNI: ASV_ACE_2973_82, p. 5).

Em fevereiro de 2014, a partir de investigações realizadas por um consultor da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ivan Akselrud de Seixas, a Comissão Nacional da Verdade iniciou pesquisa de campo em Palmas de Monte Alto com o intuito de descobrir as circunstâncias da morte e a localização dos restos mortais de João Leonardo da Silva Rocha, desaparecido desde 1975.

Também, contribuiu com informações o advogado Miguel Arcanjo Montalvão Pires, morador de Palmas de Monte Alto, que encaminhou à Comissão Nacional da Verdade, em dezembro de 2013, documentação indicando a possibilidade de localização da sepultura de João Leonardo no município.

As informações recebidas pela Comissão Nacional da Verdade deram conta de que o funcionário de Jair Oliveira de Faria, morto na ação da Polícia Militar denunciada por ele, era na verdade João Leonardo da Silva Rocha, que vivia clandestinamente sob o nome de José Eduardo da Costa Lourenço.

Nas pesquisas de campo que fez em Palmas de Alto, a CNV procurou confirmar a falsa identidade de João Leonardo como José Eduardo da Costa Lourenço e, uma vez confirmado tratar-se da mesma pessoa, identificar o local de sepultamento de João Leonardo da Silva Rocha.

Em entrevistas registradas em áudio e vídeo, a CNV mostrou fotos de João Leonardo para cinco moradores da cidade, que com grande segurança o reconheceram, identificando-o como José Eduardo Lourenço da Costa.

Acerca do local de sepultamento, chegou-se a duas áreas de maior probabilidade, ambas em um mesmo cemitério da cidade.

O pedreiro Almerindo Porto Lopes, conhecido como senhor Nélio, afirmou, na ocasião, que foi umas das pessoas que carregaram o caixão de João Leonardo para o enterro. Ele indicou como provável local de sepultamento uma área de aproximadamente 100 metros quadrados, em área próxima ao antigo cruzeiro de madeira do cemitério.

Os demais depoentes indicaram outro ponto no mesmo cemitério, em área próxima a uma das muradas antigas. De acordo com esses relatos, avaliados como os mais consistentes pela Comissão Nacional da Verdade, João Leonardo da Silva Rocha teria sido sepultado sem identificação em área contígua àquela em que Natalino Pereira, cidadão local, foi enterrado anos depois.

O cemitério não dispõe de livro de registro ou de numeração de sepulturas. Conforme apurado, ao longo dos anos houve sobreposição de sepultamentos em um mesmo local e, de um modo geral, o cemitério apresenta grande densidade de túmulos e jazigos não organizados em alas ou ruas.

Não obstante, a partir dos testemunhos coletados, a Comissão Nacional da Verdade registrou em mapa a localização que considera a mais provável para o sepultamento de João Leonardo da Silva Rocha.

Em mapa fotográfico produzido pelo perito médico-legista Aluísio Trindade Filho, do Instituto de Medicina Legal da Polícia Civil do Distrito Federal, foram registradas as duas possíveis áreas de sepultamento identificadas, marcadas separadamente.

Em área próxima à antiga murada do cemitério, conforme indicado pela maioria dos depoimentos convergentes, registrou-se com coordenadas geográficas uma pequena área

indicada em elipse que pode permitir a localização dos restos mortais de João Leonardo da Silva Rocha.

Diante da possibilidade de realização de uma futura tentativa de exumação, a Comissão Nacional da Verdade solicitou o recolhimento de material genético de Mario Rocha Filho, irmão de João Leonardo, que não deixou filhos e cujos pais são falecidos.

O material genético foi colhido no Instituto Nacional de Criminalística (INC/DPF), em 17 de março de 2014, para o banco de DNA de familiares de mortos e desaparecidos políticos, sob responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Na oportunidade, Mário Rocha Filho, advogado de 76 anos, também prestou depoimento à CNV e contou sobre os esforços que empreendeu para localizar o irmão desde 1978, quando seus pais ainda eram vivos:

A última vez que falei com João foi no México, no hotel Del Bosque, antes de ele ir para Cuba. [...] Soube depois que, na clandestinidade, ele evitava ao máximo contatar-nos para que não corrêssemos risco de vida.

[...]

Fui informado pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalgh que meu irmão havia sido morto na Bahia e que eu procurasse a ex-militante do Molipo Ana Corbisier. Estive com ela e ela me disse que esteve com ele num 'ponto' em Arcoverde (PE) e que, quando era para ter ocorrido um segundo encontro, ele não apareceu por temer que estava sendo perseguido.

Nos anos 1980, após intermediação da igreja católica, Mário conseguiu contatar um agricultor chamado Jerônimo, única pessoa em quem João Leonardo confiava na clandestinidade e a quem revelou o segredo de que era um militante que vivia sob identidade falsa. Por meio de um religioso, padre José, da diocese de Afogados da Ingazeira (PE), a família soube da versão de que João Leonardo poderia ter sido enterrado em Palmas de Monte Alto.

Depois agendei uma viagem com Severino (filho de Jerônimo) à Bahia para tentar localizar a sepultura de meu irmão, já nos anos 80, mas dias antes ele sofreu um acidente numa obra, no Rio de Janeiro, e morreu [...]. Se por um lado havia uma questão de terras, por outro lado, quando João Leonardo saiu de Itapetim, saiu porque sentia-se perseguido politicamente.

Em Palmas de Monte Alto, a Comissão Nacional da Verdade procurou apurar, por meio dos depoimentos colhidos, as motivações da morte de João Leonardo pela Polícia Militar do Estado da Bahia, desde a perseguição e fuga de Itapetim (PE).

Até que surjam novos elementos que possam melhor elucidar o caso, a execução de João Leonardo da Silva Rocha, em 4 de novembro de 1975, configura-se como a última a confirmar a existência de sentença de pena de morte extrajudicial aos banidos que retornaram ao país com a intenção de retomar a luta contra a ditadura militar instaurada em 1964.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Palmas de Monte Alto (BA).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento ou na morte

1.1. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general-de-exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general-de-exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do CIE: general-de-brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

1.2. Serviço Nacional de Informações (SNI)

Presidente da República: general-de-exército Ernesto Beckmann Geisel

Chefe do SNI: general-de-brigada João Baptista de Oliveira Figueiredo

1.3. Secretaria de Segurança Pública da Bahia

Governador do Estado: Roberto Figueira Santos

Secretário de Segurança Pública: n/i

Delegado-Geral de Polícia: n/i

Delegado de Polícia em Palmas de Monte Alto: Francisco José da Silva

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/teste munhal sobre a autoria
-------------	--------------	---------------	--------------------------------------	--------------------------------	--

Francisco José da Silva.	Polícia Civil da Bahia.	Delegado.	Participou da operação em que João Leonardo foi morto.	Palmas de Monte Alto (BA).	Denúncia de Jair Oliveira de Faria, constante do Arquivo Nacional.
Delcker Rodrigues de Melo.	Polícia Militar da Bahia.	Capitão.	Participou da operação em que João Leonardo foi morto.	Palmas de Monte Alto (BA).	Denúncia de Jair Oliveira de Faria, constante do Arquivo Nacional.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: ASV_ACE_2973_82.	Informação nº 196/77, 3/3/1977.	Serviço Público Federal. MJ – Departamento de Polícia Federal. Superintendência Regional da Bahia.	Registra as possíveis circunstâncias da morte da vítima, local de morte e uma breve reconstituição de seus últimos momentos.
Arquivo Comissão Nacional da Verdade, 00092.003368/2014-51.	Mapa do possível local de sepultamento de João Leonardo da Silva Rocha.	Comissão Nacional da Verdade.	Mapa fotográfico com indicação da possível área de sepultamento de João Leonardo da Silva Rocha.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Eulário Menezes, marceneiro.	Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 6 de fevereiro de 2014, em Palmas de Monte Alto (BA). Arquivo CNV,	Informa sobre a execução da vítima e provável localização da sepultura.

	00092.001637/2014-45.	
Almerindo Porto Lopes, pedreiro.	Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 6 de fevereiro de 2014, em Palmas de Monte Alto (BA). Arquivo CNV, 00092.001637/2014-45.	Informa sobre a execução da vítima e provável localização da sepultura.
Jesulindo Pereira.	Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 6 de fevereiro de 2014, em Palmas de Monte Alto (BA). Arquivo CNV, 00092.001637/2014-45.	Informa sobre a execução da vítima.
Mirtes da Silva Nunes.	Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 6 de fevereiro de 2014, em Palmas de Monte Alto (BA). Arquivo CNV, 00092.001637/2014-45.	Vestiu a vítima depois de morta.
Antônio Contrim de Menezes.	Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 6 de fevereiro de 2014, em Palmas de Monte Alto (BA). Arquivo CNV, 00092.001637/2014-45.	Informa sobre a execução da vítima.
Miguel Arcanjo Montalvão Pires, advogado.	Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 6 de fevereiro de 2014, em Palmas de Monte Alto (BA). Arquivo CNV, 00092.001637/2014-45.	Realizou algumas investigações sobre o caso.
Ana Cerqueira César Corbisier.	Depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade. Arquivo CNV, 00092.002227/2013-31 e 00092.002222/2013-16.	Relata como foi a convivência com João Leonardo em Cuba. Explica que foi responsável por marcar um ponto entre ele e José Dirceu. Encontrou-se com ele no interior de Pernambuco e marcou um encontro para dali a 6 meses, ao qual não compareceu por já ter sido assassinado. Chegou a conversar com um barbeiro que teria sido testemunha ocular do assassinato.
Mário Rocha Filho.	Depoimento prestado à	Relata como conseguiu contatar o

	Comissão Nacional da Verdade, em 17 de março de 2014.	agricultor Jerônimo, única pessoa em quem João Leonardo confiava e a quem revelou o segredo de que era um militante que vivia clandestino. Conta como descobriu o local de sepultamento de João Leonardo.
--	---	---

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que João Leonardo da Silva Rocha foi executado e desapareceu por ação praticada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos perpetradas pela ditadura militar instaurada no Brasil a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

NEIDE ALVES DOS SANTOS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Nair Alves dos Santos e Alexandre dos Santos

Data e local de nascimento: 12/9/1944, Rio de Janeiro (RJ)

Atuação profissional: industriária

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local da morte: 7/1/1976, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascida no Rio de Janeiro, Neide Alves dos Santos era solteira e tinha uma filha chamada Maria da Conceição Alves dos Santos. Morava no bairro de Barra Funda, em São Paulo, e trabalhava como operadora de caixa em um supermercado. Em 1975, Neide militava no Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo adotado o codinome Lucia, e atuava no setor de agitação e propaganda com a divulgação do jornal mensal *Voz Operária*, junto ao dirigente Hiran de Lima Pereira, membro suplente do Comitê Central do PCB, que desapareceu em janeiro do mesmo ano. Nessa época, os órgãos de repressão comandavam a “Operação Radar”, que objetivava localizar e desarticular a infraestrutura do partido em todo o território nacional. Neide já havia comentado com familiares que estava sendo perseguida quando foi presa, em 6 de fevereiro de 1975, por sua atuação política no PCB. Após ser solta, viajou para a capital carioca, onde vivia parte de sua família. Segundo o relato da sua irmã, Leda, Neide desapareceu por repetidas vezes entre os anos 1975 e 1976, o que sugere sua passagem, nessas ocasiões, pelos órgãos da repressão. Nessa época, precisou de ajuda médica por conta do trauma sofrido, tendo sido internada no hospital psiquiátrico Colônia Juliano Moreira e, em outra ocasião, atendida por um médico ligado ao partido. Após o tratamento, Neide chegou a passar uma temporada no Recife e depois voltou para São Paulo, onde começou a trabalhar como caixa em um supermercado no bairro de Perdizes no final de

1975. No mesmo período, a casa de sua irmã, Leda, foi invadida por agentes da repressão à paisana que revistaram a casa e anunciaram que buscavam por Neide. Em janeiro de 1976, quando Neide morava em São Paulo, sua família recebeu uma ligação informando que ela havia sido hospitalizada. Rapidamente, dirigiram-se à capital paulista, mas ao chegarem, descobriram que Neide já estava morta. Ela morreu aos 31 anos em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 2 de outubro de 1997, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Neide Alves dos Santos. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Neide Alves dos Santos morreu no dia 7 de janeiro de 1976, às 18 horas e 25 minutos, no Pronto Socorro do Tatuapé, em São Paulo, em decorrência de ação perpetrada por agentes do DOI-CODI do II Exército.

Na época, a família recebeu a notícia de que Neide teria se suicidado ateando fogo em seu próprio corpo numa praça da capital paulista. A certidão de óbito, firmada pelo legista Pêrsio J. R. Carneiro, registra que sua morte teria ocorrido em função de “queimaduras generalizadas”. Em reforço a essa versão, o laudo de exame de corpo delito, assinado pelo mesmo legista, descreve que cerca de 70% do corpo de Neide apresentava queimaduras, sendo considerada uma morte violenta e decorrente do fogo.

Em depoimento constante no processo de Neide na CEMDP, sua irmã, Leda de Almeida Matos, afirmou que ela desapareceu algumas vezes entre 1975 e 1976 e que, quando retornava, apresentava marcas de tortura por todo o corpo. Noutro depoimento do processo, Raimundo Alves de Souza, militante que trabalhou junto com Neide no jornal *Voz Operária*, declarou que a viu presa no DOI-CODI/II Exército em janeiro de 1975 e que ela estava sendo levada para outro local, mas não soube afirmar para onde. Outro documento, o Boletim nº 608/ST expedido pelo DOPS/GB, informa que Neide estava, em 21 de fevereiro de 1975, “à disposição do DOPS” do estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro.

Em janeiro do ano seguinte, 1976, a família recebeu a notícia de que Neide havia sido hospitalizada. Seus parentes se dirigiram prontamente para São Paulo, mas foram informados da sua morte como consequência do suposto suicídio. Diversos indícios, no entanto, demonstram a falsidade da versão de suicídio fornecida à família. Como visto, pelo testemunho de familiares e de companheiros de militância, Neide era vinculada ao PCB, já sofria perseguições políticas na época e tinha sido presa e torturada, o que lhe causou traumas e abalos emocionais. Ainda segundo o depoimento de sua irmã Leda, após a morte de Neide, a sua filha, Maria da Conceição, e outros familiares continuaram sofrendo perseguições.

A documentação solicitada pela CEMDP à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, em 1997, revelou que, na requisição de exames do IML/SP, de 8 de janeiro de 1976, está manuscrita, ao lado do nome de Neide, uma letra “T”, utilizada no período para identificar os militantes políticos considerados “terroristas”. A solicitação dos exames necroscópicos foi feita pelo Delegado da 30ª Delegacia de Polícia, Sylvio Paglia. Outros documentos difundidos pelo DOPS/SP citam Neide entre militantes do PCB que estavam sendo monitorados em 1975, constando informações e fotos de alguns que tinham sido presos. Além disso, um relatório do DOPS/SP sobre a morte de Neide informa que, quando internada no hospital, foi encontrado com ela um caderno de anotações em que relatava seu envolvimento com o PCB e o uso do codinome Lucia, que aparece listado em relatório reservado ao DOI-CODI/II. Dessa forma, fica evidente a motivação política da prisão e morte de Neide.

Após a primeira análise de Paulo Gustavo Gonet Branco, relator do processo na CEMDP, que propôs o indeferimento do pedido com a justificativa de que a morte não tinha motivações políticas, Luís Francisco Carvalho Filho pediu vista e chamou atenção para dois aspectos importantes sobre as circunstâncias de morte de Neide. Ele argumentou, em primeiro lugar, que, segundo os estudos da Medicina Legal, era muito rara a prática de suicídio em que a vítima atea fogo no próprio corpo. Em segundo lugar, ressaltou que a conjuntura política em que Neide morreu era representativa de uma mudança de comportamento dos órgãos de repressão que, reagindo à morte de Vladimir Herzog, em 1975, e às mobilizações civis que se seguiram, passaram a se preocupar em apresentar um disfarce mais efetivo para as mortes de presos políticos. Em depoimento prestado à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 17 de abril de 2013, Luís Francisco Carvalho Filho observou como o caso de

Neide é emblemático pelo fato de chamar atenção para a existência de ocorrências de graves violações de direito humanos ocorridas no período ditatorial que ainda eram desconhecidas, uma vez que, até a apresentação do caso à CEMDP, seu nome não constava nas listas de mortos e desaparecidos políticos.

Além disso, a discussão do processo na CEMDP agregou um dado importante para o caso, no que diz respeito à alegação apresentada pelo 28º Distrito Policial de que os arquivos da época em que Neide faleceu tinham sido queimados, em consequência de uma rebelião de presos. A investigação revelou que por duas vezes, na mesma delegacia, aconteceram incêndios. Também foi questionada a precariedade do exame de corpo de delito, que foi realizado pelo médico legista Pêrsio José Ribeiro Carneiro, conhecido por assinar laudos falsos de militantes políticos, uma vez que registra apenas que a morte foi decorrente de queimaduras, sem especificar de qual tipo. Os médicos legistas responsáveis pelo exame necroscópico foram designados pelo então Diretor do IML, Harry Shibata. Uma descrição minuciosa poderia indicar se as feridas foram causadas por fogo, vapor, água ou qualquer componente que indicasse tortura, desconstruindo a versão de suicídio.

Diante de todos os elementos reunidos, fica comprovado o envolvimento de Neide com o PCB e, em particular, sua ligação com Hiram de Lima Pereira e sua atuação no setor de propaganda e de produção do jornal *Voz Operária*. Na época da sua morte, como relatado pelo ex-sargento do Exército, Marival Chaves, em declaração à CNV, estava em curso a “Operação Radar” comandada pelo DOI-CODI/II Exército, com o objetivo de “desarticular a infraestrutura de distribuição do jornal [...], bem como prender todos os militantes nela envolvidos”. Neide já vinha sendo perseguida em razão de sua militância política, tendo sido presa e torturada algumas vezes, o que indica que estava na mira da repressão. Somam-se a esses fatores os demais indícios que fragilizam a versão de suicídio e permitem inferir que Neide foi presa por agentes do DOI-CODI/II Exército no âmbito da “Operação Radar” e morta sob tortura. Para evitar o desgaste das falsas versões, que tinha aumentado com a repercussão da morte de Vladimir Herzog, os agentes encobriram a sua morte a partir da simulação de um suicídio fora dos estabelecimentos militares, com o intuito de afastar a conotação política. Por conta dessa dissimulação, o caso de Neide não era conhecido e não constava nas listas de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira, até a sua apresentação à CEMDP, quando as investigações conseguiram comprovar que a versão de suicídio não

se sustenta e que Neide foi vítima da repressão política, embora não seja possível reconstituir as reais circunstâncias da sua morte.

O corpo de Neide Alves dos Santos foi enterrado no cemitério Vila Formosa, na capital paulista, com a presença dos familiares. O corpo foi entregue em caixão lacrado, e o enterro foi monitorado por agentes das forças de segurança. Apenas o cunhado de Neide teve acesso ao seu corpo antes do sepultamento, o que permitiu seu reconhecimento.

LOCAL DE MORTE

Pronto Socorro do Hospital Municipal do Tatuapé, em São Paulo.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1 CIE

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do CIE: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

1.2. DOI-CODI do II Exército

Comandante do II Exército: general de Exército Ednardo D'Ávila Melo

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Antônio Ferreira Marques

Chefe do DOI do II Exército: major Audir Santos Maciel

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Harry Shibata	Instituto Médico Legal	Diretor	Na função de Diretor do IML, designou os médicos legistas responsáveis pelo exame necroscópico de Neide, que endossa a versão de morte por queimaduras, sem especificar o tipo de lesão.		Laudo de Exame de Corpo Delito. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0066_0006, pp. 28-29.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0066_0006, p. 63.	Relatório Periódico de Informações, nº 2. (5/3/1975).	II Exército - SP.	Trata das operações do DOI-CODI/II Exército de combate ao PCB e, em particular, ao setor de propaganda e agitação. Consta dados pessoais de Neide e a informação de que tinha sido presa em 6 de fevereiro de 1975 e encaminhada ao DOI-CODI/I Exército em 14 de fevereiro do mesmo ano.
Arquivo da CNV: 00092.003031/2014-44, pp. 10-13.	Ficha de Registro Individual (21/02/1975).	Departamento de Ordem Política e Social – DOPS/GB.	Ficha policial de Neide, constando informações, identificação, fotos, digitais e sua assinatura.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0066_0006, p.18.	Certidão de óbito (9/1/1976).	Cartório do Registro Civil, 20º Subdistrito – Jardim América, Município e Comarca da Capital do Estado de São Paulo.	Certidão de óbito, em que consta como causa da morte “queimaduras generalizadas”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0066_0006, p. 21.	Depoimento de Raimundo Alves de Souza (1/7/1996).	5º Ofício de Notas.	Companheiro de Neide no jornal <i>Voz Operária</i> , Raimundo confirma a militância de Neide no PCB, na produção do jornal do Partido e sua ligação a Hiran de Lima Pereira. Declara ter visto Neide no DOI-CODI do II Exército (SP) em janeiro de 1975.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0066_0006, p. 96.	Requisição de exames, (8/1/1976).	Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo.	Requisição de exame cadavérico de Neide, encaminhada pelo Delegado Sylvio Paglia, da 30ª DP, indicando a letra “T”, utilizada para caracterizar os militantes políticos como

			“terroristas”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0066_0006, pp. 28-29.	Laudo de exame de corpo delito, 20/2/1976.	Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo.	Exame necroscópico que mostra a ausência de informações minuciosas sobre os tipos de queimaduras no corpo de Neide, dando como <i>causa mortis</i> apenas “queimaduras generalizadas”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0066_0006, p. 63.	Relatório do plantão. 7 a 8/1/1976.	DOPS/SP.	Consta ter sido recebida a informação de que Neide faleceu no Pronto Socorro Municipal de Tatuapé.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0066_0006, pp.108-109.	Depoimento de Leda de Almeida Matos, 10/9/1997.	n/c.	Breve histórico dos últimos anos de vida de Neide, das circunstâncias de sua morte e das condições do seu sepultamento.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0066_0006, pp.110-111.	Depoimento de Manoel Moreira Miranda, 10/9/1997.	n/c.	Cunhado de Neide relata as perseguições por ela sofridas, suas prisões e marcas de tortura, além das circunstâncias em que souberam da sua morte, quando fez o reconhecimento do seu corpo.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0066_0006, pp. 112-113.	Depoimento de Manoel Moreira Miranda, 10/9/1997.	n/c.	A filha de Neide relata sua trajetória, principalmente entre os anos de 1975 e 1976, e as circunstâncias em que soube da sua morte.
Comissão de Anistia Requerimento de Anistia n° 2012.01.70477.	Petição de Anistia <i>post mortem</i> 09/06/2011.	Requerimento de Anistia de Neide Alves dos Santos, apresentado por sua filha, Maria da Conceição Alves dos Santos.	Requerimento de anistia <i>post mortem</i> e justificativa, elencando as circunstâncias que levaram à morte de Neide.

2. Testemunhos à CNV e às comissões parceiras

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Depoimento de Luís Francisco Carvalho	Audiência Pública na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens	Relata as investigações sobre as circunstâncias da morte de

Filho.	Paiva, em 17 de abril de 2013. Arquivo CNV: 00092.003031/2014-44.	Neide.
--------	--	--------

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões parceiras

Identificação do Depoente	Fonte	Informações relevantes
Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento do Exército.	Declaração prestada à CNV no dia 30 de outubro de 2012 Arquivo CNV: 00092.000664/2013-10.	Presta informações sobre a “Operação Radar” comandada pelo DOI-CODI/II Exército com o intuito de desarticular o PCB e, particularmente, o setor de propaganda e agitação.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Neide Alves dos Santos morreu em decorrência de ação praticada por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos perpetradas pela Ditadura Militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e a responsabilização dos agentes e dos órgãos responsáveis por sua morte.

MANOEL FIEL FILHO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Margarida Maria de Lima e Manoel Fiel de Lima

Data e local de nascimento: 7/1/1927, Quebrangulo (AL)

Atuação profissional: operário metalúrgico

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de morte: 17/1/1976, São Paulo

BIOGRAFIA

Manoel Fiel Filho nasceu no dia 07 de janeiro de 1927, em Quebrangulo. Era casado com Thereza de Lourdes Martins Fiel, com quem teve duas filhas. Na década de 1950 mudou-se para São Paulo, onde atuou profissionalmente como padeiro, cobrador de ônibus e nos últimos anos como operário metalúrgico prestatista na empresa Metal Arte, na qual permaneceu por 19 anos. No Partido Comunista Brasileiro (PCB) era responsável pela difusão do jornal *Voz Operária* e pela organização do partido entre os operários nas fábricas da Mooca. Às 12 horas do dia 16 de janeiro de 1976, Manoel foi conduzido, por homens que se designavam como funcionários da prefeitura à sede do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI/SP). No dia seguinte uma nota foi divulgada pelo II Exército, com a falsa versão de que Manoel havia cometido suicídio, ao enforcar-se com suas próprias meias na cela em que estava. Manoel morreu aos 49 anos, em circunstâncias análogas aos casos de José Ferreira de Almeida, Pedro Jerônimo de Souza e Vladimir Herzog.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV¹

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), em reunião no dia 30 de maio de 1996, reconheceu e o compreendeu como beneficiado da Lei nº

9.140/95. Sua esposa foi a requerente em processo junto à Comissão,ⁱⁱ deferido por unanimidade. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pelo grupo de familiares de mortos e desaparecidos políticos. As homenagens a Manoel são vastas. Três ruas são registradas com seu nome no estado de São Paulo, uma no Rio de Janeiro e uma praça em Maceió. Além disso, no Parque São Rafael, em São Paulo, uma escola de educação infantil é denominada Escola Municipal de Educação Infantil Manoel Fiel Filho. Sua história ainda foi contada no documentário “Perdão, Mister Fiel”, de 2008, com roteiro e direção de Jorge Oliveira. No mês de novembro foi erguido, na Praça da Paz da Universidade Federal de Alagoas, memorial aos alagoanos mortos na luta contra a ditadura, dentre os quais Manoel Fiel Filho.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTEⁱⁱⁱ

Manoel foi morto no dia 17 de janeiro de 1976, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. Foi detido um dia antes na fábrica onde trabalhava por agentes da repressão, em decorrência do interrogatório de Sebastião Almeida acerca de sua ligação com o jornal *Voz Operária*, órgão de imprensa oficial do PCB. Vasculharam sua casa e, como nada que podia incriminá-lo foi encontrado, disseram a sua esposa que ele seria solto no dia seguinte. Thereza, porém, nunca mais veria Manoel.

No dia 19 de janeiro, o comando do II Exército divulgou nota informando que Manoel fora encontrado morto às 13 horas do dia 17, enforcado com suas próprias meias em um dos seus estabelecimentos. Ainda afirmava que seria instaurado Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar o ocorrido, sendo encarregado do inquérito o coronel de infantaria Murillo Fenando Alexander.

O laudo criminalístico, solicitado pelo Delegado Orlando Domingues Jerônimo, indicava a morte por asfixia mecânica produzida por um laço formado por duas meias amarradas ao pescoço. Os peritos criminais Paulo Pinto e Ernesto Eleutério consideraram, porém, que o “agente da força constritora”, que revelaria as hipóteses de suicídio ou assassinato, não podia ser estabelecido via exame pericial, por falta de elementos materiais que pudessem comprová-lo. Já o laudo necroscópico, assinado pelos médicos José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca, instituía como *causa mortis* a asfixia mecânica por estrangulamento e apontava a versão de suicídio, sem registrar qualquer sinal de tortura no cadáver.

As manifestações posteriores à morte de Manoel levaram ao afastamento do Comandante do II Exército, Ednardo D'Avila Mello, no dia 20 de janeiro, além da demissão do Chefe do CIE, Confúcio Danton de Paula Avelino, pelo Presidente Geisel. Mesmo que esses fatores apontassem para a responsabilidade dos agentes do Estado na morte de Manoel, as conclusões do IPM sobre o caso, finalizado em apenas 30 dias, determinaram seu arquivamento. O parecer do procurador Militar Darcy de Araújo Rabello, de 28 de abril de 1976, corroborado pela decisão do Juiz Auditor, Arylton da Cunha Henriques, em 3 de maio de 1976, declarava que as provas levantadas eram suficientes para atestar a versão de suicídio e a inexistência de crime.

Contrariando esta versão, seus colegas de trabalho afirmavam que quando foi preso Manoel calçava chinelos. Todos os presos interrogados daquela época também informaram que foram despojados de todos os seus pertences ao chegarem ao DOI, especialmente cintos e meias. Após a liberação do cadáver, com a restrição de que fosse enterrado rapidamente e que sua morte não fosse questionada, a família constatou sinais notórios de tortura, com lesões generalizadas, especialmente na parte superior do corpo.

A conjuntura em que este evento ocorreu é indicativa de que a morte de Manoel integrava o quadro de assassinatos empreendidos pela “Operação Radar”, desencadeada pelo DOI do II Exército entre março de 1974 e janeiro de 1976, com vistas a dizimar a direção do PCB. Em 1978, o legista José Antônio de Mello, que integrava a equipe do IML/SP quando o corpo do operário chegou, afirmou em matéria da Folha de São Paulo que as possibilidades de auto estrangulamento são raríssimas e que a versão dada no laudo por estrangulamento indicava homicídio e não suicídio. No mesmo ano, Thereza entrou com um processo contra a União, por meio da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, requerendo a elucidação das circunstâncias da morte de Manoel.

A sentença proferida pelo então juiz Federal Jorge Flauquer Scartezzini, em 1980, inferiu à existência de responsabilidade objetiva da União, pela conduta de agentes do DOI/CODI do II Exército, relativamente à prisão, tortura e morte de Manoel, por meio de depoimentos anexados que comprovavam tal versão. Dentre eles, Geraldo Castro da Silva, também preso naquele período, relatou que ouviu os gritos de Manoel enquanto este era interrogado, pedindo “não me judia tanto, pelo amor de Deus que não vou aguentar”. E que, algum tempo depois, tudo ficou quieto. Na sala que estava sendo

interrogado teria entrado uma pessoa que, referindo-se a Manoel, afirmou: “chefe o omelete está feito”.

Em 2009, em ação cível do Ministério Público Federal representando familiares de mortos e desaparecidos políticos, foi imputada responsabilidade às pessoas que participaram da prisão ilícita, tortura, execução e ocultação de evidências sobre o caso de Manoel, sendo solicitado “o afastamento liminar dos réus das funções públicas que estejam eventualmente exercendo na atualidade”, o ressarcimento para a União das indenizações pagas à família e condenada a União Federal e o Estado de São Paulo “a incluírem a divulgação dos fatos relativos à morte de MANOEL FIEL FILHO em equipamento(s) público(s) permanente(s) destinado(s) à memória da violação de direitos humanos durante o regime militar”.

Em setembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) produziu laudo pericial indireto acerca da morte de Manoel, desconstruindo a falsa versão de auto estrangulamento. O laudo saliente várias circunstâncias e elementos, como a posição em que o corpo foi encontrado e a inviabilidade da feitura do nó pela vítima após a constrição do pescoço, que corroboram ser absurda a versão oficial de suicídio. A conclusão da análise é que “o diagnóstico diferencial do evento é de homicídio por estrangulamento, consumado em local e circunstâncias que não foram possíveis determinar”, e que tal estrangulamento não foi causado pelas mãos do agressor, mas possivelmente pelas próprias meias que envolviam seu pescoço. Dessa forma, ficou confirmado que Manoel Fiel Filho foi morto nas dependências do DOI-CODI do II Exército e que os órgãos de repressão simularam seu suicídio para acobertar o crime.

LOCAL DE MORTE

DOI-CODI do II Exército, Rua Tomás Carvalhal, nº 1030, em São Paulo. Seu corpo foi sepultado no cemitério da Quarta Parada, também em São Paulo.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI/CODI do II Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do II Exército: general de Exército Ednardo D’Avilla Mello

Chefe do Estado Maior do II Exército: general Antônio Ferreira Marques

Comandante do DOI/CODI: tenente-coronel do Exército Audir Santos Maciel
Subcomandante do DOI/CODI: major Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo

1.2. DOPS/SP

Governador do Estado de São Paulo: Paulo Egydio Martins
Secretário Estadual de Segurança Pública: Coronel Antônio Erasmo Dias
Delegado geral de Polícia: Joaquim Humberto de Moraes
Comissário do DOPS/SP: Tácito Pinheiro Machado
Delegado do DOPS/SP: Orlando Domingues Jerônimo
Delegado do DOPS/SP: Harim Sampaio D'Oliveira
Delegado de Polícia Civil: Edevarde José

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Ednardo D'Avilla Mello.	II Exército.	Comandante.	Responsabilidade por gestão de estruturas destinadas à prática de graves violações de direitos humanos (torturas e execuções)	DOI-CODI/SP.	Petição inicial da ação civil pública nº 2009.61.00.005503-0, em curso na Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo – Capital.
Audir Santos Maciel.	DOI-CODI/SP.	Comandante.	Tortura e execução.	DOI-CODI/SP.	1. Petição inicial da ação civil pública nº 2008.61.00.011414-5, Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo – Capital. 2. Petição inicial da ação civil pública nº 2009.61.00.005503-0, em curso na Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo – Capital.
Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo.	DOI-CODI/SP.	Subcomandante.	Tortura e execução.	DOI-CODI/SP.	Petição inicial da ação civil pública nº 2009.61.00.005503-0, em curso na Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo – Capital.
Luiz Shinji Akaboshi	DOI-CODI/SP.	Sargento.	Tortura e execução.	DOI-CODI/SP.	Petição inicial da ação civil pública nº 2009.61.00.005503-0, em curso na Justiça Federal,

.	SP.				Seção Judiciária de São Paulo – Capital.
Harim Sampaio D'Oliveira.	Polícia Civil.	Delegado.	Tortura e execução.	DOI-CODI/SP	Petição inicial da ação civil pública nº 2009.61.00.005503-0, em curso na Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo – Capital.
Edevarde José.	Polícia Civil.	Delegado.	Tortura e execução.	DOI-CODI/SP.	Petição inicial da ação civil pública nº 2009.61.00.005503-0, em curso na Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo – Capital.
Tamotu Nakao.	Polícia Militar	Chefe da equipe de interrogadores e Oficial de Permanência.	Tortura e execução.	DOI-CODI/SP.	Petição inicial da ação civil pública nº 2009.61.00.005503-0, em curso na Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo – Capital.
Ernesto Eleuterio.	DOI-CODI/SP.	Perito.	Participação direta nos atos de ocultação das causas da morte.	DOI-CODI/SP.	Petição inicial da ação civil pública nº 2009.61.00.005503-0, em curso na Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo –Capital.
José Henrique da Fonseca.	IML/SP.	Médico-legista.	Participação direta nos atos de ocultação das causas da morte.	IML/SP	Petição inicial da ação civil pública nº 2009.61.00.005503-0, em curso na Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo –Capital.
José Antônio de Mello.	IML/SP.	Médico-legista.	Participação direta nos atos de ocultação das causas da morte.	IML/SP.	Petição inicial da ação civil pública nº 2009.61.00.005503-0, em curso na Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo –Capital.
Murillo Fernando Alexander.	Estado Maior da 2ª Divisão de Exército.	Coronel de Infantaria.	Participação direta nos atos de ocultação das causas da morte.	Auditoria Militar.	Petição inicial da ação civil pública nº 2009.61.00.005503-0, em curso na Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo –Capital.

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0061_0008.	Certidão de óbito, 11/2/1976, p. 106.	Cartório de Registro Civil – 14º Subdistrito.	Certidão de óbito atestando a data, local e causa da morte.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8 _AC_ACE_54730_86_002	Relatório do CIE, p. 22.	CIE.	Lista nominal de militantes mortos, constando data e local da morte de Manoel.
Arquivo da CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Maurício Côrrea, em dezembro de 1993: 00092_000830_2012_05.	Relatório do Ministério da Aeronáutica, 1993, p. 93.	Ministério da Aeronáutica.	Reafirma a versão oficial de suicídio.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0061_0008.	Nota do II Exército sobre a morte no DOI, 1976, p. 69.	II Exército.	Nota informando sobre a morte de Manoel nas dependências do DOI-CODI/SP e sobre a instauração de inquérito para investigá-la.
Arquivo da CNV, CEV/SP: 00092.003018/2014-95.	Natureza de Perícia: encontro de cadáver, 17/1/1976.	Divisão de Criminalística da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.	Laudo criminalístico sobre as circunstâncias em que o cadáver foi encontrado, estabelecendo a morte por asfixia mecânica, mas não confirmando se a morte seria em decorrência de homicídio ou suicídio.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0061_0008.	A troca de Comando do II Exército, 20/1/1976, p. 410.	Jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> .	Matéria de jornal atestando o afastamento do general Ednardo D'Avila Melo do comando do II Exército.
Arquivo da CNV, CEV/SP:	Parecer do Juiz Auditor	3ª Auditoria da 2ª CJM.	Parecer do IPM instaurado para investigar

00092.003018/2014-95.	da 3ª Auditoria da 2ª CJM, 3/5/1976.		a morte de Manoel, expedido pelo juiz Arylton da Cunha Henriques, decidindo pelo arquivamento do caso.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0061_0008.	Legista afirma que Manoel Filho “morreu por estrangulamento”, 4/11/1978, p. 421.	Jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .	O médico José Antônio de Mello, um dos autores da necropsia do cadáver de Manoel reafirma a versão de estrangulamento, não especificando como caso de auto estrangulamento.
Arquivo da CNV, CEV/SP, NUP: 00092.003018/2014-95	Sentença do Juiz Federal Jorge T. Flaquer Scartezzin, 17/12/1980	Justiça Federal – Seção de São Paulo.	Sentença do Juiz Federal Jorge T. Flaquer Scartezzin condenando a União pela morte de Manoel Fiel Filho.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0061_0008.	Audiência de Instrução e Julgamento, 17/12/1980, pp. 380-384.	Justiça Federal – Seção de São Paulo.	Depoimento de Geraldo Castro da Silva, no qual afirma ter ouvido Manoel ser torturado e possivelmente morto.
Arquivo da CNV, CEV/SP: 00092.003018/2014-95.	Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de tutela, 27/2/2009.	Ministério Público Federal.	Imputada culpabilidade nominal às pessoas que participaram da prisão ilícita, tortura e execução e ocultação das evidências que comprovariam o assassinato de Manoel, nas dependências do DOI/CODI – SP.
Arquivo da CNV, Laudo Pericial Indireto da Morte de Manoel Fiel Filho: 00092.002193/2014-65.	Laudo Pericial Indireto da Morte de Manoel Fiel Filho, 10/9/2014.	CNV.	Perícia realizada pela Comissão Nacional da Verdade, por meio de perito Saul de Castro Martins, acerca da morte de Manoel Fiel Filho, desconstruindo a versão de suicídio.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Thereza de Lourdes Martins Fiel, viúva da vítima Aparecida Cotrim (presa junto com a vítima).	BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça.	Circunstâncias da morte e denúncia da impunidade dos agentes.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Manoel Fiel Filho morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril 1964.

Recomenda-se a retificação do certidão de óbito de Manoel Fiel Filho, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002, p. 22; Arquivo CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Maurício Côrrea, em dezembro de 1993: 00092_000830_2012_05, p. 93.

ⁱⁱ BR_DFANBSB_AT0_0061_0008.

ⁱⁱⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0061_0008; Arquivo CNV, CEV/SP: 00092.003018/2014-95.

SIDNEY FIX MARQUES DOS SANTOS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Suzana Olga Fix Marques dos Santos e Cherubim Marques dos Santos

Data e local de nascimento: 20/1/1940, São Paulo (SP)

Atuação profissional: Programador

Organização política: PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista)

Data e local do desaparecimento: 15/2/1976, Buenos Aires, Argentina

BIOGRAFIA¹

Sidney Fix Marques dos Santos (1940-76) nasceu em São Paulo (SP). Dirigente do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), abandonou o Curso de Geologia da Universidade de São Paulo (USP) para dedicar-se à militância política, sendo o editor responsável pelo jornal *Frente Operária*. Ingressou na clandestinidade logo após o golpe militar de 1964, tendo seus direitos políticos cassados por dez anos em 27 de janeiro de 1967, em função do ato institucional nº 2 (AI-2). Em fins de 1972, Sidney Fix Marques dos Santos (codinome “Eduardo”) e sua esposa Leonor Elvira Cristalli (codinome “Suzana”) exilaram-se em Buenos Aires, Argentina, onde Fix trabalhou como programador da IBM. Em 15 de fevereiro de 1976, aos 36 anos de idade, Marques dos Santos desapareceu na capital argentina.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O desaparecimento de Sidney foi reconhecido pela Secretaria de Direitos Humanos, subordinada ao Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos da Argentina e registrado na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), sob o número 3.129. Não foi apresentado requerimento sobre o caso à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). O nome de Sidney Fix consta no livro *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964 – 1985)*. Para homenageá-lo, seu nome foi arrolado no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, na Argentina.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTOⁱⁱ

Documento do Itamaraty, classificado como “secreto urgentíssimo” e intitulado “Suposta prisão de brasileiro. Pedido de proteção consular. Sidney Fix Marques dos Santos” informa que seu pai, Cherubim Marques dos Santos, impetrou um *habeas corpus* à Justiça argentina em favor do filho:

[...] compareceu [...] a este consulado o senhor Cherubim Marques dos Santos para comunicar haver interposto recurso de *habeas corpus* em favor de seu filho, Sidney Fix Marques dos Santos, em virtude de comunicado recebido no Brasil de que esse teria sido detido em Buenos Aires [...] e se encontraria nas dependências da coordenação federal da polícia Argentina, fatos que teriam sido denegados pelo órgão em questão.

Suzana Olga Fix Marques dos Santos, mãe do brasileiro desaparecido, escreveu duas cartas ao então ministro das Relações Exteriores, embaixador Azeredo da Silveira, pedindo que este intermediasse junto às autoridades argentinas a fim de que o paradeiro de seu filho pudesse ser descoberto. Na primeira delas, também datada de 20 de fevereiro de 1976, ela relata:

Imediatamente após recebermos a notícia que Sidney não voltara para casa naquele dia 15, meu marido voou para Buenos Aires. Apuramos então, por intermédio de deputados argentinos, que Sidney fora preso por agentes da Superintendencia de Seguridad Federal. As autoridades, no entanto, recusam-se a fornecer qualquer informação sobre ele ou mesmo admitir sua prisão.

Outro documento do Consulado do Brasil em Buenos Aires, taxado como “secreto” e endereçado à Secretaria de Estado (telegrama nº 087, de 28 de fevereiro de 1976), relata:

[...] teve então conhecimento que o juiz federal, doutor Zafaroni, do juizado federal número dois, onde foi dada entrada pedido *[sic]* de *habeas corpus*, tendo dirigido autoridades abaixo relacionadas sobre eventual detenção de Sidney Fix Marques dos Santos, de todos recebeu resposta negativa. Foram consultados Ministério do Interior, comando das Forças Armadas e Superintendência de Segurança Federal. Foram posteriormente consultados, não tendo ainda respondido, o Governo da Província de Buenos Aires, e também os Serviços de Informação do Estado, Exército, Marinha e Aeronáutica.

Prontuário produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE) informa, na página 7, que Sidney Fix Marques dos Santos havia requisitado um passaporte, em 8 de janeiro de 1975, junto ao Consulado do Brasil em Buenos Aires. O passaporte brasileiro lhe daria direito a viajar para Américas do Norte, Central (exceto Cuba) e do Sul, além da Europa, Ásia, África e Oceania. Na página 6 do mesmo documento, encontra-se uma “ficha de controle” com os principais dados do brasileiro e a referência ao Pedido de Busca expedido contra ele. Nessa ficha, ele é considerado como “foragido”. Na página 9 consta a cópia do telex nº 905-8/102, com data de 24 de fevereiro de 1976, que é uma resposta enviada pelo então chefe responsável do CIE, coronel Carlos Pinto, sobre o apelo de seus pais ao Itamaraty:

Imprensa RJ e SP veicula noticiário sobre subversivo Sidney Fix Marques dos Santos, constando apelo seus pais ao Itamarati *[sic]* para que realize gestões junto gov RA para localizá-lo. Declaram ter mesmo desaparecido naquele país 15 fev 76. Ref subv foi objeto informação NR 1705/s-102 A6 deste centro, de 15 set 75.

O relatório da agência São Paulo do SNI evidencia que Marques dos Santos vinha sendo monitorado pelo menos desde 1973. À página 11 desse documento, os agentes da repressão informam que:

18 mar 73 – Prot.1468 – Relatório sobre reunião realizada no DOI, em 14 de março de 73, da qual consta informe Dops, segundo o qual SIDNEY FIX MARQUES DOS SANTOS, vivendo no exterior deseja voltar ao BRASIL.

No mesmo documento, à página 12, informa-se:

14 fev 74 – Prot.657 – Informe (A-1) 02-B, de 11 Fev 74, do SI/DEOPS/SP – Dá conta de ter recebido comunicação segundo a qual SIDNEY FIX MARQUES DOS SANTOS encontra-se na ARGENTINA.

O documento AC_ ACE_91957_76 do fundo SNI, produzido por agentes do CIE, informa, à página 8, que Marques dos Santos “casou-se com Leonor Elvira Cristalli, filha do comunista trotskista ‘Juan Posadas’, nome falso de Homero Romulo Cristalli” (página

8). Na página 1, comunica-se que Posadas foi substituído na direção da seção brasileira da IV Internacional por seu genro, Sidney, e sua filha, Leonor. (p. 1).

Carta de Sidney Fix a familiares, datada de 7 de agosto de 1975 – pouco mais de oito meses antes do golpe que depôs a presidente argentina Isabelita Perón em 24 de março de 1976 – comenta a crise política no país vizinho:

Se vai a uma definição inevitável a curto prazo. Há somente duas saídas históricas possíveis. Ou o “pinochetazo” (aqui teriam que fuzilar dez vezes o que os nazistas da Junta chilena fizeram no Chile), acabar com os sindicatos, fazer a gente comer capim – logicamente, como soem ser essas coisas, para “defender a Pátria”, a “civilização cristã” etc. Ou então uma democratização real e medidas contra os latifundiários, os monopólios, estatizações, formas de planificação da economia, mobilizar o esforço consciente do povo, que vejam que estão trabalhando para sua própria felicidade, não para engordar os parasitas. Nós estamos seguros que o caminho vai ser este último, que a direita não tem mais força, nem condições concretas para impor-se – começando pelo próprio exército, onde cada vez é maior a força dos setores dispostos a uma aliança militares-sindicatos para uma saída de tipo nacionalista-revolucionária. Há um desemprego tremendo e uma das consequências que eu já sofri diretamente é que perdi o meu... Mas o que é impressionante aqui é que não há desânimo, pessimismo nas pessoas, todas estão seguras que vão para a frente, de que se vai triunfar.

Na mesma carta, Sidney Fix narra os trâmites para conseguir o passaporte brasileiro. Carta de seu irmão Paulo Fixⁱⁱⁱ encontrada no Arquivo Nacional revela que a partida de Sidney para a Europa já estava acertada e que a família iria a Buenos Aires para se despedir.

Sidney Fix desapareceu antes que ele pudesse reencontrar sua esposa e filha na Itália. O documento ACE_ ACE_115300_78, do fundo SNI, produzido pelo CIE e intitulado “Regresso de grupos de asilados brasileiros” com anexo “Relação de exilados na Argentina: dados de qualificação e relação de nominados” informa, à página 12, que: “Em 15 de fevereiro de 1976, desapareceu em Buenos Aires, após sua prisão pela Polícia Federal argentina, segundo subversivos radicados na RA, teria sido morto pela AAA”. Não foi encontrado qualquer outro documento que indique que Marques da Silva possa ter sido sequestrado e morto pela Aliança Anticomunista Argentina (AAA). Ao contrário, em carta dirigida a seu filho Paulo, Cherubim Marques dos Santos expressa sua descrença na possibilidade de Sidney ter sido sequestrado por membros da AAA:

Aqui no Brasil estamos desenvolvendo grande campanha e estou esperando audiência com o ministro Azeredo da Silveira, no Itamaraty para o começo da próxima semana. Na Argentina, depois de quinze dias de verdadeira luta a única conclusão a que pudemos chegar – e que já é consoladora – é que seu irmão não deve estar nas mãos da AAA. Esta organização, pelo que soubemos lá, não aprisiona suas vítimas, matando-as imediatamente. Isto já representa para nós uma nesga de esperança e, tanto sua mãe como eu, acreditamos que ele, mais cedo ou mais tarde, irá aparecer com vida.

Em outra carta, desta vez endereçada à consulesa do Brasil em Buenos Aires, Ruth Maria Baião, Cherubim Marques dos Santos informa suas conclusões em relação aos motivos que levaram ao sequestro de seu filho.

O desenrolar dos acontecimentos argentinos, leva-me a conclusão de que meu filho – assim como outros elementos da esquerda – foi detido pelas Forças Armadas em virtude do “golpe” que se articulava.

A conclusão a que chega o pai de Sidney naquele momento é respaldada, anos depois, por um documento secreto do Exército argentino enviado ao prefeito naval do Atlântico Sul em que se indaga sobre brasileiros que tiveram solicitadas a suas capturas, entre eles Sidney Fix Marques dos Santos (página 6, item 37). O documento – que foi enviado para outros doze órgãos, inclusive a delegacia de Polícia Federal – é assinado pelo tenente Osvaldo Bernardino Paez, lotado no G-3 Comando subz 51.

IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DE DESAPARECIMENTO

Rua Canning, Buenos Aires, Argentina

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de Comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte ou desaparecimento

Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general-de-Exército Ernesto Beckmann Geisel.

Chefe do CIE: general-de-Brigada Antônio da Silva Campos

Chefe do Centro de Informações do Exterior: Octavio José de Almeida Goulart

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias da morte ou desaparecimento

Identificação da fonte documental (fundo e referência)	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes para o caso
Arquivo Nacional, SNI: AC_ ACE_91957_76	Informações sobre Sidney Fix. 25/2/1976	Compilações feitas pelo SNI de documentos do DOPS/SP.	Monitoramento da vida de Sidney Fix.
Arquivo Nacional, SNI ACE_ ACE_115300_78	Regresso de grupos de asilados brasileiros (1976)	SNI	Informa que Sidney Fix desapareceu em Buenos Aires, após sua prisão pela Polícia Federal argentina e que teria sido morto pela AAA.
Arquivo Nacional, SIAN, BR RJANRIO_XX GJ	Documento secreto do Exército argentino	Ejército Argentino	Documento secreto do Exército argentino enviado ao prefeito naval do Atlântico Sul em que se indaga sobre brasileiros que tiveram solicitadas a suas capturas, entre eles Sidney Fix Marques dos Santos
Arquivo Nacional, SIAN, BR RJANRIO,XX GJ.	Telegrama 61100 (“Suposta prisão de brasileiro. Pedido de proteção consular. Sidney Fix Marques dos Santos”) 20/2/1976.	Itamaraty	Informa que seu pai, Cherubim Marques dos Santos, impetrou um <i>habeas corpus</i> à Justiça argentina em favor do filho
Arquivo Nacional, SIDNEY FIX: BR_ RJANRIO_ GJ_0_0_002_d0007de0017	Carta do pai de Sidney Fix 04/3/1976		O Sr. Cherubim conclui que seu filho não estava nas mãos da AAA.
Arquivo Nacional, SIDNEY FIX: BR_ RJANRIO_ GJ_0_0_0002_d0003de0017	Carta pessoal, 06/2/1986		Informações dadas pelo argentino Eduardo Scaparti que diz ter visto Sidney ser levado para interrogatório e não mais retornado.
Arquivo Nacional, SNI: APA_ ACE_1398_80	Abaixo Assinado. 23/4/1980	SNI/Porto Alegre	Abaixo Assinado dirigido ao Presidente Geisel pedindo explicações sobre o paradeiro de Sidney.
Arquivo Nacional, SIAN, BR RJANRIO_XX GJ.	Denúncia nº 3.129	CONADEP	A denúncia do desaparecimento forçado de Sidney Fix

Formatado: Português (Brasil)

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA O CASO

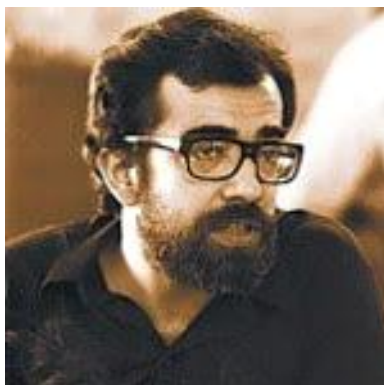
Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que Sidney Fix Marques dos Santos, desapareceu em 1976, após ser preso por agentes das forças repressivas do Estado argentino no marco da coordenação repressiva empreendida por autoridades brasileiras e argentinas, na denominada *Operação Condor*.

Recomenda-se a retificação do certidão de óbito Sidney Fix Marques dos Santos, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, localização de seus restos mortais, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos

ⁱ Arquivo Nacional, SNI: ACT_ACE_1701_81, p. 12, 18 e 20; Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_91957_76, p. 5. Arquivo Nacional, SNI, ARJ_ACE_5550_81_0004, p. 20. Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985). 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

ⁱⁱ Arquivo Nacional, SIAN, BR RJANRIO_XX GJ. Telegrama 61100. Do Consulado brasileiro em Buenos Aires para Secretaria de Estado, de 20/2/1976. Arquivo Nacional, CIEX/MRE, BR_RJANRIO_GJ_0_0_002_d0005de0017. Arquivo Nacional, SNI, AC_ACE_91957_76. Arquivo Nacional, SNI, AC_ACE_001701_81. Arquivo Nacional, CIEX/MRE, BR_RJANRIO_GJ_0_0_002_d0002de0017. Arquivo Nacional, CIEX/MRE, BR_RJANRIO_GJ_0_0_002_d0002de0003. Arquivo Nacional, SIAN, BR RJANRIO_XX GJ.

FRANCISCO TENÓRIO CERQUEIRA JUNIOR



DADOS PESSOAIS

Filiação: Alcina Lourenço Cerqueira e Francisco Tenório Cerqueira

Data e local de nascimento: 4/7/1940, Rio de Janeiro (RJ)

Atuação profissional: músico

Organização política: não se aplica

Data e local de desaparecimento: 18/3/1976, Buenos Aires (Argentina)

BIOGRAFIAⁱ

Francisco Tenório Cerqueira Junior nasceu no dia 4 de julho de 1940 no Rio de Janeiro. É filho de Francisco Tenório Cerqueira e Alcina Lourenço Cerqueira. Tenório Júnior iniciou sua carreira artística aos quinze anos, quando estudava acordeão e violão. Posteriormente dedicou-se ao piano, instrumento com o qual fez fama no universo musical. Compôs músicas, lançou discos, participou de vários festivais e realizou turnês no Brasil e no exterior, ao lado de consagrados nomes da música brasileira. Na década de 1970 tornou-se um dos mais requintados artistas, no Brasil.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Por determinação da Lei nº 9.140/95, conforme consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I da referida lei, Francisco Tenório Cerqueira Junior foi reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido político. Em 1997, a Secretaria de Direitos Humanos Argentina reconheceu a responsabilidade do Estado argentino pelo desaparecimento de Tenório. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República deferiu o pedido de indenização requerido por sua família em 12 de dezembro de 2002. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)* e no livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. No dia 11 de outubro de

2006, o juiz Alfredo França Neto acolheu parcialmente a demanda que havia sido apresentada pela família de Francisco Tenório no ano de 1997 (ação condenatória nº 97.0072254-6) contra o Estado brasileiro e condenou a União a pagar aos autores reparação pelos danos materiais causados e também “como forma de compensação pela angústia e pelo sofrimento”. Em homenagem a Francisco Tenório Cerqueira Junior, seu nome foi inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires (Argentina).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE ⁱⁱ

Em 1976, Tenorinho – como era conhecido Tenório Júnior – acompanhava os músicos Toquinho e Vinícius de Moraes em uma turnê pela América do Sul, com apresentações em Buenos Aires, Argentina, e shows que se estenderiam a Punta del Este e Montevidéu, no Uruguai. Na capital argentina, na madrugada de 18 de março, exatamente seis dias antes do golpe militar que derrubou a presidente María Estela Martínez Perón (Isabelita), Tenório Júnior saiu de onde estava hospedado – o Hotel Normandie, situado na esquina da avenida Sarmiento com a rua Rodriguez Peña – quando foi detido em blitz na avenida Corrientes, a uma quadra de seu hotel, e levado para a delegacia da Polícia Federal Argentina nº5, na rua Lavalle, esquina com Riobamba, no centro de Buenos Aires.

O relatório *Víctimas del Terrorismo de Estado. Informe de la Comisión Provincial por la Memoria (Argentina) para la Comisión Nacional de la Verdad de Brasil* informa que o primeiro dossiê arquivado como “S/ PARADERO ciudadano brasileño FRANCISCO TENORIO CERQUEIRA” (Mesa ‘DS’ varios nºs 14.387) está datado de 1º de agosto de 1976, na *Jefatura III*, originado por um pedido do paradeiro de Cerqueira Júnior vindo do Consulado-Geral do Brasil. O funcionário do consulado Manoel Rodriguez Pineda “indagou se existiam nessa Jefatura antecedentes relacionados com o desaparecimento de Cerqueira Júnior”. O secretário-geral da Polícia da Província de Buenos Aires respondeu ao consulado que depois “da investigação realizada por esta Jefatura, pode-se determinar que o nominado não se acha nem esteve detido no âmbito desta polícia”. Em depoimento dado à CNV, em 28 de abril de 2012, o ex-agente argentino do Grupo de Tarefas do Servicio de Información Naval, Claudio Vallejos, afirmou ter participado da captura de Tenório Júnior e que o teria levado para a Escuela de Mecanica de la Armada (ESMA).

Informação para o Subsecretário de Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores, do ano de 2006, disponível no Arquivo Nacional traz anexado trecho de relato do funcionário do Consulado do Brasil em Buenos Aires, Manoel Rodriguez Pineda, que descreve buscas realizadas junto ao Corpo de Infantaria Motorizada, na cidade de La Plata, Argentina, onde aparentemente Francisco Tenório Júnior teria sido visto por enfermeiros do Comando de Operações Policiais, que habitualmente ali realizavam visitas para avaliar as condições de saúde dos detentos. Apesar da insistência de Pineda em obter informações sobre a prisão de Tenório, foi-lhe dito por um oficial argentino de nome major Fleitas, que ele “não poderia autorizar a identificação do detido em virtude de ser sua função outra e que, no caso, o Consulado ou a Embaixada é que deve dirigir-se ao Ministério de Relações Exteriores e Culto para lograr esse objetivo”. As buscas por Tenório, no entanto, não puderam ter seguimento em razão do contexto de intensa repressão na Argentina e no Brasil no ano de 1976.

À época, o diplomata Marcos Henrique Camillo Cortes ocupava a função de ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, sendo considerado o “homem forte da Embaixada”. Cortes chefiara o CIEEX de 1966 a 1968. Havia servido sob as ordens do embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., o idealizador do CIEEX, na Embaixada do Brasil em Montevidéu e depois na Secretaria-Geral do MRE. Segundo entrevistas do agente argentino Claudio Vallejos à imprensa brasileira no ano de 1986, Cortes teria atuado no episódio do desaparecimento de Tenório de forma conivente com as forças argentinas de repressão.

Ouvido pela CNV em 19 de fevereiro de 2014, o embaixador Marcos Cortes negou a versão veiculada por Vallejos em suas declarações à revista *Senhor*, nº 270 de 20 de maio de 1986. Negou que houvesse visitado em algum momento a ESMA e disse que jamais encontrou o almirante Rubén Jacinto Chamorro, seu comandante. Cortes conjecturou que na Embaixada brasileira, nem sequer o adido naval teria contato direto com a ESMA. Tal afirmação entra em contradição com depoimento de Amalia Larralde referido no relatório da CONADEP, onde se lê: “*En febrero/marzo de 1979, el G.T. de la ESMA organiza un ‘Curso de Lucha Antisubversiva’, al que fueron invitados represores de Latinoamérica. Este curso tuvo lugar en la Escuela de Guerra Naval que queda dentro del predio ocupado por la ESMA. A este curso van torturadores del Uruguay, Paraguay, Bolivia, Nicaragua y si mal no recuerdo de Brasil y Guatemala*”.

A CNV também ouviu, em 22 de maio de 2014, a Sra. Carmen Magalhães Tenório Cerqueira, a viúva de Francisco Tenório Cerqueira Junior, e o Dr. Marlan de Moraes Marinho Junior, o advogado da família.ⁱⁱⁱ Foi aquela a primeira vez – frisou a viúva – em que a família pôde apresentar sua versão dos fatos a um órgão governamental brasileiro. Sobre as circunstâncias do desaparecimento de Tenório Júnior, confirmou que só dez anos depois daquele infausto acontecimento, com reportagem da revista *Senhor*, precitada, teve informações mais pormenorizadas acerca da morte de seu marido. Outra fonte de informação da família foram as reportagens do jornal carioca *Tribuna da Imprensa* que circulou nos dias 19, 20 e 21 de abril de 1986, com declarações de Vallejos sobre Tenorinho e outros brasileiros presos, torturados e mortos na Argentina durante a última ditadura militar. Nelas, Vallejos apontou os generais Newton Cruz, Otávio de Medeiros, Euclides de Figueiredo e Homem de Carvalho como os militares brasileiros mais bem informados sobre a conexão repressiva Brasil-Argentina no período da Operação Condor.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Escola de Mecânica da Armada (ESMA), Buenos Aires (Argentina).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.2. Embaixada do Brasil em Buenos Aires

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro das Relações Exteriores: Antônio Francisco Azeredo da Silveira

Embaixador do Brasil na Argentina: Claudio Garcia de Souza

Ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil em Buenos Aires: Marcos Henrique Camillo Cortes

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Claudio Vallejos.	Grupo de Tarefas do Servicio de			Buenos Aires.	Arquivo da CNV: 00092.000309/2013-41.

Información Naval.				
--------------------	--	--	--	--

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0035_0001, p.105.	História sobre a prisão, tortura e morte de Tenório Júnior (cópia do Relato de Claudio Vallejos), de 1986.	CEMDP.	Relata as circunstâncias do desaparecimento de Francisco Tenório Cerqueira Júnior.
Arquivo da CNV: 00092.001405/2014-97.	Víctimas del Terrorismo de Estado. Informe de la Comisión Provincial por la Memoria (Argentina) para la Comisión Nacional de la Verdad de Brasil.		Informa que o primeiro dossiê arquivado como “S/ PARADERO ciudadano brasileño FRANCISCO TENORIO CERQUEIRA” (Mesa ‘DS’ varios n ^{os} 14.387) está datado de 1 ^o de agosto de 1976, na <i>Jefatura II</i> .
Arquivo Nacional, CIEX/MRE, BR_DFANBSB_ATO_0035_0002.	Informação para o Subsecretário de Assuntos Políticos do Ministério das Relações (2006).		Relato do funcionário do Consulado do Brasil em Buenos Aires, que descreve buscas realizadas junto ao Corpo de Infantaria Motorizada, na cidade de La Plata, Argentina.
Arquivo Nacional,	A história oficial,	CEMDP.	Entrevista do ex-torturador

CEMDP: BR_DFANBSB_AT0 _0035_0001, p.107, 115.	de 1986.		argentino Claudio Vallejos no qual ele esclarece as circunstâncias da morte de Francisco Tenório.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0 _0035_0002.	Processo 074/02, de 12/12/2002.	Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.	Relata as circunstâncias do sequestro; Traz, anexado, documentos pessoais do violado.
Arquivo CNV: 000092_001405_2014 _97.	Víctimas del Terrorismo de Estado. Informe de la Comisión Provincial por la Memoria (Argentina) para la Comisión de la Verdad de Brasil. Junho de 2014.	Comisión Provincial por la Memoria (Argentina).	Documento que apresenta a data e circunstâncias do desaparecimento da vítima.
Arquivo CNV: 00092.002598/2014- 01.	Causa n° 10.961/2011 Fiscalnet 34442 Jdo. Fed. 7 Sec. 13, DE 28/2/2012.	Justicia Federal de Argentina, Fiscalía Nacional en lo Criminal y Correccional Federal n° 10.	Informa sobre local e data do desaparecimento e morte da vítima. Identifica o sequestro, prisão e desaparecimento forçado como ação da Operação Condor.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Carmen Magalhães Tenório Cerqueira.	Arquivo CNV: 00092_001156_2014_30.	Apresentou a versão da família sobre o desaparecimento de Francisco Tenório.
Tenório Cerqueira Junior.	Arquivo CNV: 00092_001156_2014_30.	Apresentou a versão da família sobre o desaparecimento de Francisco Tenório.
Marlan de Moraes Marinho Junior.	Arquivo CNV: 00092_001156_2014_30.	Apresentou a versão da família sobre o desaparecimento de Francisco Tenório.

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do Depoente	Fonte	Informações relevantes
Ex-agente argentino do Grupo de Tarefas do Servicio de Información Naval Claudio Vallejos.	Arquivo da CNV: 00092.000309/2013-41.	Afirmou ter participado da captura de Tenório Júnior e que o teria levado para a Escuela de Mecanica de la Armada (ESMA).
Diplomata Marcos Cortes.	Arquivo da CNV: 00092.000957/2014-88.	Negou a versão apresentada por Vallejos.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Francisco Tenório Cerqueira Junior desapareceu em 1976, após ser preso por agentes das forças repressivas do Estado argentino no marco da coordenação repressiva empreendida por autoridades brasileiras e argentinas, na denominada *Operação Condor*.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do desaparecimento de Francisco Tenório Cerqueira Junior, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo da CNV, 00092.001405/2014-97.

ⁱⁱ Arquivo da CNV, 00092.000309/2013-41; Arquivo Nacional, CIEX/MRE, BR_ - DFANBSB_ATO_0035_0002. Arquivo da CNV, 00092.000957/2014-88; Legajo nº 3673; Arquivo CNV, 00092.001156/2014-30.

ⁱⁱⁱ Arquivo da CNV: 00092_001156_2014_30.

ARY CABRERA PRATES



DADOS PESSOAIS

Filiação: Doraline Prates de Cabrera e Tomás Cabrera

Data e local de nascimento: 10/9/1931, Riviera (Uruguai)

Organização política: Resistencia Obrero Estudiantil (ROE), Partido por la Victoria del Pueblo (PVP)

Atuação profissional: bancário e carpinteiro

Data e local de desaparecimento: 5/4/1976

BIOGRAFIA

Ary Cabrera Prates nasceu em 10 de setembro de 1931, em Rivera, no norte do Uruguai, na fronteira com a cidade brasileira de Livramento. Filho de pai uruguaio e mãe brasileira, Ary era o quinto filho de sete irmãos. Foi casado com Gladys Esteve e teve duas filhas, Selva e Adriana. Estudou carpintaria na Universidade do Trabalho do Uruguai (UTU) e exerceu essa atividade profissionalmente. Mais tarde, ingressou no Banco do Brasil, trabalhou como bancário e iniciou sua militância na Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay (AEBU), motivo pelo qual se tornaria visado pelos órgãos de repressão.

Documento do Ciex, de 12 de julho de 1968ⁱ, revela que Ary Cabrera foi preso pela primeira vez durante uma reunião com “cinquenta e um bancários e um professor de ensino médio” que acontecia na escola pública 171, em “Villa Garcia, no km 21 do Camino Maldonado, Montevideu” no dia 29 de junho de 1968, quando foi conduzido para o 4º Batalhão de Infantaria. Outro documento do Ciex, de 12 de julho de 1968, confirma a detenção de Ary Cabrera e de dois colegas do Banco do Brasil, Ruben Júlio Vaneiro Roso e Luis Alberto Chemi de Mello, “que teriam sido posteriormente liberados”.ⁱⁱ

Dois anos depois, em 1970, foi preso novamente enquanto trabalhava, acusado de continuar sua atividade no AEBU. Documento do Ciex, de 21 de outubro de 1971, relata que a agência do Banco do Brasil em Montevideu tinha “70 funcionários, dos quais 67 uruguaios” e, entre esses pelo menos “12 (doze) elementos ligados mais ou menos profundamente às esquerdas”. Observa que “a eventual dispensa do pessoal de esquerda provocaria represálias sindicais que poderiam levar à paralização do banco”, mas que “nada impe[*dia*] que a direção do estabelecimento neutrali[*za*]se os referidos funcionários, retirando-os de postos de importância ou mesmo concedendo-lhes função remunerada”. O documento identifica Ary Cabrera como “dirigente sindicalista, comunista, detido várias vezes” e revela que ele manteve contato com os funcionários do Banco do Brasil.ⁱⁱⁱ

Em 1973, já sob vigilância permanente, mudou-se para Buenos Aires, onde começou a militar na organização Resistência Obrera Estudantil (ROE). Em julho de 1975, participou do congresso de formação do Partido de la Victoria del Pueblo (PVP) em Buenos Aires. Conhecido na militância com os codinomes de ‘Brasileño’, ‘Juan’, ‘El Viejo’, ‘Dorrego’ e ‘Lavalleja’, desapareceu na capital portenha em 5 de abril de 1976, com 44 anos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Ary Cabrera Prates está inscrito no monumento às vítimas de terrorismo do Estado argentino no Parque da Memória, às margens do rio da Prata, em Buenos Aires. A Secretaria Especial de Direitos Humanos o incluiu no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Ary Cabrera Prates desapareceu no dia 5 de abril de 1976, depois de ter sido detido por efetivos combinados do Exército argentino e forças de segurança uruguaias na sua casa à rua H. Almería, nº 719, em Tropezon, província de Buenos Aires. O desaparecimento foi denunciado na Argentina por sua filha, Adriana Cabrera, à Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep). Gladis Esteve, sua esposa, diante da Conadep, informou sobre a investigação que havia realizado:

Transcorrido um tempo, viajei a Buenos Aires para realizar averiguações no que fora seu domicílio e seus arredores. Terceiros desconhecidos me informaram

que nos primeiros dias do mês de abril de 1976 houve um procedimento na casa (...) realizado por pessoas com uniforme do Exército argentino durante a madrugada. Nessa ação houve um tiroteio no qual caiu ferida uma pessoa que morava na casa. A casa foi vigiada durante vários dias por agentes da Polícia Federal sem que novas ações acontecessem.^{iv}

Há, também para a Conadep, o testemunho de Ricardo Gil, no qual afirmou:

Minha detenção se deu em 28 de março de 1976. Na primeira semana de abril desse mesmo ano, eu já estando no Regimento nº 13 da Infantaria, me disseram que ali estava detido Ary Cabrera e me apresentaram elementos que sinalizavam que efetivamente era assim. Mostraram-me objetos pessoais dele e me interrogaram sobre atividades realizadas em conjunto com ele e me fizeram perguntas sobre sua saúde, em particular sobre os problemas cardíacos que ele tinha. Poucos dias depois foi-me informado que o seu problema de coração havia comprometido sua vida nos interrogatórios. As pessoas que me interrogaram disseram que também o haviam interrogado na Argentina. Perguntaram-me, muito preocupados, sobre o seu problema de coração, pois ele estava padecendo de um sério problema de saúde por causa dos interrogatórios. Posteriormente pude confirmar que não somente Cabrera esteve detido, mas também que nunca mais apareceu. Como disse, isso aconteceu no início do mês de abril.^v

Ary Cabrera Prates passou pelo centro clandestino de detenção Automotores Orletti, localizado em uma oficina mecânica na rua Venancio Flores, 3521, bairro Floresta, em Buenos Aires. Nesse centro – que era comandado pelo general Otto Paladino, então chefe da Secretaría de Inteligencia de Estado (SIDE), em coordenação com o Exército argentino e militares uruguaios – Cabrera foi possivelmente torturado. Segundo o relatório Conadep, Ary Cabrera foi possivelmente uma das vítimas do “voo da morte” da Argentina para o Uruguai, em 5 de outubro de 1976, no qual os presos políticos eram sedados e lançados nas águas do rio da Prata.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Rua H. Almería, nº 719, em El Tropezon, Província de Buenos Aires, Argentina.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo da CNV: 00092.003365/2014-18.	‘CABRERA PRATES, ARY’, 24/4/2013.	<i>Secretaría de Derechos Humanos para el</i>	Trajectoria de Ary Cabrera Prates. Contém também os testemunhos de Gladis Esteve e

		<i>Pasado Recente.</i>	Ricardo Gil.
Arquivo Nacional, CIEX: BR- _AN_BSB_IE- 006_005 CIEX, no. 151, p. 63.	‘Célula esquerdista na Agência Montevideu do Banco do Brasil S.A.’, 27/5/1971.	CIEX.	Confirma a detenção de Ary Cabrera Prates junto com Ruben Júlio Vaneiro Roso e Luis Alberto Chemi de Mello, todos funcionários do Banco do Brasil.
Arquivo Nacional, CIEX: BR- _AN_BSB_IE_003_007, CIEX no. 373, pp.1-2.	‘Uruguai. Atividades subversivas e sindicais’, 12/7/1968.	CIEX.	Detalhes sobre reunião clandestina em escola da Villa García, com a participação de 51 bancários e um professor do ensino médio. Lista de nomes dos participantes.
Acervo Documental MJDH: AC_ACE_40552_71	‘Banco do Brasil, Montevideu, funcionários de esquerda’, 21/10/1971.	Ciex.	Informação sobre o número de funcionários, a proporção uruguaia, e sobre os funcionários “de esquerda” da agência do Banco do Brasil em Montevideu.
Arquivo Nacional, CIEX: BR- AN_BSB_IE_07_002, p. 42.	‘Resposta ao PB no 117/CISA-BR’, 1º/10/1971.	CIEX.	Informação do CISA sobre o envolvimento de Ary Cabrera Prates no AEBU.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Ary Cabrera Prates foi torturado e executado por agentes do Estado argentino e uruguaio, no quadro da Operação Condor.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a localização de seus restos mortais, identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional: BR_AN_BSB_IE_006_005, CIEX no. 151, 27/7/1971 (Célula esquerdista na Agência Montevideu do Banco do Brasil S. A.).

ⁱⁱ Arquivo Nacional: BR_AN_BSB_IE_003_007, CIEX no. 373, pp. 1-2, 12/7/68 (*Uruguai. Atividades subversivas e sindicais*).

ⁱⁱⁱ Arquivo Documental MJDH: CIEX, AC_ACE_40552_71 (*Banco do Brasil, Montevideu. Funcionários de esquerda*)

^{iv} URUGUAI. Secretaría de Derechos Humanos para el Pasado Reciente. 'Prates, Ary Cabrera', tradução nossa. Disponível em:

<http://sdh.gub.uy/inicio/documentos/fichas_de_desaparecidos/argentina/cabreras_prates_ary>.

^v Idem.

SÉRGIO FERNANDO TULA SILBERBERG



DADOS PESSOAIS

Filiação: Bertha Silberberg e Atílio Tomás Tula

Data e local de nascimento: 29/3/1955, Rio de Janeiro (RJ)

Atuação profissional: professor de Educação Física

Organização política: não se aplica

Data e local de desaparecimento: 8/4/1976, Buenos Aires, Argentina

BIOGRAFIA

Nascido no Rio de Janeiro, Sérgio Fernando Tula Silberberg era filho de cidadãos argentinos. Nesse país, realizou toda a sua formação escolar. Sérgio foi aluno do Colégio Nacional nº 8 *Tte. Gral Julio A. Roca* e, posteriormente, cursou Educação Física no Instituto Superior de Educação Física - Dr. Enrique Romero Brest. Na capital portenha, atuou como professor, seguindo a carreira dos pais, no campo da educação. Sérgio Fernando Tula Silberberg desapareceu no dia 8 de abril de 1976 em circunstâncias ainda não esclarecidas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Sérgio Fernando Tula Silberberg consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. No âmbito do Programa *Baldosas X la Memoria*, iniciado em 2005, seu nome – junto com outros nomes de professores e alunos desaparecidos durante o regime militar – foi homenageado pelo Instituto Superior de Educação Física nº 1, Dr. Enrique Romero Brest.

Em 2006, Sérgio Fernando Tula Silberberg foi homenageado no Museu Histórico Cornélio de Saavedra, no bairro Saavedra na capital argentina, a propósito da exposição de obras de artistas plásticos com o tema do terror dos anos da ditadura. O nome de Sérgio Fernando consta também do relatório *Víctimas del Terrorismo de Estado*, elaborado pela *Comisión*

Provincial por la Memoria da Argentina que foi entregue à Comissão Nacional da Verdade (CNV) do Brasil no ano de 2014.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Sérgio Fernando Tula tinha 21 anos de idade quando foi sequestrado por agentes do Estado argentino na cidade de Buenos Aires, na madrugada do dia 8 de abril de 1976. Apesar dos esforços realizados, não foi possível esclarecer a dinâmica dos eventos que culminaram no desaparecimento de Sérgio. De acordo com informações fornecidas à Comissão Nacional da Verdade do Brasil (CNV) pela *Comisión Provincial por la Memoria da Argentina*, no relatório *Víctimas del Terrorismo de Estado*, Sérgio teria sido sequestrado pelas Forças Armadas argentinas e levado para o Centro Clandestino de Detenção Campo de Mayo. Diante da privação de liberdade, da suposta morte e da ausência de identificação plena de seus restos mortais, a Comissão Nacional da Verdade, ao conferir tratamento jurídico mais adequado ao caso, entende que Sérgio Fernando Tula Silberberg, até a presente data, permanece desaparecido. Sérgio Fernando Tula Silberberg não mais foi visto desde 8 de abril de 1976, em decorrência das práticas ilegais e arbitrárias em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pelas ditaduras implantadas no Cone Sul e permanece até a presente data desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Até o momento a documentação disponível sobre o caso não permite identificar com precisão o local do desaparecimento.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, DSI-MRE. BR_DFANBSB_Z4_DPN_BRA_BEX_0043. P.103-106; 112.	Telex Ministério das Relações Exteriores (7/11/2014).	DSI-MRE.	Apresenta intercâmbio de notas dentro do Ministério

			das Relações Exteriores, solicitando informações relativas ao paradeiro de Sérgio Fernando Tula Silberberg.
Arquivo CNV: 00092.000773/2014-18, Legajo 03008.	S/T. Coletânea de fichas e outros.	Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (CONADEP).	Informações gerais sobre o caso. Correspondências, pedidos familiares de esclarecimentos e <i>Habeas Corpus</i> .

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Sérgio Fernando Tula Silberberg desapareceu em 8 de abril de 1976, em decorrência das práticas ilegais e arbitrárias, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pelas ditaduras implantadas no Cone Sul.

Recomenda-se a continuidade dos esforços para identificar as circunstâncias do desaparecimento forçado de Sérgio Fernando Silberberg, com vistas à responsabilização dos agentes envolvidos e localização dos seus restos mortais.

MARIA REGINA MARCONDES PINTO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Iracy Ivette Marcondes Pinto e Benedito Rodrigues Pinto

Data e local de nascimento: 17/7/1946, Cruzeiro (SP).

Atuação profissional: bancária e estudante

Organização política: Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR)

Data e local de desaparecimento: 10/4/1976, em Buenos Aires, Argentina.

BIOGRAFIA

Maria Regina Marcondes Pinto trabalhava como bancária e fazia o curso noturno de Ciências Sociais em São Paulo. Entre 1969 e 1970, viajou para Paris legalmente, para encontrar-se com seu companheiro, Emir Sader, que havia se mudado para o país europeu em decorrência da perseguição política que sofria no Brasil. Após seis meses na capital francesa, tentaram retornar ao Brasil. Entretanto, diante da prisão de um grupo de militantes liderados por Luiz Eduardo da Rocha Merlino, foram para Santiago, no Chile, onde passaram a integrar o Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR). Após o golpe contra Salvador Allende, Maria Regina foi detida na 'Comisaría de Policía de Ñuñoa' em Santiago do Chile. Mudou-se depois para Buenos Aires para encontrar-se com Emir e auxiliar nas atividades do MIR na Argentina. Além da militância política, Maria Regina trabalhava como professora de português na escola Berlitz e cursava Psicologia.¹ Maria Regina Marcondes Pinto desapareceu em Buenos Aires em 10 de abril de 1976, mesmo dia do desaparecimento de Edgardo Enriquez Espinosa, líder do MIR chileno.

CONSIDERAÇÃO SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Após o desaparecimento de Maria Regina, sua mãe registrou denúncia na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, que foi protocolada com o número 3.089. A responsabilidade pelo seu desaparecimento foi reconhecida pelo Estado argentino, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos. Maria Regina foi homenageada em Buenos Aires e seu nome foi relacionado no monumento do Parque da Memória. Não foi apresentado requerimento sobre o caso à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO

Maria Regina Marcondes Pinto desapareceu no dia 10 de abril de 1976, em Buenos Aires, Argentina. Como tantos outros brasileiros que viviam no exterior, Maria Regina estava sob constante vigilância das forças de repressão do Brasil. Em 29 de novembro de 1972 foi expedido pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI-MRE) o Pedido de Busca (PB) nº 2.196 contra Maria Regina Marcondes Pinto, conforme consta na ficha da brasileira na DSI-MRE. O mesmo documento menciona a existência do ofício nº 313, do Consulado-Geral em Santiago, solicitando informações sobre a Maria Regina. Também registra a troca de despacho telegráfico entre o Consulado brasileiro em Santiago e a Embaixada do Brasil no Panamá. O título do despacho é: “Brasileiros no Chile – saída para outros países”. É importante enfatizar que, após o golpe no Chile, vários brasileiros buscaram refúgio na Embaixada panamenha e de lá conseguiram asilo em outros países – entre eles Maria Regina Marcondes Pinto.

Nos arquivos da ditadura brasileira, não foram localizadas informações sobre o período em que Maria Regina Marcondes Pinto viveu na Argentina após sair do Chile, quando ocorreu o golpe contra Salvador Allende, em setembro de 1973. O Relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao Ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, informa sobre Maria Regina: “ABR/73, exilada no Chile de 1970 a 1973 e na Argentina desde 1973, desapareceu após ser sequestrada, em companhia do chileno EDGARDO ENRÍQUEZ ESPINOZA (DOU nº 60, de 28/03/81 – DOU-SP)”. Por sua vez, o Relatório do Ministério do Exército, também de 1993, registra que: “Em 8 de abril de

1976, foi presa na ARGENTINA, juntamente com EDGARDO ENRÍQUEZ, membro da Comissão Política do MIR chileno, quando cumpria tarefas ligas as atividades subversivas naquele país”.ⁱⁱ

Sobre a informação vinda do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) a respeito de uma possível internação de Maria Regina em clínica psiquiátrica da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), em Santiago, Emir Sader declarou à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva que, de posse do endereço dessa clínica, viajara clandestinamente de volta à capital chilena, onde verificou que o local apontado, “não era nada e ninguém nada sabia de alguma coisa que pudesse ser uma clínica psiquiátrica”.ⁱⁱⁱ

No ano de 1994, o deputado Nilmário Miranda, no âmbito das atividades da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, enviou requerimento de informações ao Ministério do Exército indagando sobre as fontes das informações sobre Maria Regina Marcondes Pinto e outros mortos e desaparecidos, mas não houve resposta das Forças Armadas a respeito do assunto.

Investigações posteriores realizadas pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) definiram que a execução do chileno Edgardo Enríquez ocorreu no dia 10 de abril de 1976, em Buenos Aires. Foram localizadas fichas datiloscópicas de Enríquez no hospital Pirovano, de Buenos Aires, onde faleceu alvejado por disparos de arma de fogo. Foram também localizados documentos sobre o sepultamento de Enríquez no cemitério da Chacarita, com nome falso, mas descobriu-se que seus restos mortais haviam sido removidos para um ossuário geral, onde não puderam ser identificados.

Presume-se que Maria Regina Marcondes Pinto tenha sido sequestrada em Buenos Aires no mesmo dia 10 de abril em que Edgardo Enríquez foi executado. Maria Regina residia em um apartamento a poucas quadras do local onde Enríquez foi recolhido e levado para o hospital, mas não existem testemunhos ou documentos que forneçam detalhes mais precisos sobre as circunstâncias de seu sequestro e desaparecimento em Buenos Aires.

Um documento da CIA intitulado *Weekly Summary*, de 2 de julho de 1976,^{iv} parcialmente desclassificado e que confirma que Edgardo Enríquez foi preso em Buenos Aires no dia 10 de abril, traz também a informação de que, enquanto isso

(“*meanwhile*”), foi entregue pela Argentina às autoridades chilenas “*a Brazilian political exile wanted by Santiago*” – um(a) exilado(a) brasileiro(a) procurado(a) em Santiago. O fato de o documento estar apenas parcialmente desclassificado pela CIA e estar tarjado em várias de suas passagens não permite que se avance no esclarecimento dessa grave violação de direitos humanos cometida contra uma cidadã brasileira no exterior.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO

Buenos Aires, Argentina.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de desaparecimento

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_9323_80 pp. 2-3.	Informe nº 2084/31/AC/80, 25/8/1980.	Serviço Nacional de Informações (SNI) - Agência Central (AC).	Relação de Brasileiros desaparecidos na Argentina. Em nota lamentam a falta de informação sobre Maria Regina.
Arquivo Nacional, SNI/CISA: AC_ACE_94323_76 pp. 2-3.	Semana de informação sobre América Latina.	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (RJ).	Documento indica que Maria Regina teria sido detida na Argentina em 08/04/1976, mostra que ela estava na companhia de Edgardo Enriquez chileno dirigente do MIR.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_Z4_R EX_IPE_0140.	Atividades cubanas em águas territoriais guianeses. Fornecimento de armas.	Divisão de Segurança e Informações (SNI) – Ministério das Relações Exteriores (MRE).	Atividades cubanas em águas territoriais guianeses. Fornecimento de armas.
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_94407_76 pp. 2-6.	MEMO Nº 1621.	Serviço Nacional de Informações (SNI) - Agência Central (AC).	Telegramas pedindo mais esclarecimento sobre desaparecimento de Maria Regina e providências sobre seu repatriamento a pedido do Presidente da República.
Arquivo Nacional, CIEX-MRE: BR_AN_BSB_IE_011_003, pp. 2-3.	Comitê Nacional de Ajuda.	Ministério das Relações Exteriores – Central de Inteligência do Exterior (CIEX).	Edgardo Enriquez estava detido na ilha Dowson, ao sul de Punta Arenas com mais 34 políticos e dirigentes da unidade popular.
Arquivo Nacional, SNI:	Asilados políticos	Divisão de Segurança e	Telegramas e jornais contendo o nome da Maria

BR_DFANBSB_Z4_D PN_PES_0278.	brasileiros, procedentes do Chile.	Informações (SNI) – Ministério das Relações Exteriores (MRE).	Regina. Documentos mostram que Emir Sader e Maria Regina foram a Paris, Chile e Panamá. Contém também a data do desaparecimento.
Arquivo Nacional, SNI: ASP_ACE_926_79 pp. 2-3.	INFORME N° 290 / 116 /ASP/ 79.	Serviço Nacional de Informações (SNI) - Agência São Paulo.	Material jornalístico a respeito do pedido oficial do desaparecimento da Maria Regina, informa prisão por forças de segurança chilenas.
Arquivo CNV, 00092.001405/2014- 97. COM/ Comisión Provincial por la Memoria. <i>Víctimas del Terrorismo de Estado. Informe de la Comisión Provincial por la Memoria (Argentina) para la Comisión Nacional de la Verdad de Brasil,</i> Buenos Aires, jun. 2014.	Informe da Comisión Provincial por la Memoria para a Comissão Nacional da Verdade.	Comisión Provincial por la Memoria da Argentina.	Informações sobre a vigilância de Maria Regina Marcondes Pinto pelo governo autoritário argentino.
Arquivo CNV, 00092.000830/2013- 05.	Relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao Ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993.	Arquivo do Ministério da Justiça.	Informações sobre o sequestro de Maria Regina Marcondes Pinto e de Edgardo Enríquez Espinoza.
Arquivo CNV, 00092.000830/2013- 05.	Relatório do Ministério do Exército de 1993.	Arquivo Nacional.	Informações sobre o desaparecimento de Maria Regina Marcondes Pinto.
Arquivo CNV, 00092.002792/2014- 89.	Central Intelligence Agency, "Weekl y Summary", SECRETO (Parcialmente desclassificado), de 2 de julho de 1976, p. 4.	Documentos desclassificados dos EUA entregues à CNV.	Banco de dados sobre pessoas suspeitas de “subversão”.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Emir Sader, Companheiro de Maria Regina Marcondes Pinto à época de seu desaparecimento.	Arquivo CNV, 00092.003027/2014-86. Depoimento prestado à 101ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo, 3/12/2013.	Relata sua relação com Maria Regina Marcondes Pinto, tal qual, informações acerca do desaparecimento desta.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Maria Regina Marcondes Pinto desapareceu a partir de ações perpetradas nos países do Cone Sul no contexto da Operação Condor.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização e identificação de seus restos mortais, bem como a completa identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

i Arquivo CNV, 00092.003027/2014-86.

ii Arquivo CNV, 00092.000830/2013-05.

iii Arquivo CNV, 00092.003027/2014-86.

iv Arquivo CNV, 00092.002792/2014-89.

<http://issuu.com/cnv_brasil/docs/condor_cia_weekly_summary_2_july_1976>.

ZULEIKA ANGEL JONES



DADOS PESSOAIS

Filiação: Francisca Gomes Netto e Pedro Netto
Data e local de nascimento: 5/6/1923, Curvelo (MG)
Atuação profissional: Estilista
Organização política: não se aplica
Data e local de morte: 14/4/1976, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascida em Curvelo (MG), Zuleika Angel Jones, mudou-se com a família para Belo Horizonte ainda na infância, onde cursou o primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e o ginásio no Colégio Sagrado Coração de Jesus. Mais tarde, foi para Salvador, onde viveu parte de sua juventude. Já nos anos 1950, partiu para o Rio de Janeiro, onde passou a dedicar-se profissionalmente à costura. Suas criações como estilista, nas quais utilizava elementos tipicamente brasileiros, alcançaram grande reconhecimento internacional e tornou-se conhecida como Zuzu Angel. Ela foi casada com Norman Angel Jones com quem teve três filhos – Stuart Edgar Angel Jones, Ana Cristina Angel Jones e Hildegard Beatriz Angel Jones. No início da década de 1970, a vida de Zuleika Angel Jones sofreu uma reviravolta, pois em 1971, seu filho, Stuart Angel Jones, perseguido pela ditadura brasileira por sua militância política no MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), foi sequestrado e nunca mais visto, desde o dia 14 de maio daquele ano.

Zuleika Angel no decorrer da busca de informações do paradeiro de seu filho, recebeu o relato de pessoas que testemunharam a prisão, tortura e morte de Stuart Angel na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, e portando estas informações, Zuzu passou a denunciar, no Brasil e no exterior, as circunstâncias de prisão, tortura, morte e a ocultação do corpo de seu filho. Alex Polari, então preso político na Base Aérea do

Galeão no mesmo período da detenção de Stuart, redigiu uma carta em que relata o sofrimento do companheiro à Zuzu. A forma que a mensagem de Polari descreve o suplício vivido por Stuart nas mãos dos agentes da repressão pertencentes ao Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), revela a crueldade dos métodos utilizados para torturar e executar o filho de Zuzu. Mãe que ansiava por notícias de seu filho, Zuzu traduziu a carta enviada por Alex Polari para o inglês e remeteu para diversas autoridades estrangeiras e nacionais, como organizações políticas internacionais e parlamentares estadunidenses, como o senador Edward Kennedy, além de autoridades nacionais como o presidente brasileiro, general Ernesto Geisel, o ministro do Exército, Sylvio Frota, o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, entre outros. Durante os cinco anos subsequentes, usou da projeção alcançada por seus trabalhos no exterior e aproveitou os seus desfiles de moda em outros países para fazer com que as denúncias chegassem à imprensa estrangeira. Conseguiu angariar o apoio de diversas personalidades internacionais, como Liza Minnelli, Joan Crawford, Kim Novak e Margot Fontein. Em episódio de coragem e ousadia, Zuzu entregou conjunto de documentos ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, denunciando o assassinato de Stuart, que também possuía a nacionalidade daquele país.

Todas as iniciativas de Zuzu contribuíram para o desgaste da imagem internacional da ditadura brasileira, o que causava incômodo nos meios governamentais. Suas viagens eram detidamente monitoradas pelos órgãos de informações. Ao começar a receber ameaças de morte, Zuzu escreveu uma carta que entregou, em 1975, a alguns amigos mais próximos, entre os quais o cantor e compositor Chico Buarque. O documento, denunciava as ameaças e os autores caso algo ocorresse contra ela, além de que essa informação deveria ser publicada caso Zuzu viesse a falecer. Cerca de um ano depois, Zuzu faleceu, aos 53 anos de idade, vítima de grave acidente automobilístico.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 25 de agosto de 1998 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Zuleika Angel Jones. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, Chico Buarque e Miltoninho (MPB4) compuseram a canção *Angélica*, lançada em 1977, já em 1986, foi publicado o livro *Eu, Zuzu Angel, procuro o meu filho: a verdadeira história de um assassinato*

político, escrito por Virgínia Valli. Zuzu Angel recebeu também, o título de cidadã benemerita do Estado do Rio de Janeiro *post-mortem*, em 1988, e ainda foi homenageada com a medalha Chico Mendes de Resistência, oferecida pelo Grupo Tortura Nunca Mais, no dia 1º de abril de 1998. Desde o ano de 1993, o Instituto Zuzu Angel de Moda do Rio de Janeiro é administrado pela sua filha em memória da estilista. A história de Zuzu foi enredo do desfile da escola de samba União da Ilha do Governador durante o carnaval carioca do ano 2000, cujo tema foi “Pra não dizer que não falei das flores”, com a participação de Hildegard Angel Jones. Em 2006, foi lançado o filme *Zuzu Angel*, em que o cineasta Sérgio Rezende narra a história de luta da vida até a morte da mãe de Stuart Angel. Em Belo Horizonte, uma rua no bairro de Jardim Belvedere recebeu o nome de Zuzu Angel, assim como em Porto Alegre, Campo Grande, e Rio de Janeiro, onde o túnel em que Zuleika Angel Jones sofreu o acidente que a vitimou também recebeu o seu nome.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Zuleika Angel Jones morreu no dia 14 de abril de 1976, às 3 horas, em acidente automobilístico na saída do Túnel Dois Irmãos, na Estrada da Gávea, no Rio de Janeiro. Devido as várias ameaças anônimas recebidas pela estilista, devido a sua insistente luta por informações do paradeiro de seu filho Stuart, logo surgiu a desconfiança de que o acidente teria sido provocado por agentes dos órgãos repressivos.

A versão divulgada à época foi de que o carro de Zuleika Angel Jones, um *Karman Ghia*, saiu da pista, colidiu com a proteção do viaduto Mestre Manuel e capotou várias vezes em um barranco. A certidão de óbito, assinada pelo médico Higino de Carvalho Hércules, confirmou a versão do acidente e atestou como causa da morte uma “fratura do crânio com hemorragia subdural e laceração cervical”.ⁱ Chegou-se a cogitar que a estilista tivesse ingerido bebida alcoólica e, por isso, perdido o controle do veículo. Essa possibilidade foi logo descartada após o exame toxicológico que atestou a ausência de álcool em seu sangue.ⁱⁱ Noticiavam, também, que a fadiga da motorista que poderia ter adormecido no volante e problemas mecânicos poderiam ser a causa do acidente. Fatos que não se comprovaram.

Em 1996, com o intuito de apresentar um pedido de indenização à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), a família de Zuleika Angel Jones solicitou o trabalho de Luís Fondebrider, da Equipe Argentina de Antropologia Forense,

para analisar os restos mortais da estilista. O perito argentino apontou inconsistências na versão divulgada à época do acidente. Da mesma forma, a família apresentou declarações de Lourdes Lemos de Moraes, esposa do empresário Wilson Lemos de Moraes, que garantiu que o carro de Zuleika Angel Jones havia sido levado por seu marido, Wilson, para uma revisão completa, uma semana antes do acidente. Também foi apresentado o depoimento de Marcos Pires, que teria visto o acidente da janela de seu apartamento, situação que descreveu que dois carros estavam emparelhados na saída do Túnel Dois Irmãos, quando um dos automóveis chocou-se com outro, que seria o de Zuleika Angel Jones e que provocou a colisão contra a proteção do viaduto e logo em seguida, o carro despencou do barranco. A mesma testemunha também declarou que, surpreendentemente, em menos de cinco minutos do acidente, cinco carros da polícia já estariam presentes no local. A partir dessas informações, a CEMDP decidiu solicitar um parecer técnico dos peritos criminais, do Instituto de Criminalística de São Paulo. Os profissionais contribuíram para desmontar a versão falsa da morte de Zuleika Angel Jones, da qual, inicialmente, descartaram a possibilidade de Zuzu ter dormido ao volante, já que “a fratura do perônio (osso da perna) encontrada é típica de compressão transmitida pelo pedal de freio no momento do impacto”.ⁱⁱⁱ Com relação ao primeiro exame do local de acidente, afirmam que versão apresentada para a dinâmica dos eventos é absolutamente inverossímil, pelas seguintes razões:

Primeiro porque um veículo jamais mudaria de direção abruptamente única e tão somente por conta do impacto de qualquer de suas rodagens contra o meio-fio, qual seria galgado facilmente, projetando-se o veículo pelo talude antes de chegar ao guarda-corpo do viaduto. Segundo porque, sendo o meio-fio direito da autoestrada perfeita e justamente alinhado como guarda-corpo do viaduto, mesmo que o veículo se desviasse à esquerda, tal como o sugerido pelo laudo, desviar-se-ia do guarda-corpo, podendo, se muito, chocar o extremo direito da dianteira. Terceiro porque, mesmo que se admitisse a trajetória retilínea final, nos nove metros consignados pelo laudo, tendo-se em conta que o veículo chocou a dianteira esquerda e que não havia mais nada à direita, a não ser a rampa inclinada da superfície do talude, teríamos que aceitar que as rodas do lado direito ficariam no ar e o veículo perfeitamente em nível até que batesse no guarda-corpo, o que, evidentemente seria impossível.

As pesquisas realizadas no âmbito da Comissão Nacional da Verdade no acervo histórico do Arquivo Nacional revelaram inúmeros documentos sobre o intenso monitoramento de Zuzu Angel e de suas atividades, por parte dos órgãos de informações e repressão. Documento do Estado-Maior do Exército no qual o Adido Militar brasileiro nos Estados Unidos recomenda que as viagens de Zuleika fossem

monitoradas, para que “elementos amigos pudessem acompanhar mais de perto os seus passos”^{iv}. Contudo, uma das principais informações recolhidas pela Comissão Nacional da Verdade sobre o caso de Zuzu Angel está no depoimento do ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS-ES), Cláudio Guerra, no qual o agente identificou a presença, em uma fotografia feita logo após o acidente, do coronel do Exército Freddie Perdigão Pereira e afirmou ter ouvido do próprio Perdigão que ele havia participado do atentado que vitimou Zuleika Angel Jones. Diante disso, a CNV solicitou ao Ministério da Defesa e ao Comando do Exército uma fotografia do referido coronel, à época, para fins de comparação e perícia, mas o Comando do Exército alegou que em nos acervos do Exército não existe qualquer tipo de registro fotográfico dos seus agentes. O caso de Zuzu Angel está descrito em maiores detalhes no capítulo 13 deste relatório.

LOCAL DE MORTE

Via Pública, na saída do Túnel Dois Irmãos, Gávea, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Agência do SNI no Rio de Janeiro

Presidente da República: general Ernesto Geisel

Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI): general João Baptista de Oliveira Figueiredo

Agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro: major Freddie Perdigão Pereira

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Freddie Perdigão Pereira.	Agência do SNI no Rio de Janeiro.	Major do Exército, agente do SNI.	Participação em atentado que levou à morte de Zuzu Angel.	Túnel Dois Irmãos.	Depoimento prestado por Cláudio Guerra à Comissão Nacional da Verdade, no dia 23 de julho de 2014. Arquivo CNV: 00092.001686/2014-88.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0080_0007, p. 292.	Pedido de busca de informações, 1º de outubro de 1971.	Centro de Informações do Exército (CIE).	Evidencia que Zuleika Angel Jones era vigiada pelos órgãos de informações da ditadura. Nesse caso, o desfile de moda que promoveu em Nova Iorque foi classificado como atividade política.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_43870_72, p. 2.	Informe sobre Zuleika Angel Jones, de 18 de fevereiro de 1972.	Ministério do Exército, Estado-Maior do Exército, Adido Militar nos Estados Unidos.	O Adido Militar recomenda que as viagens de Zuleika fossem monitoradas para que “elementos amigos pudessem acompanhar mais de perto os seus passos”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0080_0007, p. 291.	Certidão de óbito de Zuleika Angel Jones, de 15 de abril de 1976.	Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais da 8ª Circunscrição o 4ª Zona, Freguesia do Engenho Velho, da Cidade do Rio de Janeiro.	O documento registra a morte de Zuleika Angel Jones, às 3 horas do dia 14 de abril de 1976, por “fratura do crânio com hemorragia subdural e laceração cervical”.
Arquivo Nacional, CEMDP:	Laudo do	Secretaria de	O documento

BR_DFANBSB_AT0_0080_0007, p. 14.	acidente, de 26 de abril de 1976.	Segurança Pública, XV Delegacia Policial.	descreve o acidente após a saída do Túnel Dois Irmãos. O veículo teria saído da pista e colidido com a parte direita na proteção do viaduto Mestre Manuel e, em seguida, caído na Estrada da Gávea após capotar várias vezes.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0081_0001, p. 10.	Inquérito Policial do acidente, de 23 de abril de 1976.	Secretaria de Segurança Pública, XV Delegacia Policial.	Laudo de exame deu negativo para a presença de álcool no sangue de Zuleika Angel Jones.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0080_0007, p. 188.	Declaração de Lourdes Lemos de Moraes, 22 de maio de 1996.	Declaração pessoal.	Lourdes Lemos de Moraes, esposa do empresário Wilson Lemos de Moraes, afirma que o carro de Zuleika Angel Jones havia passado por uma revisão completa na empresa de seu marido, a Supergasbrás, uma semana antes do acidente.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0081_0002, p. 82.	Parecer técnico e diagnose sobre acidente de trânsito, de	Valdir Florenzo e Ventura Raphael Martello Filho,	Traz o depoimento da testemunha Marcos Pires, prestado ao relator do

	20 de março de 1998.	peritos do Instituto de Criminalística de São Paulo a pedido da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	<p>processo da CEMDP, que teria visto o acidente da janela de seu apartamento. Marcos Pires afirma que dois carros saíram emparelhados do Túnel Dois Irmãos e que um dos carros abalroou o outro, que seria o de Zuleika Angel Jones. Logo em seguida, o carro de Zuleika teria despencado do barranco. A testemunha também afirma que em menos de cinco minutos do acidente, cinco carros da polícia já estariam presentes no local.</p> <p>O laudo traz várias informações que desmentem a versão de que Zuleika tivesse dormido ao volante, já que a fratura do peritônio (osso da perna) seria “típica da compressão transmitida pelo pedal de freio no momento do</p>
--	----------------------	---	--

			impacto.” O documento pericial também faz vários questionamentos sobre inconsistências técnicas da versão divulgada à época do acidente.
Arquivo CNV: 00092.003168/2014-07.	As imagens do acidente que matou Zuleika Angel Jones.	Jornal <i>O Globo</i> .	Acervo fotográfico que revela Freddie Perdigão próximo ao carro de Zuleika Angel Jones após o acidente que a vitimou fatalmente.
Arquivo CNV: 00092.003380/2014-66	Ofício nº 23-Ch/GabCmtEx, de 7/11/2014	Ministério do Exército.	Ofício do Comando do Exército para CNV - informa que não mantém arquivos fotográficos de seus integrantes e ex-integrantes e que o acesso às folhas de alteração do militar Freddie Perdigão Pereira foi realizado no dia 05/11/2014, em reunião no Ministério da Defesa.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Hildegard Beatriz Angel Jones (filha de Zuleika).	Arquivo da CNV, testemunho dado à CNV em 7/5/2014: 00092.001160/2014-06.	Relata a trajetória de luta de Zuzu Angel em busca do seu filho Stuart Angel.

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Cláudio Guerra (ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social do Espírito Santo).	Arquivo da CNV. Depoimento do ex-delegado prestado à Comissão Nacional da Verdade em audiência pública. Brasília, 23 de julho de 2014 Arquivo CNV: 00092.001686/2014-88.	Neste depoimento, identificou o então major do Exército Freddie Perdigão Pereira na fotografia feita logo após o acidente automobilístico que vitimou Zuleika Angel Jones e publicada no dia seguinte no jornal <i>O Globo</i> .

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Zuleika Angel Jones morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização de todos os agentes envolvidos.

ⁱ Processo nº 237/1996 da CEMDP, relatório final do inquérito de número nº 118/76 da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, de 23 de abril de 1976 (pp. 97-115).

ⁱⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0081_0001 pp. 24 – 35.

ⁱⁱⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0081_0002, p. 82.

^{iv} Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_43870_72, p. 2.

JORGE ALBERTO BASSO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Sara Santos Mota Basso e Jorge Victor Basso.

Data e local de nascimento: 17/2/1951, Buenos Aires, Argentina.

Atuação profissional: estudante e operário

Organização política: Partido Operário Comunista – POC; Movimiento de Izquierda Revolucionária – MIR (Chile)

Data e local de desaparecimento: 15/4/1976, Buenos Aires, Argentina.

BIOGRAFIA

Jorge Alberto Basso, de dupla nacionalidade argentina e brasileira, nasceu em 17 de fevereiro de 1951 na cidade de Buenos Aires, Argentina, de pai argentino, Jorge Victor Basso, e mãe brasileira, Sara Santos Mota Basso. Cresceu em Porto Alegre (RS), para onde sua família mudou-se em 1955, quando seu pai foi designado para servir no Consulado Argentino naquela cidade.

Estudou no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, com desempenho destacado. Nessa época, participava ativamente do movimento estudantil gaúcho, chegando a integrar a direção da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre – UMESPA.

No Rio Grande do Sul, militou no Partido Operário Comunista (POC). Com o codinome Felipe (usou também os codinomes Camilo e Jorginho), integrava a Coordenação Regional Operária, que procurava organizar células de base do POC nas fábricas; chegou inclusive a entrar para uma fábrica metalúrgica na condição de operário.

Perseguido pelos órgãos da repressão, indiciado em inquérito sobre o POC perante a 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar e com prisão preventiva decretada em

22 de outubro de 1971, Jorge deixa o país para o Chile. Lá, cursa História na Universidade do Chile – é selecionado para uma bolsa de estudos concedida a "refugiados políticos" brasileiros pela *World University Service* (WUS) – e milita no *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Quando ocorre o golpe de estado de setembro de 1973 naquele país, refugia-se na Embaixada da Venezuela e de lá segue para a Argentina, onde mora seu avô paterno. Na capital argentina, trabalha como jornalista até a data de seu desaparecimento, em 15 de abril de 1976.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O governo argentino reconheceu oficialmente o desaparecimento de Jorge Alberto Basso por meio da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, que abriu o processo de nº 1.956 para apurar o caso. Seu nome foi incluído no relatório da Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) naquele país, e encontra-se inscrito no monumento aos mortos e desaparecidos do Parque de la Memoria, em Buenos Aires. No Brasil, o caso de Jorge Basso foi apreciado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos criada pela Lei nº 9.140/1995 e indeferido por tratar-se de morte ocorrida no exterior, sem comprovação de envolvimento de agentes brasileiros. O nome de Jorge Alberto Basso consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Há muito pouca informação sobre o que aconteceu a Jorge Alberto Basso, apesar das gestões de familiares, amigos e entidades, entre as quais o Comitê Brasileiro de Anistia, a Anistia Internacional, o Conselho de Direitos Humanos do RS, a Comissão Argentina de Direitos Humanos e outras, para elucidar as circunstâncias de seu desaparecimento e descobrir o seu paradeiro.

Jorge Basso desapareceu em 15 de abril de 1976. Teria sido preso em um hotel no centro da capital argentina. Segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, seu desaparecimento estaria vinculado à prisão, em Buenos Aires, do jornalista suíço Luc Banderet, à época correspondente da Rádio Suíça e do jornal *Bund* de Berna. Notícia publicada pelo jornal espanhol *El País*, em 7/5/1976, informa que Luc Banderet foi acusado, em um comunicado oficial da Junta Militar argentina, “de haber establecido contacto con elementos subversivos y proporcionar a los medios de información

européos datos sobre la represión en el país”. Em 15 de abril de 2007, por ocasião dos 31 anos do desaparecimento de Basso, o jornalista Wladimir Ungaretti publicou em seu blog “Punto de Vista” nota sobre Jorge Basso que relata que, em Buenos Aires, onde passou a residir após deixar o Chile, “durante algum tempo, sem sofrer qualquer perseguição, escrevia para jornais da Europa, em especial para periódicos da Suíça.”¹

Em missão a Buenos Aires realizada em 1993 pelos deputados Nilmário Miranda e Roberto Valadão, da Comissão Externa sobre mortos e desaparecidos da Câmara dos Deputados, receberam do Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) a informação de que Jorge Basso teria sido visto em centro clandestino que funcionava na prisão de Rawson, na Patagônia – mas essa informação nunca foi confirmada.

Nos arquivos dos órgãos de informação brasileiros, foram localizados apenas registros sobre sua militância e situação judicial no Brasil.

Nos arquivos da antiga *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires* (DIPBA), foi localizada ficha, datada de 22/1/1974, do cidadão argentino e brasileiro Jorge Alberto Basso Santos Mota, militante do Partido Operário Comunista (POC) do Brasil. A ficha da DIPBA faz referência a uma "carpeta alfabetizada" relativa a Basso, documento que não foi localizado. Outros documentos, contidos no “Legajo de referencia personal no. 16.684” da DIPBA, informam, entre outras coisas, que o militante brasileiro viveu no Chile até o golpe de 11/9/1973, quando buscou asilo na Embaixada da Venezuela em Santiago e, em razão de sua cidadania argentina, foi levado com outros refugiados em 02.11.73, em vôo da Força Aérea argentina, à cidade de Paraná (Província de Entre Rios, Argentina). Em outros “Legajos” (Mesa DS Varios nº14646 e Mesa DS Varios nº19106) constam requerimentos de investigação do paradeiro de Basso, posteriores a seu desaparecimento. Todas as instâncias consultadas respondem que não têm informação, e consta que um Habeas Corpus apresentado em seu favor foi respondido negativamente pelo Juiz Penal do Departamento Judicial de San Isidro.

Embora conste de carta da Anistia Internacional encaminhada em 1/6/1978 ao Presidente da OAB-RS que Jorge Alberto Basso teria sido “oficialmente detido, juntamente com o jornalista suíço Luc Banderet”, o nome de Basso não consta do “Legajo No. 2703” da DIPBA, que contém listas de prisioneiros registrados no sistema penitenciário, “à disposição do Poder Executivo Nacional (PEN)” durante a ditadura militar argentina.

De acordo com informação transmitida pela Equipe Argentina de Antropologia Forense à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, o desaparecimento de Jorge Alberto Basso poderia também estar vinculado ao desaparecimento do casal de militantes do MIR chileno Angel Athanasiu Jara e Frida Elena Laschan Mellado, seqüestrados em Buenos Aires, juntamente com seu filho de poucos meses Pablo Athanasiu Laschan, na mesma data do desaparecimento de Basso.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Buenos Aires, Argentina.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_43331_7 1, p. 05, 11.	Informação 3/11/1929, 22/11/1971.	Ministério de minas e energia, divisão de segurança e informação.	Informações dos órgãos de segurança sobre a atuação do POC no RS. Jorge Basso consta como foragido.
Arquivo Nacional, SNI: APA_ACE_2411_8 1. pp. 6-7.	Pedido de Busca 034/116/AP A/78, 12/7/1978.	SNI Agência de Porto Alegre.	Informa sobre os antecedentes de Jorge Basso e solicita dados complementares.
Arquivo Nacional, SNI: APA_ACE_2411_8 1. P.8.	Ofício nº 565/RA, 20/7/1978.	1ª Auditoria da 3ª CJM/ 5º COMAR/5º Distrito Naval.	Informa a situação de Jorge Basso perante a Justiça Militar brasileira.
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_64484_7 3. p. 03.	Informação 650/CISA-ESC RCD, 28/11/1973.	Centro de Informações da Aeronáutica – CISA.	Jorge Basso é contemplado, no Chile, com bolsa de estudos do Serviço Universitário Mundial (SUM).
Arquivo Nacional, SNI: ARJ_ACE_3447_8 0. p. 02 e 03.	INFORME nº 392/320/AR J/80,	SNI Agência do Rio de Janeiro.	Denúncia de Brasileiros desaparecidos na Argentina, apresentada à OAB pela Comissão Argentina de Direitos

	29/8/1980.		Humanos.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_A T0_0047_0017. p. 02, 10, 11, 13, 15 e 32.	Requerimento de 28/3/1996.	Sara Santos Mota de Basso e outros.	Requerimento à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.
Arquivo da CNV: 0092_001405/2014-97.	Informe “Victimas del terrorismo de Estado”, Junho de 2014.	Comisión Provincial por la Memoria (Argentina).	Relatório e uma série de documentos que fazem referência a Jorge Basso localizados nos arquivos da polícia argentina e entregues à CNV pela Comisión Provincial por la Memoria.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O governo argentino reconheceu oficialmente que Jorge Alberto Basso foi vítima de desaparecimento forçado naquele país, em 15 de abril de 1976.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, em cooperação com as autoridades da Argentina e demais países do Cone Sul, para elucidar o desaparecimento do cidadão argentino e brasileiro Jorge Alberto Basso.

¹ Arquivo da CNV, 00092.003370/2014-21 (<http://www.pontodevista.jor.br/guerrilha/desaparecido.htm>). Ver também Arquivo da CNV, 00092.003371/2014-75: cartas escritas por Jorge Basso, do Chile e da Argentina, à sua família, do blog “Caligrafias da Resistência” (<<http://www.caligrafiasdaresistencia.com/carta-de-jorge-alberto-basso-para-sua-mae/> e <http://www.caligrafiasdaresistencia.com/cartas-de-jorge-alberto-basso-para-seu-irmao-e-afilhado/>)

MARIA AUXILIADORA LARA BARCELLOS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Clélia Lara Barcellos e Waldemar de Lima Barcellos

Data e local de nascimento: 25/3/1945, Antônio Dias (MG)

Atuação profissional: estudante universitária

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VAR-Palmares)

Data e local de morte: 1/6/1976, Berlim Ocidental, Alemanha

BIOGRAFIA

Maria Auxiliadora Lara Barcellos nasceu em 25 de março de 1945, na cidade de Antônio Dias (MG). Primeira filha de Clélia Lara Barcellos, dona de casa, e Waldemar de Lima Barcellos, agrimensor, passou a infância mudando-se para diversas cidades do Brasil com a família, entre os quais seus quatro irmãos, para atender as demandas de trabalho do pai. Viveu no interior de Minas Gerais e passou também por São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro. Durante o tempo em que morou em Belo Horizonte estudou no Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima. No mesmo período, mostrando aptidão e interesse pelo trabalho com classes mais pobres, atuou como professora em um colégio fundado por sua avó na zona rural da capital mineira, com apenas 14 anos de idade. No ano de 1965, já com vinte anos, ingressou no curso de Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Durante a graduação, trabalhou na área psiquiátrica e no pronto-socorro do Hospital Galba Veloso.

No ano de 1968, marcado por grande efervescência dos movimentos opositores à Ditadura Militar, envolveu-se com as atividades do movimento estudantil. Após o AI-5, assim como outros estudantes, impedidos de atuar em organizações universitárias,

integrou a luta armada. Tornou-se militante do Comando de Libertação Nacional (COLINA). Posteriormente, aderiu à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização derivada do COLINA que posteriormente daria origem à VAR-Palmares.

Quando cursava a fase final de sua graduação, em 1969, mudou-se para o Rio de Janeiro e passou a viver clandestina. Morou com o companheiro de militância e namorado Antônio Roberto Espinosa e com Chael Charles Schreier, também integrante da VPR, em uma casa no bairro de Lins e Vasconcelos. Os três foram presos nesta casa, em 21 de novembro de 1969, e levados para o quartel da Polícia do Exército, na Vila Militar. Chael morreu poucas horas após a prisão, como testemunhou Maria Auxiliadora. Ela sofreu inúmeras torturas, responsáveis por um intenso trauma que a perseguiu por toda a vida.

Ficou presa durante cerca de dois anos e depois foi banida pelo decreto 68.050, em janeiro de 1971, no episódio do sequestro do embaixador suíço Giovani Enrico Bucher. Seguiu para o Chile, onde iniciou tratamento, para superar o trauma da prisão e tortura, e voltou a estudar Medicina. Com o golpe de Estado no Chile, Maria buscou asilo junto à embaixada do México e permaneceu seis meses trabalhando como intérprete naquele país. Após esse período, mudou-se para a Europa com a ajuda da Cruz Vermelha. Desembarcou na Bélgica, passou pela França e, finalmente, estabeleceu-se na Alemanha. Após passar pela cidade de Colônia, aonde chegou em 10 de fevereiro de 1974, seguiu para Berlim Ocidental. Por meio de uma bolsa, oferecida pelo governo alemão, voltou a dedicar-se ao curso de Medicina.

O período no exílio, contudo, não foi tranquilo. Maria Auxiliadora ainda sofria com os traumas decorrentes da tortura a que havia sido submetida no Brasil. Afligia-a o fato de estar longe de seu país, o que a levou a solicitar, na Embaixada brasileira na Alemanha, autorização para regressar ao Brasil. Jamais obteve uma resposta oficial. Ainda que contasse com a ajuda de seu companheiro, Reinaldo Guarany, cometeu suicídio aos 30 anos, ao atirar-se nos trilhos de uma estação de metrô em Berlim Ocidental.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Maria Auxiliadora Lara Barcellos cometeu suicídio no dia 1º de junho de 1976, na estação Chalottenburg, em Berlim Ocidental. Seu caso foi reconhecido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) após a alteração da Lei nº 9.140/1995, pela Lei nº 10.875/2004, que passou a reconhecer as vítimas de suicídio

decorrente de traumas. Em 2 de agosto de 2004, o pedido, requisitado por Clélia Lara Barcellos, sua mãe, foi aprovado por unanimidade pela CEMDP

Pouco tempo depois de sua morte, seus companheiros de exílio alemão fizeram um filme em sua homenagem, “När stunden är inne” (“Dora: quando chegar o momento”), de 1978, produzido por Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, Reinaldo Guarany e Lars Säfström.

Maria Auxiliadora ganhou homenagens no Brasil: em Belo Horizonte, dá nome a uma rua no bairro Salgado Filho; em São Paulo, nomeia um Centro de Saúde Sexual e Reprodutiva, conhecido como Casa Ser Dorinha.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Quatro anos antes de seu suicídio, Maria Auxiliadora vivia no Rio de Janeiro, junto com seu companheiro Antônio Roberto Espinosa e Chael Charles Schreier, em um imóvel alugado no bairro de Lins de Vasconcelos. Segundo depoimento de Espinosa, que foi capturado na mesma ocasião, a casa já estava sendo vigiada há 15 dias quando foram presos por agentes do DOPS, no dia 21 de novembro de 1969. Espinosa já estava sendo procurado há algum tempo e sua fotografia estampava as folhas de jornais e cartazes de guerrilheiros procurados, chamados nesse material de “terroristas”. A troca constante de automóveis na casa levantou suspeita do proprietário do imóvel, que desconfiou que os militantes pertenciam a uma quadrilha de roubos de carros e os denunciou à polícia.

Chael havia sido levado até o imóvel na traseira de um automóvel e nunca havia saído do local. Por isso a repressão não sabia de sua presença ali e nem mesmo o próprio militante tinha ciência do local exato onde estava. No domingo, dia 21 de novembro, a polícia abordou os militantes. Um policial bateu à porta alegando interesse em alugar o imóvel ao lado. Ao abrir a porta, Espinosa foi agredido com duas coronhadas na cabeça, o que se evidencia por foto de registro quando de sua entrada na Vila Militar. Chael, do interior da residência, iniciou um tiroteio com os policiais. Maria Auxiliadora, já algemada, convenceu os agentes a soltá-la para que pudesse convencer Chael a se entregar. A militante então adentrou a residência e armou-se com revólveres, granadas e bombas de fabricação caseira a fim de resistir à prisão. A tentativa, entretanto, fracassou, e Chael e Maria Auxiliadora foram obrigados a render-se. Os três militantes foram levados ao Palácio da Polícia, onde foram aprisionados em celas separadas.

A família Barcellos soube da prisão através de uma notícia da Revista *Veja*. Na ocasião souberam, inclusive, do assassinato do guerrilheiro Chael, preso junto com Maria Auxiliadora. A mãe então se encaminhou ao Rio de Janeiro, mas não pôde ver a filha, que se encontrava incomunicável. Ainda segundo sua mãe, Maria Auxiliadora foi levada do Rio de Janeiro para Juiz de Fora e retornou em cinco dias para a capital fluminense. Durante esse período a família acionou diversos órgãos, mas informações sobre seu paradeiro eram constantemente negadas.

Maria Auxiliadora passou por diversos órgãos da repressão. Sua mãe, em depoimento à CEMDP, afirma que a filha passou pelo Presídio de Bangu, no Rio de Janeiro, e Linhares, em Juiz de Fora. No entanto, em seu interrogatório, Maria Auxiliadora revela que fora conduzida primeiramente ao DOPS e, ainda no dia da captura, foram levados à Vila Militar. A militante foi levada algumas vezes à Polícia do Exército para ser ouvida e passou também pelo Campo de Instruções do Exército, pela Penitenciária de Mulheres de Belo Horizonte, com breve retorno ao DOPS, e depois foi levada para um xadrez onde só havia prisioneiros homens. Nessa época, sofreu com o assédio do soldado Nilson Pereira.

Como relata sua mãe à CEMDP, “me foi dado a conhecer que estes foram os dias mais terríveis de sua vida”, referindo-se aos dias em que Dodora ficou passou por vários órgãos da repressão e sofreu variados tipos de tortura. A declaração de Clélia é realmente assertiva a respeito do grau de terror sofrido por Maria Auxiliadora. À Justiça Militar, Dodora relatou com marcante coragem os abusos e violências sofridas, que buscavam atingi-la em sua identidade feminina. Em interrogatório do dia 27 de maio de 1970, anexado ao processo de Chael apresentado à CEMDP, a prisioneira declara:

Que nesta sala foram tirando aos poucos sua roupa [...] que um policial, entre calções proferidos por outros, ficou a sua frente como traduzindo manter relações de sexos coma declarante ao tempo em que tocava em seu corpo, que esta prática perdurou por duas horas; que o policial profanava os seus seios e usando uma tesoura, fazia como iniciar seccioná-los.

Além das sevícias a que foi submetida, os agentes tentaram obrigar Maria Auxiliadora a praticar sexo com os dois companheiros presos. Em audiência pública promovida pela CNV, Espinosa, que presenciou partes da tortura da militante quando também passava pela mesma situação, declarou:

Bom, além dos palavrões, das ofensas, que visavam, sobretudo, à Maria Auxiliadora, eles procuravam, criavam situações de constrangimento sexual, para nós e para ela, sobretudo, para ela. Porque era a única mulher que estava ali

presente, e depois acabaria sendo a única mulher que estava no presídio. [...] E ficou enjaulada em um lugar diferente, não onde ficavam os presos do sexo masculino, e nua, como objeto de observação dentro de um quartel, está certo?

O depoimento de Francisco Calmon, preso na mesma época, corrobora as declarações prestadas por Espinosa, e relata que Dodora “ficou em visita pública, incentivando os guardas a olhar, porque ela ficou nua, isso me contado pelos próprios guardas”.

Mesmo mantida prisioneira pelo regime, Maria Auxiliadora não deixou de denunciar as atrocidades sofridas por ela e por outros militantes. Quando de seu interrogatório à Justiça Militar, denunciou o caso de Chael e reforçou sua posição frente à ditadura: “Se alguém que tenha de comparecer em Juízo esse alguém são os representantes desta Ditadura implantada no Brasil, para defender interesses de grupos estrangeiros, que espoliam nossas riquezas e exploram o trabalho do nosso povo”. Neste mesmo depoimento, Maria Auxiliadora denunciou a morte de Chael e relatou que a vítima foi “chutada como um cão” e que seu atestado de óbito identificou sete costelas quebradas, entre outros machucados.

Em seu período no exílio, após 1971, quando seguiu para o Chile, tentou superar os traumas e retomar os estudos. Um filme produzido com depoimentos de banidos brasileiros que se encontravam no Chile, chamado “Brazil, a Report on Torture” (“Brasil: retrato sobre a tortura”), de 1971, dirigido por Haskell Wexler e Saul Landau, traz depoimento de Dodora, que denuncia as atrocidades sofridas. Em livro que reúne textos de militantes exilados, intitulado “Memórias do Exílio”, Maria Auxiliadora relata sua impressão frente aos traumas passados. A edição, lançada em 1976 em versão internacional e em 1978 no Brasil, traz provavelmente o último relato de Dodora. No texto, a autora revisita o passado traumático:

Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos.

[...]

Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro.

No mesmo relato, a militante reforça suas convicções e lança um olhar sensível sobre sua ideologia e sua militância:

Eu era criança e idealista. Hoje sou adulta e materialista, mas continuo sonhando. Dentro da minha represa. E não tem lei nesse mundo que vai impedir o boi de voar.

[...]

Sou boi marcado, uma velha “terrorista”. Fui aprendiz de feiticeiro, não sabia usar a varinha. Deu merda. E feia.

Em 1976, ano em que o referido livro foi publicado, Maria Auxiliadora passou por uma internação para tratamento psiquiátrico. Conforme relata seu companheiro na época, Reinaldo Guarany em livro de sua autoria chamado *A Fuga*, Dodora vinha sofrendo com crises de amnesia e com constantes pesadelos, nos quais era perseguida dentro de um túnel. Na manhã do dia 1º de junho de 1976, o casal teve uma conversa sobre as inquietações de Maria Auxiliadora. Durante o diálogo, ela confessou que pensava com certa constância na possibilidade de suicidar-se. Reinaldo tentou convencê-la de que voltariam em breve ao Brasil e que tudo melhoraria. Entretanto, no mesmo dia Maria Auxiliadora suicidou-se ao atirar-se em frente a um trem do metrô. O governo alemão cobriu os gastos do traslado do corpo para o Brasil, que foi cremado para ser enterrado na cidade de Belo Horizonte.

Espinosa, que havia sido companheiro de Dodora no Brasil e que a tinha visto pela última vez durante uma audiência na Justiça Militar, afirmou em depoimento à CNV que

[...]eu imputo a esses massacres tanto a morte do Chael, cerca de 20 horas depois de torturas continuadas, como a morte da Maria Auxiliadora, sete anos depois disso, na Alemanha. Eu imputo isso também à desagregação psíquica que ela sofreu em consequência dessas violências, que não foram apenas as violências de natureza física, foram também as violências de natureza moral e psicológicas.

No mesmo sentido, a relatora do caso de Maria Auxiliadora na CEMDP, Suzana Lisboa, conclui que “reconhecer a responsabilidade do Estado na sua morte [...] é um ato presente voltado para o futuro, representando o mais vivo repúdio à violência, ilegalidades e torturas praticadas pelo Estado durante a vigência da Ditadura Militar”.

LOCAL DE MORTE

Maria Auxiliadora suicidou-se na Estação de metrô Chalottenburg, na Alemanha Ocidental.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do I Exército: general de Brigada Syseno Ramos Sarmento

Comandante da 1ª. Divisão de Infantaria: general de Brigada João Dutra de Castilho

Comandante da 1ª Companhia de Polícia do Exército da Vila Militar: major Ênio Albuquerque Lacerda

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria.
Ailton Guimarães Jorge.	1ª. Companhia de Polícia do Exército.	Capitão.	O capitão enforcou Maria Auxiliadora, na tentativa de matá-la.	1ª Cia de Intendência.	Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria – Maria Auxiliadora Lara Barcellos (17/11/1970) - Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0063_0009, pp. 65-67. Depoimento de Silvio Darin para a CNV (24/1/2014). Arquivo da CNV: 00092.000570/2014-21.
Celso Lauria.	1ª. Companhia de Polícia do Exército.	Capitão.	Responsável por dar choques nos militantes Chael, Maria Auxiliadora e Antônio Roberto.	1ª Cia do Exército – Vila Militar.	Depoimento de Silvio Darin à CNV (24/1/2014). Arquivo da CNV: 00092.000570/2014-21.
Ary Pereira de Carvalho.	1ª. Companhia de Polícia do Exército.	Tenente-Coronel da Cavalaria.	Responsável por torturas.	1ª Cia do Exército – Vila Militar.	Depoimento de Francisco Calmon à CNV (24/1/2014). Arquivo da CNV: 00092.000570/2014-21.
Wallace Andriatta Maggesi.		Sargento.	É citado por Silvio Da-Rin como participante nas sessões de tortura.	1ª Cia do Exército – Vila Militar.	Depoimento de Silvio Darin para a CNV (24/1/2014). Arquivo da CNV: 00092.000570/2014-21.
Ailton Joaquim.		Primeiro Tenente.	É citado por Silvio Da-Rin como	1ª Cia do Exército – Vila Militar.	Depoimento de Silvio Darin para a CNV (24/1/2014). Arquivo da CNV: 00092.000570/2014-

			participante nas sessões de tortura.		21.
Marco Antonio Povoller.		Cabo.	É citado por Silvio Da-Rin como participante nas sessões de tortura.	1ª Cia do Exército – Vila Militar.	Depoimento de Silvio Da-Rin para a CNV (24/1/2014). Arquivo da CNV: 00092.000570/2014-21.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0063_0009.	Depoimento de Clélia Barcellos, mãe de Maria Auxiliadora.	Documento pessoal escrito para ser anexado ao processo da CEMDP.	Recupera toda história da filha, inclusive a busca da família por seu paradeiro enquanto esteve presa.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0063_0009, pp. 65-67.	Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria – Maria Auxiliadora Lara Barcellos (17/11/1970).	Justiça Militar. 1ª Auditoria 2ª Circunscrição Judiciária Militar.	Vítima denuncia sevícias sofridas e assassinatos de outros militantes, como Chael.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0063_0009, pp. 68-75.	Relatório do Processo nº144/04 (26/8/2004).	CEMDP.	Escrito pela relatora do caso, Suzana Keniger Lisbôa, o relatório reúne trechos de depoimentos prestados pela vítima e outros documentos que relatam a situação de Maria Auxiliadora abalada pelo trauma da tortura, o que levou-a a suicidar-se.
Arquivo Nacional, CEMDP:	Qualificação e interrogatório	Justiça Militar 1ª	No interrogatório, Maria Auxiliadora

BR_DFANBSB_AT 0_0027_0003, pp. 41-45.	(27/5/1970).	Circunscriçã o Judiciária Militar 2ª Auditoria da Marinha.	narrou e denunciou as torturas sofridas por ela e os companheiros Chael Charles Schreier e Antônio Espinosa.
CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS Jovelino. (orgs). Memórias de exílio. Brasil 1964 – 19???. 1. De muitos. Brasil: Editora Livramento, 1978.	“Continuo sonhando” Por Maria Auxiliadora Lara Barcellos (1973).	Publicação coletiva organizada pela Editora Livramento.	O texto escrito por Maria Auxiliadora recupera suas experiências na tortura e exílio de forma poética.
Arquivo da CNV: 00092.000577/2014 -43.	Diligência à Vila Militar no Rio de Janeiro.	Comissão Nacional da Verdade.	Visitação e reconhecimento da Vila Militar, local onde inúmeros militantes passara por tortura. Conta com depoimentos de ex-presos do local.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Antônio Roberto Espinosa.	Arquivo da CNV: 00092.000570/2014-21.	Antônio era companheiro de Maria Auxiliadora e moravam juntos quando foram pegos em sua residência, onde também morava e também foi capturado Chael.
Modesto da Silveira.	Arquivo da CNV: 00092.000570/2014-21.	Advogado de Maria Auxiliadora, Modesto reiterou as informações prestadas por Antônio Espinosa.
Francisco Calmon.	Arquivo da CNV: 00092.000570/2014-21.	Relata que enquanto Maria esteve presa ficou em companhia de sua namorada, Maria Luiza e outras duas mulheres e que Maria foi colocada em uma sala onde ficava nua e exposta para ser observada pelos soldados, informação prestada pelos próprios agentes.
Silvio Da-Rín.	Arquivo da CNV: 00092.000570/2014-21.	Estava na cela quando Maria chegou, junto a Antônio e

		Chael. Relatou seu testemunho – o que ouviu apenas – acerca do tratamento que os militares dispensaram aos três.
--	--	--

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões parceiras

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Celso Lauria (ex-capitão do Exército)	Arquivo da CNV: 00092.001700/2014-43	Questionado pela CNV sobre a participação na prisão, tortura de Maria Auxiliadora o depoente disse não ter nada a declarar.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que a vítima cometeu suicídio em decorrência de trauma resultante da tortura e da prisão, em decorrência da atuação de agentes do Estado brasileiro nas graves violações de direitos humanos cometidas contra Maria Auxiliadora Lara Barcellos.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

MASSAFUMI YOSHINAGA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Mitsuki Yoshinaga e Kiyomatsu Yoshinaga

Data e local de nascimento: 22/1/1949, Paraguaçu Paulista (SP)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de morte: 7/6/1976, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em São Paulo, Massafumi Yoshinaga iniciou sua militância política em 1966, no movimento estudantil secundarista, quando era aluno do colégio Brasília Machado, no bairro de Vila Mariana. Em 1967, foi escolhido como delegado do congresso da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES), ocasião em que foi eleito vice-presidente da referida organização estudantil. Já em 1968, dirigiu o jornal do mencionado colégio, intitulado *Avante*. Logo depois, tornou-se militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e chegou a atuar na região do Vale do Ribeira, onde ocorriam treinamentos de guerrilha da organização, junto com Carlos Lamarca, José Lavecchia, Celso Lungaretti e Yoshitane Fujimori. Massafumi e Celso foram retirados daquela área no início de 1970. O militante morreu aos 27 anos de idade, após cometer suicídio, em decorrência de traumas resultantes de ações de agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 1º de dezembro de 2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Massafumi Yoshinaga. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Massafumi Yoshinaga morreu em 7 de junho de 1976, ao cometer suicídio em casa, na cidade de São Paulo. Sua morte ocorreu seis anos depois de ficar conhecido como um dos militantes que deram depoimentos forçados, renegando suas convicções políticas e repudiando as organizações clandestinas que lutavam contra a ditadura.

O militante da VPR teria se apresentado de forma voluntária aos órgãos de repressão ainda em 1970, depois de ficar sem contato com a organização por algum tempo, quando enfrentou dificuldades de sobrevivência e foi procurado pelos agentes de segurança, que chegaram a confundir-lo com Fujimori, à época acusado de participação em ações armadas. Seu irmão, Toshiro Yoshinaga, afirma que, no dia de sua suposta rendição, Massafumi estava acompanhado de um delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Toshiro aponta que eles se encontraram e, em seguida, dirigiram-se para um bar ou restaurante localizado na esquina da rua Rego Freitas com o Largo do Arouche. Ressalta ainda o fato de que, neste local, também esteve o delegado Sergio Fernando Paranhos Fleury, que exigiu que Massafumi lhe fosse entregue, o que não ocorreu.

Após ser preso, Massafumi foi obrigado pelos agentes da repressão a fazer uma retratação pública de suas posições políticas, tática de guerra psicológica utilizada pela ditadura militar e que fora largamente divulgada pela imprensa na ocasião. Em uma dessas retratações públicas, concedeu entrevista à TV Tupi. Ao seu lado estavam o coronel Danilo de Sá da Cunha e Melo, Secretário de Segurança Pública, Danton Avelino, comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, e Leonardo Lombardo, diretor de Relações Públicas da Secretaria de Segurança. De acordo com sua família, depois de ser submetido a estas situações, passou a sofrer com distúrbios psicológicos, inclusive alucinações. Entre estas, costumava dizer que agentes da OBAN (Operação Bandeirantes, que deu origem ao DOI-CODI) iriam matá-lo. Em função disso, teve que realizar diversos tratamentos psiquiátricos, além de ser medicado e, inclusive, internado.

Massafumi já tinha tentado cometer suicídio duas vezes. Na primeira tentativa, jogou-se embaixo de um ônibus. Em seguida, tentou se jogar da janela de sua casa, chegando a quebrar os vidros, sem, contudo, cair para o lado de fora, onde havia uma garagem sem cobertura. Na última, a que o vitimou, enforcou-se com a mangueira de plástico do chuveiro.

Os casos chamados em notas oficiais de “arrependimento” foram resultado de intensas torturas físicas e psicológicas pelas quais os militantes passaram durante o período em que estiveram sob custódia dos aparatos de repressão. Tal situação embasou a decisão da relatora do caso junto à CEMDP, Maria Eliane Meneses de Farias, pelo deferimento do pedido feito por seus familiares para seu reconhecimento como vítima da ditadura militar, já que depois de sair da prisão, Massafumi não conseguiu obter um trabalho ou mesmo estudar, além de sua família continuar sendo vigiada e perseguida.

O corpo de Massafumi Yoshinaga foi sepultado no cemitério de Araçá, em São Paulo.

LOCAL DE MORTE

Casa de sua família, na Vila Odete, São Paulo (SP).

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

Documentos que elucidam circunstâncias de morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0065_0004, p. 14.	Certidão de óbito, de 8/6/1976.	Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais/13 ^o subdistrito	Consta como causa da morte “asfixia mecânica por enforcamento”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0065_0004, pp. 46-48.	Carta, de 6/1970.	Massafumi Yoshinaga	Carta em que, supostamente, Massafumi assume que se entregou voluntariamente e na qual se arrependeria da luta contra a ditadura.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0065_0004, pp. 23-29.	Matéria de periódico: O terror renegado, de 15/7/1970.	Revista <i>Veja</i>	Apresenta o suposto arrependimento de Massafumi e outros militantes que lutaram contra a ditadura.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0065_0004, pp. 35-41.	Auto de interrogatório, de 22/7/1970.	2 ^a Auditoria da 2 ^a Região Militar	Apresenta a informação de que Massafumi teria se entregado

			voluntariamente à justiça.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0065_0004, pp. 63-68.	Matéria de periódico: Estes são os planos de Lamarca, de 28/7/1970.	<i>O Cruzeiro</i>	Apresenta o suposto arrependimento de Massafumi e outros militantes que lutaram contra a ditadura.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0065_0004, pp. 32-34.	Matéria de jornal: “Os 19 órfãos dos anos de chumbo”, de 23/4/1995.	<i>Zero Hora</i>	Aborda a tática utilizada durante a ditadura militar de obrigar militantes a se “arrependerem” de seus atos contra o regime.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0065_0004, pp. 17-22.	Escritura de declaração, de 11/3/2004.	14 ^o Tabelião de Notas.	Depoimento de Toshio Yoshinaga, irmão de Massafumi, sobre as circunstâncias de sua prisão e as sequelas psicológicas deixadas pelas torturas sofridas, o que o levou a se suicidar.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Massafumi Yoshinaga foi perseguido, preso e sofreu diversas formas de pressão psicológica por parte de agentes públicos vinculados à repressão política, o que resultou em traumas físico e mental e o levou a cometer suicídio. A ação ocorreu em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de 1964.

Recomenda-se a completa identificação e responsabilização dos agentes envolvidos na prisão e tortura de Massafumi Yoshinaga.

DAVID EDUARDO CHAB TARAB BAABOUR

[SEM FOTO]

DADOS PESSOAIS

Filiação: Raquel Baabour e Jacobo Chab Tarab

Data e local de nascimento: 2/5/1954, Argentina

Atuação profissional: Estudante

Organização política: sem militância política

Data e local de desaparecimento: 10/6/1976, Buenos Aires, Argentina.

BIOGRAFIAⁱ

Nascido na Argentina, David Eduardo Chab Tarab Baabour tinha pai de origem cubana e mãe brasileira. Solteiro, estudava arquitetura na Faculdade de Arquitetura, Desenho e urbanismo na Universidade de Buenos Aires (UBA). Em março de 1975, alistou-se no serviço militar e foi incorporado como soldado conscrito no Hospital Militar Central Cosme Argerich (HMC), em março de 1976. Depois do período básico, foi escolhido como assistente pelo coronel Hilario David Sagasti. Em 25 de maio de 1976, foi informado verbalmente de sua baixa no serviço.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em 1984, sua mãe denunciou seu desaparecimento, que foi registrado pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep) da Argentina, com o número de 2.271. Seu desaparecimento foi também denunciado na OEA, que instaurou seu caso com o número 6.898 na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O Estado argentino reconheceu sua responsabilidade no desaparecimento de David Eduardo por meio da Secretaria de Direitos Humanos, dependente do Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos. No Brasil, seu nome consta do *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, e no *Informe de la Comisión Provincial por la Memoria* de Argentina para a Comissão da Verdade do Brasil, intitulado *Víctimas del Terrorismo de Estado*. Em homenagem, David Baabour teve seu nome inscrito no monumento do Parque da Memória, na capital argentina, em Buenos Aires.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Por volta das 10 horas do dia 10 de junho de 1976, três jovens civis, de cabelo curto, se apresentaram na portaria do prédio de David Eduardo Chab Tarab Baabour, localizado na avenida Cabildo, nº 2911, em Buenos Aires, como seus companheiros do Serviço Militar. No entanto, tratava-se de civis armados que, uma hora depois, saíram do apartamento carregando David pelos ombros, com evidentes sinais de espancamento, cena que foi testemunhada apenas pelo porteiro do edifício, Emilio Lezano, já falecido.ⁱⁱ Na porta aguardava um quarto jovem estacionado em um Ford Falcon, sem placa de identificação.

Ao voltarem para casa, seus pais foram informados do que tinha acontecido. Encontraram o quarto do filho bagunçado e com as gavetas do armário e do escritório jogadas pelo chão, o que evidenciava que os indivíduos que invadiram o apartamento estavam à procura de alguma coisa, além disto, alguns pertences de valor foram roubados. Naquele mesmo dia, seu pai, Jacobo Chab Tarab, fez denúncia por sequestro de David Eduardo, na 35ª delegacia e no Departamento Central de Polícia.ⁱⁱⁱ

David não tinha militância política conhecida. Sua família denunciou inúmeras vezes seu caso e interpôs vários *habeas corpus*. Um deles foi rejeitado em 23 de agosto de 1977, informação que foi notificada por cédula do Poder Judiciário de 1º de setembro de 1977, assinada pelo secretário federal, Julio Amancio Piaggio.^{iv} Apesar de todos os esforços, nunca obtiveram resposta das autoridades militares.

David Eduardo permanece desaparecido, assim como soldados do HMC, Guillermo José Begega Tripodi, Raúl Eduardo Rinaldi e Luis Enrique Giménez d'Imperio. O caso de David está também relacionado com o de Gerardo Coltzau Fernández, sequestrado em 26 de abril de 1977 quando realizava o Serviço Militar Obrigatório. Gerardo também foi incorporado como conscrito no Hospital Militar Central em março de 1976 e foi escolhido assistente do coronel Hilario David Sagasti. Em 26 de abril de 1977, foi sequestrado em um Falcon preto. Outros sobreviventes declararam ter visto Gerardo nos campos denominados “El Atlético” e “El Banco”, dependentes do Primeiro Corpo do Exército. À época, o HMC funcionava como centro clandestino de detenção para prisioneiros políticos e militantes grávidas sequestradas.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Avenida Cabildo, nº 2911, Buenos Aires, Argentina.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Acervo documental MJDH-RS/CNV: 00092.002863/2014-43.	Ficha General Causante, 21/1/2005.	Conadep.	Informações sobre as circunstâncias do desaparecimento forçado.
Argentina. Informe de la Comisión Provincial por la Memoria (Argentina) para la Comisión Nacional de la Verdad de Brasil.	<i>Víctimas del Terrorismo de Estado.</i>	Comisión Provincial por la Memoria (COM).	Indica a data em que ocorreu o desaparecimento de David Eduardo.
Arquivo CNV: 00092.000773/2014-18, Legajo 02271.	Ficha de denuncia nº 2.271.	Conadep.	Denúncia as circunstâncias do desaparecimento de David Eduardo.
Arquivo CNV: 00092.000773/2014-18, Legajo 02271.	Denúncia.	<i>Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas.</i>	Denúncia de Jacobo Chab Tarab sobre o desaparecimento de seu filho, David Eduardo.
Arquivo CNV: 00092.000773/2014-18, Legajo 02271.	Denúncia.		Denuncia de Raquel Baabour de Chab sobre as circunstâncias do desaparecimento de seu filho, David Eduardo.
Arquivo CNV: 00092.000773/2014-18, Legajo 02271.	Cédula de notificación, 1º/11/1977.	Poder Judicial de la Nación.	Em 23 de agosto de 1977, é rejeitado recurso de <i>habeas corpus</i> em favor de David Eduardo.
Arquivo CNV: 00092.000773/2014-18, Legajo 02271.	Carta, 30 de maio de 1980.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos	Carta dirigida a Raquel Baabour de Chabtarab sobre o início da tramitação do caso de David Eduardo, inscrito com o número 6.898.

Arquivo CNV: 00092.000773/2014- 18, Legajo 02271.	Certificado, 27/4/1995.	<i>Subsecretaria de Derechos Humanos y Sociales del Ministerio del Interior.</i>	Certifica que existe denúncia da desaparição forçada de David Eduardo.
---	----------------------------	--	---

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que David Eduardo Chab Tarab Baabour desapareceu em 10 de junho de 1976 em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura implantada na Argentina a partir de março de 1976.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do desaparecimento de David Eduardo Chab Tarab Baabour, realizadas na Argentina, para a localização e o reconhecimento de seus restos mortais, bem como para a completa identificação e responsabilização dos agentes envolvidos no caso.

ⁱDossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE- Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. São Paulo, 2009, p. 656.

ⁱⁱArquivo CNV: 00092.000773/2014-18, Legajo 02271.

ⁱⁱⁱArquivo CNV: 00092.000773/2014-18, Legajo 02271.

^{iv}Arquivo CNV: 00092.000773/2014-18, Legajo 02271.

MARCOS BASÍLIO AROCENA DA SILVA GUIMARÃES

[SEM FOTO]

DADOS PESSOAIS

Filiação: Helena da Silva Guimarães de Arocena e Raúl Arocena

Data e local de nascimento: 10/12/1940, Montevideu (Uruguai)

Atuação profissional: estudante universitário, escritor e dramaturgo

Organização política: não se aplica

Data e local de desaparecimento: 9/7/1976, Buenos Aires (Argentina)

BIOGRAFIA ⁱ

Nascido em Montevideu, no Uruguai, Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães era filho da brasileira Helena da Silva Guimarães de Arocena e vivia em Buenos Aires, Argentina. Tinha nacionalidade uruguaia e brasileira e era conhecido como “*El Brasileiro*”. Solteiro, Marcos era estudante universitário na Universidade Católica, Faculdade de Filosofia, Letras e Arquitetura, na Argentina, e trabalhava como escritor e dramaturgo, sendo membro da “Argentores” (Associação Argentina de Autores). Não tinha militância política conhecida e desapareceu em 1976, aos 35 anos de idade, em ação perpetrada por agentes do Estado argentino.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O caso de Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães não foi apresentado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. O caso foi denunciado perante a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) da Argentina, sob o número 4.751. Seu nome também consta no Relatório da Comissão para a Paz, do Uruguai, entre as denúncias relativas a cidadãos uruguaios desaparecidos na Argentina (anexo 6.5). ⁱⁱ

Em sua homenagem, seu nome foi inscrito no monumento do Parque da Memória, na cidade de Buenos Aires, Argentina.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães foi sequestrado no dia 9 de julho de 1976, às 2 horas da manhã, em seu apartamento, localizado no bairro de Santa Fé, nº 2.206, 5º

andar/F, em Buenos Aires. Segundo o testemunho de vizinhos e do porteiro do edifício, a operação foi conduzida por agentes fortemente armados e vestidos em trajes civis, que exibiram credenciais da Polícia Militar. Marcos foi retirado do local às 5 horas da manhã com as mãos amarradas nas costas e os olhos vendados por uma toalha. Nos dias seguintes, os agentes retornaram à residência de Marcos para vasculhar seus pertences e levaram objetos de valor. Essa vigilância é reforçada pelo relato do irmão de Marcos, Frederico, que afirmou ter sido abordado por possíveis policiais que o ameaçaram em uma das vezes em que acompanhou sua mãe ao apartamento de Marcos, na tentativa de encontrá-lo.

Em testemunho prestado à CONADEP em 13 de julho de 1984, Juan Miguel García Fernandez, amigo de Marcos, relatou ter encontrado Marcos antes do sequestro, quando ele lhe contou ter recebido, no dia 7 de julho de 1976, a visita de um homem, que lhe pediu ajuda para localizar algumas pessoas, entre as quais estava um conhecido de Marcos que era chamado de “El gordo Claudio”.

A mãe de Marcos, Helena Guimarães de Arocena, também prestou seu testemunho à CONADEP, em 31 de maio de 1982, e narrou que as únicas informações que tinha sobre o filho eram provenientes de Jorge Luis Glassman, que teria ficado detido com Marcos durante 46 dias e presenciado seu interrogatório sob tortura, no qual ele era questionado a respeito de uma pessoa domiciliada em Rosário, Santa Fé. De acordo com as informações que Marcos repassou a Glassman, após sua prisão, ele foi conduzido inicialmente a uma provável delegacia de polícia, onde foi torturado, e depois foi transferido ao local que supunha ser o Centro Clandestino de Detenção (CCD) El Vesubio. O próprio Marcos suspeitava que a sua detenção estivesse ligada ao fato de ter alugado um quarto, em 1972, a integrantes das Forças Armadas Revolucionárias (FAR). No dia 11 de julho, Marcos foi levado, junto com Glassman, para o CCD Brigada de Investigações San Junto, localizado na rua Salta, bairro San Justo, circunscrição de La Matanza. No mês seguinte, em 22 de agosto de 1976, Glassman foi solto em Buenos Aires em uma caminhonete da Polícia Federal.

Quando recebeu essas informações, em agosto de 1976, a mãe de Marcos conseguiu conversar, em quatro oportunidades, com a mãe e o irmão de Glassman, mas o contato foi interrompido, uma vez que os dois lhe disseram que estavam sofrendo ameaças. No final de novembro de 1976, Helena Guimarães de Arocena recebeu de um funcionário da embaixada americana a informação de que Marcos estava detido no quartel militar de

La Tablada, mas que não havia nenhuma acusação contra ele, de modo que poderia ser colocado em liberdade em qualquer momento.

Desde então, não se teve mais notícias sobre Marcos. Foram solicitadas informações a respeito do seu paradeiro ao Estado Maior do Exército, à Polícia Federal e à Polícia de Buenos Aires, mas os pedidos foram respondidos negativamente por todos os órgãos interpelados.

Em 2011, os restos mortais de Marcos foram localizados no Cemitério Municipal de Avellaneda, em Buenos Aires. Seu corpo tinha sido enterrado no referido cemitério sem identificação, para dificultar que fosse encontrado. Em decisão de 20 de outubro de 2011, a “Cámara Nacional de Apelaciones en lo Criminal y Correccional Federal de la Capital Federal” formalizou a identificação dos restos mortais de Marcos, a partir de análise pericial realizada pela Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF).

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães desapareceu em Buenos Aires, Argentina. Depois de passar por distintos centros de detenção, é possível que tenha sido preso finalmente no quartel militar de La Tablada, em San Justo, Província de Buenos Aires.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Anexo 6.5.	Informe Final de la Comisión para la Paz (4/2013).	Comisión para la Paz do Uruguai (publicação).	Denúncia relativa a cidadãos uruguaios desaparecidos na Argentina.

Arquivo da CNV: 00092_001405_2014_97.	“ <i>Víctimas del Terrorismo de Estado</i> . Informe de la Comisión Provincial por la Memoria (Argentina) para la Comisión Nacional de la Verdad de Brasil”. Junho de 2014.	Comisión Provincial por la Memoria (CPM).	O Informe relaciona três documentos que acompanham a ficha pessoal de Marcos Basílio. O primeiro consiste em uma solicitação de paradeiro dirigida ao Estado Maior do Exército, à Polícia Federal e à Polícia de Buenos Aires, na qual se requer informações sobre Marco Basílio, mas o pedido é respondido negativamente em todas as instâncias. O segundo constitui igualmente um pedido de informações sobre o paradeiro de Marcos Basílio, direcionado à Polícia Federal, Polícia de Buenos Aires e Estado Maior do Exército e respondido negativamente por todos os órgãos. O terceiro documento traz uma lista de pessoas desaparecidas habilitadas para votar, com dados pessoais e fichas de desaparecimento, publicada no Jornal <i>Clarín</i> . Entre os nomes consta o de Marcos Basílio e sua respectiva ficha.
Arquivo da CNV: 00092_002863_2014_43.	Fichas individuais de desaparecidos políticos do Archivo Nacional de la Memoria.	Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP).	A ficha contém dados pessoais de Marcos Basílio Arocena, informações sobre seu desaparecimento, bem como observações gerais sobre o caso.
Arquivo da CNV: 00092_000773_2014_18.	Otros casos surgidos a partir del relevamiento realizado em nuestros registros.	Ministerio de Justicia y Derechos Humanos.	O documento contém dados sobre o caso de Marcos Basílio Arocena apresentado à CONADEP.
Arquivo da CNV: 00092.003340/2014-14.	Decisão, de 20/10/2011.	Cámara Nacional de Apelaciones en lo Criminal y Correccional Federal de la Capital Federal.	Declara que os restos mortais de Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães foram localizados no Cemitério Municipal de Avellaneda, Provincia de Buenos Aires, tendo sido identificados pela Equipo Argentina de Antropología Forense (EAAF).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

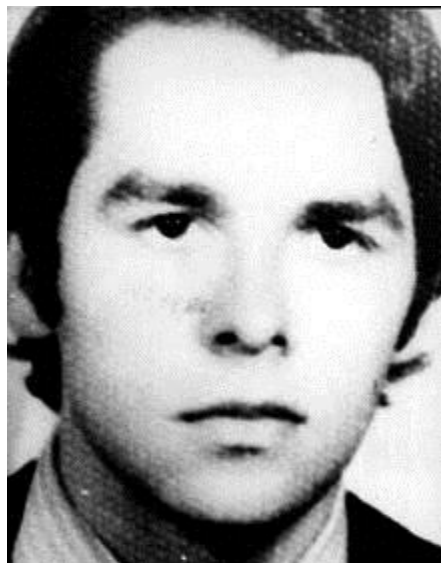
Diante das investigações realizadas, conclui-se que Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado argentino, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada na Argentina a partir de 1976.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ *Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos. Em cumplimiento del artículo 4º de la Ley nº 15.848. Tomo II. Datos de las víctimas. Fichas personales. pp. 514-518.*

ii Segundo o Relatório Final da Comissão para a Paz do Uruguai, de 10 de abril de 2003, “Considera confirmadas parcialmente 32 denúncias mais, em função de existir elementos de convicção que permitam assumir que as pessoas que constam no anexo nº 6.5 foram detidas em procedimentos não-oficiais ou não-reconhecidos como tais” (tradução livre). “Considera confirmadas parcialmente 32 denuncias más, em función de que existen elementos de convicción que permiten asumir que las personas que se individualizan en ANEXO N° 6.5 fueron detenidas em procedimientos no oficiales o no reconocidos como tales”(Informe Final de la Comisión para la Paz, Uruguai, abril/2003).

WALTER KENNETH NELSON FLEURY



DADOS PESSOAIS

Filiação: Walter Tomas e Lulú Cafa

Data e local de nascimento: 10/10/1954

Atuação profissional: Mecânico de montadora de automóveis; delegado sindical

Organização política: Organización Comunista Poder Obrero (OCPO)

Data e local do desaparecimento: Entre 06 e 09 de Agosto de 1976, na rua Olleros 3612 em Buenos Aires, Argentina.

BIOGRAFIAⁱ

Walter Kenneth Nelson Fleury, de nacionalidade britânica (Passaporte britânico n.º 186.661) e filho de mãe brasileira, era militante da *Organización Comunista Poder Obrero* (OCPO). Trabalhava como mecânico da montadora automobilística Fiat, Buenos Aires, onde também atuava como delegado sindical. Sua condição de “ativista da ideologia comunista” o fez ser suspenso da fábrica e, posteriormente, ser demitido em 4 de dezembro de 1974.ⁱⁱ

Vigiado, teve sua vida registrada pela Polícia Federal Argentina, com informações que cobriram o período de 1973 a 1976. No ano de seu desaparecimento Walter morava em uma pensão na Rua Olleros 3.612 com sua companheira, Claudia Julia Fita Miller. De acordo com testemunho, o casal foi sequestrado por agentes da repressão argentina nessa pensão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNVⁱⁱⁱ

De acordo com carta entregue pelo Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) à Comissão Externa de Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara de Deputados, Walter Fleury ~~foi~~ teria sido visto em novembro e dezembro de 1976 na Brigada Güemes da Polícia da Província de Buenos Aires, próximo ao centro clandestino *El Vesubio*, na localidade de La Tablada.

A denúncia sobre o desaparecimento de Walter Fleury na *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Persona* (CONADEP) da Argentina foi protocolada com o número 5.325 no Registro da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos da Argentina. Os familiares de Nelson Fleury não apresentaram requerimento a respeito de seu desaparecimento à *Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos* (CEMDP) do Brasil.

O nome de Fleury consta no livro *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964 – 1985)*, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos / Instituto de Estudo Sobre a Violência do Estado (IEVE).

Seu nome está inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Walter Kenneth Nelson Fleury foi sequestrado entre os dias 06 e 9 de agosto de 1976, às 4 horas da manhã, na pensão ‘Hotel Esperanza’, onde estava com sua companheira, a estudante de psicologia Claudia Julia Fita Miller. De acordo com documento entrados no Arquivo da Prefectura Naval Argentina, sabe-se que Walter era monitorado e procurado pelos órgãos de repressão argentinos nos meses que antecederam sua prisão.

LOCAL DO DESAPARECIMENTO^{iv}

Buenos Aires – Argentina, Hotel Esperanza na rua Olleros 3612.

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos sobre as circunstâncias d desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional: Diário Oficial-RJ,	Requerimento solicitando	Diário Oficial-RJ, 14/09/1973	Deputado Carlos Fayal solicita informação sobre o desaparecimento

14/09/1973, AC_ACE_37116_83	informações. (06/92/1983)		de 14 brasileiros, entre eles o de Walter Fleury
Arquivo Nacional: APA_ACE_12491_85_ 002_1	Degrações e arquivos diversos (12/03/1985)	Comissão de Direitos Humanos Para Investigar Presos Políticos p. 53	No documento há degravações de programas e documentos e, entre eles, há uma sugestão de 1985 para a criação de uma comissão para investigar crimes políticos, contendo uma lista de desaparecidos em que o nome de Walter Nelson Fleury está incluído.
Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos: Arquivo CNV, 00092.001155/2012-23	Ficha General_ Causante (21/01/2005)	Archivo Nacional de la Memoria, Archivo CONADEP-SDH	Dados pessoais
Arquivo CNV, 00092.001405/2014-97. COM/ Comisión Provincial por la Memoria. <i>Víctimas del Terrorismo de Estado. Informe de la Comisión Provincial por la Memoria (Argentina) para la Comisión Nacional de la Verdad de Brasil</i> , Buenos Aires, jun. 2014	Informe da Comisión Provincial por la Memoria para a Comissão Nacional da Verdade	Comisión Provincial por la Memoria da Argentina	Informações sobre o monitoramento de Walter Kenneth Nelson Fleury pelo governo autoritário argentino

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, infere-se que a vítima foi desaparecida na Argentina na data de sua prisão nesse país.

Recomenda-se empreender esforços junto às autoridades brasileiras e da Argentina, no intuito de identificar os agentes responsáveis pelo desaparecimento, assim como localizar os restos mortais do desaparecido político.

ⁱ Informe da CPM para a Comissão Nacional da Verdade, http://www.cnv.gov.br/images/pdf/argentina/Victimas_del_Terrorismo_de_Estado.pdf

ⁱⁱ COM/ Comisión Provincial por la Memoria. *Víctimas del Terrorismo de Estado. Informe de la Comisión Provincial por la Memoria (Argentina) para la Comisión Nacional de la Verdad de Brasil*, Buenos Aires, jun. 2014, p. 15.

ⁱⁱⁱ Informações também retiradas do livro *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964 – 1985)*, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos / IEVE – Instituto de Estudo Sobre a Violência do Estado.

^{iv} Acervo MJDH, Porto Alegre: CONADEP, Ficha General_Causante.

ANTÔNIO DE ARAÚJO VELOSO

[sem foto]

DADOS PESSOAIS

Filiação: José Veloso e Andrelina Araújo da Conceição

Data e local de nascimento: 4/12/1934, Bertulina (PI)

Atuação profissional: lavrador

Organização política: não consta

Data e local de morte: 31/8/1976, São João do Araguaia (PA)

BIOGRAFIA ⁱ

Também conhecido na região como “Sitônio”, era lavrador oriundo do Piauí que residia na Vila denominada Metade, em São Domingos do Araguaia (PA). Antônio era casado com Maria Raimunda Rocha e tinha sete filhos. Conheceu alguns guerrilheiros que se instalaram na região, como Criméia Alice de Almeida e Danilo Carneiro. Este residiu em sua casa por um período superior a um ano, até as Forças Armadas se instalarem no sul do Pará para combater a guerrilha, em abril de 1972.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV ⁱⁱ

A despeito das evidências da prisão de Antônio por motivação política e dos maus tratos sofridos por ele, em 17 de outubro de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos indeferiu o pleito de reparação movido por sua esposa, Maria Raimunda Rocha Veloso. Naquela ocasião, o relator entendeu que o caso não estava legalmente amparado, pois ele havia morrido quatro anos após ter sofrido as torturas. Com a alteração da Lei nº 9.140/1995, pela Medida Provisória nº 176/2004, a CEMDP teve sua competência alterada, para poder reparar também os familiares das pessoas falecidas em decorrência de sequelas psicológicas provocadas por torturas. No mesmo ano, a filha de Antônio, Guiomar Veloso da Silva, ingressou com novo pedido perante o órgão, que o deferiu em 2 de agosto de 2005. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTEⁱⁱⁱ

A certidão de óbito de Antônio de Araújo Veloso registra que ele teve uma morte de causa “natural, sem assistência médica”, no município de São João do Araguaia (PA),

em 31 de agosto de 1976. Contudo, sua esposa e conhecidos afirmam que seu falecimento foi uma consequência direta do sofrimento que vivenciou enquanto esteve preso, no ano de 1972. Entre eles, José da Luz, Abdias Soares da Silva e José de Araújo Mota, em declaração constante do processo de reparação perante a CEMDP, alegam terem testemunhado a prisão de Antônio e que, após ter sido solto, o lavrador não teria tido mais saúde, vindo a falecer quatro anos depois.^{iv}

Danilo Carneiro, sobrevivente da guerrilha, afirmou ter morado com a família do camponês por pouco mais de um ano e que Antônio o teria auxiliado a refugiar-se na cidade de São Domingos, quando as Forças Armadas chegaram à região. Ele afirmou que foi preso no decorrer do mesmo mês, em abril de 1972, e que viu “Sitônio” já detido na caminhonete militar, com diversos ferimentos e fraturas aparentes. Danilo declarou que somente soube do óbito do lavrador na década de 1980.^v

Em depoimento ao jornal *Movimento*, de São Paulo, entre 17 e 23 de novembro de 1980, Maria Raimunda da Rocha Veloso confirmou que seu marido teria ajudado Danilo, levando-o à Transamazônica, e que foi abordado por soldados que procuravam o guerrilheiro. Naquela ocasião, ao não encontrá-lo, os militares teriam prendido Antônio na cadeia de Marabá e o obrigado a servir de guia para o Exército, sob ameaças de agressão.^{vi}

A relatora do segundo processo sobre o lavrador na CEMDP – Suzana Keniger Lisboa – expôs em sua decisão que ouviu pessoalmente, de diversas pessoas, sobre as torturas aplicadas a “Sitônio”. Ela reconta que, além de ter sido espancado violentamente e ter ficado dias sem água e comida, ele foi colocado com os pés sobre latas abertas que cortavam seus pés toda vez que se movia. Esse tratamento teria lhe ocasionado diversas sequelas, impossibilitando-o de trabalhar e sustentar sua família.^{vii} Nesse sentido, o processo de 1996 traz um atestado médico que relata o atendimento por “politraumatismo, hematomas, e esquimoses”.^{viii}

LOCAL DE MORTE

Antônio teria sido preso na delegacia de Marabá (PA) e falecido, quatro anos depois, no município de São João do Araguaia (PA).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

OPERAÇÕES ARAGUAIA – OPERAÇÕES CIGANA E PEIXES (de março a setembro de 1972).

Antônio foi preso durante operações realizadas entre março e setembro de 1972. Estas tiveram como objetivo verificar a existência de centros de treinamentos de guerrilheiros na região e providenciar sua neutralização. As ações empregadas foram desenvolvidas em duas fases distintas, sendo a primeira de “Busca de Informes” e a segunda de “Isolamento, Cerco e Redução do Inimigo”^{ix}.

As manobras foram realizadas por meio da articulação de diversas unidades, pertencentes a diferentes comandos das três Forças Armadas, com participação de homens oriundos do Comando Militar da Amazônia (Manaus), da 8ª Região Militar (Belém), do IV Exército (Recife), 10ª Região Militar (Fortaleza), IV Divisão Naval (Belém), 1ª Zona Aérea (Belém). Centro de Inteligência do Exército (Guanabara), Centro de Informações da Aeronáutica, da Brigada Paraquedista (Guanabara), e do Comando Militar do Planalto / 11ª Região Militar (Brasília).

A fase final da operação foi marcada pela permanência na região de unidades da 3ª Brigada de Infantaria (sede Brasília), e pela transferência do comando da operação da 8ª Região Militar (Belém) para o Comando Militar do Planalto (Brasília), e executado em campo pelo comandante da 3ª Brigada de Infantaria, general Antônio Bandeira.^x

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Centro de Informações do Exército: general de Divisão Milton Tavares de Souza

Comandante da 8ª Região Militar: general de brigada Darcy Jardim de Matos

Comandos participantes

1ª Zona Aérea: coronel Rodopiano, tenente Coronel Pinho, coronel Assis, capitão Siroteau

IV Divisão Naval: comandante Seibel.

Coordenação: tenente-coronel Raul Augusto Borges Chefe da 2ª Seção (serviço secreto) da 8ª Região Militar

Apoio: 2ª Seções (serviço secreto) da IV Divisão Naval e da 1ª Zona Aérea

Participação: Centro de Informações de Exército, Centro de Operações de Informação do Comando Militar do Planalto, Centro de Operações de Informações da 3ª Brigada de Infantaria.

Comando da tropa: tenente-coronel de Infantaria Gastão Batista de Carvalho, Comandante do 2º Batalhão de Infantaria de Selva^{xi}.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0015_0009.	Processo de Reparação.	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.	Coleciona documentos oficiais e biográficos sobre Antônio; declaração de testemunhas sobre a prisão e seqüelas de torturas que sofreu Antônio; certidão de óbito de Antônio; declaração de Danilo Carneiro sobre seu vínculo com o camponês e testemunho da sua prisão; atestado médico sobre sequelas das torturas de Antônio.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0015_0010.	Processo de Reparação.	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.	Coleciona documentos oficiais e biográficos sobre Antônio; contém depoimento da esposa de Antônio sobre a prisão dele.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0015_0011.	Processo de Reparação.	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.	Coleciona documentos oficiais e biográficos sobre Antônio.
Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0060_d.	Cronograma das ações na área de Marabá, maio de 1972.	8ª Região Militar, Ministério do Exército.	Detalha a operação militar que estava em curso quando Antônio foi preso.
Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0048_d.	Informação Especial nº 01 S/102-CIE.	Centro de Informações do Exército, Ministério do Exército.	Detalha a operação militar que estava em curso quando Antônio foi preso.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES^{xii}

Antônio de Araújo Veloso é considerado desaparecido político por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na Sentença da Corte Interamericana no caso Gomes Lund e outros, “o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e

permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade”, sendo que o Estado “tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis”.

Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Antônio de Araújo Veloso, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos no caso, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado Brasileiro “a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas”.

ⁱ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Pp. 264-265; Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0015_0009; BR_DFANBSB_AT0_0015_0010; BR_DFANBSB_AT0_0015_0011; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS; DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009, p. 659.

ⁱⁱ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS; DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009; CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C n° 219; Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0015_0009; BR_DFANBSB_AT0_0015_0010; BR_DFANBSB_AT0_0015_0011.

ⁱⁱⁱ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Op. cit., pp. 264-265; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS; DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. Op. cit., p. 659; Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0015_0009; BR_DFANBSB_AT0_0015_0010; BR_DFANBSB_AT0_0015_0011.

^{iv} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0015_0009, pp. 3-5.

^v Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0015_0009, p. 16.

^{vi} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0015_0009, p. 29.

^{vii} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0015_0011, pp. 15-16.

^{viii} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0015_0009, p. 8.

^{ix} Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0060_d. p. 3.

^x Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0060_d.

^{xi} Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0048_d, p.3.

^{xii} CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Op. cit., p. 38, p. 41.

FELICIANO EUGÊNIO NETO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Marcolina de Souza Machado e José Eugênio

Data e local de nascimento: 11/5/1920, Dom Silvério (MG)

Atuação profissional: metalúrgico

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de morte: 29/9/76, São Paulo, SP.

BIOGRAFIA

Casado, pai de 3 filhos, Feliciano iniciou sua militância no PCB em 1945, em Volta Redonda (RJ), onde era trabalhador da Siderúrgica Nacional. Foi demitido em 1949 e nesse ano, na cidade do Rio de Janeiro, foi detido por quatro dias, mas não foi processado. No início de 1950, mudou-se para Niterói (RJ), onde atuou no PCB com Maurício Grabois (desaparecido em 25 de dezembro de 1973) e Carlos Nicolau Danielli (assassinado em 30 de dezembro de 1972) até 1958. Em 1955, participou do Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT) de apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência da República.

Em 1958, retornou a Volta Redonda e trabalhou no Sindicato da Construção Civil até 1962. Nesse ano, foi eleito vereador para o mandato que se iniciou no ano seguinte. Após o golpe de 1964, seu mandato foi cassado e ele mudou-se logo depois para São Bernardo do Campo (SP), onde conseguiu emprego em uma fábrica de pedras para isqueiro, e levava vida fora da clandestinidade. Em 1967, mudou-se para Campo Grande (hoje MS), quando passou a trabalhar para o partido. Lá viveu até 1970. A partir de

1971, teve a tarefa de distribuir o jornal Voz Operária no interior do estado de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Reconhecido como morto pela Comissão de Reparação, criada pela lei nº 10.726/2001, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo em 2008. O caso não foi encaminhado à CEMDP. Seu nome consta no “Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)” organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTEⁱ

Feliciano Eugênio morreu no Hospital das Clínicas de São Paulo em 29 de setembro de 1976. Feliciano Eugênio teve prisão preventiva decretada em 15/01/1975, pela 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar. Foi preso pelo DOI/CODI do II Exército no dia 02/10/1975. A polícia permaneceu em sua casa, mesmo após a prisão de Feliciano, e deteve também seus filhos, levados ao quartel do II Exército. No quartel, os filhos viram Feliciano e puderam comprovar que sofria maus tratos, já que gemia o tempo todo. Eles foram interrogados por cerca de 7h e na manhã do dia 03/10 foram liberados. A partir daí, Feliciano ficou preso incomunicável por 70 dias, segundo informa seu advogado, Mário de Passos Simas, em relato constante do livro “Gritos de Justiça” (Editora FTD, 1986). Conforme atesta documento intitulado “Movimentação de preso”, durante o tempo na prisão esteve também no DOPS/SP.

Dias antes da data em que seria posto em liberdade pelo cumprimento da pena de 6 meses de reclusão que lhe fora imposta, deu entrada no Hospital das Clínicas de São Paulo no dia 23 de setembro de 1976 para realizar uma intervenção cirúrgica urgente e morreu durante a operação. A certidão de óbito, do dia 30/09/1976, assinado pela Dra. Maria Alice Correa informa causa de morte não determinada, arteriosclerose generalizada. Foi sepultado no Cemitério de São Caetano do Sul.

LOCAL DE MORTE

Na certidão de óbito consta que faleceu no Hospital das Clínicas de São Paulo, às 00h30. Quando de sua morte, estava sob custódia do Estado, no Presídio de Hipódromo. Em sua certidão de óbito consta, inclusive, como seu endereço de domicílio, o endereço do presídio, rua Hipódromo, 600.

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias de morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
IEVE (Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado), Processo 270 910	Certidão (data: n/c)	2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar	Registra as decisões da Justiça Militar sobre Feliciano: acusado do PROCESSO Nº 03/76; prisão preventiva decretada em 15/01/75; prisão preventiva realizada em 02/10/75; condenação a 2 anos de reclusão em 08/07/76; extinção de punibilidade por razão de óbito em 10/01/85.
IEVE (Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado), Processo 270 910, p.24	Movimentação de Preso 232/75 (Data: 11/10/1975)	DOPS SP	Informa que está detido na carceragem do DOPS.
Comissão Nacional da Verdade, Comissão de Anistia: 2013.01.72687, p. 75	Indiciado IP 53/75 (Data: 25 e 26/10/1975)	Turma de Interrogatório preliminar B	Depoimento de Feliciano sobre sua atuação militante.
Comissão Nacional da Verdade, Comissão de Anistia: 2013.01.72687, p. 79	Ofício nº 773/75-B/2-DOI (Data: 31/10/1975)	Ministério do Exército CMDO II Exército	Relaciona os presos do PCB à disposição das autoridades, onde consta o nome de Feliciano.
IEVE (Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado), Processo 270 910	Movimentação de Preso 232/75 (Data: 03/11/75)	DOPS	Informa a transferência do DOPS para o DOI/CODI II Exército para investigações.

Comissão Nacional da Verdade, Comissão de Anistia: 2013.01.72687, p. 94.	Ofício T. 4/L/ n 2.841/76 (Data: 29/09/76)	Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	Informa que o Feliciano foi internado no Hospital no dia 23/09 para realizar cirurgia e que faleceu dia 29/09.
Comissão Nacional da Verdade, Comissão de Anistia: 2013.01.72687, p. 103	Certidão de óbito (Data: 17/01/2006)	20º Subdistrito Jardim América/SP	Informa que no livro C-014 de registro de óbitos, folha 129, nº 8030 consta que em 30/09/76 foi registrado o óbito de Feliciano, falecido em 29/09/76, no Hospital das Clínicas. Residente em rua do Hipódromo, nº600. Causa de morte indefinida.
IEVE (Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado), Processo 270 910, p. 5-10.	Gritos de Justiça (data: 1986)	Editoria FTD	Advogado informa que Feliciano estava incomunicável, sofrendo maus tratos há 70 dias; atesta as más condições físicas que se encontrava a vítima.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, pode-se concluir que a vítima morreu sob custódia do Estado brasileiro, no contexto das sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, e identificação dos demais agentes envolvidos e sua responsabilização.

ⁱ Processo apresentado à Comissão de Reparação 270 910. (Fonte: Acervo IEVE)

JOÃO BOSCO PENIDO BURNIER



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Cândida Penido Burnier e Henrique Burnier

Data e local de nascimento: 11/6/1917, Juiz de Fora (MG)

Atuação profissional: sacerdote

Organização política: Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Data e local de morte: 12/10/1976, Ribeirão Bonito, atual município de Ribeirão Cascalheira (MT) /Goiânia (GO)

BIOGRAFIA

Nascido em Juiz de Fora (MG), João Bosco Penido Burnier concluiu seus estudos primários em casa. Em 1928, começou a preparação para o sacerdócio em dois seminários do Rio de Janeiro (em Paquetá e Rio Comprido). Concluiu a sua formação no Seminário Maior em Roma, na Itália. Durante este período, tornou-se padre secular e cursou o mestrado em Filosofia e Teologia na Universidade Pontifícia Gregoriana. Retornou ao Brasil, em 1954, quando passou a atuar como assistente para a América Latina da Companhia de Jesus e exerceu o prelado na vice-província goiano-mineira dos jesuítas. Entre 1958 e 1965, foi mestre dos noviços e diretor espiritual dos juniores. Como missionário da Prelazia de Diamantino (MT), atuou na defesa das populações indígenas e dos trabalhadores rurais.

Muito estimado no meio em que atuava, João Bosco Penido Burnier estava sempre disponível para atender a população e era visto como um sacerdote que praticava integralmente os preceitos da pobreza evangélica.

Em meados da década de 1970, viveu no norte do estado de Mato Grosso, onde atuava junto aos índios das etnias Beijos-de-pau, Bakairi, Merure e Bororo. Em 1976, ano de

sua morte, desempenhava a função de coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 25 de novembro de 2009, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de João Bosco Penido Burnier. O nome do religioso consta do *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. O seu caso já havia sido apresentado anteriormente à CEMDP, mas foi indeferido em 24 de abril de 1997.

Em sua memória, o padre José Coelho de Souza escreveu o livro *O sangue pela Justiça*, em que reconstitui, por meio de documentos e depoimentos, a vida e o martírio do padre João Bosco Penido Burnier. Também em sua homenagem, D. Pedro Casaldáliga escreveu o livro *Martírio do Padre João Bosco Penido Burnier*, em 2006, publicado pela Editora Loyola.

No local em que o jesuíta agonizou, aguardando transporte para atendimento médico em Goiânia, foi erguida uma capela que até hoje é visitada por amigos, religiosos e romeiros. Em julho de 2006, a Romaria dos Mártires da Caminhada, em Ribeirão Cascalheira (MT), marcou as homenagens relativas ao 30º ano do assassinato do religioso. A cerimônia teve a participação de cerca de 4 mil pessoas, contando com a presença de Dom Pedro Casaldáliga e de outros líderes religiosos, assim como de integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Cimi.

Também, em sua homenagem, seu nome foi atribuído a rua no bairro do Camobi, em Santa Maria (RS), a uma escola estadual em Belo Horizonte (MG), a uma praça no bairro Jardim Julieta em São Paulo (SP), a uma rua no Conjunto Habitacional P, em Campinas (SP) e a uma rua no bairro do Trevo, em Belo Horizonte (MG).

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

No dia 11 de outubro de 1976, o padre João Bosco Penido Burnier acompanhou o bispo Dom Pedro Casaldáliga à Delegacia de Polícia, onde, após alguns minutos, de tensa conversa, foi alvejado com dois tiros na cabeça por agente do Estado, vindo a óbito em 12 de outubro de 1976, na cidade de Ribeirão Bonito, atual município de Ribeirão Cascalheira (MT).

Uma semana antes havia ocorrido o assassinato do cabo Félix Pereira de Castro, muito conhecido pelos atos de violência que praticava. Sua morte revoltou as forças policiais da região, que reagiram perseguindo e torturando os suspeitos pelo crime e seus familiares. Neste contexto de tensão, o objetivo da visita dos religiosos à delegacia era interceder por três pessoas que, após terem sido presas sem mandado judicial ou flagrante delito, estavam sendo torturadas: Margarida Barbosa da Silva, Yolanda Eloisa dos Santos, Santana Rodrigues de Oliveira Santos e José Pereira de Andrade.

Na delegacia, quatro policiais receberam os religiosos de forma truculenta e, até mesmo, com ameaças de morte. O padre Burnier comunicou aos soldados que informaria à hierarquia das forças de segurança sobre as arbitrariedades que estavam sendo cometidas ali. Como resposta, foi agredido com uma bofetada pelo soldado Ezy Ramalho Feitosa, que ainda o atingiu no rosto com o revólver e desferiu-lhe um tiro. Gravemente ferido, o religioso foi internado no Instituto Neurológico de Goiânia, mas não resistiu e faleceu.

Consta do processo da CEMPD um relato de Dom Pedro Casaldáliga sobre os detalhes da tragédia:

(...) Quando chegamos a Ribeirão logo nos sentimos atingidos por um certo clima de terror que pairava sobre o lugar e as redondezas. A morte do cabo Félix (...), muito conhecido pelas suas arbitrariedades e até crimes (...) trouxe ao lugar um grande contingente de policiais e com eles a repressão arbitrária e até a tortura (...). Duas mulheres estavam sofrendo na delegacia torturas – um dia sem comer e beber, de joelhos, braços abertos, agulhas na garganta e sob as unhas (...). Era Margarida Barbosa, irmã de Jovino (que matara o cabo Félix por ter aprisionado os filhos dele). E Santana, esposa de Paulo, filho de Jovino, violentada por vários soldados apesar de estar de resguardo (...).

Eram mais de 18h e os gritos delas se ouviam da rua. ‘Não me batam’. Resolvi ir à delegacia interceder por elas. O padre João Bosco, que estava lendo e rezando (...), fez questão de me acompanhar (...). Quando chegávamos no terreno da pequena delegacia local, cercada por arame (...) os quatro policiais nos esperavam enfileirados, em atitude agressiva. Entramos pela cerca de arame que ia ser também cerca de morte. Eu me apresentei como bispo de São Félix, dando a mão aos soldados. O padre João Bosco também se apresentou. E tiveram aquele diálogo de talvez três ou cinco minutos; com insultos e ameaças até de morte por parte deles. Quando o padre João Bosco disse aos policiais que denunciaria aos superiores dos mesmos as arbitrariedades que vinha praticando, o soldado Ezy Ramalho Feitosa pulou até ele, dando-lhe uma bofetada fortíssima no rosto. Tentei cortar o impossível diálogo: ‘João Bosco, vamos...’. O soldado descarregou no rosto do padre um golpe de revólver, e em segundo gesto, fulminante, o tiro fatal, no crânio.

No mesmo dia do assassinato, a população de Ribeirão destruiu e incendiou a delegacia. A cerimônia de sepultamento do religioso ocorreu no dia 14 de outubro de 1976, em

Diamantino, acompanhada por cerca de 2 mil pessoas, juntamente com uma caravana de 45 carros.

Segundo o Inquérito Policial instaurado na época, tanto o soldado Ezy Ramalho Feitosa como os outros envolvidos em prática de tortura foram expulsos da Polícia Militar de Mato Grosso. Entre eles, Elias Amador, Messias Martins dos Reis e Juracy Pedro da Silva – este último teria recomendado ao soldado Ezy que se evadisse do local para evitar uma prisão em flagrante. O inquérito indiciou os envolvidos e decretou sua prisão preventiva.

Quando do primeiro exame do caso pela CEMDP, o relator do processo, Nilmário Miranda, propôs o deferimento do caso, justificando:

o fato de acompanhado por Dom Pedro Casaldáliga, considerado inimigo pelos governos militares, que tentaram expulsá-lo do País, é relevante. Naquele mesmo ano, no dia 22 de setembro, quando agentes policiais militares sequestraram Dom Adriano, Bispo de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, testemunhas oculares informaram a Dom Pedro Casaldáliga a tentativa de matá-lo em São Félix do Araguaia (MT). Segundo Dom Pedro Casaldáliga: “Queriam, os inimigos do povo, dar uma ‘lição’ à Igreja do Povo, simultaneamente na cidade e no campo?”

O corpo do padre João Bosco Penido Burnier foi enterrado no cemitério dos Jesuítas, em Diamantino (GO).

LOCAL DE MORTE

Instituto Neurológico de Goiânia (GO).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1 Polícia Militar do estado do Mato Grosso

Governador do estado do Mato Grosso: José Garcia Neto

Comandante Geral da Polícia Militar do estado do Mato Grosso: coronel Geraldo de Oliveira da Silva

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Ezy Ramalho	Polícia Militar.	Soldado.	Disparou a arma	Delegacia de Polícia do	Inquérito Policial da Delegacia Especial de Barra do Garça (MT),

Feitosa.			contra a vítima atingindo-a na cabeça.	município de Ribeirão Bonito, atual Ribeirão Cascalheira (MT).	18/10/1976. Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_032_0058, pp. 1-4.
----------	--	--	--	--	--

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_032_0058, pp. 1-4.	Inquérito Policial, 18/10/1976.	Delegacia Especial de Barra do Garça (MT).	O documento narra as torturas infligidas aos familiares dos acusados de matar o cabo Félix e identifica os responsáveis. Relata, também, as circunstâncias da morte do padre João Bosco Penido Burnier. Evidencia, ainda, que o acusado, Ezy Ramalho Feitosa, foi indiciado, tendo sido decretada a sua prisão preventiva.
Arquivo Nacional, DSI-MRE: BR_DFANBSB_Z4_AC_ACE_98738_76, pp. 5-20.	Relatório, 18/10/1976.	Serviço Nacional de Informações (SNI).	O documento traz uma cópia do despacho do juiz Flávio de José Martins mandando expedir o mandado de prisão do acusado de assassinar o padre João Bosco. Traz também o depoimento de Dom Pedro Casaldáliga.
Arquivo Nacional, DSI-MRE: BR_DFANBSB_Z4_AC_ACE_98738_76, pp. 5-20.	Encaminhamento, 6/12/1976.	Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores.	O documento reúne uma série de recortes de jornais estrangeiros, denotando a preocupação do regime militar com a repercussão da morte do padre João Bosco no exterior e os possíveis prejuízos que poderia acarretar para a imagem externa do Brasil.
Arquivo Nacional, SNIG: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_106533_77, p. 4-5.	Informação, 12/10/1977.	SNI.	O documento relata a preocupação do citado órgão de informações sobre a repercussão da morte do padre João Bosco no Brasil e no exterior.
Arquivo da CNV: 00092.0024362014-65	Memo nº 29/2009-CEMDP/SEDH/PR, 26/11/2009	CEMDP.	Apresenta a decisão da CEMDP pelo deferimento do pedido, feito por sua família, de reconhecimento de João Bosco como vítima da Ditadura

			Militar.
--	--	--	----------

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que o padre João Bosco Penido Burnier morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ÂNGELO ARROYO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Encarnação Pardito e Ângelo Arroyo

Data e local de nascimento: 6/11/1928, São Paulo (SP)

Atuação profissional: metalúrgico e comerciante

Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Data e local de morte: 16/12/1976, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em São Paulo, Ângelo Arroyo era casado e tinha dois filhos. Tornou-se operário metalúrgico e passou a integrar, em 1945, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em seguida, foi eleito membro do Comitê Regional de São Paulo, tendo também atuado como secretário do Comitê Distrital do bairro da Mooca. Dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos nos anos de 1950, Ângelo liderou inúmeras greves e manifestações, tendo sido preso várias vezes em função de sua atuação. Participou igualmente de ações políticas no campo, tendo se engajado, no final da década de 1950, na Revolta de Formoso e Trombas, ocorrida no estado de Goiás. Em 1962, participou da Conferência Nacional Extraordinária organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), uma dissidência do PCB, tornando-se membro do Comitê Central.

Ângelo atuou na Guerrilha do Araguaia, colaborando na organização dos destacamentos formados por militantes do partido na região sul do estado do Pará. Após a intensa repressão levada a cabo pelas Forças Armadas, conseguiu escapar do cerco e foi um dos poucos guerrilheiros a sobreviver às investidas dos militares na região. Posteriormente, elaborou um detalhado relato sobre o que ocorreu no Araguaia, conhecido como

Relatório Arroyo, até hoje, passados mais de 30 anos, reconhecido como o relato mais completo sobre os mortos e desaparecidos naquele episódio.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 29 de fevereiro de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Ângelo Arroyo. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro deram o seu nome a ruas nos bairros de Vila Feliz e Bangu, respectivamente.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Ângelo Arroyo foi morto com Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar e João Batista Franco Drumond, no dia 16 de dezembro de 1976, na chamada “Chacina da Lapa”, em São Paulo (SP). Nos dias 14 e 15 daquele mês, integrantes do Comitê Central do PCdoB realizavam reunião em uma casa no bairro da Lapa. O imóvel vinha sendo monitorado pelos órgãos de repressão porque Manoel Jover Telles, um dos integrantes do PCdoB, havia sido preso e delatado a reunião. Na noite do dia 15, os militantes começaram a sair do imóvel da rua Pio XI separadamente, muitos deles sendo presos em seguida. Entre eles se encontravam Aldo Arantes, Haroldo Lima, Wladimir Pomar, filho de Pedro Pomar, e Elza Monerat. Nos dias anteriores à chacina, documentos originados do comando do II Exército, em São Paulo, foram encaminhados a outras unidades militares e ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), informando que o referido imóvel estava sendo vigiado por agentes do Destacamento de Operações de Informações (DOI) e mencionando os nomes de alguns militantes como participantes do encontro, entre eles Ângelo Arroyo, Pedro Pomar e Aldo Arantes.

A preparação do ataque à casa onde estavam os militantes se iniciou no dia 10 de dezembro, quando o general de Brigada Carlos Xavier de Miranda, chefe do Estado-Maior do II Exército, encaminhou ao coronel Erasmo Dias, secretário de Segurança Pública de São Paulo, um ofício comunicando que o comando havia tomado conhecimento de que “reuniões clandestinas” compostas por “subversivos” estariam ocorrendo na região da Lapa, e que o trabalho de obtenção de informações havia apontado que “elementos condenados” e conhecidos por suas atuações no PCdoB estavam realizando “atividades subversivas”. O mesmo documento foi enviado ao

DEOPS e, no mesmo dia, o delegado Sérgio Paranhos Fleury publicou uma portaria em que determinou uma investigação policial confidencial para acompanhar as diligências então em andamento.

Pouco tempo depois, já no dia 14, outro ofício foi enviado pelo general Miranda ao coronel Erasmo Dias, no qual era comunicada a data, o horário e o local da investida para prender os militantes do PCdoB. Neste documento, solicitou que fosse montado um esquema de segurança com o objetivo de comunicar e “tranquilizar” os moradores da região, assim como de desviar o trânsito da rua onde ocorreria a operação.

Os agentes do DOI, sob o comando do tenente-coronel Rufino Ferreira Neves, cercaram a casa na rua Pio XI. De acordo com a versão divulgada pelos órgãos de repressão, teria sido dada voz de prisão aos militantes que se encontravam no interior do imóvel. Neste instante, supostamente teria havido uma reação à investida, desencadeando um intenso tiroteio.

No final do dia, o II Exército publicou nota oficial informando que, em colaboração com outros órgãos de segurança, conseguira desmontar um “aparelho” no bairro da Lapa. A nota ainda informava da suposta reação dos militantes, que teriam atirado na direção dos agentes. Como resultado, dois dos militantes teriam sido mortos na mesma ocasião e um terceiro, no momento em que fugia, teria morrido atropelado.

Contudo, de acordo com moradores próximos à casa onde ocorreu a chacina, não houve troca de tiros. Os disparos foram efetuados do lado de fora do imóvel, justamente na posição onde estavam os agentes da repressão. Maria Trindade, uma das militantes que estava no local no momento, afirmou que não houve resistência armada por parte de quem estava na residência. Ainda segundo seu depoimento, as pessoas que lá se encontravam não tiveram chance de escapar. Em entrevista ao jornal *Zero Hora*, de 3 de novembro de 1995, apontou que no momento em que a casa foi invadida ela fazia café e que, em um dado instante, ouviu um barulho como se estivessem jogando pedras nos vidros. Pouco tempo depois, observou quando Ângelo saía do banheiro, instante em que foi atingido por uma bala, caindo, em seguida, em sua frente. Em outra parte da casa, os agentes mataram Pedro Pomar. De acordo com o relato de Pedro Estevam Pomar, neto de Pedro Pomar, em seu livro *Massacre da Lapa*, o repórter Nélson Veiga, da TV Bandeirantes, conseguiu passar pelo esquema de segurança montado pelas forças repressivas e entrar na casa logo após os agentes fuzilarem os presentes. Nesta ocasião,

observou que não havia quaisquer armas de fogo ao lado dos corpos dos militantes mortos.

A falsa versão também é questionada pela contradição existente entre o laudo pericial do local e o laudo de exame pericial das armas, já que não há coincidência entre as armas descritas. Além disso, não foi realizado laudo que indicasse sinais de pólvora nas mãos de Ângelo e de Pedro Pomar. Por fim, os corpos tiveram suas posições modificadas e foram colocados de forma a aparentar que estavam portando armas, que foram plantadas na cena do crime.

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, de São Paulo, realizou audiência pública em 2 de agosto de 2012, quando recebeu os sobreviventes da chacina, Aldo Arantes e Wladimir Pomar. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” realizou audiência pública sobre o caso de Ângelo Arroyo e demais vítimas da chacina em 8 de agosto de 2013. O jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar encaminhou à Comissão Nacional da Verdade, em 7 de agosto de 2014, um depoimento contendo informações a respeito do planejamento da “Chacina da Lapa”, bem como nomes de agentes envolvidos.

Ângelo Arroyo foi enterrado pela família no cemitério da Quarta Parada, em São Paulo.

LOCAL DE MORTE

Rua Pio XI, nº 767, Lapa, São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI-CODI/II Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do II Exército: general de Exército Dilermando Gomes Monteiro

Chefe do Estado-Maior do II Exército: general de Brigada Carlos Xavier de Miranda

Comandante do DOI: tenente-coronel Rufino Ferreira Neves

Chefe da Seção de Investigação do DOI: capitão Ênio Pimentel da Silveira

1.2. DOI-CODI/I Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do I Exército: general de Exército José Pinto de Araujo Rabello

Chefe do Estado-Maior do I Exército: general de Brigada Leônidas Pires Gonçalves

1.3. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do CIE: general de Brigada Antonio da Silva Campos

Chefe da Seção de Operações do CIE: coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra

1.4. Departamento Estadual de Ordem Política e Social: (DEOPS)

Governador do Estado de São Paulo: Paulo Egydio Martins

Secretário de Segurança: coronel Erasmo Dias

Delegado-Geral de Polícia: Joaquim Humberto de Moraes Novaes

Diretor do DEOPS: Tácito Pinheiro Machado

Delegacia de Ordem Social do DEOPS: Sérgio Fernando Paranhos Fleury

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
<i>Projeto Brasil Nunca Mais</i> , Arquivo Brasil Nunca Mais Digital: Pasta BNM_043, p. 1870.	Certidão de óbito, 3/1/1977.	Registro Civil/14º Distrito.	Apresenta como causa da morte “choque traumático”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0014_0002, p. 8.	Certidão de óbito, 24/11/1979.	Registro Civil/14º Subdistrito.	Apresenta como causa da morte “choque traumático”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0014_0002, p. 11.	Requisição de exame, 16/12/1976.	Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS).	Apresenta a falsa versão de que Ângelo foi morto ao resistir à prisão.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0071_0007,	Ofício S/Nº-E/2, 10/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Apresenta a informação de que o II Exército descobriu a realização de “reuniões clandestinas” e aponta nomes de alguns militantes envolvidos.

p. 29.			
<i>Projeto Brasil Nunca Mais</i> , Arquivo Brasil Nunca Mais Digital: Pasta BNM_043, p. 30.	Portaria, 10/12/1976.	Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).	Confirma recebimento de ofício do II Exército no qual se informa sobre “reuniões clandestinas” de militantes do PCdoB e determina a abertura de investigações, de caráter confidencial, para acompanhar as diligências realizadas.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0071_0007, p. 30.	Ofício S/Nº-E/2, 14/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Documento enviado ao Secretário de Segurança Pública informando que o DOI-CODI realizaria uma operação visando à prisão de militantes do PCdoB no dia 16 de dezembro e solicitando a montagem de um esquema de segurança no endereço.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0071_0007, pp. 31-32.	Ofício S/Nº-E/2, 16/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Documento do comando do II Exército ao Secretário de Segurança Pública relatando os resultados da operação. Aponta que a casa onde ocorreu a chacina já estava sendo vigiada desde o dia 13 e apresenta a falsa versão de resistência seguida de morte.
<i>Projeto Brasil Nunca Mais</i> , Arquivo Brasil Nunca Mais Digital: Pasta BNM_043, pp. 34-35.	Ofício S/Nº/76-E/2-DOI, 16/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Apresenta a falsa versão de resistência seguida de morte.
<i>Projeto Brasil Nunca Mais</i> , Arquivo Brasil Nunca Mais Digital: Pasta BNM_043, p. 108.	Identificação dos corpos, 16/12/1976.	Seção de Estudos e Laudos/Instituto de Identificação Civil e Criminal.	Confirma que os corpos das vítimas são de Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Além disso, apresenta a falsa versão de que foram mortos em tiroteio.
Arquivo Nacional, SNIG: ASP_ACE_1130_3_82, p. 3.	Informação nº 7023, 16/12/1976.	Sistema Nacional de Informações.	Apresenta a falsa versão de que Pedro Pomar foi morto ao resistir à prisão.
Arquivo	Laudo de exame de	Instituto Médico-Legal	Apresenta a falsa versão de que Ângelo

Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0014_0002, pp. 14-16.	Corpo de Delito, 17/12/1976.	(IML)	Arroyo foi morto em um tiroteio com a polícia.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0014_0002, p. 17.	Matéria de jornal: Desmantelada célula do PCdoB, 3 mortos, data não especificada.	Não identificado.	Apresenta a falsa versão de que Ângelo Arroyo foi morto em um tiroteio com a polícia.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0014_0002, p. 19.	Matéria de jornal: Subversivos morrem em tiroteio, 17/12/1976.	<i>Diário Popular.</i>	Apresenta a falsa versão de que Ângelo Arroyo foi morto em um tiroteio com a polícia.
Arquivo da CNV: 00092.002929/20 14-60, pasta 002, pp. 21-22.	Esquema gráfico do laudo do cadáver, data não especificada.	IML.	Apresenta o trajeto dos projéteis que levaram Ângelo Arroyo a óbito.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0071_0007, pp. 41-45.	Laudo, 27/12/1976.	Instituto de Criminalística.	Laudo de exame de armas supostamente utilizadas pelos militantes, onde são listadas outras armas não indicadas no laudo de local, apontando que a pesquisa de resíduos de combustão de pólvora apresentou resultado positivo em três armas.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0071_0007, pp. 34-40.	Laudo, 28/12/1976.	Instituto de Criminalística.	Laudo de exame de local que apresenta a versão de que houve troca de tiros, indicando tiros que teriam sido desferidos de dentro para fora. Indica como supostas armas usadas pelos militantes um revólver Taurus e uma carabina Winchester.
<i>Projeto Brasil Nunca Mais</i> , Arquivo Brasil Nunca Mais Digital: Pasta BNM_043, pp. 1751-1789.	Relatório de Inquérito Policial, 14/2/1977.	Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS).	Destaca a ação de desmantelamento do “aparelho” do PCdoB no bairro da Lapa em São Paulo e apresenta a falsa versão de que Pedro Pomar e Ângelo Arroyo foram mortos ao resistir à prisão.

Arquivo da CNV, Parecer de Antônio Chincarino, data não especificada.	00092.002929/2014-60, pasta 007.	Não identificado.	Aponta confusões na descrição das lesões por projétil de arma de fogo, atesta que não é possível saber se os orifícios são de entrada ou saída e tampouco se os disparos foram a curta distância ou não.
---	----------------------------------	-------------------	--

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Pedro Estevam da Rocha Pomar, jornalista e neto de Pedro Pomar.	Arquivo da CNV, Depoimento de Pedro Estevam da Rocha Pomar à Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva (SP), em audiência pública, em São Paulo, 8 de agosto de 2013: 00092.003338/2014-45.	Apresenta o que foi a Chacina da Lapa e identifica elementos que desconstruem a versão de que as mortes decorreram de uma troca de tiros. Descreve a participação de Manoel Jover Telles, dirigente do PCdoB que foi preso e delatou a reunião, num acordo com o general Leônidas Pires Gonçalves, do DOI-CODI/I Exército.
Aldo Arantes.	Arquivo da CNV, Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog: 00092.000810/2013-15, pp. 81-91.	Relata que foi preso após a reunião na casa da rua Pio XI, nº 767. Levado para o DOI-CODI/II Ex., DEOPS/SP e DOI-CODI/I Ex., sofreu intensas torturas. Aponta os delegados Sérgio Fleury e Romeu Tuma como responsáveis pelas torturas no DOPS. Relata que há depoimento de um militar dizendo que Ângelo Arroyo foi metralhado de forma covarde e torpe.
Wladimir Ventura Torres Pomar.	Arquivo da CNV, Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog: 00092.000810/2013-15, pp. 77-81.	Relata que foi preso após a reunião na casa da rua Pio XI, nº 767. Levado para o DOI-CODI/II Ex., DEOPS/SP e DOI-CODI/I Ex., sofreu intensas torturas por cerca de 47 dias. Aponta Ênio Pimentel como comandante da operação do DOI-CODI/II Ex.
Pedro Estevam Rocha Pomar.	Arquivo CNV: 00092.001734/2014-38.	Apresenta o que foi a Chacina da Lapa e identifica elementos que desconstruem a versão de que as mortes decorreram de uma troca de tiros. Descreve a participação de Manoel Jover Telles, dirigente do PCdoB que foi preso e delatou a reunião, num acordo com o general Leônidas Pires Gonçalves, do DOI-CODI/I Exército. Descreve com riqueza a tortura vivenciada pelos demais integrantes do PCdoB presos na operação e demonstra como a casa estava sendo plenamente

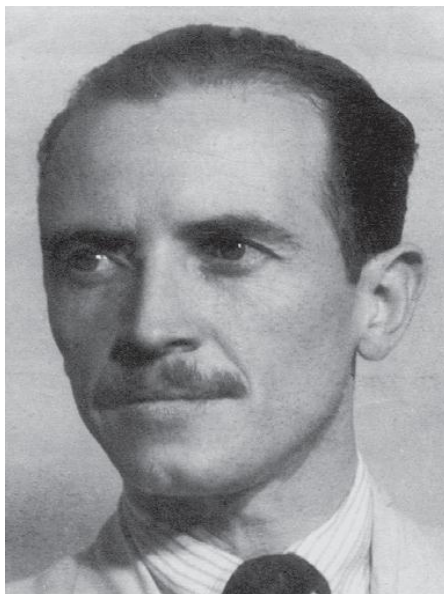
		monitorada, sem que houvesse necessidade das mortes que ocorreram.
--	--	--

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Ângelo Arroyo foi executado em ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Ângelo Arroyo e a continuidade das investigações sobre o caso para a identificação e responsabilização dos agentes responsáveis.

PEDRO VENTURA FELIPE DE ARAÚJO POMAR



DADOS PESSOAIS

Filiação: Rosa de Araújo Pomar e Felipe Cossio Pomar

Data e local de nascimento: 23/9/1913, Óbidos (PA)

Atuação profissional: deputado federal, jornalista, tradutor

Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Data e local de morte: 16/12/1976, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido no Pará, Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar era filho de Felipe Cássio Pomar, pintor e escritor peruano. Sua mãe, Rosa, era maranhense. A família de Pedro mudou-se para Nova Iorque em 1918, quando ele tinha apenas cinco anos. Seus pais se separaram e, um ano depois da separação, ele e sua mãe voltaram a viver na cidade de Óbidos, no Pará. Com 13 anos, Pedro foi estudar em Belém, onde se envolveu com a movimentação política da década de 1930. Em setembro de 1932, participou da organização de um levante armado em apoio à revolução constitucionalista de 1932, em São Paulo. Viveu um tempo no Rio de Janeiro, hospedado na casa da escritora Eneida de Moraes, militante comunista, a convite de quem entrou no Partido Comunista do Brasil (PCB).¹ Em 1933, voltou para Belém e, aos 19 anos, ingressou na faculdade de Medicina. Em dezembro de 1935, casou-se com Catharina Patrocínia Torres, com quem viria a ter quatro filhos.

Aos 22 anos, em 1936, Pedro Pomar foi preso pela primeira vez. Saiu da prisão em junho de 1937 e passou a viver na clandestinidade. Foi preso novamente em setembro de 1939, durante o Estado Novo (1937-1945), e, em 5 de agosto de 1941, fugiu da prisão com a ajuda dos companheiros de partido, Maurício Grabois e Amarílio de Vasconcelos. Atuou na Comissão Nacional de

Organização Provisória, cujo objetivo era reorganizar o PCB nacionalmente. Em 1945, após o fim do Estado Novo, concorreu à Câmara dos Deputados pelo estado do Pará, mas não foi eleito. Em 1947, voltou a concorrer ao cargo de deputado federal pela coligação PCB-PSP (Partido Social Progressista) e foi eleito com mais de cem mil votos. Na condição de parlamentar, denunciou a violenta repressão política contra os comunistas, ajudou a encaminhar alguns perseguidos para a clandestinidade e prestou solidariedade aos presos.

Chefiou a delegação brasileira no Congresso Mundial da Paz, no México, em 1948, e integrou a delegação enviada ao Congresso Mundial da Paz de 1949, em Varsóvia. Seu mandato terminou em 1950, quando se viu impedido de concorrer a novo pleito uma vez que os comunistas estavam proibidos de se candidatar em quaisquer partidos. Na clandestinidade, foi retirado do secretariado nacional do PCB e mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde participou de diversas mobilizações operárias e populares contra a carestia dos anos de 1951 e 1952. Residiu, depois, no Rio de Janeiro e por dois anos na União Soviética. De volta ao Brasil, incorporou-se ao Comitê Regional Piratininga, responsável pela organização do partido na Grande São Paulo. Foi enviado a congressos internacionais do Partido Comunista, assistindo de perto a seus choques e a suas lutas internas. Paralelamente, envolveu-se nas lutas internas do PCB, o que fez que fosse perdendo posições de direção.

Traduziu livros e deu aulas para sobreviver na clandestinidade. Em 1962, como desfecho das divergências internas, participou da criação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) com Maurício Grabois, João Amazonas, Kalil Chade, Lincoln Oest, Carlos Danielli e Ângelo Arroyo. Pedro Pomar participou ativamente da organização do partido, foi escolhido membro do Comitê Central e também redator-chefe do jornal *A Classe Operária*.

Com o golpe militar de abril de 1964, a casa de Pedro foi vasculhada e destruída pela polícia. Ele teve sua prisão preventiva decretada ainda em abril, logo após o golpe. Em fins de 1964, passou a viver com a família, clandestinamente, em um bairro de classe média na cidade de São Paulo. Naquele período, atuou na instalação de militantes em regiões rurais no país e, por isso, realizou muitas viagens para estados como Goiás, Maranhão e Pará. Teve papel destacado na VI Conferência Nacional do PCdoB, em 1966. Ali, nascia uma nova crise interna, com a formação da Ala Vermelha. Como vinha discordando da linha política da direção do PCdoB, não integrava seu núcleo dirigente. Após a morte de três membros da Comissão Executiva, em 1972, passou a atuar na direção do partido. Pedro Pomar estava com viagem marcada para a Albânia, mas, em função de doença de sua esposa, cancelou a viagem e compareceu à reunião com dirigentes do PCdoB na casa da rua Pio XI, na Lapa. Morreu aos 63 anos de idade, executado por agentes do Estado, no episódio que ficou conhecido como “Chacina da Lapa”.

Enterrado com nome falso no cemitério de Perus, em São Paulo (SP), teve seus restos mortais trasladados para Belém do Pará em 1980.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 23 de abril de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar. Seu nome consta ainda no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar foi morto, com Ângelo Arroyo e João Batista Franco Drummond, no dia 16 de dezembro de 1976, na chamada “Chacina da Lapa”, em São Paulo. Nos dias 14 e 15 daquele mês, integrantes do Comitê Central do PCdoB realizavam uma reunião em uma casa no bairro da Lapa. O imóvel vinha sendo monitorado pelos órgãos de repressão porque Manoel Jover Telles, um dos integrantes do PCdoB, havia sido preso e delatado a reunião.

Na noite do dia 15, os militantes começaram a sair do imóvel da rua Pio XI separadamente, muitos deles sendo presos em seguida. Entre eles se encontravam Aldo Arantes, Haroldo Lima, Wladimir Pomar, filho de Pedro Pomar, e Elza Monerat. Nos dias anteriores à chacina, documentos originados do comando do II Exército foram encaminhados a outras unidades militares e ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), informando que o referido imóvel estava sendo vigiado por agentes do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do II Exército e mencionando os nomes de alguns militantes participantes do encontro, como Ângelo Arroyo, Pedro Pomar e Aldo Arantes.

A preparação da operação policial se iniciou no dia 10 de dezembro, quando o general de brigada Carlos Xavier de Miranda, chefe do Estado-Maior do II Exército, encaminhou ao coronel Erasmo Dias, Secretário de Segurança Pública/SP, um ofício comunicando que o comando havia tomado conhecimento de que “reuniões clandestinas” entre membros do PCdoB estariam acontecendo na região da Lapa. O documento foi enviado ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e, no mesmo dia, o delegado Sérgio Paranhos Fleury publicou uma portaria determinando que fosse realizada uma investigação policial confidencial para acompanhar as diligências em andamento. No dia 14 do mesmo mês, o general Carlos Xavier de Miranda enviou outro ofício ao coronel Erasmo Dias informando a data, o horário e o local da operação policial para prender os militantes do PCdoB, e solicitando a montagem de um esquema de segurança com os objetivos de comunicar e “tranquilizar” os moradores da região, e de desviar o trânsito da rua onde aconteceria a operação.

Os agentes do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, sediado em São Paulo, sob o comando do tenente-coronel Rufino Ferreira Neves, cercaram a casa na rua Pio XI. De acordo com a falsa versão divulgada pelos órgãos da repressão, os militantes que se encontravam no interior da casa reagiram à ordem de prisão, ao que teria se seguido uma intensa troca de tiros.

No final do dia, o II Exército publicou uma nota informando que, em colaboração com outros órgãos de segurança, conseguira desmontar um “aparelho” no bairro da Lapa. A nota ainda informava da suposta reação dos militantes, que teriam atirado contra os agentes. Como resultado, dois dos militantes teriam sido mortos – Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar e Ângelo Arroyo –, enquanto o terceiro, João Batista Franco Drumond, teria morrido atropelado enquanto tentava fugir.

De acordo com o relato de moradores vizinhos da casa onde ocorreu a chacina, não houve troca de tiros. Segundo as testemunhas, os tiros foram disparados do lado de fora da casa, onde estavam os agentes da repressão. Maria Trindade, uma das militantes que estava na casa, afirmou que não houve resistência armada ao cerco policial, e que as pessoas que estavam na casa não tiveram chance de escapar. Em entrevista ao jornal *Zero Hora*, de 3 de novembro de 1995, Maria Trindade recordou que, no momento em que a casa foi invadida, ela fazia café, quando ouviu um barulho como se estivessem jogando pedras nos vidros. Pouco tempo depois, viu Ângelo sair do banheiro e ser atingido por uma bala que vinha do lado de fora. Enquanto isso, em outra parte da casa, os agentes mataram Pedro Pomar, que se encontrava na sala da casa.

A versão divulgada pelos órgãos da repressão também é questionada pela contradição entre o laudo pericial de local e o laudo de exame pericial das armas. Não há coincidência entre as armas descritas como tendo sido encontradas e periciadas. Além disso, há indícios de que os corpos tiveram suas posições modificadas e de que foram arranjados de maneira a demonstrar que estavam portando armas. No caso de Pedro Pomar, a montagem é notada por meio da posição de seus óculos. Era pouco provável que ficassem na posição em que supostamente foram encontrados após Pedro receber tantos tiros. Ainda que se considerem verdadeiras as imagens representadas nas fotos de local, elas indicariam que o militante estaria lendo no momento em que foi atingido, uma vez que, segundo testemunhas, Pedro Pomar apenas usava seus óculos para leitura e nunca para outra atividade.

O caso de Pedro Pomar foi referido pela Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, que realizou audiência pública em 2 de agosto de 2012 e recebeu os sobreviventes da chacina, Aldo Arantes e Wladimir Pomar. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” realizou audiência pública sobre o caso de Pedro Pomar e demais vítimas da Chacina da Lapa, em 8 de agosto de 2013. O jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar encaminhou à Comissão Nacional

da Verdade, em 7 de agosto de 2014, um depoimento contendo informações a respeito do planejamento da Chacina da Lapa, no qual cita nomes de agentes envolvidos.

Os restos mortais de Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar foram enterrados com nome falso no cemitério de Perus, em São Paulo. Em 1980, sua família conseguiu identificar seu corpo e realizar o traslado para Belém (PA).

LOCAL DE MORTE

Rua Pio XI, nº 767, Lapa, São Paulo, SP.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI-CODI/II Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do II Exército: general de Exército Dilermando Gomes Monteiro

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de brigada Carlos Xavier de Miranda

Comandante do DOI: tenente-coronel Paulo Rufino Alves

Chefe da Seção de Investigação do DOI: capitão Ênio Pimentel da Silveira

1.2. DOI-CODI/I Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do I Exército: general de Exército José Pinto de Araujo Rabello

Chefe do Estado Maior e do CODI do I Exército: general de brigada Leônidas Pires Gonçalves

1.3. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do CIE: general de brigada Antonio da Silva Campos

Chefe da Seção de Operações do CIE: coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra

1.4. Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS)

Governador do estado de São Paulo: Paulo Egydio Martins

Secretário de Segurança: coronel Erasmo Dias

Delegado-Geral de Polícia: Joaquim Humberto de Moraes Novaes

Diretor do DEOPS: Tácito Pinheiro Machado

Delegacia de Ordem Social do DEOPS: Sérgio Fernando Paranhos Fleury

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação	Título e data do	Órgão produtor do	Informações
----------------------	-------------------------	--------------------------	--------------------

da fonte documental	documento	documento	relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0071_0007, p. 5.	Certidão de óbito, de 16/1/1978.	Registro Civil/14° Subdistrito.	Atesta o óbito.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0071_0007, p. 19.	Certidão de óbito retificada, de 7/4/1980.	Registro Civil/14° Subdistrito.	Inclui o nome inteiro de Pedro Pomar.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0071_0007, p. 29.	Ofício S/N°-E/2, de 10/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Apresenta a informação de que o II Exército descobriu a realização de “reuniões clandestinas” e aponta nomes de alguns militantes envolvidos.
<i>Projeto Brasil Nunca Mais</i> , Arquivo Brasil Nunca Mais Digital: Pasta BNM_043, p. 30.	Portaria, de 10/12/1976.	Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).	Confirma recebimento de ofício do II Exército que informa sobre “reuniões clandestinas” de militantes do PCdoB e determina a abertura de investigações, de caráter confidencial, para acompanhar as diligências realizadas.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0071_0007, p. 30.	Ofício S/N°-E/2, de 14/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Documento enviado ao Secretário de Segurança Pública informando que o DOI-CODI realizará uma operação visando à prisão de militantes do PCdoB no dia 16 de dezembro e solicitando a montagem de um esquema de segurança no endereço.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0071_0007, pp. 31-32.	Ofício S/N°-E/2, de 16/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Documento do comando do II Exército ao Secretário de Segurança Pública relatando os resultados da operação. Aponta que a casa onde

			ocorreu a chacina já estava sendo vigiada desde o dia 13 e apresenta a falsa versão de resistência seguida de morte.
<i>Projeto Brasil Nunca Mais</i> , Arquivo Brasil Nunca Mais Digital: Pasta BNM_043, pp. 34-35.	Ofício S/Nº/76-E/2-DOI, de 16/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Apresenta a falsa versão de resistência seguida de morte.
<i>Projeto Brasil Nunca Mais</i> , Arquivo Brasil Nunca Mais Digital: Pasta BNM_043, p. 29.	Portaria, de 16/12/1976.	DOPS.	O delegado Sérgio Paranhos Fleury determina a abertura de inquérito policial e apresenta a falsa versão de que Pedro e Ângelo foram mortos ao reagirem à prisão.
<i>Projeto Brasil Nunca Mais</i> , Arquivo Brasil Nunca Mais Digital: Pasta BNM_043, p. 108.	Identificação dos corpos, de 16/12/1976.	Seção de Estudos e Laudos/Instituto de Identificação Civil e Criminal.	Confirma que os corpos são de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Além disso, apresenta a falsa versão de que foram mortos em tiroteio.
Arquivo Nacional, SNIG: ASP_ACE_11 303_82, p. 3.	Informação nº 7023, 16/12/1976.	Sistema Nacional de Informações.	Apresenta a falsa versão de que Pedro Pomar foi morto ao resistir à prisão.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0071_0007, pp. 63-67.	Laudo de exame de corpo de delito, 17/12/1976.	IML.	Apresenta a falsa versão de que Pedro Pomar foi morto ao reagir à prisão.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0071_0007, pp. 75-80.	Esquema gráfico do laudo de exame de corpo e fotos, data não especificada.	IML.	Apresenta as lesões no corpo das vítimas.
Arquivo Nacional,	Matéria de jornal: “Desmantelada	Não identificado	Apresenta a falsa versão de que Pedro

CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0014_0002, p. 17.	célula do PCdoB, 3 mortos”, data não especificada.		Pomar foi morto em um tiroteio com a polícia.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0014_0002, p. 19.	Matéria de jornal: “Subversivos morrem em tiroteio”, 17/12/1976.	<i>Diário Popular.</i>	Apresenta a falsa versão de que Pedro Pomar foi morto em um tiroteio com a polícia.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0071_0007, pp. 41-45.	Laudo, 27/12/1976.	Instituto de Criminalística.	Laudo de exame de armas supostamente utilizadas pelos militantes, onde são listadas outras armas não indicadas no laudo de local, apontando que a pesquisa de resíduos de combustão de pólvora apresentou resultado positivo em três armas.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0071_0007, pp. 34-40.	Laudo, 28/12/1976.	Instituto de Criminalística.	Laudo de exame de local que apresenta a falsa versão de que houve uma troca de tiros e indica que tiros teriam sido desferidos de dentro para fora do imóvel. Indica como supostas armas usadas pelos militantes um revólver Taurus e uma carabina Winchester.
<i>Projeto Brasil Nunca Mais</i> , Arquivo Brasil Nunca Mais Digital: Pasta BNM_043, pp. 1751-1789.	Relatório de Inquérito Policial, 14/2/1977.	DOPS.	Destaca a ação de desmantelamento do “aparelho” do PCdoB no bairro da Lapa em São Paulo e apresenta a falsa versão de que Pedro e Ângelo foram mortos ao resistir à prisão.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_AN_BSB_VAZ_001_0061, pp. 6-7.	Encaminhamento nº 089, 25/2/1977.	2ª Seção/Quartel General/IV Comando Aéreo Regional.	Apresenta a falsa versão de que Pedro Pomar foi morto ao reagir à prisão.
Arquivo	Solicitação de	Wladimir Ventura Torres	Confirma que Pedro

Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0071_0007, p. 7.	retificação de assentamento do registro de óbito, 26/2/1980.	Pomar/Escritório de Advocacia Mario Masagão Filho S/C.	foi enterrado com nome falso.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0071_0007, p. 10.	Mandado, 26/3/1980.	1ª Vara de Registros Públicos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.	Determina a alteração do atestado de óbito identificando corretamente o nome de Pedro Pomar.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Pedro Estevam da Rocha Pomar, jornalista e neto de Pedro Pomar.	Arquivo da CNV, depoimento de Pedro Estevam da Rocha Pomar à Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva (SP), em audiência pública, em São Paulo, 8 de agosto de 2013: 00092.003338/2014-45.	Apresenta o que foi a Chacina da Lapa e identifica elementos que desconstruem a falsa versão de que as mortes decorreram de uma troca de tiros. Descreve a participação de Manoel Jover Telles, dirigente do PCdoB que foi preso e delatou a reunião, em um acordo com o general Leônidas Pires Gonçalves, do DOI-CODI/I Ex. em troca de dinheiro e empregos.
Aldo Arantes.	Arquivo da CNV, relatório Final da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog: NUP 00092.000810/2013-15, pp. 81-91.	Relata que foi preso após a reunião na casa da Rua Pio XI, nº 767. Levado para o DOI-CODI/II Ex., DEOPS/SP e DOI-CODI/I Ex., sofreu intensas torturas. Aponta os delegados Sérgio Fleury e Romeu Tuma como responsáveis pelas torturas no DOPS.
Wladimir Ventura Torres Pomar.	Arquivo da CNV, relatório Final da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog: 00092.000810/2013-15, pp. 77-81.	Relata que foi preso após a reunião na casa da Rua Pio XI, nº 767. Levado para o DOI-CODI/II Ex., DEOPS/SP e DOI-CODI/I Ex., sofreu intensas torturas por cerca de 47 dias. Aponta Ênio Pimentel como comandante da operação do DOI-CODI/II Ex.
Pedro Estevam Rocha Pomar	Arquivo da CNV, 00092.001734/2014-38.	Apresenta o que foi a Chacina da Lapa e identifica elementos que desconstruem a falsa versão de que as mortes decorreram de uma troca de tiros. Descreve a participação de Manoel Jover

		Telles, dirigente do PCdoB que foi preso e delatou a reunião, num acordo com o general Leônidas Pires Gonçalves, do DOI-CODI/Ex., em troca de dinheiro e empregos. Descreve com riqueza a tortura vivenciada pelos demais integrantes do PCdoB presos na operação e demonstra como a casa estava sendo plenamente monitorada, sem que houvesse necessidade das mortes que ocorreram.
--	--	--

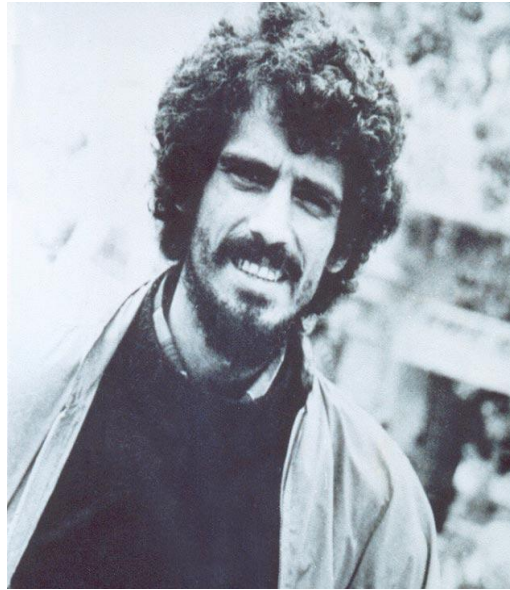
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar foi executado em ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar e a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

i Fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil (PCB), a alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro ocorreu durante a conferência nacional realizada em agosto de 1961, e teve como finalidade facilitar o registro eleitoral do partido e sua legalização.

JOÃO BATISTA FRANCO DRUMOND



DADOS PESSOAIS

Filiação: Zilah de Carvalho Drumond e João Batista Moura Drumond

Data e local de nascimento: 28/5/1942, Varginha (MG)

Atuação profissional: economista

Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Data e local de morte: 16/12/1976, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em Minas Gerais, João Batista Franco Drumond cursou o ensino fundamental no Ginásio Salesiano Dom Bosco, na cidade de Cachoeira do Campo (MG), e concluiu o ensino médio no Colégio Loyola, em Belo Horizonte (MG). Em 1961, ingressou no curso de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Antes do golpe militar de abril de 1964, participou de atividades de militância política com camponeses da região do sul de Minas Gerais. Entre 1964 e 1965, foi presidente do diretório acadêmico da faculdade de Economia e foi um dos organizadores dos 27º e 28º congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE). Formou-se em 1966 e passou a integrar a organização Ação Popular (AP), em que foi responsável pela Secretaria de Organização, pelo Comitê Político, e dirigente da regional Bahia/Sergipe. Foi um dos altos dirigentes da AP que decidiram ingressar no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Entre 1969 e 1970, foi condenado à revelia pela Justiça Militar à pena de 14 anos de reclusão e cassação de seus direitos políticos por dez anos. A partir de 1974, passou a integrar o Comitê Central do PCdoB, quando já vivia na clandestinidade. Era casado com Maria Esther Cristelli Drummond, com quem teve duas filhas, Rosamaria e Sílvia. Morreu aos 34 anos de idade, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 23 de abril de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de João Batista Franco Drumond. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi reconhecido como anistiado político *post mortem* em 6 de novembro de 2009, pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma rua do bairro Braúnas, na cidade de Belo Horizonte.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

João Batista Franco Drumond morreu em 16 de dezembro de 1976, no episódio conhecido como “chacina da Lapa”. Nos dias 14 e 15 daquele mês, integrantes do Comitê Central do PCdoB realizavam uma reunião em uma casa no bairro da Lapa. O imóvel vinha sendo monitorado pelos órgãos de repressão porque Manoel Jover Telles, um dos integrantes do PCdoB, havia sido preso e delatado à reunião. Na noite do dia 15, os militantes começaram a sair do imóvel da rua Pio XI separadamente, muitos deles sendo presos em seguida. Foi o caso de João Batista.

A preparação da operação policial na casa onde estavam os militantes do PCdoB se iniciou no dia 10 de dezembro, quando o general de brigada Carlos Xavier de Miranda, chefe do Estado-Maior do II Exército, encaminhou ao coronel Erasmo Dias, Secretário de Segurança Pública/SP, um ofício comunicando que o comando havia tomado conhecimento de “reuniões clandestinas” entre membros do PCdoB na região da Lapa. O documento foi enviado ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e, no mesmo dia, o delegado Sérgio Paranhos Fleury publicou portaria determinando a realização de investigação policial confidencial para acompanhar as diligências em andamento. No dia 14 do mesmo mês, o general Carlos Xavier Miranda enviou outro ofício ao coronel Erasmo Dias informando a data, o horário e o local da operação policial para prender os militantes do PCdoB. Miranda solicitou que fosse montado um esquema especial de segurança com os objetivos de comunicar e “tranquilizar” os moradores da região, e de desviar o trânsito da rua onde aconteceria a operação.

Os agentes do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, sob comando do tenente-coronel Rufino Ferreira Neves, cercaram a casa na rua Pio XI. De acordo com a versão divulgada pelos órgãos de repressão, os militantes que se encontravam no interior da casa reagiram à ordem de prisão, ao que teria se seguido uma intensa troca de tiros.

No final do dia, o II Exército publicou uma nota oficial informando que, em colaboração com outros órgãos de segurança, conseguira desmontar um “aparelho” no bairro da Lapa. A nota informava que diante da reação dos militantes, que teriam disparado contra os agentes, seguiu-se um confronto com dois militantes mortos, Angêlo Arroyo e Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar. Um terceiro membro do PCdoB, João Batista Franco Drumond, teria morrido atropelado, enquanto tentava fugir.

Passados mais de 40 anos da morte de João Batista Franco Drumond, as investigações realizadas pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e, mais recentemente, pela Comissão Nacional da Verdade revelaram indícios que permitem apontar a falsidade da versão divulgada pelos órgãos de repressão.

Segundo relatos de outros participantes da reunião, como Aldo Arantes e Wladimir Pomar, sabe-se que havia um esquema de segurança elaborado pelo PCdoB. Segundo as regras do esquema, os militantes deveriam deixar a casa na Lapa sempre em conjunto. Joaquim Celso de Lima e Elza Monerat eram os responsáveis por retirar os militantes, em duplas, da casa da rua Pio XI. Joaquim conduzia o veículo que deixava os militantes em diferentes pontos da cidade. Eles eram transportados de olhos fechados, para que não soubessem a exata localização do imóvel. Na noite do dia 15 de dezembro, João Batista Drumond e Wladimir Pomar compuseram uma das duplas a serem conduzidas. O carro do PCdoB foi seguido por agentes do DOI-CODI que estavam vigiando o local. João Batista e Wladimir saíram do carro nas proximidades da avenida 9 de Julho e seguiram sozinhos em direções distintas. Os dois continuaram sendo seguidos por agentes policiais que logo os prenderam. Ambos foram levados para a sede do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo. Por volta da meia noite, Wladimir percebeu, pelos comentários dos agentes policiais, que João Batista também estava detido no local. Por volta das 4h30, Wladimir sentiu uma grande movimentação e ouviu alguém pedindo para chamar “o doutor”, pois alguém teria se atirado ou sido jogado do alto de um dos prédios do DOI-CODI. Depois disso, Wladimir parou de ouvir os gritos que acreditava serem de João Batista Drumond.

De acordo com as versões divulgadas pelos órgãos de repressão, contudo, João Batista teria sido atropelado. Em algumas oportunidades afirmou-se que o atropelamento se deu ao tentar fugir do cerco policial à casa da rua Pio XI; em outras, que teria ocorrido na esquina da avenida Nove de Julho com a rua Paim. Ambos locais muito distantes daquele em que João Batista Drumond desceu do carro com Wladimir.

Outra contradição está no fato de o automóvel responsável pelo suposto atropelamento não ter sido identificado, apesar de a região da rua Pio XI estar cercada por forte aparato policial. Jamais foi identificado qualquer boletim de ocorrência ou registro policial acerca do suposto acidente.

Em 16 de abril de 2012, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), em decisão de primeira instância proferida pelo juiz Guilherme Madeira Dezem, determinou a retificação da certidão de óbito de João Batista, nos seguintes termos: “falecido no dia 16 de dezembro de 1976 nas dependências do DOI/CODI II Exército, em São Paulo”. A *causa mortis atestada* (traumatismo craniano encefálico) também deveria ser alterada para *morte decorrente de torturas físicas*.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” realizou audiência pública em 13 e setembro de 2013, em que discutiu o processo de retificação do atestado de óbito de João Batista Franco Drumond, ainda não alterado na ocasião.

Em decisão de 18 de fevereiro de 2014, a 2ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP acatou, em definitivo, o pedido de retificação.

Em 7 de agosto de 2014, o jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar encaminhou à Comissão Nacional da Verdade depoimento contendo informações a respeito do planejamento da operação policial que resultou na chacina, bem como os nomes de agentes envolvidos no caso.

Os restos mortais de João Batista Franco Drumond foram enterrados no Cemitério do Parque da Colina, em Belo Horizonte (MG).

LOCAL DE MORTE

DOI-CODI do II Exército, Rua Tutoia, nº 921, Paraíso, São Paulo, SP.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI-CODI/II Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do II Exército: general de Exército Dilermando Gomes Monteiro

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Carlos Xavier de Miranda

Comandante do DOI: tenente-coronel Paulo Rufino Alves

Chefe da Seção de Investigação do DOI: capitão Ênio Pimentel da Silveira

1.2. DOI-CODI/I Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do I Exército: general de Exército José Pinto de Araujo Rabello

Chefe do Estado Maior do I Exército e Chefe do CODI: general de Brigada Leônidas Pires Gonçalves

1.3. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota
Chefe do CIE: general de Brigada Antonio da Silva Campos
Chefe da Seção de Operações do CIE: coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra

1.4. Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS)

Governador do Estado de São Paulo: Paulo Egydio Martins
Secretário de Segurança: coronel Erasmo Dias
Delegado-Geral de Polícia: Joaquim Humberto de Moraes Novaes
Diretor do DEOPS: Tácito Pinheiro Machado
Delegacia de Ordem Social do DEOPS: Sérgio Fernando Paranhos Fleury

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, Processo 2009.01.65155, p. 10.	Certidão de óbito, 18/12/1976.	Cartório do Registro Civil/20º Distrito.	Aponta como causa da morte “traumatismo crânio encefálicos”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0071_0007, p. 29.	Ofício S/Nº-E/2, 10/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Apresenta a informação de que o II Exército descobriu a realização de “reuniões clandestinas” e aponta nomes de alguns militantes envolvidos.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0071_0007, p. 30.	Ofício S/Nº-E/2, 14/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Documento enviado ao Secretário de Segurança Pública informando que o DOI-CODI realizará uma operação visando à prisão de militantes do PCdoB no dia 16 de dezembro e solicitando a montagem de um esquema de segurança na rua onde se localizava a casa em que estavam.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0071_0007, pp. 31-32.	Ofício S/Nº-E/2, 16/12/1976.	Quartel General do II Exército.	Documento do comando do II Exército ao Secretário de Segurança Pública relatando os resultados da operação. Aponta como a casa onde ocorreu a chacina já estava sendo vigiada desde o dia 13 e apresenta a falsa versão de resistência seguida de morte.
Arquivo Nacional, CEMDP:	Laudo de exame de corpo de delito,	Instituto Médico-Legal (IML).	Apresenta a falsa versão de que João Batista morreu ao ser atropelado.

BR_DFANBS B_AT0_0045_0001, pp. 27-28	17/12/1976.		
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0045_0001, p. 44	Matéria de jornal: Mortos 3 dirigentes do PCdoB, de 17/12/1976.	Jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .	Apresenta a falsa versão de que João Batista morreu ao ser atropelado.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0014_0002, p. 19	Matéria de jornal: Subversivos morrem em tiroteio, de 17/12/1976.	<i>Diário Popular</i> .	Apresenta a falsa versão de que João Batista morreu ao ser atropelado.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0014_0002, p. 17	Matéria de jornal: Desmantelada célula do PCdoB, 3 mortos, data não especificada.	Não identificado.	Apresenta a falsa versão de que João Batista morreu ao ser atropelado.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0045_0001, pp. 76-80	Auto de reconhecimento, de 18/12/1976.	4º Distrito Policial.	Apresenta a falsa versão de que João Batista morreu ao ser atropelado.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0045_0001, pp. 70-72	Requisição de exame, 20/12/1976.	Instituto Médico Legal (IML).	Aponta como causa da morte “traumatismo crânio encefálicos” e afirma que João Batista morreu entre a Avenida 9 de julho e a Rua Paim.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_AN_BSB_VAZ_001_0061, pp.6-7	Encaminhamento nº 089, de 25/2/1977.	2ª Seção/Quartel General/IV Comando Aéreo Regional.	Apresenta a falsa versão de que João Batista foi atropelado.
Projeto Brasil Nunca Mais, Arquivo Brasil Nunca Mais Digital: BNM_043, pp.	Carta, 14/4/1977.	Aldo Silva Arantes.	Apresenta elementos que desconstruem a falsa versão sobre a morte de João Batista.

2127-2136.			
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0045_0001, pp. 29-42.	Ação Ordinária de Indenização, 14/12/1981.	Maria Ester Cristelli Drumond, Silvia Cristelli Drumond e Rosamaria Cristelli Drumond.	Apresenta elementos que desconstruem a falsa versão de atropelamento.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0045_0001, pp. 43-46.	Audiência de Instrução e Julgamento/depoimento de Elza de Lima Monnerat, 19/5/1986.	Seção de São Paulo/Justiça Federal.	Depoimento de Elza, que a época dos fatos era responsável por fazer a locomoção dos militantes para a reunião do PCdoB. Aponta que fez isso com João Batista e Wladimir Pomar, deixando o primeiro na rua Honduras. Afirma que os dois não foram interpelados por ninguém naquele instante, o que colabora para desconstruir a versão de que João teria sido atropelado.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0045_0001, pp. 47-48.	Audiência de Instrução e Julgamento/depoimento de Aldo Silva Arantes, 19/5/1986.	Seção de São Paulo/Justiça Federal.	Participou da reunião do PCdoB na casa onde ocorreu a chacina. Confirma a informação de que João Batista fora morto no DOI-CODI/II Ex.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0045_0001, pp. 49-51.	Audiência de Instrução e Julgamento/depoimento de Wladimir Ventura Torres Pomar, de 19/5/1986.	Seção de São Paulo/Justiça Federal.	Participou da reunião do PCdoB na casa onde ocorreu a chacina, de onde saiu junto com João Batista. Aponta que João também esteve no DOI-CODI/II Exército, local em que foram torturados.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0045_0001, pp. 52-65.	Decisão sobre Ação Ordinária, de 16/7/1993.	Quinta Vara Federal/Justiça Federal/Seção de São Paulo.	Decisão judicial que condena a União Federal a indenizar a esposa e filhas de João Batista e que apresenta elementos que desconstruem a versão de atropelamento.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_AT0_0045_0001, pp. 67-68.	Matéria de jornal: Ato inédito condena União por dano moral, de 1º/8/1993.	Jornal <i>Folha de S.Paulo</i> .	Menciona a decisão judicial que condena a União Federal e apresenta a desconstrução da versão de que a morte de João Batista decorreu de atropelamento.
Arquivo Nacional, CEMDP:	Matéria de jornal: Gaúcha lembra a batalha final da	Jornal Zero Hora	Depoimento de Maria Trindade. Ela cuidava da casa onde ocorreu a Chacina da Lapa e foi testemunha das

BR_DFANBS B_AT0_0045_ 0001, p. 93.	guerra suja, de 5/11/1995.		mortes.
Arquivo da CNV: 00092.003149/ 2014-72.	Sentença, 16/4/2012.	2ª Vara de Registros Públicos/Tribunal de Justiça de São Paulo	Sentença que determina a alteração da certidão de óbito de João Batista.
Arquivo da CNV: 00092.003149/ 2014-72.	Acórdão, 18/2/2014.	2ª Câmara de Direito Privado/Tribunal de Justiça de São Paulo	Confirma a decisão judicial em primeira instância de retificação do atestado de óbito de João Batista.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Pedro Estevam da Rocha Pomar, jornalista e neto de Pedro Pomar.	CNV, Depoimento de Pedro Estevam da Rocha Pomar à Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva (SP), em audiência pública, em São Paulo, 8 de agosto de 2013: 00092.003338/2014-45.	Apresenta o que foi a Chacina da Lapa e identifica elementos que desconstróem a versão de que as mortes decorreram de uma troca de tiros. Descreve a participação de Manoel Jover Telles, dirigente do PCdoB que foi preso e delatou a reunião, em um acordo com o general Leônidas Pires Gonçalves, do DOI-CODI/I Exército.
Egmar José Oliveira, advogado.	CNV, Depoimento de Egmar José Oliveira à Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva (SP), em audiência pública. São Paulo, 13 de setembro de 2013: 00092.003359/2014-61.	Neste depoimento, apresenta o processo de elaboração da ação judicial que solicita a alteração da certidão de óbito de João Batista.
Aldo Arantes.	CNV, Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog: 00092.000810/2013-15, pp. 81-91.	Relata como se deu a reunião e o esquema de segurança de saída de seus participantes. Conta como foi preso, as sevícias que sofreu e o tumulto que se instalou no DOI-CODI/II Ex. no momento em que João Batista faleceu em suas dependências.
Wladimir Ventura Torres Pomar.	CNV, Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog: 00092.000810/2013-15, pp. 77-81.	Relata que foi preso após a reunião na casa da Rua Pio XI, nº 767. Levado para o DOI-CODI/II Ex., DEOPS/SP e DOI-CODI/I Ex., sofreu intensas torturas por cerca de 47 dias. Aponta Ênio Pimentel como comandante da operação do DOI-CODI/II Ex. Relata que houve intensa movimentação no momento em que João Batista Drumond faleceu nas dependências do DOI-CODI/II Ex.
Pedro Estevam Rocha	Comissão Nacional da Verdade,	Apresenta o que foi a Chacina da Lapa e

Pomar.	00092.001734/2014-38.	identifica elementos que desconstroem as versões apresentadas para as mortes. Descreve a participação de Manoel Jover Telles, dirigente do PCdoB que foi preso e delatou a reunião, em um acordo com o general Leônidas Pires Gonçalves, do DOI-CODI/I Exército. Descreve com riqueza a tortura vivenciada pelos demais integrantes do PCdoB presos na operação e demonstra como a casa estava sendo plenamente monitorada, sem que houvesse necessidade das mortes que ocorreram.
--------	-----------------------	--

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que João Batista Franco Drumond morreu em decorrência de torturas praticadas por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ROBERTO ADOLFO VAL CAZORLA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Ginesa Cazorla de Val e Adolfo Val

Data e local de nascimento: 4/4/1954, Vedia, Província de Buenos Aires (Argentina)

Atuação profissional: estudante

Organização política: militante Montonero

Data e local de desaparecimento: 22/12/1976, La Plata (Argentina)

BIOGRAFIA

Nascido em Vedia, Província de Buenos Aires, Argentina, Roberto Adolfo Val Cazorla era filho de pai argentino e mãe brasileira. cursava Química na Universidade de La Plata, na Juventude Universitária Peronista (Montonero). Desapareceu em 22 de dezembro de 1976 e, desde então, nunca mais foi visto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Roberto Adolfo Val Cazorla consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, elaborado pela Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e publicado pelo Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (2009). Em sua homenagem, teve seu nome inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Roberto Adolfo Val Cazorla foi sequestrado em sua própria casa – localizada na rua 32, nº 390, Departamento 3, La Plata, Buenos Aires (Argentina) – por volta das 13h, do dia 22 de

dezembro de 1976. Junto com ele foram também sequestrados três outros estudantes da Universidade de La Plata: Félix Escobar, do curso de Ciências Econômicas, Domingo Roque Alconada Moreira, do curso de Direito e Delmiro Segundo Villagra, do curso de Ciências Veterinárias, todos ainda considerados desaparecidos.

A denúncia sobre o desaparecimento de Roberto Adolfo Cazorla foi feita pelo pai e irmãos e registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, sob o número 4.135.

De acordo com o *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, uma testemunha – Piqui Mardonés – afirmou ao *Equipo Argentino de Antropologia Forense* (EAAF), em entrevista de 16 de julho de 2007, que Roberto Adolfo teria sido visto no *Centro Clandestino de Detención La Cacha*, na região de Lisandro Olmos, em La Plata, província de Buenos Aires. Até a presente data, Roberto Adolfo Val Cazorla permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Rua 32, nº 390, Departamento 3, La Plata, Buenos Aires, Argentina.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo MJDH-RS/CNV: 00092.002863/2014-43.	Ficha General Causante 21/1/2005.	Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (CONADEP).	Traz informações sobre as circunstâncias do desaparecimento.
Arquivo da CNV: 00092.000773/2014-18, Legajo 04135.	S/T. Coletânea de fichas e outros.	Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (CONADEP).	Informações gerais sobre o caso. Correspondências, pedidos familiares de esclarecimentos e <i>Habeas Corpus</i> .

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Roberto Adolfo Val Cazorla desapareceu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada na Argentina a partir de março de 1974.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ZELMO BOSA
[SEM FOTO]

DADOS PESSOAIS

Filiação: Helena Bosa e Eduardo Bosa

Data e local de nascimento: 26/7/1937, Ronda Alta (RS)

Atuação profissional: agricultor

Organização política: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Grupo dos Onze

Data e local de desaparecimento: 1976, Rio Grande do Sul

BIOGRAFIA

Nascido em Ronda Alta (RS), em 1937, o agricultor Zelmo Bosa teve destacada atuação política entre as décadas de 1960 e 1970, tendo sido eleito vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no município de Nonoai (RS). Atuou na organização de Grupos dos Onze naquela região, especialmente na localidade de Trindade do Sul. Segundo informações da Comissão Especial de Indenização a ex-presos políticos no Rio Grande do Sul, depois do Golpe Militar de 1964, Zelmo Bosa foi detido várias vezes em função de suas atividades. Embora as informações sejam imprecisas, seus familiares e amigos alegam que ele teria desaparecido por volta de 1976, com 38 ou 39 anos, em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 8 de dezembro de 2005, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu Zelmo Bosa como desaparecido político. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Ele também foi reconhecido pela Comissão Especial criada pelo governo do Rio Grande do Sul com o objetivo de reparar vítimas das perseguições políticas durante a ditadura naquele estado.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Zelmo Bosa desapareceu no Rio Grande do Sul, em 1976. A informação foi obtida a partir do relato de sua filha, Marja de Fátima Bosa, e a partir do testemunho de amigos do agricultor, de forma que o período foi considerado o mais provável para o seu desaparecimento.

O vereador João Maria Antunes afirmou que, em 1964 ou 1965, policiais foram à casa

de Zelmo Bosa e o prenderam. A filha do agricultor, Marja de Fátima, confirmou a informação sobre a prisão, precisando que o fato ocorreu em 1965. Em seu relato, Antônio Conceição dos Santos Machado mencionou que Zelmo era militante no município de Nonoai e que, entre 1974 e 1975, esteve em sua casa para lhe pedir mantimentos, justificando que estava sendo perseguido por agentes da repressão. O líder do PTB naquela cidade, Cleto dos Santos disse que as informações sobre o desaparecimento de Zelmo eram imprecisas. Segundo uma das versões, após as perseguições de que foi vítima, Zelmo Bosa teria ido para o Paraná e depois para o Mato Grosso. De forma clandestina teria retornado algumas vezes a Nonoai para visitar a família. Em outra versão, ele teria sido assassinado pela polícia em um local denominado Cascata do Lobo. Cleto dos Santos contou que ele e o vereador João Maria Antunes tentaram localizar pistas do amigo em delegacias de polícia e no Instituto Médico-Legal (IML), mas não obtiveram sucesso.

O paradeiro de seus restos mortais permanece desconhecido até hoje.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

A documentação disponível sobre o caso não permite identificar com precisão o local em que foi visto pela última vez antes do seu desaparecimento.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0080_0006, p. 20.	Termo de audiência de João Maria Antunes, 29/7/1999.	Comissão Especial de Indenização do estado do Rio Grande do Sul.	O vereador João Maria Antunes afirma que, por volta de 1964 ou 1965, o também vereador Zelmo Bosa foi preso por soldados da Brigada Militar. Mais de uma década depois, foi informado sobre seu desaparecimento.

Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0080_0006, p. 21.	Termo de audiência de Marja de Fátima Bosa, 29/7/1999.	Comissão Especial de Indenização do estado do Rio Grande do Sul.	A filha de Zelmo Bosa, Marja de Fátima Bosa confirmou que seu pai foi preso em casa em 1965, na localidade de Nonoai, sendo levado para Passo Fundo. Contou que chegou a visitá-lo nessa cidade, mas não sabia precisar o local em que estava detido.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0080_0006, p. 22.	Termo de audiência de Cleto dos Santos, 29/7/1999.	Comissão Especial de Indenização do estado do Rio Grande do Sul.	Cleto dos Santos contou que ele e Zelmo Bosa eram militantes do PTB no município de Nonoai. Mencionou que, em 1964, policiais comandados pelo coronel da Brigada Militar Gonçalino Curio de Carvalho, junto com o delegado Sebastião Nunes, prenderam Zelmo Bosa na praça principal daquela cidade. Disse acreditar que o amigo tivesse sido levado para Passo Fundo.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0080_0006, p. 24.	Termo de audiência de Antônio Conceição dos Santos Machado, 29/7/1999.	Comissão Especial de Indenização do estado do Rio Grande do Sul.	Antônio Conceição dos Santos Machado relatou que Zelmo atuava no Grupo dos Onze e que ele foi preso em 1964. Contou que, entre 1974 e 1975, Zelmo Bosa passou em sua casa para pedir mantimentos, relevando que estava sendo perseguido pelos órgãos de segurança. Depois desse episódio, recebeu a visita de policiais.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Zelmo Bosa é considerado desaparecido político em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

JOSÉ SOARES DOS SANTOS

[SEM FOTO]

DADOS PESSOAIS

Filiação: Malvina Soares dos Santos e Antônio Vieira dos Santos

Data e local de nascimento: 1952, Campo Novo (RS)

Atuação profissional: mecânico

Organização política: não consta

Data e local de morte: entre 30/1/1977 e 4/2/1977, estrada do colono, Parque Nacional do Iguaçu, Paraná

BIOGRAFIA

Irmão de Silviano Soares dos Santos e Alberi Vieira dos Santos, participou da Guerrilha de Três Passos, em 1965. José Soares era também pastor protestante, estudante de Direito e havia sido motorista da prefeitura de Curitiba em 1974. Morreu aos 25 anos.

CONSIDERAÇÃO SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Seu caso não foi apresentado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Morto entre 30 de janeiro e 4 de fevereiro de 1977. Seu corpo foi encontrado com sinais de tortura e sevícias (mutilações e escoriações pelo corpo, dentes quebrados, olhos perfurados e castração) e tiros de projéteis no Parque Nacional do Iguaçu, em 4 de fevereiro de 1977. O caso ficou conhecido como “Crime do Parque Nacional do Iguaçu”. Segundo depoimentos coletados à época do crime, José foi detido junto com Godoy Sobrinho, no dia 29 de fevereiro, em viagem a caminho de Foz do Iguaçu, por agentes policiais do estado do Paraná.

O motorista que os levava a Foz do Iguaçu, Severino Kraus, conta que os detidos foram vítimas de roubo (os policiais teriam tomado CR\$ 16.500 de José Soares e CR\$ 22.000 de Godoy), tendo presenciado também o espancamento deles. José Soares recebeu ainda

uma série de insultos por ser irmão de Alberi Soares Vieira. Em depoimento prestado no Inquérito Policial Militar (IPM), o subdelegado de Jardinópolis Orestes Francisco Tormes, afirmou que recebeu ordens do delegado de Medianeira, Octacílio Machado, de enterrar os corpos sem fazer identificação e determinação da *causa mortis* por médicos-legistas. Assim, o subdelegado declarou que:

Que no dia três de fevereiro do corrente ano foi avisado pelo patroleiro do DR, digo, do DER, que trabalhava nas proximidades do km 9, dentro do Parque Nacional, e lhe comunicou que havia encontrado dois cadáveres – tendo o declarante comunicado imediatamente ao Sr. Delegado de Polícia de Medianeira-PR. Tendo recebido ordem desta autoridade para fazer levantamento e sepultamento das vítimas. Tendo o declarante pedido que lhe fosse enviado um médico, e tendo a autoridade de Medianeira lhe determinado que fizesse o sepultamento por haver no momento falta de médico para ir até o local onde estavam os cadáveres.

O subdelegado de Jardinópolis também foi testemunha de que José e Godoy foram vítimas de tortura, pelos sinais nos corpos e vestígios de provas no local em que foram encontrados.

À época, foi entregue à esposa de José, Dona Ruth, uma aliança que o cadáver portava, com seu nome, com o qual ela pôde ter certeza de que seu marido estava morto. A certidão de óbito que foi entregue à família, datada de 25 de fevereiro de 1977, assinado pelos médicos João Ivano S. de Oliveira e Dr. Benedito S. Pinto, alegava como causa de morte “insuficiência cardíaca proveniente de hemorragia cerebral”. Em maio de 1977 foi instaurado inquérito policial para investigação do crime, nº 003925/77/SESP, oriundo do Juízo de Direito da Comarca de Medianeira/PR, sendo designado um delegado especial para realizá-lo, tendo em vista o envolvimento do delegado da cidade com o crime. Em 1979, Octacílio Antunes Machado foi convocado para prestar depoimento, tendo negado sua participação no crime; contudo ele confirma que soube da prisão de José Soares e de Godoy Sobrinho e que o tenente Rocha, que seria o delegado de Santo Antonio do Sudoeste, ao invés de dar cumprimento às diligências do crime, “simplesmente respondeu através de ofício dizendo que tais elementos haviam sido presos e que haviam evadido da cadeia”.

LOCAL DE MORTE

Estrada do colono, Parque Nacional do Iguaçu, Paraná.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0003_0001 pp.111-118.	Declaração, 11/3/77.		Declaração da viúva de José Soares sobre a procura do marido nas delegacias de Medianeras, Santo Antônio do Sudoeste e Jardinópolis no dia seguinte à sua detenção. Anexado ao pedido de abertura de inquérito policial.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0003_0001 p. 108	Pedido de abertura de Inquérito Policial. Ofício 050/77, 13/4/77.	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Paraná. Polícia Civil/Gabinete, nº 978/77.	Depoimento de Severino Almirante Kraus, taxista, colhido pelo advogado Francisco Nonato. Anexado ao pedido de abertura de inquérito policial. Relata a detenção, a privação de liberdade e o espancamento dos detidos.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0003_0001, p. 110.	Pedido de abertura de Inquérito Policial. Ofício 050/77, 13/4/77.	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Paraná. Polícia Civil/Gabinete, nº 978/77.	Depoimento de Orestes Francisco Tormes, subdelegado de Jardinópolis, colhido pelo advogado Francisco Nonato. Anexado ao pedido de abertura de inquérito policial. Relata que recebeu ordem de sepultamento dos cadáveres e confirma que os detidos sofreram tortura.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0003_0001 pp.182-184.	Assentada, 11/10/1989.	Delegacia de Polícia de Foz do Iguaçu. SESP-Polícia Civil.	Depoimento de Octacílio Nuns Machado, delegado de Medianeira, relata que na época soube através de um patrulheiro do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) que havia dois corpos no Parque Nacional do Iguaçu; informa que procurou dar cumprimento às diligências, ao que foi contestado pelo tenente Rocha que os elementos foram presos, mas evadiram da cadeia.
Arquivo Nacional, CEMDP:	Certidão de óbito nº 159,	Cartório do Registro Civil	Atesta a morte de José Soares com causa de morte

BR_DFANBSB_ATO_0003_0001, p. 129.	25/2/77.	e Tabelionato de Jardinópolis e Medianera (PR).	falsa: “insuficiência cardíaca proveniente de hemorragia cerebral”. Assinada pelo Dr João Ivano S. de Oliveira e Dr. Benedito S. Pinto.
-----------------------------------	----------	---	---

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que José Soares dos Santos morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

LOURENÇO CAMELO DE MESQUITA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Aguida de Mesquita e Francisco Camelo de Mesquita

Data e local de nascimento: 18/8/1926, Ceará

Atuação profissional: professor

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de morte: 30/7/1977, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA ¹

Nascido no Ceará, Lourenço Camelo de Mesquita exerceu diferentes ofícios entre 1962 e 1977, dentre eles o de taxista e o de representante de empresa de persianas. Viveu com Dalva Soares Pereira durante 15 anos, com quem teve dois filhos. Lourenço filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB) através do Comitê Municipal de Duque de Caxias (RJ). Na década de 1960, atuou politicamente junto a motoristas de ônibus e de táxis. Em 1977, nas greves de rodoviários em Caxias, Lourenço divulgou manifestos do movimento pela cidade. Morreu aos 51 anos de idade, após ter sido preso, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 19 de novembro de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Lourenço Camelo de Mesquita. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE ²

Lourenço Camelo de Mesquita morreu no dia 30 de julho de 1977, nas dependências do pavilhão do presídio da Primeira Companhia de Polícia do Exército da Vila Militar. Apesar da ausência de informações da polícia sobre o motivo e a data da prisão de

Lourenço Camelo, depoimentos de pessoas próximas à vítima permitiram compreender a sua relação com a militância política no PCB. De acordo com o relato do representante jurídico da família, Jair Vieira Barradas, Lourenço era “um homem trabalhador, chefe de família e nunca teve envolvimento em atos criminosos previstos no Código Penal. Assim, há de se entender que sua prisão se deu por prática de ato político e não por crime comum, como provado”.

No registro de ocorrência consta que Lourenço foi encontrado morto às 8h20, na cela do presídio da Primeira Companhia de Polícia do Exército, pelo tenente Alex de Andrade de Araújo. De acordo com o registro: “aparentemente se suicidara, sendo encontrado com um laço no pescoço, formado por uma cueca preta de nylon – tipo zorba, com a outra extremidade presa ao registro da descarga do vaso sanitário, no qual o extinto se achava sentado”. De acordo com os legistas Roberto Blanco dos Santos e Amadeu da Silva Lopes, que assinaram o auto de exame cadavérico do corpo, Lourenço Camelo teria morrido de “asfixia mecânica” ou “enforcamento”.

O deputado Nilmário Miranda, ao apresentar na CEMDP parecer sobre as circunstâncias da morte de Lourenço Camelo de Mesquita, considerou “a descrição das circunstâncias do ‘suicídio’ grosseira e absolutamente inverossímil.” Concluiu que foram falsificadas as circunstâncias de sua morte e que esta se deu sob inteira responsabilidade do Estado.

Os restos mortais de Lourenço Camelo de Mesquita foram enterrados no Cemitério de Caxias, no Rio de Janeiro.

LOCAL DE MORTE

Cela nº 1 do pavilhão do presídio da Primeira Companhia de Polícia do Exército. Avenida Duque de Caxias, 1965, Vila Militar, Deodoro, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. 1ª Companhia de Polícia do Exército da Vila Militar

Presidente da República: Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante do I Exército: general do Exército José Pinto de Araújo Rabello

Chefe do Estado Maior do I Exército: general de Brigada Adhemar da Costa Machado

Comandante da 1ª Companhia de Polícia do Exército da Vila Militar: major Haroldo de Oliveira

1.2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Grave violação de Direitos Humanos	Conduta praticada pelo agente	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Roberto Blanco do Santos.	IML/RJ.	Médico-legista.	Falsificação das circunstâncias da morte no laudo de necropsia de Lourenço Camelo de Mesquita.		Arquivo Nacional, CEMDP: Auto de exame cadavérico: IML/RJ. BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, pp. 17-18.
Amadeu da Silva Lopes.	IML/RJ.	Médico-legista.	Falsificação das circunstâncias da morte no laudo de necropsia de Lourenço Camelo de Mesquita.		Arquivo Nacional, CEMDP: Auto de exame cadavérico: IML/RJ. BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, pp. 17-18.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p. 45.	Parecer sobre o caso Lourenço Camelo de Mesquita, 6/1995.	CEMDP.	Desconstrói a versão oficial da morte, apresentando a motivação política da prisão de Lourenço e a responsabilidade da polícia pelo assassinato.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p. 18.	Auto de Exame Cadavérico, de 30/7/1977.	Instituto Médico-Legal (IML).	Apresenta a versão falsa sobre a morte, com a conclusão dos legistas sobre o suposto suicídio.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p. 16.	Certidão de Registro de Ocorrência, 30/7/1977.	Departamento Geral de Polícia Civil, 33ª Delegacia Policial.	Informa o local e o horário em que o corpo foi achado na dependência policial, bem como reforça a versão falsa da morte por suicídio.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p. 21.	Declaração de Newton de Almeida Menezes, amigo	CEMDP.	Versa sobre a vinculação de Lourenço Camelo com movimentos considerados clandestinos e sua insatisfação

	da vítima, 15/4/1996.		com o regime ditatorial militar.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p. 20.	Declaração de José Antônio Kito de Oliveira, vereador do município de Caxias, 20/3/1996.	CEMDP.	José Antônio foi vereador do município de Caxias. Afirma que Lourenço Camelo foi um dos coordenadores de sua campanha política em 1976 e que apresentava clara insatisfação com o regime ditatorial militar.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p. 20.	Depoimento de Berenício Ferreira Pessoa, amigo da vítima, 4/11/1996.	CEMDP.	Trata da vinculação da militância de Lourenço no PCB e ao Comitê Municipal de Duque de Caxias.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p. 34.	Relatório de Jair Vieira Barradas, representante jurídico da família, 6/8/1996.	CEMDP.	Esclarece que a prisão de Lourenço se deu por motivo político e não por crime comum.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Lourenço Camelo de Mesquita morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Lourenço Camelo de Mesquita, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

1 Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p. 43. Parecer. Depoimento de Berenício Ferreira Pessoa à CEMDP do dia 4 de novembro de 1996.

2 Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p.34. Relatório de Jair Vieira Barradas, representante jurídico da família, à CEMDP em 6 de agosto de 1996; Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p. 44. Depoimento de Berenício Ferreira Pessoa à CEMDP de 4 de novembro de 1996; Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p. 20. Depoimento de José Antônio Kito de Oliveira, vereador do município de Caxias, em 20 de março de 1996; Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p. 21. Depoimento de Newton de Almeida Menezes, em 15 de abril de 1996; Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p. 16. Certidão. Registro de Ocorrência do Departamento Geral de Polícia Civil, 33ª Delegacia Policial do dia 13 de outubro de 1980 (revendo o registro de ocorrência de 30/7/1977); Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p. 18. Auto de Exame Cadavérico (cópia autêntica). IML, 30 de julho de 1977; Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0002, p. 45. Parecer sobre o caso Lourenço Camelo de Mesquita.

ROBERTO RASCADO RODRIGUEZ



DADOS PESSOAIS

Filiação: Isaac Rascado e Vicenta Rodriguez Vasquez

Data e local de nascimento: 3/3/1956, Rio de Janeiro (RJ)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Unión de Estudiantes Secundários (UES)

Data e local de desaparecimento: 17/2/1977, Buenos Aires, Argentina

BIOGRAFIA

Roberto Rascado Rodriguez era militante da organização *Unión de Estudiantes Secundários* (UES) e usava os codinomes “Fierro” ou “Fierrito”. Coursava o 2º ano de Engenharia da Universidade Federal de Buenos Aires quando foi sequestrado em sua residência - localizada na Rua Virrey Ceballos, 1165, 3 A, bairro Constitución, em Buenos Aires - por seis pessoas trajando uniformes da Marinha argentina. Foi visto pela última vez em 17 de dezembro de 1977, na capital portenha.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Embora seu caso não tenha sido apresentado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), seu desaparecimento está registrado sob o protocolo nº 2.212 na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep) da Argentina. Roberto Rascado Rodriguez é dado como desaparecido desde 17 de fevereiro de 1977, tanto pela Conadep quanto pelo *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. O padre Raul Perez denunciou o desaparecimento de seu primo Roberto à Comissão de Justiça e Paz do Paraná.

Em 2 de abril de 1984 foi encaminhada ao consulado brasileiro, em Buenos Aires, solicitação de averiguação do desaparecimento de Rodriguezⁱ. Há em Buenos Aires, Argentina, a inscrição do nome de Roberto Rascado Rodriguez no Monumento do Parque da Memória.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Segundo o Consulado Geral brasileiro em Buenos Aires, o desaparecimento do estudante de engenharia Roberto Rascado Rodriguez teria se dado em 17 de fevereiro de 1977, quando ele foi preso por forças da Marinha argentina em sua casa. No entanto, sua detenção não estaria registrada em nenhuma penitenciária argentina da épocaⁱⁱ.

Documentos encontrados no arquivo da Polícia de Buenos Aires mostram que entre os meses de março de 1979 e novembro de 1980 foi solicitado pelo Ministério do Interior argentino ao serviço de inteligência daquela polícia, informações sobre o paradeiro de Roberto Rascado Rodriguez. O nome de Rascado também aparece na lista de nº 21296 intitulada “*Solicitada publicada por organizaciones de solidaridad en el diario Clarín. Fecha 25-10-83*”, que apresenta uma matéria do *Clarín* que relaciona pessoas detidas pelos órgãos de repressão argentinos e/ou desaparecidas, mas que ainda possuíssem seus direitos políticos válidosⁱⁱⁱ.

A Comissão de Representação Externa sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal esteve, em junho de 1993, na Argentina, onde obteve informações sobre a detenção ilegal de Roberto no Centro Clandestino de Detenção (CCD) conhecido como o ‘Club Atlético’, situado no subsolo de um depósito da Polícia Federal Argentina (PFA), entre as ruas Paseo Cólon, Cochabamba, San Juan e Azo Pardo, no sul de Buenos Aires, próximo ao estádio do Clube Atlético Boca Juniors. A informação sobre o sequestro de Rascado consta no relatório do Ministério da Marinha apresentado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993.

Em 7 de dezembro de 1982, o pai de Rascado enviou carta ao ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil solicitando informações sobre seu filho, que teria sido preso na Argentina, em 17 de fevereiro de 1977.^{iv} Em entrevista à revista *Senhor*, o ex-militar Claudio Vallejos citou Roberto Rascado Rodrigues entre os “brasileiros residentes, exilados ou simplesmente de passagem por Buenos Aires, que caíram nas mãos da repressão argentina”.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Buenos Aires, Argentina.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_29914_83, p. 3.	Informe nº 457/82 - DSI/MRE.	Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Segurança e Informação.	Carta enviada ao ministro solicitando investigação sobre o desaparecimento de Roberto Rascado Rodriguez.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_Z4_D PN_PES_1071, p. 7.	Telegrama nº 187, 2/4/1984.	Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Segurança e Informação.	Solicitação de averiguação de desaparecimento na Argentina.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_Z4_D PN_BRA_BEX_0031, pp. 83, 84, 86.	Informe nº 001 16//AC/8°.	Serviço Nacional de Informação (SNI).	Solicitação de informações sobre Roberto Rascado Rodriguez, tido no documento como preso por forças da Marinha Argentina.
Arquivo CNV, 00092.001405/2014-97.COM/ <i>Comisión Provincial por la Memoria. Víctimas del Terrorismo de Estado. Informe de la Comisión Provincial por la Memoria (Argentina) para la Comisión Nacional de la Verdad de Brasil</i> , Buenos Aires, junho de 2014.	Informe da <i>Comisión Provincial por la Memoria</i> para a Comissão Nacional da Verdade (CNV).	<i>Comisión Provincial por la Memoria da Argentina</i> .	Informações sobre a vigilância de Roberto Rascado Rodriguez pelo governo autoritário argentino.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Roberto Rascado Rodriguez desapareceu a partir de ações perpetradas por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura implantada no país a partir de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, SNIG: BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_1071. Telegrama nº 187 de 2/4/84, Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Segurança e Informação, p. 7.

ⁱⁱ Arquivo Nacional, SNIG: BR_DFANBSB_Z4_DPN_BRA_BEX_0031. Informe nº 001 16//AC/8, Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Segurança e Informação, p. 83.

ⁱⁱⁱ ARGENTINA. *Victimas del Terrorismo de Estado*. Informe de la Comisión Provincial por la Memoria (Argentina) para la Comisión Nacional de la Verdad de Brasil. Buenos Aires: Comisión Provincial por la Memoria, 2014. Arquivo CNV, 00092.001405/2014-97.

^{iv} Arquivo Nacional, SNIG: AC_ACE_29914_83. Informe nº 457/82 - DSI/MRE, Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Segurança e Informação, p. 3.

JUVELINO ANDRÉS CARNEIRO DA FONTOURA GULARTE



DADOS PESSOAIS

Filiação: Juvelino Andrés Carneiro da Fontoura e Ramona Eulogia Gularte

Data e local de nascimento: 4/2/1943, Rivera, Uruguai

Atuação profissional: estudante

Organização política: Partido Comunista Revolucionário (PCR) do Uruguai

Data e local de desaparecimento: 30/12/1977, Buenos Aires, Argentina

BIOGRAFIAⁱ

Juvelino Andrés Carneiro da Fontoura Gularte era filho de pai brasileiro, Juvelino Carneiro, e de mãe uruguaia, Ramona Gularte (também filha de brasileiros). Juvelino Andrés Gularte era estudante de Psicologia e militava no Partido Comunista Revolucionário (PCR) no Uruguai, usando o codinome “Poncho”. Em 1966, com a crise econômica e a falência do Banco Regional, sua família perdeu grande parte de seus bens. Se mudaram para Montevidéu, no Uruguai, e passaram a residir no bairro de Palermo. Em 1967, Juvelino Andrés entra na Faculdade de Humanidades e Ciências, onde cursa Psicologia. Porém, seus estudos são interrompidos em 1973, quando a faculdade é fechada pela ditadura que se instaurou no país. Além de bom estudante, com notas altas, ele foi um ativo militante do grêmio estudantil e se integrou às *Agrupaciones Rojas* e ao PCR, de ideologia marxista. Juvelino sempre participou das lutas estudantis, operárias e populares e, por esse motivo, desde 1971, já recebia ameaças.

Após o golpe uruguaio e a repressão que o PCR sofreu, se mudou para Buenos Aires, Argentina, onde se casou com Carolina Barrientos Sagastibelza, de nacionalidade argentina, e ali viveu até 1977, quando desapareceu com sua esposa e Carlos Federico Cabezudo Perez, de nacionalidade uruguaia, que vivia em conjunto com o casal.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Juvelino Andrés Carneiro da Fontoura Gularte consta do *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, elaborado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e publicado pelo Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (2009). A Secretaria Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai (SIJAU) divulgou uma lista de cidadãos uruguaios desaparecidos na Argentina, na qual consta o nome de Juvelino e estabelece seu desaparecimento com a data de 30 de dezembro de 1977ⁱⁱ. Seu nome está inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina. O caso de Gularte e de sua esposa foi registrado na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep) da Argentina, e protocolado com o nº 5.625.ⁱⁱⁱ

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE^{iv}

Segundo o testemunho de ex-presos políticos que estiveram em contato com Juvelino Andrés Carneiro da Fontoura Gularte no cárcere, sua detenção ocorreu em sua residência, em Buenos Aires, Argentina, na data de 30 de dezembro de 1977. Junto com ele, foram presos sua esposa Carolina Barrientos Sagastibelza e Carlos Federico Cabezudo Pérez, então o principal dirigente do PCR. Segundo testemunho da senhora Rosa Alvarez, Juvelino esteve prisioneiro no Centro Clandestino de Detenção (CCD) *Pozo de Quilmes*, local onde ela também esteve presa. Outro testemunho, desta vez de Adriana Chamorro, dá conta que Juvelino Andrés Gularte e sua esposa estiveram presos também no *Pozo Banfield*. A senhora Chamorro informou que os viu no dia 23 de março de 1978 e que, em 16 de maio, quando ela retornou de um interrogatório, todos os uruguaios haviam sido transferidos com destino desconhecido. Nunca mais foi visto.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Buenos Aires, Argentina.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo CNV, 00092.003125/2014-13.	CARNEIRO da Fontoura Gularte, Juvelino Andrés.	<i>Secretaría de Derechos Humanos para el Pasado Reciente.</i>	Informa sobre a detenção de Fontoura Gularte e testemunhos de seu cárcere.
Arquivo CNV, 00092.003125/2014-79.	Juvelino Andrés Carneiro da Fontoura, <i>Detenido y Desaparecido el 30/12/1977.</i>	Partido comunista Revolucionário del Uruguay.	Traz informações sobre a prisão de Fontoura Gularte, sua vida estudantil e militância contra a ditadura uruguaia.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Juvelino Andrés Carneiro da Fontoura Gularte foi vítima de uma ação articulada binacionalmente entre os governos da Argentina e Uruguai, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos. Apesar de não envolver outros países, a prisão fez parte do contexto da Operação Condor, que coordenou esforços repressivos no Cone Sul. Juvelino foi preso em casa junto com a esposa e um amigo e, posteriormente, enviado para CCDs. Do último CCD em que esteve, *Pozo de Banfield*, Juvelino Gularte foi levado para lugar desconhecido, o que resultou em seu desaparecimento forçado.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ Partido Comunista Revolucionário Del Uruguay. Arquivo CNV, 00092.003125.2014-13.

ⁱⁱ VEIGA FIALHO, A. *Uruguai: Um Campo de concentração?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 110.

ⁱⁱⁱ ALMEIDA, Criméia S. et al. (orgs.) *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, elaborado pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e publicado pelo Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (2009), p.686.

^{iv} CNV, Secretaría de Derechos Humanos para el Pasado Reciente: 00092.003125/2014-13.

THEREZINHA VIANA DE ASSIS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Edith Viana de Assis e Antônio Veriano de Assis

Data e local de nascimento: 22/7/1941, Aracaju (SE)

Atuação profissional: economista

Organização política: Ação Popular (AP), *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR-Chile)

Data e local de morte: 3/2/1978, Amsterdã (Holanda)

BIOGRAFIA

Nascida em Aracaju (SE), Therezinha Viana de Assis concluiu o curso de Economia na Universidade Federal de Sergipe (UFS), em 1965. Mudou-se para Belo Horizonte (MG), onde foi funcionária da Caixa Econômica Federal. Militante da Ação Popular (AP), Therezinha foi presa e torturada por agentes da repressão do Estado brasileiro, entre os anos 1968 a 1972.

No início de 1973, ela exilou-se no Chile, onde passou a usar o falso nome de Terezinha Viana de Jesus. Neste período, fez um curso de pós-graduação na Universidade de Santiago. Passou a militar no *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Após o golpe militar que depôs Salvador Allende, Therezinha buscou asilo político na Holanda. Morou inicialmente em Rotterdam e depois em Amsterdã. cursou o doutorado em Economia e trabalhou, até setembro de 1977, na área de planejamento da prefeitura de Amsterdã.

Therezinha Viana de Assis morreu em 1978, aos 36 anos de idade, em Amsterdã, Holanda, como resultado das sequelas da tortura a que foi submetida por agentes do Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÃO SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 02 de fevereiro de 2006, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Therezinha Viana de Assis. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Durante o período em que residiu em Amsterdã, Therezinha manteve correspondência com sua irmã, Selma Viana de Assis Pamplona, por meio de cartas. Em depoimento, Selma contou que, em 1977, Therezinha viajou por vários países da Europa. Em algumas correspondências, contou à irmã que se sentia perseguida, pois mesmo viajando para outros países via as duas ou quatro mesmas pessoas, que, segundo ela, estariam seguindo seus passos. Conforme o relato da irmã:

(...) em julho de 1977 saiu de férias da prefeitura e fez curso de línguas; viajou pela Rússia e países da Europa Oriental, e onde chegava encontrava as mesmas pessoas. Quando voltou da viagem, encontrou seu apartamento todo remexido, desarrumado. Observou que seu telefone estava 'grampeado' e pedia que eu não lhe telefonasse. Às vezes, quando voltava do serviço, encontrava seu apartamento remexido demonstrando ter entrado gente; começou a receber telefonemas anônimos com ameaças. Foi ficando nervosa e preocupada (...). Por fim, apareceu morta, caída da janela. Ocorre que ela era muito católica, tinha medo da morte. E antes de se sentir seguida estava gostando muito de Amsterdã. De repente, ela ficou sabendo que se tratava da polícia secreta do Chile. Quanto aos outros, não chegou a saber.

Nessa época em que Therezinha passou a se sentir perseguida, um de seus amigos exilados lhe recomendou que tivesse cuidado, pois sabia que policiais do Chile e do Brasil estavam perseguindo exilados em diversos países. Em setembro ou outubro de 1977, desconfiando que suas correspondências estavam sendo violadas e que suas ligações eram interceptadas, Therezinha interrompeu a comunicação com a irmã.

Therezinha Viana de Assis foi encontrada agonizante no dia 3 de fevereiro de 1978, sobre a calçada do edifício onde morava em Amsterdã, e levada, ainda com vida, para o *Academische Ziekenhuis da Vrije Universiteit*, onde foi operada, mas não resistiu. A

provável queda do andar onde morava causou fraturas de costelas e uma grande hemorragia no baço. A morte foi considerada como suicídio, sem que tivessem ocorrido maiores investigações sobre o fato. Os detalhes de sua morte foram relatados por um exilado brasileiro na Holanda, em carta enviada ao bispo de Lins (SP), Dom Pedro Paulo Koop, com data de 7 de fevereiro de 1978. Deve ser sublinhado que a versão de morte por suicídio foi reiteradamente rechaçada pela família de Therezinha Viana de Assis.

Em 8 de fevereiro de 1978, o corpo de Therezinha foi cremado e suas cinzas foram guardadas no cemitério *Wesgaarde*, em Amsterdã, Holanda.

LOCAL DE MORTE

Academische Ziekenhuis da Vrije Universiteit, em Amsterdã, Holanda.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0076_0008, pp. 3-4.	Dossiê sobre Therezinha Viana de Assis.	Selma Viana de Assis Pamplona Conceição.	Informa as circunstâncias anteriores à morte de Therezinha Viana de Assis.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Therezinha Viana de Assis morreu em decorrência de sequelas psicológicas da tortura e perseguição política perpetradas por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias da morte de Therezinha Viana de Assis, para a identificação e responsabilização dos agentes do Estado envolvidos no caso.

MANOEL CUSTÓDIO MARTINS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Hercília Reis Martins e Heleodoro Custódio Martins

Data e local de nascimento: 22/5/1934, Rio Grande (RS)

Atuação profissional: professor de francês

Organização política: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Data e local da morte: 7/2/1978, em Santiago do Chile

BIOGRAFIA

Manoel Custódio Martins estudava Filosofia na Faculdade de São Leopoldo (RS) e Direito na Faculdade de Passo Fundo (RS). Casou-se com Célia Ferreira Martins, em 1956, com quem teve seis filhos. Em 1959, foi nomeado para o cargo de professor de francês na Escola 25 de julho, em Novo Hamburgo (RS). Ingressou na militância do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e exerceu o posto de secretário executivo. Como representante de sua região, Manoel Custódio atuou à frente da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) e se candidatou a vereador pelo PTB em Novo Hamburgo, ocasião em que ocupou a vaga de suplente. Logo após o golpe de 1964, tornou-se procurado por suas atividades políticas por esse motivo mudou-se com a família para Montevideú, no Uruguai. No ano seguinte migrou para o Chile, onde permaneceu como professor de português de filhos de exilados políticos até a sua morte, em 1978. Com o início da ditadura de Augusto Pinochet, Manoel decidiu não retornar ao Brasil, pois temia que a perseguição política do regime militar colocasse em risco sua segurança e a de sua família. Cometeu suicídio aos 43 anos de idade em Santiago em decorrência de quadro clínico depressivo desencadeado pelo processo de perseguição política que sofreu.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 8 de dezembro de 2005, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Manoel Custódio Martins. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Manoel Custódio Martins vivia no exílio com sua família desde 1964, por ter sido intensamente perseguido pela repressão militar após o golpe de 1º abril. De acordo com sua esposa, Célia Martins, Manoel passou a sofrer de depressão desde o golpe de Estado no Chile, em 11 de setembro de 1973 por não poder voltar ao Brasil. Manoel procurou auxílio médico e chegou a ficar internado em uma unidade de saúde diagnosticado com depressão. Seu quadro clínico agravou-se, até que em 7 de fevereiro de 1978 veio a cometer suicídio em sua própria residência.

O processo apresentado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos foi inicialmente indeferido em 1996, pois a lei não incluía casos de suicídio. Posteriormente, com a alteração da mesma em 2004, o caso de Manoel foi reavaliado e deferido, já que o novo texto passou a abranger opositores do regime militar que tivessem cometido suicídio em decorrência de sequelas psicológicas.

O corpo de Manoel Custódio Martins foi cremado no dia 13 de fevereiro de 1978 e os restos mortais foram entregues a sua família.

LOCAL DE MORTE

Em sua residência situada na rua Taurus, nº 9942, Bairro Las Condes em Santiago do Chile.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional,	Certificado,	Hospital	O médico Teodoro Ramirez

CEMDP: BR_DFANBSB_AT0 _0061_0005, p. 19.	14/2/1978,	Psiquiátrico de Santiago.	certifica que Manoel Custódio Martins esteve hospitalizado naquele estabelecimento entre os dias 6 e 18 de janeiro de 1978.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0 _0061_0005, p. 20.	Certificado, 22/2/1978.	Cementerio General de Santiago.	Certifica que os restos mortais de Manoel Custódio Martins foram incinerados.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0 _0061_0005, p. 14.	Certificado de defuncion, 26/4/1978.	Servicio de Registro Civil e Identificacion de Chile.	Atestado de óbito de Manoel Custódio Martins registra como causa da morte “asfixia por enforcamento”.

CONCLUSÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Manoel Custódio Martins morreu em 7 de fevereiro de 1978, contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

ODAIR JOSÉ BRUNOCILLA

[SEM FOTO]

DADOS PESSOAIS

Filiação: Vitória Ortega Brunocilla e José Brunocilla

Data e local de nascimento: 18/11/1937, São Paulo (SP)

Atuação profissional: despachante

Organização política: Não se aplica

Data e local de desaparecimento: 6/5/1978, Santos (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em São Paulo, Odair José Brunocilla era despachante profissional, membro da diretoria do Sindicato dos Despachantes Policiais. Era casado e tinha três filhos. Desapareceu em 6 de maio de 1978, supostamente em decorrência de seu envolvimento no fornecimento de documentos que facilitavam a entrada e a saída de perseguidos políticos e estrangeiros no Brasil.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 1º de agosto de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) não reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelo desaparecimento de Odair José Brunocilla, por não terem encontrado provas concretas que atestassem sua participação em atividades políticas, tampouco indícios de que Odair José tenha sido morto por agentes da repressão. Seu nome não consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Odair José Brunocilla desapareceu em um sábado, 6 de maio de 1978, na cidade de Santos (SP). Foi visto pela última vez depois de sair de casa com destino ao seu escritório, no centro da cidade. No final da tarde, telefonou para a sua esposa, afirmando que logo voltaria para passear com os filhos. Foi o último contato que teve com a família.

Há poucas informações documentadas sobre o caso. O processo encaminhado à CEMDP contém, quase em sua totalidade, matérias jornalísticas que procuravam investigar o seu desaparecimento. O “caso do despachante”, como ficou conhecido na

imprensa local, relatado em várias matérias pelo jornal *Cidade de Santos*, é repleto de depoimentos contraditórios e boatos a respeito de seu paradeiro. As investigações sobre o desaparecimento eram fundamentadas em relatos das investigações, mas nunca se soube, ao certo, se Odair José sumiu devido a problemas pessoais envolvendo sua profissão ou se foi, de fato, preso por órgãos da repressão.

Apesar de a polícia, em nenhum momento, ter afirmado que ele passara por suas dependências, há relatos de que ele fora sondado por “agentes especiais” antes de seu desaparecimento. Boatos também indicavam que Odair José tinha sido visto, dias após, na cidade de Ouro Fino (MG), o que não foi efetivamente confirmado. Para a polícia, permanecia a tese de que Odair fugiu “mesmo que pressionado, mas fugiu”. Até a presente data, Odair José Brunocilla permanece desaparecido.

No dia 28 de novembro de 2013, a Comissão Nacional da Verdade, em parceria com a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, realizou, na cidade de Santos (SP), audiência pública cujo tema era “Ato Sindical Unitário”. Na ocasião, Thereza Ferraz, irmã de José Campanillo Ferraz, relatou que alguém informou em *off* para Dona Vitória, mãe de Odair, a seguinte história: “Dona Vitória, não procure mais, ele não aguentou a tortura, morreu e o jogaram em alto mar.” A mesma fonte teria dito que Odair fora preso pela Polícia Federal.

Também na audiência, comentou-se que tal perseguição decorria do fato de Odair ter ajudado muitas pessoas a fugir para o Chile e para a Argentina. E, ainda, que a Polícia Federal ia seguidamente ao escritório de Odair, em São Francisco ou outro lugar, tentando conseguir a relação de pessoas que ele teria auxiliado a sair do Brasil, bem como a daquelas que o Brasil recebeu.

No mês julho de 2014, em resposta à solicitação de informações da Comissão Nacional da Verdade sobre o caso de Odair José Brunocilla, o Comando da Aeronáutica afirmou não possuir “nenhum registro” que pudesse auxiliar nas elucidações de seu paradeiro.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Ernesto Geisel

Ministro da Justiça: Armando Falcão

Diretor-geral do Departamento de Polícia Federal: coronel Moacyr Coelho

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0068_0001, p. 3.			“Dados complementares” anexados ao processo da CEMDP que contextualizam as circunstâncias do desaparecimento de Odair José.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0068_0001, pp. 5-6.	Boletim de ocorrência, 11/5/1978.	Polícia Civil de São Paulo. 4º Distrito Policial de Santos.	Boletim de ocorrência atestando o desaparecimento de Odair José.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0068_0001, pp. 9-16.	Vários, 5/1978 a 7/1978.	Jornal <i>Cidade de Santos</i> .	Vários recortes de material jornalístico anexados ao processo da CEMDP que buscam investigar e apurar informações sobre as circunstâncias do desaparecimento.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0068_0001, pp. 20-23.	Ata da XI Reunião ordinária, 1º/8/1996.	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.	Ata da reunião da CEMDP onde o caso de Odair José é indeferido por unanimidade.
Arquivo da CNV: 60041_005623_2014_2 8-1.	Informação anexa ao Ofício nº 266/GC3/I 1524, 29/8/2014.	Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica.	Lista enviada pela Comando da Aeronáutica à CNV em resposta a busca por esclarecimentos de 158 casos, onde afirma não ter “nenhum registro” sobre o caso de Odair José.
BR_DFANBSB_ZD_0_0_0026B_0024_d0001d e0001. (FUNDO: DI/DPF)	Pedido de busca nº 280/78-SI/SR/DPF/PR, 5/9/1978.	Departamento de Polícia Federal. Serviço de Informações.	Pedido de busca, emitido 4 meses após o desaparecimento de Odair José, no qual é apontado o seu envolvimento na “falsificação de documentos”.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Odair José Brunocilla desapareceu em 6 de maio de 1978, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

NORBERTO ARMANDO HABEGGER



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Mercedes Gomez e Armando Habegger

Data e local de nascimento: 9/8/1941, Arrecifes, província de Buenos Aires, Argentina

Atuação profissional: jornalista, ensaísta, escritor

Organização política: Montoneros

Data e local de desaparecimento: 31/7/1978 ou 3/8/1978, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Norberto Armando Habegger era cidadão argentino, jornalista, ensaísta, escritor e, desde muito jovem, ativista político. Em 1973, com Horácio Mendizabal e Fernando Saavedra Lamas, fundou a organização “Descamisados” que, posteriormente, veio a formar o quadro dirigente do Movimiento Peronista Montonero (MPM). Como jornalista, Norberto escreveu em importantes jornais da Argentina, Chile e Uruguai. Em Buenos Aires, atuou como subeditor do jornal *Diário de Notícias* e chefe da revista *Panorama*, ambos fechados pelo governo militar argentino. Em 1978, durante a Copa do Mundo realizada na Argentina, enquanto atuava como secretário político dos Montoneros, capitaneou forte campanha de denúncias das atrocidades cometidas pela Ditadura Militar, que tinha à frente o general Jorge Rafael Videla. Norberto desapareceu em julho daquele mesmo ano, aos 36 anos de idade, ao desembarcar no Rio de Janeiro (RJ).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O requerimento apresentado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) pela esposa de Norberto, Florinda Castro Habegger, foi deferido em julho de 1996. O nome de Habegger consta no *Dossiê ditadura: Mortos e*

Desaparecidos no Brasil (1964-1985) e na lista anexa à Lei nº 9.140/95. Para homenageá-lo, seu nome foi relacionado no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, na Argentina.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Norberto desapareceu em 31 de julho de 1978, quando chegou ao Rio de Janeiro, proveniente da cidade do México, em um voo da companhia aérea PanAm. O desaparecimento se deu depois de manter contato telefônico com seus companheiros de organização que se encontravam na Espanha. Iria viajar para este país, mas permaneceu algum tempo no Brasil a fim de se reunir com militantes de oposição à ditadura argentina. ⁱ Usava documentos de um cidadão argentino de nome “Hector Esteban Cuello”.

Segundo a esposa de Norberto, a última notícia que ela obteve dele foi no dia 3 de agosto de 1978, quando o mesmo lhe telefonou comunicando que viajaria para Madri no dia 6 daquele mês. Depois disso, nem a esposa, nem os amigos tiveram qualquer informação do jornalista, que também não desembarcou em Madri, como estava previsto. ⁱⁱ

As circunstâncias do desaparecimento sugerem que Norberto foi capturado em uma operação conjunta de agentes da repressão brasileiros e argentinos. Essa operação consistia em uma parceria estreita entre o Centro de Inteligência do Exército (CIE) brasileiro e o Batalhão de Inteligência 601 do Exército argentino para ações de captura, montagem de bases secretas e infiltração de agentes. O objetivo era monitorar a movimentação de militantes de esquerda do país vizinho em território brasileiro.

Em documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), é demonstrada claramente a cooperação militar e troca de informações de inteligência entre a Argentina e o Brasil. Nesse documento, datado de junho de 1978, ou seja, um mês antes do desaparecimento de Norberto, estão relatadas as atividades de grupos “subversivos” argentinos em território estrangeiro. Impende apontar o conhecimento de ambos os serviços de inteligência sobre a possível entrada no Brasil de Norberto Habegger, então integrante do comando dos Montoneros, na qualidade de secretário político. ⁱⁱⁱ

Em 25 de março de 2014, o coronel Paulo Malhães fez revelações sobre operação militar encoberta desenvolvida por Brasil e Argentina no final da década de 1970 e início da década de 1980, à qual se referiu como “Operação Gringo”. Durante seu

depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV),^{iv} Malhães informou que os repressores argentinos iniciaram as buscas por “subversivos” argentinos em território nacional e contaram com a colaboração de todo o efetivo de agentes do CIE do Rio de Janeiro. Na mesma esteira, durante seu depoimento à CNV em 7 de fevereiro de 2014,^v o ex-analista do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Marival Chaves Dias do Canto, também revelou detalhes da “Operação Gringo”, como a identificação de que o responsável em Brasília pelo “controle” do agente infiltrado de codinome Gringo era o sargento Jacy Ochsendorf.

Sob a chefia do coronel José Antônio Nogueira Belham, Jacy Ochsendorf integrou a subseção do CIE responsável por “agentes especiais” de 1978 a 1981, período no qual desapareceram três cidadãos argentinos no Brasil (Norberto Habegger, Horacio Domingo Campiglia e Mónica Susana Pinus de Binstock) e dois cidadãos argentinos (Liliana Inés Goldenberg e Eduardo Gonzalo Escabosa) cometeram suicídio na eminência de serem presos na fronteira Brasil-Argentina. Segundo o anexo nº 12, (fl. 5), do Relatório da Operação Gringo/CACO nº 11/79, de 31 de dezembro de 1979, “O ESCRITÓRIO-RIO tem enviado ao CIE, através da S-104, vários informes, com pertinência e veracidade, sobre a atuação dos MONTONEROS no BRASIL”.^{vi} O mesmo documento também faz alusão ao monitoramento de Montoneros no país, afirmando que “desde 1977 até o desaparecimento do MONTONERO NORBERTO HABEGGER, o BRASIL era a mais importante base na AMÉRICA DO SUL desta ORGANIZAÇÃO subversiva”.

Em documento do CIE, de 1979, verificou-se que os órgãos de segurança brasileiros possuíam informações sobre a vida de Norberto pelo menos desde 1957 – quando ainda era estudante secundarista – até o ano de 1977, em que ele já se tornara um influente dirigente dos Montoneros. Nesse mesmo documento é feita uma apreciação de Norberto pelos militares, na qual se lê:

De todo o exposto, verifica-se que o nominado é portador de considerável periculosidade para o governo brasileiro. Fazendo parte do Conselho Superior do Movimento Peronista Montonero, tem penetrado constantemente no território brasileiro, ocultando-se com nomes falsos, como Hector Esteban Cuello, e com codinomes diversos como ‘Marcelo’, ‘Ernesto’ E ‘Cabazon’, dificultando qualquer ação repressiva. Além da posição de destaque que ocupou na organização terrorista argentina, suas atividades denotam grande habilidade, comunicabilidade e inteligência, fatores que contribuíram para sua ascensão. A condição de jornalista ajuda fortemente no seu relacionamento, bem como protege e acoberta suas ilícitas ações.^{vii}

Mesmo depois de seu desaparecimento, com a repercussão do caso, os militares do setor de inteligência mantiveram atualizados os dados sobre o monitoramento do jornalista argentino.

Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RJ), o filho do jornalista, Andrés Habegger, afirmou que os familiares têm conhecimento de que, com a ajuda de agentes da repressão brasileira, seu pai foi detido pelos militares argentinos Enrique José Del Pino, Alfredo Omar Feito e Guillermo Victor Cardozo, atualmente presos por conta de outros crimes de lesa-humanidade cometidos em centros clandestinos de detenção e extermínio, sob a jurisdição do Primeiro Corpo do Exército Argentino.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel

Ministro do Exército: general de Exército Fernando Belfort Bethlem

Chefe do CIE: general de Brigada Edison Boscacci Guedes

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0090_0001.	Ofício nº 1. 120/2006/CORE G-AN, 3/11/2006.	Presidência da República / Casa Civil.	Documentos dos órgãos de segurança sobre o monitoramento de Norberto.
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_987_79.	Ficha de distribuição e processamentos de documentos: informação nº 030-S/102-A5-CIE, pp. 3-4.	Centro de Inteligência do Exército (CIE).	Relata suas atividades como ‘subversivo’ estrangeiro no Brasil.

Arquivo Nacional, DSI-MJ: BR_AN_RIO_TT_0_MC P_PRO_1632.	Aviso nº 006/01/CH/SNI/ 74, 25/1/1979, p. 23.	Divisão de segurança e informação do Ministério da Justiça (DSI-MJ).	Relatório sobre o desaparecimento de jornalista argentino: Norberto Habegger.
Arquivo Nacional, SNI: BR_ANBSB_V8_PSN_E ST_094.	Ata da sexagésima reunião dos órgãos responsáveis pela produção de informações externas, pp. 62-64.	Serviço Nacional de Informação, Agência Central – (SNI/AC).	Informações da sexagésima reunião dos órgãos responsáveis pela produção de informações externas.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_115772_78.	Ficha de distribuição e processamentos de documentos, 20/11/1978, p. 5.	Divisão de Segurança e Informação, Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE).	Contém o pedido da ONU para que se esclareça o paradeiro de Norberto Habegger.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_00 67_0009.	Processo de reparação nº 0278/96. 2/4/1996.	CEMDP.	Processo requerido à CEMDP por sua mulher, que contém dados sobre a vida e circunstâncias de desaparecimento de Norberto.
Arquivo da CNV: 00092.003255/2014-56.	Relatório da Operação Gringo/CACO nº 11/79 0 Anexo 12, 31/12/1979, p. 5.	CIE.	Registro de vários informes sobre a atuação dos Montoneros no Brasil. Revela detalhes das operações de infiltração organizadas pelo CIE em cooperação com o Exército argentino.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Andrés Habegger, cineasta, filho do desaparecido político.	CEV-RJ, depoimento prestado no dia 30/10/2013.	Informou o nome dos três agentes da repressão argentina que encaminharam Norberto Armando Habegger do Brasil para a Argentina.

3. Depoimentos de militares e servidores públicos às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Paulo Malhães/ coronel reformado do Exército.	Arquivo da CNV, depoimento prestado em 24/3/2014: 00092.000732/2014-21.	Informações sobre o modus operandi da “Operação Gringo”.
Marival Chaves Dias do Cantos / ex-agente do Destacamento de Operações de Informações de São Paulo (DOI-SP).	Arquivo da CNV, depoimento prestado em 7/2/2014: 00092.000686/2013-80.	Informações sobre a “Operação Gringo”, quem a comandava e valores pagos pela Argentina para apoiar tal Operação.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Norberto Armando Habegger desapareceu em decorrência de ação perpetrada por agentes brasileiros e argentinos em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ TARCUS, Horacio. *Diccionario Biográfico de la Izquierda Argentina*. 1ª edição: Buenos Aires. Emecé Editores, 2007.

ⁱⁱ Arquivo Nacional, DSI-MJ: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1632.

ⁱⁱⁱ Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_112675_78, p. 11.

^{iv} Arquivo da CNV, 00092.000732/2014-21.

^v Arquivo da CNV, 00092.000664/2013-10.

^{vi} Arquivo da CNV, 00092.003255/2014-56.

^{vii} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0090_0001.

JOSÉ PINHEIRO JOBIM



DADOS PESSOAIS

Filiação: Joaquina Pinheiro Jobim e Francisco Antenor Jobim

Data e local de nascimento: 2/8/1909, Ibitinga - SP

Atuação profissional: diplomata

Organização política: Partido Comunista Brasileiro¹

Data e local de morte: Rio de Janeiro, 24 de março de 1979.

BIOGRAFIA²

Nascido em Ibitinga, São Paulo, em 2 de agosto de 1909, José Pinheiro Jobim trabalhou inicialmente como jornalista, tendo sido revisor e redator de *A Manhã*, do Rio de Janeiro, e redator do *Diário de Notícias* de Porto Alegre. Contratado pela Agência Meridional dos Diários Associados foi redator de *O Jornal* e seu enviado especial à Europa. Atribui-se a Raul Bopp a indicação de José Jobim para a carreira de diplomata em 1938.

Nos primeiros quatro anos de MRE, Jobim desenvolveu atividades de cunho essencialmente técnico, produzindo livros com informações econômicas e análises. No final de 1940, já tinha mais duas obras: “O Brasil na Economia Mundial” e “Brasil 1939-40”, todos bem avaliados pela Comissão de Eficiência. Em parecer de um de seus membros, o embaixador Lafayette de Carvalho e Silva sugere à cúpula do MRE a confirmação de Jobim como servidor do Itamaraty, que “poderá prestar relevantes serviços” à diplomacia brasileira, “principalmente no setor econômico”. Em 17 de

¹ Afirmação feita por Lygia Maria Collor Jobim, filha do diplomata José Pinheiro Jobim, em depoimento prestado dia 20 de setembro de 2013, na cidade do Rio de Janeiro. “Meu pai quando jovem foi filiado ao Partido Comunista, tendo depois se desligado.” Depoimento realizado pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro em parceria com a Comissão Nacional da Verdade. Arquivo CNV: 00092.000458/2014-91.

² Arquivo CNV: 00092.001655/2013-46.

outubro de 1940, a confirmação de Jobim no quadro da diplomacia brasileira é publicada no Diário Oficial.

No início de outubro de 1944, Jobim casa-se com Lygia Collor, filha do jornalista e político Lindolfo Collor – o primeiro ministro do Trabalho, depois da Revolução de 1930. Sua mulher era irmã da Sra. Leda Collor de Mello, mãe do Presidente Fernando Collor. O filho primogênito do casal, Leopoldo José Jobim, nasceu em novembro de 1945. Com o nascimento do filho, Jobim solicita licença para “tratamento de interesses particulares”, voltando ao trabalho em janeiro de 1946. Já de volta aos trabalhos, em dezembro de 1946, foi designado para o Serviço de Informações, ligado ao gabinete do Ministro e responsável pelas ações de propaganda e imprensa.

Em 1951, com a volta de Getúlio Vargas ao poder, o então presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Herbert Moses, encaminhou carta ao presidente Vargas pedindo que intercedesse pela ascensão profissional de Jobim. Neste mesmo ano Jobim foi promovido a primeiro secretário, por antiguidade e, dois anos depois, ascendeu ao posto de conselheiro, por merecimento. Apenas um ano mais tarde, em 1954, foi promovido novamente a ministro de segunda classe.

Em 4 de fevereiro de 1958, Jobim foi removido para a Embaixada do Brasil em Assunção, Paraguai, sendo indicado presidente da seção brasileira da Comissão Mista Brasil-Paraguai em substituição a Otávio Conrado.

Foi promovido a ministro de primeira classe (embaixador) em 3 de agosto de 1959. Serviu como Embaixador do Brasil em Quito, Equador, de dezembro de 1959 até março de 1962, quando voltou ao Rio de Janeiro.

Em 18 de fevereiro de 1964, às vésperas do golpe de Estado, Jobim é designado pelo presidente João Goulart para iniciar com as autoridades paraguaias o processo de consultas sobre o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, na altura das Sete Quedas. O memorando com a “missão especial”, assinado pelo diplomata Celso Raul Garcia, chefe de gabinete do Ministro de Estado, determinava que o embaixador Jobim deveria viajar no domingo seguinte e indicava como assessor o então secretário Benedicto Rocque da Motta.

Jobim foi recebido com pompa, numa recepção que contou com a presença de quase todos os ministros paraguaios. A missão resultou num relatório de carácter secreto, recomendando a construção da hidrelétrica.

Em junho 1966, mesmo servindo em Bogotá, é destacado pelo secretário-geral Manoel Pio Corrêa para acompanhar encontro do ministro Juracy Magalhães com o chanceler do Paraguai em Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner, quando foi assinada a “Ata das Cataratas”.

Serviu depois como Embaixador na Argélia de 16 de novembro de 1966 a 13 de setembro de 1968 e junto ao Estado do Vaticano e à Ordem de Malta de 1968 a 1973. Em 1973, foi removido para o Marrocos. Em maio de 1974, após oito meses ausente da embaixada em Rabat, sob licença médica, Jobim foi removido definitivamente para a Secretaria de Estado. A aposentadoria de Jobim é efetivada em 28 de maio de 1974.

EXAME DA MORTE OU DO DESAPARECIMENTO FORÇADO ANTERIORMENTE À INSTITUIÇÃO DA CNV

O processo nº 9645³ da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, acerca das investigações da morte do Embaixador José Pinheiro Jobim, tem em sua página 699 a seguinte conclusão da Promotora de Justiça Telma Musse Diuana:

Face ao longamente analisado, embora estando plenamente convencida de que o Embaixador José Jobim foi vítima de um crime de homicídio, mas reconhecendo a visível inutilidade da continuação das inócuas idas-e-vindas do presente Inquérito, e consciente do significado da postura assumida pela digna autoridade processante, opino no sentido de ARQUIVAMENTO dos autos, ressalvadas a possibilidade de o reativar na hipótese de surgimento de fatos ou provas novas, que permitam resgatá-lo do elenco de casos insolúveis. (Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1985).

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Em carta dirigida ao então presidente da República, general João Batista Figueiredo, a senhora Lygia Collor Jobim faz em 8 de junho de 1980 um relato detalhado dos acontecimentos que antecederam e sucederam o dia da morte do embaixador José Pinheiro Jobim⁴. Por ser um documento escrito pouco mais de um ano depois do

³ Arquivo CNV: 00092.000261/2014-51.

⁴ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_12118_80.

falecimento de Jobim, consideramos uma fonte bastante importante para entender as circunstâncias de sua morte.

Nela Lygia registra que o embaixador saiu de casa no dia 22 de março de 1979 no início da tarde para visitar um amigo (o jornalista Marcial Dias Pequeno, chefe de Gabinete do governador Chagas Freitas). Não voltou para casa e a família comunicou à polícia seu desaparecimento. Na manhã do dia 23, receberam o telefonema da proprietária de uma farmácia na Barra da Tijuca, que dizia estar com um bilhete entregue por Jobim havia cerca de meia hora. No bilhete, Jobim comunicou que fora sequestrado em seu próprio automóvel e estava sendo levado para a Barra da Tijuca. Nesta mesma manhã, o delegado titular da 9ª DP, Hélio Guaíba, esteve na casa da família, tomou conhecimento do telefonema e, segundo a viúva, não tomou nenhuma providência apesar de ter indicações claras de seu paradeiro explicado no bilhete: “logo depois da ponte da Joatinga”.

O cadáver do embaixador foi encontrado por um gari às 7 horas da manhã do dia 24 de março,

(...) a menos de mil metros da ponte da Joatinga, pendido de uma corda de nylon do galho de uma pequena árvore (suas pernas, curvadas, tocavam o solo), no canteiro central da Avenida da Barra da Tijuca (...). Comparecendo ao local para confirmar a identificação do corpo, meu genro (NR. o editor Ênio Silveira), ouviu do Delegado Ruy Dourado⁵ e do Diretor do Instituto de Criminalística, dr. Roberto Villarinho, o comentário de que meu marido teria morrido em outro local, e que depois de sofrer muitas violências físicas, “com requintes de crueldade”, havia sido dependurado naquela árvore para uma bárbara simulação de enforcamento.⁶

Lygia disse que a investigação não se transformou em inquérito policial e que o auto de exame cadavérico foi realizado sob sigilo. Assegura que seu sobrinho, o Tabelião Roberto Fausto Jobim, ouviu do doutor Roberto Blanco dos Santos, que realizou a necropsia, a afirmação de que o tio não morrera enforcado. A certidão de óbito foi lavrada em 2 de abril de 1979, nove dias após sua morte, com a causa mortis indefinida: “A determinação exata da causa da morte depende dos resultados dos exames complementares solicitados”.

⁵ E por coincidência é o mesmo delegado que, em julho de 1965, foi colocado à disposição do MRE, para servir junto à Embaixada do Brasil em Montevideú. E, um ano depois, com a ascensão do embaixador Pio Corrêa à Secretaria-Geral, foi autorizado a colaborar com o MRE, sem prejuízo de suas funções como Delegado de Polícia. Histórico Funcional do Delegado de Polícia Ruy Lisboa Dourado. Arquivo da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

⁶ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_12118_80.

Em depoimento à CNV⁷, Lygia Maria Collor Jobim faz a seguinte afirmação:

Meu pai serviu no Paraguai, entre os anos de 1957 e 1959, logo no começo das conversações sobre a criação de Itaipu (Sete Quedas). Aposentado, começou a escrever suas memórias, onde pretendia denunciar a corrupção que envolvia essa solução das Sete Quedas e sobre a qual possuía forte documentação. Mais tarde, creio que em fevereiro ou janeiro de 1964, ele foi enviado pelo presidente João Goulart numa missão especial ao Paraguai. De lá voltando, eu sei que ele apresentou um relatório (...). A documentação, que ele tinha e que pretendia utilizar nas memórias para provar o que estava contando, misteriosamente desapareceu de dentro da casa da minha mãe. Nós não sabemos precisar em que data. (...) Alguns amigos sabiam que ele estava escrevendo este livro. Ele, uma semana antes de sua morte, foi a Brasília para a posse do chanceler Saraiva Guerreiro e a cerimônia de posse do presidente Figueiredo. Lá ele comentou com algumas pessoas o que estava fazendo. E o senador Gilberto Marinho, que era muito amigo da família, chamou-o num canto e pediu que ele, por favor, parasse com aquilo porque as pessoas que ele ia denunciar estavam ali presentes na recepção. Isto o Gilberto Marinho nos contou enquanto ele [José Jobim] estava desaparecido [23 de março 1979].

Sobre a morte do pai acrescentou:

Na noite do dia 22/23 foi dada queixa do desaparecimento na 9ª Delegacia. Sem que nós soubéssemos, tia Hélia [NR. mulher do diplomata Afonso Palmeiro], que era muito amiga do Pio Corrêa, telefonou para o Pio Corrêa, que ela sabia conhecer vários policiais (...) entre eles Ruy Dourado. Acho que era compadre dele também e foi policial no Uruguai, quando ele [Pio Corrêa] era embaixador no Uruguai. Ai a tia Hélia ligou para ele e minutos depois ele ligou para ela de volta dizendo que tinha falado com o Ruy Dourado pedindo uma atenção especial. Eu acho muito estranho até hoje que o corpo tenha vindo aparecer exatamente na jurisdição do Ruy Dourado, na 16ª Delegacia, na Barra da Tijuca, onde meu pai não frequentava. Era uma coisa totalmente fora do mundo dele a Barra da Tijuca. O corpo foi aparecer lá e o Ruy Dourado assumiu o caso. (...) Eu acho muito estranho isso, quer dizer, o Pio Corrêa era diretor da Siemens, era muito ligado a todo pessoal de Itaipu e o corpo é praticamente jogado no colo do Ruy Dourado.

II - A missão do Embaixador José Jobim ao Paraguai, em fevereiro de 1964, ocorreu no contexto das negociações entre o Brasil e a URSS durante o Governo João Goulart, para construção da hidrelétrica de Sete Quedas com tecnologia e financiamento soviéticos. Seria como que uma réplica, na América do Sul, do modelo de parceria que viabilizou o projeto de Assuã (ou Alto Assuã) no Egito, desenvolvido graças à cooperação com a URSS, definida em acordos celebrados pelo Presidente Gamal Abdel Nasser com o dirigente soviético Nikita Kruschchev.

⁷ Arquivo CNV: 00092.000458/2014-91.

A CNV ouviu o Engenheiro Paulo Richer⁸, que foi o primeiro presidente ELETROBRÁS depois de sua criação, em 1962, pelo Presidente João Goulart.

Um dia o doutor [Antonio Ferreira de] Oliveira Brito⁹⁽¹⁾ disse: Paulo, nós temos uma função. Nós fomos convidados para um jantar com o embaixador Andrei A. Fomin, da Rússia. O professor [Francisco Clementino de] San Thiago Dantas, com estas dificuldades que nós temos de obter recursos, está pensando na hipótese de se fazer um convite aos técnicos da Rússia para virem ao Brasil. Eu digo: “Meu Deus do céu, a esta altura, nós com dificuldades de recursos, nós com uma reação inteira de um grupo reacionário de São Paulo, convidar russos para vir ao Brasil?” [...] Então a minha idéia foi a seguinte: bom, nós vamos cumprir a instrução do governo. Não vou dar a minha opinião, se é oportuno ou não é. Então fomos jantar com o embaixador Fomin. O embaixador, que era engenheiro, disse: “Que realmente o Brasil deseja?”. Ai o Oliveira Brito, que tinha recebido do Professor a informação disse: “Nós queríamos convidar os engenheiros russos para virem fazer um exame no Brasil, para nos conhecer”. O embaixador disse: “Não tenha a menor dúvida, num prazo curto eu indicarei a vocês o que se pode fazer”. (...) Ele avisou o seguinte: ia trazer cinco engenheiros, entre os quais o professor Ivan Komsin, que foi assessor na construção de Assuã. (...) Eles estiveram aqui, no final de dezembro de 1963, e ficaram uns vinte dias aqui, até janeiro de 1964. E eu os convidei a ir à Chesf, Furnas, Jupia, Ilha Solteira, todas essas obras grandes. Nós combinamos com os diretores dessas empresas e os levamos lá, para todas as perguntas que quisessem fazer.

O engenheiro Paulo Richer encaminhou à CNV cópia da *Revista Brasileira de Energia Elétrica*¹⁰ que detalha a visita dos engenheiros Ivan Komsin, ex-Vice-Ministro de Construções da URSS, e Consultor responsável pelo projeto de Assuã, no Egito, Dimitry Yurinov, Presidente do Instituto Hidroprojeto da URSS, Nikolas Malishev, Vice-Presidente do Instituto Hidroprojeto da URSS, e do economista Nicolai Skibinski, especialista da Comissão Governamental da URSS para Intercâmbio Econômico com o Exterior: assuntos da Europa e América Latina.

A hipótese de cooperação soviética para a construção de Sete Quedas não desapareceu com o golpe de 1964. Figurou na agenda das conversações que o embaixador Roberto Campos, ministro do Planejamento, manteve com os soviéticos em 1965, numa visita a Moscou, e em 1966 no Rio de Janeiro. Foi também discutida em novembro de 1972 por missão econômica soviética com o então ministro da Fazenda, Delfim Netto, e outras altas autoridades brasileiras.

⁸ Arquivo CNV: 00092.000148/2014-76.

⁹ Deputado Federal e Ministro de Minas e Energia entre 6/1/1963 a 1º/4/1964.

¹⁰ *Revista Brasileira de Energia Elétrica* publicação da Eletrobrás, de nº 4, de 4 de janeiro de 1964, páginas 23 a 27. Arquivo CNV: 00092.000148/2014-76.

Em 3 de dezembro de 1972, o *Jornal do Brasil* publicou entrevista de página inteira com o militante do PCB Adauto Alves dos Santos, o “Agente Carlos”, assessor direto de Luiz Carlos Prestes, o dirigente máximo do partido, que vivia exilado em Moscou. Foi o início de vasta campanha anticomunista, com a prisão de membros do PCB e divulgação, pela imprensa, de revelações de cunho sensacionalista sobre supostos planos do partido para derrubar o regime militar, em aliança com setores da Igreja Católica ligados a Dom Hélder Câmara. As declarações do “Agente Carlos”, transmitidas para todo o país pelo *Jornal Nacional*, da *Rede Globo de Televisão*, teriam sido preparadas por dois grupos de trabalho, um no Rio, outro em Brasília, ambos coordenados pelos SNI – a “Operação Sombra”.

A CNV localizou, no arquivo do MRE, os telegramas nos. 2.542 e 2.564¹¹, da Embaixada do Brasil em Washington, onde aparecem transcritos dois despachos da jornalista Marvine Howe, que era, à época, a correspondente do *New York Times* no Brasil. Na segunda matéria, datada de 7 de dezembro de 1972, sob o título “*Brazil continues anti-red drive*”, a Sra. Howe assim conclui: “*The communist hunt has also been linked to recent moves by the Soviet Union to increase its influence here. A high-level Soviet trade mission last week offered to finance a giant hydroelectric project at Sete Quedas on the border with Paraguay. United States concern are also interested in the project*”.

Quase em simultâneo à vinda da missão soviética, estiveram no Brasil os dois mais altos dirigentes da multinacional alemã Siemens A.G., o sr. Ernst von Siemens, que pouco tempo depois deixaria o cargo de Presidente do Conselho de Administração da empresa, e seu sucessor. Foram recebidos pelo Embaixador Pio Corrêa, Diretor-Presidente da filial brasileira, que os acompanhou numa série de encontros com autoridades brasileiras de alto escalão. Teria sido mera obra do acaso a simultaneidade das visitas ao país dos mais altos dirigentes da Siemens e de uma delegação comercial soviética de nível igualmente elevado, no exato momento em que o Governo brasileiro preparava os termos de referência do mais vultoso contrato de aquisição de turbinas para geração de hidroeletricidade em todo o mundo? Ou estariam a multinacional alemã e a “trading” estatal soviética ENERGO-MACH EXPORT, representada no Brasil pelo empresário

¹¹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Série Telegráfica BRASEMB Washington, 1972.

Mário Pacheco Jr., empenhadas, ambas, em acirrada disputa pela venda das turbinas a Itaipu?

A CNV ouviu, sob sigilo, um antigo executivo da empresa MAPA, que confirmou a existência de rivalidade comercial entre a Siemens e a ENERGO-MACH EXPORT para fornecimento de turbinas a projetos hidrelétricos. Em 1974, a firma individual de representação constituída por Mário Pacheco em 1969, transformara-se na sociedade anônima Cia. MAPA Comércio e Empreendimentos Internacionais, com filial em Moscou. Em novembro de 1979, a MAPA criou uma controlada no Paraguai, para representar a ENERGO-MACH EXPORT na concorrência para fornecer turbinas ao projeto argentino-paraguaio da represa hidroelétrica de Yacyretá-Apipé.

Como a MAPA já tinha representação no Brasil pegou também a representação no Paraguai. (...) A MAPA paraguaia foi criada nesta ocasião. Essa MAPA paraguaia, ela foi prejudicada porque a representação era do Paraguai. No momento que os equipamentos não foram fornecidos para o Paraguai, não havia comissão para o Paraguai.¹²

Casado com uma filha do Marechal Henrique Lott, o companheiro de chapa do Vice-Presidente João Goulart na eleição presidencial de 1960, Mário Pacheco era objeto de permanente vigilância da Comunidade de Informações. Documentos encontrados pela CNV, no Arquivo Nacional, ora falam sobre seus “contatos com diplomatas soviéticos suspeitos de pertencerem ao KGB”; ora o apontam como “o principal financiador do Partido Comunista Brasileiro e o canal de suprimento de dólares doados ao PCB pelo PC da URSS”.¹³

O projeto de Itaipu, em que os soviéticos deveriam participar, eles foram eliminados porque não tinham, não cumpriam um dos principais quesitos de concorrência que era a participação de 30% de empreendimentos, de fornecimentos brasileiros. E naquela altura, naquele momento, naquela ocasião, os soviéticos não tinham contato com nenhuma empresa brasileira. Enquanto que a Siemens, Brown Boveri, etc, todas elas tinham empresas já estabelecidas e registradas no Brasil e produziam equipamentos. [no início da década de 1970] Com certeza os soviéticos não tinham a menor condição de cumprir estas exigências de participação nacional. E qualquer projeto em que tudo fosse fornecido do exterior, na minha posição técnica, na minha opinião técnica, era muito complicado, se houvesse uma carteira em que os soviéticos viessem a fornecer 100% do projeto. Dificilmente isto poderia ter acontecido, porque naquele momento haveria uma dificuldade muito grande de fornecer de tudo por completo. Ou mesmo construir uma hidrelétrica no Brasil. Já era impossível na

¹² Arquivo CNV: NUP 00092.000965/2014-24

¹³ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ACE_15424_81; Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ACE_19669_81; Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ACE_45160_84.

ocasião fazer os projetos, entrar com o projeto. 'Toma, faça assim.' (...) Inclusive, a primeira missão soviética, uma das primeiras que esteve no Brasil e visitou Itaipu e tomou nota dos dados, eles tiveram discussões muito grandes no bureau de projetos lá na União Soviética, onde os lados técnicos se dividiram. Uns dizendo sobre a impossibilidade de fazer um lançamento gigantesco de concreto para que fosse possível num curto espaço de tempo implantar as turbinas geradoras nos seus devidos lugares. E outra metade dizia não, é possível se segundo eles fizerem lançamento das duas margens através de bondinho do Pão de Açúcar. E foi o que aconteceu. Mas lá na União Soviética, naquela ocasião havia já um discussão técnica acirrada sobre o interessante projeto de Itaipu. Essa discussão era numa empresa (bureau) que realizava só projetos. (...) ¹⁴

Várias vezes eu escutei falar: 'que a Energo-Mach Export, através do senhor Mário Pacheco fornece dinheiro pro Partido Comunista Brasileiro.' Isso é de um disparate tão grande, é de uma bobagem sem par que fica difícil até de argumentar. ¹⁵

Segundo a Sra. Lygia Jobim, seu pai relacionava-se com o empresário Mário Pacheco. Teria sido Mário Pacheco uma das fontes das informações que o Embaixador José Jobim pretendia trazer a público no livro que preparava sobre Itaipu? Afinal, em 1979 fazia quase 15 anos que Jobim se afastara dos circuitos institucionais onde se discutia a construção da gigantesca hidrelétrica na fronteira com o Paraguai. Se informações novas tinha, outros as teriam propiciado. Sendo Sete Quedas/Itaipu, para ele, verdadeira paixão intelectual e Mário Pacheco um de seus interlocutores, não admira houvessem mantido, em algum momento, conversações sobre o tema. Tal hipótese - a tentativa de identificar rapidamente as fontes de informação de Jobim – talvez explique a razão do sequestro e a decisão de interrogá-lo clandestinamente sob tortura, apesar da idade avançada e da saúde frágil.

III – Outra linha de investigação possível em 1979, para a redação de um livro com revelações sobre Itaipu, poderia tomar por foco as alegações de sobrepreços nas obras civis da hidrelétrica. Elas aparecem em trecho do depoimento do Coronel Alberto Carlos Costa Fortunato, o qual veio a público em 1996 com o lançamento do livro *A Direita Explosiva no Brasil*.

Não adiantava dizer que o Costa Cavalcanti era um canalha, um ladrão [...] Conhecem a história sobre o aumento de 23% no custo de Itaipu? Pois o negócio foi o seguinte: lá pelas tantas, o governo paraguaio pretendeu (mais adequado seria dizer **condicionou**) um aumento de 23%. Os representantes brasileiros articularam um conchavo e combinaram o seguinte: vocês topam aumentar em 46% (metade para cada um)? Então, como o governo do Paraguai sabia que

¹⁴ Arquivo CNV: 00092.000965/2014-24.

¹⁵ *Ibid.*

somente o Brasil pagaria a conta, fechou negócio. Quer dizer, pagamos 46% a mais pelo custo da obra. Tudo o que faltava dali para a frente foi reestudado e aumentado. Quem sabia essas coisas não podia fazer nada ou estava com o “rabo preso”.¹⁶

Consoante Lygia Jobim, seu pai, o Embaixador José Jobim, não tinha bom conceito do General Costa Cavalcanti, o primeiro presidente da Itaipu Binacional. Encontraram-se protocolarmente em Roma, quando Jobim servia na Embaixada junto ao Vaticano. É, entretanto, muito pouco provável que José Jobim conhecesse ou possuísse algum canal de diálogo com o Coronel Alberto Fortunato, membro do “Grupo Secreto”, a organização terrorista formada por militares e civis de extrema-direita, responsável por extensa série de atentados, como a bomba na Exposição Soviética no Pavilhão de São Cristóvão, em maio de 1962, ou a explosão no Riocentro, em 30 de abril de 1981. Um dos atentados a bomba perpetrados no Rio de Janeiro pelo “Grupo Secreto” danificou, em 1968, a Livraria Civilização Brasileira, que pertencia a Ênio Silveira, o marido de Lygia Jobim.

No fundo documental da DSI-MRE, a CNV encontrou um ofício em papel sem timbre, datado de 05/04/1972, mediante o qual a DSI do Ministério de Minas e Energia (MME), chefiada à época pelo Coronel Alberto Fortunato, solicitava a remessa de correspondência, por mala diplomática, ao Coronel Fernando Cerqueira Lima, Adido das Forças Armadas (ADIFA) junto à Embaixada do Brasil em Roma. Tal expediente parece sugerir a existência de laços pessoais entre o Coronel, depois General Cerqueira Lima e um expoente do “Grupo Secreto”¹⁷. Depois de seu período em Roma, o Coronel Cerqueira Lima ganhou notoriedade em 1975, quando servia no II Exército, e presidiu o IPM que qualificou a morte do jornalista Wladimir Herzog de suicídio.

Eu me lembro que, quando D. Helder ia a Roma, havia ordem expressa do Itamaraty para ele não ser recebido na embaixada. E papai resolvia o problema da seguinte forma: pegava o carro particular dele, me pegava para motorista e ia ao aeroporto; pegava D. Helder e levava para onde D. Helder estivesse hospedado. Convidava D. Helder para jantar num restaurante e pagava o jantar. Então ele não tomava conhecimento deste tipo de ... Ele seguia as ordens: ‘não é para receber na embaixada, está bom então nós vamos jantar fora. Nem no carro da embaixada ele vem, ele vem no meu e eu não uso motorista.’ Eu me lembro que eu servia muito de motorista também para ele e D. Eugenio. Mas aí já era até pior, porque eu tinha que ficar rodando. Ele tinha suas obsessões de microfones e telefones

¹⁶ ARGOLLO, José Amaral; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz AlbertoM. *A direita explosiva no Brasil A direita explosiva no Brasil*. A direita explosiva no Brasil Rio de Janeiro: Mauad, 1996, p. 314.

¹⁷ Arquivo Nacional, DSI MRE: BR_DFANBSB_Z4. AGR_DNF.23.

grampeados. Eu ficava rodando em Roma com os dois conversando dentro do carro.¹⁸

Certamente a movimentação do Embaixador José Jobim em Roma não agradava aos setores do bloco no poder favoráveis ao endurecimento do regime. É possível mesmo que tenha sido monitorado pelo ADIFA, como o foram outros embaixadores depois da decretação do AI-5. Em conjuntura de tensões montantes entre a Igreja e o Estado, o Embaixador José Jobim desenvolvia intenso trabalho político de bastidores, procurando construir pontes entre a mais alta hierarquia da Igreja Católica e o Governo brasileiro. Ao fazê-lo, contrariava a estratégia de confronto, que via em Dom Hélder o mais perigoso inimigo da Ditadura Militar no exterior.¹⁹

LOCAL DE MORTE

O cadáver do embaixador José Pinheiro Jobim foi encontrado por volta das 7 horas da manhã do dia 24 de março de 1979, a menos de mil metros da ponte da Joatinga, no canteiro central da Avenida da Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Todos esses fatos ocorreram durante o governo do general João Baptista de Figueiredo, antigo chefe do SNI, durante o qual se sucederam, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, atentados terroristas contra alvos os mais diversos, cuja autoria só agora começa a ser elucidada. Nesta série de graves violações aos direitos humanos, o sequestro do Embaixador José Jobim em 22 de março de 1979, transcorridos apenas 7 dias da posse do General Figueiredo na Presidência da República, foi o primeiro crime a ser perpetrado, em ordem cronológica. Suas características - que se assemelham às do sequestro, em 13 de outubro de 1982, do jornalista Alexandre von Baumgarten, vítima igualmente de tortura e assassinato – levam-nos a crer que se tenha tratado de um crime de Estado, consumado por motivação exclusivamente política.

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

¹⁸ Arquivo CNV: 00092.000458/2014-91.

¹⁹ SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra*. São Paulo: Companhia das Letras.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes para o caso
00092.000261/2014-51	Processo nº 9645 da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, acerca das investigações da morte do Embaixador José Jobim	Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.	Cópia (CD) do Processo nº 9645 da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, acerca das investigações sobre a morte do Embaixador José Jobim, entregue a CNV por Lygia Jobim. Documento entregue pela assessora Cristina B. Mariani, em despacho solicita a inclusão desse documento no processo 00092.000557/2012-19.
00092.000458/2014-91	Depoimento de Lygia Maria Collor Jobim, 20/09/2013		Quatro DVDs com gravação de vídeo do depoimento de Lygia Maria Collor Jobim, filha do diplomata José Pinheiro Jobim, prestado dia 20 de setembro de 2013, no Rio de Janeiro. Depoimento realizado pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro em parceria com a Comissão Nacional da Verdade.
00092.000557/2012-19			Documentos com relato da morte do embaixador José Jobim, entregues por Lygia Maria Collor Jobim e encaminhada à CNV pela Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, no qual se solicita apuração das circunstâncias dessa morte. A CEMDP envia ainda documentos obtidos no "Arquivo del Terror", no Paraguai, que dão conta da suposta utilização da empresa Itaipú Binacional, como "agência remota do serviço de informações".
00092.000702/2012-53			Documentos com relato da morte do embaixador José Jobim, entregues por Lygia

		<p>Maria Collor Jobim e encaminhada à CNV pela Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, no qual se solicita apuração das circunstâncias dessa morte.</p> <p>A CEMDP envia ainda documentos obtidos no "Arquivo del Terror", no Paraguai, que dão conta da suposta utilização da empresa Itaipú Binacional, como "agência remota do serviço de informações".</p>
00092.001655/2013-46		<p>Documentação entregue pelo consultor Cláudio Dantas Sequeira ao GT Estrangeiro</p> <p>em Consultoria à FUNDEP referente ao embaixador Jobim e à construção de ITAIPU.</p>

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Lygia Maria Collor Jobim, filha do diplomata José Pinheiro Jobim.	BRASIL. CNV. Testemunho prestado por Lygia Maria Collor Jobim, filha do diplomata José Pinheiro Jobim, prestado dia 20 de setembro de 2013, no Rio de Janeiro. Foi ouvida pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro em parceria com a Comissão Nacional da Verdade. 00092.000458/2014-91.	Relata a biografia do pai e os acontecimentos que antecederam sua morte.
Paulo Richer, engenheiro, primeiro presidente da Eletrobras.	BRASIL. CNV. Testemunho prestado por Paulo Richer. 00092.000148/2014-76.	Relata as primeiras negociações para a construção da Itaipu Binacional.
ACM, antigo executivo da empresa MAPA.	BRASIL. CNV. Testemunho sigiloso. Em 14 de março de 2014. 00092.965/2014-24.	Discorre sobre as suas atividades na empresa MAPA e tratativas para a participação de técnicos e empresas russas na construção de Itaipu Binacional.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

À vista de todo o exposto, temos claro que uma organização criminosa, constituída exclusivamente por particulares, dificilmente conseguiria reunir os meios materiais e imateriais necessários para:

- a) organizar em plena luz do dia, em bairro residencial da cidade do Rio de Janeiro, o sequestro de um veterano diplomata, com indiscutível prestígio pessoal, amigo do Governador do Estado e de um de seus mais próximos colaboradores, o jornalista e secretário de Governo Marcial Dias Pequeno;
- b) mantê-lo cativo durante 2 ½ dias, em local incerto e não sabido, jamais descoberto;
- c) interrogá-lo sob tortura;
- d) influenciar a instrução do inquérito policial, fazendo prevalecer, com base em laudo pericial eivado de vícios, a tese do suicídio;
- e) influir na decisão do Ministério Público Estadual de não investigar a autoria do homicídio, depois de haver afastado *in limine*, e de forma categórica, a hipótese de suicídio.

Todos esses fatos ocorreram durante o governo do General João Baptista de Figueiredo, antigo chefe do SNI, durante o qual se sucederam, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, atentados terroristas contra alvos os mais diversos, cuja autoria só agora começa a ser elucidada. Nesta série de graves violações aos direitos humanos, o sequestro do Embaixador José Jobim em 22 de março de 1979, transcorridos apenas 7 dias da posse do General Figueiredo na Presidência da República, foi o primeiro crime a ser perpetrado, em ordem cronológica. Suas características - que se assemelham às do sequestro, em 13 de outubro de 1982, do jornalista Alexandre von Baumgarten, vítima igualmente de tortura e assassinato – levam-nos a crer que se tenha tratado de um crime de Estado, consumado por motivação exclusivamente política.

Não nos surpreenderia que o sequestro, tortura e assassinato do Embaixador José Jobim tivessem conexão com seu projeto de livro acerca da construção de Itaipu, cujo lançamento poderia suscitar amplo debate sobre o tema, no parlamento, na imprensa e em foros da sociedade civil, sem esquecer do meio militar, numa conjuntura em que ainda não se chegara a acordo com a Argentina sobre a utilização dos recursos hídricos do rio

Paraná. Não bastasse, o regime militar enfrentava a oposição do MDB, no Congresso Nacional, e de entidades representativas da sociedade civil à implementação do Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha, objeto por igual de forte pressão diplomática internacional. Já em fase crepuscular, mas empenhada num projeto de conservação do poder, temperado por limitada abertura política, a Ditadura Militar considerava Itaipu um ativo estratégico de suma importância, cuja conclusão teria de ser alcançada a qualquer preço.

Recomendações:

Sem entrar no mérito da petição que a Dra. Lygia Maria Collor Jobim, secundada pelo Instituto Presidente João Goulart, apresentou, em 24 de novembro de 2014, ao Ministério Público Federal para que seja investigado o homicídio do Embaixador José Pinheiro Jobim, recomendamos que, se for instaurado, esse procedimento investigativo aprofunde o exame dos fatos que foi realizado pela CNV.

Para tanto, recomendamos sejam ouvidas as seguintes pessoas, que por motivos vários, não chegaram a prestar depoimento à CNV:

- Sr. Antonio Dias Leite, ex-ministro de Minas e Energia;
- Coronel Engenheiro Mauro Moreira, ex-diretor da ELETROBRÁS;
- Sr. Osvaldo Gomes Pacheco, ex-diretor da MAPA;
- Sr. Luiz Alberto Machado Fortunato, coautor do livro *A Direita Explosiva no Brasil*, residentes, todos, na cidade do Rio de Janeiro;
- Sr. Adirson Antonio de Barros e Silva, jornalista, autor de denúncias sobre a MAPA e o financiamento oculto do PCB por seu intermédio, residente em Petrópolis-RJ;
- Sr. Adauto Alves dos Santos, o “Agente Carlos”, antigo militante do PCB, residente em Brasília-DF;
- Sra. Marvine Howe, jornalista, antiga correspondente do *New York Times* no Brasil, residente em Lisboa, Portugal.

Recomendamos, ainda, que o Ministério Público Federal tome as necessárias medidas para ter acesso aos documentos da empresa Siemens e da massa falida da MAPA, relativos às negociações com vistas ao fornecimento de turbinas para Itaipu.

Sugerimos, por fim, que o Ministério Público Federal e a família do Embaixador José Jobim solicitem ao Governo norte-americano pesquisa em seus arquivos e eventual desclassificação de quaisquer documentos que possam contribuir para a elucidação do caso.

ADAUTO FREIRE DA CRUZ



DADOS PESSOAIS

Filiação: Olívia Freire da Cruz e Manoel Freire da Rocha

Data e local de nascimento: 15/2/1924, Bananeiras (PB)

Atuação profissional: comerciante

Organização política: Ligas Camponesas

Data e local de morte: 13/5/1979, entre Rio de Janeiro e Teresópolis (RJ)

BIOGRAFIAⁱ

Nascido na Paraíba, Adauto Freire da Cruz era filho de camponeses. Começou a trabalhar aos 12 anos de idade, em uma indústria de artefatos de couro. Também foi operador de cinema nos municípios de Guarabira, Campina Grande e João Pessoa (PB). Atuou como pequeno fabricante de tintas e como ambulante, vendendo produtos de couro.

Teve seu primeiro contato com a literatura marxista em 1946 e, no ano seguinte, ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB)ⁱⁱ. Em 1948, participou das lutas grevistas lideradas pelos trabalhadores da construção civil na cidade de Campina Grande (PB). Em 1949, esteve presente nas greves dos operários têxteis de Rio Tinto (PB) e, em 1952, na luta pelo abono de Natal. Foi preso três vezes: em 1948, por ocasião da greve; em 1951, quando panfletava na porta de uma fábrica; e em 1956, por participação em “atividades comunistas”.

Casou-se pela primeira vez com Priscila Freire de Lima, com quem teve cinco filhos: Neusa, Edileusa, José, Olena e Heloísa. Em 1959, casou-se pela segunda vez com Terezinha Rodrigues de Araújo Freire, que conheceu em João Pessoa (PB). Mudaram-se para Recife (PE), onde Adauto abandonou o comércio e passou a dedicar-se unicamente às atividades políticas.

Foi secretário de organizações de base e de organização municipal do partido. Foi secretário do Comitê Estadual do PCB no estado da Paraíba e, em 1961, foi à Cuba com

vistas a realizar treinamento de guerrilha. No ano seguinte, desligou-se do PCB e tornou-se membro da Direção Nacional das Ligas Camponesas. Em 1963, passou a viver com Delzuíte da Costa Silva, sua terceira esposa, com quem teve dois filhos: João Luiz e Mariana. Em 1964, assumiu o posto de “Lugar-Tenente” de Francisco Julião.

Após o Golpe Militar, de abril de 1964, Adauto mudou de nome e passou a viver na clandestinidade com nova identidade: Celestino Alves da Silva. Foi indiciado e mudou-se para o Rio de Janeiro. Morreu aos 55 anos de idade, depois de ter sido detido pela Polícia Militar, espancado e sofrido um infarto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em 10 de dezembro de 1996 e 10 de abril de 1997, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) indeferiu o requerimento apresentado por duas vezes pela família de Adauto Freire da Cruz, por não ter ficado clara a relação da sua morte com a repressão. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Adauto Freire Cruz morreu em 13 de maio de 1979. Foi surpreendido pela Polícia Militar em uma viagem de ônibus para Teresópolis. Estava acompanhado de sua esposa, Delzuíte, e voltavam de uma reunião pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita realizada no Rio de Janeiro. Ambos estavam no interior de um ônibus Niterói-Teresópolis, que foi parado em uma blitz. O casal transportava material de propaganda da Campanha pela Anistia, e, no momento em que o ônibus foi parado pela polícia, não tiveram tempo de esconder os panfletos. Os policiais entraram no coletivo e pediram a Adauto os seus documentos de identificação. Quando Adauto respondeu que os havia esquecido, os policiais jogaram-no para fora do ônibus e o agrediram. Os panfletos foram encontrados pelos policiais. Com as agressões, Adauto começou a respirar com dificuldade, seus lábios ficaram roxos e ele parou de falar. Segundo relato de sua esposa, ele sofreu um infarto. Na certidão de óbito, conta que a causa da morte esteve relacionada a “enfarto do miocárdio”.

Documentos anexados ao processo de Adauto Freire na CEMDP confirmam a relação de Adauto com a militância no PCB e nas Ligas Camponesas.

Mais recentemente, pesquisas realizadas no âmbito da Comissão Nacional da Verdade (CNV) identificaram documento do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) que comenta artigo publicado pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, de 19 de dezembro de 1979. O autor do artigo afirma ter escondido, “durante 15 anos, um dos mais importantes líderes das Ligas Camponesas, com passagem por Cuba e responsabilidade militar no movimento guerrilheiro que Francisco Julião pensava conduzir nos idos de 1962: Aduino Freire, recentemente falecido com outro nome”.

Além do fato de a certidão de óbito de Aduino Freire ter sido registrada com o nome de Celestino Alves da Silva, a certidão de nascimento de Mariana, filha de Aduino com Delzúite, declara que o nome do pai é Celestino Alves da Silva. Mariana e seu irmão, João, estavam no ônibus no momento em que Aduino Freire morreu. Segundo relato à CEMDP, os dois confirmaram que o corpo de Aduino foi enterrado em um cemitério em Teresópolis, mas não souberam dizer se os restos mortais permanecem no local. A família, especialmente os filhos de Aduino com Delzúite, solicitam ao Estado brasileiro que o nome de Aduino conste na sua certidão de óbito e na certidão de nascimento de Mariana. Além disso, solicitam que seja reconhecida a relação entre a morte de Aduino e a perseguição política que vinha sofrendo.

Em audiência à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (Recife/PE) em 1995, Delzúite da Costa Silva disse que Aduino Freire foi sepultado em 1979, em Teresópolis (RJ), com o nome de Celestino Alves da Silva. Segundo o relato de Delzúite, ela enterrou o marido com nome falso porque “estava com medo da repressão”.

LOCAL DE MORTE

Rua Judith Maurício de Paula, nº 40, Teresópolis (RJ).

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0002_000, pp. 1-264.	Processo nº 0814811541R22, 10/12/1996.	CEMDP.	Apresenta a trajetória política de Aduino, sua passagem pelo PCB e pelas Ligas Camponesas e as circunstâncias de sua morte, tendo em anexo uma série de manuscritos do militante sobre a conjuntura político-social do Brasil.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0002_000, pp. 10-12.	Individual datiloscópica com fotografias de Aduino Freire, impressões digitais e informações pessoais, 4/5/1956.	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco	Evidencia que Aduino foi fichado pela polícia já em 1956 em função de sua militância no PCB.
Arquivo Nacional, CSN Divisão de Inteligência – Depto de Polícia Federal – DI/DPF: BR_DFANBSB_ZD_0_0_0037A_0017_d0001de0001, pp. 1-3.	Informação nº 18, 4/6/1971.	CISA.	Divulga o envolvimento de Aduino Freire com a militância política, assumindo posição de liderança no movimento das Ligas Camponesas.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0002_000, pp. 13-15.	Declaração de Terezinha Rodrigues de Araújo Freire, ex-mulher de Aduino, de 29/5/1964.	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco	Apresenta a trajetória política de Aduino no período em que eram casados.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0002_000, p. 216.	Declaração de Marilene de Souza Conrad, amiga da vítima, 25/11/1996.	CEMDP.	Narra que, quando voltaram de um evento político pela anistia em 1979 no Rio de Janeiro, decidiram fazer uma reunião de avaliação e que, junto com Aduino e Delzúite, perceberam que estavam sendo seguidos. Mudaram seu itinerário, já que estavam com panfletos da Campanha pela Anistia. Tomaram o ônibus Niterói-Teresópolis, mas mesmo assim continuaram sendo seguidos, até serem interceptados por policiais no meio da estrada. Aduino teria morrido durante o conflito, de parada cardíaca, segundo a informação de sua esposa. A família preferiu guardar sigilo, pois temiam pela segurança da companheira e dos filhos de Aduino.

Brasil Nunca Mais Digital – MPF_BNM_03, Projeto Brasil Nunca Mais 201 a 300, Pasta BNM_279, pp. 2285, 2288,5381, 5391.	Inquérito Policial Militar (IPM), 20/5/1965.	I Exército/709	Relata o depoimento do indiciado José Lira Alves Sobrinho, conhecido de Aduino Freire pela militância conjunta no PCB.
<i>Folha de S. Paulo</i>	“Comissão quer abrir arquivos militares”, por Vandek Santiago, 8/8/1995.	<i>Folha de S. Paulo</i> – UOL.	Apresenta informações sobre audiência ocorrida em Recife com participação de Delzuite, na qual ela afirma que enterrou os restos mortais do marido, registrando o óbito com o nome falso.
<i>Diário de Pernambuco</i> digital.	Filhos do golpe, produzido pelo <i>Diário de Pernambuco</i> em série de reportagens sobre os 50 anos do Golpe.	Relato em vídeo de Mariana da Costa Silva (filha de Aduino) produzido pelo <i>Diário de Pernambuco</i>	Relata que o pai foi espancado pela polícia e jogado para fora do ônibus. Em seguida, sofreu um infarto. Afirma que sua mãe estava grávida e perdeu a criança uma semana após o parto. Corrobora a versão de que seu pai foi enterrado como Celestino e pede que a Justiça reconheça-o como Aduino tanto na certidão de óbito quanto em sua própria certidão de nascimento.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

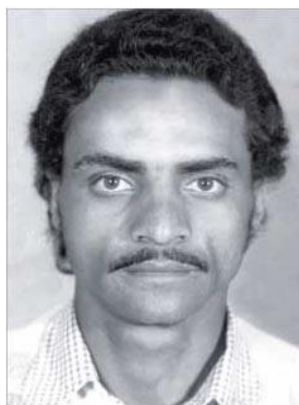
Diante das investigações realizadas, conclui-se que Aduino Freire da Cruz foi morto em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação do nome de Aduino Freire da Cruz em sua certidão de óbito e na certidão de nascimento de Mariana da Costa Silva, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ PALMEIRA, Moacir; CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo*. Brasil: 1962 – 1985, Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Direitos Humanos, 2010, pp. 59-61.

ⁱⁱ Fundado em 1922, com o nome de Partido Comunista do Brasil e a sigla PCB, no início dos anos 60, em função da possibilidade de legalização e para evitar provocações, o partido trocou o nome para Partido Comunista Brasileiro, de forma a enfatizar o caráter nacional do Partido.

OROCÍLIO MARTINS GONÇALVES



DADOS PESSOAIS

Filiação: Evangelina Luiz Martins e Elias Ferreira de Souza

Data e local de nascimento: 23/10/1954, Sete Lagoas (MG)

Atuação profissional: operador de máquinas, líder sindical

Organização política: Movimento dos Trabalhadores na Construção Civil

Data e local de morte: 30/7/1979, Belo Horizonte (MG)

BIOGRAFIA

Orocílio Martins Gonçalves nasceu em Sete Lagoas (MG) e foi casado com Vânia de Oliveira Gonçalves, com quem teve um filho, Douglas de Jesus Gonçalves. Trabalhava como tratorista e participava da organização do Movimento dos Trabalhadores na Construção Civil, em Belo Horizonte (MG).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 29 de outubro de 2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Orocílio Martins Gonçalves. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, foi dado o seu nome a uma rua no bairro Brasil Industrial, em Belo Horizonte (MG). Igualmente, a sala do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil de Belo Horizonte recebeu nome de Orocílio Martins Gonçalves. Ainda, no dia 3 de abril de 2000, foi criada a Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves (EPOMG), no bairro Barro Preto, em Belo Horizonte (MG), em homenagem ao trabalhador vítima da violência cometida pelos órgãos de repressão do Estado.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Orocílio foi alvejado por um tiro disparado pela Polícia Militar (PM) de Minas Gerais, após ter sido detido e espancado durante passeata dos operários da construção civil, em Belo Horizonte.

A agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) em Belo Horizonte monitorou as atividades do movimento grevista desde o dia 15 de julho, com destaque para a assembleia do dia 29 e a deflagração da greve no dia 30 de julho. Tal agência descreveu os acontecimentos daquele confronto, nos seguintes termos: “A situação tornou-se mais crítica quando um disparo de arma de fogo atingiu mortalmente o operário Orocílio Martins Gonçalves.”ⁱ

Nos documentos apresentados à CEMDP foi anexado o parecer dos legistas Euclides de Matos Santana e Ludércio Rocha de Oliveira, que atestam a morte do operário em decorrência de “hemorragia interna consequente de ferida pérfuro contusa-necropsiada causada por projétil de arma de fogo”. Segundo o laudo do legista, o tiro atingiu Orocílio pelo alto, sugerindo que o disparo não teria ocorrido à queima roupa. A esposa de Orocílio afirma que foi impedida de ver o corpo de seu marido pelo Departamento de Medicina Legal, que fora entregue à firma onde ele trabalhava. Os restos mortais de Orocílio foram enterrados na cidade de Cordisburgo (MG).

LOCAL DE MORTE

Esquina da avenida Olegário Maciel com a rua Gonçalves Dias, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Presidente da República: general de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo

Ministro do Exército: general de Exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque

Comandante do I Exército: general de Exército Gentil Marcondes Filho

Governador do estado de Minas Gerais: Francelino Pereira

Secretário de Segurança Pública do estado de Minas Gerais: coronel Amando Amaral

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0068_0007.	Processo nº 0354/96, 1996.	CEMDP.	Apresenta relato do caso com uma breve biografia da vítima e informações sobre sua morte.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0068_0007, p. 13.	Laudo 11182/79, 1979.	Instituto Médico-Legal (IML).	Registra as agressões sofridas pela vítima na ocasião de sua morte, bem como a causa.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0068_0007, p. 21.	Certidão de óbito, 1979.	Registro Civil do Primeiro Subdistrito de Belo Horizonte	Registra a causa da morte.
Comissão de Anistia, CA: BR_DFMJCA_2013.01.72291.	Requerimento de Anistia, 8/5/2013.	Comissão de Anistia, Ministério da Justiça	Requerimento de Anistia, impetrado por Douglas de Jesus Gonçalves, filho de Orocílio Martins Gonçalves.
Comissão de Anistia, CA: BR_DFMJCA_2013.01.72291, p. 32.	Certidão de óbito, 9/5/2013.	Registro Civil do 1º Subdistrito de Belo Horizonte	A certidão de óbito indica que Orocílio morreu no hospital João XXIII, em Belo Horizonte. Essa informação não consta na certidão de óbito original.
Comissão de Anistia, CA: BR_DFMJCA_2013.01.72291, p. 36.	“Com uma bala no peito, um corpo na avenida”, 8/8/1979.	Revista <i>Veja</i> .	Notícia sobre as circunstâncias da morte de Orocílio.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ABH_ACE_490_79_001.	Informação nº 101/116/ABH/79 /SNI, 31/8/1979.	SNI.	Relatório sobre as atividades grevistas ocorridas em Belo Horizonte.

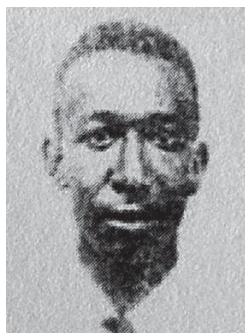
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Orocílio Martins Gonçalves morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Orocílio Martins Gonçalves, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ABH_ACE_490_79_001, p. 4.

BENEDITO GONÇALVES



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Júlia e João Gonçalves

Data e local de nascimento: 20/8/1931, Carmo da Mata (MG)

Atuação profissional: operário metalúrgico.

Organização política: não se aplica

Data e local de morte: 20/8/1979, Divinópolis (MG)

BIOGRAFIA

Benedito Gonçalves nasceu em Carmo da Mata (MG) e trabalhou na cidade de Divinópolis (MG) como metalúrgico na Companhia Siderúrgica Paim. Casado com Maria da Conceição Gonçalves e pai de cinco filhos, Benedito participava de ato grevista em 13 de agosto de 1979, quando foi agredido pela Polícia Militar (MG), que tentava desmobilizar o piquete. O metalúrgico morreu no Hospital São João de Deus, em Divinópolis, no mesmo dia em que completava 48 anos, 20 de agosto de 1979.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 11 de outubro de 2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Benedito Gonçalves. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem foram renomeadas duas ruas em Minas Gerais, uma em Belo Horizonte, no bairro Serra Verde, e outra no Distrito Industrial de Divinópolis.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Benedito Gonçalves morreu no dia 20 de agosto de 1979, seis dias após ter sido agredido por golpes de cassetete na cabeça desferidos pela Polícia Militar (MG),

enquanto participava de uma greve em frente à fábrica onde trabalhava. A imprensa local, como os jornais *Diário do Oeste* e *Estado de Minas* à época dos fatos, divulgou as circunstâncias em que Benedito foi morto. O metalúrgico foi internado por alguns dias na CTI do Hospital São João de Deus, em Divinópolis, devido à fratura e afundamento do crânio, conforme relato do livro *Dossiê ditadura*. O mesmo livro apresenta passagem do jornal Estado de Minas de 22 de agosto de 1979, no qual registra que “cerca de mil trabalhadores metalúrgicos, a pé ou de bicicleta, levaram em cortejo, ontem pela manhã, o corpo do operário Benedito Gonçalves, morto na quarta-feira.” O corpo de Benedito Gonçalves foi sepultado no cemitério de Divinópolis (MG). Logo após a sua morte, a família de Benedito entrou com uma ação ordinária na 2ª Vara da Fazenda e Feitos Públicos no intuito de obter reparação indenizatória e responsabilizar a Polícia Militar (MG) pelas agressões que o levaram a morte. A ação, mesmo após apresentação dos inúmeros recursos, foi julgada improcedente em 1996.

LOCAL DE MORTE

Hospital São João de Deus, Divinópolis (MG).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Governador do Estado de Minas Gerais: Francelino Pereira

Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais: coronel Amando Amaral

Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais: n/i

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0020_0007.	Processo nº 118/04, de 2004.	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos.	Apresenta informações sobre a biografia da vítima e sobre as circunstâncias de sua morte.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0020_0007, p. 10.	Atestado de óbito, de 2004.	Cartório do 2º Ofício de Minas Gerais.	Apresenta a causa da morte.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Benedito Gonçalves morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos, promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

GUIDO LEÃO

[SEM FOTO]

DADOS PESSOAIS

Filiação: não se aplica

Data e local de nascimento: 1956

Organização política: não se aplica

Atuação profissional: operário metalúrgico

Data e local de morte: 27/9/1979, Betim (MG)

BIOGRAFIA¹

Operário metalúrgico da Fiat Automóveis em 1979.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Morto em manifestação, atropelado por agentes policiais. Seu nome consta no livro *Ditadura Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. O caso de Guido Leão não foi apresentado à CEMDP, pois não foi possível a localização de seus familiares. Seu nome consta na relação de mortos e desaparecidos da Comissão de Direitos Humanos, da OAB, de 1980.² Na Comissão de Anistia, seu caso consta como mineiro morto ou desaparecido.³ Foi homenageado pela cidade de Belo Horizonte (MG) que deu seu nome a uma rua no bairro Serra Verde.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE⁴

Guido Leão foi atropelado por uma viatura da polícia, enquanto fugia da cavalaria da polícia militar do Estado de Minas Gerais, armada de sabres e que reprimia os trabalhadores que faziam um piquete grevista em frente à Fiat Automóveis na cidade de Betim, Minas Gerais. Não resistiu aos ferimentos e faleceu. Foi enterrado no Cemitério da Paz.

Nos meses anteriores, os trabalhadores vinham sendo duramente reprimidos em suas manifestações grevistas pelos agentes policiais do Estado. À época da morte de Guido, pelo menos outros dois trabalhadores já haviam sido mortos em situação semelhante: Oracílio Martins e Benedito Gonçalves.

Seu nome é citado em um manifesto do Partido Comunista Brasileiro (PCB) intitulado “Viva a nossa pátria livre e independente”, de 7 de setembro de 1980, como vítima da repressão policial. Esse documento foi recolhido pelo Serviço Nacional de Informações.

LOCAL DE MORTE

Rodovia Fernão Dias (BR - 381), Betim, MG.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Governador do Estado de Minas Gerais: Francelino Pereira

Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais: coronel Amando Amaral

Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais: coronel Walter Vieira

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: BR_NA_RIO_TT_0_MCP_PRO_1730, p. 8.	Propaganda Adversa - (Jornal A Hora do Povo) (Data: 1/11/79).	Ministério da Justiça – Gabinete do Ministro.	Em jornal anexo, há manchete que traz o nome de Guido Leão como assassinado por realizar manifestações grevistas.
Arquivo Nacional, SNI: ABH_ACE_2143_80.	Encaminhamento 024/116/ABH/XXX/80 (Data: 8/9/1980).	Serviço Nacional de Informações .	Atividades subversivas – Manifesto do PCdoB: Guido é citado como operário morto ao realizar greve.
Hemeroteca Digital. Jornal da República - 1979 - PR_SPR_00237_194018, Edição 00029 (1).	A greve ganha força e a repressão também (Data: 28/9/79).	Jornal República dos Trabalhadores.	Descreve a morte de Guido Leão dos Santos, diz a sua idade e fala que foi levado para o hospital onde veio a falecer.
Hemeroteca Digital: PRC_SPR_00009-	Greve em Betim	Jornal do Brasil.	Informa que o enterro de Guido realizou-se no

030015, 00174.	Edição	continua por tempo indetermina do (29/9/79).		Cemitério da Paz.
-------------------	--------	--	--	-------------------

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Guido Leão Angel morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso e identificação dos demais agentes envolvidos.

¹ Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. [Org. Crimeia Schmidt *et al.*]. *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. 2^a ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 693.

² BR_RJANRIO_ML_0_APT_TXT_0003_d

³ Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={674805E8-6838-4CB2-A369-3EFA87A5B44E}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B6E1FCE81-37FD-4406-9C6E-968F64B7E458%7D%3B&UIPartUID=%7B2218FAF9-5230-431C-A9E3-E780D3E67DFE%7D>>, acesso em 31/10/2014.

⁴ Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. [Org. Crimeia Schmidt *et al.*]. *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. 2^a ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 693.

SANTO DIAS DA SILVA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Laura Amância e Jesus Dias da Silva

Data e local de nascimento: 22/2/1942, Terra Roxa (SP)

Atuação profissional: operário

Organização política: Membro da Pastoral Operária de São Paulo, representante leigo perante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), membro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/SP)

Data e local de morte: 30/10/1979, em São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em Terra Roxa (SP), Santo Dias da Silva era o primogênito entre os oito filhos de um casal de camponeses. Desde cedo trabalhou como lavrador, diarista e boia-fria. No início da década de 1960, sua família foi expulsa da fazenda onde trabalhava por exigir seus direitos trabalhistas. Nesse período, Santo mudou-se para São Paulo, onde passou a trabalhar como operário. Santo ficou conhecido por atuar em defesa dos direitos dos trabalhadores e acabou demitido diversas vezes, além de ter sofrido diversas outras formas de perseguição política. O operário integrou diversos grupos na luta pelos trabalhadores em São Paulo, pois se tornou membro da Pastoral Operária da Zona Sul de São Paulo; das Comunidades de Base de Vila Remo; representante leigo perante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); membro do Movimento contra o Custo de Vida; e integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/SP).

O líder operário era casado com Ana Dias, com quem teve dois filhos: Luciana e Santo. Santo Dias da Silva foi morto no dia 30 de outubro de 1979, aos 37 anos, vítima de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 1º de dezembro de 2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Santo Dias da Silva. O caso foi enquadrado nos termos do artigo 4º da Lei 9.140, referente aos casos de pessoas que morreram em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas. O nome de Santo Dias da Silva consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. No ano de 2009 foi aprovada criação do monumento de resistência Santo Dias da Silva instalado na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Após a morte de Santo Dias, como homenagem à sua luta e ao seu exemplo, foi criado o Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, ainda em 1980. Foram muitas as homenagens que se seguiram, com a atribuição do seu nome, por exemplo, praça inaugurada em 31 de outubro de 1982, em frente à paróquia da Vila Remo (SP), local próximo onde morava o operário, a Escola Estadual do Jardim Guanambu, também inaugurada em 1982, na zona sul de São Paulo, em 1988, além da Escola Municipal de Educação Infantil do Jardim Canhema de Diadema. O Parque Ecológico na estrada do Campo Limpo foi nomeado como Santo Dias, em 1992, assim como a praça em Viradouro, município que hoje abarca Terra Roxa, onde Santo nasceu. Em 1997, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo instituiu o Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos. O líder operário também foi homenageado com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1º de abril de 1989, pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Santo Dias da Silva tinha 37 anos quando foi assassinado por agentes do Estado brasileiro, em 30 de outubro de 1979, durante uma manifestação sindical em frente à fábrica Sylvania, no bairro Santo Amaro, São Paulo. De acordo com a versão oficial, Santo Dias da Silva teria sido morto em confronto com agentes de segurança durante um piquete realizado em frente à fábrica Silvânia, em São Paulo. A versão oficial, que foi publicada na edição do *Jornal do Brasil* de 3 de outubro de 1979, informava que ele foi morto em consequência de um confronto entre policiais e operários que realizavam o piquete. Os policiais mencionaram um homem chamado Espanhol, que, armado,

liderava a mobilização. O secretário de segurança afirmou que os policiais teriam ficado feridos.¹ A edição da *Folha de S. Paulo* de 31 de outubro de 1979 também apresenta a versão oficial dos fatos, a morte de um operário “em choque com a Polícia”. O mesmo jornal destacou a fala do presidente do MDB, Ulysses Guimarães, sobre o ocorrido: “Aqui, como em qualquer país em que haja um mínimo de respeito aos Direitos Humanos, é inacreditável que, no curso de uma greve, possa um trabalhador ser morto na legítima defesa dos interesses de sua classe.”² Na versão apresentada pelo *O Estado de S. Paulo*, de 31 de outubro de 1979, consta que a polícia demorou seis horas para apresentar um boletim de ocorrência sobre a morte do operário. Quando foi divulgado, o documento mencionava “um caso de incitação à greve, resistência, lesões corporais e homicídio a esclarecer”. Teriam sido indiciados três operários, apresentados pela polícia como responsáveis pela morte de Santo. No entanto, nenhum deles se encontrava armado no momento do confronto nem confessaram ter incitado outros trabalhadores à greve e ao piquete.³

Em contradição com o relato oficial, a versão publicada no *Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, de 31 de outubro de 1979, localizado no arquivo do DOPS e apresentado no *Dossiê ditadura*, ressalta a iniciativa de Santo de evitar a intensificação da repressão policial sobre um metalúrgico grevista. Entretanto, Santo acabou alvejado à queima-roupa. O operário Luiz Carlos Ferreira, em depoimento para Comissão de Justiça e Paz, narrado no próprio *Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos*, afirmou que reconheceria o policial que atirou em Santo, pois segundo ele, o agente tinha “cerca de um metro e oitenta, alto, forte e alourado”. A testemunha disse ainda que os cinquenta operários que participavam do piquete não agiam com qualquer violência e que apenas realizavam “um trabalho de conscientização”. Segundo o mesmo documento, o autor do disparo havia sido identificado como o soldado da polícia, Herculano Leonel. No Boletim são referidas também, as reações dos operários após o assassinato do militante, principalmente em função da resistência e demora da polícia em liberar o corpo de Santo Dias.

As buscas por documentos realizadas pela CNV no acervo histórico do Arquivo Nacional revelam que Santo Dias era monitorado pelos órgãos de informações da ditadura militar. O SNI em vários momentos acompanhou as atividades sindicais do operário como evidenciam os Informes nº 3033/119/ASP/79 e nº 3618/119/ASP/79, de dias antes da execução de Santo Dias.⁴ O líder sindical tem seu nome citado em

inúmeros documentos produzidos pelos órgãos de informações, em que tratam não apenas das suas atividades, mas como da repercussão do falecimento de Santo Dias da Silva. Novas manifestações dos metalúrgicos foram impulsionadas em razão da execução, e no dia seguinte, cerca de 30 mil pessoas compareceram à Catedral da Sé, em São Paulo, local em que foi celebrada missa em homenagem a Santo Dias, pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. O ato na Catedral de São Paulo transformou-se em marco nos protestos sindicalistas do período e contra a ditadura militar no Brasil. As pessoas seguiram da igreja para o Cemitério do Campo Grande, em Santo Amaro, gritando palavras de ordem, o que ressalta a figura do operário Santo Dias.

No que tange à condenação do policial militar Herculano Leonel, que efetuou o disparo que matou Santo Dias, a família e dirigentes sindicais empenharam-se em pressionar o Estado para processá-lo. O processo correu na Justiça Militar e, em dia 5 de dezembro de 1979, Leonel foi preso. Em 7 de abril de 1982, foi julgado e condenado a seis anos de reclusão, porém, houve recurso por parte do acusado, que foi aceito pelo Tribunal em agosto de 1982, anulando a sentença. A promotoria recorreu, mas o juiz relator manteve a anulação. Depois de vários recursos, a Procuradoria-Geral do Estado entrou com Recurso Extraordinário no Supremo Tribunal Federal, que arquivou o processo em setembro de 1984.

LOCAL DE MORTE

Frente da fábrica Silvânia, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Governador do estado de São Paulo: Paulo Salim Maluf

Secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo: desembargador Octávio Gonzaga Junior

Comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar: major Ubirajara Machado

Chefe da Seccional Sul de Polícia: delegado João Paulo Bonchristiano

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Herculano Leonel	Polícia Militar (SP)	soldado	Efetuiu disparo de arma de fogo que matou Santo Dias	Bairro de Santo Amaro, São Paulo (SP)	Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo apresentado no <i>Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil</i> (1964-1985), p. 694

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_007 4_0005, pp. 20-21	Morte altera o rumo da greve de São Paulo, de 31/10/1979.	<i>Jornal do Brasil</i>	Notícia da morte de Santo Dias da Silva.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_007 4_0005, pp. 23-26	Sem Osasco a greve continua, de 31/10/1979.	<i>Folha de S. Paulo</i>	Notícia da greve e morte de Santo Dias da Silva.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_007 4_0005, pp. 27-28	Operário morto em conflito com a polícia, de 31/10/1979.	<i>Estado de S. Paulo</i>	Notícia da greve e morte de Santo Dias da Silva.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_007 4_0005, p. 100	Certidão de óbito, de 31/10/1979.	Cartório do Registro Civil – 20º Subdistrito Jardim América (SP)	Atesta como causa da morte: “hemorragia interna traumática”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_007 4_0005, p. 19	Igreja cobra soluções e repudia a violência, de 1/11/1979.	<i>Correio Braziliense</i>	Menciona a nota emitida pela CNBB protestando pela morte de Santo Dias da Silva.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP_ACE_1856_79	Assembleia salarial dos metalúrgicos de São Paulo	Agência de São Paulo do SNI	Monitoramento do movimento sindical, cita atividades de Santo Dias.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP_ACE_2183/79	Política Trabalhista e Salarial – Manifestações de classe	Agência de São Paulo do SNI	Monitoramento do movimento sindical

Arquivo Nacional, SNIG: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_25696_82, p. 2	Informe nº 74/19, de 26/5/1982	Serviço Nacional de Informações	Dom Hélder Câmara, na cerimônia em que recebeu o título Doutor <i>Honoris Causa</i> na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, defendeu a condenação dos policiais militares envolvidos no assassinato de Santo Dias da Silva.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP _ACE_2212/79	Movimentos de massa, passeatas, greves	Agência de São Paulo do SNI	Monitoramento do movimento sindical

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, concluiu-se que Santo Dias da Silva morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

¹ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0074_0005, pp. 20-21

² Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0074_0005, pp. 23-26

³ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0074_0005, pp. 27-28

⁴ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP_ACE_1856_79
BR_DFANBSB_V8_ASP_ACE_2183/79.

LUIZ RENATO DO LAGO FARIA

[SEM FOTO]

DADOS PESSOAIS

Filiação: Edgar Oliveira Faria e Alsina Pereyra do Lago Faria

Data e local de nascimento: 22/10/1952, São Paulo (SP)

Atuação profissional: Estudante

Organização política: Não se aplica

Data e local de desaparecimento: 6 ou 7/2/1980, em Buenos Aires, Argentina

BIOGRAFIA

Luiz Renato do Lago Faria nasceu no Brasil e, em 1974, passou a residir em Buenos Aires. Cursava o 6º ano da Faculdade de Medicina da Universidade de Buenos Aires (UBA) à época de seu desaparecimento.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Luiz Renato do Lago Faria consta do *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, elaborado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e publicado em 2009, e de Informe da *Comisión Provincial por la Memoria* (CPM) da província de Buenos Aires, na Argentina, enviado à CNV em julho de 2014 e intitulado *Víctimas del Terrorismo de Estado*. Seu caso nunca foi apresentado à CEMDP.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE ⁱ

A ficha sobre os dados pessoais de Luiz Renato, do arquivo da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), hoje sob guarda da Secretaria de Derechos Humanos (SDH) contém múltiplas versões sobre o local e as circunstâncias do desaparecimento de Luiz Renato do Lago Faria. ⁱⁱ Constam três versões sobre o caso: duas de ficha da CONADEP, em que a primeira relata que Luiz havia sido sequestrado na rua,

quando se dirigia a uma festa na avenida Córdoba; a segunda, citada também no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, traz informações dos familiares do desaparecido, os quais disseram que Luiz Renato teria desaparecido em uma estação de metrô, no dia 6 de fevereiro de 1980. A terceira versão, também mencionada no *Dossiê Ditadura*, tem como fonte o Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) da Argentina, que relata que Luiz Renato foi sequestrado na rua, quando se despedia de amigos que viajavam para o Brasil. A ficha da CONADEP informa que ele desapareceu no dia 7 de fevereiro. O *Dossiê Ditadura* relata ainda que, em 1986, o ex-militar argentino Claudio Vallejos deu uma entrevista mencionando Luiz Renato entre os brasileiros que foram presos e desaparecidos na Argentina por obra de agentes do Estado.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Buenos Aires, Argentina.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Documental MJDH-PA/Archivo Nacional de la Memoria – Arquivo CONADEP/SDH Arquivo CNV: 00092.002863/2014-43.	<i>Ficha General Causante</i> (21/1/2005).	<i>Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas</i> (CONADEP).	Traz informações sobre as possíveis circunstâncias de desaparecimento.
Argentina. Informe de la Comisión Provincial por la Memoria (Argentina) para la Comisión Nacional de la Verdad de Brasil.	<i>Víctimas del Terrorismo de Estado.</i>	<i>Comisión Provincial por la Memoria</i> (CPM).	Relata sobre o início do processo de busca do desaparecido.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Luiz Renato do Lago Faria desapareceu em decorrência de ações de agentes do estado argentino. Apesar de não haver evidências de ação direta de outros países, a prisão fez parte do contexto da Operação Condor, que coordenou esforços repressivos no Cone Sul.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, tendo em vista a localização dos restos mortais de Luiz Renato do Lago Faria e a identificação e responsabilização dos envolvidos no caso.

ⁱ ARGENTINA. *Archivo Nacional de la Memoria* (Arquivo CoNaDeP/SDH). *Ficha General_Causante*, janeiro de 2005, p. 12; ARGENTINA. *Víctimas del Terrorismo de Estado. Informe de la Comisión Provincial por la Memoria (Argentina) para la Comisión Nacional de la Verdad de Brasil*. Comisión Provincial por la Memoria (CPM), junho de 2014.

ⁱⁱ Arquivo CNV: 00092.002863/2014-43.

HORACIO DOMINGO CAMPIGLIA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Dora Pedamonti e Domingo Argentino Campiglia.

Data e local de nascimento: 6/6/1949, Buenos Aires (Argentina)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Montoneros

Data e local de desaparecimento: 12/3/1980, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Horacio Domingo Campiglia era estudante de Medicina e Sociologia. Casou-se com Pilar Calveiro Garrido Campiglia, com quem teve duas filhas: Mercedes e Maria. Foi integrante da organização Montoneros, onde exercia a função de Secretário Militar. Horacio Campiglia e sua família foram duramente atingidos pelas forças repressivas ditadura militar argentina. Em 1977, sua esposa foi presa por agentes do regime autoritário argentino e permaneceu encarcerada, sob tortura, durante sete meses, na Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA). Em junho do mesmo ano, sua irmã, Alcira, cometeu suicídio após ser presa. Diante do contexto repressivo instalado na Argentina, e após a morte da sua irmã, Horacio Campiglia optou pelo exílio na Costa Rica e depois no México, onde sua esposa já se encontrava. Em março de 1980, ele e Mónica Susana Binstock, militante montonera que também estava exilada no México, tentaram retornar para a Argentina, passando pelo Brasil.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 19 de dezembro de 2003, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelo desaparecimento de

Horacio Domingos Campiglia. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e publicado pelo Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (2009).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTEⁱ

A coordenação repressiva ilegal entre Brasil e Argentina voltou a operar em março de 1980, menos de sete meses após a promulgação da Lei da Anistia no Brasil, quando um avião da Varig, proveniente de Caracas, desceu no aeroporto internacional do Galeão, no Rio de Janeiro. Foi o destino final da viagem de Mónica Susana Pinus de Binstock e Horacio Domingo Campiglia, que começou no México e fez escalas no Panamá e na Venezuela, até chegar ao Rio de Janeiro em 12 de março de 1980, data em que Horacio Campiglia e Mónica Pinus de Binstock desapareceram.

Horacio Domingo Campiglia, 30 anos, e Mónica Susana Pinus de Binstock, 27, eram cidadãos argentinos e portavam passaportes em nome de Jorge Piñeiro e Maria Cristina Aguirre de Prinsot. Campiglia fazia parte do comando militar dos Montoneros, grupo guerrilheiro ligado ao peronismo, e liderava as chamadas TEI, Tropas Especiais de Infantaria, treinadas pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no sul do Líbano. Os montoneros exilados executavam um plano de retorno ao país, mas encontraram dura reação do governo militar argentino organizado para interceptá-los ainda no exterior, antes de chegarem à Argentina. O grupo responsável pelo sequestro de Horacio Campiglia e Mónica Pinus de Binstock no Rio de Janeiro era formado por agentes do Batalhão 601, tropa de elite do serviço de inteligência do Exército argentino, braço operacional da Condor no exterior. Segundo testemunho do agente argentino Norberto Cendón à *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep), a repressão de Buenos Aires mantinha centros fixos nas duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, além de uma base em Paso de Los Libres, cidade argentina da fronteira separada por uma ponte da cidade gaúcha de Uruguaiana. Quatro oficiais e dois civis, todos atuando com codinomes, operavam cada base do Batalhão 601.

Desde dezembro de 1978, o novo adido militar da Argentina em Brasília era o coronel Jorge Ezequiel Suárez Nelson, que deixara em Buenos Aires o posto de chefe da central de reuniões de informações do Batalhão 601. Suárez foi removido do posto em Brasília apenas em janeiro de 1981, menos de dez meses após o sequestro de Campiglia e Mónica no Galeão. Só no ano de 1980, vinte militantes montoneros morreram tentando regressar à Argentina. O coronel voltou à

Argentina e, em fevereiro de 1981, assumiu o posto de subsecretário da Secretaria de Inteligência do Estado (Side), o organismo que instalou em Buenos Aires, juntamente com o *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OCA) do Uruguai, o centro clandestino de detenção e torturas “Automotores Orletti”.

A importância dos alvos sequestrados no Rio de Janeiro mede-se pelo aparato montado para caçá-los. Sob torturas, um militante montonero preso revelou, na Argentina, a ida de Campiglia ao Rio de Janeiro, um dos cinco líderes militares mais importantes do grupo. A fim de realizar essa operação de sequestro no Rio de Janeiro, o comando do Batalhão 601 entrou em contato com o serviço de inteligência do Exército brasileiro. Uma equipe de busca do Batalhão 601 embarcou em Buenos Aires em um Hércules C-130 da Força Aérea argentina, que desembarcou no Rio de Janeiro, provavelmente na base aérea do Galeão, a fim de capturar Campiglia e Binstock. Os detalhes dessa operação ficaram conhecidos por meio da desclassificação de documentos pelo Departamento de Estado norte-americano, nas revelações de um memorando enviado ao embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires, Raúl Castro, pelo seu oficial de segurança regional, *Regional Security Officer* (RSO), James J. Blystone. O documento datado de 7 de abril de 1980, 26 dias após o sequestro no Rio de Janeiro, narra, com base em informações de fonte da inteligência argentina, circunstâncias da conexão repressiva entre Brasil e Argentina. Blystone informa no seu memorando secreto: “Os dois montoneros do México foram capturados vivos e devolvidos à Argentina a bordo do C-130”. O oficial de segurança da Embaixada norte-americana relata detalhes que as autoridades brasileiras não deveriam ignorar:

Os argentinos, para não alertar os montoneros, utilizaram uma mulher e um homem argentinos para que se registrassem em um hotel utilizando os documentos falsos obtidos com os dois montoneros capturados, deixando dessa forma a pista de que os dois montoneros do México haviam chegado ao Rio...

O agente americano encerra dizendo que Campiglia e Mónica foram levados do Rio de Janeiro para El Campito, o centro clandestino de detenção do quartel de Campo de Mayo, na capital argentina, a maior guarnição do Exército argentino.

No ano de 2013, foi localizada na Argentina petição do tenente-coronel Eduardo Francisco Stigliano, de 19 de novembro de 1991, dirigida ao Estado Maior do Exército argentino em pleito de indenização, no qual, entre outras considerações, o militar relata a visita do general Leopoldo Galtieri, então chefe do Estado Maior do Exército argentino, ao centro clandestino El Campito. Segundo o tenente-coronel Stigliano, o propósito da visita de Galtieri “era dialogar com o

delinquente subversivo ‘Petrus’ [codinome de Horacio Campiglia], que havia sido capturado [no Brasil] por uma seção sob minhas ordens”.

A fim de esclarecer outros detalhes da circunstância do sequestro e desaparecimento forçado de Mónica Susana Pinus de Binstock e Horacio Domingo Campiglia no Rio de Janeiro, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) solicitou à Força Aérea Brasileira (FAB) informações sobre voos de aeronaves militares argentinas entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro em março de 1980, mas não obteve resposta.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Rio de Janeiro (RJ).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de Comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Joao Baptista de Oliveira Figueiredo

Ministro do Exército: general de Exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque

Chefe do CIE: general de Brigada Geraldo Araújo de Ferreira Braga

Chefe de Operações do CIE: coronel José Antônio Nogueira Belham

1.2. Base Aérea do Galeão

Presidente da República: general de Exército Joao Baptista de Oliveira Figueiredo

Ministro da Aeronáutica: tenente Brigadeiro-do-Ar Délio Jardim de Matos

Comandante da III Zona Aérea: tenente Brigadeiro-do-Ar Alfredo Henrique de Berenguer Cezár

Comandante da Base Aérea do Galeão: coronel Aylton Siano Baeta

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo da CNV: 00092.000779/2014-95.	<i>Conversation with Argentine Intelligence Source, 7/3/1980.</i>	Embaixada Americana.	Revela as circunstâncias do desaparecimento da vítima.
Argentina. Comisión Provincial por la Memoria. Sección “C” nº 1.157,1978, p. 12.	<i>Solicitud de captura de: Mouro Alejandro (A)</i>	Comisión Provincial por la Memoria.	Revela dados biográficos da vítima.

	<i>Tata o bigotudo y 62 más,</i> 14/8/1978.		
Arquivo da CNV: 00092.003383_2014_08 ,p. 2	<i>Informe relacionado com la B.D.S. Montoneros,</i> setembro de 1977.	Comisión Provincial por la Memória (Argentina).	Revela codinomes utilizados pela vítima.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Horacio Domingo Campiglia desapareceu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pelas ditaduras militares implantadas na América Latina a partir das décadas de 1960 e 1970.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Horacio Domingo Campiglia, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo da CNV, 00092.000779/2014-95. *Conversation with Argentine Intelligence Source*. United States: American Embassy, 7/3/1980. Arquivo CNV, 00092.00773/2014-18. Arquivo CNV, 00092.000607/2014-11. Arquivo CNV, 00092.000607/2014-11.

MÓNICA SUSANA PINUS DE BINSTOCK



DADOS PESSOAIS

Filiação: Jacinta Tolchinsky e León Pinus

Data e local de nascimento: 30/1/1953, Buenos Aires (Argentina)

Atuação profissional: não se aplica

Organização política: Montonero

Data e local de desaparecimento: 12/3/1980, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Mónica Susana Pinus de Binstock nasceu em Buenos Aires, capital da Argentina. Mónica era casada com Edgardo Ignacio Binstock e possuíam dois filhos - Miguel Francisco e Ana Victoria. Desde de 1970 Mónica atuava como militante da organização de luta armada Montoneros e da Juventude Peronista. Na Montoneros, em 1980, exercia a função de assistente do Secretário Militar Horacio Domingos Campiglia.

Em 1975, pouco antes da instalação da ditadura militar argentina, Mónica foi baleada em um confronto com um grupo ligado a Aliança Anticomunista Argentina – conhecida como Triple A. Foi levada para o hospital e sequestrada no mesmo para ser submetida à sessões de tortura. Com a intensificação das perseguições políticas, especialmente após o golpe militar argentino em 1976, Mónica e Edgardo decidiram viver exilados em Cuba e posteriormente no México até 1980. Nesse ano resolvem morar no Brasil e para não serem identificados como militantes políticos decidiram viajar em momentos diferentes e com documentos falsos. Edgardo foi o primeiro a realizar a viagem de volta e se instalou no Rio de Janeiro à espera de Mónica, que entrou no Brasil junto com um companheiro de militância, Horacio Campiglia, no dia 12 de março de 1980. Desde essa data permanece desaparecida.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 10 de dezembro de 2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelo desaparecimento de Mónica Suzana Pinus de Binstock. Consta no Ministério do Interior da Argentina um dossiê sobre o caso de desaparecimento de Mónica registrado sob o número SDH 619 e arquivado na Secretaria de Direitos Humanos através da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP). O nome de Mónica aparece no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, elaborado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e publicado pelo Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado em 2009.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE ¹

Mónica Susana Pinus de Binstock foi capturada ao desembarcar no Rio de Janeiro no dia 12 de março de 1980 junto com Horácio Campiglia e permanece desaparecida desde essa data.

Passados mais de trinta anos dos acontecimentos que culminaram no desaparecimento de Mónica, as pesquisas realizadas pela Comissão Nacional da Verdade revelaram a existência de elementos que permitem afirmar que as ações das forças repressivas responsáveis pelo desaparecimento de Mónica Susana precisam ser compreendidas em um amplo quadro de cooperação entre as ditaduras militares do Cone Sul.

Em 1980, quando Mónica e seu marido decidem residir no Brasil adotam estratégias de desbaratamento para driblar a perseguição dos órgãos de repressão política da Argentina que mantinham unidades de vigilância em diversos países da América Latina, inclusive no Brasil. Assim, Edgardo Binstock viajou para o Rio de Janeiro antes de Mónica, onde alugou um apartamento. No dia 11 de março de 1980, Mónica Binstock e o Secretário Militar dos Montoneros, Horacio Domingo Campiglia, saíram do Panamá com destino ao Rio de Janeiro e realizaram conexão em Caracas. A dupla viajou com passaportes falsos identificados como *Maria Cristina Aguirre de Prinsot* e *Jorge Piñero*.

Os dois militantes foram capturados pelo Batalhão 601 - tropa de elite do serviço de inteligência do Exército argentino, braço operacional da *Operação Condor* no país - com o auxílio de forças repressivas brasileiras, no dia 12 de março de 1980 ao desembarcarem no Rio de Janeiro- . Foram levados para a Argentina a bordo do Hércules C-130 que trouxera a tropa de elite do Exército argentino para o Brasil com o objetivo de capturar Campiglia e Mónica Binstock

Edgardo Binstock conta que passados três dias desde o embarque de Mónica no México decidiu retornar ao país mencionado para denunciar o desaparecimento da esposa. Binstock afirma que não se sentiu seguro de buscar informações sobre Mónica no Rio de Janeiro, pois além de desconhecer a cidade, também não sabia se estava sob vigilância. No México realizou a denúncia de desaparecimento de Mónica e Horacio e entrou em contato com diversos militantes montoneros na tentativa de obter qualquer informação sobre a dupla. Inicialmente, Edgardo desconfiou que Mónica havia desaparecido em Caracas no momento em que seu voo realizava uma conexão no local, contudo, recebeu a informação de que a militante havia embarcado rumo ao Rio de Janeiro em um avião da Varig.²

A operação arquitetada para prender a dupla de montoneros é relatada em documento desclassificado do Departamento de Estado norte-americano datado de 7 de abril de 1980 e enviado à Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires pelo oficial de segurança regional, *Regional Security Officer* (RSO), James J. Blystone. O documento informa que "(o)s dois montoneros do México foram capturados vivos e devolvidos à Argentina a bordo do C-130". Ainda de acordo com o agente norte-americano, Mónica Binstock e Horácio Campiglia foram levados para *El Campito*, centro clandestino de detenção do quartel de Campo de Mayo, na capital.

Em 25 de março de 2014, o coronel Paulo Malhães fez revelações sobre operação militar encoberta desenvolvida por Brasil e Argentina no final da década de 1970 e início da década de 1980, à qual se referiu como “*Operação Gringo*”. Durante seu depoimento à CNV, Malhães informou que os repressores argentinos iniciaram as buscas por “subversivos” argentinos em território nacional e contaram com a colaboração de todo o efetivo de agentes do CIE do Rio de Janeiro. Nas palavras do depoente:

A *Operação Gringo* foi [iniciou quando] eles [argentinos] começaram a procurar a gente. Não só eles, não. Graças a Deus nosso sistema de informações criou fama. Superou as fronteiras [...]. No começo foi o Chile, foi por acaso também, mas foi o Chile. [...] Estou abrindo uma frente, de que eu atuei. Porque houve uma coincidência. Quando nós estávamos acompanhando elementos de organizações subversivas, começou a aparecer uma série de argentinos naquela área que dá asilo político, acho que é em Botafogo ali, não é? [...]. Começaram a aparecer uma porção de argentinos. A girar por ali. Nós não tínhamos nada que fazer. Eu disse: “você vão para a rua e me fotografam todos os argentinos que vocês virem”. E o pessoal saiu e clic, e clic. Isso que esse pessoal gosta de fazer. E eu guardei essas fotos. Os argentinos, quando a repressão começou a aumentar muito na Argentina, eles souberam que vários comandantes, Comando Nacional, tinham migrado para o Brasil. Então, eles vieram e perguntaram se a

gente tinha noção. Depois de entendimento e autoridade, não foi por nossa conta não. [...] Ministro com ministro, presidente com presidente, aí apareceram lá para nós. Eu digo: “eu tenho uma porção de fotografias. Nós não reconhecemos ninguém porque não conhecemos ninguém, mas eu tenho as fotografias para vocês verem”. Mostrei as fotografias. Esse [é] não sei quem do ERP, esse é não sei quem do Tupamaro. Esse eu não sei quem [...], eles [os argentinos] mesmo foi que identificaram. Porque eles tinham um grave defeito [...] eles prendiam e matavam.³

O ex-analista do DOI-CODI/II Exército, Marival Chaves Dias do Canto, durante seu depoimento à CNV em 7 de fevereiro de 2014 apresentou explicações adicionais acerca da montagem e da organização da *Operação Gringo*:

[...] Eles pegaram um gringo, [...] esse sujeito eu não sei o nome dele, [...] veio para o Brasil e passado ao controle dos militares [...] da seção de operações do CIE, que tinha esse braço no Rio de Janeiro. E aí criou-se a chamada Operação Gringo. [...] Esse agente infiltrado, argentino, o que ele fazia? Ele se ligava com vários indivíduos ativistas e organizações também. Eu sei que ele fez contato com um sujeito que foi preso lá atrás, numa fazenda, lá no Mato Grosso, lá atrás. São dois irmãos que, nessa ocasião do contato, estavam militando no PCdoB. Esse sujeito produziu muita informação, e ele era assalariado. Era por conta dessa operação que a Argentina mandava U\$ 20 mil para cá todo mês.⁴

Marival Chaves disse que ficou sabendo da operação no CIE em Brasília por meio de comentários. O ex-analista revelou que o responsável, em Brasília, pelo “controle” do agente infiltrado de codinome “Gringo” era o sargento Jacy Ochsendorf.

Quem controlava essa operação aqui em Brasília era o seu irmãozinho aí, irmãozinho que eu digo que era o irmão mais jovem, né? Era o Jacy Ochsendorf. O Jacy era o controlador dessa operação, era o sujeito que analisava a operação, que condensava a operação, que recebia [as informações].⁵

Sob a chefia do coronel José Antônio Nogueira Belham, Jacy Ochsendorf integrou a subseção do CIE responsável por “agentes especiais” de 1978 a 1981. Ao longo desse período, três cidadãos argentinos desapareceram no Brasil (Norberto Habegger, Horacio Domingo Campiglia e Mónica Susana Pinus de Binstock) e dois cidadãos argentinos (Liliana Inés Goldenberg e Eduardo Gonzalo Escabosa) cometeram suicídio na eminência de serem presos na fronteira entre os dois países.

A fim de esclarecer outros detalhes da circunstância do desaparecimento dos montoneros no Rio de Janeiro, a CNV solicitou à Força Aérea Brasileira (FAB) informações sobre voos de aeronaves militares argentinas entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro em março de 1980, mas não obteve resposta.

A Comissão Nacional da Verdade entende que Mónica Susana Pinus de Binstock foi vítima das práticas ilegais e arbitrárias conduzidas por agentes do Estado brasileiro em

conexão com forças repressivas do Estado argentino, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pelas ditaduras implantadas no Cone Sul. Seu desaparecimento deve ser inserido no âmbito da coordenação repressiva denominada *Operação Condor*.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Rio de Janeiro (RJ).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de Comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Joao Baptista de Oliveira Figueiredo

Ministro do Exército: general de Exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque

Chefe do CIE: general de Brigada Geraldo Araújo de Ferreira Braga

Chefe de Operações do CIE: coronel José Antônio Nogueira Belham

1.2. Base Aérea do Galeão

Presidente da República: general de Exército Joao Baptista de Oliveira Figueiredo

Ministro da Aeronáutica: tenente Brigadeiro-do-Ar Délio Jardim de Matos

Comandante da III Zona Aérea: tenente Brigadeiro-do-Ar Alfredo Henrique de Berenguer Cezár

Comandante da Base Aérea do Galeão: coronel Aylton Siano Baeta

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo da CNV: 00092.000779/2014-95.	Conversation with Argentine Intelligence Source, 7/3/1980.	Embaixada Americana.	Revela as circunstâncias do desaparecimento das vítimas.
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_112675_78.	Encaminhamento nº 300 – E. 2/1 – EME, 12/6/1978.	Estado-Maior do Exército – 2ª Seção.	Apresenta informações que indicam a cooperação entre as forças repressivas dos Estados ditatoriais do Cone Sul e faz balanço geral da situação dos

			movimentos de resistência à ditadura na Argentina.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A TO_0066_004, pp. 20-22.	Departamento de Estado de EEUU abre arquivos sobre la guerra sucia Argentina, sem data.	National Security Archive, (United States).	Apresenta informações sobre a cooperação entre órgãos repressivos das ditaduras argentina e brasileira para a prisão de Mónica Susana Pinus de Binstock, no Rio de Janeiro, Brasil, em 12 de março de 1980.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A TO_0066_004, pp. 70-75.	Depoimento de Edgardo Ignacio Binstock, 29/9/1987.	Subsecretaría de Derechos Humanos, Minsiterio del Interior (Argentina).	Apresenta depoimentos do companheiro de Monica Susana Pinus de Binstock sobre as circunstâncias de seu desaparecimento e recolhe um conjunto de variadas informações e depoimentos sobre o caso.
Arquivo da CNV: 00092.00773/2014-18.	Testemunho do agente argentino Norberto Cendón à CONADEP.	Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) da Argentina.	Relata que a repressão de Buenos Aires mantinha centros fixos nas duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, além de uma base em Paso de Los Libres, cidade argentina da fronteira separada por uma ponte da gaúcha Uruguaiana.
Arquivo da CNV: 00092.000607/2014-11.	Documentos desclassificados do Departamento de Estado norte-americano sobre a <i>Operação Gringo</i> .	National Security Archive, (United States).	Apresenta informações sobre a cooperação entre órgãos repressivos das ditaduras argentina e brasileira para a prisão de Mónica Susana Pinus de Binstock, no Rio de Janeiro, Brasil, em 12 de março de 1980.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Edgardo Ignacio Binstock.	Depoimento prestado à CNV em 10 de abril de 2014. Arquivo da CNV:	Relatou o episódio de desaparecimento de Mónica Susana Pinus Binstock e de Horacio Campiglia.

	00092.003321/2014-98.	
--	-----------------------	--

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões parceiras

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Marival Chaves do Canto, ex-analista do DOI-CODI-SP.	Arquivo da CNV, Depoimento prestado à CNV em 7 de fevereiro de 2014: 00092.000283/2014-11.	Relata informações sobre coordenação da <i>Operação Gringo</i> .
Paulo Malhães, coronel do Exército.	Arquivo da CNV, Depoimento prestado à CNV em 25 de março de 2014: 00092.000732/2014-21.	Relata informações sobre coordenação da <i>Operação Gringo</i> .

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Mónica Pinus de Binstock desapareceu em 12 de março de 1980 quando desembarcou no Rio de Janeiro, desaparecimento ocorrido no marco da coordenação repressiva empreendida por autoridades brasileiras e argentinas denominada *Operação Condor*.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

¹ Arquivo da CNV: 00092.000779/2014-95. Conversation with Argentine Intelligence Source. United States: American Embassy, 7/3/1980.

² Depoimento de Edgardo Binstock à CNV em 10 de abril de 2014. Arquivo da CNV: 00092.003321/2014-98.

³ Arquivo da CNV: 00092.000732/2014-21.

⁴ Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.

⁵ Arquivo da CNV: 00092.000283/2014-11.

RAIMUNDO FERREIRA LIMA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Rosa Ferreira Lima e Manuel Ferreira Lima

Data e local de nascimento: 22/6/1937, Marabá (PA)

Atuação profissional: carpinteiro naval, agente pastoral e sindicalista

Organização política: Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Comissão Pastoral da Terra

Data e local de morte: 29/5/1980, Araguaína (TO)

BIOGRAFIAⁱ

Raimundo Ferreira Lima, sindicalista e agente pastoral, pai de seis filhos, mais conhecido na região como Gringo – por conta de sua estreita relação de amizade com Dom Pedro Casaldáliga. Estudou por conta própria, cursou aulas de prática veterinária com um médico de Marabá. Mais tarde, tornou-se agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desenvolvendo um intenso trabalho de conscientização dos posseiros envolvidos na luta pela terra. Foi preso diversas vezes durante o período da guerrilha do Araguaia, por conta de sua proximidade com alguns dos guerrilheiros. Por sua atuação política, continuou a ser perseguido pela polícia e, em 1978, sua casa foi invadida por mais de dez policias militares que ameaçaram sua esposa, Maria Oneide, para que ela o entregasse.

No início dos anos 1980, foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, com apoio da Igreja Católica, desbancando o candidato da situação, Bertoldo Lira, notório aliado da polícia e dos latifundiários da região. Contudo, a posse de Gringo foi anulada sob alegação de que a eleição fora realizada com “falta de quórum”. Uma segunda eleição foi organizada, agora sob a supervisão do próprio Sebastião de Moura Rodrigues, o “Major Curió”, que, segundo relatos, ao lado de agentes da Polícia Federal, pressionou os posseiros para que elessem o candidato da situação.

No estado do Pará, Gringo é lembrado como um símbolo da luta camponesa contra a opressão dos grandes latifundiários. Seu cortejo fúnebre se transformou em ato de protesto, no qual compareceram lideranças sindicais locais, representantes da Contag, do Movimento contra a Carestia de São Paulo, da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e figuras políticas do Pará; além de centenas de lavradores. Durante o enterro, um lavrador, amigo de Gringo, proferiu o seguinte discurso em sua homenagem: “Eu tenho um muito sentimento de ver o Brasil numa ditadura. O prazer desse pessoal é ver todo mundo analfabeto, pra ninguém saber defender o seu direito. Mas todo analfabeto também sente o sangue derramado, todo analfabeto também é brasileiro”. Gringo, segundo sua própria esposa, sabia que esse seria o desfecho de sua vida, de sua militância, tanto que dizia com frequência: “Olha, tu te prepara, porque qualquer hora tu recebe a notícia que eu morri. Porque na luta em que estou, pelo povo, a qualquer hora me matam por aí”, completando, “se eu morrer lutando pelo povo, eu morro alegre”.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNVⁱⁱ

Segundo familiares contatados pela CNV, nenhum inquérito foi aberto sobre a morte de Raimundo Ferreira Lima. No entanto, o livro *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*, indica que dois dias após a morte do líder sindical – e cedendo à pressão do CPT –, um inquérito chegou a ser aberto formalmente, contudo, não houve efetivamente qualquer investigação, e o caso foi arquivado sem qualquer conclusão. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), mas seu caso nunca foi apresentado à CEMDP. Em 1986, tornou-se nome de uma escola pública na cidade de São Geraldo do Araguaia (PA).

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTEⁱⁱⁱ

No dia 29 de setembro, quando retornava de um encontro de líderes sindicais na cidade São Paulo, Raimundo Ferreira Lima foi sequestrado dentro do hotel onde pernoitava, em Araguaína, hoje estado do Tocantins. Gringo foi levado até uma estrada fora da cidade, onde foi torturado (seu braço foi quebrado) e morto, pelas costas, com dois tiros calibre 32. Em seu corpo, foi encontrada intacta a quantia de CZ\$ 17.000,00 (dezessete mil cruzeiros) – uma doação para seu sindicato: claro indicativo de que se tratava de uma execução sumária, não de um assalto. Não obstante, no dia anterior, o padre Ricardo Rezende Figueira, militante da questão agrária, declarara, em entrevista coletiva em

Brasília (DF), a existência de uma lista de condenados à morte por fazendeiros da região, entre eles constava o nome de Raimundo. Conforme a CPT Araguaia/Tocantins, um homem conhecido apenas como José Antônio, capataz de uma fazenda local, teria dito a uma pessoa em Xambioá que recebera cerca de CZ\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) para assassinar Gringo. O mesmo homem teria, poucos dias antes do crime, durante um conflito com posseiros no município de Xinguara (Pará), jurado publicamente o líder sindical de morte. Consta, ainda, que, no dia em que Gringo foi morto, José Antônio também estava na cidade de Araguaína, e que, bem cedo, saíra do hotel onde estava hospedado, voltando apenas na manhã do dia seguinte.

Gringo foi morto às cinco horas da manhã e, às nove horas do mesmo dia, agentes da polícia militar tentaram enterrá-lo como indigente, sem que houvesse qualquer investigação. Não obstante a prevaricação dos agentes do Estado, dez dias após o incidente, Maria Oneide, sua esposa, foi até o hotel em que Raimundo havia sido sequestrado, acompanhada do advogado da CPT Paulo Fontelles, na esperança de reaver alguns de seus bens pessoais, contudo, fora impedida de entrar no recinto por um cerco armado por policiais. Na ocasião, o mesmo Paulo Fontelles ouviu do delegado local que a morte do lavrador era certa, “porque ele era um agitador”.

LOCAL DE MORTE

Raimundo Ferreira Lima foi morto em uma estrada vicinal do município de Araguaína, no hoje estado do Tocantins.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos – 2011 – IICA.	2011.	Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, dezembro de 2011.	Registra o episódio da morte de Raimundo Ferreira Lima.
Jornal <i>Movimento</i> .	16 a 22/6/1980.		Oferece detalhes sobre os mandantes e executores de Raimundo Ferreira Lima.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES ^{iv}

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Raimundo Ferreira Lima morreu em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO (IEVE). Org. Crimeia Schmidt *et al.* *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. *Entre gritos, ruídos e silêncios: Os símbolos e signos ritualísticos na construção de um “mártir da terra”*. Disponível em: http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_4A/04A-11.pdf. PAULO

FONTELES FILHO. *Memórias sobre o Araguaia: “Advogado-do-mato”*. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna=94&id_coluna_texto=3848; *Jornal Movimento* (16 a 22/6/80), rep. Luiz Maklouf de Carvalho. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos – 2011 – IICA*.

ⁱⁱ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO (IEVE). Org. Crimeia Schmidt *et al.* *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009; *Os símbolos e signos ritualísticos na construção de um “mártir da terra”*, disponível em: http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_4A/04A-11.pdf. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos - 2011 – IICA*.

ⁱⁱⁱ *Os símbolos e signos ritualísticos na construção de um “mártir da terra”*, disponível em: http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_4A/04A-11.pdf. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos – 2011 – IICA*.

LORENZO ISMAEL VIÑAS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Adelalda Gigli Valeiras e Boris David Viñas

Data e local de nascimento: 20/6/1955, Buenos Aires, Argentina

Atuação profissional: estudante

Organização política: Montonero

Data e local de desaparecimento: 26/6/1980, entre os municípios de Paso de los Livres e Uruguaiiana, fronteira entre Argentina e Brasil.

BIOGRAFIA

Lorenzo Ismael Viñas cursava Ciências Sociais em Buenos Aires, na Argentina. Ingressou no movimento estudantil em 1969 e, em 1970, aderiu à Juventude Universitária Peronista (JUP).

Casou-se com Claudia Olga Ramona Allegrini. Em 1974, foi preso e encaminhado para o presídio Villa Devoto, na capital argentina, local em que passou nove meses. Em 1975, mudou-se com sua esposa para o México e, para o Brasil, em 1977. Em junho de 1979, o casal retornou à Argentina e decidiram morar na província de Entre Ríos, interior do país, onde nasceu a filha do casal, María Paula, em 28 de maio de 1980.ⁱ

Por conta das perseguições políticas, o casal decidiu viver na Itália. Com esse objetivo, Lorenzo Viñas, em 26 de junho de 1980, embarcou em um ônibus rumo ao Rio de Janeiro, onde, um mês depois, encontraria sua esposa e, juntos, pegariam um voo para a Itália. Contudo, Viñas nunca chegou ao seu destino e desapareceu na fronteira entre o Brasil e a Argentina na cidade de Uruguaiiana.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O Estado reconheceu a responsabilidade pelo o caso de Lorenzo Ismael Viñas em 2 de agosto de 2005 na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) por meio do processo nº 279/96 e 023/02. Lorenzo Ismael Viñas consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (2009, 2ª. ed.). O desaparecimento de Viñas também denunciado pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep) da Argentina por meio do registro de nº 992.

Em 2007, o procurador italiano Giancarlo Capaldo denunciou, perante a justiça italiana, 13 agentes de Estado envolvidos na Operação Condor, entre os quais está o coronel Carlos Alberto Ponzi, chefe da Agência Porto Alegre do Serviço Nacional de Informações (SNI) na época em que Lorenzo desapareceu.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTOⁱⁱ

Em viagem rumo ao Rio de Janeiro no dia 26 de junho de 1980, Lorenzo Ismael Viñas foi detido na região fronteiriça entre Argentina e Brasil entre as cidades de Paso de Los Libres e Uruguaiana. Com o nome falso de Nestor Manuel Ayala, Lorenzo Viñas viajava em um ônibus da empresa brasileira *Pluma*, a mesma que informou à Claudia Allegrini que seu marido não teria completado a viagem até o Rio de Janeiro e havia permanecido em Uruguaiana.

Em correspondência com Claudia Allegrini, a ex-militante montonera Silvia Noemi Tolchinsky, que atuou como informante do exército argentino na fronteira Paso de los Libres-Uruguaiana, contou que esteve presa com Lorenzo Viñas no centro clandestino de detenção do Campo de Mayo, dependência do Batalhão de Inteligência 601 do Exército argentino localizada na grande Buenos Aires. Tolchinsky afirma que encontrou Lorenzo em três momentos diferentes, um deles teria sido em uma sessão de tortura. Silvia relata que Lorenzo lhe disse que já estaria preso há mais de 90 dias. No terceiro encontro, Silvia afirma que viu Viñas no momento em que ele seria provavelmente “translado”, o que, na lógica dos centros de clandestino de detenção na Argentina, indicava que o preso seria lançado ao mar a partir de aeronaves. Aquela foi a última vez em que Lorenzo teria sido visto com vida.ⁱⁱⁱ

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Entre Paso de los Libres e Uruguaiana, fronteira Brasil-Argentina.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de Comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1 Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República do Brasil: general de Exército João Figueiredo

Ministro do Exército: general de Exército Walter de Albuquerque Pires

Chefe do CIE: general de Brigada Geraldo Araújo de Ferreira Braga

Comandante do III Exército: general de Exército Antonio Bandeira

Chefe do Estado Maior do III Exército: general de brigada Henrique Domingues

1.2. Serviço Nacional de Informações (SNI)

Presidente da República do Brasil: general de Exército João Figueiredo

Ministro do Exército: general de Exército Walter de Albuquerque Pires

Chefe do SNI: general de Brigada Octávio Aguiar de Medeiros

Chefe da Agência do SNI em Porto Alegre: coronel Carlos Alberto Ponzi

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0055_0004 pp. 1-20.	Processo 023/02, 6/12/2002.	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.	Relata as circunstâncias do desaparecimento. Traz, anexado, documentos pessoais de Lorenzo Viñas.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0055_0005 p. 26.	Certificado de reconhecimento de desaparecimento de 18/5/1995.	Subsecretaria de Direitos Humanos e Sociais do Ministério do Interior da Argentina.	Registra que o desaparecimento forçado de Lorenzo Ismael Viñas na Conadep por meio do registro de nº 992.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Lorenzo Viñas desapareceu em 26 de junho de 1980 na fronteira entre Brasil e Argentina, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos.

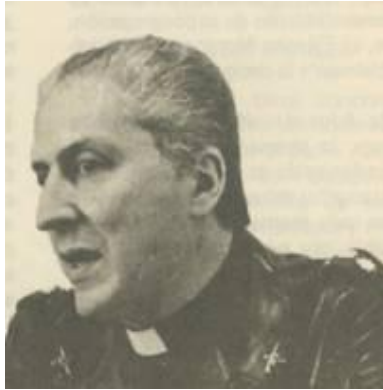
Recomenda-se a continuidade da cooperação entre Brasil e Argentina para o esclarecimento da prisão ilegal e do desaparecimento de Lorenzo Viñas, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ MARIANO, Nilson. As garras do Condor. São Paulo: Vozes, 2003, p.76.

ⁱⁱ Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_ATO_0055_0004. Processo nº 023/02. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. 6 de dezembro de 2002.

ⁱⁱⁱ Relato de Silvia Noemi Tolchinsky a Cláudia Allegrini, esposa de Lorenzo, em 1993. Esse episódio é transcrito pelo jornalista Nilson Mariano (*op. cit.*).ⁱⁱⁱ

JORGE OSCAR ADUR



DADOS PESSOAIS

Filiação: Juana Dominga Bernachea e Manoel Adur

Data e local de nascimento: 19/3/1932, Nogoyá (Argentina)

Atuação profissional: padre

Organização política: Montoneros

Data e local de desaparecimento: 26/6/1980, Paso de los Libres-Uruguaiana, região fronteira entre Argentina e Brasil

BIOGRAFIAⁱ

Jorge Oscar Adur nasceu em Nogoyá, na província de Entre Rios, na Argentina. Nessa cidade, completou seus estudos no Colégio Nacional e na *Escuela Apostólica de los Religiosos Asuncionistas*, em Olivos, onde se ordenou sacerdote em 1961. Formou-se em Filosofia e Teologia, ambos os cursos realizados em instituições chilenas. Atuou como chefe regional da Congregação de Religiosos de Assunção, no Chile e, por nomeação, foi designado como responsável pela formação de jovens religiosos assuncionistas, na Argentina. Em 1970, contribuiu ativamente na fundação da Juventude Independente Católica. Na Argentina, era membro da Organização dos Padres do Terceiro Mundo, conselheiro de grupos paroquiais e missionários, padre das Igrejas Paroquiais de San Isidro e Olivo e coordenador de uma pastoral. Além do campo religioso, Jorge Oscar também dedicou-se à música, à pintura, ao desenho, aos poemas e às aulas de latim. No ano de 1970, começou a ser monitorado, após a realização de uma missa pelo assassinato do militante Fernando Abal Medina, fundador do grupo Montoneros. Por um tempo ficou escondido no interior da província de Buenos Aires. Após o golpe militar da Argentina, em 1976, exilou-se na França, onde passou a residir na Congregação dos Religiosos

Assumpcionista, em Paris. Permaneceu na região até junho de 1980, quando esteve no Brasil para presenciar a visita do papa João Paulo II.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Jorge Oscar Adur consta na lista de desaparecidos políticos do Anexo I, da Lei nº 9.140/95 e no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. O governo optou por alterar a data de registro na certidão de óbito a deixá-lo fora da lei, reconhecendo, para isso, 1978 como o ano do seu desaparecimento. Sua irmã, Maria Celia Adur, foi a requerente do processo apresentado à Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, deferido em julho de 1996. Seu desaparecimento também foi registrado na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep), na Argentina. Para homenageá-lo, seu nome foi relacionado no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E DE MORTE

Jorge Oscar desapareceu no Brasil, em junho de 1980. Estava no país para presenciar a visita do Papa João Paulo II. Na ocasião, iria encontrar-se com agrupamentos latino-americanos envolvidos com a resistência sindical e camponesa, parentes de presos políticos e desaparecidos na Argentina, além de outros grupos que lutavam contra as arbitrariedades das ditaduras instaladas nos países da América Latina. Além dessa reunião, Jorge Oscar marcou um encontro com sua irmã, no qual não apareceu.

Atuando efetivamente na luta pelos direitos humanos, iria entregar ao papa uma relação de pessoas desaparecidas, que recebera das Madres de Plaza de Mayo, para ampla divulgação. Recebeu também a missão do grupo Montoneros para estabelecer contatos no Cone Sul em sua viagem ao Brasil.

Durante a estadia na América Latina, viajou para a Argentina, onde permaneceu entre dez e 14 dias. Em sua volta ao Brasil, Jorge Oscar desapareceu entre as cidades de Paso de los Libres e Uruguaiana, região fronteira Argentina-Brasil, no dia 26 de junho de 1980. Com o nome de Pedro Ramon Altamirano, dirigia-se a Porto Alegre em um ônibus da empresa General Urquiza.

Em relato, a ex-presa política Silvia N. Tolchinsky afirmou ter ouvido a voz de Jorge Oscar no momento em que era torturado, em um sítio próximo ao Campo de Mayo. Em 2008, o juiz argentino Juan Angel Oliva instaurou um processo contra ex-chefes do

Destacamento de Inteligência 123, de Paso de los Libres, pelos crimes cometidos contra a humanidade. Os envolvidos faziam parte de um Centro Clandestino do Destacamento, vinculado ao Batalhão de Inteligência 601 do Exército, denominado La Polaca. Na ação, os coronéis reformados Jorge Oscar Félix Riu e Antonio Herminio Simón, os membros do “pessoal civil de Inteligência” (PCI) Carlos Faraldo, Víctor Irineo Aldave e o policial Julio Simón foram condenados pelas prisões arbitrárias e torturas contra Lorenzo Ismael Viñas e Jorge Oscar Adur, que desapareceram quando eram conduzidos para o Campo de Mayo.

Apesar dos esforços de grupos e instituições argentinas e brasileiras, não há mais informações para elucidar as circunstâncias do desaparecimento de Jorge Oscar. Seu caso integra a “Operação Condor”, nome dado à aliança entre as ditaduras instauradas nos países do Cone Sul na década de 1970, com o objetivo de vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição, armada ou não, aos regimes militares da região.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Entre as cidades de Paso de los Livres e Uruguaiana, na fronteira entre a Argentina e o Brasil.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de Comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte ou desaparecimento

1.1. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República do Brasil: general de Exército João Figueiredo

Ministro do Exército: general de Exército Walter de Albuquerque Pires

Chefe do CIE: general de Brigada Geraldo Araújo de Ferreira Braga

Comandante do III Exército: general de Exército Antonio Bandeira

Chefe do Estado Maior do III Exército: general de brigada Henrique Domingues

1.2. Serviço Nacional de Informações (SNI)

Presidente da República do Brasil: general de Exército João Figueiredo

Ministro do Exército: general de Exército Walter de Albuquerque Pires

Chefe do SNI: general de brigada Octávio Aguiar de Medeiros

Chefe da Agência do SNI em Porto Alegre: coronel Carlos Alberto Ponzi

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

2. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0048_0005.	Certidão de óbito, 1996, p.128.	Cartório Marcelo Ribas, 1º Ofício de Registro Civil e Casamento.	Aponta como data de morte de Jorge Oscar o ano de 1978, para que ele fosse contemplado pela Lei nº 9.140/95.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0048_0005.	Processo nº478/83, 1983, pp. 24-27.	Ordem dos Advogados do Brasil.	Depoimento do Padre Ivo Plunian, com informações sobre as circunstâncias do desaparecimento de Jorge Oscar.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Jorge Oscar Adur desapareceu no dia 26 de junho de 1980, entre as cidades de Paso de los Libres e Uruguaiiana, região fronteira Argentina-Brasil, no marco da coordenação repressiva empreendida por autoridades brasileiras e argentinas, denominada *Operação Condor*.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Jorge Oscar Adur, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_ATO_0048_0005. Processo 0277/96. 2 de abril de 1996, pp. 5-7, 15-17, 25-28, 125-130.

LILIANA INÉS GOLDENBERG



DADOS PESSOAIS

Filiação: Isabel Alicia Fernandez e Mauricio Goldenberg

Data e local de nascimento: 17/9/1953, Buenos Aires (Argentina)

Atuação profissional: Estudante/secretária

Organização política: Montoneros

Data e local de morte: 2/8/1980, travessia entre o Porto Meira, em Foz do Iguazu, e Puerto Iguazú, na Argentina

BIOGRAFIA

Liliana Inés Goldenberg nasceu em Buenos Aires, capital da Argentina. Liliana estudou em escolas da rede pública e foi aluna do curso de graduação em Psicologia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Na capital portenha, trabalhou como secretária no Hospital Infantil. No segundo ano de faculdade, abandonou o curso de Psicologia e o cargo de secretária que ocupava no hospital para se dedicar à militância na organização Montoneros.

Ao longo de sua vida, Liliana desempenhou intensa militância política. No ano de 1970, integrou as Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e atuou na província de Buenos Aires e em Mar Del Plata. Em 1973, mudou-se para o sul da Argentina, para a província de Neuquen, devido à fusão entre as Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e os Montoneros. Um ano depois voltou a residir em Buenos Aires. Em 1976, com o agravamento do contexto político de repressão, passou a viver na clandestinidade. Com a finalidade de executar ações dos Montoneros, foi morar na Espanha entre os anos de 1977 e 1980. Nesse

ano, tentou retornar à Argentina junto com seu companheiro, Eduardo Gonzalo Escabosa. Liliane Inés Goldenberg cometeu suicídio na iminência de ser presa arbitrariamente, quando tentava ingressar no território argentino, no dia 2 de agosto de 1980, partindo de Foz de Iguaçu, no Brasil.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MORTE ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Liliana Inés Goldenberg consta do *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, elaborado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, e publicado em 2009. Na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), o processo de Liliana Inés foi indeferido por questões técnicas relativas à abrangência da Lei nº 9.140/1995. Na Argentina, sua morte foi denunciada pelo Dossiê de número 1.298 do Registro de Falecidos (REDEFA) da Secretaria de Direitos Humanos, ligada ao Ministério de Justiça, Segurança e Direitos Humanos da Argentina. Seu nome foi inscrito no monumento Parque da Memória, na cidade de Buenos Aires.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE ⁱ

Outro exemplo da coordenação repressiva ilegal entre Brasil, Argentina e Paraguai são as mortes por suicídio, na iminência de sequestro e prisão ilegal, dos argentinos Liliana Inés Goldenberg e Eduardo Gonzalo Escabosa, ocorridas no dia 2 de agosto de 1980, durante a travessia do casal de Porto Meira, em Foz do Iguaçu, a Puerto Iguazú, na Argentina. Liliana Goldenberg e Eduardo Gonzalo Escabosa eram militantes da organização Montoneros. Entre 1977 e 1980, Liliana viveu na Espanha cumprindo tarefas para sua organização. Em 1980, Liliana e Eduardo decidiram voltar à Argentina para combater a ditadura militar, optando por regressar ao seu país natal via Foz do Iguaçu. O jornalista Aluizio Palmar, em artigo publicado em fevereiro de 2004, descreveu o episódio do suicídio do casal:

Num sábado, 2 de agosto de 1980, Liliana, de 27 anos, loura e franzina, e seu companheiro Eduardo, de trinta anos, embarcaram na lancha *Caju IV*, pilotada por Antonio Alves Feitosa, conhecido na região como 'Tatu'. Antes da atracação no lado argentino, dois policiais brasileiros que estavam a bordo mandaram o piloto parar a lancha e apontaram suas armas para o casal.

Cercados, Liliana e Eduardo ainda puderam ver que mais policiais desciam ao atracadouro, vindos da aduana argentina. Assim que perceberam ter caído numa cilada, Liliana e Eduardo se ajoelharam diante de um grupo de religiosos que estava

a bordo e gritaram que eram perseguidos políticos e preferiam morrer ali a serem torturados. Em seguida abriram um saco plástico, tiraram uns comprimidos e os engoliram bebendo a água barrenta do rio Paraná. Morreram em trinta segundos, envenenados por uma dose fortíssima de cianureto.

Os religiosos italianos sumiram. Tatu foi convocado à Capitania dos Portos de Foz do Iguaçu e à Prefectura Naval de Puerto Iguazú e aconselhado a esquecer a morte dos jovens argentinos ocorrida em sua lancha.

Ao cobrir esse caso na época para o jornal *O Globo*, eu procurei a Capitania dos Portos para saber que providências as autoridades navais de Foz do Iguaçu iriam tomar; se seria aberta uma sindicância, como é de praxe nesse tipo de acontecimento. A resposta que recebi foi curta e grossa. O oficial que me atendeu disse que o incidente ocorrera do ‘lado de lá’, e em seguida mandou um marinheiro me acompanhar até a porta de saída.

Esqueceu-se de que o fato ocorrera também em barco brasileiro, portanto sob jurisdição nacional. Mas como nossa democracia estava engatinhando e o país ainda era governado pelos militares e a Lei de Segurança Nacional estava em pleno vigor, a morte do casal argentino e a participação de policiais brasileiros na emboscada foram parar no esquecimento dos arquivos inacessíveis.ⁱⁱ

No ano de 2012, Aluizio Palmar divulgou documento militar paraguaio intitulado *Ingreso de terroristas argentinos a su país a través del nuestro*, localizado no “Arquivo do Terror”, em Assunção. O referido documento é assinado pelo general Alejandro Fretes Dávalos, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Paraguai, e pelo coronel Benito Guanes Serrano, chefe do serviço de inteligência do Exército do Paraguai, e foi elaborado com base em informações provenientes do serviço de inteligência da Marinha argentina, com vistas ao compartilhamento pelo lado brasileiro.ⁱⁱⁱ

A comunicação do serviço de inteligência paraguaio indica estreita coordenação entre Argentina, Paraguai e Brasil na vigilância de um casal não identificado de integrantes das tropas especiais de infantaria (TEI) dos Montoneros que, segundo declarações de dois outros integrantes das TEI capturados pela Marinha argentina, pretendia ingressar no Paraguai por volta do dia 15 de julho de 1980, “proveniente de LIMA o de BRASIL por vía aérea”. Informe do Serviço de Informações da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, de 12 de agosto de 1980, intitulado “SUICÍDIO DOS MONTONEROS – LILIANA INÉS GOLDEMBERG E EDUARDO GONZALO ESCABOSA EM PUERTO IGUAZÚ/RA”, indica o conhecimento detalhado do episódio pelas autoridades brasileiras e o compartilhamento de informações entre os órgãos da repressão de Brasil e Argentina após o suicídio do casal de militantes montoneros.^{iv}

LOCAL DE MORTE

Travessia entre o Porto Meira, em Foz do Iguaçu, e Puerto Iguazú, na Argentina.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: ACE 4501_82, p. 1.	Informe nº 22-078/80-SI/SR/DPF/R S, de 12/8/1980.	Ministério da Justiça Departamento de Polícia Federal Superintendência Regional do Rio Grande do Sul Serviço de Informação.	Relata data e local e motivo da morte da vítima.
Arquivo CNV: 00092.001515/2013-78.	Ingressos de Terroristas argentinos a su país através del nuestro s/d.	Serviço de Inteligência Naval de Argentina.	Coordenação repressiva entre Brasil, Paraguai e Argentina, com vistas a captura de militantes Montoneros na tríplice fronteira.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_APA_A CE_4501_82, pp. 1-4.	Informe nº 22-078/80_SI/S R/DPF/RS, de 12/8/1980.	Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional no Rio Grande do Sul.	Apresenta informações sobre a morte de Liliana Goldemberg e de Eduardo Gozalo na região de Puerto Iguazu. Sugere que os dois militantes cometeram suicídio ao perceberem que iriam ser presos por agentes da repressão argentina.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que, a partir do suicídio cometido na iminência de sequestro e prisão ilegal, Liliana Inés Goldenberg morreu em decorrência de ações conduzidas por agentes do Estado argentino, em conexão com forças repressivas do Estado brasileiro e paraguaio, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pelas ditaduras implantadas no Cone Sul, a partir das décadas de 1950, 1960 e 1970.

Recomenda-se o seguimento da cooperação com Argentina e Paraguai com vistas aos esclarecimentos das circunstâncias da morte de Liliana Inés Goldenberg, assim como a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional. Fundo SI. ACE 4501/82. Informe nº 22-078/80-SI/SR/DPF/RS. Serviço de Informações, 12/08/1980; CNV. Ingreso de Terroristas Argentinos a su país através del nuestro. Serviço de Inteligência Naval de Argentina, s/d.

ⁱⁱ PALMAR, Aluizio. “Documentos revelam participação de Itaipu na Operação Condor”. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/Artigos.asp?Codigo=32>>. Acesso em: 5/12/2014. PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

ⁱⁱⁱ Arquivo CNV, 00092.001515/2013-78.

^{iv} Arquivo Nacional, SNI, ACE 4501/82.

EDUARDO GONZALO ESCABOSA



DADOS PESSOAIS

Filiação: sem informações

Data e local de nascimento: 5/3/1947

Atuação profissional: sem informações

Organização política: Montoneros

Data e local de morte: 2/8/1980, entre Porto Meira, em Foz do Iguaçu, e Puerto Iguazú, cidade da província de Misiones, na Argentina

BIOGRAFIA

Da pouca documentação encontrada, sabe-se que Eduardo Gonzalo Escabosa era companheiro de Liliana Inés Goldemberg. Ambos militavam na organização política Montoneros. Devido à repressão política instalada na Argentina durante o regime ditatorial, viveram exilados na Espanha entre 1977 e 1980. Em meados deste último ano, tentaram retornar à Argentina para continuar a luta contra a ditadura militar. Na travessia, feita por Foz do Iguaçu, foram interceptados por policiais brasileiros, no dia 2 de agosto de 1980.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Eduardo Gonzalo Escabosa consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. Sua morte foi denunciada à Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep), na Argentina.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Em 1980, após o período de exílio na Espanha, Eduardo Gonzalo Escabosa e sua companheira, Liliana Inés Goldemberg, tentaram retornar para a Argentina passando pelo Brasil. Porém, foram identificados pelas forças repressivas no dia 2 de agosto de 1980, em Puerto Iguazu – região fronteira entre Paraguai, Brasil e Argentina. Tentaram atravessar a fronteira, embarcando na lancha Caju IV. Antes de chegarem do lado argentino, dois policiais brasileiros que estavam a bordo mandaram o piloto parar a lancha e apontaram as armas para Eduardo e Liliana. Naquele momento, outros policiais, vindos da fronteira argentina reforçaram o cerco. Eduardo e Liliana ajoelharam-se diante de um grupo de religiosos que ali estavam e gritaram que eram perseguidos políticos. Por temor à tortura e encarceramento, ambos ingeriram uma forte dose de cianureto que os levou à morte instantes depois. Por serem companheiros e terem morrido nas mesmas circunstâncias, o nome de Eduardo vem sempre associado ao de Liliana.

Em matéria publicada em fevereiro de 2004, o jornalista Aluizio Palmar revelou informações coletadas em sua investigação sobre o caso, que elucidaram aspectos das circunstâncias das mortes dos militantes. Eduardo e Liliana tentaram atravessar a fronteira, embarcando na lancha Caju IV, conduzida por Antonio Alves Feitosa, conhecido na região como “Tatu”. Antes que chegassem ao destino, dois policiais brasileiros que estavam a bordo os renderam. Naquele momento, outros policiais, vindos da fronteira argentina, reforçaram o cerco. Com a iminência da prisão, conforme os registros do jornalista,

Liliana e Eduardo se ajoelharam diante de um grupo de religiosos que estava a bordo e gritaram que eram perseguidos políticos e preferiam morrer ali a serem torturados. Em seguida abriram um saco plástico, tiraram uns comprimidos e os engoliram bebendo a água barrenta do rio Paraná. Morreram em 30 segundos, envenenados por uma dose fortíssima de cianureto¹.

Após o ocorrido, o condutor do barco foi convocado a comparecer à Capitania dos Portos de Foz do Iguaçu e à Prefectura Naval de Puerto Iguazú, onde foi orientado a ignorar o episódio do dia 2 de agosto. As testemunhas da morte do casal desapareceram. Em depoimento, Aluizio Palmar afirma que, ao investigar a ocorrência para o jornal *O Globo*, se dirigiu até a citada Capitania, onde obteve a seguinte resposta: “o incidente ocorrera do ‘lado de lá’”. Em seguida foi convidado a se retirar do local. A atitude dos agentes do Estado brasileiro indicava que as questões acerca do episódio corriam em sigilo absoluto, com a negação de qualquer envolvimento. Porém, como aponta o

jornalista, as mortes aconteceram em uma embarcação brasileira, que estava sob jurisdição nacional.

Por meio de um documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 12 de agosto de 1980, pode-se comprovar que os órgãos de segurança do Brasil tinham informações detalhadas sobre as mortes e as compartilharam com as autoridades argentinas.

No ano de 2012, novas revelações sobre o caso foram realizadas por Aluizio Palmar, por meio da divulgação de um documento militar paraguaio intitulado *Ingreso de terroristas argentinos a su país a través del nuestro*, localizado no “Arquivo do Terror”, em Assunção. O documento trazia informações coletadas pelo serviço de inteligência da Marinha argentina e recomendava a difusão das mesmas aos órgãos de segurança brasileiros. A descoberta dessa documentação sugere que havia uma articulação entre Argentina, Paraguai e Brasil no monitoramento do casal.

Eduardo morreu aos 30 anos de idade, em decorrência de suicídio por envenenamento, na iminência de ser preso. Seu caso integra a “Operação Condor”, nome dado à aliança entre as ditaduras instauradas nos países do Cone Sul na década de 1970, com o objetivo de vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição aos regimes militares da região.

LOCAL DE MORTE

Região entre Porto Meira, em Foz do Iguaçu, e Puerto Iguazú, cidade da província de Misiones, na Argentina.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: ACE 4501/82.	Informe nº 22-078/80-SI/SR/DPF/RS, p. 1, 12/8/1980.	Serviço de Informações da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande	Relata data, local e motivo da morte de Eduardo.

		do Sul.	
Arquivo da CNV, 00092.001515/2013-78.	Ingreso de terroristas argentinos a su país através del nuestro, s/d, ano de 1980.	Estado Maior do Exército do Paraguai	Coordenação repressiva entre Brasil, Paraguai e Argentina, com vistas à captura de militantes Montoneros na tríplice fronteira.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA O CASO

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Eduardo Gonzalo Escabosa, ao ser abordado por militares, sob o risco de ser preso e torturado, suicidou-se, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país, a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

LYDA MONTEIRO DA SILVA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Ludovina Monteiro da Silva e Luiz Monteiro da Silva

Data e local de nascimento: 5/12/1920, Niterói (RJ)

Atuação profissional: secretária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Organização política: não consta

Data e local de morte: 27/8/1980, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascida em Niterói (RJ), Lyda Monteiro da Silva ingressou na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no dia 10 de agosto de 1937, como datilógrafa. Em 1944, foi promovida a diretora da secretaria do Conselho Federal da OAB. Era casada com Mário Dias, com quem teve um filho. Em agosto de 1980, dedicava-se às funções de diretora da Secretaria do Conselho Federal da OAB e de secretária da Comissão de Direitos Humanos da entidade, quando foi vítima de um atentado à bomba na sede da OAB e morreu aos 59 anos de idade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 16 de fevereiro de 2006, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Lyda Monteiro da Silva. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em 22 de maio de 1981, a OAB estabeleceu um *Dia nacional contra o terror*, cuja primeira celebração ocorreu no dia 27 de agosto, em data alusiva ao atentado que vitimou Lyda Monteiro. Naquele mesmo ano, criou-se o prêmio “Lyda Monteiro da Silva”, para trabalhos jurídicos que versassem sobre o tema “Terrorismo – implicações jurídicas”.

Dentro do programa de “Indenizações e Pensões Especiais de responsabilidade da União”, a Lei nº 10.705, de 21 de julho de 2003, concedeu pensão especial, mensal e vitalícia ao filho único de Lyda Monteiro.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Lyda Monteiro da Silva morreu no dia 27 de agosto de 1980, após abrir uma “carta-bomba” endereçada ao presidente do Conselho Federal da OAB, Eduardo Seabra Fagundes.

Na mesma data em que Lyda Monteiro foi vitimada pelo atentado terrorista na sede da OAB, outras três cartas-bombas foram entregues na cidade do Rio de Janeiro. A primeira foi enviada para o gabinete de Antônio Carlos Carvalho, vereador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e provocou graves ferimentos no funcionário José Ribamar Sampaio de Freitas. A segunda bomba explodiu na sucursal do Jornal *Tribuna da Luta Operária*, e a terceira, que não chegou a ser detonada, foi encaminhada para a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab).

A linha de investigação adotada pela Polícia Federal, à época, consistiu na coleta de depoimentos e no exame de objetos residuais das explosões, especialmente do artefato encaminhado à Sunab. A partir dessa análise, a Polícia Federal realizou investigações e identificou Ronald James Watters como autor. Ao final do processo, o envolvimento de Ronald James Watters com o atentado não foi provado e as investigações realizadas com relação aos outros atentados tampouco levaram a algum resultado.

A partir das pesquisas documentais empreendidas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi localizado no Arquivo Nacional, o Memorando nº 95 /02/CH/GAB/SNI, produzido pela chefia do Gabinete do Ministro do Serviço Nacional de Informações (SNI), que apresenta um relatório a respeito do inquérito policial realizado à época dos atentados. No documento, os investigadores afirmam que as declarações prestadas pelo vereador Antônio Carlos Carvalho, destinatário da bomba enviada à Câmara de

Vereadores, sugeriram uma primeira linha investigativa. De acordo com o vereador, nos dias que antecederam o atentado, ele havia sido procurado pelos advogados dos familiares do militante político Mário Alves de Souza Vieira, que estavam recolhendo novas provas e testemunhos com o intuito de reabrir as investigações acerca da prisão e do desaparecimento do militante, no ano de 1970. Como o vereador Antônio Carlos Carvalho havia prestado testemunho sobre a tortura infligida a Mario Alves e a documentação relativa ao caso seria encaminhada ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), na sede da OAB, a primeira suposição foi de que os atentados teria o objetivo de intimidar as novas investigações sobre o caso Mário Alves. Essa linha de investigação, entretanto, foi abandonada pela Polícia Federal, que apontou ausência de dados concretos para sua condução.

A falta de empenho para o esclarecimento dos atentados foi denunciada pelo relatório publicado em 1985 pelo Projeto *Brasil: Nunca Mais*, que destacava que o episódio da morte de Lyda Monteiro deveria ser compreendido dentro de uma visível “escalada terrorista – até agora favorecida pela omissão governamental”.

Mais de uma década depois, em 17 de maio de 1994, o jornal *Folha de São Paulo* publicou reportagem destacando o empenho de José Roberto Batochio, então presidente do Conselho da OAB, em reabrir as investigações sobre o atentado a bomba que vitimou Lyda Monteiro. Segundo a reportagem, a iniciativa da OAB foi motivada pela entrevista que Ronald Watters concedeu ao programa *Fantástico* da Rede Globo de Televisão, exibida no domingo anterior à publicação na *Folha*. Poucos anos depois, em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, no dia 23 de maio de 1999, Ronald Watters voltou a negar sua participação no atentado, mas destacou que o governo teria acionado a Polícia Federal na montagem de uma operação para encobrir a participação de militares no atentado. Nas palavras de Watters,

Armando (José Armando Costa), delegado responsável pelo inquérito, fez uma proposta para eu ir a Brasília, conversar com o Abi-Ackel (então Ministro da Justiça) e admitir que eu tinha sido o responsável por aquele atentado. Depois eles me dariam fuga e, concomitantemente, uma cooperação, uma polpuda ajuda financeira.

Em 2005, o filho de Lyda Monteiro, Luiz Felipe Monteiro Dias, encaminhou requerimento à CEMDP sustentando que a morte de sua mãe ocorreu por motivação política. Para Luiz Felipe, o crime deu-se no momento em que a seccional da OAB em

São Paulo e o presidente nacional da entidade, Eduardo Seabra Fagundes, insistiam na identificação de agentes e ex-agentes dos serviços de segurança suspeitos do atentado sofrido pelo jurista Dalmo Dallari – sequestrado e agredido em 2 de julho de 1980. Nessa direção, a principal linha de investigação é sobre as possíveis ligações entre a explosão de 1980 na OAB e o atentado do Riocentro, ocorrido em 30 de abril de 1981. No Riocentro, a bomba que seria instalada no pavilhão de eventos onde ocorria o show, possivelmente sob o palco principal, explodiu dentro de um carro estacionado no local, matando o sargento Guilherme Pereira do Rosário e ferindo o capitão Wilson Dias Machado, revelando a tentativa de setores militares para desestabilizar o processo de abertura política. As investigações realizadas à época não esclareceram a autoria ou a motivação dos fatos de forma satisfatória.

A vítima foi sepultada no cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro.

LOCAL DE MORTE

Sede da OAB no Rio de Janeiro.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0060_003, pp .14-15.	Certidão de óbito de Lyda Monteiro da Silva, de 28/8/1980.	Cartório de Registro Civil 06ª Circunscrição – 3ª Zona da Freguesia de Santana.	O documento registra a morte de Lyda Monteiro da Silva, às 14h25 do dia 27 de agosto de 1980, por “hemopneumotórax, rotura dos pulmões, fratura costais múltiplas”.
Processo nº 2678420 que tramitou na 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro	Testemunho prestado por Antônio Carlos Nunes Carvalho,	1ª Vara Federal do Rio de Janeiro.	O depoimento relatou a prisão de Mário Alves, o dia e horário em que chegou ao Destacamento de Operações de

	de 29/1/1981.		Informações - Centro de Operações de Defesa Interna do Rio de Janeiro (DOI-CODI/RJ); o testemunho foi claro em dizer que ouviu o interrogatório e a tortura infligida à vítima. Uma das versões para o atentado que vitimou dona Lyda está vinculada às tentativas de reabertura das investigações do caso Mário Alves.
Arquivo Nacional, SNIG: AC_ACE_39320 84, pp. 1-50.	Ronald James Watters. Inquérito Policial sobre o atentado a OAB em 1980, de 17/1/1984.	Serviço Nacional de Informação (SNI).	O documento registra o inquérito policial sobre o atentado que vitimou dona Lyda Monteiro. Assinala a teoria promovida pelos agentes da ditadura militar com o intuito de justificar os atentados que ocorreram no período.
Arquivo Brasil Nunca Mais Digital – Relatório: Tomo I, Vol. 01 – <i>O regime militar</i> , p.75.	Relatório Projeto <i>Brasil Nunca Mais</i> , de 1985.	Projeto Brasil: Nunca Mais.	Relata a interpretação do Projeto acerca dos atentados perpetrados entre 1970 e 1980, em especial o atentado à sede da OAB.
<i>Folha de S. Paulo.</i>	“OAB quer reabertura de inquérito sobre atentado”,	<i>Folha de S. Paulo.</i>	Apresenta a reação da OAB às declarações de Ronald James Watters e indica a

	de 17/5/1994.		intenção da presidência dessa instituição de reabrir o caso.
<i>Jornal do Brasil.</i>	“Proposta para assumir atentado”, de 23/5/1999.	<i>Jornal do Brasil.</i>	Apresenta entrevista concedida por Ronald James Watters indicando a farsa montada pelas Forças Armadas para dificultar as investigações relativas ao atentado à OAB.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Lyda Monteiro da Silva morreu em atentado perpetrado por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso e a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

WILSON SOUZAPINHEIRO



DADOS PESSOAIS

Filiação: não consta

Data e local de nascimento: 1933, Januacá (AM).

Atuação profissional: trabalhador rural e sindicalista

Organização política: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia (AC) e PT

Data e local da morte: 21/7/1980, Brasileia (AC)

BIOGRAFIAⁱ

Seringalista e lavrador, pai de oito filhos, foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia (AC) e membro da Comissão Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadores (PT) no mesmo município. Wilson fez história no movimento pelo direito à terra do povo acreano. Foi um dos membros fundadores do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais do Acre (ao lado do então desconhecido Chico Mendes), em 1979, na cidade de Brasileia. Wilson Pinheiro se opunha ao domínio dos latifundiários agropecuaristas na região, exercido com anuência dos agentes do Estado. Anos antes, o governador do Acre, seguindo a linha do governo federal, colocara regiões inteiras do estado em leilão: lotes de terra eram vendidos juntamente com as casas dos seringueiros; ao mesmo tempo em que fazendeiros e grileiros recebiam o reforço

policial e jurídico para “limpar” estas terras, derrubando tudo que ali houvesse: seringueiras, castanheiras, e moradias.

Wilson Pinheiro mobilizava a realização de “empates” – manifestações pacíficas dentro da floresta que tinham como objetivo interromper o desmatamento, preservando a posse dos seringueiros e, assim, impedir a expansão descontrolada dos pastos. “Lembro de uma vez que meu pai precisou ir a um ‘empate’ enfrentar pessoas armadas e não tinha sequer um canivete no bolso. Não sei dizer se ele era corajoso ou muito inocente pra fazer isso”, conta sua filha Hiamar de Paiva Pinheiro. Liderou o chamado *Mutirão contra jagunçada*, quando 300 seringueiros se juntaram para desarmar os pistoleiros que ameaçavam os posseiros – apreenderam mais de 20 rifles automáticos das mãos dos capatazes, entregando-os, de imediato, às forças do Exército. Liderou, ainda, uma comissão mista de trabalhadores rurais e indígenas que, anos mais tarde, viria a se tornar a Aliança dos Povos da Floresta. Tal comissão respaldou dezenas de colaborações entre indígenas e seringueiros em conflitos com grileiros e madeireiros no Acre, possibilitando a criação do Grupo de Trabalho da Amazônia, que hoje conta com mais de seiscentas organizações em todos os estados da Amazônia.

A mobilização política iniciada por Wilson Pinheiro e seus companheiros foi fundamental para a ampliação dos limites jurídicos da categoria política do “camponês”, pondo, sob sua égide, os chamados “povos extrativistas”, fato que está na origem das Reservas Extrativistas (REx) da atualidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNVⁱⁱ

Até hoje, a morte do líder sindical Wilson Souza Pinheiro não foi esclarecida. Seu nome consta no livro *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*, e no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Contudo, seu caso nunca foi apresentado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Em 1981, tornou-se nome da primeira fundação de apoio partidário instituída pelo PT, a Fundação Wilson Pinheiro.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTEⁱⁱⁱ

Wilson Pinheiro foi morto na tarde de 21 de julho de 1980, com três tiros nas costas, na sede do Sindicato Rurais de Brasileia, no estado do Acre. “No dicionário de meu pai não existia a palavra covardia. O pistoleiro que assassinou meu pai, sim, era covarde porque atirou pelas costas”, conta sua filha, Hiamar. Segundo relatos, o governo do estado sabia das ameaças de morte feitas pelos fazendeiros e grileiros da região ao líder sindical, mas nada fez para protegê-lo. Na direção contrária do que se espera de um representante do Estado, o secretário da Prefeitura local, Guilherme Lopes, afirmava, segundo se diz na localidade, que os conflitos de terra no Acre só teriam fim “com a morte dos líderes rurais”.

O assassinato de Wilson Pinheiro gerou imediata onda de protestos. “Mataram o nosso presidente, mas não vão matar a nossa união”, diziam as faixas que acompanharam o cortejo fúnebre. Condenações públicas vieram do então presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como da bancada federal do PMDB. No entanto, a despeito da comoção, o assassinato líder sindical não foi esclarecido e aqueles que cobravam as devidas providências foram intimidados pelos agentes do Estado, como relata o jornal *O Movimento*:

Dois dias depois [do assassinato] circularam em Brasília notícias de que um grupo de camponeses, revoltados, matara um fazendeiro, e a polícia local – que até agora não conseguiu nenhuma pista sobre o assassinato de Wilson – ameaçou intimidar para depor os dirigentes locais do PT, os representantes da CONTAG e outros líderes, sob pretexto de que eles haviam ‘incitado’ a morte do fazendeiro, com suas palavras de protesto.

Com efeito, no dia 5 de agosto de 1980, Lula, Jacó Bittar, José Francisco da Silva e Chico Mendes foram enquadrados no artigo 36, incisos 2º e 4º, parágrafo único, da Lei de Segurança Nacional. Todos foram acusados por “incitamento à luta armada”, “apologia à vingança”, e incitamento à “luta pela violência entre as classes sociais”, tão somente por terem discursado no ato público de protesto contra a morte de Wilson SouzaPinheiro.

LOCAL DE MORTE

Em frente à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na cidade de Brasileia (AC).

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da	Título e	Órgão	Informações relevantes
-------------------------	-----------------	--------------	-------------------------------

fonte documental	data do documento	produtor do documento	
<i>Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos</i> – 2011 – IICA.	2011.	Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, dezembro de 2011.	Registra a vida e o episódio da morte de Wilson SouzaPinheiro.
Boletim Nacional, n. 2, São Paulo, maio de 1981, p. 4.	16 a 22/6/80.		Oferece detalhes sobre a morte Wilson SouzaPinheiro.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que Wilson SouzaPinheiro morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ CARNEIRO, Ana. CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. 2ª ed. Brasília: MDA, 2011. Disponível em: <[http://notes.ufsc.br/aplic/bibliomdh.nsf/fc5c35577c67bab70325684200437902/0a17943f224c56d783257c82004a1093/\\$FILE/Retrato%20da%20Repress%C3%A3o%20no%20Campo.pdf](http://notes.ufsc.br/aplic/bibliomdh.nsf/fc5c35577c67bab70325684200437902/0a17943f224c56d783257c82004a1093/$FILE/Retrato%20da%20Repress%C3%A3o%20no%20Campo.pdf)>; PERSEU: História, Memória e Política. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2010, vol. 5, dez. 2010; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *O processo do Acre (1981)*. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/o-processo-do-acre-1981>>.

ⁱⁱ PERSEU: História, Memória e Política. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2010, vol. 5, dez. 2010.

ⁱⁱⁱ CARNEIRO, Ana. CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. 2ª ed. Brasília: MDA, 2011. Disponível em: <[http://notes.ufsc.br/aplic/bibliomdh.nsf/fc5c35577c67bab70325684200437902/0a17943f224c56d783257c82004a1093/\\$FILE/Retrato%20da%20Repress%C3%A3o%20no%20Campo.pdf](http://notes.ufsc.br/aplic/bibliomdh.nsf/fc5c35577c67bab70325684200437902/0a17943f224c56d783257c82004a1093/$FILE/Retrato%20da%20Repress%C3%A3o%20no%20Campo.pdf)>; PERSEU: História, Memória e Política. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2010, vol. 5, dez. 2010; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *O processo do Acre (1981)*. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/o-processo-do-acre-1981>>.

SOLANGE LOURENÇO GOMES



DADOS PESSOAIS

Filiação: Helena Martins de Camargo Lourenço Gomes e Alcides Lourenço Gomes

Data e local de nascimento: 13/5/1947, Campinas (SP)

Atuação profissional: médica

Atuação política: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Data e local de morte: 1^o/8/1982, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascida no interior do estado de São Paulo, Solange Lourenço Gomes mudou-se para o Rio de Janeiro, onde cursou o ensino médio no Colégio Andrews e, em 1966, iniciou a faculdade de Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse período, integrou grupos de estudos marxistas e atuou no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Já em 1968, passou a participar da chamada Dissidência da Guanabara, logo depois intitulada de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o que a obrigou a viver na clandestinidade, em 1969. Na ocasião, a casa em que morava com Daniel Aarão Reis Filho, foi localizada pelas forças de segurança, após o sequestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick. No final do ano de 1970, em função das perseguições políticas, teve que se deslocar para o estado da Bahia, onde continuou militando pelo MR-8. Solange foi presa, torturada e interrogada no começo de 1971 em Salvador, e levada ao Rio de Janeiro. Permaneceu presa até o fim de 1973. Formou-se em medicina pela UFRJ em 1981. Era casada com Celso Pohlmann Livi.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 22 de abril de 2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Solange Lourenço Gomes.

Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi reconhecida como anistiada política *post mortem*, pela Comissão de Anistia, em 15 de maio de 2008.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Cometeu suicídio, em 1º de agosto de 1982, aos 35 anos de idade, em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público.

No final de março de 1971, após participar de uma panfletagem durante o jogo de inauguração do estádio da Fonte Nova, em Salvador, ocasião em que ocorreu um tumulto entre as torcidas, Solange teria sofrido um surto psicótico. Em seguida, supostamente se entregou à polícia e foi transferida, primeiro para o Centro de Operações de Defesa Interna – CODI da 6ª Região Militar (CODI/6ªRM), ainda em Salvador, onde foi interrogada e ficou incomunicável. Gilberto Lourenço Gomes, irmão de Solange, depôs em audiência pública da Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo, em 7 de junho de 2013, que a família foi informada da prisão de Solange apenas três meses após o fato. Ficou sob custódia do Exército e, mais tarde, foi transferida para o Rio de Janeiro. Nessa cidade, passou por diversos órgãos da repressão, tais como: instalações da Aeronáutica, o Quartel da Vila Militar, o Hospital Central do Exército (HCE), o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna do I Exército (DOI-CODI/I Exército), onde teria sido novamente interrogada, e o Presídio Talavera Bruce, no Complexo Penitenciário de Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde ficou presa. Em 6 de julho de 1972, Solange foi considerada inimputável pelo Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército, que também determinou que fosse internada em manicômio judiciário por, no mínimo, dois anos. Os advogados da família, no entanto, conseguiram a determinação de que Solange permanecesse na prisão, onde as condições eram melhores do que as do manicômio. Ela foi liberada em 10 de setembro de 1973.

A prisão e informações extraídas de interrogatório são mencionadas pelo comando da 6ª Região Militar como parte das operações para desbaratar as articulações do MR-8 na Bahia, o que incluiu a Operação Pajussara, que culminou com o assassinato de Carlos Lamarca em 17 de setembro de 1971.

Em depoimento na mesma audiência pública realizada em 7 de junho de 2013, Zenaide Machado de Oliveira, que esteve presa com Solange, afirmou que a militante foi submetida a diversos tipos de pressão psicológica por parte dos órgãos de repressão. Nessa mesma audiência, Rosalina Santa Cruz, também ex-presa política, apontou que os militares se aproveitaram da situação psicológica de Solange para usá-la.

Após sua libertação, Solange cursou Medicina na UFRJ, formando-se em 1981, e casou-se em 1980 com Celso Pohlmann Livi. De acordo com o depoimento de seu marido, em carta encaminhada à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP), Solange realizou tratamento psiquiátrico desde que saiu da prisão. Segundo declaração de seu psiquiatra, Alberto Quielli Ambrósio, a militante realizou um grande esforço para recuperar-se do quadro psiquiátrico grave que apresentou em consequência de sua prisão em 1971. Ainda de acordo com este relato, além das torturas físicas e mentais que sofreu enquanto esteve presa, Solange foi induzida a se expor publicamente e afirmar que se dizia arrependida e que renegava sua militância política, o que foi amplamente divulgado pela imprensa. Apesar de ter apresentado relativa melhora, as consequências das torturas foram insuportáveis, o que a fez se atirar da janela de seu apartamento, no terceiro andar da rua Barão da Torre, no Rio de Janeiro, e a falecer, posteriormente, no Hospital Miguel Couto.

Em sua decisão pelo deferimento do pedido de reconhecimento de Solange como vítima da ditadura, o relator do caso junto à CEMDP admitiu a existência da relação entre o suicídio cometido e o período de prisão e torturas a que ela foi submetida, ocorridas em função de perseguição política. Seu corpo foi sepultado no cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro.

LOCAL DE MORTE

Hospital Miguel Couto, rua Mário Ribeiro, 117, Gávea, Rio de Janeiro (RJ).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Apresenta-se a cadeia de comando em 1971, época da prisão de Solange.

1.1 CODI/6ª Região Militar

Presidente da República: general Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general Orlando Beckmann Geisel

Comandante da 6ª Região Militar: general Argus Lima

Chefe da 2ª Seção/DOI-CODI da 6ª Região Militar: general Nilton de Albuquerque Cerqueira

1.2 DOI-CODI/I Exército

Presidente da República: general Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general Orlando Beckmann Geisel

Comandante do I Exército: general Syseno Ramos Sarmento

Comandante do DOI-CODI/I Exército: general José Antônio Nogueira Belham

Comandante da 1ª Companhia de Polícia do Exército da Vila Militar: major Ênio Albuquerque Lacerda

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANB SB_AT0_007 5_0007, p. 9.	Certidão de óbito, de 2/8/1982.	Quinta Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais.	Data do óbito.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANB SB_AT0_AC _ACE_35835 _71.	Informação n° 092, de 25/3/1971.	Serviço Nacional de Informações (SNI).	Afirma que Solange se apresentou voluntariamente na Delegacia de Roubos e Costumes, em Salvador, e que foi levada para o CODI/6.
Arquivo <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Pasta BNM_192, p. 19.	Portaria n° 11/GDR/BA, de 27/3/1971.	Delegacia Regional da Bahia/Departamento de Polícia Federal.	Aponta como Solange estava sendo monitorada no estado da Bahia.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANB SB_AT0_007 5_0007, p. 30.	Informação n° 184, de 30/3/1971.	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA).	Informa que Solange se encontrava detida em Salvador, Bahia, neste período.
Arquivo <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital:	Relatório Final do Inquérito Policial, de	Delegacia Regional da Bahia/Departamento de	Aponta que Solange se encontrava detida em Salvador desde o dia 6

Pasta BNM_192, p. 533-579.	26/5/1971.	Polícia Federal.	de março.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANB SB_AT0_007 5_0007, p. 55-56.	Matéria de jornal: Jovem arrependida repudia o terrorismo, de 28/7/1971.	<i>Jornal do Brasil.</i>	Apresenta o suposto “arrependimento” de Solange em relação à luta que empreendeu contra a ditadura.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANB SB_AT0_007 5_0007, p. 57.	Matéria de jornal: Terrorista arrependida revela: sexo é arma para atrair jovens a subversão, de 28/7/1971.	<i>Jornal O Globo.</i>	Apresenta o suposto “arrependimento” de Solange em relação à luta que empreendeu contra a ditadura.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANB SB_AT0_007 5_0007, p. 34-53.	Informação n° 742/71-SC, de 30/8/1971.	2ª Seção/I Exército.	Apresenta o depoimento de Solange realizado em 8 de abril de 1971 quando ainda estava detida em Salvador.
Arquivo Nacional, SNIG: ASV_ACE_2 958_82_001, p.7	Relatório da Operação Pajussara, 16/11/1971.	2ª Seção da 6ª Região Militar, IV Exército.	Menciona a prisão de Solange Lourenço Gomes, 'Emilia', em março de 1971, como a primeira “prisão dos principais dirigentes do MR-8 na área [da Bahia]”, bem como o uso das informações obtidas na repressão ao MR-8.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANB SB_AT0_007 5_0007, p. 31.	Comunicação/ma ndado de prisão, de 9/3/1972.	1ª Auditoria do Exército/1ª Circunscrição Judiciária Militar.	Determina a prisão preventiva de Solange e indica que, neste momento, ela estava sob custódia do I Exército.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANB SB_AT0_007 5_0007, p.	Chapa n° 13123, de 10/4/1972.	Boletim de Presos/Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara.	Indica a passagem de Solange pela prisão.

24.			
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANB SB_AT0_007 5_0007, p. 25-27.	Ficha individual/prontuário, data não especificada.	Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-GB).	Indica as ocasiões em que Solange foi detida e esteve presa, inclusive no Destacamento de Operações de Informações (DOI) em 1971 e na Bahia.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANB SB_AT0_007 5_0007, p. 32.	Comunicação, de 7/7/1972.	2ª Auditoria do Exército/1ª Circunscrição Judiciária Militar.	Determina a internação de Solange em um manicômio judiciário.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANB SB_AT0_007 5_0007, p. 33.	Informação nº 025, de 20/9/1973.	Superintendência do Sistema Penitenciário (SUSIPE).	Determina a liberação de Solange do manicômio judiciário.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANB SB_AT0_007 5_0007, p. 21-22.	Auto de exame cadavérico, de 1º/8/1982.	Serviço de Necropsia/Instituto Médico Legal (IML).	Confirma que Solange cometeu suicídio.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANB SB_AT0_007 5_0007, p. 11.	Declaração, de 22/10/2001.	Carlos Alberto Quilelli Ambrósio.	Depoimento do médico que acompanhou Solange ao longo dos anos. Aponta as consequências psicológicas do período em que foi presa, torturada e submetida a falar publicamente que estava “arrependida”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANB SB_AT0_007 5_0007, p. 3-4.	Carta, de 5/11/2002.	Celso Pohlmann Livi.	Documento elaborado pelo marido de Solange, onde relata as circunstâncias que a levaram a cometer suicídio.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Zenaide Machado de Oliveira, ex-presa política.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva (SP), em audiência pública. São Paulo, de 7/6/2013: 00092.003052/2014-60.	Aponta que esteve presa com Solange e destaca o fato de que a vítima foi submetida a todo tipo de pressão pelos órgãos da repressão, além de mencionar os períodos em que Solange esteve sob custódia do Estado.
Rosalina Santa Cruz, ex-presa política.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva (SP), em audiência pública. São Paulo, de 7/6/2013: 00092.003052/2014-60.	Destaca a relação que possuía com Solange durante o período em que conviveu com ela no cárcere e de como sua situação psicológica foi usada pelos militares.
Gilberto Lourenço Gomes, irmão de Solange.	Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva (SP), em audiência pública. São Paulo, de 7/6/2013: 00092.003052/2014-60.	Descreve a história particular e de militância de Solange, bem como as circunstâncias que a levaram ao suicídio.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Solange Lourenço Gomes foi perseguida, presa e torturada por agentes estatais. Ela cometeu suicídio em virtude das sequelas psicológicas ocasionadas pela violência a que foi submetida. A ação ocorreu em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações, bem como a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

MARGARIDA MARIA ALVES



DADOS PESSOAIS

Filiação: Alexandrina Inácia da Conceição e Manoel Lourenço Alves

Data e local de nascimento: 5/8/1932, Alagoa Grande (PB)

Atuação profissional: trabalhadora rural, rendeira e líder sindical

Organização política: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande

Data e local de morte: 12/8/1983, Alagoa Grande (PB)

BIOGRAFIA ⁱ

Margarida Maria Alves foi uma liderança camponesa que atuou na região do Brejo Paraibano, agreste da Paraíba. Foi trabalhadora rural, rendeira e a primeira mulher a assumir a presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB). Ela participou da criação do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, que ainda hoje atua na formação política dos camponeses e busca promover o desenvolvimento rural e urbano sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar, a reforma agrária e a defesa dos trabalhadores sem terra. Margarida estudou até a 4ª série do antigo ensino primário e começou a trabalhar no campo aos oito anos de idade. Ela era casada com Severino Casseiro Alves, com quem teve um filho, José de Arimatéia Alves.

Referência na ação política das mulheres camponesas, Margarida colaborou ativamente da fundação de uma das primeiras organizações da América Latina composta exclusivamente por mulheres, o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB).

Suas principais reivindicações eram pelos direitos trabalhistas elementares para os camponeses e camponesas da região, como carteira assinada, férias, regulamentação da jornada de trabalho, entre outras garantias.

Durante os 12 anos em que Margarida Maria Alves liderou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB) os usineiros, fazendeiros, proprietários de engenhos e patrões da região sofreram centenas de ações trabalhistas, por violarem direitos básicos de trabalhadores e trabalhadoras da região.

Segundo testemunho do Padre Hermínio Canova, coordenador da CPT (Comissão Pastoral da Terra), em discurso no dia 1º de maio de 1983, Margarida afirmou que “era melhor morrer na luta do que morrer de fome”.ⁱⁱ

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O caso de Margarida Maria Alves não foi encaminhado à CEDMP (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos). O nome de Margarida consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. É uma das vítimas relatadas no livro, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, *Retrato da Repressão Política no Campo. Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. O Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru) e a PL Produções Visuais Ltda., de Recife, produziram, em 1984, o filme “Margarida Sempre Viva”. Em 2006 foi elaborado o documentário *Uma flor na Várzea*, de Mislene Santos e Matheus Andrade, com apoio da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB), que apresenta a trajetória da líder camponesa. Em homenagem à Margarida o dia 12 de agosto tornou-se o “Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária”. Em sua memória, no ano 2000, organizações nacionais de trabalhadoras e trabalhadores rurais, junto com milhares de sindicatos de camponeses, iniciaram a Marcha das Margaridas, desde então realizada anualmente, para homenagear a líder camponesa de Alagoa Grande (PB), para denunciar a violência no campo contra os que lutam pelo direito à terra e para reivindicar a reforma agrária no país.

Recebeu, postumamente, o prêmio Pax Christi Internacional em 1988. Em 1994, foi criada pela Arquidiocese da Paraíba, no âmbito da sociedade civil, a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Também foi homenageada com a Medalha

Chico Mendes de Resistência, em 2002, pelo GTNM/RJ (Grupo Tortura Nunca Mais/ Rio de Janeiro). Há diversas organizações, publicações e ações que homenagearam a luta de Margarida Maria Alves em defesa das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais.

Os familiares de Margarida Maria Alves apresentaram, em julho de 2013, requerimento de anistia para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que está em trâmite, sob o número 2013.01.72805. ⁱⁱⁱ

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Margarida Maria Alves foi executada sumariamente em 12 de agosto de 1983, com um tiro no rosto de uma arma calibre 12, na presença de seu marido e de seu filho, em frente de sua residência, aos 51 anos de idade. Ela era ameaçada pelos latifundiários da região antes de seu assassinato. José Mil, proprietário do engenho Miranda já a havia agredido um ano antes de sua morte. Pouco tempo antes da execução, o dono da Usina Tanques, Agnaldo Veloso Borges, que já era acusado de ser o mandante do assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, morto em 1962, ameaçou Margarida de morte.

A atuação política de Margarida e a sua luta por direitos trabalhistas de camponeses e de camponesas da região contrariava interesses econômicos dos latifundiários locais. Esses latifundiários, associados no “Grupo da Várzea”, formada por proprietários rurais, políticos, autoridades e servidores públicos da região, são apontados como mandantes do crime cometido contra Margarida.

Entre os mandantes da execução sumária de Margarida Alves estão Agnaldo Veloso Borges, líder do “Grupo da Várzea”, o genro de Agnaldo e diretor da Usina Tanques, José Buarque de Gusmão Neto (conhecido como Zito Buarque) e Antônio Carlos Coutinho Regis, fazendeiro local. Outros autores denunciados ou envolvidos na execução foram o soldado da Polícia Militar da Paraíba, Betâneo Carneiro dos Santos, os pistoleiros Amauri José do Rego e seu irmão, Amaro José do Rego, bem como o motorista do veículo que conduzia os executores do crime, Severino Carneiro de Araújo (conhecido como “Biu Genésio”), que foi assassinado em 1986. Edgar Paes de Araújo, conhecido como “Mazinho”, também apontado como autor da execução, foi igualmente assassinado em 1986, com indícios de que esses dois assassinatos ocorreram por conta das vítimas terem informações sobre os mandantes do crime.

Antônio Carlos Coutinho Reis foi julgado em 1985 e absolvido em 1988. Em 1995, o Ministério Público denunciou os fazendeiros Aginaldo Veloso Borges, José Buarque de Gusmão, Betâneo Carneiro e Edgar Paes de Araújo pelo assassinato de Margarida Maria Alves. Edgar Paes de Araújo havia sido executado em 1986. O outro acusado de ser o mandante, o fazendeiro Aginaldo Veloso Borges faleceu em 1990, antes do julgamento. O processo contra Betâneo Carneiro foi extinto em 1997, por conta da prescrição. Entre os quatro acusados, apenas José Buarque de Gusmão Neto foi julgado.

A estrutura fundiária do Vale da Paraíba e o desrespeito a direitos trabalhistas básicos, ignorados com a conivência e o estímulo do Estado, favorecia a violência na região. Após a execução de Margarida, sindicatos e grupos de camponeses e de camponesas se organizaram para exigir a condenação dos culpados e acompanhar as investigações policiais. Documentos encontrados no Arquivo Nacional demonstraram o monitoramento do Serviço Nacional de Informações sobre as mobilizações e atos organizados por trabalhadores e trabalhadoras rurais, associados pela ditadura a grupos de esquerda e de opositores políticos, que denunciavam e exigiam punição para os autores e os mandantes do assassinato de Margarida Maria Alves^{iv}.

Há vários relatos sobre a morosidade na abertura do inquérito, os equívocos na condução das investigações e as medidas protelatórias no julgamento dos autores do crime contra Margarida.

Denúncia encaminhada ao antigo Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana (CDDPH),^v à época órgão do Ministério da Justiça, e atualmente Conselho de Direitos Humanos, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, registrou as inúmeras mobilizações da sociedade civil e de membros do poder público na luta pela punição dos assassinos de Margarida Maria Alves. O julgamento do médico e pecuarista José Buarque de Gusmão Neto (Zito Buarque), acusado de ser o mandante do crime, foi realizado apenas no dia 18 de junho de 2001, ou seja, 18 anos após o assassinato de Margarida. A denúncia protocolada na CDDPH demonstra as várias manobras processuais para protelar o julgamento, que fora adiado diversas vezes, com clara intenção da defesa do acusado de que a extinção da punibilidade ocorresse por prescrição. Humberto Pedrosa Espíndola, então coordenador do CDDPH, em 2001, participou como observador no julgamento de José Buarque de Gusmão no Tribunal de Júri Popular da Comarca de

João Pessoa, e elaborou “Relatório sobre o acompanhamento do júri do acusado como mandante do homicídio de Margarida Maria Alves”, no qual concluiu que a instrução probatória e a investigação criminal do caso foram frágeis e insuficientes, o que favoreceu a impunidade do réu, que foi absolvido por cinco votos contra dois.

Em outubro de 2000, foi apresentada denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra a República Federativa do Brasil por violar o direito à vida de Margarida Maria Alves, formulada pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), pelo Centro de Justiça e Direito Internacional (CEJIL), pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e pela Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDH-MMA). Em 5 de março de 2008, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos declarou admissível o caso, mediante o Informe nº 9/08, referente ao caso nº 12.332, ^{vi} de Margarida Maria Alves, que ainda está em trâmite na esfera internacional.

Margarida Maria Alves foi sepultada no Cemitério de São Sebastião, na cidade de Alagoa Grande (PB), em 1983. Decorridos mais de 30 anos da execução da líder rural, nenhuma pessoa foi condenada por sua morte.

LOCAL DE MORTE

Margarida Maria Alves foi executada sumariamente em sua residência, na rua Olinda, Alagoa Grande, Paraíba, em 12 de agosto de 1983.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Agnaldo Veloso Borges.	Particular.	Usineiro.	Mandante da Execução de Margarida.	Alagoa Grande (PB).	Denúncia de entidades da sociedade civil apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra a República Federativa do

					Brasil. Caso nº 12.332. Margarida Maria Alves.
José Buarque de Gusmão Neto (Zito Buarque)	Particular.	Diretor de Usina.	Mandante da Execução de Margarida.	Alagoa Grande (PB).	Denúncia de entidades da sociedade civil apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra a República Federativa do Brasil. Caso nº 12.332. Margarida Maria Alves.
Antônio Carlos Coutinho Regis.	Particular.	Proprietário	Mandante da Execução de Margarida.	Alagoa Grande (PB).	Denúncia de entidades da sociedade civil apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra a República Federativa do Brasil. Caso nº 12.332. Margarida Maria Alves.
Betâneo Carneiro dos Santos.	Soldado da Polícia Militar da Paraíba.	Polícia Militar do Estado da Paraíba.	Executou Margarida Maria Alves.	Alagoa Grande (PB).	Denúncia de entidades da sociedade civil apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra a República Federativa do Brasil. Caso nº 12.332. Margarida Maria Alves.
Amauri José do Rego.	Particular.	Pistoleiro.	Executou Margarida Maria Alves.	Alagoa Grande (PB).	Denúncia de entidades da sociedade civil apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra a República

					Federativa do Brasil. Caso nº 12.332. Margarida Maria Alves.
Amaro José do Rego.	Particular.	Pistoleiro.	Executou Margarida Maria Alves.	Alagoa Grande (PB).	Denúncia de entidades da sociedade civil apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra a República Federativa do Brasil. Caso nº 12.332. Margarida Maria Alves.
Biu Genésio.	Particular.	Motorista.	Participou do ato de execução de Margarida.	Alagoa Grande (PB).	Denúncia de entidades da sociedade civil apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra a República Federativa do Brasil. Caso nº 12.332. Margarida Maria Alves.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Comissão de Anistia: Processo 2013.01.72805.	Certidão de óbito, 13/8/1983.	Cartório do Registro Civil de Alagoa Grande.	Registra o óbito de Margarida, no dia 12/8/1983.
Arquivo Nacional, SNI: ARE_ACE_5474_83.	Informação nº 1089/19/ARE/83.	Serviço Nacional de Informações.	Informou a repercussão e mobilização ocorrida após o assassinato de Margarida e descreveu a organização de atos públicos liderados por sindicatos de trabalhadores rurais que denunciavam a execução da líder

			sindical.
Arquivo Nacional, SNI: ARE_ACE_6068_84.	Informação nº 042/19/ARE/84.	Serviço Nacional de Informações.	Informou da criação do Comitê Margarida Maria Alves com a finalidade de acompanhar as averiguações policiais sobre o assassinato; relatou que o comitê tem verificado falha no andamento das investigações policiais, dentre as quais a omissão dos mandantes do crime.
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_48859_85, p. 24.	ENC 2897 DSI-MIC A Violência no Campo pela mão armada do latifúndio, 29/11/84.	Divisão de Seguranças e Informações – do Ministério da Indústria e do Comércio (Cópia de documento produzido pela CONTAG).	Informa que já havia sido agredida, em 82, por José Mil, filho do dono do Engenho Miranda; Informou que Margarida já havia recebido ameaça de morte de Agnaldo Veloso Borges, proprietário da Usina Tanques; registrou que Margarida havia confessado ao advogado do sindicato que vinha recebendo constantes ameaças de morte.
Arquivo CNV: 00092.002065/2014-11.	Diversos documentos com denuncia e relato do caso de Margarida Maria Alves, 4/5/2000.	Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana / MJ (Antigo) Conselho de Direitos Humanos/SDH/PR (Atual).	Há vários documentos e relatos sobre a morosidade na abertura do inquérito, os equívocos na condução das investigações e as medidas protetórias no julgamento dos autores do crime contra Margarida. O relatório registrou as inúmeras mobilizações da sociedade civil e de membros do poder público na luta pela punição dos assassinos de Margarida Maria Alves.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Margarida Maria Alves foi executada sumariamente por particulares associados a agentes do Estado brasileiro, por motivação política e por conta de a vítima ter reivindicado direitos fundamentais de trabalhadoras e trabalhadores rurais. Essa ação foi cometida em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no Brasil a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos. Recomenda-se também o reconhecimento de Margarida Maria Alves como anistiada política *post mortem*.

ⁱ Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Retrato da Repressão Política no Campo. Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. Brasília: 2011; pp.100-103.

ⁱⁱ Arquivo CNV: 00092.003385/2014-99.

ⁱⁱⁱ Comissão de Anistia. Requerimento de Anistia. 2013.01.72805.

^{iv} Arquivo Nacional, SNI: ARE_ACE_5474_83; Arquivo Nacional, SNI: ARE_ACE_6068_84 e Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_48859_85.

^v Arquivo CNV: 00092.002065/2014-11.

^{vi} Arquivo CNV: 00092.003386/2014-33.

GUSTAVO BUARQUE SCHILLER



DADOS PESSOAIS

Filiação: Yedda de Paula Buarque e Sylvio Brandon Schiller

Data e local de nascimento: 19/11/1950, Rio de Janeiro (RJ)

Atuação profissional: pesquisador

Organização política: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)

Data e local de morte: 22/9/1985, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido no Rio de Janeiro (RJ), Gustavo Buarque Schiller pertencia a uma família rica do bairro de Santa Teresa. Era estudante secundarista quando iniciou sua participação nos movimentos estudantis que caracterizaram o ano de 1968 e, por intermédio de militantes do Núcleo Marxista Leninista (NML), engajou-se no Comando de Libertação Nacional (Colina). Em 1969, forneceu a Juarez Guimarães de Brito, então dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), a informação de que no Rio de Janeiro, na residência de um irmão de sua tia, Ana Capriglione, conhecida amante do governador paulista Adhemar de Barros, havia um cofre guardando dinheiro originário da corrupção. Em 18 de julho de 1969, militantes da VAR-Palmares ocuparam a referida residência, levando consigo o cofre em cujo interior estavam 2,6 milhões de dólares. Ao integrar a VAR-Palmares, Gustavo realizou também ações no Rio Grande do Sul como dirigente regional da organização.

Em 30 de março de 1970, foi preso pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), onde sofreu torturas. Em 18 de junho do mesmo ano, após ter sido condenado pela 1ª Auditória da Aeronáutica, foi transferido para o Rio de Janeiro e depois levado à 5ª Zona Aérea (Canoas – RS), sob o comando do brigadeiro do ar, Leonardo Teixeira Collares. De acordo com a documentação oficial, a pedido do delegado titular Pedro Carlos Seelig, retornou ao DOPS/RS em 5 de janeiro de 1971 onde continuou sofrendo torturas até o dia 13 de janeiro de 1971, quando foi proposta a

troca de sua liberdade, junto com outros 69 presos políticos, pelo fim do sequestro do embaixador suíço Giovani Enrico Bucher. Com isso, Gustavo foi obrigado a deixar o país após ser banido do território nacional, de acordo com o Decreto nº 68.050 de 13 de janeiro de 1971. Exilou-se primeiramente no Chile, a partir de 14 de janeiro e, depois na França, a partir de 1973. Em Paris, conheceu Lucia da Souza Rocha, com quem se casou e teve uma filha, Joana Rocha Schiller.

Em 18 de novembro de 1979, Gustavo retornou ao Brasil, beneficiado pela Lei Federal nº 6.683/1979, que lhe concedeu anistia. Inicialmente, foi morar com a família na Ilha de Marajó (PA), com o objetivo de construir uma nova vida. Depois mudou-se para o Rio de Janeiro e passou a trabalhar como pesquisador no Estaleiro Mauá, em Niterói (RJ). Morreu aos 35 anos de idade, em decorrência de ações perpetradas por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 1º de dezembro de 2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Gustavo Buarque Schiller. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em 29 de agosto de 2008, foi reconhecido como anistiado político *post mortem* pela Comissão de Anistia. Em sua homenagem, a prefeitura do Rio de Janeiro registrou com seu nome uma rua em Vila Kennedy, no bairro de Bangu.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Gustavo Buarque Schiller morreu no dia 22 de setembro de 1985, no apartamento em que vivia com a família em Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ).

Durante o período em que esteve banido do Brasil, vivendo no exílio, Gustavo passou a sofrer crises depressivas, causadas pelas torturas a que foi submetido enquanto esteve preso.

Em 30 de março de 1970, Gustavo foi preso pelo DOPS/RS, onde sofreu torturas. Luiz Andrea Favero, que também esteve preso no DOPS/RS, afirma que assistiu à sessão de tortura a que Gustavo fora submetido, apontando que ele recebeu choques elétricos por todo o corpo durante um interrogatório que durou mais de trinta minutos, além de ter

sido queimado com pontas de cigarros. Ainda de acordo com Luiz Favero, o companheiro foi torturado a ponto de perder quase completamente a capacidade de articulação da voz. Cerca de trinta dias depois, foram submetidos a novas torturas, desta vez algemados um ao outro. Enquanto estavam presos no DOPS/RS, Gustavo mostrou a Favero marcas de queimaduras, hematomas e pancadas nos braços e nas costas. O ex-presos político, João Carlos Bona Garcia, que também foi torturado no DOPS/RS, conta que viu Gustavo Schiller com o corpo inchado, o nariz quebrado e os lábios rachados, após ter levado socos e pauladas. João Carlos cita em *Verás que um filho teu não foge à luta*, o nome daqueles que o torturaram: Nilo Havelha, Atila Rohrsetzer, Paulo Malhões e “Cabral”, e do então diretor do DOPS/RS, Firmino Perez Rodrigues. Possivelmente, Gustavo e João Carlos sofreram com os mesmos agentes de Estado, já que estiveram no DOPS/RS no mesmo período. Além disso, depoimentos de ex-presos políticos, como Paulo Tarso, referem-se às torturas sofridas por Gustavo Buarque durante o período em que esteve preso.

No exílio, as crises depressivas expressavam-se através de um constante desejo de manter-se isolado. De acordo com Lucia, sua esposa, ele era um homem triste, que se sentia frustrado com os rumos que sua vida havia tomado especialmente após o retorno ao Brasil. Por vezes manifestava atitudes violentas e chegou a tentar o suicídio inúmeras vezes. A família se mudou para o Rio de Janeiro, para que Lucia pudesse cuidar melhor de Gustavo e de sua filha, Joana. No entanto, as crises depressivas tornaram-se mais frequentes, com novas tentativas de suicídio, até que na madrugada do dia 22 de setembro de 1985, Gustavo Buarque atirou-se da janela de seu apartamento em Copacabana.

De acordo com a deputada Maria do Rosário, relatora da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, “Gustavo buscava fugir de si e de seus tormentos, mas não conseguiu”. Concluiu, portanto, que “não há dúvidas de que as torturas levaram Gustavo a morte. Voto pela inclusão do nome de Gustavo Buarque Schiller dentre as vítimas fatais da ditadura militar, de acordo aos preceitos da Lei 10.875/04”.

Os restos mortais de Gustavo Buarque Schiller foram enterrados no cemitério São João Batista, em Botafogo, no Rio de Janeiro (RJ).

LOCAL DE MORTE

Avenida Nossa Senhora de Copacabana, nº 920, Copacabana, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de Comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Departamento de Ordem Política e Social (RS)

Governador do estado do Rio Grande do Sul: general Walter Peracchi Barcelos

Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul: Jaime Miranda Mariath

Diretor do Departamento Central de Informações: tenente Coronel Átila Rohrsetzer

Diretor do DOPS: Firmino Perez Rodrigues

Inspetor de Polícia: Nilo Havelha

João Carlos Bona cita as ações de Nilo Havelha como inspetor de polícia do DOPS, enquanto esteve preso no mesmo espaço que Gustavo Schiller. As torturas relatadas pelos ex-presos políticos são as mesmas. Há vários periódicos que citam Nilo Havelha como responsável pelas torturas nesse órgão e naquele período.

João Carlos Bona afirma que Átila Rohrsetzer também o torturou, no mesmo período em que Gustavo Schiller esteve no DOPS/RS. Foi Atila, ainda, quem convocou o coronel Paulo Malhões para que ensinasse técnicas de torturas no DOPS.

1.2. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Diretor do CIE: coronel Milton Tavares de Souza

Agente do CIE: coronel Paulo Malhões

De acordo com João Carlos Bona, Paulo Malhões participou das sessões de tortura no DOPS/RS no mesmo período em que Gustavo Schiller esteve preso. Segundo o depoimento de Paulo Malhões e de ex-presos políticos, o agente do CIE chegou no DOPS de Porto Alegre, local conhecido como “A Fossa”, em abril de 1970, para ensinar técnicas de tortura a pedido de Atila Rohrsetzer, após a prisão de um grande número de militantes da VAR-Palmares.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Comissão de Anistia, CA: BR_DFMJCA_2004. 01.45219, pp. 35-70.	Ficha de identificação, 5/4/1970.	DOPS.	Ficha de informações pessoais de Gustavo produzida pelo DOPS no momento de sua prisão.

Comissão de Anistia. CA: BR_DFMJCA_2004.01.45219, pp. 83-85.	Matéria de jornal: “Terror queria pedir 14 em troca de consultou”, 8/4/1970.	<i>Folha da Manhã.</i>	Confirma a prisão de Gustavo e outros militantes da VAR-Palmares pelo DOPS.
Comissão de Anistia. CA: BR_DFMJCA_2004.01.45219, p. 63.	Autorização, de 14/12/1970.	1ª Auditoria da 3ª Circunscrição da Judiciária Militar.	Apresenta a autorização do juízo da referida Auditoria para a remoção de Gustavo para a Penitenciária Estadual.
Arquivo Nacional. CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0038_0004, p.39.	Ofício nº 084/DSEG-5/70, de 17/12/1970.	Divisão de Segurança/ 5ª Zona Aérea / Ministério da Aeronáutica.	Algum tempo após ser preso pelo DOPS/RS, em 30 de março de 1970, Gustavo Schiller foi recolhido à 5ª Zona Aérea, em Canoas (RS). Apenas em 17 de dezembro de 1970 há um pedido do Comandante Interino da 5ª Zona Aérea, brigadeiro do ar Leonardo Teixeira Collares, para que o mesmo fosse transferido para a Penitenciária Estadual do Rio Grande do Sul.
Arquivo Nacional. CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0038_0004, p. 41.	Ofício nº2/71, 5/1/1970.	Divisão de Segurança Nacional/DOPS/ Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública/estado do Rio Grande do Sul.	O documento está com a data errada, indicando 1970, mas é relativo à 1971. O ofício é endereçado ao diretor do Presídio Central (RS) solicitando que Gustavo Schiller seja entregue à escolta do DOPS, sob o comando do delegado de polícia Pedro Carlos Seelig, atendendo à solicitação dos ex-presos políticos que pediram a sua liberdade em troca do embaixador da Suíça. Em carta à CEMDP, Lucia afirma que Gustavo continuou sofrendo torturas no DOPS, então sob o comando de Pedro Carlos Seelig.
Comissão de Anistia, Ministério da Justiça: 2004.0145219, p. 49.	Ofício nº 01/GA, 5/1/1970.	1ª Auditoria da 3ª Circunscrição da Judiciária Militar.	O documento está com a data errada, indicando 1970, mas é relativo à 1971. O ofício é endereçado ao diretor do Presídio Central (RS) solicitando que Gustavo Schiller seja entregue à escolta do DOPS, sob o comando do delegado de polícia Pedro Carlos Seelig.
Comissão de Anistia, Ministério da Justiça: 2004.0145219, p. 42.	Sentenças condenatórias e cartas de guia, sem data.	Superintendência dos Serviços Penitenciários.	Informa que Gustavo foi entregue à escolta do DOPS por determinação do III Exército para que se efetuasse a sua troca pelo embaixador suíço.

Arquivo Nacional. CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0038_0004, p. 41.	Carta, 22/8/1998.	Lúcia Souza da Rocha.	Carta à CEMDP na qual Lucia Souza da Rocha, esposa de Gustavo, afirma que o mesmo continuou sofrendo torturas até chegar ao Rio de Janeiro, quando foi banido do território nacional e embarcou para o Chile.
Arquivo Nacional. CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0038_0004, pp. 189-195.	Depoimento, 25/8/1998.	Luiz Andrea Favero.	Depoimento de Luiz Andrea Favero relatando as torturas que Gustavo Schiller sofreu separadamente e junto a Luiz e sua esposa, realizadas por policiais do DOPS/RS e do CENIMAR/RJ. Luiz Favero cita também as torturas que Gustavo, ainda enquanto estavam presos no DOPS, lhes contou ter sofrido. Tal depoimento serve para corroborar os torturadores envolvidos no caso, pois os mesmos são citados por João Carlos Bona Garcia (p. 176-177), que também esteve preso nesse mesmo período.
Arquivo Nacional. CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0038_0004, p. 95.	Declaração, 28/8/1998.	Paulo Tarso Carneiro.	Declaração de Paulo Tarso Carneiro, que afirma ter presenciado as torturas de Gustavo Schiller enquanto esteve preso no DOPS/RS em dois momentos diferentes em 1970. Apontou que o mesmo, após algum tempo, foi mandado para o Rio de Janeiro, retornando, posteriormente, para o Rio Grande do Sul.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0038_0004, pp. 172-177.	<i>Verás que um filho teu não foge a luta</i> , de 1989.	João Carlos Bona Garcia.	Livro de memórias escrito por João Carlos Bona Garcia com relatos sobre as torturas que sofreu enquanto esteve no DOPS/RS, onde teve contato com Gustavo Schiller. João Carlos indica o nome dos torturadores que estavam no DOPS naquele momento e o nome do diretor da instituição.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0038_0004, p. 86.	SPI: 7019-1200/98-1, 7/6/1999.	Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul (SJS/RS).	O parecer da SJS/RS deferiu o pedido de indenização de Lucia Souza da Rocha, tendo em vista que o suicídio de Gustavo Buarque Schiller ocorreu devido a uma grave depressão que o acometeu após as torturas sofridas entre março de 1970 e janeiro de 1971.
Arquivo Nacional. CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0038_0004, pp. 198-200.	Relatório. Processo nº 066/02.	CEMDP.	Relatório e voto da deputada Maria do Rosário, na relatoria do caso Gustavo Buarque Schiller na CEMDP.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Paulo de Tarso Carneiro (esteve preso no DOPS/RS).	Arquivo da CNV: 00092.002838/2014-60. Audiência Pública em Porto Alegre, 18/3/2013.	Paulo de Tarso Carneiro relata as torturas sofridas e seus autores no momento em que esteve preso no DOPS/RS.

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Paulo Malhães (ex-agente do CIE).	Arquivo da CNV: 00092.000732/2014-21. Depoimento do coronel Paulo Malhães, ex-agente do CIE - parte 1/2 e parte 2/2. Rio de Janeiro, 25/3/2014.	Paulo Malhães confirma que deu cursos sobre a prática de tortura, o que também ocorreu no DOPS/RS.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Gustavo Buarque Schiller morreu em decorrência de prisão ilegal e perseguição política que o levaram a, posteriormente, cometer suicídio em decorrência das ações perpetradas por agentes do Estado brasileiro em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Gustavo Buarque Schiller, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

NATIVO DA NATIVIDADE DE OLIVEIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Laurita de Oliveira e Benedito Rodrigues de Oliveira

Data e local de nascimento: 20/11/1953, Perobas (MG)

Atuação profissional: camponês, sindicalista

Organização política: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT)

Data e local de morte: 23/10/1985, Carmo do Rio Verde (GO)

BIOGRAFIA

Nascido em Perobas (MG), Nativo da Natividade de Oliveira teve uma trajetória vinculada aos movimentos sociais. Na juventude, integrou a Comunidade Eclesial de Base na diocese de Goiás Velho, dirigida pelo bispo Dom Tomás Balduino. Entre 1982 e 1985, Nativo foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde (GO). Durante esse período, começou a receber ameaças de morte feitas por grupos de fazendeiros, contrários à sua atuação na defesa dos trabalhadores rurais da região. Em 1984, o sindicalista foi detido, em Carmo do Rio Verde, ao defender um trabalhador que havia sido preso injustamente. Era casado com Maria de Fátima Marinelli, com quem teve dois filhos. Nativo da Natividade integrou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) desde a sua fundação e também foi militante do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi morto em 23 de outubro de 1985, aos 31 anos, por pistoleiros contratados por latifundiários da região, em ação que contou com a conivência e/ou omissão do Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 13 dezembro de 2010, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Nativo da Natividade de Oliveira. Seu nome consta do *Dossiê ditadura: mortos e*

desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 1988, militantes da CUT, da Comissão Pastoral da Terra e do PT inauguraram a Fundação Nativo da Natividade em Goiânia, dedicada a desenvolver atividades de formação política e sindical no estado. Em Goiânia, uma rua foi nomeada em sua homenagem e, também, outra no município de Cariacica no estado do Espírito Santo. Em decisão de 17 de abril de 2014, a Comissão da Anistia deferiu o pedido da viúva Maria de Fátima Marinelli, reconhecendo Nativo da Natividade como anistiado político *post mortem*.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

No dia 23 de outubro de 1985, Nativo da Natividade de Oliveira foi assassinado nas proximidades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde (GO) por um pistoleiro contratado por fazendeiros da região onde exercia suas atividades políticas.

A identidade do assassino de Nativo da Natividade foi revelada com a prisão de João José Magalhães, que admitiu a autoria do crime junto a outro pistoleiro, Francisco Diogo de Oliveira. Segundo João José, os mandantes do crime teriam sido o prefeito de Carmo do Rio Verde à época dos fatos, Roberto Pascoal Liégio, o advogado e fazendeiro Geraldo dos Reis Oliveira, presidente do Sindicato Rural e da União Democrática Ruralista (UDR), e o fazendeiro Genésio Pereira da Silva, que teria intermediado o contato com os pistoleiros. O crime teria sido motivado pela atuação política de Nativo da Natividade em defesa dos trabalhadores rurais da região.

Em 1986, o Ministério Público do Estado de Goiás denunciou todos os mandantes e os executores do crime. Em 1988, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Goiás decidiu, por unanimidade, mandar a julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Carmo do Rio Verde os cinco acusados da morte de Nativo. Em 1991, o advogado Miguel Pressburger encaminhou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) relatório denunciando o processo de apuração do assassinato do líder camponês, baseado no fato de que teriam sido violados artigos da Convenção Americana. O processo penal não foi concluído.

Cinco anos depois, o Pleno de Justiça absolveu Roberto Paschoal Liégio por “falta de provas palpáveis”. Já Geraldo dos Reis Oliveira e Genésio Pereira da Silva foram condenados a 13 anos de prisão cada um, pelo Tribunal do Júri de Goiânia, por

unanimidade, em 20 de setembro de 1996. A defesa recorreu da decisão. Entretanto, em 2005, a Seção Criminal do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), por maioria de votos, declarou a nulidade do julgamento realizado pelo Tribunal do Júri de Goiânia, determinando que Geraldo fosse novamente julgado por um júri popular. Com isso, o processo voltou para a 1ª Vara Criminal de Goiânia, e, em agosto de 2011, a juíza Carmecy Rosa Maria de Oliveira, da 1ª Vara Criminal de Goiânia, declarou a prescrição da ação criminal proposta pelo Ministério Público estadual contra Geraldo dos Reis Oliveira. Segundo a magistrada, o crime havia prescrito, já que, desde 3 de março de 1989, quando ocorreu a decisão que mandou o acusado a julgamento pelo crime por um júri popular, se passaram mais de 20 anos, prazo estipulado para a prescrição da punibilidade de casos de homicídio.

Ao pesquisar os documentos do sistema de informações a Comissão Nacional da Verdade (CNV) que comprovam que as atividades políticas de Nativo da Natividade há a informação produzida pela 2ª Seção do Ministério do Exército, de 1º de setembro de 1981, que relata a participação de Nativo na 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadora realizada em São Paulo. O Departamento de Ordem Política e Social do Estado de Goiás, em informação de 21 de janeiro de 1982, menciona sua atuação na Comissão Executiva do Partido dos Trabalhadores. Outro documento, de 18 de agosto de 1982, originado no Serviço Nacional de Informações registra a participação de Nativo em reuniões da seção goiana da Central Única dos Trabalhadores. Todos os acusados pelo crime foram absolvidos.

Após ter seu corpo velado durante dois dias por mais de mil trabalhadores rurais de todo o país, Nativo da Natividade Oliveira foi sepultado no Cemitério de Carmo do Rio Verde (GO).

LOCAL DE MORTE

Em via pública, no município de Carmo do Rio Verde (GO).

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNIG:	Informação, 1º/9/1981.	2ª Seção do Ministério do	Documento relata a participação de Nativo da Natividade de Oliveira

AGO_ACE_1577_81 , pp. 3-7.		Exército.	na 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadora realizada em São Paulo.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0066_0005, pp. 16-21.	Informação, 21/1/1982.	Departamento de Ordem Política e Social do Estado de Goiás (Divisão Central de Informações).	Documento que comprova a atuação política do sindicalista era monitorada pelos órgãos repressivos durante o regime militar. O documento foi encaminhado para o Serviço Nacional de Informações (SNI).
Arquivo Nacional, SNIG: AGO_ACE_2964_82 , pp. 2-4.	Informação, 18/8/1985.	Serviço Nacional de Informações.	O documento relata a participação de Nativo da Natividade em reuniões da seção goiana da Central Única dos Trabalhadores (CUT).
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0066_0005, p. 7.	Certidão de óbito, 30/10/1985.	Cartório do Registro Civil de Carmo do Rio Verde.	Registra a causa da morte: “hemorragia interna ocasionada por projétil balístico”.
Comissão de Anistia, Ministério da Justiça: Processo 2003.01.22211, pp. 135-145.	Termo de Declarações, 3/1/1986.	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás.	Depoimento de João José Magalhães, o pistoleiro que disparou contra o sindicalista.
Comissão de Anistia, Ministério da Justiça: Processo 2003.01.22211, pp. 111-124.	Denúncia do Ministério Público do Estado de Goiás ao Juiz da Comarca de Carmo do Rio Verde, 18/3/1986.	Procuradoria Geral de Justiça, Estado de Goiás, Comarca de Carmo do Rio Verde	Apresenta a denúncia feita pelo Ministério Público contra os mandantes e executores de Nativo da Natividade e o depoimento de João José Magalhães, que atirou contra o sindicalista.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0066_0005, pp. 30-33.	Certidão, 22/1/2004.	Agência Brasileira de Inteligência.	O documento relata o histórico de monitoramento das atividades políticas de Nativo da Natividade pelo órgão, que sucede o antigo Serviço Nacional de Informações (SNI).
Comissão de Anistia, Ministério da Justiça. Processo 2003.01.22211, pp. 261-281.	Processo nº 2003.01.22211, 30/6/2008.	Comissão de Anistia.	Relata o percurso processual dos acusados de envolvimento na morte da vítima.
Comissão de Anistia, Ministério da Justiça. Processo 2003.01.22211, p. 367.	Ata, 13/12/2010.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	Cópia da ata da reunião da CEMDP que reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Nativo da Natividade de Oliveira.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Nativo da Natividade de Oliveira foi morto por pistoleiros contratados por latifundiários da região de Carmo do Rio Verde

(GO), cuja ação contou com a conivência e/ou a omissão do Estado brasileiro. A ação foi perpetrada em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos envolvidos.